



**Da Emigração Entre Continentes
Em Eça de Queiroz: da Correspondência
Consular à Obra Literária**

TESE DE DOUTORAMENTO

Elina Maria Correia Batista

DOUTORAMENTO EM LETRAS

ESPECIALIDADE EM ESTUDOS INTERCULTURAIIS



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

novembro | 2012

**Da Emigração Entre Continentes
Em Eça de Queiroz: da Correspondência
Consular à Obra Literária**
TESE DE DOUTORAMENTO

Elina Maria Correia Batista
DOUTORAMENTO EM LETRAS
ESPECIALIDADE EM ESTUDOS INTERCULTURAIS

ORIENTAÇÃO
Luísa Maria Soeiro Marinho Antunes Paolinelli

CO-ORIENTAÇÃO
Alberto Vieira

Aos meus pais, por serem as pessoas mais felizes com o meu percurso académico.

Aos meus filhos, Tomás e Carlos Luís, que assistiram de perto ao labor da mãe o mais sossegadamente possível.

Ao Carlos, por tudo.

À D. Constança Ravasqueira, por me ter acolhido na sua casa de forma singular, na altura em que fiz investigação no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Museu da Marinha, em Lisboa.

Agradeço aos meus orientadores, à Prof. Doutora Luísa Marinho Antunes Paolinelli, pelo desafio que me lançou, pela mestria e apoio firme e incondicional, ao Prof. Doutor Alberto Vieira, pelas conversas sobre o Brasil e a América, pelas sugestões, pela bibliografia emprestada, e, sobretudo, por ter acreditado. Ao Centro de Estudos de História do Atlântico – Ceha - um carinho especial, onde, ao longo de três anos, apresentei e publiquei vários trabalhos sobre o teatro e a Madeira.

Agradeço também à Secretaria Regional da Educação da Madeira, à comissão responsável pela análise e seleção dos projetos e dos bolseiros, pela confiança que depositou no meu programa de trabalho, concedendo-me licença de Equiparação a Bolseiro para a sua realização, e também à direção da Escola Secundária Jaime Moniz, pelo carinho com que me acolheu no regresso ao trabalho.

Por fim, agradeço à biblioteca e aos serviços de empréstimos da Universidade da Madeira, nas pessoas do Dr. António Freitas e Dr.^a Iolanda, à Faculdade de Letras do Porto, que esteve sempre disponível para responder às minhas solicitações de forma gratuita, ao Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Museu da Marinha, em Lisboa.

Felizes os que se movem, com espírito sereno e livre, num ar luminoso e macio!
Eça de Queiroz

Doce ironia! só tu és pura, casta e discreta; dás a graça à beleza e o requinte ao amor; inspiras a caridade pela tolerância; dissipas o erro homicida; ensinas a modéstia à mulher, a audácia ao guerreiro, a prudência ao estadista; apaziguas com o teu sorriso as dissensões e as guerras; pacificas os irmãos, curas o fanático e o sectário; és a mestra da verdade; serves de providência ao génio e à virtude, ó deusa, és tu mesma!

Proudhon

Palavras chave: Eça de Queiroz, Emigração, arte, correspondência consular, sonho americano, o *brasileiro*

Resumo: Nas últimas três décadas do século XIX, dado o estado de abatimento sentido no país, Eça de Queiroz, plenamente integrado no ambiente buliçoso e efervescente da sua geração, compara a situação de Portugal com a da Grécia, países que considera caóticos, dadas as políticas de rotina e sem imaginação que não conduzem o país ao desenvolvimento e ao progresso. De facto, Portugal não consegue acompanhar o ritmo dos outros países europeus e obriga os portugueses a emigrar. A principal característica da sua escrita é a ironia, aproximando-se da posição socrática, uma arma de intervenção intelectual, de cariz ético, vinculadora e libertadora, que lhe permite intervir e depurar problemas do seu tempo, procurando construir um Portugal como entendia que deveria ser.

Durante o percurso de vida que permeia a publicação de *As Farpas* e de *Uma Campanha Alegre*, e na correspondência e a obra literária, Eça de Queiroz questiona o “sonho americano”, que muitos portugueses quiseram experimentar, e o *brasileiro*, no âmbito de uma vasta crítica à sociedade burguesa. A defesa da mudança do rumo da emigração portuguesa da América do Norte para o Brasil prende-se com a relação de ilusão/desilusão que marca a sua experiência consular em Havana e as viagens que faz. O pensamento do escritor e cônsul evolui para o entendimento da emigração, como a arte, é considerada uma das forças civilizadoras da humanidade.

Muitas das suas personagens circulam entre o Velho e Novo Mundo, têm um pé dentro e outro fora do país, migram pelas mais variadas razões, fazendo retratos nas suas obras das suas movimentações, construindo uma estética sobre o país que se baseia na ética dos valores humanos que possui e na experiência que adquiriu.

Keywords: Eça de Queiroz, emigration, art, consular correspondence, American dream, the *Brazilian*

Abstract: In the last three decades of the nineteenth century, given the state of decline of the country, Eca de Queiroz, fully integrated in the stirring and bustling environment of his generation, compares the situation of Portugal to the one Greece was living, two countries that the author considers chaotic, given the political routine and unimaginative policies that did not lead the country to development and progress. In fact, Portugal could not keep pace with the other European countries and the Portuguese are forced to emigrate. The main characteristic Eça de Queiroz's writing is the use of irony, approaching in this the Socratic position, as a weapon of intellectual intervention, of ethical nature, binded but liberating, allowing him to intervene and heal problems of his time, trying to build a Portugal as he imagined it could be.

During the course of his life, which goes from the publication of *As Farpas* to the years of *Uma Campanha Alegre*, and in his correspondence and literary works, Eca de Queiroz questions the "American dream" that so many Portuguese wanted to experiment, and the *Brazilian*, as part of an extensive critique of the bourgeois society. The defense of the change of direction of Portuguese emigration from North America to Brazil is related to the relationship of illusion / delusion that his consular experience in Havana and the trips that the author did. The thought of the writer and consul evolves to the understanding of emigration, like art, as one of the civilizing forces of humanity.

Many of his characters move between the Old and the New World, have one foot inside and one outside the country, migrate for various reasons. The author draws portraits of their movements, building an aesthetic of the country that is based on an ethics centered on human values and the experience which he had acquired through his life experiences.

INTRODUÇÃO	13
I – CONJUNTURA DE MUDANÇA: A SOCIEDADE E A CULTURA NO FINAL DO SÉCULO XIX	19
I. 1. <i>As Conferências do Casino e As Farpas: instrumentos de intervenção</i>	19
I.2. O riso e a ironia na crítica social: a ousadia de Ramalho Ortigão e de Eça de Queiroz.....	58
II - AS DUAS AMÉRICAS, NORTE E SUL: PENSAR OS DESTINOS DA EMIGRAÇÃO SEGUNDO EÇA DE QUEIROZ.....	69
II. 1 – Vantagens da emigração moderna	69
II. 2 – Causas da emigração.....	84
II. 3 – O “sonho americano”: ilusões e desilusões	116
III – HAVANA: A EMIGRAÇÃO NA CORRESPONDÊNCIA CONSULAR	156
III.1 A importância da correspondência consular e não consular	156
III.2. O percurso do <i>coolie</i> : da China a Havana, entre o fim da sociedade escravagista e a Insurreição cubana	164
IV – BRASIL, BRASILEIROS E <i>BRASILEIRO</i> NA OBRA DE EÇA.....	196
IV. 1 – De <i>As Farpas</i> a <i>Uma Campanha Alegre</i>	196
IV. 2 – Retratos aproximados	259
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	291
ANEXOS	297
Anexo 1: <i>Leitor de “bom senso”</i>	297
Anexo 2: <i>A diplomacia em Portugal</i>	317
Anexo 3 - <i>Carta a Miguel Maria Lisboa, ministro do Brasil.....</i>	325
Anexo 4: <i>Emigração.....</i>	327
Anexo 5: <i>O brasileiro.....</i>	333
Anexo 6 - <i>O Problema da emigração.....</i>	339
Anexo 7 – <i>Contrato de locação e prestação de serviços entre Bernardo António Lage e a sua mulher e Charles Nathan</i>	341
Anexo 8 – <i>Sindicância a que mandou proceder o Sr. Embaixador de Portugal nos Estados Unidos para esclarecimento sobre o tratamento que receberam em Nova Orleans e outros pontos daqueles Estados os colonos portugueses em 1872</i>	343
<i>Bibliografia</i>	347

Introdução

Da emigração entre continentes em Eça de Queiroz: da correspondência consular à obra literária acompanha o percurso de vida de Eça de Queiroz, no país e no estrangeiro, e reflete sobre a sua obra no que respeita à situação conjuntural, nas últimas três décadas do século XIX, nomeadamente à emigração, ao “sonho americano”, que tantos portugueses levou para fora da pátria, e à desilusão, que muitas vezes os obrigou a regressar. Dada à dificuldade da situação económica e social em Portugal, a falibilidade das medidas políticas e sociais para o reorganizar, nomeadamente as migrações no seu interior, de modo a deslocar o excesso da população de onde abundava para onde escasseava, o desenvolvimento da agricultura e da indústria, um grupo de intelectuais debate a emigração que, no início da década de 70, se apresenta como uma condição de vida, um direito natural, quer seja por necessidades de sobrevivência ou para realizar o sonho de regressar rico à pátria, imitando o exemplo dos que arriscaram e foram bem sucedidos.

Uma vez que o fenómeno adotara proporções alarmantes é criada uma comissão de inquérito para analisar as condições do país, incluindo a das ilhas atlânticas e dos principais países de destino, para a qual se contou com os administradores dos vários concelhos e também com os diplomatas espalhados pelos principais países, nomeadamente Brasil e Estados Unidos. Para além desta comissão, debatem o problema Oliveira Martins, Alexandre Herculano, entre outros, e também Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão. Atento e inconformado com a situação conjuntural, o escritor acompanha e participa nos debates dos intelectuais sobre a emigração para as Américas e questiona as condições de regresso do emigrante à pátria, inicialmente na escrita jornalística e, posteriormente, na obra de arte.

Tendo iniciado o jornalismo ainda nos tempos de estudante em Coimbra, depois em Évora e Lisboa, com a crónica e com o folhetim, e depois com a publicação de *As Farpas* em fascículos, em 1871, em parceria com Ramalho Ortigão, Eça de Queiroz mostra grande sensibilidade pelos problemas do seu tempo e revela que é capaz de ser útil ao país, prestar-lhe um bom serviço público, através de uma certa forma de escrever, cuja principal característica é a ironia. Uma forma de escrever que se apresenta como interventiva, de fundo ético, e simultaneamente libertadora, uma vez que vincula o escritor à escrita, mas também o liberta.

Imbuído desta nova forma de fazer arte, e posicionado num lugar estratégico no campo da informação, condena o passado recente, o presente, mostra-o e retrata-o de uma forma nunca vista em Portugal, facto a que não é alheia a realização das *Conferências do Casino*, promovidas por um grupo de pensadores que conhece as alterações que se estão a operar na Europa e defende que Portugal acompanhe esse ritmo de mudança. O desenvolvimento dos meios de comunicação, a rapidez com que as notícias chegam aos principais centros cosmopolitas, as viagens que alguns realizam pela Europa e

América, nomeadamente Antero de Quental e Eça de Queiroz, não são deixam indiferentes os intelectuais e artistas à efervescência de certas ideias que agitam os meios intelectuais europeus, que os levam a pensar que é possível fazer uma revolução política, social e cultural.

Inconformado com o funcionamento das instituições, com a atitude dos titulares dos cargos políticos, com a posição da burguesia dominante, Eça de Queiroz participa desse ideal revolucionário, já que sofre com a falta de correção e de carácter dos homens que estão no poder. Exemplo da falta de valores na política é o facto de vencer o concurso consular que o colocaria como diplomata no Brasil, na Bahia, mas acabar por ser enviado para Havana, na América Central, porque outro é colocado nesse lugar. Esta falta no sistema burocrático leva-o a consolidar concepções, sofrendo na primeira pessoa as falhas do país, embora a constatação seja determinante no modo de ser do homem e do artista.

Se, antes de iniciar a carreira consular, o ambiente espiritual vivido em Portugal marca a forma de pensar, os diferentes ambientes vividos noutras paragens exercem também influência considerável na sua obra, originando um movimento inverso ao que era a sua escrita até ali, já que se entrega totalmente à diplomacia, em detrimento da arte, redigindo relatórios nos quais deposita todo o empenho e profissionalismo, e, só posteriormente, se dedica mais à arte, quando os problemas da emigração com que foi confrontado em Havana não o preocupam tanto.

Quando se lê a obra de Eça de Queiroz, encontram-se referências à emigração e a migrantes, quer sejam emigrantes ou imigrantes, às Américas, desconhecendo-se que se trata de retratos que foi trabalhando, inspirada no cônsul português que foi, na experiência vivida em terras da América e também na Europa, porque a sua obra espelha a vida. Tal como defende António Aurélio Gonçalves, Eça foi um homem de ação para combater a inação.¹ O seu relatório sobre a emigração portuguesa, de 1874, denominado *Emigração como Força Civilizadora*, a correspondência consular, em particular, e a que escreve aos amigos dos vários consulados, em geral, são uma presença na obra literária do escritor, cuja leitura e análise se torna incompleta quando se desconhece essa parte integrante da vida do autor.

Os objetivos deste trabalho consistem, precisamente, em identificar os textos em que Eça de Queiroz reflete sobre o tema da emigração portuguesa, no contexto da conjuntura portuguesa e da sua situação pessoal, no início dos anos setenta do século XIX. Para isso, procede-se a um percurso que pretende estudar o que pensa sobre os principais destinos dos emigrantes antes de partir para Havana, investigar se a sua ação diplomática corresponde a uma ação exemplar, e se muda de atitude à medida que vai experienciando novos ambientes. Eça de Queiroz enfrenta em Cuba os problemas dos chineses, considerados portugueses por ali levados pelo porto de Macau, uma das principais colónias portuguesas daquela época, e visita os Estados Unidos, aproveitando, assim, para ter uma visão privilegiada da

¹ V. António Aurélio Gonçalves, *Aspetos da Ironia de Eça de Queiroz*, I, Lisboa, Composto e Impresso na oficina “Ottostráfica, Lda”, 1937.

emigração para esse país. A questão que se coloca é se a trajetória do escritor por terras da América está espelhada na obra literária em personagens, muitas delas também migrantes, no projeto de vida que lhes traça, para retratar Portugal, para o valorizar e consciencializar.

Para atingir estes objetivos e responder às questões que lhe estão subjacentes, estruturamos o nosso trabalho em quatro partes. Na primeira, identificamos os momentos mais marcantes da vida do escritor, desde o nascimento, percurso académico por Coimbra, a chegada a Lisboa, já bacharel em Direito, o início da vida profissional ativa e os principais antecedentes culturais em que assenta a temática da emigração portuguesa, como a entende à época. A publicação de *As Farpas* e a realização de *As Conferências do Casino* são dois marcos que ocorrem em simultâneo na vida do escritor, indispensáveis para a compreensão da totalidade da obra de arte. Se a sua conferência do casino marca a introdução do “realismo”, como novo género literário em Portugal, o tipo de escrita praticado em *As Farpas*, mostra que pretende revolucionar o jornalismo, agitar a sociedade portuguesa sem receio de se comprometer, prestar um bom serviço informativo, original e eficaz, dada a decadência em que Portugal e os povos peninsulares se encontram, recordando também Antero de Quental, como um expoente intelectual da “Geração de 70”, dado o seu contributo para a agitação e formação das ideias de Eça de Queiroz.

Na segunda parte, apresentamos as principais circunstâncias que em finais da década de sessenta e início da de setenta motivam a emigração, sendo a situação de Portugal comparada com a vivida pela Grécia, contextualizando a obra do escritor a partir dos debates que então se realizavam no círculo intelectual nacional sobre a emigração, em que participavam Alexandre Herculano e Oliveira Martins.

Esta é também a época da redação do *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*, de 1873. A finalidade é perceber porque emigraram os portugueses, como emigraram e para onde, sabendo-se que a América é nesta altura uma palavra mágica, um local de realização de um sonho, o chamado “sonho americano”, que para ali conduziu várias raças, ao longo de vários séculos, e faz eco entre o povo português, dado o sucesso de alguns. Representa, no entanto, também a desilusão, que Eça retrata na obra literária, no conto e no romance. Depois de identificar os principais problemas conjunturais da nação, o escritor decide aconselhar os portugueses a responder à chamada de Charles Nathan, o engajador, e emigrarem em massa para Nova Orleães em vez do Brasil, como solução e projeto de vida, dada a falta de organização do país agrícola e de oportunidades de trabalho, mas também os alerta para a debilidade do sonho.

Na terceira parte, por um lado, vamos conhecer a correspondência consular de Eça de Queiroz, e, por outro lado, conhecer a eficácia da ação do cônsul, desde Havana a Paris, verificando se corresponde em todo o seu percurso a um modelo exemplar, uma vez que se mostra exigente na atribuição dos cargos diplomáticos, no julgamento da atitude dos titulares desses cargos, e perceber, na originalidade da sua

primeira experiência, a conceção de emigração como força civilizadora da humanidade, não apenas no que respeita aos “culis”, aos imigrantes chineses em Cuba, mas a todos os migrantes.

Na quarta parte, faremos com o escritor o trajeto de *As Farpas* a *Uma Campanha Alegre*, através da análise comparativa de algumas crónicas consideradas cruciais para, por um lado, perceber as mudanças ocorridas no seu modo de pensar, e, por outro, para compreender os retratos da sociedade portuguesa que faz na sua obra literária, no seu todo. Procura-se, assim, inserir os tipos criados e inspirados pela viagem do imperador do Brasil a Portugal em *As Farpas* com as ideias sobre os motivos que impelem os portugueses a emigrar para o Brasil. O período que separa *As Farpas* de *Uma Campanha Alegre* representa para Eça um conhecimento maior e mais profundo do fenómeno da emigração, e também do Novo Mundo americano, influenciando as suas escolhas intelectuais e retratos literários.

Em relação à bibliografia ativa, e no que se refere a fontes documentais, recorreremos à correspondência consular de Eça de Queiroz, entre os anos de 1872 e 1900, e outros documentos depositados no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, entre os do escritor, contidos nas caixas nº 577, correspondente ao consulado de Havana, nº 670, correspondente ao consulado de Newcastle, nº 653, correspondente ao consulado de Bristol, nº 642, correspondente ao consulado de Paris, nº 512, correspondente ao consulado de Portugal na Bahia, e a nº 1057, contendo “assuntos diversos”, na qual se encontram documentos sobre a imigração asiática em Cuba, alguns deles incluídos no relatório de Andrade Corvo sobre a “abolição”. Apesar de muita da correspondência consular estar publicada, por A. Campos Matos e Alan Freeland, encontrámos outros documentos relevantes como, por exemplo, a “Sindicância” feita em Havana aos portugueses ali refugiados vindos de Nova Orleães, para onde tinham emigrado conduzidos por Charles Nathan, o aliciador de que tanto fala Eça de Queiroz em *As Farpas*, um contrato assinado por um dos emigrantes e sua esposa e aquele contratador, o *Regulamento da Emigração Chinesa*, datado de 1872, aprovado pela Portaria N.º 34 pelo Governador da Província de Macau e Timor, Visconde de S. Januário, o *Boletim da Província de Macau*, com o qual João Andrade Corvo põe fim à imigração asiática em Cuba, entre outros documentos inéditos, nomeadamente os relatórios do antecessor de Eça no consulado de Havana, Fernando de Gaver.

No Arquivo Histórico – Biblioteca Central da Marinha, em Lisboa, encontra-se legislação sobre a diplomacia portuguesa, regulamentos de concursos e funções dos cônsules do tempo de Eça de Queiroz, inserida no *Anuário Diplomático e Consular Português*, de 1889, nomeadamente o DECRETO COM FORÇA DE LEI DE 18 DE DEZEMBRO DE 1869, e o DESPACHO CIRCULAR DE 14 DE MARÇO DE 1870, promulgados por José da Silva Mendes Leal, imprescindíveis para compreender as funções, responsabilidades e deveres que fazem dos detentores dos cargos gestores multifacetados.

Da correspondência enviada para Portugal para os amigos, no período de 1872 e 1874, damos especial atenção a uma carta “Particular” enviada a Jesuíno Ezequiel Martins, em abril-maio de 1873, na qual revela que percebera que as suas “revolucionárias” exigências a respeito de “coolies” não representam as intenções de Portugal, crucial para questionar as afirmações dos primeiros biógrafos do escritor acerca da ação do cônsul, da determinação exercida na decisão de João Andrade Corvo abolir a emigração chinesa pelo porto de Macau, e duas cartas enviadas a Ramalho Ortigão, uma de Havana, em que apenas referencia o ano de 1873, quando se preparava para viajar para os Estados Unidos, e outra enviada de Montreal, Canadá, datada de 20 de julho de 1873, na qual testemunha as suas sensações sobre os Estados Unidos da América, dos motivos que o levaram a efetuar a viagem à América do Norte, e também para compreender que a partir dessa altura começa a questionar o “sonho americano”, porque contacta, na primeira pessoa, com a realidade americana, país que tanto o fascinara no passado, tal como descreve no folheto “Miantonomah”, publicado em finais dos anos sessenta na *Gazeta de Portugal*. Embora *As Farpas*, edição de Maria Filomena Mónica e de Maria José Marinho, sejam consideradas na totalidade, damos destaque a quatro crónicas, “leitor de bom senso”, “a diplomacia em Portugal”, “a emigração” e “o brasileiro”, precisamente as mesmas que destacamos em *Uma Campanha Alegre*, que colocamos em anexos, com o objetivo de considerar a importância das alterações e dos cortes a que o escritor procede neste texto, uma vez que se apresentam reveladoras da mudança de concepções cerca de vinte anos depois. O programa das *Conferências do Casino* e a conferência de Eça de Queiroz, através da obra com o mesmo título, da autoria de Carlos Reis, junta-se à análise de *As Farpas*, pela novidade, originalidade e determinação nos acontecimentos tratados na obra jornalística.

Em termos de relatórios sobre a emigração, tivemos em consideração o *Primeiro Inquérito sobre a Emigração Portuguesa de 1873*, o *Relatório e Documentos sobre a Abolição da Emigração de Chinas Contratados em Macau, Apresentado às Cortes na Sessão Legislativa de 1874 pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar*, João de Andrade Corvo, datado de janeiro, e, finalmente, *Emigração como Força Civilizadora*, de Eça de Queiroz, datado de novembro de 1874.

Em relação à obra literária destacamos os romances *O Primo Basílio*, *A Tragédia da Rua das Flores*, *O Mandarim*, *Os Maias*, *A Ilustre Casa de Ramires*, *A Correspondência de Fradique Mendes*, e os contos “Um poeta lírico” e “Civilização”, certos que podemos responder a uma questão relevante: se esta escrita retrata o percurso de vida do escritor, antes e depois de encetar a carreira diplomática, principalmente no que toca ao problema humanitário da emigração, dado o amadurecimento obtido pelas situações e problemas experienciados.

Privilegiámos também a correspondência do autor, publicada por A. Campos Matos, a escrita jornalística, publicada nos *Textos de Imprensa*, I, IV, V e VI, da *Gazeta de Portugal*, da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, da *Revista Moderna* e da *Revista de Portugal* e também “*Da Colaboração*

No «*Distrito de Évora*» I - (1867)”, *Crónicas de Londres, Cartas de Inglaterra e Notas Contemporâneas*.

Dos estudiosos do escritor destacamos Carlos Reis, João Medina, Annabela Rita, Heitor Lyra, Paulo Cavalcanti, Álvaro Lins, João Gaspar Simões, António Cabral, Archer Lima, considerando que a bibliografia selecionada constitui um itinerário, que uma exploração comporta tentativas e erros, mas que ensina, orienta, confirma, e sobretudo faz descobrir, tal é divisa de Edgar Morin, convencidas, com este pensador, que ninguém se pode basear, no curso do conhecimento, numa evidência indubitável, ou num saber definitivamente verificado, porque não se constrói de “terra firme”, “sobre uma rocha”, mas do “solo que se desmorona”, porque, tal como defende Fernando Cristóvão o

fenómeno psicológico e histórico da passagem da realidade à sua imagem não é tão transparente como parece, pois está sujeito a condicionamentos muito semelhantes aos que ocorrem, no domínio ótico, com os espelhos.

Entre eles, só os que são planos não deformam a imagem, porque os outros, à mais ligeira concavidade ou convexidade refletem imagens alteradas. Tal como a memória dos povos, sobretudo quando envolvidos em situações de colonização e nas suas inevitáveis filias e fobias.

Em consequência, são tão elucidativas as narrativas históricas pretensamente objetivas, como as ficções literárias ou as anedotas de bar, bem temperadas de subjetividade. Porque a convivência histórica é de altos e baixos, não se espere dos seus protagonistas a objetividade dos espelhos planos, em que os povos deixem de fazer uns dos outros projeções caricaturais.²

No final da nossa trajetória, cumpre-nos questionar se, realmente, Eça de Queiroz chegou a ser “antibrasileiro”, se compreendemos melhor os brasileiros, o *brasileiro* português e o brasileiro natural do Brasil, o emigrante português, se questionou o “sonho americano” e se reorientou a emigração portuguesa para o Brasil, e se este é o melhor destino dos que se propõem encontrar fora da pátria o que não encontram no seu interior.

Siglas utilizadas:

EFC – Emigração como Força Civilizadora

PIPEP - Primeiro Inquérito Parlamentar da Emigração Portuguesa de 1873

UCA – Uma Campanha Alegre

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

² Fernando Cristóvão, “Prefácio: a Realidade e a Mediação dos Espelhos”, in *Brasil e Portugal – A Imagem Recíproca (O Mito e a Realidade na Expressão Literária)*, Nelson Vieira, 1ª ed., Lisboa, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, 1991, p. 9.

I – Conjuntura de mudança: a sociedade e a cultura no final do século XIX

I. 1. *As Conferências do Casino e As Farpas*: instrumentos de intervenção

A obra de Eça de Queiroz apresenta-se como um todo inseparável do seu percurso de vida, no qual se inclui a história da família, a educação, os tempos de estudante em Coimbra e a profissão consular. Apesar da biografia do escritor ser sobejamente conhecida, graças ao mérito de investigadores como António Cabral, João Gaspar Simões, Heitor Lyra e Vianna Moog, que ao longo dos tempos se dedicaram a pesquisar as mais variadas fontes, acrescentando sempre dados novos, a vasta correspondência do escritor, nomeadamente a consular, não foi considerada de interesse principal.

Dada a presença das Américas na escrita do autor, nomeadamente do Brasil, os estudiosos têm realçado as suas ligações precoces a este país, ao qual está ligado, desde a infância, pela educação e por laços familiares, já que é filho de pai nascido no Rio de Janeiro, o juiz João Maria Teixeira de Queiroz, neto de um avô exilado em terras de Vera Cruz, o desembargador Joaquim João de Queiroz, educado por uma ama originária de Pernambuco. Em Coimbra, teve como companheiros de estudo vários colegas brasileiros e outros ao longo da vida, alguns dos quais se tornou amigo íntimo.

Nascido na Póvoa de Varzim, a 25 de Novembro de 1845, é entregue à costureira Ana Joaquina Leal de Barros, sua madrinha e mãe de criação, amiga dos avós paternos, residente em Vila do Conde, onde foi batizado, como consta no assento de batismo. Trazida para ali pelos avós do escritor, que teriam relações com a sua família em Pernambuco, especula-se que fosse filha de escrava, Ana Maria da Conceição, e de um importante comerciante português, Joaquim Leal de Barros. Foi com ela e com os seus filhos que Eça aprendeu a falar português com sotaque brasileiro, ouvindo, nos quatro anos da sua convivência com Ana Joaquina, as canções de ninar, as histórias infantis do Nordeste brasileiro e daquela região, que jamais deixaria de ser recordada pelo escritor, como se verifica pelas referências em *As Farpas*.

A influência exercida pela pernambucana Leal de Barros não se pode subestimar na formação da linguagem e do estilo de Eça de Queiroz, cujos processos de inovação linguística representam para Portugal uma verdadeira revolução do português, tantas vezes elogiadas outras criticadas pelos escritores portugueses e brasileiros. Algumas das características da sua prosa, como a atenção à sonoridade das palavras, a liberdade na colocação dos pronomes, a espontaneidade de certas expressões, podem ter sido influenciadas pelo contacto com os brasileiros que o rodearam na sua infância. O nome de Pernambuco nunca mais deixaria de ser lembrado na sua obra. João Gaspar Simões, biógrafo de Eça, atesta a

influência de criados e amas brasileiros não apenas na primeira, mas também na segunda infância, na casa da avó, em Verdemilho, onde abundavam os “pretos”, que terão contribuído para a sua formação.

De facto, aos cinco anos, por ocasião da morte do seu avô paterno, em 1850, Eça vai viver com a avó até completar treze anos, altura em que perde os carinhos da madrinha, mas não o contacto com o Brasil, já que passa a conviver diariamente com um casal de negros, Mateus e Rosa Laureana, que os avós tinham trazido para Portugal. Este casal, tratado com muita deferência em Verdemilho, devido à reputação da família, enche-lhe “a imaginação com histórias maravilhosas, muitas das quais passadas em terra portuguesa da América”, como explica Heitor Lyra.³ Este ambiente mantém-no ligado àquela nação desde a mais tenra idade, dando-lhe noções sobre os usos e costumes das gentes e da cultura da sua terra, que se vão desenvolvendo ao longo dos tempos, embora nem sempre, como se terá oportunidade de verificar, de forma positiva.

Segundo Mário Sacramento, Eça de Queiroz tinha vivido em Verdemilho os mistérios da sua infância, na casa dos avós paternos, porque soubera estar atento e ouvir, nunca deixando de meditar nas razões porque não fora criado com os pais e com os irmãos, como as outras crianças. Esta fase da vida deixa-lhe um fundo supersticioso, modesto, na alma, de modo que, em Coimbra, passaria quase anónimo entre a geração ruidosa que circulava à sua volta.⁴ Em criança, escutara, meditara e lera mais do que agira e falara, decidindo aguardar pelo lento germinar das decisões, dado que o que pudesse vir a realizar resultaria da lenta e paciente aquisição da cultura.

Aos treze anos inicia os estudos liceais no Porto, conhece Ramalho Ortigão (1836-1915), companheiro de colégio, seguindo anos depois para Coimbra, para cursar Direito, entre 1861 e 1866, conhecendo várias personalidades, entre as quais alguns brasileiros, que, anos mais tarde, se tornarão nomes importantes do meio político e social de Portugal e do Brasil.

Para Eça, Coimbra não é apenas a universidade e a cidade, mas o centro de ebulição cultural que o desperta, que lhe abre novos horizontes. Na senda de Antero de Quental, revolta-se contra a tradição retrógrada e repressiva da Universidade, cursa Direito, decepciona-se com os professores, com o tipo de ensino, com a cultura promovida, mas também toma consciência do mundo em que vive, desperta para a literatura, para a arte, nomeadamente através do Teatro Académico.⁵ Ali descobre o conceito de “humanidade”, contacta com o mundo já despovoado de deuses que a fantasia animara, e inicia uma caminhada que há de percorrer até ao final da vida através da prossecução do caminho artístico. Superando a sua modéstia, o acanhamento, a “Lusa Atenas” perspectiva-lhe novos rumos, novidades jamais experimentadas.

3 *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz*, com um prefácio de Maria D' Eça de Queiroz, Lisboa, Edição “Livros do Brasil”, p. 19.

4 Cf. Mário Sacramento, *Eça de Queirós – Uma estética da ironia*, Coimbra, Coimbra Editora, 1945, p. 19.

5 Cf. *idem*, p. 23.

Apesar de ter tido uma vida literária “apagada”, sabe-se que no último ano da sua passagem por aquela cidade, em 1866, quando Antero de Quental (1842-1891) e Teófilo Braga (1843-1924) eram já conhecidos nas rodas intelectuais, Eça escreve um extenso folhetim para a *Gazeta de Portugal*, intitulado “Notas Marginais”⁶, sob influência do poeta alemão Heinrich Heine (1779-1856), iniciando a atividade de escritor.

Se quando chega a Lisboa, no verão de 1866, não sabe muito bem o que quer, sabe, contudo, o que não quer. Não quer ser advogado, nem magistrado, mas dedicar-se à escrita, primeiro à jornalística, já iniciada, depois à literária. Na verdade, o diploma de bacharel não anula muitas das suas hesitações da adolescência. Tenta a advocacia, mas envereda pelo jornalismo, continuando a escrever folhetins para a *Gazeta de Portugal*, seguindo depois para Évora, estreando-se como polemista político, no periódico *Distrito de Évora*. Ao fim de sete meses, regressa a Lisboa, continuando a escrever para aquela revista, que está na origem da sua primeira obra, *Prosas Bárbaras*, prefaciada por Jaime Batalha Reis, constituída pela reunião dos folhetins que escrevera para aquela publicação.

Segundo A. Campos Matos, os casos forenses que resolve, de branda vontade, são bem poucos, já que, apesar de pertencer a uma família de doutores em leis, abdica rapidamente da profissão de advogado. Algumas das personagens da sua obra literária revelam essa inaptidão para os códigos, autos, processos e ações dos tribunais, réus, testemunhas, para o Tribunal da Boa Hora. A incompatibilidade com esse mundo está, a exemplo, patente num dos lances mais expressivos de *A Tragédia da Rua das Flores*, romance que, segundo este autor, tem “como compensação ao inacabado da forma, a espontaneidade da elocução”.⁷ Na verdade, Vítor é também bacharel em Direito por Coimbra, a estagiar no consultório do Dr. Caminha, sentindo aversão à linguagem jurídica que se lhe afigurava estranha e bárbara e lhe causava melancolia, dada a sua inclinação para a literatura. Mas, Vítor é apenas uma das personagens que povoam o universo da ficção de Eça a que se juntam outras do elenco do “velho mundo burguês”, que o seu programa realista pretendia expor à chacota.

Anos mais tarde, em *Os Maias*, também Carlos da Maia decide desafiar a ciência. Numa fase muito jovem da vida, cursa medicina, monta consultório em Lisboa após a formatura, embora sempre tivesse demonstrado mais interesse pela arte. Em Coimbra, os “Paços de Celas”, como lhe chama João da Ega, a casa luxuosa em que o avô o instala para viver, durante os tempos de estudante, atraem uma série de intelectuais e de atividades artísticas. Inicialmente, é visto como um “fidalgote”, mas quando se sabe que o dono de todos aqueles confortos lê Proudhon, Augusto Comte, Herbert Spencer, e, sobretudo,

6 V. Eça de Queiroz, “Notas Marginais” in *Textos de Imprensa I* (da *Gazeta de Portugal*), Edição Crítica da Obras de Eça de Queiroz, Edição de Carlos Reis e Ana Teresa Peixinho, Lisboa, INCM, 2004, pp. 55-64.

7 A. Campos Matos, *Silêncios, Sombras e Ocultações em Eça de Queiroz*, Porto Alegre – Brasil, Editora Movimento, 2011, p. 33.

vê também o país como uma “choldra ignóbil”, os mais inflexíveis revolucionários começam a frequentar os “Paços”.

Ao fim de alguns meses, Carlos concilia *dandies* e filósofos e transforma a casa, adaptando-a a várias atividades, para o corpo e para a alma, tal como Platão, já em outras eras, recomendara. Enquanto no quintal se faz ginástica científica, uma velha cozinha é transformada em sala de armas – porque naquele grupo a esgrima é como uma necessidade social. À noite discute-se, joga-se, toca-se piano, leem-se revistas estrangeiras como o *Figaro*, o *Times*, e os literatos, esticados em poltronas, conversam sobre “Democracia”, “Arte”, “Positivismo”, “Realismo”, que faz com que Carlos, naturalmente, não tarde em deixar pelas mesas os tratados de medicina. A literatura e a arte, sob todas as formas, passam a absorvê-lo, de modo que quando escapa a uma reprovação, que seria um grande desgosto para o avô, João da Ega diz que ele vai ser “um desses médicos literários que inventam doenças de que a humanidade papalva se presta logo a morrer!”⁸

Em *A Ilustre Casa de Ramires*, também Gonçalo Mendes Ramires era bacharel formado, com um R no terceiro ano, sendo justamente nessa altura que se estreou nas “Letras”. Depois da formatura foi a Lisboa e numa noite, quando regressava de jantar em casa da “tia Louredo”, esbarrou no Rossio com José Lúcio Castanheiro, então empregado no Ministério da Fazenda. Já em Coimbra, Castanheiro defendia a “Ideia”, “a ressurreição do sentimento português!” e, em Lisboa, trabalhava na criação duma revista quinzenal, de setenta páginas, com capa azul, os *Anais de Literatura e de História*, suplicando a Gonçalo Mendes Ramires que lhe cedesse esse romance, que lhe anunciara naquela altura, sobre o seu avoengo Tructesindo Ramires, porque de folhetim em folhetim se chegava a S. Bento! Depois era necessário reatar a tradição e, sendo Gonçalo um desses Ramires “de toda a beleza”, por essa história de Portugal fora, ninguém melhor do que ele para escrever para a revista.⁹ Na verdade, segundo Sebastião Morão Correia, Castanheiro era um “patriotinho”, chegando a afirmar que a “Novela” de Gonçalo, como reconstrução histórica, apesar de ser um plágio autêntico do poemeto do tio Duarte, era superior a toda a obra de Herculano e Rebelo da Silva.¹⁰

Na verdade, quando no verão de 1866 Eça de Queiroz se instala em Lisboa leva consigo quase todos os elementos da personalidade que virá a possuir, nomeadamente a propensão para o sonho e a imaginação, as exaltações da adolescência. Na cidade dos estudantes, conhecera os contemporâneos que mais profunda influência exercem no seu espírito, inicia-se na arte, balbucia política, chegando à capital confiante e esperançado. Nos primeiros folhetins que escreve para a *Gazeta de Portugal*, identifica-se com os líricos germânicos, nomeadamente com Heine, sendo o que mais influência parece ter exercido

8 Eça de Queiroz, *Os Maias*, fixação de texto e notas de Helena Cidade Moura, Lisboa, Círculo de Leitores, 1978, p. 64.

9 Cfr. *A Ilustre Casa de Ramires*, Porto, Lello & Irmão Editores, s/d., p. 19.

10 Cfr. Sebastião Morão Correia, “Traços característicos da ironia queirosiana – sua finalidade social”, in *Separata de «Portucale»*, Vol. XVIII, Porto, Marânus, 1945, p. 16.

sobre ele, embora tenha trocado a ironia pelo sarcasmo. A ironia só lentamente a conquistará, até porque, sem o pressentir, o acolhimento dado aos folhetins ajudaram-no a deslocar o seu inconformismo estético para o campo social e político, dado que, nesses textos publicados na *Gazeta de Portugal*, já revela interesse pelos acontecimentos político-sociais que se encontram no redator do *Distrito de Évora*, no colaborador de *As Farpas* e no articulista das *Crónicas de Londres*.

Em janeiro de 1867, em o *Distrito de Évora*, ainda hesitante entre a arte, a atividade profissional e a política, vai aplicar o estilo, absorvido nos mistérios da fantasia, ao jornalismo político. Os temas tratados exigem de si uma grande atenção, levando a perguntar-se onde se irá buscar remédio para a desgraça que se vivia no país. Numa crónica¹¹ sobre o proletariado, no n.º 2, a 10 de janeiro, depois de mostrar que as medidas propostas pela classe laboral não resolvem o problema da classe, afirma que as lições dos filósofos e publicistas propõem remédios mais heroicos. O sistema social tinha que ser resolvido, mas “não bastava reformar materialmente, era necessário organizar moralmente; até hoje tinha-se pensado em melhoramentos materiais, mudanças de forma, como se a sociedade fosse uma matéria bruta e inerte, como se as almas não fossem nada”¹².

Para Mário Sacramento, apesar de o artigo não ser brilhante é, contudo, bem elucidativo pela preferência das pequenas coisas da economia, da eloquência e do tom moral que introduz no plano político e económico. Efetivamente, se para Annabela Rita “o sistema retórico plenamente definido nas *farpas* se forma por desenvolvimento e complexificação dos mecanismos que os fragmentos mais elaborados da «Chronica» do DE já ensaiavam”¹³, para Mário Sacramento, as frases finais são aproximações ao tom utilizado por políticos dos seus romances como, por exemplo, o Gouvarinho ou o Conselheiro Acácio, mostrando a importância da escrita desses tempos.¹⁴

Ao regressar a Lisboa, em agosto desse ano, depois de uma temporada em Évora, vinha mudado. Começava a ver a conjuntura social, económica e cultural de outra forma, já que, em de vez de se conformar, reage. Lisboa já não era o que anteriormente lhe parecera. Uma carta que naquela altura escreve a Carlos Mayer, antigo companheiro de Coimbra, representa uma data importante no historial espiritual de Eça porque, pela primeira vez, escreve com ironia e de forma consciente.¹⁵ Sempre que ria, até aí, era o sarcasmo que o agitava e, daí em diante, o riso é diferente. O seu estilo, nesta carta, adquire

11 Recordamos que “crónica” tem um significado próprio na obra de Eça, definindo-a o autor, no n.º 1, de 6 de janeiro, de o *Distrito de Évora*, como “conversa íntima, indolente, desleixada, do jornal com os que o leem: conta mil coisas, sem sistema nem nexos, espalha-se livremente pela natureza, pela vida, pela literatura, pela cidade; fala das festas, dos bailes, dos teatros, das modas, dos enfeites, fala em tudo baixinho, como quando se faz um serão ao braseiro, ou como no Verão, no campo, quando o ar está triste”. V. “*Da Colaboração No «Distrito de Évora» I - (1867)*”, Obras de Eça de Queiroz, Lisboa, Livros do Brasil, s/d, p. 107.

12 *Apud* Mário Sacramento, *Eça de Queirós – Uma estética da ironia*, op. cit., p. 60.

13 *Eça de Queirós Cronista, do «Distrito de Évora» (1867) às «Farpas» (1871-72)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998, p. 22.

14 Cfr. *Eça de Queirós – Uma estética da ironia*, op. cit., p. 61.

15 Cfr. *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, Lisboa, Editorial Caminho, pp. 31-38.

muitas características que estão presentes no artigo sobre Antero, escrito para o *In Memoriam*, passados 29 anos.¹⁶ Realmente, Eça andava hesitante quanto à forma de expressão, até porque a família o chamava à realidade de ganhar o pão de cada dia, de modo que tinha que “lançar mãos à obra”.

Em 1869, viaja com o amigo e futuro cunhado, o conde de Resende, pelo Oriente, Egito e Palestina, viagem que o marcará para sempre, dada a transformação que foi até notada pelos amigos. Conta Jaime Batalha Reis que estavam na casa em que habitavam, em São Pedro de Alcântara, ele e Antero de Quental, quando entrou Eça de Queiroz chegado há pouco tempo e que ainda não tinham visto. Notaram-no logo diferente, no trajar, no ver através do monóculo que lhe estava sempre a cair. Abraçaram-se e cobriram-no de epigramas e ele contou-lhes casos das suas viagens. Mas, encontraram-no debilitado, em termos de saúde, contando que disse desesperado: “— Meu Deus! como me sinto mal! Vou ter o meu delíquio! o meu «apopleté»! Meninos, depressa, os meus sais... onde estão os meus sais?!..”¹⁷, enquanto tirava da algibeira um longo frasco que aspirava sofregamente.

Nessa tarde, nessa noite, não o largaram, “não o podíamos largar”, diz Batalha Reis. Jantaram com ele, ouvindo-o com prazer, afirmando que, maior do que o prazer de o ler, era

de o ouvir, quando ele conversava, quando ele contava, quando ele representava algum personagem que quisesse imitar ou a que quisesse dar vida. Parecia, com o seu forte e inesperado poder de expressão, de imagem, de réplica, de graça, o representante duma raça especial diversa da portuguesa, ou de qualquer outra, falando, em Portugal, uma língua nova.¹⁸

Aos vinte e cinco anos é atraído pela carreira consular, que tinha como requisito indispensável o exercício de um qualquer cargo público durante seis meses, indo, por isso, para Leiria onde contactará com a pacatez da vida da província, mas onde recolhe notas e estrutura o seu romance *O Crime do Padre Amaro*. Tanto Archer de Lima como Heitor Lyra contam a história do concurso, os temas que foram tratados e levantados no exame, nomeadamente um problema de natureza jurídica relacionado com a lei brasileira, e, embora Eça de Queiroz tivesse obtido o primeiro lugar, a vaga de cônsul na Bahia, Brasil, é atribuída ao candidato que ficara em segundo lugar, na altura com cerca de cinquenta anos. Desiludido, manifesta em *As Farpas*, cuja publicação já tinha sido iniciada, essa desventura, atribuindo-a quer a uma dama, quer às *Conferências do Casino*, levadas a cabo pouco tempo antes, quer ainda ao facto de ser considerado agitador e possuidor de ideias revolucionárias e republicanas, chegando a ser perseguido por um polícia que lhe vigiava os passos. Conta Heitor Lyra que o polícia um dia o viu entrar num teatro com o paletó abotoado e logo mandara um bilhete para o governador civil e este telegrafara

16 Cfr. Eça de Queiroz, “Um génio que era um santo”, in *Antero de Quental In Memoriam*, Porto, Mathieu Lugan Editor, 1896, pp. 461-522.

17 “Introdução – Na primeira fase literária da vida literária de Eça de Queiroz”, in Eça de Queiroz, *Prosas Bárbaras*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1903, p. 49.

18 *Ibidem*.

para o Conselho de Ministros: “Há coisa: levava o paletó abotoado”.¹⁹ Contudo, segundo Maria Filomena Mónica, quando

percebeu que, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, se sentava um homem culto, Andrade Corvo, Eça decidiu protestar contra a forma como fora afastado do concurso. Segundo ele, uma alma caridosa ter-lhe-ia sussurrado ao ouvido que não havia sido apenas a «cunha» que impedira a sua colocação, mas também as suas convicções políticas. O ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, António José de Ávila, teria declarado não ver Eça na carreira consular, por ser o mesmo chefe do Partido Republicano.²⁰

Refere Lyra, fazendo recordar Gilberto Freyre, em *O Outro Amor do Dr. Paulo*, como a sua vida teria sido diferente se tivesse ido para o Brasil, de onde, provavelmente, nunca mais teria vindo²¹, porque, na verdade, a julgar pelo desapontamento e desilusão que sentira, era para aquele país que gostaria de ter ido como cônsul, dada a passagem da família por aquelas terras da América.

Contudo, em 1872, é nomeado cônsul em Havana e a sua vida segue um rumo que o coloca face a problemas humanos e sociais sobre os quais já tinha refletido antes de partir, mas que exigem de si uma atenção particular, uma vez que se envolve na sua resolução de forma profissional e pessoal, diplomática, ligados à questão dos emigrantes. Na verdade, Havana marca, apenas, o início de uma carreira que exige de si uma postura diferente da que até então observara no domínio diplomático, que quer revolucionar, mas à qual cede noutros consulados por onde passa, Newcastle, Bristol e Paris, em nome de outros interesses.

A sua obra é uma obra total, diversa e heterogénea, inseparável do percurso de vida, da sociedade do seu tempo. Detentor de princípios e de conceções políticas e sociais próprias, parte para a escrita, para o folhetim, crónica e romance, que satisfaçam a sua intervenção na sociedade do seu tempo e que promovam a literatura. Tal como refere Jaime Batalha Reis, “a Arte tomava-o já a esse tempo, e ia-se-lhe o tempo a ler, a cismar, a idear, a cogitar os aspetos subtis das coisas”.²²

19 *O Brasil na Vida e Obra de Eça de Queiroz*, op. cit., p. 34.

20 “Introdução”, in *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, Coordenação geral e introdução de Maria Filomena Mónica; notas, tabela onomástica e glossário de Maria José Marinho, 3.^a ed., S. João do Estoril, Cascais, Principia, Publicações Universitárias e Científicas, 2004, p. 5.

21 Narra o escritor brasileiro que Eça esteve para ser cônsul na Bahia, no começo da carreira, mas outro é que tivera essa ventura, imaginando “o que teria sido Eça de Queirós, se tivesse sido cônsul na Bahia? Representante do seu país no Império de Pedro II. Teria sido, sob vários aspetos, outro Eça de Queirós. Ele tivera, quando menino, bá brasileira. Parece que mulher de cor. Bá a quem muito se afeiçoara. Que lhe contara muita coisa do Brasil. Que lhe falara em português abasileirado – “português com açúcar”: expressão sua – dos brasileiros e, sobretudo, das brasileiras. Talvez essa experiência o predispusesse a amar o Brasil em vez de nele encontrar uma Cuba maior, horrível de calor e horrível pelo que, naquela então colónia espanhola, ele encontrara de exploração de verdadeiros escravos chineses, por senhores brancos e cruéis. Eça não dera ênfase, na resposta à Maria Emília ao seu lamento de não ter sido enviado pelo seu governo como cônsul na Bahia. E uma coisa talvez devesse ser considerada certa, segundo observação de Camargo: doente como era [...] talvez tivesse sido fatal para homem de estômago tão delicado como o criador de Fradique. De modo que talvez tivesse sido um bem para a literatura em língua portuguesa – tão dependente, ainda hoje e, com certeza, para sempre, do que lhe deu o génio do grande tísico – que Eça tivesse sido frustrado no seu desejo de ser enviado ao Brasil como cônsul na Bahia.” Gilberto Freyre, *O outro amor do Dr. Paulo*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympo Editora, 1977, p. 92.

22 *Op. cit.*, p. 10.

As *Conferências do Casino* e a publicação de *As Farpas* são dois momentos que marcam a vida de Eça de Queiroz antes de iniciar a carreira consular, através dos quais expressa os pensamentos sobre o estado da nação e da cultura, tendo como referência outros países da Europa. Nesta fase, o que escreve é indissociável de um estado de desânimo, criado pela contestação do mau funcionamento das instituições que o enviam para Cuba, em vez do Brasil, e que critica juntamente com Ramalho Ortigão.

O Casino Lisbonense, situado muito perto do Chiado, é o local escolhido para as célebres *Conferências Democráticas do Casino Lisbonense*, ou simplesmente *Conferências do Casino*, um projeto cultural de Antero de Quental e de Jaime Batalha Reis, que teve como conferencistas Eça de Queiroz, Adolfo Coelho, Augusto Soromenho, e Salomão Saragga, e como apoiantes Teófilo Braga, Augusto Fuschini, Guilherme de Azevedo, Germano Vieira Meireles, Oliveira Martins e Manuel Arriaga.²³ O programa é lançado a 16 de maio de 1871, no mesmo mês em que Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão dão início à publicação de *As Farpas*, sendo dois acontecimentos quase simultâneos que marcam a vida e a obra do escritor.

O “Cenáculo”, formado em finais de 1867, em casa de Jaime Batalha Reis, antecede aqueles acontecimentos, estando, de certa forma, na sua origem. Era um grupo de intelectuais amigos, de composição variável e de localização instável, que se reunia em casas particulares e que tentava prolongar em Lisboa os tempos de Coimbra. No momento em que se formou, assentava na irreverência estudantil, sendo uma espécie de boémia literária em que se discutia arte, filosofia, letras, política, religião e cujo objetivo era criticar as instituições da sociedade portuguesa da Regeneração.²⁴

Inicialmente, era constituído por Eça de Queiroz, Salomão Saragga, Jaime Batalha Reis e também por Santos Valente, Mariano Machado de Faria e Maia e José Eduardo Lobo de Moura e outros, que apareciam menos frequentemente. Antero de Quental foi um dia apresentado ao grupo, em 1868, passando logo a ser uma das suas principais figuras, ligando-se a Jaime Batalha Reis, com quem vai viver em S. Pedro de Alcântara. Mais tarde, entrou Oliveira Martins, seguindo-se Ramalho Ortigão, já então de boas relações com Antero de Quental, seu adversário, três anos antes, no célebre duelo da Arca d’Água.²⁵

23 Cfr. Carlos Reis, *As Conferências do Casino*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, p. 92.

24 Segundo António Cabral, podia “chamar-se-lhe uma cópia ou imitação da *Pleiada*, aquela reunião de sete poetas dos antigos tempos anteriores a Cristo, mais tarde também imitada em França pelo célebre poeta Ronsard, favorito de Carlos IX, e os seus amigos. Igualmente em França, muito depois, Victor Hugo, com Alfredo de Vigny, Alfredo de Musset, Sainte-Beuve e outros, formou o famoso *Cenáculo*, que foi o mais notável de todos os grupos literários contemporâneos. [...] Não era pois, original a formação do *Cenáculo* de Lisboa. Já Salomão, o máximo dos sábios, dizia que a luz do sol nada de novo ilumina. *Nihil sub sole novi...*” *Eça de Queiroz*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1916, pp. 100-101.

25 António Cabral recorda a crónica “Um génio que era um santo”, de Eça de Queiroz, em que refere que quando Antero volta a Lisboa encontra “o nosso querido e absurdo Cenáculo instalado na travessa do Guarda-Mor, rente a um quarto onde habitavam dois cónegos, e sobre uma loja em que se agasalhavam, como no curral de Belém, uma vaca e um burrinho. Entre essas testemunhas do Evangelho e esses dignitários da Igreja, rugia e flamejava a nossa escandalosa fornalha de Revolução, de

Eça de Queiroz, um dos membros mais ilustres do “Cenáculo”, refere-se-lhe saudosamente em várias obras, dado o impacto que tivera na sua geração. Encontram-se referências a este período em *Os Maias*, em *A Correspondência de Fradique Mendes* e em *A Cidade e as Serras*. Segundo António Cabral, foi no âmbito deste ambiente que partiu, em 1869, em longa viagem pelo Oriente, realizando o sonho de conhecer a Terra Santa, que tão profunda impressão deixaria vincada, para toda a vida, na imaginação e no espírito ardente do escritor.²⁶

O período da Regeneração foi um dos mais recheados de acontecimentos que, do ponto de vista cultural, houve em Portugal. Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, este período

traduziu uma nova consciência dos homens perante a grande revolução social e económica que agitava o mundo e tinha reflexos imediatos no palco europeu. A era industrial procurava uma sementeira de ideias que batiam a ordem tradicional estabelecida [...]. Defendendo não haver fronteiras de nacionalidade para o pensamento, a segunda metade do século XIX pretendia conciliar os progressos da civilização com o legado humanístico, mostrando que a cultura não podia assentar mais no saber teórico, pois tinha de abarcar igualmente a ciência positiva. Os benefícios do caminho-de-ferro, da máquina a vapor, do telégrafo e da eletricidade haviam mudado o horizonte mental do homem. Era dos alicerces de uma nova cultura que realmente se tratava.²⁷

No domínio literário, este movimento opôs-se ao ideal romântico, que deixara de se desenvolver por não encontrar correspondência no mundo moderno, e também pelo facto de os escritores da primeira metade do século, à exceção, por exemplo, de Alexandre Herculano (1810-1877) e de Oliveira Marreca (1810-1889) terem subvalorizado a importância do elemento social no domínio da cultura.

Com a morte de Almeida Garrett, em 1854, e com o afastamento de Alexandre Herculano da cena cultural toma a dianteira António Feliciano Castilho (1800-1875), que ficara conhecido por lançar na carreira das letras escritores sem grande talento, ligados ao ideal de um romantismo estéril. Foi neste clima que surgiu a “Questão Coimbrã”, em 1865, despoletada pela carta-prefácio de Castilho ao livro *Poema da Mocidade* de Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895). Na verdade, a carta não apenas enaltecia o jovem escritor, mas também criticava dois jovens estudantes de Coimbra que começavam a evidenciar-se no domínio da escrita, de uma forma diversa, nomeadamente Antero de Quental e Teófilo

Metafísica, de Satanismo, de Anarquia, de Bohemia feroz. J. Batalha Reis era o dono do aposento temeroso, e Via-Láctea, galego ilustre, o seu servo. [...] Aí Antero apareceu numa fria manhã — e foi aclamado. Naquela viela de Lisboa ressuscitou então, por um momento, «a encantada e quase fantástica Coimbra» de que ele sempre conservará uma saudade romântica. Antero, porém, que desembarcara em Lisboa, como um Apostolo do Socialismo, a trazer a Palavra aos gentílicos, em breve nos converteu a uma vida mais alta e fecunda. Nós fôramos até aí no Cenáculo uns quatro ou cinco demónios, cheios de incoerência e de turbulência, fazendo um tal alarido lírico filosófico que por vezes, de noite, os dois cónegos estremunhados rompiam a berrar, o burro por baixo zurrava, desoladamente, e no céu, sobre os telhados fronteiros, a lua parava, enfiada. Mas toda a nossa alma se ia nesse alarido, e o vento vão da Boémia a levava, para onde leva as almas descuidadas e as folhas de louro secas. Sob a influência de Antero logo dois de nós, que andávamos a compor uma opera-bufa, contendo um novo sistema do Universo, abandonámos essa obra de escandaloso delírio — e começámos à noite a estudar Proudhon, nos três tomos da Justiça e a Revolução na Igreja, quietos à banca, com os pés em capachos, como bons estudantes.” *Apud Eça de Queiroz, op. cit.*, pp. 101-102.

26 Cf. *Idem*, p. 105.

27 *História de Portugal [1851-1890]*, Vol. IX, Lisboa, Editorial Verbo, 1995, p. 297.

Braga. Tanto as *Odes Modernas*, de Antero, como a *Visão dos Tempos* e as *Tempestades Sonoras*, de Teófilo, eram livros incómodos para o romantismo, dada a novidade da mensagem literária e filosófica apresentada.²⁸

Tal como conta Antero a Wilhelm Storch (1829-1905)²⁹, em 1887, quando o fumo da “Questão Coimbrã” se dissipou, viu-se claramente que de um grupo de dezasseis a vinte rapazes em Portugal, que não queriam saber da “academia” nem dos “académicos”, que já não eram católicos nem monárquicos, que falavam de Goethe e de Hegel como os velhos tinham falado em Chateaubriand e em Cousin, e de Michelet e Proudhon como os outros tinham falado em Guizot e Bastiat, que citavam nomes bárbaros e ciências desconhecidas, que inspiravam pouca confiança pela petulância e irreverência, mas que, inquestionavelmente, tinham talento e estavam de boa fé, havia de esperar-se alguma coisa “quando assentassem”.³⁰

Efetivamente, os factos confirmaram a impressão do intelectual, já que dez ou doze desses rapazes que saíram da Escola de Coimbra ou da influência dela ajudaram a abrir uma nova era no pensamento português. O velho Portugal, ainda marcado por uma literatura de convenção, morrera definitivamente, e esse grupo afirma-se como o porta-estandarte dessa espécie de revolução, porque, se “a uma ordem artificial se seguiu uma espécie de anarquia, é isso ainda assim preferível, porque uma contém germens de vida, e da outra nada havia a esperar”.³¹

O folheto *Bom Senso e Bom Gosto*³², da autoria de Antero, punha em causa o pontificado de Castilho, o que não agradou a todos como, por exemplo, a Ramalho Ortigão que não gostou que se faltasse ao respeito a uma pessoa de idade e cega. A forma que o problema tomara, permitia identificar duas escolas, a de Coimbra, apesar de se encontrar ainda numa fase embrionária, e a de Lisboa, que representava as supostas literaturas oficiais. O “ultra romantismo”, que corresponde à degradação do

28 Segundo Antero de Quental, “a famosa *Questão Literária* ou a *Questão de Coimbra*, que durante mais de 6 meses agitou o nosso pequeno mundo literário, e foi o ponto de partida da atual evolução da literatura portuguesa. Os *novos* datam todos de então. O Hegelianismo dos Coimbrões fez explosão. O velho Castilho, o Arcade póstumo como então lhe chamaram, viu a geração nova insurgir-se contra a sua chefatura anacrónica. Houve em tudo isto muita irreverência e muito excesso; mas é certo que Castilho, artista primoroso mas totalmente destituído de ideias, não podia presidir, como pretendia, a uma geração ardente, que surgia, e antes de tudo aspirava a uma nova direção, a *orientar-se* como depois se disse, nas correntes do espírito da época. Havia na mocidade uma grande fermentação intelectual, confusa, desordenada, mas fecunda: Castilho, que a não compreendia, julgou poder suprimi-la com processos de velho pedagogo. *Inde irae*. Rompi eu fogo com o folheto *Bom Senso e Bom Gosto*, carta a ex.mo A. F. de Castilho. Seguiu-se Teófilo Braga, seguiram-se depois muitos outros; *la mêlée devint générale*. Todo o inverno de 1865 a 66 se passou neste batalhar.” *Cartas de Anthero de Quental*, prólogo do Dr. Teixeira de Carvalho, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921, p. 5.

29 Poeta germânico, professor catedrático em Munster, onde ensinou italiano e português. Ficou conhecido em Portugal devido à tradução para o alemão das obras completas de Luís de Camões.

30 Cfr. *Cartas de Anthero de Quental*, *op. cit.*, p. 6.

31 *Ibidem*.

32 V. Manoel Roussado, *Bom-Senso e Bom-Gosto*, Resposta à Carta que o Sr. Anthero do Quental dirigiu ao Ex. mo Sr. António Feliciano Castilho, 2.^a ed., Lisboa, Livraria 1866.

ideal romântico na literatura, era um facto irreversível. Efetivamente, os princípios de uma nova corrente literária estavam em marcha e não tardariam a dominar a cultura portuguesa.³³

No nosso país, a ideia socialista surge contra o liberalismo, estabelecendo os princípios estruturantes de uma nova sociedade que, no último terço do século, tinha sido marcada por uma profunda crise política e ideológica, cujas raízes não eram apenas internas, mas também comuns a outros países da Europa, nomeadamente da Inglaterra, da França e da Espanha, assim como dos novos Estados ibero-americanos. Em muitos casos, não era apenas a política liberal que estava em causa nem a preponderância da burguesia como classe dominante, mas também a monarquia como instituição, os seus princípios seculares, agora desajustados da realidade dos novos tempos. Aquilo que Antero de Quental apelidou de Escola de Coimbra, na verdade, era apenas o conjunto de alguns estudantes (o que lhes mereceu severas críticas) atentos aos tempos de mudança, formados numa universidade tradicional, e numa cidade onde chegavam as melhores novidades da Europa, razão porque, anteriormente, afirmámos que se encontrava numa fase embrionária.

Na verdade, a Europa vivia momentos de grande transformação que iria conduzir a uma revolução literária, cujos acontecimentos mais notórios foram a fundação da Primeira Internacional Operária, em 1864, o movimento operário inglês, em 1868, a proclamação da Primeira República Espanhola, em 1873, a unificação da Itália após a campanha de Garibaldi, em 1870, a Guerra Franco-Prussiana, entre 1870 e 1871, em que a Alsácia e a Lorena foram integradas na Alemanha, a Comuna de Paris, em 1871, e a constituição da Terceira República Francesa, também em 1871. Muitos intelectuais sentem a aproximação da mudança de estrutura, inspirando o realismo e o naturalismo, “caracterizados pelo gosto do facto preciso e limitado a que a sensibilidade era uma componente indispensável”³⁴, os autores portugueses da década de 70.

A juventude intelectual de Coimbra, descontente com o presente, acolhe de braços abertos as novidades que chegam cada dia, cada vez mais e mais rápidas, atualizando-se e evoluindo culturalmente. Os futuros escritores reagem contra o romantismo e a autoridade de Castilho, atacam-lhe a frivolidade, o anacronismo da poesia que criava à base de rimas, tentando acompanhar o ritmo da Europa onde se assistia a uma revolução de pensamento, a que correspondia uma nova forma de expressão na palavra escrita. Dessa juventude, designada “Geração de 70”, fizeram parte, entre outros, Antero de Quental e Eça de Queiroz.

33 Segundo Veríssimo Serrão, o “período que vai da Regeneração ao *Ultimatum* representa o grande desfazimento entre as concepções de raiz individual e os impulsos sociais que visavam transformar o quadro político e cultural do País. De acordo com as novas teorias do positivismo científico e do socialismo revolucionário, não era mais o homem isolado que dirigia os países e determinava os acontecimentos, mas a ação dos grupos sociais que a «lógica da história» exigia. A civilização industrial criara uma nova mecânica em que os «grupos» socioprofissionais pretendiam impor-se ao «indivíduo» na condução dos Estados. Para muitos espíritos raiara a era libertadora anunciada pela doutrina de Marx e Engels como motor da história e explicação da vida.” *História de Portugal [1851-1890]*, op. cit., p. 299.

34 Fernanda Godinho Esteves, *Do Galaico-Português à Lusofonia*, Lisboa, Universitária Editora, 1998, p. 34.

Nessa altura, Antero de Quental cria um personagem fictício, Carlos Fradique Mendes, culto, exótico, corajoso, viajado, excêntrico, mais tarde repescado por Eça de Queiroz, introduzindo outra ordem no grupo, ao contagiá-lo com a paixão por Proudhon. O projeto de realização das *Conferências do Casino* acaba por se tornar a expressão exterior, pública, de um grupo privado de amigos, cuja atividade revolucionária estava sob suspeita, dado conhecerem o que se estava a passar pela Europa e saberem o que podiam fazer pelo seu país. Antero, Batalha Reis e depois José Fontana estavam cada vez mais decididos a resolver a questão social. No círculo trabalhista, conhecia-se já *O Capital*, de Karl Marx, e até já tinha sido explicado aos trabalhadores em que consistia, explicação dada por dois estrangeiros que se tinham deslocado a Portugal para o efeito. Ainda que as teorias e os planos defendidos pela ideologia marxista entrassem um pouco em conflito com Proudhon, tanto Antero como Eça concordavam que era necessário fundar uma Associação Internacional de Trabalhadores.³⁵

A eles, ali em Lisboa, competia-lhes não conspirar, mas intervir, dando um sentido aos ideais de revolução, realizando conferências, porque consideravam que nesses “centros de demagogos, socialistas e republicanos, sequiosos de fazer conferências e discursos, dominava a mais completa anarquia espiritual. [...] Porque não tentá-las?”, como escreve Vianna Moog.³⁶ Em poucos dias ficou tudo organizado e, se a lista prometia, o programa não lhe ficava atrás, dados os objetivos e a meta a atingir.

No primeiro fascículo de *As Farpas*, Eça informa o público de como se fundou a publicação e sobre a abertura das conferências, iniciadas por Antero de Quental, no dia 19 de maio, pedindo aos leitores bom senso para escutar a voz da revolução, para “esmagar” depois de a “ouvir”, já que era a primeira vez, em Portugal, que a palavra tinha forma científica. O

modo revolucionário ou antes, na sua feição partidária e política, o mundo republicano tinha-se até hoje manifestado muito indistintamente, - por alguma voz isolada, que se extinguia sem eco, no silêncio da opinião, ou pelas agitações – mais suspeitadas que verificadas – de especuladores ávidos e de intrigantes decaídos. Às vezes meia folha de papel era distribuída grátis, com alguns insultos aos ministros, ao rei, e a um ou outro regedor.³⁷

Neste ambiente de agitação e de inconformismo, as conferências são uma “oportunidade” de intervenção, dada a impotência dos políticos, a incapacidade do “sr. Fontes” para organizar o país³⁸, pelo que se propunha uma propaganda nova, embora se previsse resistências. Tal como constata Carlos Reis, “o tempo das *Conferências do Casino* é um tempo de convulsões sociais e debates ideológicos muito

35 João Medina considera que Antero de Quental, dada a dedicação à “Revolução operária” e ao “Socialismo”, não-marxista, antes proudhoniano, foi o “Ícaro da geração setecentista”, “o herói como um santo laico e revolucionário”. O seu suicídio em Ponta Delgada, a 11 de setembro de 1891, está associado ao fim do sonho da “Revolução operária”, depois do “falhanço da Liga do Norte e da desastrosa tentativa revolucionária do Porto”. Cfr. João Medina, *Portuguesismo(s)*, Lisboa, Centro de História - Universidade de Lisboa, 2006, p. 117.

36 Eça de Queiroz e o *Século XIX*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo, Edição da Livraria do Globo, 1945, p. 145.

37 Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, 3.ª ed., coordenação geral e introdução de Maria Filomena Mónica; notas, tabela onomástica e glossário de Maria José Marinho, S. João do Estoril - Cascais, Principia - Publicações Universitárias e Científicas, 2004, p. 41.

38 Cfr. *idem*, p. 43.

intensos, com a emergência e derrocada da Comuna de Paris em lugar de destaque”³⁹, facto retratado por Eça em *O Crime do Padre Amaro*, quando se refere ao grande alvoroço que havia na Casa Havanesa, ao Chiado, em Lisboa, nos finais de Maio de 1871:

Pessoas esbaforidas chegavam, rompiam pelos grupos que atulhavam a porta, e alçando-se em bicos de pés esticavam o pescoço, por entre a massa de chapéus, para a grade do balcão, onde numa tabuleta suspensa se colavam os telegramas da Agência Havas; sujeitos de faces espantadas saíam consternados, exclamando logo para algum amigo mais pacato que os esperava fora:

- Tudo perdido! Tudo a arder!⁴⁰

Ramalho Ortigão também se pronuncia sobre o que considera como importante acontecimento europeu que foi a Comuna de Paris, ao referir-se ao assunto em *As Farpas*, a seguir ao artigo de Eça sobre a abertura das Conferências.⁴¹ Segundo Rui de F. Marcos, nesta conjuntura, em que Eça “sustentou uma interpretação cíclica da história”, em que os “males que atingiam a Europa não passavam de um natural depercimento de Inverno na floresta humana, de onde vicejaria, volvido algum tempo, uma nova e rica vegetação de liberdades, de ideias e de condutas”⁴², Ramalho Ortigão confia no indivíduo, no seu “caráter”, na fé do progresso, na família, no trabalho, no espírito de sacrificio, considerando que temos “íntactas, perfeitas, serenas, pacíficas, cobertas de luz, todas as coisas em que o ser moral do homem se cultiva e se engrandece, - o desenvolvimento no indivíduo da grande força irresistível destinada a regenerar e a salvar os povos”.⁴³ De resto, é um acontecimento presente na obra de Eça de Queiroz, em crónicas, ensaios e na ficção, facto que o começa a marcar ainda em Coimbra, nos tempos de estudante, porque, na verdade, a sua geração tinha os olhos postos na Europa, nomeadamente na França, na sua história revolucionária entre a burguesia e o proletariado.⁴⁴

39 *As Conferências do Casino*, op. cit., p. 10.

40 *O Crime do Padre Amaro (Cenas da Vida Devota)*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1879, p. 609.

41 Nessa crónica, Ramalho afirmava que fechar “o presente volume das *Farpas* sem consagrar uma linha à catástrofe imensa da Comuna de Paris seria o meio mais cómodo de o fechar, mas não seria o mais digno. [...]

Quando a civilização não é o sentimento de Deus encarnado no povo, como sucedeu na Grécia, chega um dia impreterível em que a facilitação dos prazeres acaba por extinguir quando há nobre, elevado e viril no coração do homem; [...] A crise chega a final. Chegou: estamo-la vendo. A lama das ruas converte-se em labareda e devora em línguas de fogo aqueles que a pisavam nos seus triunfos.

Portugueses – pequenos, obscuros, sem nenhuma espécie de significação ou de influência no movimento das ideias ou no movimento dos factos universais – não nos cabe indagar se nos convém repelir ou propagar a nova lei que a revolução dos grandes centros da política ou do pensamento humano nos trouxe à mão. Pouco importa o nosso voto, o nosso juízo ou a nossa vontade! A nossa missão, improrrogável e fatal, é submettermo-nos, e aceitá-la. Não é somente a França que está na revolução: está nela a Itália, a Alemanha, a Rússia, a Espanha; está nela a Europa inteira. Nos espíritos e nas consciências da geração a que pertencemos tange um rebatido universal. [...]

Neste fúnebre período de dúvidas e de incertezas – ciclo tremendo em que vivemos – que resta ao homem contemporâneo, a cuja dignidade repugne viver, na dissolução que o cerca, das exigências exclusivas do seu temperamento?” *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., pp. 51-52.

42 *Eça de Queirós, a Europa e a Faculdade de Direito de Coimbra no Século XIX*, Coimbra, Almedina Editora, 2005, pp. 20-21.

43 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 52.

44 Conta A. Campos Matos que “Narrador e personagens fazem inúmeras alusões ao Segundo Império e às suas figuras de proa, muito particularmente n’ *A Tragédia da Rua das Flores*, n’ *Os Maias*, no *Conde de Abranhos* e n’ *A Correspondência de Fradique Mendes*. A antipatia de Eça pelo Segundo Império fará com que as suas personagens bonapartistas sejam quase todas

Para além do registo ficcional em *O Crime do Padre Amaro*, que, de um ponto de vista crítico, constitui um excelente testemunho das contradições e equívocos que atravessavam a sociedade portuguesa, num momento delicado da vida política e ideológica da Europa, o “Programa das Conferências Democráticas” não deixa lugar a equívocos, já que se refere às transformações políticas, ao modo como se devia regenerar a organização social, tendo em conta que um povo não pode viver e desenvolver-se afastado das grandes preocupações intelectuais do seu tempo. Nesta conjuntura de mudança, o “Programa” aludia à necessidade de se estar atento ao trabalho diário da humanidade, de meditar sobre ele, e propunha a abertura de

uma tribuna, onde tenham voz as ideias e os trabalhos que caracterizam este momento do século, preocupando-nos sobretudo com a transformação social, moral e política dos povos;

Ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o assim nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada;

Procurar adquirir a consciência dos factos que nos rodeiam, na Europa;

Agitar na opinião pública as grandes questões da Filosofia e da Ciência moderna;

Estudar as condições da transformação política, económica e religiosa da sociedade portuguesa:

Tal é o fim das Conferências Democráticas.⁴⁵

Para Carlos Reis, a partir de *As Conferências do Casino*, Eça de Queiroz “aceita como princípios de referência ideológico - literária o determinismo taiano, a lição de Flaubert, e o pensamento de Proudhon, prepara-se para fazer do Romantismo [...] um dos alvos preferenciais da sua militância realista e naturalista”⁴⁶, de modo que *As Farpas* são já redigidas sob uma nova orientação literária, já que “a educação romântica, o carácter dissolvente do teatro e da novelística romântica, a retórica sentimentalista herdada da segunda geração romântica são alguns temas, glosados e estigmatizados em nome de uma conceção pedagógica e interventiva na literatura”.⁴⁷ Também João Gaspar Simões defende que para Eça o realismo é Proudhon e Taine, exaltando esse “estranho realismo”, por fazer a aproximação à vida, crendo

que em França ninguém pensava em aproximar as ideias estéticas de Proudhon dos princípios realistas. E haveria quem aproximasse as teorias do meio de Taine das teorias do autor de «Du Principe de l’ Art?» Foi, pois, a conferência de Eça de Queirós uma exposição das ideias destes dois pensadores franceses? Não. Antes de mais nada, foi uma crítica ao estado decadente das letras nacionais, embora sem descer a uma concretização positiva. Essa concretização fizera-a ele em «As Farpas», no seu artigo *Estado social de Portugal em 1871*, publicado dias antes da conferência. Aí procedia a uma análise entre sarcástica e paternal de todas as atividades sociais, políticas e mentais portuguesas, em nome do bom senso. Depois de um balanço à vida política, ao jornalismo e aos costumes, abordava a literatura.⁴⁸

indivíduos de medíocre mentalidade que refletem sobretudo a clivagem entre partidários dos regimes liberais e partidários de cesarismos monárquicos. O conde de Ribamar, Meirinho, Padilhão, Genoveva, Maria Monforte, eis algumas dessas personagens bonapartistas.” *Silêncios, Sombras e Ocupações em Eça de Queiroz*, op. cit., pp. 51-52.

45 *Apud* Carlos Reis, *As Conferências do Casino*, op. cit., pp. 91-92.

46 “José Maria Eça de Queirós e o Romantismo”, in *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Helena Carvalhão Buescu (Coordenação), Lisboa, Editorial Caminho, 1997, p. 448.

47 *Ibidem*.

48 *Vida e Obra de Eça de Queirós*, Amadora, Livraria Bertrand, 1973, pp. 297-298.

O objetivo das conferências segue os anteriormente propostos pelos participantes na “Questão Coimbra”, já que passam, particularmente, por integrar Portugal na “humanidade civilizada”, “agitar na opinião pública” os problemas da filosofia e da ciência, e estudar as condições que tornem possível a transformação da sociedade portuguesa nos aspetos político, económico, social e até religioso, segundo estima Maria José Marinho.⁴⁹

Trata-se da primeira expressão de forma organizada do Partido Republicano, escreve Eça na *Revista de Portugal*, sob o pseudónimo *Um espectador*, cuja finalidade é estimular a fraternidade humana, libertar as raças oprimidas, mais do que abalar o poder, através de um clube de idealistas e de humanitários, de que as *Conferências do Casino* são um ato prático, um instrumento de propaganda mais literária do que política.⁵⁰ O mundo republicano tinha-se manifestado, até então,

muito indistintamente, - por alguma voz isolada, que se extinguia sem eco, no silêncio da opinião [...]. Às vezes meia folha de papel era distribuída grátis, com alguns insultos aos ministros, ao rei, e a um ou outro regedor. [...]

Tal era o partido republicano – que causava hilaridade! Por isso o espanto é grande, vendo aparecer homens que apresentam a revolução, serenamente – como uma ciência a estudar. Não o fariam mais tranquilamente se se tratasse de anatomia.⁵¹

Na época, ninguém quer discutir o assunto a sério, afirma Eça, de modo que os conferencistas têm consciência das resistências que vão encontrar, principalmente o público “inteligente e sobretudo literário”, que idolatra a oratória, os “aparatos retóricos”.⁵² Ora, as conferências propõem uma missão contrária, já que introduzem uma natureza científica, experimental, afirmando que são “a demonstração, não são a apóstrofe; são a ciência, não são a eloquência”, porque as “declamações têm tirado à democracia o seu carácter privativo de realidade e de ciência”.⁵³

Antero de Quental dá orientações sobre a forma como se prevê que as conferências decorram, esclarecendo que os conferencistas não iriam ali impor, mas expor, o resultado consciente das graves questões políticas e sociais da época, ao mesmo tempo que declara que, para resolver os problemas vitais que à humanidade interessavam, preferia o estudo e a discussão aos meios violentos.⁵⁴ Os promotores falam em nome da revolução e do proletariado, já que, segundo Eça, é muito mais confortável encontrarem-se com quem represente o proletário, descansadamente, do que com o próprio operário, “mudo”, “taciturno”, “pálido de ambição ou de fome”. Por outro lado, fazer conferências é diferente do

49 Cfr. “Notas, tabela onomástica e glossário”, in *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 40.

50 Cfr. “Novos Factores da Política Portuguesa, por Um espectador”, in *Textos de Imprensa VI* (da *Revista de Portugal*), Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, Edição de Maria Helena Santana, Lisboa, INCM, 1995, pp. 83-95

51 Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., 41.

52 Cfr. *ibidem*.

53 *Ibidem*.

54 Cfr. António Cabral, *Eça de Queiroz*, op. cit., pp. 123-124.

que fazer barricadas, exemplificando com as ações do proletariado francês, que faz fogo porque não lhe é permitido realizá-las.⁵⁵

Na segunda conferência, realizada no salão principal do Casino, pequeno espaço para acolher o numeroso público, Antero discursa sobre as “Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos”, nomeadamente o catolicismo, o absolutismo e as conquistas. Houve tempos, dizia, em que a Europa tinha os olhos postos em Portugal e também na Espanha, dado o papel glorioso que desempenharam na época da Renascença, em termos de produções e realizações em nada inferiores às das nações cultas, chegando a excedê-las, tendo-se mesmo tornado precursores nas grandes navegações e nos estudos geográficos. Entretanto, de um momento para o outro, lamenta Antero, tanto um como o outro povo, passam, sem transição, para uma conjuntura pobre, ignorante, como que separados do resto do mundo civilizado por um fosso de dez séculos.

Durante duzentos anos, na Península, não se fez nenhum homem superior, enquanto a Europa culta se engrandecem e nobilitam pela ciência. A ausência de ciência debilita um povo, lança-o na degradação e coloca-o no esquecimento, de modo que Portugal, já nos começos do século XVIII, deixa de ser tido em conta entre as nações mais desenvolvidas. Por outro lado, o Catolicismo do Concílio de Trento, contrário ao espírito de liberdade do cristianismo, se não inaugurou no mundo o despotismo, serviu-lhe de instrumento para que se organizasse de maneira completa, e a centralização do absolutismo, prostrando o povo, corrompia ao mesmo tempo o rei. Conclui que os portugueses são uma raça decaída por ter rejeitado o espírito moderno, mas que se pode regenerar abraçando esse espírito denominado Revolução, que “não quer dizer guerra, mas sim paz”, “não quer dizer licença, mas sim ordem, ordem verdadeira pela verdadeira liberdade”.⁵⁶

A conferência de Antero agradou, no geral, pela forma e pela novidade, mas não agradou a todos, dado o ataque ao passado português, às conquistas, ao catolicismo e ao absolutismo, considerados como a essência da alma peninsular, suspeitando-se que as conferências não iriam durar muito tempo. Augusto Soromenho profere a conferência seguinte, dissertando sobre “A literatura portuguesa”, abordando temas como a poesia, o romance, o drama e o jornalismo, lamenta a falta absoluta de crítica, a brandura da imprensa que não tem preparação, nem respeitabilidade, nem autonomia, em Portugal. Referindo-se, também, em tom áspero, aos clássicos omite Almeida Garrett, para surpresa da assistência, já que se refere a autores de inferior nomeada.

A quarta conferência, proferida no dia em que chega a Portugal o imperador do Brasil, D. Pedro II, é da responsabilidade de Eça de Queiroz. António Cabral recolheu de vários jornais a súmula da apresentação, contando que o orador fez questão de esclarecer que o tema versava sobre a nova

55 Cfr. Vianna Moog, *Eça de Queiroz e o Século XIX, op. cit.*, pp. 149-150.

56 Cfr. *idem*, pp. 155-156.

literatura, “sobre a afirmação do realismo, como nova expressão de arte”, e não sobre a moderna literatura, como fora anunciado, que se propunha “apresentar as ideias da revolução do facto permanente nos factos sociais, onde ela aparece, estudando-os e tendo uma política, uma economia, uma estética, isto é, um sistema, um mecanismo, uma forma”.⁵⁷ A arte só poderia salvar-se com o realismo, a escola da revolução, pela qual se estão a formar as suas consciências, sendo considerada a alma do século XIX. A arte do presente “atraiçoa a revolução, corrompe os costumes [e] o meio de a salvar é fundar o realismo, que expõe o verdadeiro, elevado às condições do belo e aspirando ao bem pela condenação do vício e pelo engrandecimento do trabalho e da virtude”.⁵⁸ Ao aludir ao estilo romântico, acusa-o de se afastar do mundo presente, dos escritores fugirem “espavoridos” do seu tempo, afirmando que se estabelece “a perpétua isolação entre o artista e a sociedade, o desrespeito do trabalho, da moral, da família, da ciência: vem a pior das coisas – a arte pela arte, sem o intuito da influência benéfica que possa causar e só com o da impressão que possa produzir”.⁵⁹

Para Eça, se no século XVIII há falta de unidade na arte e se no século XIX não há arte, já que tudo é imitado, então está na altura de promover essa unidade, não se opor ao espírito do tempo, já que ele é a revolução que, estando subjacente a tudo, convulsiona e abala. A arte tira da sociedade os seus intuitos, porque o artista tem nas suas mãos o nobre e o grandioso. O ideal e o social constituem-se em harmonia, e as causas permanentes atuam poderosamente, formam as consciências e apresentam-se como a alma do século XIX.

Segundo a sùmula de António Cabral, Eça de Queiroz faz “a mais completa e a mais radical afirmação do realismo que se tinha, até então, feito em Portugal”⁶⁰, ao mostrar que, no modo como ele o entende, “não era simplesmente um processo de forma, mas sim uma base filosófica [...], uma lei, uma carta de guia, um roteiro do pensamento humano na eterna região artística do belo, do bom e do justo [...] a arte do presente: poderia dizer a do futuro”.⁶¹ Em França, segundo afirmou, o despertar do espírito público coincidiu com o aparecimento do realismo, que não é uma mera forma de expor, mas

é a proscricão do convencional, do falso, do oco, do enfático, do lacrimoso, do piegas. É a abolição da retórica considerada como arte de promover a comoção pela inchação do período, pela epilepsia da palavra, pela congestão dos tropos. É em vez da lei gramatical do *belo*, tomada como caminho do *justo*, segundo a tendência da literatura velha, a lei moral e científica do justo recebida como única aspiração do *belo*. O romantismo era a apoteose do sentimento, o realismo deve ser a anatomia do coração.⁶²

57 *Apud Eça de Queiroz, op. cit.*, p. 125.

58 *Apud idem*, p. 131.

59 *Apud idem*, p. 128.

60 *Apud idem*, p. 129.

61 *Apud ibidem*.

62 *Apud idem*, pp. 129-130.

De acordo com Vianna Moog, em Portugal, como Eça o entende, o “realismo é a crítica do homem, é a arte que nos pinta a nossos próprios olhos para nos conhecermos, a ver se somos verdadeiros ou falsos, para condenar o que a sociedade tem de mau. O processo é a análise, o seu fito a verdade absoluta.”⁶³ A nova arte tem um fim moral, porque o escritor pretende corrigir e ensinar, pugnar pela regeneração dos costumes, e não apenas possibilitar aos sentidos impressões passageiras.

Influenciada pela filosofia positiva ou experimental, a escola realista não tem seguidores em Portugal até ao aparecimento dos primeiros romances de Eça de Queiroz. Predomina então, no círculo literário português, o romance histórico que reconstitui cenas longínquas, de paixão, algumas adulteradas, “que dava vida a personagens falsos, falando, sentindo e procedendo falsamente, num meio ainda mais falso do que essas figuras de convenção”.⁶⁴ Quando se ouve “o som agudo do clarim de guerra que Eça de Queiroz revolucionariamente fazia estridular”⁶⁵, o público estremece de espanto, já que o realismo, nascido e cultivado na França, tem agora um representante na literatura portuguesa.⁶⁶ Na verdade, segundo Guerra Junqueiro, a “ideia também muda a pele, como a serpente”, analogia que permite compreender que a literatura reflete as ideias da época a que se refere, que cada período literário se distingue por um conjunto de características que lhe são peculiares.⁶⁷

Os primeiros romances de Eça, feitos por processos novos, causam comoção e sobressalto na sociedade portuguesa, já cansada do estilo anterior. Em *As Farpas*, na crónica de abertura, Eça afirma que a literatura – poesia e romance – é estéril, que não possui ideias, nem originalidade, embora conserve “o antigo hábito de ser vaidosa, e costumando-se sem grande repugnância à sua nova missão de ser inútil. Convencional, hipócrita, falsíssima, não exprime nada: nem a tendência coletiva da sociedade em que vive, nem o temperamento individual do escritor.”⁶⁸

Enquanto na França os escritores se expressam nas suas obras e os seus livros são o espelho genuíno e sincero da sociedade que se dissolve, na corrente da literatura portuguesa “nenhum movimento real se reflete, nenhuma ação original se espelha”⁶⁹, explicando que o romance não tem nenhum fim, nada explica, não pinta caracteres, nem desenha temperamentos, nem analisa paixões. Também não tem psicologia, nem drama, nem personagens. Já o teatro não tem essência dramática, não

63 Eça de Queiroz e o Século XIX, *op. cit.*, p. 157.

64 António Cabral, *Eça de Queiroz, op. cit.*, p. 194.

65 *Ibidem*.

66 No entender de António Cabral, Portugal deve a Eça de Queiroz o ter sido o patriarca da escola realista, sendo “a mais alta figura do realismo, entre nós, numa época em que as tradições do romantismo se impunham ainda, a quem escrevia e a quem lia, dominando vigorosamente os espíritos e avassalando as inteligências”, já que, essa escola, como era seguida em França pelos seus mais altos cultores, não tinha ainda partidários seculares em terras portuguesas. *Idem*, p. 193.

67 Cf. Sebastião Morão Correia, “Traços característicos da ironia queirosiana – sua finalidade social”, in *Separata de «Portucale»*, *op. cit.*, p. 7.

68 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, p. 24.

69 *Idem*, p. 25.

tem uma ideia sua, original e própria do que deve ser a comédia e o drama, acusando-o de perder a ideia, a significação e o fim a que se destina.⁷⁰

Para António Cabral, Eça de Queiroz descreve, agora, largamente as paisagens e o meio em que as personagens se movimentam, fazendo a análise das almas

filiando-se assim no grupo filosófico dos escritores psicologistas; ocupando-se em fixar escrupulosamente o carácter das suas figuras e fazendo-as mover e proceder com coerência e de harmonia com a índole que lhes atribuía: estudando as paixões, os vícios, os sentimentos, e dando-lhes o ardor, o ímpeto, o fogo e a verdade que a cada um desses estados de alma devia dar: sintetizando admiravelmente e criando assim tipos perfeitos, magistrais, observados com cuidado na vida real [...].⁷¹

A arte, tal como a concebe, é traçada na linha dos movimentos sociais, é determinada por causas permanentes, como o solo, o clima e a raça, e por causas acidentais, dependentes de uma ordem de ideias que determinam os costumes e o artista, como dizia na sua conferência. Nesta concepção, os movimentos da arte refletem os da vida, ou seja, a arte serve a vida, apresentando-se como tendo uma finalidade social. Considerada como uma obra do homem interior, do artista, do criador, é por ela que um homem se eleva acima do comum dos mortais e grava o seu nome na história da cultura de um povo.

Artur Gorjão, o artista de *A Tragédia da Rua das Flores*, que andara enganado durante muito tempo quanto à forma de expressão, faz, de certo modo, o mesmo percurso que Eça, em termos de arte. Efetivamente, ambos se iniciam num género, mas, gradualmente, enveredam por outro. Era em casa, à noite, que criava, no “Olimpo”, nome que dava ao seu “atelier”, porque o que fazia durante o dia era trabalho - cenografia na Rua dos Condes, no Variedades, não se podia considerar arte. Gorjão andava há muito tempo “à procura do verdadeiro princípio da arte: na certeza que logo que o achasse, produziria obras consideráveis; renovaria a pintura em Portugal, faria escola”⁷², tal como Eça fazia no domínio da literatura.

Em 1879, em carta a Ramalho, Eça de Queiroz repetirá a concepção que em cada período histórico a arte partilha uma ideia, referindo que “cada época tem a sua maneira de vestir, de sentir, de falar, e de conceber o ridículo: uma graça, - que faça rir, passados vinte anos ou a cem léguas do mundo que a provocou, é uma bem interessante obra de arte”.⁷³ O ideal da arte grega antiga era tornar o homem fisicamente belo, preferindo o homem exterior ao interior, ao moral, cujo aperfeiçoamento é agora a suprema aspiração da arte moderna. Já tinha afirmado na *Gazeta de Portugal* que Atenas tinha produzido a escultura⁷⁴, possuindo uma grande história, tal como salienta no relatório da emigração,

70 Cfr. *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 27.

71 *Eça de Queiroz*, op. cit., p. 197.

72 Eça de Queiroz, *A Tragédia da Rua das Flores*, fixação do texto e notas de João Medina e A. Campos Matos, Lisboa, Moraes Editores, 1980, p. 163.

73 *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, op. cit., p. 240.

74 Cfr. “Lisboa”, in *Textos de Imprensa I* (da *Gazeta de Portugal*), op. cit., p. 135.

*Emigração como Força Civilizadora*⁷⁵, apesar de a Grécia estar em grandes dificuldades económicas e financeiras, como Portugal, tal como descreve em *As Farpas*.⁷⁶

Em *A Tragédia da Rua das Flores*, Gorjão tivera o sonho de Lisboa ser dentro de cem anos como Atenas fora outrora. Já desejara ter criado uma escola de pintores, para que em cada casa se visse numa parede um belo quadro,

onde a forma divina destacava num tom glorioso: as mulheres, as esposas grávidas, vendo constantemente estes frisos novos, impregnando-se deles, tendo-os sempre presentes, nos nove meses de gestação – dariam à luz, como sucedia na Grécia, corpos perfeitos; e, dentro em pouco, a raça portuguesa seria a mais bela do Universo, rivalizaria com a Grécia antiga; veríamos passar no Chiado costureiras – belas como Vénus, e dirigirem-se às Secretarias do Terreiro do Paço amanuenses nobres como Apolo: a criação das belas linhas tornar-se-ia o cuidado da cidade [...].⁷⁷

No entanto, este quadro deixara de o satisfazer, aproximando o artista do “Pitoresco”, proclamando que a arte é, agora, a idealização da vida, um “meio de pôr um interesse ideal na existência burguesa”.⁷⁸ Como a vida é “chata”, “trivial”, a arte deve ser pitoresca,

onde se console o homem que é obrigado a viver constantemente na Baixa: onde se mostrem cenas grandiosas, de galas, de cavalgadas triunfais, de festas, aos que apenas veem o movimento trivial dos americanos que rolam, ou de cangalheiros que passam: onde aparecem os ricos vestuários, os veludos, as joias, a quem só vê sobrecasacas de Calasso ou usa calças do Xafredo. A arte deve ser a grande consoladora.⁷⁹

Para Gorjão, esta pintura correspondia às necessidades da alma, de modo que, aquele que a contemplasse sentia a consolação de paisagens suaves, “a doçura da filosofia, e a alegria de terras abundantes, e a sensação dos amores imortais”.⁸⁰ Mas, ultimamente, desprezava todas estas ideias porque as achava imorais. A arte “devia educar pela representação de ações justas – e não pela exposição de luxos corruptores”⁸¹, explicando a Vítor, que o fora visitar e encontrar em alvoroço, inquieto, insatisfeito, que, até ali, tinha andado no caminho errado e tinha perdido dez anos de vida, os melhores e mais vigorosos da sua vida. Fora um idiota, dizia irritado. Mas agora sentia-se na posse da verdade, como S. Paulo no caminho de Damasco. A arte, afinal, é tão só uma força da natureza, que deveria ser aproveitada em proveito da civilização, considerando-a mesmo, na sua essência, “uma força da civilização”. Se na natureza tudo está convertido em utilidade direta, se nada existe por existir e tem um fim, então a arte deve ser profícua, trabalhando para a “Civilização”, para a “Revolução”. A arte deve ser

essencialmente revolucionária. Um quadro deve ser um livro: deve ser um panfleto: deve ser um artigo de jornal. Deve atacar o Catolicismo, a Monarquia, a Burguesia podre, o tirano –

75 Cfr. *Emigração como Força Civilizadora*, 2.^a ed., prefácio e fixação de texto de Raúl Rego e nota introdutória de Isabel Pires de Lima, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2001, p. 38.

76 Cfr. *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 313.

77 *A Tragédia da Rua das Flores*, op. cit., p. 164.

78 *Ibidem*.

79 *Idem*, p. 165.

80 *Ibidem*.

81 *Idem*, p. 166.

todo o velho ser teimoso e persistente. O pintor deve ser tribuno, filósofo, panfletário. Tudo o mais é arte de luxo, de decoração, de corrupção, boa para o prazer dos olhos, inútil como a vaidade, infame como a prostituição. Aí está o que eu não tinha percebido – idiota! Tinha estado obtuso, tapado, arrolhado até aqui. Mas pum!⁸²

É preciso um processo novo de representação, que dê a impressão exata da realidade. Mas quem lhe compraria esses quadros? Perguntava Vítor. “Ninguém!” Concordava Gorjão, desalentado. A arte é impossível na democracia, acrescentava. A gente rica tem todas as ideias “bestas” antes de ter uma ideia simples: comprar um quadro, encomendar uma obra de arte. Qualquer um

desses idiotas tenha amanhã um milhão, tudo lhe lembraria: ser barão, pôr casa a uma dançarina, comprar uma parelha, ter um barco para regatas, dar um baile mascarado – a coisa mais insensata – mas nunca, nunca, lhe virá esta ideia simples, útil, civilizadora, nobre, moral – de dizer: Camilo, aos pincéis, e atire-se para uma obra sublime!... Nenhum, nenhuma besta!⁸³

Eça de Queiroz passara por uma fase romântica, sob influência de Heine, Gerardo de Nerval e Jules Michelet, embora o conhecimento da obra de Carlos Baudelaire, Gustavo Flaubert e Edgar Allan Poe comecem a dar uma orientação à sua escrita literária e à sua arte.⁸⁴ Já antes de partir para o Oriente, tinha demonstrado, em casa do conde de Resende, “o vasto ridículo do Romantismo”, descrito, discutido, aprovado o realismo na arte, feito “a apologia, violenta e clamorosa, da frieza, da impassibilidade, da serenidade crítica, da correção nas ideias, nas maneiras, no estilo, na *toilette* – a apoteose de todas as correções”.⁸⁵

Descendente de uma família de “revolucionários”⁸⁶, as suas ideias notam-se no próprio aspeto, já que, na conferência, o representante do realismo se apresenta vestido de acordo com os princípios que expõe, trajando “uma irrepreensível sobrecasaca abotoada, colete branco, plastron de cetim, sapatos de verniz, luvas de cor de chumbo e colarinho alto”⁸⁷, em vez dos “longos cabelos corredios, o bigode descaído e a pera aguçada, o fato escuro, a dizer com o rosto melancólico”⁸⁸ usados pelos românticos, que Eça chega a usar nos tempos da *Gazeta de Portugal*.⁸⁹

Conta Jaime Batalha Reis que, em 1866, ainda novo e estudante em Lisboa, frequenta a Redação da *Gazeta de Portugal*, no nº 26 da Travessa da Parreirinha, perto do Teatro de S. Carlos, quando uma noite aparece Eça de Queiroz vestido com uma sobrecasaca preta abotoada até à barba, usando uma

82 *A Tragédia da Rua das Flores*, *op. cit.*, pp. 168-169.

83 *Idem*, p. 172.

84 Cfr. Jaime Batalha Reis, “Introdução – Na primeira fase literária da vida literária de Eça de Queiroz”, in Eça de Queiroz, *Prosas Bárbaras*, *op. cit.*, pp. 29-30.

85 *Idem*, p. 47.

86 Cfr. João Gaspar Simões, *Vida e Obra de Eça de Queirós*, *op. cit.*, p. 39.

87 António Cabral, *Eça de Queiroz*, *op. cit.*, p. 132.

88 *Ibidem*.

89 Algumas das suas personagens de *Os Maias* são, precisamente, caracterizadas pela forma como usam o bigode, ora com os pelos “arrebitados” sob o nariz, no caso de João da Ega (p. 65), ou “arqueado” aos cantos da boca como Carlos (p. 68.) enquanto Alencar usava longos bigodes românticos (p. 155). Cfr. Eça de Queiroz, *Os Maias*, *op. cit.*

gravata alta e preta, umas calças pretas e um chapéu de copa alta e cônica, mas de feltro baço. Mas quando regressa do Oriente, com o conde de Resende, em 1869, vinha mudado.⁹⁰

Também João Gaspar Simões faz referência à deceção que o público teve quando o viu entrar no Casino Lisbonense para proferir a conferência, relatando que Eça de Queiroz e Antero de Quental são, entre todos os conferentes, os que se mostram mais intransigentes e revolucionários e que, quando apareceu no estrado do Casino, o público fica desapontado, porque esperava

ver subir os degraus daquela tribuna explosiva um cidadão de farta cabeleira, pera pontiaguda, calças aos quadrados, quinzena de veludo, gravata encarnada, como referia o «Diário Popular», viram, pelo contrário, aparecer um cavalheiro trajando à diplomata. «Irrepreensível sobrecasaca abotoada, colete branco, *plastron* de cetim, sapatos de verniz, luvas cinzentas e colarinho alto.» Houve um jornal que observou, maliciosamente, que «esse traje era uma afirmação da sua *isenção revolucionária*». Nunca se tinha visto, com efeito, revolucionário mais elegante! Ostentava «a toilette de um gentleman e o modo grave e distinto de um fidalgo...», lia-se no «Diário Popular».⁹¹

Na conferência seguinte, Adolfo Coelho discursa sobre o ensino, combate o sistema vigente, desde a instrução primária ao ensino superior, ataca o professor português, principalmente o universitário, considera inúteis as reformas do ensino dos últimos tempos e o dinheiro gasto na instrução pública tal como é ministrada. Dado o teor das sessões já realizadas, e o das anunciadas, de intervenções tão críticas, paira no ar uma atmosfera de polémica e de mal estar, já que são visadas instituições e pessoas influentes na vida pública portuguesa. De acordo com o que estava anunciado e o que se esperava que viesse a seguir, a conferência de Salomão Saragga, intitulada “Os historiadores críticos de Jesus”, assusta os poderes públicos e o marquês de Ávila reage e manda encerrar as conferências, através de uma Portaria, alegando que se tratavam de “preleções em que se expõem e procuram sustentar doutrinas e proposições que atacam a religião e as instituições políticas do Estado”.⁹²

A indignação contra a Escola de Coimbra, de anos anteriores, é transportada para o terreno político, sendo de imediato lavrado um protesto contra o violento encerramento, nada demovendo o marquês de Ávila quanto à reabertura das conferências, até porque ao seu lado tem o inimigo número um de Antero e de Eça, Pinheiro Chagas, ficando por realizar, para além daquela, as intervenções de Jaime Batalha Reis, Antero de Quental, Adolfo Coelho e de Augusto Fuschini.

90 Explica Jaime Batalha Reis que, fisicamente é “uma figura muito magra, muito esguia, muito encurvada, de pescoço muito alto, cabeça pequena e aguda que se me mostrava inteiramente desenhada a preto intenso e amarelo desmaiado, [...] faces lívidas e magríssimas, o cabelo corredio muito preto, do qual se destacava uma madeixa triangular, ondulante, na testa pálida que parecia estreita, sobre olhos cobertos por lunetas fumadas, de aros muito grossos e muito negros. Um bigode farto, e também muito preto, caía aos lados da boca grande e entreaberta, onde brilhavam dentes brancos. As mãos longas, de dedos finíssimos e cor de marfim velho, na extremidade de dois magros e longuíssimos braços, faziam gestos desusados [...]” “Introdução – Na primeira fase literária da vida literária de Eça de Queiroz”, in Eça de Queiroz, *Prosas Bárbaras*, op. cit., p. 9.

91 *Vida e Obra de Eça de Queirós*, op. cit., p. 294.

92 *Apud* Carlos Reis, *As Conferências do Casino*, op. cit., p. 66.

Para Carlos Reis, “a reação dos conferencistas e dos seus apoiantes foi exuberante e motivadora de outras reações em cadeia, todas merecedoras de atenção especial”.⁹³ Antero de Quental, em carta a Wilhelm Storch, refere-se a um folheto que escrevera ao marquês de Ávila e Bolama, em 1871, sobre a Portaria que mandou fechar as *Conferências do Casino*, fundadas por ele, nas quais colaboraram alguns homens moços, muito frequentadas pelo “escol da classe operária”. Contava, na referida carta, que parecia que o seu folheto concorreu para a queda do ministério, que, afinal, nem podia durar muito, dado ser chamado dos ministérios de “transição”.⁹⁴

Uma das reações a que Carlos Reis se refere é, precisamente, a de Eça, em *As Farpas*, que se mostra indignado com a atitude do sr. marquês de Ávila, que não revela nem equidade nem legalidade, sendo, pelo contrário, “profundamente inábil”⁹⁵, ele que no artigo sobre a abertura já tinha previsto que as conferências haveriam de encontrar resistências. Ao público agrada a retórica, a oratória, a declamação, a eloquência, em vez da ciência e da demonstração, dizia, mas a democracia não se “metrifica”, não se “canta”, não se “soluça”. O tempo não é de “escutar odes”, mas de “resolver problemas”.⁹⁶ É necessária uma “propaganda nova”, e o “bom senso”, já que os jornais confessam todos os dias a impotência dos políticos, perguntando ao leitor:

Não é verdade que o *Diário Popular* tem dito dentro do sistema, que o sr. Fontes é incapaz de organizar o país? É. – Não é verdade que a *Revolução* tem provado à sociedade, dentro do sistema – que o sr. bispo de Viseu é incapaz de organizar o país? É. – Não é verdade que a *Gazeta do Povo* tem provado que ambos eles são os incapazes? E não é verdade que a *Revolução* e o *Diário Popular* têm dito uniformemente que o incapaz é o sr. Braacamp? É. Por consequência parece que estais inutilizados uns pelos outros. Se um fala a verdade, todos a falam. Se um falseia, todos falseiam. Por consequência ou têm de aceitar a sua condenação, ou têm de confessar a sua falsidade.⁹⁷

Eça inspirara-se nas *Guêpes* de Karr e lança a mensagem, na qual se mostra insatisfeito com o modo de funcionamento das instituições portuguesas, com uma ironia e um humor que Vianna Moog compara a Carneiro de Andrade.⁹⁸ Muitos tinham a capacidade de fazer rir, “mas o *humour*, o bom *humour*, aquilo que realmente se chama *humour*”⁹⁹ pertence apenas a Eça, dizia Ramalho Ortigão. Na verdade, o quadro pintado por Eça na crónica em que dá notícia da abertura das conferências não pode ser mais irónico, terminando com algumas questões que partilha com os leitores.¹⁰⁰

93 *As Conferências do Casino*, op. cit., p. 67.

94 Cfr. *Cartas de Antero de Quental*, op. cit., pp. 4-5.

95 Cfr. *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 76.

96 Cfr. *idem*, p. 41.

97 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 43.

98 Cfr. *Eça de Queiroz e o Século XIX*, op. cit., p. 170.

99 *Apud idem*, p. 171.

100 Nesta crónica, pergunta aos leitores: “Achais estas páginas cruéis? Pensais que não nos dói tanto escrevê-las como vos dói o lê-las? Pensais que é com espírito alegre e pena ao vento, que levantamos um por um, diante do público, os farrapos da vossa decadência? – Apelamos para vós mesmos. Se algum de vós, na sua consciência, acha que não dizemos a verdade fotográfica, não lhe diremos que nos atire a primeira pedra como no Evangelho, - mas que nos lance o primeiro desmentido.

Da conferência de Eça, há a destacar dois elementos fundamentais: em primeiro lugar, a novidade da preleção e, em segundo lugar, os danos e prejuízos na vida pessoal que sofrerá, já que, ainda em pleno ruído em torno das conferências democráticas, abre uma vaga de cônsul na Bahia e o escritor é preterido em relação a outra pessoa que fica em segundo lugar no concurso. Preparara-se durante todo o inverno, em Leiria, onde releu o direito público, o internacional privado, o marítimo, a economia política, o código comercial, acabando de se preparar em Lisboa, com Batalha Reis, que era companheiro de Antero de Quental, chegado há pouco da América do Norte. Mas o tempo vai passando e Eça começa a ficar apreensivo com a demora dos resultados. Considerava os factos, tranquilizava-se, embora os amigos lhe insinuassem que não se fiasse muito na classificação e cuidasse do seu empenho e que não se metesse com conspiradores, a quem Lisboa votava a maior das antipatias, o mais absoluto dos desprezos.¹⁰¹

Realmente, a vaga é ocupada por Manoel Saldanha da Gama, tal como consta dos documentos existentes no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros¹⁰², mais velho do que Eça, cuja classificação, sendo boa, não era tão elevada, mas com serviços prestados no Ultramar e com negócios na Bahia.¹⁰³ Segundo constava, por um lado, não se quisera fazer a desfeita a uma dama ilustre e, por outro, o ministro declarara que Eça não podia entrar para a carreira consular porque era o chefe do partido republicano em Portugal.

No entanto, o principal motivo não era o conteúdo da conferência, porque apenas “condenara a arte pela arte, o romantismo, a arte sensual e idealista, - e apresentara a ideia de uma restauração literária, pela arte moral, pelo realismo, pela arte experimental e racional”.¹⁰⁴ O que levanta os ânimos contra o candidato nos círculos políticos era a acusação de ser o chefe e o orador oficial dos “clubes republicanos”. Durante algum tempo, todo o grupo do “Cenáculo” foi tido como republicano, sem possibilidades de carreira no futuro, de modo que este concurso era a oportunidade para provar à família e aos amigos que não era um simples boémio e demagogo. Apesar de considerar que as palestras não ameaçavam muito a ordem, são julgadas subversivas, sendo “considerado pelo governo um

Magoais-vos? Corais?... Ainda bem então, porque o que nós escrevemos em poucas páginas é o que pensa a consciência pública depois de muitos desenganos! Atentai nisto, e emendai-vos. Procurai ser coletivamente tão sábios, tão desinteressados e tão dignos como alguns de vós individualmente o são. Quando a representação nacional começar a ser uma coisa grave, pensadora e séria, nós diremos às nossas *Farpas*, se elas ainda então existirem:

«Farpas queridas! vedes acolá S. Bento? O vosso caminho já não é para lá. Lembrai-vos doravante que é sagrado aquilo».” *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, p. 50.

101 Cfr. Vianna Moog, *Eça de Queiroz e o Século XIX, op. cit.*, p. 165.

102 V. Consulado de Portugal na Bahia, Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Caixa Nº 512 (1870/1876).

103 V. Maria Filomena Mónica, *O Concurso Público que Eça de Queirós não ganhou (1871)*. Disponível em <URL: http://www.ics.ul.pt/ahsocial/list_mfm.htm>. (Consultado a 29 de setembro de 2012).

104 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, p. 252.

revolucionário terrível, agitador perigoso, orador de clubs, [refutando] com energia e calor as imputações injustas que lhe eram feitas”, conforme António Cabral.¹⁰⁵

Parecia-lhe, então, que o grosso caderno oficial que escrevera fora julgado inepto. A Bahia, tinham-lhe dito, era uma cidade bonita, mas cheia de osgas. Embora não achasse a osga propriamente diplomática, pensava que já D. Fernando tinha morrido pela pátria no cativoiro, e ele, examinando o sucedido com ironia, considerava que não se podia eximir a sofrer por ela uma certa quantidade de osgas. Colocado ao corrente de todas as versões, ao contrário de se irritar e de se mostrar revoltado, simula a mais perfeita tranquilidade e conta a história em *As Farpas*, vestido com uma roupa de demónio, com ironia e humor. Conta Vianna Moog que, como “homem perfeito do mundo, mantinha o aprumo que se traçara. Revelava absoluto domínio sobre si mesmo, uma modéstia simulada e grande ironia. Como achava deselegante desabafar, tomava o partido de não discutir esses assuntos a sério.”¹⁰⁶ No entanto, inconformado, chega a confessar, desalentado: “Ah, agora vejo, infeliz realismo, que me obstrues uma carreira!”¹⁰⁷ Lamentava, então, que não sabia que para ser cônsul em Pernambuco era preciso ser romântico, ter coração de Romeu, terminando com um conselho irritado:

Querido leitor: nunca penses em servir o teu país com a tua inteligência, e para isso em estudar, em trabalhar, em pensar! Não creias na inteligência, crê na intriga! Não estudes, corrompe! Não sejas digno, sê hábil! E sobretudo nunca faças um concurso: ou quando o fizeres [...] escreve simplesmente: *sou influente no círculo tal e não mo façam repetir duas vezes!*¹⁰⁸

Devemos salientar que a perda deste cargo é um acontecimento que o revolta pessoalmente, alegando que, em vez de se colocarem questões de “direito” e de “economia” aos concorrentes, valia mais colocar-lhe outro tipo de questões, porque para ser diplomata bastava apresentar-se em público, nomeadamente em festas de gala, com os punhos da camisa branca à mostra.¹⁰⁹ Se o concurso não tem valor, se não se coloca o candidato melhor posicionado, mas outro mais influente no meio político, não vale a pena realizar-se, de modo que, quando em novembro de 1871 se dirige pessoalmente aos leitores, em *As Farpas*, é para falar de si, certamente, para desabafar, mas também para falar desse Portugal que funcionava do avesso.

Na verdade, todo o destino da sua vida mudaria a partir daquele momento, lamentando o modo de funcionamento das instituições, a falta de transparência nas atitudes dos políticos, chamando-lhe “vacaria política”, anos mais tarde, em *A Ilustre Casa de Ramires*. Neste romance, Eça de Queiroz retrata a mediocridade da vida política provinciana, em que os nobres perdem preponderância ao mesmo tempo que assistem às transformações ocorridas nos meios sociais e políticos, devido a vícios existentes no

105 Eça de Queiroz, *op. cit.*, pp. 119-120.

106 Eça de Queiroz e o Século XIX, *op. cit.*, p. 168.

107 Apud António Cabral, *Eça de Queiroz, op. cit.*, p. 137.

108 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, p. 254.

109 V. Anexo 2 sobre a “diplomacia” em Portugal.

processo burocrático. Apesar de pertencer a uma das famílias mais antigas de Portugal, Gonçalo Ramires não tem qualquer influência no meio em relação a André Cavaleiro, que ocupa o cargo de Governador Civil de Oliveira, cargo anteriormente exercido pelo seu falecido pai. Enquanto André soube subir a escadaria da política, ser influente, Gonçalo fez várias tentativas para se impor socialmente, ou através da escrita ou como latifundiário, mas em vão.

A família só o via na diplomacia, como a tia Arminda que dizia que “o Gonçalinho, assim galante, e com aquele nome, só numa grande embaixada!”¹¹⁰, vendo a vida política nacional como única saída possível para a sua condição de fidalgo decaído. Apesar das críticas ao sistema, dada a ambição em se promover, Gonçalo aceita entrar nele, vendo-se obrigado a humilhar-se a André Cavaleiro, de quem era inimigo, sentindo-se até enxovalhado, gozado, porque toda a gente sabia das divergências entre eles e que aquela nova amizade era movida, certamente, por outros interesses.

Na verdade, quando morre o deputado Sanches Lucena, velho e rico proprietário da região, deixa uma cadeira vaga no parlamento e uma oportunidade para Gonçalo, ainda que tenha que fazer as pazes com André. Sem resistir à ambição e ao interesse, aconselhado pelo amigo João Gouveia, reatou a anterior amizade, para assombro de toda a cidade. Cavaleiro prometia-lhe o impossível, porque não tinha as influências necessárias para lhe garantir a eleição, até que ele próprio descobre que é uma figura simpática entre os eleitores, devido às suas origens nobres e à forma heroica como saíra de uma emboscada, sendo eleito sem grandes dificuldades. Afinal, não precisava meter-se na política, nessa miséria, para se fazer notar. Quando heroicamente domina os que o atacam e publica a novela que há muito escrevia, nos *Anais*, impõe-se como escritor, continuando a obra de Herculano e de Rebelo, afirmando virtudes nobres de raça e de bondade que lhe vão no sangue, como diz o padre Soeiro, considerando uma ofensa o título de marquês que André lhe arranjara, já que é herdeiro de uma família tradicional. Quando André lhe diz “meu querido Gonçalo, já te posso anunciar, e quase em nome de El-Rei, que vais ser Marquês de Treixedo”, Barolo, o cunhado ficara empolgado, batendo “palmas delirantes”, mas Gonçalo fica irritado.¹¹¹

110 *A Ilustre Casa de Ramires*, op. cit., p. 112.

111 Lê-se no romance que uma “onda de sangue cobria a fina face de Gonçalo. Num relance sentiu que o título era um dom do Cavaleiro, não ao chefe da casa de Ramires, mas ao irmão complacente de Gracinha Ramires... E sobretudo sentia a incoerência de que, ao chefe duma Casa dez vezes secular, mãe de dinastias, edificadora do Reino, com mais de trinta dos seus varões mortos sob a armadura, se atirasse - agora um oco título, através do *Diário do Governo*, como a um tendeiro enriquecido que subsidiou eleições. Todavia saudou o Cavaleiro, que esperava a efusão, os abraços. — Oh! Marquês de Treixedo! certamente muito elegante, muito amável... Depois, esfregando as mãos, com um sorriso de graça e de espanto... Mas, meu caro André, com que autoridade me faz El-Rei Marquês de Treixedo? O Cavaleiro levantou vivamente a cabeça numa ofendida surpresa: — Com que autoridade? Simplesmente com a autoridade que tem sobre nós todos, como Rei de Portugal que ainda é. Deus louvado! E Gonçalo, muito simplesmente, sem fumaça ou pompa, com o mesmo sorriso de suave gracejo: — Perdão, Andrezinho. Ainda não havia Reis de Portugal, nem sequer Portugal, e já meus avós Ramires tinham solar em Treixedo! Eu aprovo os grandes dons entre os grandes fidalgos; mas cumpre aos mais antigos começarem. El-Rei tem uma quinta ao pé de Beja, creio eu, o Roncão. Pois diz tu a El-Rei, que eu tenho imenso gosto em o fazer, a ele, Marquês do *Roncão*. O Barolo embasbacara, sem compreender, com as bochechas descaídas e murchas. Da beira do canapé. Gracinha, toda corada, falcava de

Depois de ser eleito deputado, parte para Lisboa, numa noite chuvosa, em janeiro, onde leva uma vida mundana, durante vários meses. Gouveia, que sabia das novidades pelos jornais, dizia que ele tinha dado em janota, até que, inexplicavelmente, deixa tudo e viaja para a Zambézia, na África, de onde retorna, quatro anos depois, rico e estabelecido, deixando lá uma fortuna de 80 contos e um bom administrador, contrariando a maledicência de Gouveia sobre África e sobre a política colonial. Na verdade, tal como refere Oliveira Martins, se África foi, até determinada altura, uma dependência do Brasil, devido aos braços para ali enviados, sabe-se em que condições, depois da emancipação do Brasil e da abolição da escravatura entrou numa nova era.¹¹² Segundo o historiador, aos portugueses interessava explorar África e não colonizar, já que, se havia muita força braçal precisava-se, sobretudo, de “gente especializada”, capaz de gerir os recursos humanos e materiais daquela região do planeta.

Em África, acontecia o contrário do Brasil, uma vez que aqui faltavam braços e além abundavam, necessitando, precisamente, de quem os dirigisse. Enquanto no Brasil o emigrante português se dedica ao comércio a retalho, o atraso da civilização colonial portuguesa em África não lhe consente esse ofício, segundo Oliveira Martins, mas a exploração de fazendas ou plantações de produtos industriais de exportação, como algodão, café, anil, cocos, cacau, entre outros, em que o trabalho braçal seja negro e o dirigente português, senhor da terra e dos engenhos.¹¹³

A última década do século XIX corresponde ao tempo da ação de *A Ilustre Casa de Ramires* e também à data da trajetória de Gonçalo, de Portugal para África, um dos períodos mais cruciais e humilhantes da história do país, devido ao Ultimato, em 1890, quando a Inglaterra exigiu a sumária retirada das suas legítimas possessões africanas. Este episódio está ligado ao avanço imperialista e neocolonialista das grandes nações capitalistas, da segunda metade de século XIX, perante as quais Portugal se mostra impotente e destituído de uma estrutura económica capaz de competir em pé de igualdade. Eça de Queiroz retrata na ida de Gonçalo para África o imaginário lusitano, a necessidade de ir para trazer de novo África para Portugal, dando continuidade às grandes explorações encetadas naqueles domínios, em meados do século, para, na opinião de Veríssimo Serrão, “confirmar os direitos de soberania sobre as terras onde havia séculos o nosso país exercia efetivo domínio, para proceder à sua valorização e dos povos que as habitavam”.¹¹⁴

Como já anteriormente foi referido, a edição de *As Farpas* é outro acontecimento que marca a vida e obra de Eça de Queiroz. A publicação ocorre no trigésimo terceiro governo constitucional, presidido por Ávila, marcado por um forte momento de crise a nível europeu, dadas as mutações que

gosto, por aquele lindo orgulho que tão bem condizia com o seu, mais lhe fundia a alma com a alma do irmão amado. E André Cavaleiro, furioso, mas vergando os ombros com irónica submissão, apenas murmurou: — «Bem, perfeitamente!... Cada um se entende a seu modo...»?. *A Ilustre Casa de Ramires*, op. cit., pp. 424-425.

112 Cfr. *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, Lisboa, Guimarães & Companhia Editores, 1978, pp. 10-11.

113 *Idem*, pp. 196-197.

114 *História de Portugal [1851-1890]*, op. cit., pp. 71-77.

colocam os países em situação bastante apreensiva. A conjuntura em Portugal, pouco favorável, é uma consequência da europeia, mas também se deve a outros fatores, como, por exemplo, à redução do envio de remessas pelos emigrantes portugueses no Brasil, devido à guerra do Paraguai (1866 – 1870), uma fonte essencial de receitas para o país, à redução das exportações, e ao aumento da dívida pública.

Esta redução de remessas é um dos assuntos que Eça aborda em *Os Maias* quando Ega e Cohen conversam sobre a eventualidade de Portugal ter de fazer um empréstimo para se salvar da crise. Enquanto para Ega se trata de uma “questão grave”, de uma “operação tremenda”, de “um verdadeiro episódio histórico!...”, para Cohen, se “nas vésperas de se lançarem os empréstimos haver duzentos maganões decididos que caíssem à pancada na municipal e quebrassem os candeeiros com vivas à República; telegrafar isto em letras bem gordas para os jornais de Paris, de Londres e do Rio de Janeiro; assustar os mercados, assustar o brasileiro, e a bancarrota estalava”¹¹⁵, embora isto não interessasse a ninguém, pelo que o empréstimo “tinha de se realizar *absolutamente*”. Acrescentava ainda que os “empréstimos em Portugal constituíam hoje uma das fontes de receita, tão regular, tão indispensável, tão sabida como o imposto”¹¹⁶, explicando que a “única ocupação mesmo dos ministérios era esta – «cobrar o imposto» e «fazer o empréstimo». E assim se havia de continuar...”.¹¹⁷ Carlos, apesar de perceber pouco de finanças, pensava mesmo que era a única maneira de salvar o país de uma bancarrota.

À crise económica segue-se a crise política, dado os governos sucederem-se a um ritmo acelerado. Só Fontes Pereira de Melo, o “Fontes”, nome pelo qual era conhecido, viria a introduzir alguma estabilidade interna, quando em Março de 1871 ascende ao poder, embora fosse tido como “romântico”, “lírico”, “quase idílico”, porque, comparando Portugal às outras nações europeias, afirmava que “[...] a nossa pátria não possui como outras a riqueza comercial, as numerosas vias férreas, as incontáveis fábricas, os estaleiros, a ferramenta industrial, os fortes fatores do progresso: mas tem sobre elas uma superioridade, que lhe garante vida mais fácil e mais livre, e é este luminoso e magnífico céu azul que nos cobre!”¹¹⁸

Influenciados pelos livros de Eugéne Pelletan, “o divinizador da máquina, o bardo heroico do progresso”¹¹⁹, Eça e outros “moços” riram daquele homem de Estado, de forma inexperiente e ignorante, porque “Fontes”, “relacionando a sociologia e o clima, fazendo depender da atmosfera as qualidades e, portanto, a felicidade das nações, estava com efeito dentro de uma doutrina muito

115 *Os Maias*, *op. cit.*, p. 112.

116 *Idem*, p. 111.

117 *Ibidem*.

118 *Apud* Eça de Queiroz, “A sociedade e os climas”, in *Textos de Imprensa IV* (da *Gazeta de Notícias*), Edição Crítica das Obras de Eça de Queiroz, Edição de Elza Miné e Neuma Cavalcante, Lisboa, INCM, 2002, p. 559.

119 *Ibidem*.

mediocre, apesar de o século XVIII, tão sôfrego de ciências exatas, se ter deleitado com ela, e de Montesquieu se ter constituído o seu defensor paternal e clássico”.¹²⁰

As Farpas, que Medina considera uma “revelação e uma revolução”¹²¹, são folhetos de cor alaranjada, com um formato de 11x14 cm, da co-autoria de Ramalho Ortigão e de Eça de Queiroz, designados pelos alfarrabistas com o nome pitoresco de “farpinhas”. São publicadas mensalmente, pela Tipografia Universal, de Tomás Quintino Antunes. Compostos por cerca de cem páginas, começam a aparecer à venda em Lisboa, a 17 de Junho de 1871, exibindo na capa, como decoração, uma imagem de Asmodeus, o génio impuro de que falam as escrituras, um demónio da mitologia do Judaísmo, representado como uma espécie de feiticeiro, podendo adotar a forma de aranha, sendo um dos sete príncipes do inferno, abaixo somente de Lúcifer - o Imperador do Inferno. No livro de Tobias, do *Deuterónimo* (um dos livros incluído nas bíblias católicas e ortodoxas, mas considerados apócrifos por judeus e evangélicos), é citado como o assassino dos noivos de Sara. Deus envia o Arcanjo Rafael para ensinar Tobias a derrotar o demónio Asmodeus, que queima o coração e o fígado de um peixe nas cinzas da lareira cuja fumaça espanta o demónio. Esta imagem, que é a cara de *As Farpas*, é seleccionada pelos autores para falar por si, dados os objetivos da obra e as intenções dos autores.

Embora Sampaio Bruno atribuisse todo o mérito da edição a Eça, garantindo ter sido ele a trazer para o género um estilo que no estrangeiro fora cultivado por homens como Karr (1808 – 1890), o das *Guêpes*¹²², entre 1871 e 1872, os “caderninhos”, à exceção de duas cartas assinadas, são uma obra coletiva, assinados na primeira pessoa do plural, constituindo-se como

uma autêntica obra *comum* de dois escritores irmanados por idênticas preocupações de crítica social, literária, estética, com uma co-autoria que torna difícil destrinçar o que é de um e o que é de outro: só a partida de Eça para o estrangeiro iria dissolver este espírito comum dos folhetos mensais.¹²³

Para Maria Filomena Mónica, é provável que a maior parte dos artigos tenha sido redigida por Eça, até setembro – outubro de 1872, altura em que parte para Havana¹²⁴, até porque se trata da concretização de um sonho dos tempos de juventude, já que, ainda em Coimbra, ambiciona fundar e dirigir uma revista com o seu nome no cabeçalho. Seja como for, entre 1871 e 1872,

a colaboração tão íntima de Ramalho e Eça no período de 71-72, o inegável mimetismo recíproco de estilos, atitudes e até ideias, a evidente sinergia que tal somatório de dois talentos suscitava e, por fim, o facto mesmo de os dois «farpistas», chamemos-lhe assim, doravante, por comodidade – não assumiram individualmente a autoria dos seus textos, pois só no título

120 Eça de Queiroz, “A sociedade e os climas”, in *Textos de Imprensa IV* (da *Gazeta de Notícias*), *op. cit.*, p. 559.

121 Cfr. “O «Riso que Peleja»: *As Farpas* de Eça de Queiroz (1871-1872)” in *Revista da Faculdade de Letras*, N.º 19/20, 5.ª Série, Lisboa, Guide – Artes Gráficas, 1995, p.11.

122 Cfr. *idem*, p. 14.

123 João Medina, *Reler Eça de Queiroz. Das Farpas aos Maias*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000, p. 16.

124 Cfr. “Introdução”, in *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, *op. cit.*, p. 1.

dos pequeninos folhetos os dois nomes aparecem, mostrando bem que o resto da publicação é de ambos [...].¹²⁵

Efetivamente, a proximidade entre os dois autores não pode ser descurada, porque, tratando-se de uma só voz, não raras vezes Eça toma a iniciativa e Ramalho conclui ou vice-versa. Embora muitos queirosianos reconheçam a cumplicidade entre os dois artistas, na hora de estudar a obra tentam isolá-los, quebrando os laços da escrita e aceitando correr o risco de alterar o sentido da mensagem e a intenção dos autores. João Medina é um desses críticos, que assume essa atitude em vários trabalhos, propondo-se analisar vários temas nas crônicas de Eça, nomeadamente nas que colocou anos mais tarde em *Uma Campanha Alegre*¹²⁶, isolando-o de Ramalho. Também Annabela Rita, em *Eça de Queirós Cronista, do «Distrito de Évora» (1867) às «Farpas» (1871-72)*, por questões de “comodidade” e “razões estratégicas”¹²⁷, analisa os textos do escritor em *Uma Campanha Alegre*, descuidando que a ironia que perpassa em *As Farpas* reflete uma convivência entre os dois autores e também tempos e maturidades intelectuais diferentes que o levam a fazer várias alterações no texto de 1890. Porém, a separação das crônicas equivaleria a uma separação dos autores, das ideias, da sequência lógica, da referida cumplicidade, o que contraria o espírito da edição, pelos argumentos anteriormente apresentados, e de acordo com as próprias palavras de Ramalho, quando afirma que *As Farpas* são a opinião “desinteressada e livre, de dois homens honrados que um dia atravessaram as salas, os teatros, as bibliotecas, os botequins, os escritórios dos jornais e as repartições públicas do seu país, e que em seguida reuniram as observações que fizeram, escrevendo-as juntos”.¹²⁸

Realmente, parece que em certos momentos Eça fica em silêncio, deixando um vazio, a sensação de que algo fica por explicar, ou então que afirmou o que não queria. No entanto, esse vazio, esse silêncio, é preenchido pela pena de Ramalho, dada a sintonia da escrita sobre diversos temas. A continuidade que um dá às crônicas do outro não se pode ignorar, até porque o trabalho de identificação da totalidade das crônicas ainda está por fazer, uma vez que Eça resolveu não as colocar todas em *Uma Campanha Alegre*. De qualquer modo, em alguns assuntos, é possível atribuir a autoria, tal como afirma João Medina¹²⁹, e identificar os alvos mais precisos de cada um, sabendo-se que, no caso de Eça, esses temas são retratados nos seus romances e retomados e reavaliados ao longo da sua vida, se bem que, também alguns sejam tratados igualmente por Ramalho, nas suas *Farpas*, como veremos. A reedição da obra por Maria Filomena Mónica, mais recentemente, apresenta-se como uma mais valia para essa distinção e compreensão dos autores, embora a dupla que formaram não se possa ignorar.

125 João Medina, *Reler Eça de Queiroz. Das Farpas aos Maias*, op. cit., p. 16.

126 O autor defende esta ideia em 1995, no artigo “O «Riso que Peleja»: *As Farpas* de Eça de Queiroz (1871-1872)”, p. 9, em 2000, nas obras *Reler Eça de Queirós. Das Farpas aos Maias*, p. 15, e *Eça de Queirós antribrasileiro?*, p. 13.

127 *Eça de Queirós Cronista, do «Distrito de Évora» (1867) às «Farpas» (1871-72)*, op. cit., p. 21.

128 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 35.

129 Cfr. *Reler Eça de Queiroz. Das Farpas aos Maias*, op. cit., 44.

Como jornal panfletário, *As Farpas* são uma publicação de luta mordente, cruel, incisiva, cortante, em que as armas são a “pilhéria”, a “ironia”, o “epigrama”, o “ferro em brasa”, o “chicote”, postos ao serviço da revolução que os autores pretendem fazer no meio social e intelectual. No estado em que Portugal se encontra, entendem os “farpistas”, não devem instruí-lo, nem doutriná-lo, mas “farpeá-lo”, ou seja, dizer o que deve ser dito, de uma forma original, e que mais ninguém tenha ousado dizer. Daí que, inicialmente, pela sua liberdade de expressão, pela sua mordacidade e fina ironia, desfrutem de larga publicidade e as vendas ultrapassem as expectativas dos redatores, já que o primeiro número se esgota rapidamente, tal como conta Maria Filomena Mónica.¹³⁰ João Medina documenta que o primeiro folheto teve uma segunda edição, atestando o interesse que despertara no público.¹³¹ De resto, Eça de Queiroz, mesmo quando afastado da publicação, nunca deixará de recorrer à atitude ali assumida e de a admirar. Em 1879, por exemplo, em carta a Ramalho Ortigão, pergunta-lhe o que lê e diz-lhe que anda

com os poetas latinos: vou em Marcial: conhece-o?... Parece-me, até aqui, um plebeu cheio de fel e de vivacidade, que se vinga com furor amargo sobre os vícios dos burgueses, dos cumprimentos que é obrigado a fazer aos vícios dos príncipes. Triste personagem. Mas tem o *trait* diabolicamente mordente e penetrante.¹³²

Atentos aos problemas do país, à sua situação, ao seu “amarroamento” ou abatimento, tal como declarava Ramalho¹³³, à sua “sonolência enfasiada”, tal como afirmava Eça, fazem constar do programa, exposto no primeiro artigo da publicação, o mais importante, segundo Maria Filomena Mónica¹³⁴, que o país

perdeu a inteligência e a consciência moral. Os costumes estão dissolvidos, as consciências em debandada, os caracteres corrompidos. A prática da vida tem por única direção a conveniência. Não há princípio que não seja desmentido. Não há instituição que não seja escarneada. Ninguém se respeita. Não há nenhuma **solidariedade**¹³⁵ entre os cidadãos. Ninguém crê na honestidade dos homens públicos. Alguns agiotas felizes exploram. A classe média abate-se progressivamente na imbecilidade e na inércia.¹³⁶

Na verdade, quando Eça de Queiroz divulga a publicação de *As Farpas*, em 1871, na mesma altura em que prepara a sua conferência no casino, escreve para vários amigos, como ao professor Emídio Garcia, para Coimbra, anunciando-lhe que a obra é “um panfleto revolucionário, é a ironia e o

130 Cfr. “Introdução”, in *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 2.

131 Cfr. “O «Riso que Peleja»: *As Farpas* de Eça de Queiroz (1871-1872)” in *Revista da Faculdade de Letras*, N.º 19/20, 5.ª Série, op. cit., p. 11.

132 *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, op. cit., p. 241.

133 Cfr. *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p.159.

134 Cfr. “Introdução”, in *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 6.

135 O realçado é nosso para relembrar que ele próprio, em 1867, em carta a Carlos Mayer, referindo-se à paixão pelo teatro, à importância que teve no borbulhar de ideias que então se verificava no meio académico, intelectualmente irreverente, recordava que naqueles tempos “Havia uma palavra que eu não conseguia pronunciar bem: era – *solidariedade*. Na noite da representação, tomei o partido de a cantar, separando as sílabas como notas de música.” *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, op. cit., p. 33.

136 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., pp. 16-17.

espírito ao serviço da Justiça. São o folhetim da Revolução”¹³⁷, ou a João Penha, diretor do periódico *Folha*, também em Coimbra, referindo-lhe que se trata de um jornal revolucionário, explicando que no

estado em que se encontra o País, os homens inteligentes que têm em si a consciência da revolução – não devem instruí-lo, nem doutriná-lo, nem discutir com ele – devem farpeá-lo. “As Farpas” são pois o “trait”, a pilhéria, a ironia, o epigrama, o ferro em brasa, o chicote, - postos ao serviço da revolução.¹³⁸

Eça de Queiroz, atento a alguns contornos do perfil do seu tempo e à “organização oficial”, não pode traçar pior cenário para o estado do país, mostrando-se desgostoso com a “pobre carta constitucional que declara com ingenuidade que o país é católico e monárquico”¹³⁹, sendo por isso que “ninguém crê na religião, e que ninguém crê na realeza!”¹⁴⁰, pedindo ao leitor “bom senso”, inicialmente, e, posteriormente, apelando para a necessidade de “ressuscitar as gargalhadas históricas de Manuel Mendes Enxúndia.¹⁴¹ Que uma vez se ponha a galhofa ao serviço da justiça! [...] Vamos rir pois. O riso é um castigo; o riso é uma filosofia. Muitas vezes o riso é uma salvação. Na política constitucional o riso é uma opinião.”¹⁴²

Eça de Queiroz tem 26 anos, está desempregado, e tanto o escritor como Ramalho acreditam que podem mudar o rumo do país através do riso, já que, segundo Maria Filomena Mónica, “queriam usar o humor como forma de destruir o que consideravam instituições caducas”¹⁴³, assumindo-se, nas palavras dos autores, “dois simples sapadores às ordens do senso comum”¹⁴⁴, máxima proferida em Maio de 1871 e repetida por Ramalho em Março de 1872. Preocupado com a modorra em que vivem os portugueses, tanto os da cidade como dos campos, Ramalho afirma que o público “pede ardentemente às *Farpas* que lhe propinem uma estranha droga, de que ele se mostra faminto: - o riso”¹⁴⁵, defendendo que o “riso tem uma força tão poderosamente explosiva como a pólvora”.¹⁴⁶ Em geral, as pessoas não leem, não escrevem, não conversam, não falam, fumando para se divertir, ou então dormem, de modo que, em conformidade com o seu parceiro de redação, afirma que se a pátria quer rir que olhe para a força pública, para os compêndios da instrução primária e superior, que olhe para a nossa marinha, para as nossas colónias, que passeie nas nossas estradas que decerto se rirá.¹⁴⁷

137 *Apud* Vianna Moog, *Eça de Queiroz e o Século XIX*, *op. cit.*, 146.

138 *Apud idem*, p. 147.

139 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, *op. cit.*, p. 19.

140 *Ibidem*.

141 Manuel Mendes Enxúndia é uma personagem da comédia de António Xavier Ferreira de Azevedo (Lisboa, 1774 - 1814), poeta e dramaturgo, autor da célebre “farsa” com o mesmo nome.

142 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, *op. cit.*, pp. 17-19.

143 “Introdução”, in *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, *op. cit.*, p. 3.

144 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, *op. cit.*, p.18.

145 *Idem*, p. 159.

146 *Idem*, p. 160.

147 *Cfr. idem*, pp. 159-160.

A grande preocupação dos autores é com Portugal, com a situação económica e social em que se encontra, razão porque a publicação se apresenta como um painel jornalístico novo e inovador, com profundo sentido satírico, mas com um alto propósito renovador sobre tudo o que dissesse respeito à política, aos costumes e à cultura, formando, no seu todo, uma admirável caricatura da sociedade portuguesa da época. Efetivamente, a originalidade e a novidade da sua escrita consiste em enunciar os problemas do país, relacioná-los com a instabilidade que atravessa, dado que os governos se sucedem e, em vez de o conduzirem para o desenvolvimento, promovem políticas de rotina, de amarroamento, e grande parte dos portugueses não encontra soluções de sobrevivência no seu interior e tem que emigrar. Se na altura em que escreve para o *Distrito de Évora*, em 1867, Eça de Queiroz começa a traçar um quadro pouco animador, quando *As Farpas* são publicadas reforça aquelas ideias, agora no tom crítico tão característico da edição, afirmando que

estamos num estado comparável, correlativo à Grécia: mesma pobreza, mesma indignidade política, mesma trapalhada económica, mesmo abaixamento dos caracteres, mesma ladroagem, mesma agiotagem, mesma decadência de espírito, mesma administração grotesca de desleixo e de confusão. Nos livros estrangeiros, nas revistas, quando se quer falar de um país caótico e que pela sua decadência progressiva poderá vir a ser riscado do mapa da Europa – citam-se ao par, a Grécia e Portugal.¹⁴⁸

Tanto numa como noutra época, o recurso à ironia presente na crónica surge como o melhor recurso de intervenção, de reivindicação da ordem estabelecida, ainda que, segundo Annabela Rita enquanto em *As Farpas* “há já um modelo estrutural e discursivo uno, coeso e definido”¹⁴⁹, no período do *Distrito de Évora*, a crónica ainda não tem um discurso próprio, caracterizando-se por ser “fase de indefinição, híbrida e informe, é a área sujeita a deslizamentos, domínio do confuso e do heterogéneo. Isto porque a «Chronica» «espreita» as secções suas vizinhas, nas palavras do próprio autor.”¹⁵⁰ Se no *Distrito de Évora* participa do *status quo*, intervindo em nome da coletividade, informando ou distraindo a comunidade, em *As Farpas* demonstra distância relativamente às instituições, políticas e administrativas, e também à comunidade, de um modo geral, pondo-as em causa, revelando a realidade que elas camuflam, alterando a forma como intervém. Para a autora, a ironia veiculada radica, precisamente, nessa distância relativa ao que observa, de modo que, ao transmitir

a sua mundividência, o cronista tenta, simultaneamente, captar o leitor para o seu ponto de observação, conquistar-lhe a cumplicidade, arrancá-lo a uma postura alienada, caracterizada pela desinformação, pelo desinteresse e pela passividade acrítica (avaliação em que talvez também possamos ver radicar-se a ironia da cronística queirosiana). A conquista do leitor inscreve-se numa campanha ambiciosa pela qual, como procurarei demonstrar, o cronista pretende alargar o espaço de leitura e colaborar na transformação das mentalidades e da sociedade.¹⁵¹

148 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 312.

149 *Eça de Queirós Cronista, do «Distrito de Évora» (1867) às «Farpas» (1871-72)*, op. cit., p. 20.

150 *Idem*, p. 19.

151 *Idem*, p. 22.

O que Eça desejava, segundo a estudiosa, era “um alargamento do espaço de leitura e a transformação dos seus leitores em observadores críticos”¹⁵², de modo que os recursos retóricos, inicialmente utilizados são simples e ajustados ao público a conquistar. Posteriormente, em *As Farpas*, complexifica os processos que resultam “da combinatória concentrada de processos mais simples”.¹⁵³ Contudo, não devemos esquecer que a autora analisa *As Farpas* de Eça na edição de *Uma Campanha Alegre*, razão porque afirma que “há já um modelo estrutural e discursivo uno, coeso e definido”. Na verdade, chegado a 1890, Eça demonstra que em *As Farpas* ainda não tinha o seu estilo consolidado, dadas as alterações que efetua naquela obra. Se a ironia é o traço característico da sua escrita, ela torna-se cada vez mais subtil, tanto na escrita ficcional como na jornalística, cada vez mais libertadora.

Para Maria Filomena Mónica, a publicação de *As Farpas* marcou uma época, dada a originalidade que oferecia aos leitores.¹⁵⁴ Sem servir interesses ou pessoas, a sua isenção coloca a revista numa posição de independência e de liberdade para poder atuar intelectualmente e moralmente na sociedade. A ideia que persegue os autores é a de criticar a época, os males estruturais do país e do sistema económico vigente, a fé católica, a atitude cultural e a literatura no que as instituições e os homens têm de defeituoso e vicioso, fazendo a reforma profunda do país e das suas gentes, ansiando por as educar através desse órgão de opinião pública.¹⁵⁵ *As Farpas* apresentam-se como uma forma de reflexão, de denúncia e de intervenção na sociedade do seu tempo, por estes dois escritores, que se dizem sós, simples “sapadores”, que não levam “bandeira”, nem “clarim”, mas vão conversando, rindo muito, acompanhados pelo grosso do exército que atrás de si os acompanha e se chama justiça.¹⁵⁶

Para Ramalho, os pensamentos mais dignos não podem surgir na imprensa na qual aparece tanta ideia abjeta e medíocre, porque, no estado de depressão moral em que se encontram a imprensa e a tribuna, ninguém publica senão metade da opinião com receio de se comprometer, evitando a pior ameaça do espírito da época, porque poderia causar graves prejuízos na colocação profissional futura de cada um. Comprometer-se

quer simplesmente dizer: que os ministros nos demitam dos nossos empregos, que os centros políticos nos expulsem, que os partidos nos reneguem, que os frequentadores do *Grémio* ou do *Martinho* deixem de cumprimentar-nos e que alguns dos nossos conterrâneos discutam

152 Eça de Queirós *Cronista, do «Distrito de Évora» (1867) às «Farpas» (1871-72)*, op. cit., p. 22.

153 *Ibidem*.

154 “Introdução”, in *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 6.

155 Segundo João Medina, a obra apresenta-se como “uma vasta, inteligente e invulgarmente aguda crítica global à Regeneração portuguesa, ao estado social, político, institucional, moral, cultural e até económico em que se encontrava o País após vinte anos de *pax regeneratória*, monárquico-constitucional, romântica e fontista. [...] A crítica queiroziana do País global – da política às artes, dos costumes às instituições de defesa militar, da educação das mulheres ao funcionamento das cadeias, da instrução pública às colónias, etc., abarca um impressionante leque de questões, temas, problemas e níveis da sociedade [...]” *Reler Eça de Queiroz. Das Farpas aos Maias*, op. cit., p. 51.

156 Cfr. *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 18.

nos periódicos a nossa vida pública e a nossa vida particular, ou que meramente nos espanquem à esquina das nossas ruas.¹⁵⁷

Mas os autores, “que não querem ser deputados, nem ministros, nem viscondes, nem agiotas, criam estes livrinhos mensais que se intitulam *As Farpas*”. Ainda ninguém tinha tido a coragem de o fazer e nenhum periódico português tinha tido a coragem de publicar na íntegra os seus artigos sem os cortar, sem os mutilar para os subjugar ao seu programa, afirma Ramalho com desencanto.¹⁵⁸

Não sendo os redatores da publicação jornalistas profissionais, o seu modo de fazer jornalismo é uma novidade natural e de tipo ideológico no Portugal oitocentista, que tem como principal propósito abrir na imprensa portuguesa um espaço diferente do que se fizera até então e que acaba por chocar com os hábitos e com as rotinas mentais e sociológicas do Portugal de então. Apresenta-se como revista - panfleto que não aposta em servir de porta voz de qualquer ideologia política ou de quaisquer outros interesses corporativos, “não seriam as *F.* uma publicação republicana”, já que teriam como “único partido o bom senso”, tal como se pode ler no *Diário Popular* de 5 de Maio de 1871.¹⁵⁹

Para João Medina, trata-se de “um jornalismo de tipo totalmente distinto – sem compromissos político partidários, sem concessões à mediocridade envolvente, sem complacências para com uma sociedade falsamente civilizada”¹⁶⁰, comprovando o sucesso que têm naquela época a partir dos testemunhos da imprensa, das polémicas suscitadas e dos depoimentos valiosos de Fialho de Almeida, de Sampaio Bruno e de Ricardo Jorge. Apesar deste último se referir mais especificamente a Ramalho Ortigão, “a verdade é que nele ecoa o estrondo jornalístico que os dois escritores provocam na Lisboa pacata, abalada em Maio de 1871 pela insurreição casinense e pela publicação das *F*”.¹⁶¹ Cita ainda Guilherme de Azevedo, signatário do programa das *Conferências Democráticas do Casino*, que publica em *O Alfaceme*, em junho de 1871, que

As Farpas é o título duma publicação mensal, que principia agora mesmo a correr o mundo. Os seus redatores chamam-se Ramalho Ortigão e Eça de Queirós, dois dos mais originais espíritos do nosso tempo.

É admirável de verve o elegante volume que todo o Portugal há de em pouco tempo ler com avidez, porque as Farpas apresentam uma feição literária nova completamente entre nós. Fazendo a crítica da literatura, da arte e dos costumes o novo paladino da imprensa descende diretamente daquelas aristocráticas Guêpes de Alphonse Karr, com a única diferença de ter sido criado sob o influxo benéfico do sol peninsular.¹⁶²

157 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, p. 35.

158 *Ibidem*.

159 Cfr. João Medina, *Reler Eça de Queiroz. Das Farpas aos Maias, op. cit.*, p. 45.

160 “O «Riso que Peleja»: *As Farpas* de Eça de Queiroz (1871-1872)” in *Revista da Faculdade de Letras*, N.º 19/20, 5.ª Série, *op. cit.*, p. 13.

161 *Idem*, p. 16.

162 *Apud* João Medina, “O «Riso que Peleja»: *As Farpas* de Eça de Queiroz (1871-1872)” in *Revista da Faculdade de Letras*, N.º 19/20, 5.ª Série, *op. cit.*, p. 16.

A confirmar o êxito da publicação, devemos referir que o primeiro número se esgotou rapidamente, que o primeiro fascículo teve uma segunda edição, que a tiragem de dois mil exemplares do primeiro número cresceu nos primeiros tempos, o que denota o interesse que esta publicação periódica despertara no público, tal como anteriormente foi referido. Atesta Vianna Moog que os primitivos exemplares de *As Farpas* são raros, mas na década de 70, da centúria de oitocentos, era rara a biblioteca em que não figurassem.¹⁶³ Para Álvaro Lins, o objetivo da obra é colocar problemas, pôr o leitor a dialogar com as palavras, a pensar com as situações que veiculam, e, para Isabel Pires de Lima, nesta fase da escrita, Eça de Queiroz “põe «paixão na troça», até porque a sua ironia é vivamente dialogante”¹⁶⁴, contrapondo-a à da “serenidade” veiculada em *Os Maias*, tal como defende Virgílio Ferreira.

No entanto, havia quem não gostasse do entusiasmo com que os autores escreviam as crónicas sobre o estado do país e os políticos, sobre a emigração, tal como conta João Medina¹⁶⁵, quem não percebesse a função da ironia e do riso. Em Março de 1872, o deputado da câmara João dos Santos Silva afirma que é um daqueles portugueses que não têm por hábito amesquinhar as coisas do país, mas que quem não está satisfeito que saia, que não ridicularize a terra que lhe deu o ser. A estas e outras afirmações Ramalho Ortigão retorque que, se

ridicularizar a terra que nos deu o ser, é como cremos, criticá-la pelo riso, o riso é muito melhor instrumento de crítica do que a paixão de partido [...], o velho lirismo constitucional, as estafadas expetorações de uma retórica banal, a animadversão de pessoas, a guerra de sujeitos ou a guerra de palavras, a provocação, a assuada, a insolência, o doesto e a injúria – isto é: as armas mais usualmente brandidas nas pugnas do parlamento lusitano.

[...] O riso pela sua parte não é uma convenção, não é uma trama, não é um maquinismo, não é um aparelho; o riso é um fenómeno insubornável; é um facto essencialmente desinteressado; é o resultado de uma sensação; é uma aferição; é uma prova; é uma pedra de alvidrar. Como arma de arremesso o riso tem de bom que de si mesmo se desponha quando não fere o alvo.¹⁶⁶

O sr. Santos Silva pode amar a sua pátria, mas não pode “mandar passear” aqueles que requerem para o país a força, a civilização e o progresso. Quando se pede mais instrução, justiça, aperfeiçoamento,

163 Conta Moog que onde “houvesse uma estante, uma cantoneira, um móvel qualquer sopesando livros, lá estaria pelo menos uma dezena desses folhetos, desses admiráveis folhetos azuis, em cuja capa figurava o famoso diabo zombeteiro a rir-se por trás do óculo de um mundo de grotescos e aleijões. Nunca anteriormente em Portugal outra publicação conquistara a popularidade assim de improviso. Em todas as camadas sociais, em todas as classes, nos escritórios, nos lares, no recolhimento dos serões, eram elas lidas e aguardadas com sofreguidão. O detentor do número recém-chegado não tinha sossego enquanto não passasse adiante o exemplar recebido. Este transmitia-se de mão em mão até que novo número viesse rendê-lo. Em língua portuguesa nunca se tinha visto um triunfo semelhante.” *Eça de Queiroz e o Século XIX*, op. cit., p. 172.

164 *As máscaras do desengano. Para uma abordagem sociológica de «Os Maias» de Eça de Queirós*, Lisboa, Editorial Caminho, 1987, p. 239.

165 Cfr. “O «Riso que Peleja»: *As Farpas* de Eça de Queiroz (1871-1872)” in *Revista da Faculdade de Letras*, N.º 19/20, 5.ª Série, op. cit., p. 16.

166 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 430.

elevação, não se pode apenas apontar “o dedinho para o lírio que viceja e para a bonina que floresce no vale”, nem somente para as “várzeas do Minho”, as “eminências do Mondego” ou a “Cova da Beira”.¹⁶⁷

Na verdade, se uns admiram a verve do elegante volume, porque *As Farpas* apresentam uma feição literária nova, ao fazerem a crítica da literatura, dos costumes, elogiando o “bom senso ligeiro e cintilante”, o “bom humor”, o “talento”, a “graça”, outros, sem compreenderem o espírito da obra, o princípio que a norteia, a fina ironia que se basta a si mesma, questionam-se se haverá “alguém que possa rir-se confrontado com os quadros nacionais de tão lúgubre paleta? E o quadro será ao menos verdadeiro?, pergunta o *Partido Constituinte*.”¹⁶⁸ Conta João Medina que António Enes reconhece o talento dos escritores, que prometem “bom senso” e, afinal, pintam o quadro social e económico do país de forma sinistra, como o da emigração, entre outros, mostrando-se pessimistas quando deviam ter fé no futuro, concluindo que tendem a “generalizar os seus epigramas”, mas, argumentar “do particular para o geral, julgar o todo pela parte, não é documento de boa crítica, perdoai”.¹⁶⁹ Contudo, para o comentador, “as *Farpas* são de aplaudir quando se mostram alegres, de censurar quando «hiperbólicas, plangentes, declamatórias»”¹⁷⁰. Em alguns casos, a galhofa é justiceira

ao criticar a política educativa e a tolice dos compêndios [...] as «inclassificáveis diversões dos nossos partidos políticos» e as «impertinências dos homens que os compõem», os desacertos da administração colonial (são bastante severos os epigramas anticoloniais de Eça), as cadeias, os navios, um novo mercado no Porto, etc. Em todos estes casos, garante, «achais alvo apropriado e vasto», o «Velho Portugal» (expressão que teve o seu equivalente na caricatura gráfica da época, chegando a contracenar habitualmente com o estereótipo nacional inventado pelos setecentistas, o Zé Povinho), [...] ficará talvez abespinhado ao rever-se nos filhos que pode encontrar por todo o lado, turbulentos e de má criação.¹⁷¹

Num artigo intitulado “Eça visto pelos contemporâneos”, Alfredo Campos Matos dá conta do carácter do escritor, da sua veia artística orientada para o humor, nomeando grandes nomes do círculo intelectual português do seu tempo que escreveram sobre a sua vida e obra. Refere, por exemplo, que, segundo Guerra Junqueiro, na altura de *As Farpas*, Eça teria já passado a fase da “epilepsia do talento” e estaria numa fase de sedimentação do seu estilo e, segundo Ramalho,

E. Q. tem a viva imaginação de um fantasista, a meiga sensibilidade terna de um poeta e a fria análise implacável de um grande crítico. Desta tríplice disposição, deste triplo poder resulta a sua extraordinária aptidão de humorista.

O estilo de E. Q. não mostra somente dispor de todas as cores; parece também usar de todos os ingredientes. Há trechos dele que diríamos feitos com sangue, com lágrimas, com

167 Cfr. *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 431.

168 João Medina, “O «Riso que Peleja»: *As Farpas* de Eça de Queiroz (1871-1872)” in *Revista da Faculdade de Letras*, N.º 19/20, 5.ª Série, op. cit., p. 17.

169 *Apud idem*, p. 17.

170 *Ibidem*.

171 *Idem*, pp. 17-18.

pérolas líquidas, com enxurro, com ouro, com lama, e com pó de brilhantes. É o processo humorístico.¹⁷²

Efetivamente, *As Farpas* deram-lhe notoriedade através da apresentação cômica das coisas e dos homens de Portugal, seguindo um método que era brilhante no efeito conseguido. Podia ser ingénuo e absurdo, mas tinha a grande vantagem de ser simples, já que tomava um homem, ou um facto português, para fazer rir dele, comparando-o com o equivalente ou correspondente em França e ria com sinceridade, contribuindo para acordar as consciências sobre o estado da política, sobre os principais problemas do país, e, sobretudo, lamentar, a par de outros intelectuais portugueses da sua geração, que a era da grandeza nacional tivesse acabado. Não se enchia de ódios nem de indignações contra os governantes, os principais responsáveis pelo estado de decadência da nação, mas preferia rir e fazer rir.

No entanto, Eça não pretende rir para destruir, mas para metamorfosear a sociedade do seu tempo que, como diz, está em declínio, como a de Sócrates, em profundas mudanças, como a de Descartes, autores que, segundo José Maria da Cruz Pontes, Eça de Queiroz teria lido, já que os nomeia na sua obra.¹⁷³ Dada a situação de impasse e mesmo de decadência em que o país se encontra, o escritor, seguindo Descartes, pede aos leitores “bom senso”, já que, para este filósofo, o

bom senso é a coisa do mundo mais bem distribuída, porque cada qual pensa ser tão bem provido dele que mesmo os que são mais difíceis de contentar noutras coisas não costumam desejar mais do que o que têm. E não é verosímil que todos se enganem a tal respeito; antes isso mostra que o poder de bem julgar e distinguir o verdadeiro do falso, que é propriamente o que se chama o bom senso ou razão, é naturalmente igual em todos os homens; e que assim a diversidade das opiniões não resulta de serem uns mais racionais do que outros, mas somente de que conduzimos os nossos pensamentos por caminhos diversos, e não consideramos as mesmas coisas. Porque não basta ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem. As grandes almas são tão capazes dos maiores vícios como das maiores virtudes; e os que não andam senão muito lentamente podem avançar muito mais, se seguem sempre o caminho direito, que os que correm e dele se afastam.¹⁷⁴

As primeiras palavras de *As Farpas*, em 1871, são, justamente, dirigidas ao “leitor de bom senso”, considerando-o, como fizera Descartes, uma faculdade humana, a luz natural da razão, para ler “todos os meses, enquanto quizeres, cem páginas irónicas, alegres, mordentes, justas, [...] alguns contornos do perfil do nosso tempo”¹⁷⁵, porque, para o escritor, não basta ter um espírito bom, é necessário aplicá-lo bem, ver bem e ajudar a ver bem, para que os homens se orientem o melhor possível na vida.

Eduardo Prado, referindo-se a Eça, salienta que para pintar bem é preciso ver bem e que não se trata apenas de “enxergar”, daquela vaga faculdade comum aos homens e animais, mas do exercício

172 A. Campos Matos, “Eça visto pelos seus contemporâneos”, in *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, A. Campos Matos (organização e coordenação), Lisboa, Editorial Caminho, 2000, p. 242.

173 Cfr. José Maria da Cruz Pontes, “Descartes”, in *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, A. Campos Matos (organização e coordenação), *idem*, p. 141.

174 René Descartes, *Discurso do Método*, 13.^a ed., trad., prefácio e notas de Newton de Macedo, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1984.

175 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, *op. cit.*, p. 16.

“indispensável da atenção que resulta do dom inapreciável do interesse pelo mundo e pelos homens, dom que não vai sem a simpatia irradiante e ativa, revelação ideal e sintética de uma bondade generalizada”.¹⁷⁶ Esse dom não é mais do que a capacidade de se interessar pelo mundo em que nasceu e pelos companheiros de planeta. Afirma ainda o autor que quem “o possui nunca está só, nem abandonado; é o segredo da ventura, porque as mais dores da vida vêm da ociosidade da alma. Àqueles para quem tudo é interessante, tudo é também arrimo e diversão na estrada da existência, tudo é razão para viver, e, portanto, tudo é simpático, tudo é digno de ser amado.”¹⁷⁷

Contudo, segundo Eduardo Prado, *As Farpas* não se limitam à mera galhofa, porque as “gargalhadas, porém, ainda as melhores, acabam por acabar, e Eça de Queirós, tomando posição como escritor, preparou-se para desempenhar a parte de dever social que lhe competia pela fatalidade brilhante da sua organização e que, mais tarde, realizou: a de ser escritor perfeito”.¹⁷⁸ Na verdade, se o tempo de *As Farpas* exige de si uma atenção redobrada, firmeza nas ideias, ousadia na escrita, mais tarde, em *Uma Campanha Alegre*, o escritor, não se identificando já com os anteriores panfletos, “leves” e “amarelos”, questiona-se se vale a pena “perpetuar aquele riso”, em “codificar assim a gargalhada”, alegando que “as coisas que o provocaram são já tão passadas como as de Troia”.¹⁷⁹

Editada em 1890, *Uma Campanha Alegre* recolhe os escritos de Eça com que outrora concorreu para *As Farpas*, quando ele e Ramalho Ortigão “convencidos, como o Poeta, que a «tolice tem cabeça de touro», decidem farpear até morte a alimária pesada e temerosa”¹⁸⁰, dado que não “há aí com efeito senão uma trasbordante alegria, empenhada numa campanha intrépida”.¹⁸¹ A sua intenção, apartado de Ramalho Ortigão, é publicar essas “farpas” com harmonia e ordem, que, segundo Eduardo Prado, é transmitida pela sua escrita. Segundo este autor, os grafólogos que examinam a letra do escritor dizem todos que revela, antes de tudo, ordem e imaginação.¹⁸² Tal como constata Carlos Reis, ao longo da vida e da produção literária do escritor é possível encontrar caracteres dominantes e atitudes estabelecidas, mas também um desejo de constante auto superação e um insistente diálogo com temas, problemas,

176 “O passado – o presente”, in *Ecos do Brasil: Eça de Queirós, leituras brasileiras e portuguesas*, Benjamim Abdala Junior (organizador), São Paulo, Editora Senac, 2000, p. 55.

177 *Ibidem*.

178 *Ibidem*.

179 *Uma Campanha Alegre*, Obras Completas de Eça de Queiroz, XIV Volume, Lisboa, Resomnia Editores, 1988, p. 9.

180 *Idem*, p. 7.

181 *Idem*, p. 8.

182 Para Prado a “ordem é a condição imperiosa da beleza, porque ela se chama também harmonia e é a própria beleza. Dispondo com regularidade as folhas do manuscrito e as provas do seu livro sobre a mesa ou criando um personagem, gradativamente revelado em tudo quanto diz ou faz; lançando no quadro da sua vida a mancha propositalmente vaga e indecisa que ali é a indicação da paisagem; avivando além um traço de que ressalta toda a cena, o escritor mostra esse dom da ordem que, ao serviço da imaginação, dá perfeição à obra de arte e, que, num romance de Eça de Queirós, cria a realidade. O seu personagem tem verdade porque as suas linhas foram lançadas, com exatidão e amor, num desenho consciencioso; porque foram postos em relevo os contornos angulosos ou sinuosos do caráter, na luz ou na sombra que distribui um pincel criador que faz harmônicas as proporções, dá perspectiva aos planos e cria por fim o ar dentro do qual circulam e palpitam o movimento e vida.” “O passado – o presente”, in *Ecos do Brasil: Eça de Queirós, leituras brasileiras e portuguesas*, Benjamim Abdala Junior (organizador), *op. cit.*, p. 54.

valores e fenómenos que marcaram a cultura portuguesa e europeia, na segunda metade do século XIX.¹⁸³

O humor e a ironia desenvolvidos em *As Farpas*, obra que Álvaro Lins chama de “livro nu”¹⁸⁴, do ponto de vista literário, associados aos problemas de índole política, social e cultural do seu tempo marcam-no de tal forma, nesta fase, que os retomará posteriormente com intensidades e tonalidades diversas na obra artística que, dentro de variações puramente literárias, é uma harmoniosa unidade. O que Eça foi em *As Farpas* será sempre, o extraordinário “pobre homem da Póvoa do Varzim”, um só e indivisível, afirma Lins.¹⁸⁵ Segundo este autor, “*As Farpas* e as gravatas são as portas de fuga do anonimato e da vulgaridade”¹⁸⁶, defendendo que toda a sociedade, que mais tarde vai ser retratada nos romances, nomeadamente em *O Primo Basílio* ou em *Os Maias*, com a mão de artista, já está delineada em *As Farpas*, com a mão de panfletário, notando que “constituem uma espécie de programa das ideias que serão sempre as suas, da mesma maneira que a conferência do Casino será um programa da sua arte. Modificará os métodos, os processos, os meios de expressão mas, em essência, o que ele foi está nas *Farpas*.”¹⁸⁷ No entanto, Eça de Queiroz vai além, faz retratos do que sente e vive posteriormente, indo além desta obra, como veremos.

Na verdade, se *As Farpas* são um ponto estratégico na vida e obra do escritor, Portugal ocupou o centro da sua obra, ou mesmo da sua vida, diz Isabel Pires de Lima, defendendo que, apesar de ter sido “um nómada por razões de profissão e de gosto, que viajou abundantemente, teve sempre como destino último das suas viagens, Portugal, fim último, cais derradeiro de um destino de escritor em busca.”¹⁸⁸

I.2. O riso e a ironia na crítica social: a ousadia de Ramalho Ortigão e de Eça de Queiroz

Para Eça, *As Farpas* são um documento e o mais interessante do seu tempo, no qual se encontra a impressão de duas grandes feições, “a risível incapacidade da burguesia dirigente, e a grande corrente de revolução científica que surge por baixo”¹⁸⁹, tal como afirma em carta a Ramalho, datada de 10 de julho de 1879, “um instrumento de demolição”, como expressa em carta a Joaquim de Araújo, em 25 de

183 Cfr. *O essencial sobre Eça de Queirós*, Lisboa, INCM, 2005, p. 5.

184 Cfr. Álvaro Lins, *História Literária de Eça de Queiroz*, Rio de Janeiro, José Olympo Editora, 1939, p. 47.

185 Cfr. *idem*, p. 50.

186 *Idem*, p. 45.

187 *Ibidem*.

188 “Pontes queirosianas: Angola, Brasil, Portugal”, in *Ecos do Brasil, Eça de Queirós, Leituras Portuguesas e Brasileiras*, Benjamim Abdala Junior (organizador), *op. cit.*, p. 70.

189 Cfr. *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, *op. cit.*, pp. 239-241.

Fevereiro de 1878, sobre a biografia do parceiro.¹⁹⁰ Efetivamente, segundo João Medina, o riso de Eça incide sobre aquilo “que é sintomático de um defeito nacional, social, exemplar – poupando os homens, guerreando as ideias”¹⁹¹, pedindo ao leitor: “Aproxima-te um pouco de nós, e vê.”¹⁹² Na verdade, um dos processos da obra era levar a multidão a ver verdadeiro, rompendo com a anterior forma falsa de ver, sobretudo em Portugal, devido à “aceitação passiva das opiniões impostas, pelo apagamento das faculdades críticas, por preguiça de exame – o público vê como lhe dizem que é”¹⁹³, e a finalidade é

fazer rir do ídolo, mostrando por baixo o manequim. Ramalho Ortigão era admirável nestas demonstrações. Por exemplo, um orador ilustre falava em S. Bento; ninguém como Ramalho para recolher numa bacia os períodos escorridos – e mostrar ao público que aquela eloquência sublime eram as fezes biliosas de velhos compêndios decorados.¹⁹⁴

Na sua correspondência, encontram-se vários depoimentos do que o autor pensa sobre o riso e a ironia quando, em carta a Ramalho, logo em Janeiro de 1873, pouco tempo depois de ter assumido a direção do consulado português em Havana, lamenta a falta de “consolação profunda que sabe que daria a sua conversação escrita”¹⁹⁵, referindo-se às *Farpas*. De qualquer forma, envia-lhe “os mais extremosos abraços e parabéns pelo espírito que [...] está derramando a *penas cheias* sobre esse canto do mundo”¹⁹⁶, pedindo-lhe para não descuidar a alegria, porque só ela dá alma e luz à “Ironia”, à “Santa Ironia”, afirmando que, sem ela, a vida “não é mais que uma amargura vazia”, para enfrentar os problemas da época¹⁹⁷, já que a sua nobre missão é “drenar os tumores da sociedade”, tal como afirma Sebastião Morão Correia.¹⁹⁸

Na biografia do antigo parceiro de redação, Eça refere, precisamente, que é em *As Farpas* que Ramalho encontra a sua “forma”, ainda que com hesitação, já que, “é duro para um antigo literato, frequentador do *Amor e Melancolia*, ir perseguir de ferro em punho, até debaixo das saias da Academia, todo um povo agachado e trémulo de tropos e de lirismo”.¹⁹⁹ Confirmara, então, desolado, que afinal, os deuses que o tentavam eram de palha, os corações que julgara cheios, afinal, davam som de oco e o seu velho mundo, que amara, “tinha fendas esbeçadas por onde escorria vérminal!”²⁰⁰ A coragem para renunciar a esse passado, erguido como um castelo para contestar a ordem estabelecida, passar de folhetinista diletante a panfletário ilustre, vem da ironia, da capacidade superior de ver e de escrever. Para

190 Cfr. *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, *op. cit.*, pp. 165-180.

191 *Reler Eça de Queiroz. Das Farpas aos Maias*, *op. cit.*, p. 50.

192 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, *op. cit.*, p. 16.

193 *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, *op. cit.*, p. 169.

194 *Ibidem*.

195 *Idem*, p. 59.

196 *Ibidem*.

197 Cfr. *idem*, p. 60.

198 Devemos salientar que a noção que Eça possui de santidade está longe de misticismo e de transcendência. No conto S. Cristóvão a santidade traduz-se na efetivação imediata de um benefício direto aos seus semelhantes. Cfr. Sebastião Morão Correia, “Traços característicos da ironia queirosiana – sua finalidade social”, in *Separata de «Portucale»*, *op. cit.*, p. 38.

199 *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, *op. cit.*, p. 168.

200 *Ibidem*.

Eça de Queiroz, Ramalho transpõe para a escrita a forma como vê o mundo, que considera reveladora da pessoa honesta, boa e justa que era, aliás, como ele próprio.

O fim de *As Farpas* é o de promover o riso, “a mais antiga e ainda a mais terrível forma de crítica. Passe-se sete vezes uma gargalhada em volta duma instituição, e a instituição alui-se; é a Bíblia que no-lo ensina sob a alegoria, geralmente estimada, das trombetas de Josué, em torno de Jericó”.²⁰¹ Enquanto Ramalho era admirável nas suas demonstrações, Eça considerava-se numa fase rude, em termos de estilo, de modo que, quando o convida para a publicação de *As Farpas* em separado, confessa-lhe que, provavelmente sem o sentir, que foi forçado a limpar, a catar e endireitar a forma, embora não tenha alterado uma só frase, na sua intenção ou no seu feitiço de humor.

Tanto Vianna Moog como Gilberto Freyre distinguem os dois escritores. Enquanto Vianna Moog, apesar de achar que se completam em certos aspetos, os considera diferentes nos processos de combate, no estilo, notando o de Ramalho “vigoroso e forte”, o “tacape”, e o de Eça “flexuoso e sensual”, o “ramo de urtiga”²⁰², já Gilberto Freyre defende que Ramalho é mais pedagogo e mais grave e que Eça prefere a catarse pelo riso, embora sustente que ambos queriam que o país “visse”.²⁰³

Se, para Medina, há nos “farpistas” “uma preocupação, muitas vezes, pungente e amarga, de denunciar os morbos portugueses e, sobretudo, de fazer a tal história social, sintomática, de uma sociedade doente nos seus organismos morais ou materiais”²⁰⁴, para Gilberto Freyre, os dois escritores “levantaram na língua portuguesa esse monumento de crítica e quase história social do seu tempo e do seu país – *As Farpas* – completadas pelo Eça com *Os Maias*, *A Cidade e as Serras*, e *A Ilustre Casa de Ramires*: escritores com um sentido ecológico do seu ministério ou da sua arte”²⁰⁵, dado que, através da totalidade da obra,

a casa, a habitação, o lar, a família, o alimento, o pão, a cozinha, a raiz do homem na terra é o principal ponto de observação e de apoio dos dois críticos e quase-historiadores; sua preocupação máxima de conservadores-revolucionários, de reformadores sociais, de caricaturistas da vida e da paisagem portuguesa animados de amor filial, fraternal ou paternal ao tratarem de assuntos lusitanos.²⁰⁶

Para Freyre, dos dois se pode dizer o que Miguel de Unamuno disse de Eça, que “Portugal lhes doía como o peito dói aos doentes do peito, e o fígado aos doentes do fígado. Portugal lhes doía como parte do seu próprio corpo e da sua própria vida”²⁰⁷, atribuindo um sentido ecológico à obra e à vida dos

201 *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, *op. cit.*, p. 168.

202 Cfr. *Eça de Queiroz e o Século XIX*, *op. cit.* pp. 178-179.

203 Cfr. João Medina, *Releer Eça de Queiroz. Das Farpas aos Maias*, *op. cit.*, p. 47.

204 *Idem*, p. 46.

205 Gilberto Freyre, “Eça, Ramalho e «As Farpas»”, in Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz, *As Farpas*, Volume I, seleção e prefácio de Gilberto Freyre, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 1943, p. 22.

206 *Idem*, p. 23.

207 *Idem*, pp. 25-26.

críticos, sem deixar de os considerar, às vezes, um pouco espalhafatosos.²⁰⁸ Na verdade, segundo Medina, estavam mais interessados em refletir sobre o Portugal regenerador do começo dos anos 70, do que em praticar um jornalismo comum. Olhando para o país como dois terapeutas, o que pretendiam era que ele “visse”, ainda que tivessem que “operá-lo às cataratas com as hastes de aço mensal”, divergindo, todavia, na maneira de manejar o bisturi. Para o autor, Ramalho, mais pedagogo e mais grave, queria lecionar e

Eça, mais travesso, [...] prefere a *catarse* pelo riso, o tal «riso que peleja», como dirá, ao recolher as suas prosas farpistas, no prefácio de 1890 [...]. A terapêutica – ou a maiêutica ou a cirurgia – está no Riso, na corda de prata, a Ironia desse «riso imenso, troando, com as tubas de Josué, em torno a cidadelas». [...] O intuito pedagógico ou didático repugna a Eça; ele quer fazer rir, mostrar o erro, castigar os costumes rindo [...].²⁰⁹

Nesta forma de estar, os autores sabiam que não estavam sós, que havia quem partilhasse com eles as suas ideias e forma de intervir e risse com eles, já que o riso é sempre o riso de um grupo. Para produzir o efeito desejado, o objeto do riso tem que ser partilhado por um conjunto de pessoas que pensem da mesma maneira e que estejam envolvidas no mesmo, de modo que, dirigindo-se à inteligência pura, “o riso exige um eco”, tal como afirma Bergson. Existindo no interior daquilo que é propriamente humano, “o riso subentende um acordo prévio implícito, uma cumplicidade quase [...] com outros que, reais ou imaginários, também riem”.²¹⁰

Para aquele pensador, o homem foi várias vezes definido como “um animal que sabe rir”, mas poderia também ser definido como um animal que faz rir, razão pela qual Luís D’ Oliveira Guimarães defende que o homem é antropológicamente um animal que ri. Para este autor, é mesmo o nosso sexto sentido e não rir é entendido como uma doença equiparada a não ouvir ou não ver²¹¹, porque

é sempre sob qualquer destes aspetos, ou espada ou flor, que o riso nos surge através de toda a história da humanidade. De facto, quando não é uma folha de rosa: é um travo de sangue; quando não é uma joia com que se brinca: é um gume com que se fere, - em qualquer dos casos o riso passou da categoria de simples incidente fisionómico à categoria dum verdadeiro gesto social.²¹²

O homem começara por se rir familiarmente do próprio homem, dos seus particulares ridículos físicos, depois dos morais, produzindo bem-estar no que ri, mas provocando dolorosa agonia no outro de quem se ri. Deste modo, o riso, de simples passatempo sem consequências transforma-se numa arma de efeitos terríveis, já que o homem passa naturalmente a rir-se daquele com quem antipatiza. A par do riso espontâneo, existe o riso provocado, existindo, a par dos que riem pelo prazer de rir os que riem pelo desejo de provocar sofrimento e dor. O riso refulge em quase tudo, inspirando os humoristas, os

208 Cfr. Gilberto Freyre, “Eça, Ramalho e «As Farpas»”, in *As Farpas*, Volume I, *op. cit.*, p. 27.

209 *Reler Eça de Queiroz. Das Farpas aos Maias*, *op. cit.*, p. 48.

210 *Le rire* (1991, *O Riso*, Lisboa, Relógio D’Água, trad. de Miguel Serras Pereira), p. 16.

211 Cfr. Luís D’ Oliveira Guimarães, *O Direito ao Riso*, Coimbra, Coimbra Editora, 1923, pp. 13-14.

212 *O Direito ao Riso*, *op. cit.*, p. 32.

contadores de anedotas, estando também presente na política, na literatura e na arte. Sem ser uma circunstância do acaso, tem sempre implícita uma causa, um motivo, sendo cultural e circunstanciado, permitindo, sobretudo, adivinhar a psicologia do homem que ri.²¹³

Para Ramalho Ortigão, o riso é um elemento nativo das literaturas neolatinas e a sátira é um direito. Nas cantigas de escárnio já o trovador procurava palavras encobertas, com duplo sentido, de modo a permitir um jogo de interpretação, que influenciam os autores de *As Farpas*. Por alguma razão Eça de Queiroz foi muito popular em Espanha²¹⁴, quando o Brasil, apesar de todas as polémicas conhecidas com o escritor, se gabava que lhe coube a iniciativa generosa da propagação do nome literário do escritor. Agostinho Campos conta que é rara a obra de Eça que não foi traduzida e publicada pelos livreiros de Madrid ou de Barcelona, que toda a América espanhola, moça e culta, lê, conhece, aprecia e adora até o escritor, mostrando a influência que exerceu nos mais notáveis escritores espanhóis e a admiração que lhe tinham. D. André González-Blanco (1886 – 1924), tradutor castelhano de muitos livros de Eça, cita-o várias vezes no excelente trabalho intitulado *Los dramaturgos espanoles contemporáneos*, afirmando que Joaquim Dicenta (1862 – 1917), poeta e narrador naturalista espanhol, aprendeu com o escritor português a ironia, produto céltico, comum à Galiza e a Portugal.²¹⁵

No século XIX, segundo Luísa Marinho Antunes, a ironia, a sátira, a caricatura, a gargalhada, presentes na tradição literária portuguesa, tornam-se as armas de poetas e romancistas que,

na pena dos artistas diverte, mas, acima de tudo, serve para apresentar o mundo do leitor no seu mais íntimo e no que este, por vezes, tem de ridículo, ensinando a dessacralizar as personagens, os mesquinhos episódios ligados aos diversos tipos de poder e a própria imagem que se tem da pátria, abrindo caminho à mudança e à modernização de instituições e mentalidades. E se o carácter interventivo já era herança de certas cantigas de escárnio, junta-se-lhe agora, via a moda dos jornais humorísticos e da caricatura, um aspeto didático (escrevia Mark Twain que o humor era simultaneamente ensino e sermão, para quem o conseguisse entender). As personagens e situações ridículas provenientes do quotidiano, facilmente reconhecíveis nos seus comportamentos, vícios e virtudes, povoam este mundo, não só para fazer rir de forma descontraída, mas, também, como despertar do sentimento que Aristóteles

213 Para Luís D' Oliveira Guimarães, “Molière, Daumier, Swit, Gavarni, Paulo de Koch, Rafael Bordalo, Eça de Queiroz – para só citar alguns – foram as pessoas mais melancólicas, mais taciturnas deste mundo sub-lunar. O riso intelectual não é certamente o caminho mais curto para a felicidade – porque traduz a dor através dum doce sorriso. A grande missão da ironia é tornar o sofrimento humano acessível aos homens que se não interessam por ele – e esta nobre missão, não pode ser, no fundo, uma missão alegre. O *humour* é esse pequenino, esse leve sorriso desdenhoso que nos ensina a todos, pobres crianças grandes que nós somos, a olhar para os nossos ridículos e a corrigir melhor os nossos próprios defeitos - e a alma desse pequenino, desse leve sorriso não é seguramente, porque não pode ser, uma alma galhofeira: é uma alma sentimental. Já o disse Carlyle: - «o *humour* verdadeiro, o *humor* de Cervantes e de Stern, tem a sua fonte menos na cabeça do que no coração». E, de facto, assim é.” *O Direito ao Riso*, *op. cit.*, pp. 27-28.

214 Relata Andrés González Blanco que “La nueva generación literária de Espana ha aprendido á amar á Portugal en este gran artista. Por mi parte puedo afirmar que él me ha llevado á interesarme, á través de sus negaciones y críticas, en el arte, en el paisaje, en la literatura y hasta en la política portuguesa y que de él he recebido, más intensamente que de ningún otro, la emoción peninsular, el sentido peninsular que aún les falta á portugueses y á tantos espafioles !. ” Andrés González Blanco, “Ante lã estatua de Eça de Queiroz”, in *Eça de Queiroz “In Memoriam”*, Eloy do Amaral e Cardoso Martha (organizadores), Lisboa, Parceria Pereira, 1922, p. 400.

215 Cfr. Agostinho Campos, (organizador), *Antologia Portuguesa de Eça de Queiroz I, Selecta para Leitura na Família e na Escola*, Paris – Lisboa, Livrarias Aillaud & Bertrand, 1922, pp. XIV – XVI.

no texto da *Retórica*, designa por *nemesan*, “indignação merecida, razoável”, sentimento de dor pela boa sorte imerecida das personagens.²¹⁶

Na segunda metade do século XIX, mais precisamente a partir de 1865, a ironia é transmissora do pensamento e da análise sobre a vida, abarcando um conjunto de sentimentos que refletem as ocorrências sociais e políticas. Fernanda Godinho Esteves, acompanhando o percurso de Eça de Queiroz e de Ramalho Ortigão, aponta que, naquela data, se inicia uma revolução literária que corresponde a uma crise europeia.²¹⁷ Na verdade, o realismo era uma nova maneira de sentir e de interpretar a vida, cuja novidade estava na forma e não propriamente nos assuntos, tal como destaca Alvaro Lins.²¹⁸

Na verdade, para perceber as intenções dos autores, sobre os vários assuntos abordados em *As Farpas*, devemos ter presente a carta que Ramalho Ortigão escreve a Miguel Maria Lisboa²¹⁹, ministro do Brasil, e a todos os “senhores ilusos”, em março de 1872. Naquela obra, por ocasião dos protestos em Pernambuco sobre as crónicas de fevereiro referentes à viagem de D. Pedro II a Portugal, aos brasileiros e *brasileiro*, explica que a sátira é um “direito” inatacável da liberdade do pensamento, uma “lei”, uma “fatalidade histórica”, uma das formas de expressão da “literatura artificial”. Contudo, explica Ramalho ao ministro, não foi a sátira que fizeram, porque, se um “dos caracteres da sátira consiste em provocar por meio do riso a indignação contra o objeto satirizado”, se eles se riram “simplesmente, pachorrentamente, com um riso talvez prosaico, mas honrado”, se “o riso empregado por tal modo é um elemento nativo das literaturas neolatinas, um dos mais característicos da nossa raça, um dos meios mais poderosos de filosofia, de crítica e de análise”, e se a ironia e o gracejo não é invenção deles, porque a encontraram “nas fontes primordiais da literatura, nos remotos seios do século XIII, nas canções de gesta, que eram a crónica do tempo balbuciada pelos menestréis”, então, não foi sua “trágica” intenção suscitar “indignações contra o objeto satirizado”, nem “acender a ira vingativa do senado”.²²⁰

Efetivamente, para Henri Bergson, o riso para ser compreendido tem que ser situado e contextualizado, reposto no seu meio natural que é a sociedade, determinar-se a sua utilidade e função social, já que reprime as excentricidades, sendo um castigo dos costumes. Na verdade, quando Ramalho pensa em dar às *Farpas* uma feição mais ampla, alegando que estava cansado de rir e que era necessário dar-lhe um teor pedagógico, dada a sua tiragem e o seu significativo auditório, Eça confessa que ficara “aterrado” e prudentemente parte para Havana.²²¹ Mas se em Havana pouco produz em termos de arte,

216 Luísa Marinho Antunes, “Visões Críticas do “Nós”: O jogo divertido da imagem nacional”, in *Jolie*, Vol. 2/2009, N.º 2, Alba lulia, Editura Aeternitas, pp. 23-24.

217 *Do Galaico-Português à Lusofonia*, op. cit., pp. 34-36.

218 Cfr. *História Literária de Eça de Queiroz*, op. cit., p. 80.

219 V. Anexo 3.

220 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., pp. 397-400.

221 Cfr. Eça de Queiroz, *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, op. cit., pp. 170-171.

dada a distância da pátria, em Newcastle e Bristol sente falta de um conhecimento mais profundo dos problemas sobre os quais escreve. Considera que os jornais portugueses que recebe são insuficientes para o inspirarem, pedindo a Ramalho que lhe envie com mais frequência as suas *Farpas* ou, então, terá que voltar a Portugal para poder escrever.

Eça considera que todo o escritor que tem na alma o seu país e o quer escrever necessita viver nele, habitá-lo, ou estar o mais próximo possível. Os jornais para os quais escreve, para os quais tem necessidade de escrever, o seu “vaso”, e outros que lhe são enviados, para onde quer que ele esteja, cumprem a tarefa de encurtar as distâncias e de manter vivas as raízes. Tanto o imaginário dos seus romances como os retratos são elaborados, em grande parte, através da imprensa que lia até esgotar. A estes dados acresce um facto de relevar, o de que a ironia vai-se tornando cada vez mais subtil e sublime, assistindo-se a uma gradação do menos para o mais ténue, mas não a um “vencidismo irónico”, como defendera Mário Sacramento.²²²

Para Bergson, “o riso exige um eco”, o contacto com outras inteligências, porque não se “saboreia” de forma isolada, individual. É no interior de um grupo que produz o efeito desejado ao ser partilhado por pessoas que pensem da mesma maneira. Desta forma, o riso subentende “um acordo prévio implícito, uma cumplicidade quase [...] com outros que, reais ou imaginários também riem”.²²³

De acordo com o exposto, podemos compreender, com Bergson e com Luís D’ Oliveira Guimarães, que a ironia e o riso fazem parte da cultura dos povos, das sociedades, dos grupos, que necessitam de repercussão para surtir efeito, mas também podem suscitar desacordo e conflitos quando não são partilhados, o que justifica porque não riram os brasileiros, porque não acharam graça à crónica que Eça de Queiroz lhe dedicou em *As Farpas* e que tantos conflitos gerou em Pernambuco, como veremos.

Como já fora anteriormente referido, não sendo os redatores da publicação jornalistas profissionais, a sua escrita é uma novidade no Portugal oitocentista, que tem como principal propósito abrir na imprensa portuguesa um espaço diferente do que se fizera até então, acabando por chocar com os hábitos e com as rotinas mentais e sociológicas. As primeiras críticas que fazem ao Brasil e aos brasileiros, em *As Farpas*, inserem-se nesta onda de denúncia dos males estruturais do país e da sociedade portuguesa, nomeadamente da lisboeta, já que Portugal era ainda Brasil e o Brasil era ainda Portugal, razão porque Eça retrata nos seus romances os dois países e personagens que lhe estão ligadas.

222 Isabel Pires de Lima cita Mário Sacramento que “falava de «um vencidismo irónico que não se decide ao ceticismo». A sua ironia, à medida que os anos passam, vai perdendo o seu pendor combativo, social, otimista, para se ir tornando mais estática, menos interveniente, mais vencidista.” *As máscaras do desengano. Para uma abordagem sociológica de «Os Maias» de Eça de Queirós*, op. cit., p. 236.

223 Op. cit., p. 16.

A escrita de Eça apresenta-se, assim, como um instrumento de reflexão crítica da sociedade portuguesa, na segunda metade do século XIX.

Beatriz Berrini interroga-se, com certa pertinência, se Eça de Queiroz teria conhecido o filósofo dinamarquês Kierkegaard, nomeadamente a obra *O conceito de ironia*, na qual estuda e analisa o conceito desde Sócrates até à sua época, dada a presença do pensador na obra do escritor²²⁴, justamente quando trata de assuntos relacionados com a Grécia, a religião, a política, a arte e a “humanidade”, temas que também interessavam os gregos. Na realidade, se Sócrates promove a ironia em tempo de decadência e de crise, sentindo-se perdido e estranho no seu tempo, também Eça vive numa época em transformação, encontrando na ironia um instrumento de interrogação e de intervenção, tal como fizera o filósofo grego. Para a autora, é sempre preciso ter em conta o significado mais profundo de ironia, cuja função mais importante é ser um instrumento de procura da verdade, eficaz e válido para ver o mundo, uma vez que põe a nu a divergência entre a perceção do destino do homem e as expectativas do escritor.

A filosofia socrática e platónica é uma presença na obra de Eça, em várias crónicas, desde os tempos em que escreve para a *Gazeta de Portugal* até à *Gazeta de Notícias*, em *As Farpas*, nos *Contos*, como por exemplo “Um poeta lírico”, “Singularidades de uma rapariga loira”, “Civilização”, “No moinho”, em *A Correspondência de Fradique Mendes*, e no romance, nomeadamente em *Os Maias* e *A cidade e as serras*, sabendo-se que a ironia muda de tom e adquire contornos diversos no percurso de vida e literário do escritor, tal como defende Isabel Pires de Lima, em *As Máscaras do Desengano. Para uma Abordagem Sociológica de «Os Maias» de Eça de Queirós*.

Se ao analisar o percurso de vida e literário de Eça recordarmos o percurso filosófico de Sócrates ressaltam algumas curiosidades que os aproximam, dadas as afinidades sobre o tempo em que cada um vive. Na verdade, se Sócrates se envolve na vida da Pólis para concretizar os objetivos da sua proposta filosófica e da arte que a caracteriza, para fazer com que os seus interlocutores se conheçam melhor e descubram por si próprios a verdade, recusando-se a ganhar dinheiro por essa arte, Eça de Queiroz afasta-se da pátria, precisamente para ganhar o seu sustento e para melhor a dar a conhecer através da obra artística. Realmente, enquanto Sócrates promove o diálogo para que cada um encontre a verdade que tem em si, através da reminiscência, Eça de Queiroz promove a escrita para despertar os leitores e conduzi-los nesse encontro. Muito à boa maneira socrática, Eça pede ao leitor para se aproximar de si, para dialogar com ele, e também para ver com os seus próprios olhos, para, em conjunto, obstem os problemas do seu tempo, já que, tal como defende Isabel Pires de Lima, a escrita de *As Farpas* é extremamente dialogante. Tal como Sócrates, Eça propõe-se espicaçar os leitores, dizendo-lhes que não sabem se a mão que vão abrir está ou não cheia de verdades, mas sabem que está cheia de negativas. Tal

224 “Eça de Queiroz: Precursor da Modernidade”, in *Eça e Machado. Conferências e textos das mesas redondas do Simpósio Internacional Eça & Machado*, Beatriz Berrini (org.), São Paulo, EDUC – EDITORA DA PUC-SP, 2003, p. 42.

como Sócrates, Eça apresenta-se como um “moscardo” e propõe-se “espicaçar” os leitores, não pelo diálogo presencial, mas através da escrita, da ironia e do riso ao serviço da justiça, considerando-o “um castigo; [...] uma filosofia [...] uma salvação [e na] política constitucional [...] uma opinião”²²⁵, não para simplesmente demolir, mas para reconstruir, já que segundo Carlos Reis “*As Farpas*, [...] fazem a crítica dos costumes da sociedade portuguesa, com o intuito de a espicaçar, levando-a a corrigir-se.”²²⁶

Mário Sacramento faz o percurso de Eça no mundo da ironia, desde o momento da sua incursão nessa arte, que ao longo dos anos vai aperfeiçoando e tornando cada vez mais subtil, com a sua primeira produção literária, enviada de Coimbra para Lisboa, para a *Gazeta de Portugal*, no último ano do curso, escrita sob influência de Heine, intitulada “Notas Marginais”, em Março de 1866. Dado o investimento intelectual que fizera nos tempos da universidade, as suas ambições literárias tinham de ser desmedidas, defende o autor, demorando tempo a compreender que a arte é sempre um compromisso com as limitações humanas, que o eterno se alcança através do efémero e o universal pelo episódico. A compreensão de que a arte exige uma limitação de ambições, uma contenção da personalidade, vai-se afirmando progressivamente no seu espírito, de que é exemplo o projeto de João da Ega, de *Os Maias*, *As memórias de um átomo*, que vão aguardando um amadurecimento que nunca chegará, tal como ele próprio ironiza.

Evitando o conceito de ironia como tropo, o seu procedimento por antífrase, tal como defende Isabel Pires de Lima²²⁷, Berrini entende que, em Eça, a “ironia seria a base da qual teria emanado uma infinidade de recursos expressivos: cómicos uns, satíricos e mesmo sarcásticos e burlescos outros, limitando-se a um leve tom bem humorado em certos momentos...”²²⁸ Na verdade, a arte e a ironia caminham lado a lado, no percurso do escritor, traço que vários críticos destacam na sua obra. Devido ao seu perene humor, à galhofa, ao sarcasmo, ao sorriso leve, ou, em alguns casos, a uma boa e sonora gargalhada que pontua os seus textos, a ironia é “algo primordial”, uma das principais características da sua escrita. Ao apresentá-la como uma atitude fundamental, a autora julga que em todas as manifestações do seu humor existe algo mais profundo, porque, na verdade, apenas essa forma de expressão lhe permite fazer certas afirmações, manifestar certas ideias e opiniões, sem receio de se comprometer, e de as dizer através das suas personagens. Gondin da Fonseca aponta a riqueza do escritor como criador e inventor de personagens, defendendo que os ficcionistas são como os atores de teatro, pois fantasiavam-se em tipos diversos, mas dentro desses tipos estão eles, em carne e osso, recordando a forma como ele engonça Bulhão Pato na personagem de Tomás de Alencar. Para este

225 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 19.

226 *O essencial sobre Eça de Queirós*, op. cit., p. 13.

227 Cfr. *As Máscaras do Desengano. Para uma Abordagem Sociológica de «Os Maias» de Eça de Queirós*, op. cit., p. 231.

228 *Op. cit.*, pp. 39-40.

autor, um cônsul de Portugal, cunhado do Conde de Rezende, não podia bradar o mesmo que a personagem, pois seria quase o “suicídio”, mas o Alencar podia.²²⁹

Na verdade, a escrita de Eça possui um colorido e uma tonalidade única que lhe advém da ironia, uma atitude relacionada com a estética realista, encetada por si em Portugal. Ao apresentar-se como uma forma de estar na arte e na vida, essa disposição permite-lhe uma maneira superior de ver e de mostrar aos outros o que vê. Na delicada tarefa de identificar os problemas do seu tempo, era tão importante “ver” como “fazer ver”, dada a importância de viver em sociedade e de partilhar problemas coletivos, porque quando interiorizou conceitos como “humanidade” e “solidariedade” nunca mais os abandonou. Da sua parte, trata-se de um ato de coragem, já que, ao contrário de muitos do seu tempo, não tem medo de se comprometer por dizer o que pensa. O jornalismo que pratica é uma novidade, uma forma superior de dizer a vida, de a transmitir sem injúrias, sem provocações, simplesmente desarmando, como se retirasse trunfos ao adversário caso se tratasse de um jogo.

Por outro lado, as “farpas”, que aponta à epiderme de cada facto contemporâneo, dirigem-se ao espírito e não ao corpo, como também já fizera Sócrates, que se dizia um “parteiro” do espírito. Lamentava Eça o facto de viver numa época em que os livros circulavam apenas entre os letrados, as pessoas cultivadas, as elites, razão que o leva a criticar o regime vigente, assumindo uma posição de defesa da educação e da cultura, como o filósofo grego defendera acerrimamente.

Nem Eça, nem anteriormente Sócrates, tem por finalidade inculcar uma doutrina, mas tão só conduzir os espíritos, por si mesmos, à descoberta da verdade, visando o aperfeiçoamento interior, ideal que Eça deposita em Fradique Mendes. Enquanto Sócrates propõe o diálogo para esse fim, Eça

prefere a catarse pelo riso, o tal «riso que peleja» [...]. A terapêutica – ou a maiêutica ou a cirurgia – está no Riso, na corda de prata, a Ironia desse «riso imenso, troando, com as tubas de Josué, em torno a cidadelas». [...] O intuito pedagógico ou didático repugna a Eça; ele quer fazer rir, mostrar o erro, castigar os costumes rindo [...].²³⁰

Se a filosofia socrática e platónica é uma preparação para a morte, em Eça a arte é a única atividade que eterniza e imortaliza o homem. Deste modo, Eça de Queiroz refere-se à situação de Portugal, comparando-a com a da Grécia, mas promove a escrita por razões que acabam por desembocar nas mesmas que impedem Sócrates de nada escrever. Eça não se apresenta como mestre de alguém, mas simplesmente “guia”, num caminho que cada um deve percorrer por si. Sócrates propunha que cada um se recordasse do verdadeiro saber, que trazia oculto em si, e Eça propunha-se fazer ver melhor, apresentar ideias, abrir horizontes, porque só a ilustração, o conhecimento, podia ajudar a decidir melhor, uma vez que, para ambos, a ignorância era o pior dos males que afligia a humanidade.

229 Cfr. Gondin da Fonseca, “Peço a Palavra! (Uma opinião Que Ninguém Solicitou)”, in *Eça de Queiroz Dicionário Biográfico dos seus Personagens*, Albano Pereira Catton, pref. de Humberto Braga, s.l., Editora Dorsoi, 19-, p. 20.

230 *Reler Eça de Queiroz. Das Farpas aos Maias, op. cit.*, pp. 47-48.

Se a ironia socrática era uma arte, semelhante à da mãe, apresentando-se como “parteiro do espírito” e não dos corpos, dos homens e não às mulheres, precisamente ao contrário da mãe, e se a ironia eciana é uma estética que visa a depuração do espírito, iluminá-lo, para ver por si, então, ambos se propõem trazer à luz as contradições existentes nas afirmações categóricas, opondo-se à verdade estereotipada, apresentando essa arte como a melhor forma de julgar. No entanto, a grande diferença entre estas duas personalidades, entre Sócrates e Eça de Queiroz, é que o primeiro nada escreveu e apenas o conhecemos através das suas fontes, e o segundo dá-se a conhecer através da arte, porque só ela poetiza a existência, porque só ela eterniza o homem.

II - As duas Américas, Norte e Sul: pensar os destinos da emigração segundo Eça de Queiroz

II. 1 – Vantagens da emigração moderna

As considerações de Eça sobre a emigração inserem-se numa conjuntura mais vasta que está relacionada com a situação do país e são marcadas pelos acontecimentos ligados à “Geração de 70”, da qual nasceu a “Questão Coimbrã” e o “Cenáculo”, e os dois eventos culturais decisivos em que Eça está diretamente envolvido: *As Conferências do Casino*, por um lado, e, por outro, a publicação de *As Farpas*. As portas de Portugal abriram-se ao mundo civilizado coadjuvados pelo progresso das comunicações e pela maturidade da liberdade de imprensa. Os principais representantes desta mudança, além de Eça de Queiroz, foram Antero de Quental, Ramalho Ortigão, Teófilo Braga, Oliveira Martins e Guerra Junqueiro, incluindo também artistas, cientistas, professores, aristocratas, jornalistas, todos contribuindo para a elevação da cultura portuguesa. Para Oliveira Marques, eles foram “os expoentes do Portugal do liberalismo, europeu, moderno, arejado, lutando por arrancar o País ao subdesenvolvimento industrial, comercial e político e projetar nessa nova sociedade que estava assente na Revolução Industrial, na supremacia burguesa e no regime parlamentar”.²³¹

Se as *Conferências do Casino* mostram uma nova posição face à arte e ao modo como retrata a realidade, *As Farpas* apelam a uma nova atitude do homem face à vida, apresentando-se como dois acontecimentos próximos um do outro cuja finalidade é refletir e debater sobre a situação e o destino do homem e da sociedade. Para a realização das conferências muito contribuiu a viagem de Antero de Quental à América, onde há muito desejava ir para contactar com o que considerava ser a verdadeira questão social. Efetivamente, segundo Alberto Sampaio, essa viagem produziu nele o efeito desejado, já que meses depois, “talvez pela exuberância da sociedade que acabava de visitar, deram-lhe alento para se lançar na propaganda socialista”, como veremos. A atividade intelectual de Antero é dedicada maioritariamente às sociedades operárias, desdobrando-se como orador, jornalista, panfletário e poeta, percorrendo grandes centros do país para estar ao lado do povo. No início desta década, este e outros acontecimentos reúnem grande número de personalidades ligadas à arte e à cultura portuguesas, que veem na sua conjuntura um espaço propício de ação e de intervenção.

Para Eça de Queiroz, a emigração, que define como “um fenómeno social que sob formas diferentes aparece em todas as épocas históricas”, não é mais que o povoamento civilizador da terra, a emigração progressiva e expansiva do homem para além dos seus lugares de origem, que tem como causa principal frequente a miséria, tal como apresenta em *As Farpas*, e justifica mais tarde no relatório

231 *Breve História de Portugal*, 1.ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1995, pp. 515-516.

de 1874, um documento crucial para a nossa investigação. Este fora solicitado por João de Andrade Corvo, Ministro dos Negócios Estrangeiros, na altura em que o cônsul regressa de Havana, na primavera desse ano²³², sendo-lhe endereçado em novembro, mas apenas tornado público em 1979, por Raul Rego, sob a designação de *Emigração como Força Civilizadora*, dadas as palavras que o escritor emprega para caracterizar a emigração.²³³

Para Isabel Pires de Lima, embora tenha sido redigido quando Eça tinha apenas 29 anos de idade, revela o “seu interesse por um tema que, olhado sob pontos de vista diversos, atravessará a sua obra, da juventude à idade madura – a emigração”²³⁴, até porque, tal como afirma José Lello, não o preocuparam apenas as condições em que viviam os portugueses em Nova Orleães e outras regiões da América do Norte, em 1872, nem apenas os emigrantes chineses que eram transformados em escravos pelos contratadores avaros, mas também as condições de vida dos operários e emigrantes em Newcastle, Bristol ou Paris, para os quais olha de uma forma diferente, dado encontrar-se numa outra fase da vida profissional e literária. Todas as situações que o indignavam, porque feriam a condição humana, iam para relatórios nos quais o cônsul não disfarçava o seu empenho em contribuir para proteger os mais desfavorecidos.²³⁵

Contudo, apesar de ainda jovem, Eça já tinha sentido os problemas do país, visto muito mundo, redigido e publicado vários escritos sobre a temática da emigração e outras com ela relacionados, o que lhe terá dado solidez para a elaboração do relatório. José Lello, não separando o artista do homem, defende que se impunha “a divulgação mais ampla desta faceta menos conhecida do brilhante introdutor do realismo em Portugal”²³⁶, realçando que o embaixador Mário Duarte, ao apreciar o seu relatório sobre as condições em que tinham vivido os colonos portugueses em Nova Orleães e outras regiões da América do Norte, o apelidou de “cônsul de Portugal ao serviço da humanidade”. Afirma ainda, o então Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, que ressalta no texto o estilo inconfundível do

232 Cfr. Alan Freeland, “Introdução”, in *Correspondência Consular*, Eça de Queirós, Edição de Alan Feeland, tradução de José Moura Carvalho, Lisboa, Edições Cosmos, 1994, p. XIX.

233 Segundo Isabel Pires de Lima, Eça “foi cônsul na Havana colonial, visitou o novo mundo, viveu 14 anos em Inglaterra, o país que por ventura construiu no século XIX o maior império dos tempos modernos, em Paris, rodeou-se de um círculo de amigos da colónia brasileira na cidade da luz, ele próprio era representante de uma potência colonial. Todos estes fatores e a sua formação intelectual, membro de uma geração particularmente vocacionada para a análise dos fenómenos socioculturais, contribuíram certamente para fazer dele alguém capaz de ver a «emigração como força civilizadora».” “Nota introdutória”, in *A Emigração como Força Civilizadora*, Eça de Queirós, 2.^a ed., prefácio e fixação de texto de Raúl Rego e nota introdutória de Isabel Pires de Lima, Lisboa, Publicações Dom Quixote, (2000) 2001, p. 19.

234 *Idem*, p. 15.

235 Cfr. José Lello, “Nota de abertura”, in *A Emigração como Força Civilizadora*, Eça de Queirós, 2.^a ed., prefácio e fixação de texto de Raúl Rego e nota introdutória de Isabel Pires de Lima, *op. cit.*, p. 10.

236 *Ibidem*.

escritor, a escrita escorreita e fluente que, como sublinha Raul Rego, contribui para “que se conheça não só o ficcionista mas o funcionário bem informado e de pés bem firmados na realidade”.²³⁷

Embora os críticos de arte defendam que o escritor se encontrava ainda numa fase embrionária e de definição de estilo, sobre esta matéria já possuía dados e elementos suficientes para ajuizar, dada a maturidade que revela nas considerações gerais que faz. Ao contrário do que muitos defendiam e do que era noticiado na imprensa, tanto Eça de Queiroz como Alexandre Herculano e a comissão de inquérito sobre a emigração portuguesa de 1873 consideraram a emigração útil para o país e vantajosa para os emigrantes se fosse livremente planeada, afastada da ação dos engajadores, e se os emigrantes possuísem instrução. Só nestas condições, segundo Eça, a emigração podia ser considerada uma força civilizadora da humanidade. Quando se fala em humanidade, pensa-se nas vantagens que ela possui para os países de origem e de destino do emigrante, tanto na hora da partida como na do regresso. De resto, a emigração não é uma solução para os problemas que existiam na pátria, não pode resolver as causas que impelem os homens e mulheres que se encontram na “flor” da vida a partir.²³⁸

O relatório, *EFC*, é o marco de um percurso que Eça de Queiroz encetara em Coimbra, nos seus tempos de estudante, que passa pela sua chegada a Lisboa, com o diploma de bacharel, pela viagem ao Oriente, e pela primeira experiência de cônsul em Havana, nas Antilhas Espanholas, período em que empreende uma viagem aos Estados Unidos que muito contribuiu para mudar o rumo de algumas das suas tematizações, nomeadamente sobre o emigrante português. Contudo, este marco não é um ponto de chegada, mas uma etapa de extraordinária importância na sua vida, no seu pensamento e na sua obra artística.

A “miséria”, a “aspiração”, segundo o *Primeiro Inquérito Parlamentar da Emigração Portuguesa de 1873*, o sonho de uma vida melhor, estão entre as principais causas de emigração ao longo da história.²³⁹ No mundo antigo, a miséria obrigou a grandes deslocações de populações de que é exemplo o povoamento da Ásia Menor, pelos gregos, cujo resultado é uma debandada de gente à procura de melhores condições de vida, criando os conhecidos centros civilizados de Mileto, Samos, e Éfeso, os berços da cultura e da filosofia ocidental. Devido ao excesso de população e à escassez de meios, o Estado promove a emigração da população, que se desloca por mar ao longo da costa, à procura de terras ricas em água doce, mantendo-se ligados à mãe pátria pela mesma religião, entre outros laços.

237 Cfr. “Prefácio à edição de 1879”, in *A Emigração como Força Civilizadora*, Eça de Queirós, 2.^a ed., prefácio e fixação de texto de Raúl Rego e nota introdutória de Isabel Pires de Lima, *op. cit.*, p. 33.

238 Devemos recordar que a palavra “humanidade” fora a descoberta “suprema” que o escritor e outros amigos dessa geração, nomeadamente Antero de Quental, fizeram ainda em Coimbra, referindo no *In Memoriam* o “encanto” e o “orgulho” desse achado, afirmando que logo a começaram a amar “como ha pouco, no ultra-romantismo, se amara Elvira, vestida de cassa branca ao luar”. Eça de Queiroz, “Um génio que era um santo”, in *Anthero de Quental In Memoriam*, Porto, Mathieu Lugan Editor, 1896, p. 485.

239 De acordo com os testemunhos bíblicos, sobre o percurso de Terah, pai de Abraão, que emigra de Ur, na Caldeia, para Haran, e depois para o Egito, a sua migração terá precisamente por base esses dois motivos, a miséria e a aspiração.

No entanto, para o escritor, é em meados do século XV que se iniciam as emigrações, que chama regulares, com a colonização europeia na América e na Ásia. Excetuando o estabelecimento dos ingleses na América do Norte, Eça não considera sistemáticos os movimentos marítimos da raça europeia, uma vez que as viagens dos portugueses, dos holandeses e dos espanhóis na América e na Ásia partem mais da conquista política, religiosa e do tráfico do que da colonização. Nem uns nem outros têm intenção de se estabelecer permanentemente, organizar emigrações regulares, produzir uma riqueza agrícola e industrial estável, de abrir novos mercados aos produtos do solo europeu e fundar novas pátrias. Nem os aventureiros de Castela, nem os astutos mercadores de Holanda, nem os navegadores de Portugal eram do tipo prático do verdadeiro colono “paciente, tenaz, inventivo, amando o solo e as criações agrícolas, possuindo espírito de família, organizador e económico – como um século mais tarde o realizam os Puritanos e os Quakers de Inglaterra, e como o realizam nos nossos dias os Alemães cultivadores da América e os Ingleses criadores da Austrália.”²⁴⁰

Os espanhóis que se seguiram a Colombo não eram emigrantes colonos que tivessem intenção de se fixar à terra para dela extrair as suas riquezas naturais. Oriundos da nobreza ou do exército compunham um grosso de aventureiros que procuravam, à custa de batalhas e da conversão ao Cristianismo, o ouro inesgotável cujo fim era o enriquecimento rápido. Os portugueses que rumavam à China e à Índia não eram nem colonizadores nem emigrantes propriamente ditos, já que o que procuravam era estabelecer contactos comerciais e manter a sua hegemonia naquelas praças. Também os holandeses, nos séculos XVI e XVII, eram comerciantes que se deslocavam a Lisboa e escoavam os produtos para ali trazidos pelos portugueses e os distribuíam pelos outros portos da Europa. Quando eles próprios procuraram o caminho para o Japão e para a China, o seu objetivo não era a colonização, mas sim o tráfico.

Para Eça de Queiroz, a Inglaterra foi o primeiro país que, em pleno século XVI, organizou emigrações, de forma organizada e sistemática. Uma transformação no sistema agrícola afastou o homem da lavoura, deixando no seu lugar rebanhos e grande parte da população sem trabalho, gerando uma crise económica e um pauperismo que a indústria nascente não absorvia. O que procuravam na América era, precisamente, o que tinham perdido no seu país, extensos terrenos cultiváveis, onde se pudessem empregar milhares de braços. Já Bacon e outros pensadores daquela época aconselhavam a emigração para um solo virgem, afastada do domínio índio, dissuadindo também a exploração de minas, garantindo uma colonização metódica, capaz de criar uma sólida riqueza agrícola e industrial. Relata o escritor que o ideal que o povo inglês formava de um bom país de emigração era uma posição marítima superior, num clima temperado, com abundância de água doce, combustível e matérias de construção.

240 *Emigração como Força Civilizadora, op. cit.*, p. 40.

Enquanto os portugueses preferem a Índia, os espanhóis o México e o Perú, os ingleses estabelecem-se em vastas e fecundas terras sem dono, próximas da Europa, facilitando o comércio, com excelentes portos para a navegação, com redes fluviais de transportes, ricas em ferro e carvão, que lhes garantissem a expansão contínua e segura. O movimento emigrante deve-se, em grande parte, às perturbações civis na Europa, às divergências religiosas, ao preço das terras e aos tributos, e também à liberdade política e tolerância religiosa existentes na América.

É neste contexto que, no século XIX, os países novos, dada a necessidade de ampliar as suas economias, através da agricultura e da indústria, atraem, através de uma série de concessões e de isenções, força de trabalho no velho mundo, prometendo-lhe um destino melhor, surgindo um novo tipo de emigração a que Eça de Queiroz chama “moderna”. Caracterizada por ser um fenómeno “individual”, “espontâneo” e “livre”, torna-se, para o autor, “um dos factos mais poderosos da moderna atividade económica e uma das forças da civilização contemporânea”²⁴¹ e para José Frederico Laranjo, anos mais tarde, seguindo esta ideia, “uma condição de vida, mas também uma condição de civilização na história da humanidade”.²⁴²

O que ressalta do estudo da emigração, que cresce de ano para ano, é o incremento das suas proporções tanto em países de elevada tradição emigratória como naqueles em que a mesma é diminuta, como, por exemplo, a Suécia e a Noruega e mesmo a Dinamarca. E não é apenas o caudal que aumenta, mas o seu alargamento a mais classes sociais, como a burguesia, ao pequeno comércio, a profissões liberais e a quadros com formação superior. Nas suas linhas gerais, Eça de Queiroz estabelece três correntes principais de emigração, a corrente anglo-saxónica, a germânica e a latina, na qual está inserida a portuguesa, que se destina, principalmente, para o Brasil.

A emigração europeia livre, espontânea, no século XIX, segue três direcções principais, os Estados Unidos, o Brasil e as Repúblicas Hispano-Americanas, destacando, entre estas, a britânica, por ser a de maior impacto em termos de proporções, influências económicas e sociais, resultados colonizadores, pelas lições que encerra, e dentro desta a irlandesa, também chamada “Êxodo irlandês” devido a uma reminiscência bíblica, que tirou à Irlanda milhões de almas, afirma Eça.²⁴³ Em termos gerais, a América do Norte e a do Sul são o principal destino da emigração europeia, que o escritor considera uma das grandes forças da civilização, facto que justifica com a afirmação do que ela tem feito.²⁴⁴

241 *Emigração como Força Civilizadora*, op. cit., p. 37.

242 *Dissertação Inaugural para o Acto de Conclusões Magnas*, *Dissertação Inaugural para o Acto de Conclusões Magnas*, Coimbra, Imprensa literária, 1877, p. 16.

243 Cfr. *Emigração como Força Civilizadora*, op. cit., p. 65.

244 Refere o autor: “Pense-se o que ela tem feito só nos últimos 60 anos: ao Norte da América, junto ao Canadá toda a Região do Oeste; aos Estados Unidos acrescenta 15 estados e sete territórios e dá-lhes a prosperidade agrícola, fazendo do estado do Oeste o celeiro do mundo; funda, povoa cidades superiores como St. Louis, S. Francisco, Chicago, Buffalo; em menos de trinta anos cria a Austrália, o Brasil, as Repúblicas do Pacífico e as que assentam junto ao golfo do México têm recebido dela o mais forte impulso criador. Que grandes resultados ela tem dado à indústria europeia! [...] Ela abriu na América, à indústria europeia,

No entanto, vê nestes dois destinos intensidades e resultados diferentes, verificando-se mesmo um desequilíbrio de civilização. Enquanto na América do Norte o fenómeno é constante e universal, concentrando enorme poder de trabalho, de riqueza e de vida, onde os emigrantes prosperam, no Sul, apesar das solicitações e seduções, os contingentes são inferiores àqueles, desiguais, e sem influência na população e na civilização, já que se encontra desapossado daqueles “fortes elementos de vitalidade”, gerando uma civilização “sem força e sem originalidade”. Enquanto no Norte a raça saxónica se destaca pela sua preponderância, no Sul as raças neolatinas enfrentam uma situação dependente, sem singularidade, o que explica a prosperidade da imigração no Norte e as catástrofes do Sul, tal como ilustramos na tabela que se segue, elaborada a partir de dados do autor:

América do Norte (Estados Unidos)	América do Sul (Brasil)
Afluência de uma emigração universal, sempre constante.	Emigração solicitada, seduzida, catequizada, de contingentes desiguais. Conta com mais catástrofes do que êxitos.
Elevada afluência de emigração, de poder de trabalho, de riqueza e de vida.	Despojado de elementos de vitalidade, sem força e sem originalidade.
Preponderância da raça saxónica.	Situação dependente e subalterna das raças neolatinas.
Isolada e individual; liberdade de movimentos.	Emigração coletiva; alienação; dependência de ação.
Emigração próspera por ser individual, livre, e ter trabalho independente.	Fracasso da emigração por ser coletiva e de trabalho dependente.
Emigrante livre, forte pertinácia de trabalho; sentimento de estar a preparar o próprio destino e fortuna.	Emigrante “aparcerado”, trabalho desleixado, desânimo de quem colabora na fortuna alheia.
Liberdade de escolha de trabalho, de profissão, de associação, de mudança de ofício, de cidade e de movimentos.	O emigrante não se pertence, pertence a uma companhia, a uma colónia organizada pelo Estado ou a um particular.
Iniciativa, espontaneidade, zelo, motivação.	Ausência de espontaneidade, de motivação, de zelo. O emigrante sente-se um instrumento de trabalho, uma peça de uma engrenagem.

Tabela comparativa da emigração europeia para as Américas

O Norte e o Sul assistem, assim, a uma diferente prosperidade daqueles que optam por uma ou outra direção, que se justifica, em primeiro lugar, pelas diferentes organizações de emigração e também pelas diferentes condições sociais das duas Américas. A emigração individual e o trabalho livre a que se assiste nos Estados Unidos permitem-lhe prosperar, trabalhar com “forte pertinácia”, preparar o seu “destino” e fazer a sua “fortuna própria”, devido à sua organização, onde tudo está legislado e previsto para encaminhar o emigrante e para que possa recolher a maior soma de benefícios. Em Nova Iorque, há uma vasta organização social, como a *Castle Garden*, que faz uma primeira receção ao imigrante que chega isolado. Trata-se de uma instituição preparada para receber e apoiar os imigrantes, nas suas mais variadas necessidades, onde podem aguardar pelo primeiro trabalho a troco de uma exígua prestação de

mercados novos, mais ricos, mais vastos, com uma vitalidade que não têm os nossos mercados velhos e gastos. Ela substitui as colónias aos povos que as não têm. Ela aumenta nos mundos externos os prestígios das metrópoles.” *Emigração como Força Civilizadora, op. cit.*, p. 125.

serviços. Ali podem conversar com os seus conterrâneos e também com os industriais e proprietários que procuram trabalhadores.

Nos Estados Unidos, o preço das terras e os elevados salários permitem-lhe amealhar atraentes quantias de dinheiro, que podem investir, naturalizando-se, ou regressar às suas terras. A indústria de granjas, da responsabilidade dos ianques, trabalhadores tenazes e infatigáveis, organiza propriedades de várias extensões e culturas que o imigrante pode comprar a preços módicos por correspondência ou por intermédio de amigos. Para Eça, um “livro não bastaria para explicar todo o vasto sistema americano de adquirir a terra”.²⁴⁵

A esta vantagem de aquisição de terras, que é a suprema, seguem-se outras liberdades, como “a liberdade de associação, de trabalho, de indústria, de religião, de ensino, de imprensa, liberdades comunais, provinciais, uma profusão exuberante de direitos”.²⁴⁶ A facilidade de acesso à instrução, espalhada por todos os graus, o desenvolvimento das vias de comunicação, para um mais rápido escoamento dos produtos, a não obrigatoriedade do serviço militar, a liberdade religiosa, são algumas de outras vantagens que caracterizam esta imigração, que tantos europeus chama para as suas terras.

Como país de imigração, os Estados Unidos possui grandes vantagens que o distingue em relação a outros destinos, apontando a abundância de madeiras para a construção, a virgindade da terra, para as fecundas facilidades de cultura, os prados naturais, para as facilidades de criação de gados. Contudo, os inconvenientes devem também ser apontados, como o clima, a febre-amarela, em estados como Nova Orleães e nos estados do Sul, as cheias provocadas pelos rios Mississípi, Missouri e Ohio, que assolam o país de febres, a seca no Texas, o gelo e frio no Norte e também a ameaça do índio, um dos maiores riscos da colonização. Em cidades de ampla dimensão, como Nova Iorque, Boston, Filadélfia, onde há excesso de população, “a sôfrega concorrência dos interesses, a excitação viciosa das classes ignorantes, a perpétua nevrose de ambição, a desmedida agiotagem, o desenfreamento da especulação criam terríveis situações económicas que lançam na miséria uma parte da população”²⁴⁷, inconveniente e contratempo que criticara severamente em carta a Ramalho Ortigão, enviada do Canadá a 20 de julho de 1873, e que no futuro nunca mais deixará de apontar.

Estes perigos repetem-se na história das cidades americanas, gerando pobreza, embora haja o hábito de as associações de beneficência darem o seu contributo aos mais enfraquecidos pela sorte, de modo que só não prospera mesmo “os que não têm qualidades de força, de paciência, de valor, de retidão nos planos para vencer as primeiras dificuldades”.²⁴⁸ De resto, o progresso e as condições de vida são invejáveis na América do Norte. Na verdade, a organização e a civilização foram um “sonho” que

245 *Emigração como Força Civilizadora, op. cit.*, p. 132.

246 *Ibidem.*

247 *Idem*, pp. 134-135.

248 *Idem*, p. 135.

para lá levou pessoas de quase todo o mundo, ao longo século XIX, porque, apesar de se ouvir falar das dificuldades do país, não se resiste ao fascínio.

A civilização, a agricultura, o comércio, a marinha mercante, e sobretudo a indústria que começa a vencer as velhas indústrias europeias, já que faz trabalhar as fábricas com as espantosas invenções mecânicas, as cidades, construídas a grande velocidade, ligadas por redes de caminho-de-ferro, promovendo o movimento fabril das mais pequenas aldeias, são a mais valia da América. Noutra domínio, se, por um lado, a instrução e a ciência são amplamente animadas e subsidiadas, por outro, os museus e os observatórios multiplicam-se como ricos tesouros.

Em *EFC*, aparentemente, Eça que Queiroz dá uma ideia diversa da América daquela que transmite no folhetim “Miantonomah”, escrito para a *Gazeta de Portugal* em 1867, e na carta que envia a Ramalho Ortigão de Montreal, a 20 de julho de 1873, já que, nestes dois documentos, se mostra dividido em relação à América do Norte. Na verdade, se no referido folhetim se refere à força do navio, atracado no Rio Tejo, e antevê “a América como uma oficina sombria e resplandecente”²⁴⁹ e ao mesmo tempo “parece tão serena, tão confiada, tão assente, tão satisfeita!”²⁵⁰, e se na carta a Ramalho lhe diz que é um povo bárbaro, mas cheio de “força”, de originalidade inventiva”, de perseverança, de “firmeza”, mas “estranho”²⁵¹, neste relatório, redigido depois de ter viajado à América do Norte, dá continuidade a essa dualidade de sentimentos, afirma que o conforto da vida chegou aos refinamentos mais engenhosos, mas afirma também que nesta “civilização (tão extraordinária que não parece sólida) opulenta, inventiva, científica, humanitária, quem a trabalha há 70 anos? Dois terços de americanos e um terço de estrangeiros!”²⁵², podendo daqui entender-se que a América deve o que é à Europa e aos europeus.

Esta ideia, que defende e que reforça anos mais tarde, já tinha sido veiculada por Antero de Quental, depois de ter percorrido aquelas terras e assistido à sua organização. Na verdade, Eça, na altura em que escreve para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, nomeadamente na crónica “A Propósito da Doutrina Monroe e do Nativismo”, em que defende ideias tão diferentes sobre a emigração portuguesa e o emigrante português, aprofunda e esclarece o que tinha anteriormente especulado sobre a América e os americanos.²⁵³

249 “Miantonomah”, in *Textos de Imprensa I* (da *Gazeta de Portugal*), *op. cit.*, p. 118.

250 *Idem*, p. 121.

251 Cfr. *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, *op. cit.*, p. 87.

252 *Emigração como Força Civilizadora*, *op. cit.*, p. 136.

253 Nesta crónica, afirma que na história moderna não há um conflito mais curioso do que o que existe entre a Inglaterra e os Estados Unidos por causa de umas milhas de terra, mas de terras com ouro, pelas quais os homens são capazes de “levar as mãos às facas”. Contudo, esta guerra é um fator subalterno de um outro, com fins mais nobres: a doutrina de Monroe, da qual resultou a fórmula a “América é para os americanos”, que sofreu estranha evolução desde que saiu tão gravemente formulada pelo autor. Apesar de ter sido Quincy Adams o seu fundador, o seu secretário de Estado, a glória ficou para o presidente Monroe, ficando conhecido por traçar o forte programa político que conduziria a América aos seus mais altos destinos. Contudo, esta doutrina, se assim se pode chamar, tem que ser compreendida no momento histórico em que surgiu, em 1823, para afastar a ação da Santa

Contudo, a ideia que transmite em *EFC* sobre a emigração para os Estados Unidos é que esta nação possui boas condições de acolhimento, de trabalho e de sucesso, melhores do que as da América Central e a do Sul. Na América do Sul, prevalece uma emigração coletiva que aliena o emigrante, controla a sua vontade e liberdade de escolha, trabalhando com “desleixo” e “desânimo”, sentindo que trabalha para a fortuna alheia, embora reconheça que é “um campo admirável para a atividade do emigrante”.²⁵⁴ Devido à distância, aos altos preços das viagens e sobretudo devido à falta de informação sobre os melhores salários e condições de trabalho, o colono não tem liberdade, porque pertence a uma companhia, a uma colônia organizada pelo Estado ou a um particular. Quando o emigrante trabalha por programa, perde o zelo e perde todo o carácter espontâneo da sua iniciativa, tornando-se num instrumento ao serviço de outrem. A diferença de organização, nestas duas linhas emigratórias, permite explicar porque é que “as emigrações tão prósperas no Norte estão tão cheias de catástrofes no Sul”.²⁵⁵

Se, por um lado, se assiste a uma corrente migratória composta predominantemente por homens, nomeadamente por menores de idade, destinada substancialmente ao comércio, por outro lado, assiste-se também à emigração de famílias, destinadas ao trabalho da lavoura. O trabalho agrícola, que os portugueses chegados ao Brasil geralmente rejeitavam, foi uma das maiores preocupações do governo brasileiro, que o incentivava através de propaganda de chamada, como resposta ao abrandamento do tráfego negreiro. A inferioridade desta emigração, em termos de números e de resultados, deve procurar-se noutras causas, como o sistema de concessão de terras, a hostilidade indígena, a falta de vias de comunicação, entre outras. Entre os países deste continente, o Brasil destaca-se por possuir boas condições de acolhimento ao emigrante²⁵⁶, apesar de o autor evitar pronunciar-se sobre o estado da emigração portuguesa, que é um assunto muito interessante para ser resumido numa síntese didática. Pelas suas proporções, consequências e condições, pela sua influência na organização do trabalho

Aliança. Americanos natos são os que vivem além do território do Nebraska, para além do país dos búfalos. Estes são os americanos puros, porque a América pertence aos europeus que nasceram na América. A América se se afastasse da Europa ficava sem religião, sem moral, sem ciência, sem artes, sem indústrias, sem costumes. No Brasil também se tentou o “nativismo”, mas isso teve origem em alguns moços novos que, com a ingenuidade que é própria da “nossa raça”, sonharam com um Brasil só brasileiro, confundiram “nativismo” com “nacionalismo”. Essa influência do nativismo foi muito transitória, no meio de uma nação tão “amorável”, tão generosa, tão “hospitaleira”, “tão europeia”, de “tão vasta fraternidade” como é o Brasil, para sua “grande honra entre as nações”. Cfr. “A Propósito da Doutrina Monroe e do Nativismo”, in *Textos de Imprensa IV* (da *Gazeta de Notícias*), *op. cit.*, pp. 585-605.

254 Conta o autor que “o solo é tão fértil como o do Norte; os produtos raros, café, açúcar, cacau, abundam; se o Norte tem magníficos portos e um sistema de lagos e de rios admirável, a disposição hidrográfica do Sul não é inferior, com seus vastos e legendários rios, o Amazonas, o Orenoco, o Prata, o Magdalena. O interior da América do Sul é mais abundante de água que o Norte, e a sua acessibilidade maior.” *Emigração como Força Civilizadora*, *op. cit.*, p. 137.

255 *Idem*, p. 129.

256 Relata o autor que “a tranquilidade política tem deixado todo o vagar da paz ao comércio e à agricultura; a segurança individual é maior, a justiça mais imparcial; não há hostilidade contra os estrangeiros, nem contra as diferentes religiões; o clima do sul é temperado e higiénico; o grande defeito existe na organização do trabalho. Além do trabalho dos negros, que afasta inevitavelmente o trabalho europeu, o sistema de parcerias – que foi até há pouco o principal sistema da economia rural no Brasil – era uma contrariedade ao êxito das colonizações e afastava os elementos emigrantes.” *Idem*, p. 142.

nacional, pelas relações comerciais com o Brasil, pelos vícios da organização, merece um estudo “aplicado”, “experimental”, “crítico e económico”, e não uma simples referência.²⁵⁷

No entanto, no Brasil, o sistema de parcerias teria tido excelentes resultados, porque abria as portas aos imigrantes sem capital, caso tivesse sido bem feito. Mas, neste país, foi sempre uma causa de desentendimentos entre os colonos e os proprietários. Por um lado, os grandes proprietários, habituados ao trabalho escravo, queixavam-se da qualidade do serviço, que deixava ao abandono as culturas que lhe eram confiadas, e, por outro lado, os colonos queixavam-se da partilha dos benefícios, das avenças da passagem da Europa, que deviam ser descontadas, e das despesas correspondentes, que eram avaliadas a preços demasiado elevados, tornando os trabalhadores dependentes e submissos aos proprietários durante muitos anos. Efetivamente, esta situação, destacada tanto na história como na ficção, revelara-se incomportável para os trabalhadores, por serem obrigados a comprar no armazém da fazenda do patrão os géneros indispensáveis, sendo-lhes descontados na partilha dos benefícios, desinteligências que mostravam vícios do sistema de parceria.

Para resolver este problema, o governo brasileiro procedeu como o dos Estados Unidos, ou seja, deu possibilidade aos colonos de adquirirem as propriedades, princípio que, na prática, se verificou improcedente, já que quem adquiria as terras eram as grandes companhias que acabavam por cair nos vícios anteriormente apontados. Estas companhias importavam mão-de-obra estrangeira e o Brasil sofre primeiro de um mau sistema de parceria e, posteriormente, de um mau sistema de concessão, já que as companhias davam menos garantias de imparcialidade, de justiça, tornando o colono mais dependente e mais explorado. Para Eça, só quando “o Brasil adotar definitivamente, sem modificações acanhadas, o largo, o sincero, o digno sistema de venda da terra a contado – a emigração há de habituar-se a tomar o caminho de um país que, pela fertilidade do solo e pelas riquezas naturais, é eminente no universo”.²⁵⁸

No Brasil, segundo o *PIPEP*, uma das principais dificuldades foi a de substituir o trabalho escravo por trabalho livre, de que não conhecia ainda as condições. Uma das preocupações da câmara popular era a de averiguar as queixas recebidas e sobretudo

investigar se efetivamente os portugueses, que se contratam para o serviço de cultivadores no Brasil ou nos Estados Unidos da América livre, podem, pela legislação de um ou pela malícia subtil na outra, perder os direitos civis que a constituição entre nós garante a todos os filhos desta terra, e que a nação tem dever rigoroso de vigiar que sejam respeitados em qualquer ponto do globo, mormente nos países onde a civilização não tenha ainda conseguido ensinar o que na Europa se chama direitos do homem.²⁵⁹

Se a emigração para a América do Norte apresenta diferenças significativas em relação à emigração para a América do Sul, nomeadamente dos portugueses para o Brasil, isso explica-se não

257 Cfr. *Emigração como Força Civilizadora*, op. cit., pp. 98-99.

258 *Idem*, pp. 143-144.

259 *Primeiro Inquérito Parlamentar Sobre a Emigração Portuguesa de 1873*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873, pp. 3-4.

apenas pelas causas, mas também pela sua forma de organização. Tal como consta do *PIPEP*, os Estados Unidos recompensam a atividade industrial e a aquisição de terras, para além da proteção que dão na doença²⁶⁰, pelo que defende que não tem motivos para se inquietar acerca do destino que ali possam ter os emigrados.²⁶¹

A emigração moderna possui características que são a condição do seu sucesso bem como dos emigrantes, dos países de origem e de destino. Ser livre, espontânea, alfabetizada, individual ou com a família, independente e sem contratos prévios, são formas de alterar a anterior orientação. A emigração moderna torna-se um ato fácil, seguro, barato, que pode ser preparado e organizado como outra forma de vida, de modo que Eça de Queiroz considera que “a emigração é hoje uma instituição organizada, regulamentada, aperfeiçoada, onde o mais tímido, o mais destituído encontra rapidamente, seguramente, a sua colocação material e o emprego da sua força”.²⁶²

Para o escritor, a emigração trata-se de um fenómeno social importante, não só pela influência que tem nos costumes políticos dos governos e nos dos cidadãos, mas também por se apresentar como solução para a miséria do proletário e como remédio para o pauperismo do Estado, uma vez que há poucos governos na Europa que se não tenham valido dela como solução, indireto mas eficaz, para a densidade da população e aumento da miséria. Contudo, resolver a situação social de um país através da emigração não é uma boa solução, considerando que nem diminui a população, nem resolve os problemas da indústria, nem diretamente o pauperismo, apesar de se popularizar rapidamente no espírito do povo como uma forma de fortuna fácil.

Na verdade, nos tempos modernos, a emigração deixa de ser encarada como um recurso que é necessário aceitar, como se não houvesse outro meio de vida, mas como um meio de fortuna igual a outro, de modo que “na Inglaterra [é] uma vocação e na Alemanha uma carreira [...] e em Portugal vemos esse exemplo – é um fim para o qual desde o colégio se preparam as educações”.²⁶³ Embora em Portugal, o Estado tenha adotado uma posição controladora, ora mais ora menos restritiva em função dos interesses do país, nas épocas de maior restrição, assistiu-se a formas de a contornar sempre que se achasse que era uma solução para a resolução de problemas pessoais, tal como irá retratar em *O Primo Basílio*, em que Basílio de Brito emigra por questões pouco convencionais, ou como Papá Monforte, de *Os Maias*, açoriano que emigra para escapar às autoridades judiciais por ter cometido um crime, ou mesmo Gonçalo Ramires, de *A Ilustre Casa de Ramires*, que não resiste em ir para África tentar fortuna, seguindo as novas tendências da época de valorização do continente africano.

260 *PIPEP*, pp. 160-161.

261 *Idem*, p. 55.

262 *Emigração como Força Civilizadora*, op. cit., p. 59.

263 *Idem*, p. 63.

A emigração apresenta vantagens genéricas, já que alarga o campo produtivo da humanidade. Perante a questão que se colocava, se as emigrações eram vantajosas para os países de origem, explica que as duas consequências económicas que têm sido apontadas como prejudiciais, nomeadamente a perda de população numérica e a perda de capital, não têm fundamento, porque não só não diminui a população como não diminui a energia produtiva dos países, porque, por um lado, cada país, “dando ao mundo trabalhador uma ideia dos seus recursos, autoriza-o a estabelecer-se, a procriar e a elevar o nível dos nascimentos”²⁶⁴, por outro, os que emigram “são os que não encontram colocação na atividade do seu país: a emigração que sai da Europa é mendicante”.²⁶⁵ O capital nacional dos países, também não lhe parece que seja desfalcado, porque “a emigração é pobre e leva pequenas bolsas”.²⁶⁶

Já o *PIPEP*, após a análise das estatísticas da emigração e a sua relação com o aumento/diminuição da população, tinha constatado que nos distritos onde o volume de emigração é mais elevado a população aumenta e diminui nos de reduzido volume ou é mesmo nulo. Em relação ao aumento da população, onde o volume da emigração é mais elevado, a comissão não explica esse facto, justificando, contudo, que “as ruins condições climatéricas do Alentejo”²⁶⁷, estejam relacionadas com esse decréscimo, depreendendo-se que no norte do país as condições de vida são mais favoráveis.

A comissão explica que desde 1866 até 1871 a emigração cresce de ano para ano, de 4.124, em 1866, até 10.388, em 1871, num total de 37.444, e que, entre os distritos que fornecem um maior volume de emigrantes, destaca-se o Porto com 16.450, seguido de Aveiro com 6162 e depois Viana com 5.837. De Lisboa emigraram apenas 270 pessoas, de Faro 17 e de Évora não emigrou ninguém. O distrito do Porto, que é o primeiro na emigração, é o distrito onde o aumento da população excede o número de emigrantes e em Évora, que não deu um só emigrante, a população diminuiu. Também em Portalegre, onde só emigraram 17 pessoas, a diminuição da população é de 1989 almas.²⁶⁸

Para Eça de Queiroz, a emigração apresenta mais vantagens do que desvantagens para os países que a suportam, não acreditando, todavia, que tenha influência direta na melhoria das condições da vida social, quando só muito parcialmente pode atuar. A ideia inglesa que a emigração é uma solução segura para a diminuição da pobreza não lhe parece certa, dado que não é formada pela verdadeira miséria. Os Estados Unidos, por exemplo, não permitem que entrem no país os enfermos, os velhos ou os inválidos, mas apenas os jovens e todos os detentores de braços robustos. A pobreza, resultante da organização social, só se resolve “com reformas sociais, aperfeiçoamento dos sistemas agrícolas, introdução de novos sistemas agrícolas, introdução de novas indústrias, derramamento da instrução profissional, firme

264 *Emigração como Força Civilizadora, op. cit.*, p. 114.

265 *Idem*, p. 115.

266 *Idem*, p. 118.

267 *PIPEP, op. cit.*, p. 37.

268 Cfr. *idem*, pp. 37-38.

organização de instituições de previdência, desenvolvimento de associação, fortes hábitos de economia e de ordem”.²⁶⁹

A emigração é útil e vantajosa, já que permite “desembaraçar imediatamente a população do seu excesso de indigência e tornar mais fácil e mais cómoda a realização de reformas”²⁷⁰, mas não resolve as crises transitórias, de modo que propor que emigrem algumas centenas de homens para que a prosperidade surja a seguir é uma falácia. Por outro lado, as crises na indústria ou na agricultura não se resolvem pela supressão do operário, mas por fortes instituições de previdência, por sólidas associações operárias e por uma séria educação industrial. Outra vantagem da emigração, é que pode evitar a “efervescência revolucionária”, já que no “mundo operário e proletário cria-se fatalmente, pelos azedumes da miséria, uma ordem de temperamentos, impacientes de bem-estar, cheios de cólera contra os regimes tradicionais, a quem a evolução natural do progresso parece insuportavelmente longa”.²⁷¹

Em geral, a emigração apresenta vantagens para o progresso dos países, em termos económicos, marítimos e industriais, já que o que chama a “reforma higiénica da terra”, que consiste em todo o trabalho de exploração, dissecação de pântanos, cultivo do deserto e avanço no interior de florestas, fomenta o desenvolvimento da marinha mercante, dos transportes, do movimento dos portos de embarque e das indústrias, que lhe estão associadas, e ajuda também ao progresso das indústrias nacionais, uma vez que o emigrante consome no país que o acolhe os produtos do país de origem. No Brasil, por exemplo, as empresas portuguesas que ali se estabelecem subsistem pelo consumo da emigração, já que o atraso de indústria própria não oferece a qualidade das indústrias europeias. Esta ideia já tinha sido apresentada pela comissão de inquérito do *PIPEP*, no qual se defende que os imigrantes portugueses dirigem a sua preferência para o comércio com o reino, pedindo todos os artigos a que estão habituados. Desde os vinhos às cebolas nacionais, a circunstância de estar no Brasil, povoado pelos portugueses, abre extensíssimo mercado, oferecendo também numerosos consumidores aos produtos brasileiros em Portugal.²⁷² Neste sentido, a emigração é vantajosa, não apenas para o país de destino do emigrante, mas também para o seu país de origem.

Noutra ordem de ideias, para Eça, “a emigração é uma difusão pacífica dos costumes da mãe pátria, da sua língua, da sua literatura, das suas artes, e portanto um forte meio de influência, que se traduz em relações comerciais, políticas, industriais, etc.”²⁷³ De referir é também o facto de ser descentralizadora da raça humana, já que “estabelece a fusão de raças, cria novos tipos de humanidade e novas originalidades de temperamento [...] dá ao homem civilizado uma posse mais completa do

269 *Emigração como Força Civilizadora, op. cit.*, p. 120.

270 *Ibidem.*

271 *Idem*, p. 121.

272 Cfr. *PIPEP, op. cit.*, p. 8.

273 *Emigração como Força Civilizadora, op. cit.*, p. 124.

globo”²⁷⁴ e, por fim, é “uma criadora de ciência e, pelos seus movimentos grandiosos e fecundos, uma força civilizadora na humanidade”.²⁷⁵ Na verdade, o próprio escritor, tanto na condição de cônsul como na de artista, é um exemplo sublime de que a arte é civilizadora, como tão bem ilustra em *A Tragédia da rua das Flores* e em *A Correspondência de Fradique Mendes*.

Em relação ao Brasil, de acordo com a comissão de inquérito do *PIPEP*, o sucesso da emigração portuguesa deve-se à emigração espontânea e livre e o governo brasileiro também reconhece que o “grande número de portugueses estabelecidos no país, onde encontram trabalho remunerador e com ele a riqueza, é [...], além de outras considerações baseadas na identidade da linguagem, de usos, de legislação e religião, a causa principal dessa influência de emigrantes, com os quais o governo não despende um real”.²⁷⁶

Efetivamente, a presença de Portugal naquelas terras constitui um facto de elevada relevância, tal como constata estudiosos como Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Se Gilberto Freyre, criador de um ramo de pesquisa denominado “Lusotropicalogia”, estudo histórico e sociológico dos territórios de colonização portuguesa como um todo, destaca em obras como *Casa-Grande & Senzala*, *O Mundo que o Português Criou* e *O Luso e o Trópico*, o importante papel de Portugal na formação do Brasil e na criação da primeira civilização moderna nos trópicos, Darcy Ribeiro, no plano linguístico, mostra como o tupi-guarani permaneceu por muito tempo a fala dos “brasilíndios paulistas” e a forma como é ultrapassada no Nordeste açucareiro pelo português, já que a sua população principal, de escravos e mestiços, é forçada a adotar a língua do capataz para comunicar com os outros escravos, consolidando-se, assim, a língua portuguesa no Brasil.

Conduzidos em massa para a região mineira no centro do país, esses escravos cumpririam a mesma função, a de introduzir a língua portuguesa. Se a primeira onda de povoamento, constituída por paulistas, deu a quase todas as águas, serras e acidentes assinaláveis nomes em tupi, língua jamais falada pelos índios nativos da região, o “brasilíndio” do Nordeste, o que ocupou as maiores áreas do Brasil, não adotou nenhuma língua das regiões que habitou, sendo outro difusor da língua portuguesa, tendo saído do litoral seguramente “lusitanizados”, tal como relata Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala*.

Também Nelson Vieira reflete sobre esse papel, na capacidade dos portugueses para a mobilidade e miscigenação, da qual resultou a composição racial da atualidade. Para este autor, a “ausência da mulher europeia no início da conquista colonial contribuiu para a preferência pelas beldades de pele

274 *Emigração como Força Civilizadora*, op. cit., pp. 125-126.

275 *Idem*, p. 126

276 *PIPEP*, op. cit., p. 13.

escura. Como aponta um velho ditado brasileiro: Deus tinha criado o homem branco e o preto mas deixou os portugueses criarem a mulata...²⁷⁷ Deste modo, para Eça de Queiroz, estudadas

as feições da emigração livre, a história dos seus movimentos, as suas causas, as suas competências económicas, as suas relações com o Estado e a possibilidade da sua organização universal, discutida a emigração assalariada nas suas correntes e nos seus resultados sociais, eu julgo terminado este trabalho, que é a afirmação, e direi mesmo a apologia, da emigração como força civilizadora.

Lisboa, 9 de Novembro de 1874.²⁷⁸

Quando termina este relatório, Eça de Queiroz estava ainda no início de um percurso de vida pessoal e profissional, embora o conclua com uma ideia já expressa em 1867, no *Distrito de Évora*, quando se refere às colónias antigas, às novas sociedades que surgiam e prosperavam, porque os colonos levavam todos os adiantamentos, todas as influências civilizadoras, as artes, as virtudes cívicas, o amor da liberdade, e também porque encontravam um solo fértil e virgem. Nos séculos XV e XVI, os portugueses e os espanhóis deram origem a uma espécie de colónias, embora o seu fim não fosse formar nações novas, mas enriquecer as antigas, ao contrário das romanas. Estas tinham por fim a formação de um império e aquelas tinham por fim o ganho.²⁷⁹ Apesar deste ganho, que em comparação com aquela outra forma de colonizar e daquela conceção de colonização civilizadora teve um carácter negativo, o comércio estabelecido entre os vários países tem sido um elemento fértil na história social.²⁸⁰

Na mudança do consulado de Havana para o de Newcastle, na altura em que redige o relatório, Eça começa a despertar para outra forma de perspetivar a questão emigratória, dada a primeira experiência consular em Cuba, onde se envolve e quase acaba com a imigração chinesa, e também a grande viagem pela América do Norte, de modo que Elza Miné pergunta o que se mantém, o que se altera, o que se transforma entre as *Crónicas de Londres*, que integram a correspondência para o *A Actualidade*, do Porto, e as *Cartas de Inglaterra*, que integra a correspondência enviada para a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, e *Emigração como Força Civilizadora*, recordando a influência que Hippolyte Taine (1828-1893) exerce sobre a sua escrita. Os ingleses continuarão a ser uma raça superior, a responder ao ideal de emigrante, tal como tinha delineado em *As Farpas*? A América do Norte continuará a ser o principal e mais vantajoso destino da emigração, onde é possível realizar um sonho, o sonho do enriquecimento rápido, apesar da opinião ambivalente que revela possuir sobre aquela parte do globo terrestre?

277 *Brasil e Portugal – A Imagem Recíproca (O Mito e a Realidade na Expressão Literária)*, op. cit., p. 22.

278 *Emigração como Força Civilizadora*, op. cit., p. 187.

279 Cfr. “*Da Colaboração No «Distrito de Évora» I - (1867)*”, op. cit., pp. 35-36.

280 Cfr. *idem*, p. 15.

Elza Miné acompanha os textos do autor acima referidos e demonstra como o escritor e o cônsul revê concepções quando chega a Inglaterra. Se em *EFC* o traçado do inglês é positivo, nomeadamente o sentimento do “my-self”, de ser um verdadeiro viajante, a superioridade da raça inglesa passa a ser questionada, porque, entre outras debilidades, sofre o vício da bebida, em todas as camadas da população e em ambos os sexos, o que choca com a moralidade que professa. A política imperialista de John Bull constitui a pedra de toque da análise do comportamento dos ingleses, presente na maioria das correspondências de cunho político, tendo reflexo nas de ordem social. Se o imperialismo é o principal traço que caracteriza as *Crónicas de Londres*, vai ser mais acentuado ainda em *Cartas de Inglaterra*, continuando a revelar cumplicidade com Ramalho Ortigão, dada uma obra que escreve em 1887 sobre alguns aspetos da vida e da civilização inglesa.²⁸¹ Naqueles textos, Eça evidencia o recorte crítico que já tinha na altura em que redigia o *Distrito de Évora*²⁸², desenvolvendo a faceta irónica e analítica da sociedade. A visão da emigração de Eça progride ao longo do tempo e transformou-se com o contacto direto com o fenómeno. Das causas aos efeitos, a sua ideia e concepção seguem o seu percurso de vida e o seu caminho consular e artístico.

II. 2 – Causas da emigração

Em 1871, em *As Farpas*, Eça de Queiroz considera a emigração um “mal” e outros escritores da sua geração referem-se ao fenómeno como “espantoso”, (Alexandre Herculano), “moda”, (Francisco Gomes Amorim), “onda”, (Mendes Leal), “descomunal”, (Oliveira Martins), dado que a emigração portuguesa “é sem dúvida alguma o facto económico que em Portugal traduz de uma maneira mais completa, de uma maneira mais evidente, a desordem da nossa economia interna”, tal como defende Oliveira Martins no *Projeto de Lei de Fomento Rural*, apresentado à Câmara dos Deputados, em 27 de Abril de 1887.²⁸³ Todos estes escritores defendem que a emigração é um **direito natural**, está “normalmente” relacionada com a **miséria**, com a legislação sobre o **serviço militar**, com a **aliciação**, com a **atração** dos países de destino e com o **sonho** de enriquecer e de voltar rico no mais curto espaço de tempo possível, fatores que então se debatiam nos meios intelectuais e na imprensa.²⁸⁴

281 V. *John Bull, depoimento de uma testemunha acerca de alguns aspetos da vida e da civilização inglesa*, Porto, Livraria Internacional de Chardron, 1887.

282 Cfr. *Eça de Queirós Jornalista*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986, pp. 97-118.

283 *Fomento Rural e Emigração*, 3.^a ed., Lisboa, Guimarães Editores, (1956) 1994, p. 11.

284 V. Anexo 6 sobre a complexidade do fenómeno emigratório, nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, e o modo como é vista na imprensa.

Miséria

Para Eça de Queiroz, a miséria em que se encontram as classes trabalhadoras apresenta-se como a principal e primeira causa de emigração a que andam outras associadas. Embora as causas do fenómeno não se possam reduzir a classificações escolásticas, já que variam consoante as condições económicas, industriais, políticas, climáticas e administrativas dos vários países, considera que a miséria atua de modo idêntico e universal. Pode haver causas transitórias e acidentais, de carácter excecional, mas ocorrem da pobreza. As expatriações imprevistas, fortuitas, não pertencem à história da emigração normal, proletária e miserável, que pode ocorrer devido à densidade populacional, à centralização da terra, à baixa dos salários, à esterilidade dos solos. Quando a miséria se instala, exerce pressão sobre certas raças, de que a inglesa e a alemã são grandes exemplos, e a emigração é a sua consequência lógica.²⁸⁵

As grandes transformações políticas, paralelas à emigração normal de carácter económico, também produzem grandes expatriações. A maior que aconteceu na Europa foi originada por uma causa anormal, como a que ocorreu por ocasião da descoberta das minas de ouro na Califórnia e Austrália, nos anos cinquenta do século XIX. Devido ao mito do enriquecimento fácil, os emigrantes largam tudo e partem em debandada para aquelas terras, na perspectiva de arranjar fortuna em pouco tempo. Nesta época, assiste-se a duas correntes de emigração transversais, uma aventureira, que se dirige para as minas, e outra refletida, dirigida para a Austrália e fazendas da América, que vai substituir os que largam tudo devido à febre do ouro.

Em dezembro de 1871, Eça de Queiroz mostra-se preocupado com a questão da emigração em Portugal, com a causa normal que a determina, redigindo uma “farpa” sobre o fenómeno, para o qual apela ao “bom senso”. O escritor estava apreensivo com a situação do país, com a pobreza em que vivia a maior parte da população agrícola e operária, considerando a emigração um mal, um problema grave, já que os que se ofereciam eram os mais enérgicos, os mais decididos, e para Portugal era um grande prejuízo perder os poucos braços fortes, viris, ficando os mais fracos, sendo uma dificuldade para a sua prosperidade.²⁸⁶ Em Portugal, a emigração não era, como em toda a parte, a saída de uma população que sobra, era a fuga de uma população que sofria de miséria, como também afirmava Alexandre Herculano, e de penúria, como também defendia Mendes Leal.

Enquanto noutros países é a população excedente que emigra, revestindo forma de ausência, em Portugal, “a emigração, tomando o rumo dos países estranhos, contraria a necessidade de regularizar

285 Cfr. *Emigração como Força Civilizadora*, *op. cit.*, pp. 101-105.

286 Afirma o autor que se agitou e “agita-se ainda a questão da emigração. Mr. [sic] Charles Nathan leva para Nova Orleães, com bons salários, todas as atividades que se oferecem. A emigração é decerto um mal. Porque aqueles que se oferecem mostram ser, por essa resolução, os mais enérgicos e os mais rijamente decididos; e num país de fracos e indolentes, é um prejuízo perder as raras vontades firmes e os poucos braços viris.” *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, *op. cit.*, p. 311.

interiormente uma emigração de província a província”²⁸⁷, afirmava Eça. Não é “o espírito de indústria, de atividade, de expansão, de criação que leva os nossos colonos, [...] – é a miséria de um país esterilizado que expulsa, sacode e que instiga a emigrar, a procurar longe o pão”²⁸⁸, revestindo forma de abandono. Todos os que sofrem viram-se para a emigração “como uma fortuna fácil oferecida à perseverança”²⁸⁹, reforça três anos mais tarde em *EFC*.

Apropriando-se destas fragilidades, e conhecendo as afirmações constantes em *As Farpas* quanto à situação de decadência económica, social e moral de Portugal, José Soares Pinto Corrêa, em resposta à polémica que se despoleta com os autores a propósito da contrafação da obra em Pernambuco, acusa Portugal de viver em “miséria franciscana”, de ser o país das “sardinhas”, dos “rujões”, do “binho berde”, do “cajado”, do “fadinho”.²⁹⁰ Na verdade, para Eça, a plebe não tem como ganhar o pão, porque, por um lado, a indústria é escassa e periclitante e, por outro, a maior parte dos camponeses não dispõe de meios para fazer investimentos agrícolas, acabando por entrar na rotina e empobrecendo a terra e o homem.²⁹¹ A pobreza tinha que se resolver e essa resolução passa por fazer reformas dos sistemas agrícolas, introdução de novas indústrias, proliferação da instrução profissional, criação de instituições de previdência, criação de hábitos de economia e de ordem, para dar “uma saída à atividade que espera”, “empregar os braços ociosos”, “converter em vantagem nacional a energia nativa da população”, “obstar ao enfraquecimento do país pela perda da sua riqueza viva, o trabalho.”²⁹² Também para Alexandre Herculano, o “antídoto” mais eficaz para combater a emigração é a felicidade doméstica obtida e mantida pelo trabalho, duvidando da escolarização e da alfabetização da população como medida para obstar à emigração. O que afugenta o indivíduo é o mal estar, de modo que a condição indispensável para o melhoramento intelectual e moral das classes laboriosas é o seu melhoramento material.²⁹³

287 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, p. 312.

288 *Ibidem*.

289 *Emigração como Força Civilizadora, op. cit.*, p. 60.

290 *Os Farpões ou os Bandarilheiros de Portugal, resposta cabal aos srs. Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz, autores das Farpas ou Fastos da Peregrinação de S. M. o Imperador do Brazil pelo reino de Portugal*, Recife, Typografia Commercial de Geraldo de H. de Mira, 1872, p. 19.

291 Alega o autor que a “grande indústria, a dos tabacos, dá 250 réis de salário a um operário com família. As indústrias fabris são poucas, periclitantes, com interrupções mensais constantes de trabalho. A indústria mineira está abandonada à exploração de companhias estrangeiras. A agricultura vive de rotina – empobrecendo a terra e empobrecendo o homem; não temos praticultura, nem silvicultura, nem indústria pecuária; o trabalhador dos campos vive na miséria, come sardinhas e ervas do campo: a maior parte anda à *malta*, trabalhando aos dias, errante de fazenda em fazenda, por 80 réis diários, nos bons salários: não podem ter família e os filhos enjeitados crescem: a usura, a agiotagem unidas, exploram a gente do campo: os tributos são fortes, as vexações do fisco incessantes: na província, por um imposto de 10 e 20 réis, atrasado, relaxado, vimos nós pagar os pobres 5 e 6 mil réis, com custas, etc.; os pobres não tinham a quantia? penhora no casebre! nas cidades o operário é vítima do monopólio: monopólio no pão, no bacalhau, no azeite: - preços fatalmente elevados: nenhuma instrução e muito *padre-nosso*. Nós não temos uma escola teórica de aprendizagem!” *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, pp. 313-314.

292 Cfr. *idem*, p. 315.

293 Cfr. *Opúsculos II*, org., introd. e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Lisboa, Editorial Presença 19-, p. 92.

Para Alexandre Herculano, a lavoura é profissão cujo tirocínio consiste em ser filho de lavrador ou de proprietário rural, e cuja divisa é o desdém do livro. Nem sequer a alfabetização do povo pode solucionar o problema da miséria em Portugal e da emigração forçada. Não é por saber ler e escrever que o emigrante deixa de ser seduzido a emigrar. Para além disso, a maior parte não tem tempo de ir à escola para poder ajudar a família. Bem que desejaria tecer a sua “olímpica” à escola obrigatória, mas dadas as condições de vida da família obreira, a escola não pode ser um “imposto”. Dado o estado miserável em que se encontra o país, o ensino obrigatório não passa de mais um flagelo para as classes trabalhadoras, defendendo que mandar à escola os filhos dos agricultores que vivem desgraçadamente é uma miséria maior. Na verdade, os mais velhos tanto ajudam os pais como já contribuem para o sustento dos mais novos e de toda a família, de modo que o historiador pergunta se será humano, justo e até moral “agravar a miséria do trabalhador, tornar mais escura a noite do seu viver em nome da luz interior?”²⁹⁴ Dado este panorama, o autor defende que a escola não deve significar um intolerável imposto, mas antes se “ajeite a estas condições da família obreira”.²⁹⁵

A afirmação de que a “miséria de um ou outro indivíduo pode derivar de culpa própria: a que expulsa uma parte notável da população de um país, onde esta, considerada coletivamente, está longe de superabundar, é sempre resultado de um defeito ou de uma perturbação nos órgãos da sociedade”²⁹⁶ constitui uma das expressões dessa certeza, pela consciência dos poucos recursos do país, sem esperança de futuro, apresentando a emigração como solução para o problema económico e social.

Para Eça de Queiroz, a situação de Portugal é comparável à da Grécia, países “caóticos” que enfrentam grandes dificuldades económicas e financeiras, que poderão a vir ser riscados do mapa da Europa devido à mesma “pobreza, [...] indignidade política, [...] abaixamento dos caracteres, [...] ladroagem pública, [...] agiotagem, [...] decadência de espírito, [...] administração grotesca de desleixo e de confusão”, encontrando-se na mesma situação de “decadência progressiva”.²⁹⁷

Segundo Rodrigues de Freitas (1840-1896), o passado de Portugal é glorioso, mas pertence à história, devendo ser recordado “como bom estímulo, e como lição eloquente de exemplos assombrosos; porém os povos não medram pela contemplação do que foram; o seu desenvolvimento supõe e requer atividade”.²⁹⁸ A situação da Grécia é ainda mais gloriosa, afirma Eça, dado ter “a honra de ter criado uma religião, uma literatura de modelo universal, e o museu humano da beleza da arte”.²⁹⁹ Atenas produziu a escultura, afirma na *Gazeta de Portugal*³⁰⁰, embora afirme nas

294 *Opúsculos II*, org., introd. e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, *op. cit.*, p. 92.

295 *Ibidem*.

296 *Idem*, p. 70.

297 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, *op. cit.*, p. 312.

298 “Desenvolvimento económico em Portugal”, in *A América*, Vol. 1.º, N.º 1, 1868, p. 6.

299 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, *op. cit.*, p. 312.

300 “Lisboa”, in *Textos de Imprensa I* (da *Gazeta de Portugal*), *op. cit.*, p. 135.

Conferências do Casino, a 12 de junho de 1871³⁰¹, que o ideal da Grécia antiga apenas fosse tornar o homem fisicamente belo, preferindo o homem exterior ao interior, ao moral, cujo aperfeiçoamento é agora a suprema aspiração da arte moderna.³⁰²

Na Grécia, a emigração é um facto permanente, porque o grego quase não tem indústria, nem agricultura, nem comércio, e o português emigra pelo mesmo motivo, a necessidade de procurar longe o pão que a pátria não dá. O grego, encontrando-se na vida sem colocação, “toma então a sua carabina e vai para as montanhas que Teócrito (310 – 250 a. C.) cantou, roubar viajantes ingleses, ou embarca no Pireu³⁰³ e emigra para Alexandria, para Trípoli, para as escalas do Levante, para os estados barbarescos, para Marselha, para qualquer ponto onde haja algum pão a roer ou alguma piastra a ganhar”.³⁰⁴ Mas os portugueses nem têm quem roubar nem onde ganhar o pão e o Governo e a opinião admiram-se e interrogam-se sobre a “onda” emigratória a que se assiste e da procura por Charles Nathan, o engajador de emigrantes portugueses para Nova Orleães, na década de 70, questionando onde pode o trabalhador ganhar o seu sustento e o da sua família, perguntando que “querem os senhores, que se faça num país destes? Sair, fugir, abandoná-lo! O país é belo, sim, de solene paisagem, abundante, rico, todo desejável e habitável. Mas a política, a administração, tornaram aqui a vida difícil. Seria doce gozá-lo, não tendo a honra de lhe pertencer. *Só se pode ser português – sendo-se inglês!*”³⁰⁵

Eça de Queiroz retrata o esplendor da Grécia antiga, a ilustração dos poetas e a decadência progressiva do país e das gentes no conto “Um poeta lírico”, no qual descreve a história de um poeta de Atenas, Korriscosso, o mais infeliz, certamente, de entre todos os poetas líricos de que tem notícia. O narrador conheceu-o em Londres, num hotel, quando desceu ao restaurante para o *lunch*. Avistou ao longe aquele indivíduo, esguio e triste, plantado melancolicamente ao pé da janela. Estava de costas, mas havia na sua linha magra e um pouco dobrada uma expressão evidente de desalento, interessando-se logo por aquela figura, de cabelo comprido, muito magro, de carão longo e triste, muito moreno. Tinha o

301 Cfr. Carlos Reis, *As Conferências do Casino*, op. cit., p. 137.

302 Conta Eça que D. Pedro V, um rei de “grave e fino espírito”, de “critério lúcido” e uma “ponta afiada de humorismo irónico” lera o livro *A Grécia contemporânea*, de E. About, e entretivera-se a anotar o livro, nas margens, e onde “estavam nomes gregos, o rei punha os nomes correspondentes dos homens públicos portugueses; onde estavam as narrações das indignidades políticas de Atenas, ele punha à margem as correlativas, as paralelas indignidades políticas de Lisboa; onde [...] desenhava com a sua pena maliciosa, cáustica e tão profundamente francesa, um certo ministro da fazenda que era ladrão – D. Pedro V, tinha posto à margem: «cá chama-se o senhor...» um nome de político português. Figura no livro, como torpe, segundo o julgamento do excelente rei, muito homem hoje célebre na vida pública, com bons ordenados e autoridade. O livro assim anotado, mudados os nomes – é a descrição mais exata, fotográfica, do estado de Portugal, da confusão da sua administração, da imbecilidade dos seus estadistas, dos roubos da sua política. - Como deve ser infeliz um rei inteligente - quando, caindo em ceticismo e misantropia pela certeza que adquiriu de que está no meio de uma velha política e de uma torpe intriga – não pode todavia entregar a nação à experiência republicana, nem chamar a si o poder absoluto e pessoal!” *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., pp. 312-313.

303 **Pireu** é um município vizinho a Atenas, situado em zona urbana, no qual se localiza o porto daquela cidade, o principal da Grécia. O Pireu é capital da subprefeitura do mesmo nome, na Ática, faz parte da região metropolitana de Atenas e situa-se na baía de Falero.

304 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 313.

305 *Idem*, pp. 313-314.

olhar encovado e vago, com uma indecisão de sonho, nadando num fluido enternecido. Recebeu a ordem do seu almoço e, sem o olhar, num tédio resignado, levou-lho, apercebendo-se de um volume do poeta inglês Tennyson que tinha levado para almoçar, que logo o interessou e impressionou. Lançou-lhe um olhar rápido, fixando-se na página aberta e, depois de ter pousado o serviço, rodou sobre os calcanhares e foi plantar-se, melancolicamente, à janela, de olho triste.

Bracolletti, um grego seu amigo, nascido em Esmirna, filho de pais gregos, quando se lhe pergunta pelo passado, rola um momento a cabeça de ombro a ombro, esconde sob as pálpebras cerradas como afogado em bondade e em enternecimento “*Eh! mon Dieu! Eh! mon Dieu...*”³⁰⁶ Não diz mais nada. Mas conhece o criado triste, cumprimentando-o com um “*shake-hands*” solene, enternecido e sincero, porque eram amigos. O narrador, quis saber quem era, o seu nome, a sua história, mas Bracolletti, dado o seu perfil, ainda disse que se chamava Korriscosso, e sobre a história, “como os deuses da Ática que, nos seus embaraços no mundo, se recolhiam à sua nuvem, [...] refugiou-se na sua vaga reticência. *Eh! mon Dieu!... Eh! mon Dieu!*”³⁰⁷ acabando por confessar que “tinham viajado ambos na Bulgária e no Montenegro... Korriscosso foi seu secretário... Boa letra... Tempos difíceis... *Eh! mon Dieu!*”³⁰⁸, adiantado “sem hesitar, baixando a voz, com um gesto repassado de desconsideração: É um grego de Atenas.”³⁰⁹ Nesta altura o seu interesse

sumiu-se como a água que a areia absorve. Quando se tem viajado no Oriente e nas escalas do Levante, adquire-se facilmente o hábito, talvez injusto, de suspeitar do grego: aos primeiros que se veem, sobretudo tendo uma educação universitária e clássica, o entusiasmo acende-se um pouco, pensa-se em Alcibíades e em Platão, nas glórias duma raça estética e livre, e perfilam-se na imaginação as linhas augustas do Pártenon. Mas, depois de os ter frequentado, às mesas redondas e nos tombadilhos das *Messageries*, e principalmente depois de ter escutado a lenda de velhacaria que eles têm deixado desde Esmirna até Túnis, os outros que se veem provocam, apenas, estes movimentos: abotoar rapidamente o casaco, cruzar fortemente os braços sobre a cadeia do relógio e aguçar o intelecto para rechaçar a *escroquerie*. A causa desta reputação funesta é que a gente grega, que emigra para as escalas do Levante, é uma plebe torpe, parte pirata e parte lacaia, bando de rapina astuto e perverso. A verdade é que, apenas soube Korriscosso um grego, lembrei-me logo que o meu belo volume de Tennyson, na minha última estada em Charing-Cross, me desaparecera do quarto, e recordei o olhar de gula e de presa que cravara nele Korriscosso... Era um bandido!³¹⁰

E durante a ceia não falaram mais de Korriscosso que, realmente, tinha consigo o volume de Tennyson. Sem o querer intimidar, disse-lhe que Tennyson era um grande poeta e ele corou. Mas não era o despeito humilhado do salteador surpreendido, mas sim a vergonha de ver a sua inteligência, o seu gosto poético adivinhados - e de ter no corpo a casaca coçada de criado de restaurante, apesar de ser um grande poeta. Não respondeu. Mas as páginas do volume e o que escreveu a lápis responderam por ele,

306 Eça de Queiroz, *Contos*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1981, p. 41.

307 *Idem*, p. 43.

308 *Ibidem*.

309 *Ibidem*.

310 *Idem*, pp. 43-44.

quando anota “*Sublime!*”, “*Grandioso!*”, “*Divino!*”. Korriscosso, afinal, revelava um passado sem sorte, de tristezas, de dependência, lembrando o narrador que nada impressiona o homem do Levante como um gesto de drama e de palco. Na verdade, não pode sair do restaurante, dadas as necessidades da vida, para além de amar Fany, de lhe dedicar odes em grego, porque ele só é um grande homem, um grande poeta, em grego, e ela não percebe a sua língua. Efetivamente, Eça de Queiroz mostra através do retrato desta personagem o esplendor da Grécia e a sua decadência, afinal tão próxima da situação de Portugal, tal como relatara em *As Farpas*, do esplendor e da glória do passado, tal como escrevera na *Gazeta de Portugal*, e do impasse do presente.

Quanto à expressão “*Só se pode ser português – sendo-se inglês!*” é reveladora da sua simpatia e admiração pelo caráter do inglês, pela sua tendência para a expatriação, considerando, em *EFC*, o inglês como um viajante que gosta de se expandir, de explorar, de mudanças radicais, já que vive num clima pouco suportável que quase o obriga a circular. Ao contrário do italiano e do francês, que gostam de uma vida sedentária e tranquila, o inglês é solitário por instinto, pouco ligado a círculos sociais, dado que tem

o grande sentimento do *my self* – eu só; todo o génio inglês está nesta palavra. Prefere criar a ir incorporara-se nas criações dos outros – coloque-se um inglês com a família num deserto, e ele cria uma civilização. Por isso ninguém como ele sabe colonizar: tudo o que se prende a este movimento de iniciativa, de criação, de movimento, de exploração está profundamente nos seus gostos – viagens, comércios distantes, colónias, marinha, emigrações.³¹¹

Os ingleses e os alemães são as duas grandes nações emigrantes do século XIX. No entanto, o alemão, ao contrário do inglês, que é um inventor, caracteriza-se por ser um colaborador que gosta de se acomodar nas criações dos outros. Na grande marcha agrícola que a América do Norte empreendeu para Oeste, nos vastos desertos do Pacífico, “o Anglo-Saxónico adiante conquista, devasta, descobre, apropria – e o pesado e pacato alemão vem atrás e semeia”.³¹²

Por um lado, a emigração é uma consequência lógica da miséria que pesa sobre estas duas raças, e, por outro, da sua preparação natural para as viagens e explorações em terras distantes. A estas tendências acrescem outras que são, precisamente, as facilidades da civilização, já que o vapor aproximou as nações ao encurtar o tempo das viagens. Vai-se de Havre a Nova Iorque em 10 dias, de Southampton ao Rio de Janeiro em 14 e a volta ao mundo faz-se em 90.³¹³

311 *Emigração como Força Civilizadora, op. cit.*, p. 104.

312 *Idem*, p.105.

313 Em *EFC* afirma que a “ciência, a organização naval domina o mar: os naufrágios são raros, os transportes são excelentes, largos, são, ventilados, limpos, higiénicos, por interesse das companhias e sob os regulamentos dos governos. Nos portos de embarque, as administrações locais por interesse, os governos por dever, as associações por filantropia têm criado todas as facilidades: o emigrante é alojado por preços mínimos, tratado nas enfermidades, protegido nos contratos, fornecido de utensílios, de víveres, de roupas; e tudo está previsto desde o preço da passagem até à ponte movediça em que há-se embarcar do cais para o vapor. Um funcionalismo especial guia-o, protege-o contra os embustes, as explorações, as [lacuna], as falsas informações. Até ao ponto de embarque, as companhias de ferro abatem para eles a tarifa dos transportes, levam-lhes gratuitamente as bagagens. Na sua comuna encontra a proteção das associações, do governo, dos particulares, que o informam, o

A grande emigração europeia, ocorrida no século XIX, para Eça, “só podia ter as vastas proporções quando a miséria atuasse sobre as raças naturalmente viajantes e a civilização lhe tivesse criado todas as facilidades”³¹⁴ porque, na verdade, as disposições das raças e as facilidades que possuem são fatores importantes para a compreensão do fenómeno. Até aos portos de embarque, os caminhos de ferro desempenham papel importante, tanto no transporte dos passageiros como das suas bagagens e mercadorias, e o aparecimento do vapor torna a emigração um ato fácil, dado encurtar as distâncias e proporcionar segurança e conforto, sendo outra das causas coadjuvantes da emigração.

A Alemanha, perante as facilidades concedidas aos emigrantes, age no sentido de as atenuar, acabando com a diminuição das tarifas concedidas nas viagens dos caminhos de ferro. A América, para não diminuir o caudal da mão-de-obra, protesta e reforça as facilidades e a propaganda na Europa, criando e subsidiando agências e jornais, para espalhar, exaltar, comentar as vantagens oferecidas aos colonos.³¹⁵

Já o Brasil atua através dos seus agentes e das publicações que subsidia, nas quais exalta o país, a sua constituição civil, as forças produtivas do seu solo. Também o Rio da Prata, o Chile, a Colômbia fazem propaganda e as colónias inglesas subsidiam a imprensa para orientar os imigrantes, elogiando a fertilidade das terras e garantindo fortuna aos colonos. Os guias e almanaques com roteiros traçados, tabelas de preços de transportes, tarifas de salários são largamente difundidos em inglês, francês e alemão.

A propaganda não se limita apenas à divulgação das potencialidades económicas, mas dirige-se ao campo afetivo e emocional através de uma literatura especial em que sob a forma de conto, romance ou narração de viagens, o emigrante é caracterizado como figura feliz e opulenta, que enriquece na América, realizando uma vida nobre e fabulosa, o “sonho americano”. Assim dirigida, influenciada, a emigração não pode deixar de tomar poderosas proporções.

Aos fatores anteriores, como a inclinação das raças, as facilidades, acrescenta-se a própria emigração, já que o fenómeno produz-se a si próprio pelo exemplo. O enriquecimento do operário europeu, a sua transformação em proprietário tranquilo e farto das regiões agrícolas da América incita ao

subsidiam, o amparam. A emigração torna-se assim um ato facilimo, acessível aos mais tímidos.” *Emigração como Força Civilizadora, op. cit.*, pp. 106- 107.

314 *Idem*, p. 103.

315 Conta Eça que os vários países têm-se aperfeiçoado nas técnicas e nos meios de informação, dando o exemplo dos Estados Unidos, com a edição anual do *Bureau* das Estatísticas, milhões de publicações destinadas a esclarecer e a informar os emigrantes, “ricamente encadernados, acompanhados de belas cartas geográficas, explicam com todo a sorte de pormenores a superfície, a população, a constituição geológica de cada estado ou território, as suas fábricas e manufaturas, o preço da venda e arrendamento das terras, as principais produções do solo, os meios de comunicação com os mercados, o preço do gado, as classes trabalhadoras mais procuradas, as tabelas de salários, o custo das provisões, dos alugueres, etc. Tudo isto exato, oficial, anual e cheio de exposição das vantagens económicas, mas dirige-se à emigração, prepara de antemão a sua residência, o seu destino, o seu orçamento.” *Idem*, p. 108.

abandono da Europa. Nos subsídios que enviam para as suas terras e nas cartas que enviam a parentes e amigos, dão conta da sua prosperidade, aconselhando-os a seguir o seu exemplo.

O alemão e o inglês estabelecidos quando precisam de trabalhadores para a lavoura, para o escritório, para as manufaturas, procuram os parentes ou conterrâneos, em vez de chamar os de outra raça. Para além de depositar neles certa confiança, dão continuidade à sociabilidade que já tinham, criando uma sólida afinidade de interesses, fazendo da emigração um conjunto de ligações sucessivas. Também na emigração portuguesa para o Brasil “os que voltam ricos, [fazem] esquecer os que ficam miseráveis, criam a convicção que a riqueza é a consequência da emigração”.³¹⁶ Em forma de conclusão, Eça afirma que a miséria coage as raças viajantes, que têm todas as facilidades de emigração e que são seduzidas pelos exemplos bem sucedidos, estabelecendo um movimento de trabalho europeu para os solos transatlânticos.

A comissão de elaboração do *PIPEP* aponta várias causas para o fenómeno da emigração, como o recrutamento militar, a propriedade, o capital, a cultura, o sistema de impostos, entre outras, apresentando medidas indiretas para atenuar o caudal, para não exceder as suas competências. Contudo, e para evitar uma situação de mais miséria no país de acolhimento, o relatório apresenta três projetos de lei, um para fiscalizar a emigração de menores de ambos os sexos que não fossem em companhia dos pais, outro para sujeitar os recrutadores de emigração a processo justificativo nos consulados, a fiança ou a depósito, para garantir a volta dos emigrantes contratados, e um outro para proibir os contratos de locação de serviços para o império do Brasil enquanto se não concedesse aos colonos portugueses os mesmos direitos civis de que gozavam os cidadãos brasileiros.³¹⁷

Em 1887, Oliveira Martins, no *Projecto de Lei de Fomento Rural*, assente num estudo sobre o estado do país nos últimos dez anos, tendo em conta o relatório acerca do estado da emigração portuguesa e os documentos que o integram³¹⁸, como os depoimentos das diferentes câmaras municipais, das diferentes repartições de fazenda e administrações de concelho, propõe-se expor à Câmara “questões graves que se referem ao regime do trabalho, à emigração, ao mercado dos capitais e ao valor da propriedade”³¹⁹, já que o estado do país é “gravíssimo” e contrasta com “aquele que se afigura a muitas pessoas que não olham além do perímetro da capital”³²⁰. O fenómeno, que considera “descomunal”, é responsável pela “desordem da economia interna” do país, refutando a opinião dos que

316 *Emigração como Força Civilizadora, op. cit.*, p. 109.

317 Cfr. *PIPEP, op. cit.*, p. 68.

318 Segundo o autor, trata-se da “impressão dos depoimentos das diferentes câmaras municipais, das diferentes repartições de fazenda e administrações de concelho, como resposta a um questionário que lhes foi enviado pela comissão parlamentar de emigração”. *Fomento Rural e Emigração, op. cit.*, p. 9.

319 *Idem*, p. 10

320 *Ibidem*.

defendem que as pessoas partem movidas por um desejo ou por uma ambição de melhor sorte, principalmente de fazerem fortuna no Brasil.

A emigração deve ser compreendida na sua relação com o estado do país, nomeadamente com a classe trabalhadora e com os salários. Segundo os depoimentos dos inquiridos, os salários das zonas de maior emigração não são superiores aos das regiões de menor fluxo emigratório, o que significa que as pessoas não partem apenas por um desejo de enriquecer, mas devido a problemas sociais³²¹, não escondendo, apesar de tudo, a sua preferência pela emigração para o Brasil. Estava-se, então, na década de oitenta, em 1887, e os dados que possuía eram de há 10 anos, ou seja, da década de 70 da centúria, precisamente da época em que Eça intervém no debate que então se realizava entre os eruditos portugueses.

Para o historiador, as causas determinantes da emigração portuguesa, que apelida de “indústria portuguesa de exportação: a cria de gado humano”³²², deve-se fundamentalmente à “míngua de meios de subsistência”³²³, às “condições deploráveis” em que se encontra o estado da propriedade do país e, em segundo lugar, numa parte subsidiária, às condições criadas pela legislação militar. Dá provas o autor, com documentos coligidos no relatório, que as leis de recrutamento são uma causa eficiente da emigração, principalmente nas províncias situadas a Norte. Segundo o depoimento do administrador do concelho de Mondim da Beira, naquele concelho, existe emigração clandestina como em quase todos, principalmente entre os indivíduos implicados no recenseamento militar, para os quais há companhias de engajadores perfeitamente organizadas.³²⁴ A obra de Oliveira Martins vai ao encontro de vários problemas tratados e refletidos por Eça de Queiroz, Alexandre Herculano e pelo *PIPEP*, até com alguma dose de ironia, que o aproxima de Eça, quando se interroga se é um bom negócio e uma indústria lucrativa esta nossa “criação de gado para exportação”, que a resposta não pode ser senão uma, que “é um mau negócio”, mas uma fatalidade necessária, e que o melhor mercado, destas “quinze ou vinte mil cabeças de gente” é o Brasil. Para o historiador, é do Brasil que vêm os subsídios pecuniários para Portugal, como outrora vieram de Demerara para a Madeira, mas como não vêm nem da Califórnia, nem de Sanduíche, nem da Huíla, de onde não há comércio, nem remessa de economias.³²⁵

Emigrar ou cultivar os terrenos do Alentejo?

Perante a debandada de gente para fora da pátria, a tendência do governo português é para proibir e desaconselhar a emigração, colocar-se “entre o bote e o emigrante”, explica Eça, ironizando, em *As*

321 Cfr. *Fomento Rural e Emigração, op. cit.*, p. 11.

322 *Idem*, p. 189.

323 *Idem*, p. 180.

324 Cfr. *idem*, pp. 11-12.

325 Cfr. *idem*, pp. 204-205.

Farpas. O problema, que considera grave, não se resolve nem proibindo a emigração nem fechando os colonos à chave, já que a solução para este problema económico não é uma “questão de serralharia”, nem se resolve com uma “fechadura”, um “trinco”, ou um “parafuso”, mas, à semelhança dos estudiosos do seu tempo, passa por examinar as condições do país agrícola, de estudar o meio de organizar o trabalho, de regularizar as migrações no seu interior.³²⁶ Mendes Leal também já se tinha pronunciado sobre os entraves criados pelo Estado à saída dos emigrantes, acusando o país que assim procede de ser um “pai desnaturado”. Fechar os filhos em casa estreita e desprovida, privando-os da liberdade de saírem a ganhar a vida com o trabalho útil a todos, é uma bárbara loucura, afirmando que o que é verdade na família é verdade na nação.

Neste contexto, seguindo as suas intenções e objetivos delineados em *As Farpas*, Eça defende que apresentar os terrenos do Alentejo aos colonos como alternativa à miséria e à emigração só pode ser “um gracejo torpe”, “uma facécia impudica”, uma “brincadeira abjeta”, já que estes terrenos tais como estão, na generalidade, não produzem senão bolota. Responder a uma população de trabalhadores, pobres, operários, proletários, que pede trabalho, para não emigrar parece anedota.³²⁷ O excerto prima pela ironia, pela “pilhéria”, tal como diz o próprio autor, embora não esteja “só” na defesa destas ideias. Como os colonos não têm dinheiro para investir naqueles terrenos incultos, o melhor é procurarem o conhecido aliciador Charles Nathan e emigrar para a América do Norte. Ramalho Ortigão, seguindo o seu parceiro nesta crónica, afirma que algumas

peças tomaram numa intenção extremamente literal as nossas rápidas páginas (Número de Dezembro) sobre a emigração para Nova Orleans e o seu remédio – os terrenos do Alentejo. Estranhou-se que nós tivéssemos torcido um pouco o perfil da verdade dizendo com aspetos verídicos – que a opinião mostrara aos colonos com gesto morgado as vastas terras incultas do Alentejo, dizendo-lhes: aí tendes, gastai 5.000 contos e procurai ganhar os vossos 17 vinténs.³²⁸

Mas, para Ramalho, não contaram a verdade, fizeram-lhe a caricatura, alegando também que ainda nenhum governo em Portugal tivera iniciativa e ação reformadora capaz de transformar as condições de vida agrícola. De modo que, quando os emigrantes põem na cabeça o seu chapéu para irem

326 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, p. 315.

327 O excerto dessa crónica é esclarecedor sobre o que pensa, tanto da proibição da emigração como da proposta alternativa do governo sobre os terrenos do Alentejo: “ – Não emigreis, tendes acolá os terrenos do Alentejo – isto é, tomai vós, ó proletários, ó gente do campo, ó pés descalços, os quatro ou cinco mil contos que tendes aí no bolso roto da jaqueta, associai-vos em grandes companhias, negociai ações, comprai máquinas e instrumentos, lavrai tantas léguas quadradas, arroteai, regai, abri poços, fazei aquedutos, estabelecei lezírias, levantai grandes fundos com o vosso grande crédito, tu Manuel da Horta, tu José da Cancela, tu ferrador, tu jornaleiro – e enriquecei! Ora o Estado, a imprensa, a opinião têm razão – somente como o trabalhador não tem ali os quatro ou cinco mil contos na algibeira e não está para os ir buscar a casa, porque está a chover - embarca para *Nova Orleans!*” *Idem*, p. 314.

328 *Idem*, p. 351.

para Nova Orleães e se lhes diz para esperar que o governo vai tomar medidas é uma ingenuidade, porque acreditar nos governos é ter a boa fé de um patriarca.³²⁹

Também os autores do *PIPEP* como Alexandre Herculano partilham de algumas destas ideias defendidas por Eça de Queiroz, considerando que a emigração é um direito natural que não se deve tolher, é determinada por causas naturais e que os terrenos do Alentejo, tal como estão, não são a solução para resolver os problemas da emigração em Portugal, depositando muita ironia nas doutrinas que tentavam desviar o rumo dos emigrantes para destinos transoceânicos e meter-lhes à mão os terrenos do Alentejo, em alternativa. É uma “facécia impudica”, afirmava Eça, dadas as condições de produção daquelas terras. Segundo a comissão de inquérito do *PIPEP*, aqueles terrenos precisavam de um estudo sério, já que a diminuição da população em distritos como Évora, Beja e Portalegre se pode explicar pelas “ruins condições climáticas do Alentejo”.³³⁰

Na primeira carta que endereça ao ministro Carlos Bento da Silva, sobre o inquérito à emigração, Alexandre Herculano aplaude o questionário, porque os estudos promovidos podem ser profícuos para melhorar as condições sociais do país, dando conta da relação que se quer encontrar entre os interesses agrícolas e a emigração para a América. Para o historiador, a questão era a mesma, a de “averiguar quais os meios de evitar a emigração do homem de trabalho para fora do Reino e de fazer com que a torrente dela se derive das províncias mais populosas para as menos populosas, sobretudo para as solidões do Alentejo”.³³¹ Herculano estava de acordo em que se empregassem todos os meios razoáveis e liberais para promover um movimento da população do norte para o sul, especialmente para o Alentejo, cuja agricultura estava em dificuldades, e também para reter na pátria as classes trabalhadoras dos distritos insulares. O que não aplaudia era as causas finais do relatório, deplorava-as até, achando inconveniente confundir-se a emigração espontânea com a emigração forçada, com a que provém da “tirania da miséria”. Proibindo-se as duas, a fim de reter no país os trabalhadores rurais, afirma que sente “repugnância absoluta, esses terrores profundos, ilimitados, da emigração e o desejo de obstar a ela só para obter salários baratos para a agricultura”.³³²

Na verdade, para Alexandre Herculano, a emigração é um fenómeno complexo em que uns emigram por “cálculos e previsões”, de forma voluntária e livre, e em que outros são “expulsos pela miséria”. As duas situações encontram-se separadas por um “abismo”, considerando que não se devem confundir, dado correr-se o risco de criar desacertos em proveito de certa classe ou de certa indústria em prejuízo dos trabalhadores. O emigrante espontâneo, aquele a que a miséria não atira para fora da pátria, sabe o que quer, como vai e para onde, sendo o ato de emigrar uma responsabilidade sua. Contudo, ao

329 Cfr. *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., pp. 351-352.

330 Cfr. *PIPEP*, p. 37.

331 *Opúsculos II*, op. cit., p. 67.

332 *Idem*, p. 68.

que emigra de modo forçado seria injusto e cruel atribuir-lhe a responsabilidade de um ato que em rigor não é seu, já que abandona o país sem norte e sem rumo certo, muitas vezes sem a mínima esperança, devido a um estado “patológico” que no país produz o fenómeno, afirmando que a

emigração da miséria deve combater-se, não porque o agricultor vê nisso, bem ou mal, o seu interesse, mas porque o emigrante é, como nós, filho desta terra; porque a emigração forçada da miséria tem para o coração humano as mesmas amarguras do desterro; porque ao cabo das esperanças do foragido (quando para ele existe a esperança) estão muitas vezes as desilusões e a morte.³³³

Para o historiador, o mal da agricultura não procede da falta de braços, mas da política errada que tem seguido o desenvolvimento agrícola, do esquecimento de certas leis económicas e de certos princípios doutrinários da ciência do agricultor, destacando mesmo o falecimento da instrução ao comum dos agricultores. Os documentos anexos ao relatório do *PIPEP* são instrutivos, afirma, já que permitem fazer leituras da “grave e complexa” questão que é a emigração, sobressaindo, de entre eles, informes de pessoas colocadas em situação oficial ou habilitadas por “experiência e estudo”, como os do deputado Cândido de Moraes, referente à emigração dos Açores, o de Bernardino de Almeida, obtido por intervenção do consulado no Rio de Janeiro, o do cônsul português em Boston e, sobretudo, o do Taibner Moraes, secretário do governo civil do Porto. Para além do facto destas entidades darem uma perspectiva do que se passa sobre a emigração portuguesa em várias regiões do país e dos principais destinos em terras de além-mar, porque conhecem e estudaram refletidamente os factos, diverge deles no que respeita a certas doutrinas e a certos alvites para obstar à emigração. Um desses factos, com o qual todos concordam quando se questionam sobre as causas da emigração, é a insuficiência dos salários rurais, que é um indicador excelente da verdadeira situação do jornaleiro, sobre a qual Eça de Queiroz já se tinha pronunciado em *As Farpas*, mas da qual Herculano discorda, já que é “cultivador”, “vive no campo” e ouve constantemente as queixas contra a “elevação sempre crescente dos salários”.³³⁴

Dadas as queixas chegadas à câmara popular, a comissão de inquérito do *PIPEP*, do qual faz parte Carlos Bento da Silva³³⁵, propõe-se coligir a informação disponível, que previamente tinha sido solicitada, separar para o efeito “o verdadeiro do falso”, “e desiludir aqueles que, porque a falta de braços eleva o preço dos salários, pensam que se pode restringir a liberdade de sair do reino aos trabalhadores, e que a emigração é um mal”³³⁶, ideia que a comissão de inquérito considera ser falsa. Os temas abordados no relatório, a forma como é iniciada a exposição, lembram o itinerário anteriormente seguido

333 *Opúsculos II, op. cit.*, p. 76.

334 Cfr. *idem*, p. 74.

335 Inicia-se na carreira política como deputado, em 1842, sendo chamado para o governo a partir de 1855 ao governo, onde assumiu as pastas das Obras Públicas, Marinha, Negócios Estrangeiros, Instrução Pública, Negócios da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros. Em 1871 foi nomeado conselheiro efetivo de Estado e em 1874 elevado ao pariato, por Carta Régia de 16 de Maio de 1874. Pediu a exoneração em 1877.

336 *PIPEP, op. cit.*, p. 4

por Eça em *As Farpas*, o que prova que vai ao encontro do espírito da época. Enquanto Eça começa a crónica com a afirmação que se agitou e “agita-se ainda a questão da *emigração*”, no relatório lê-se que se levantou “no reino clamor uniforme contra a emigração”, revelando as mesmas preocupações.

É neste contexto que o *PIPEP* se propõe conhecer a causa real do processo da emigração, o facto económico que a determina, estudando as condições em que vive a população, principalmente nos locais de maior emigração, analisando e aferindo a legislação dos países de destino, a fim de averiguar as vantagens e desvantagens que oferecem aos emigrantes, assim como as condições de salubridade de cada zona geográfica. Neste árduo trabalho, a comissão dá especial cuidado aos documentos diplomáticos, dado considerar a ação dos agentes consulares extraordinariamente importante³³⁷, recorre a trabalhos e publicações estrangeiras, de modo a realizar um bom trabalho e atingir duas finalidades principais, nomeadamente, poder habilitar o parlamento a mudar as condições económicas do reino, nos casos em que a legislação torna difícil a vida das classes laboriosas, e habilitar o povo a conhecer os perigos que o espera.

Dos depoimentos chegados à comissão, destaca-se o do Governo Civil do Porto através do seu secretário-geral, Joaquim Taibner Moraes, que depois de Eça de Queiroz e antes de Alexandre Herculano, constata que a maior parte dos emigrantes se destinam à América, nomeadamente ao Brasil. A maior parte são jornaleiros, que saem do país na idade mais vigorosa, muitos com menos de 14 anos, a maioria a saber ler e escrever, ao contrário dos mais velhos. No caso dos menores, que vão para se dedicarem ao comércio, a emigração não é tão funesta, porque para os outros a situação é diferente, já que quase todos por lá ficam, vítimas da miséria, do clima, e os que voltam são poucos, pobres e com a saúde deteriorada.³³⁸ A falta de instrução elementar também é notada e estudada pela comissão de inquérito, considerando-a como um prejuízo para os emigrantes. Os indivíduos que se destinam ao Brasil são vítimas de fraude, da sua ignorância, dado que acabam por ser contratados para trabalhos braçais, mais duros do que os outros³³⁹, como relata “Um negociante logrado”. Charles Nathan, antes de virar a sua atenção para a América do Norte, para onde levou ao engano tantos portugueses, esteve envolvido neste tipo de emigração portuguesa para o Brasil.

Para ilustrar as suas convicções acerca da emigração, a comissão recorre a exemplos retirados da Bíblia e do mundo natural, considerando-a uma lei essencial, um direito natural que, para ser bem sucedido, deve observar certos princípios com os quais o emigrante pode lucrar assim como o país, tanto o de origem como o de destino, à semelhança do que referirá Eça de Queiroz em *EFC*. As causas gerais

337 A ação dos cônsules era considerada filantrópica, no que diz respeito à fiscalização dos contratos dos imigrantes. Contudo, algumas informações solicitadas a alguns consulados, como Nova Orleans, tardaram em chegar, não constando do relatório, como dá conta Jesuíno Ezequiel Martins. Cfr. *PIPEP*, *op. cit.*, p. 158.

338 Cfr. *idem*, p. 177.

339 Cfr. *idem*, p. 22.

da emigração dos países velhos para os novos são já conhecidas da câmara, ou seja, enquanto os primeiros estão exaustos, os segundos brotam de fertilidade, razão pela qual solicitam força de trabalho, lê-se no *PIPEP*.³⁴⁰

Ao acompanharmos o percurso de vida de Eça de Queiroz e analisar os seus escritos sobre o Alentejo e a emigração, podemos verificar que, em *As Farpas*, dadas as características do clima, do solo, e a falta de capacidade dos agricultores fazerem investimentos, o autor não vê qualquer possibilidade de arrotear os terrenos daquela província, pelo que propõe a emigração, criticando o país que retém na pátria os que querem partir. Na sua obra literária, em *O Primo Basílio*, em 1878, continua a constatar as mesmas condições climáticas, a aridez do clima, a sua nocividade, quando Ernestinho se despede de Jorge, que está de partida, para ir trabalhar nas minas, e lhe diz para ter cuidado com essas terras, nessa estação traiçoeira que é o verão.³⁴¹ O próprio Jorge sentia-se “aflito”, “contrariado”, com a jornada que tinha pela frente: partir para Évora, Beja, até S. Domingos, em julho. Desanimado, afirmava:

Que maçada por um Verão daqueles! Ir dias e dias sacudido pelo chouto dum cavalo de aluguel, por esses descampados do Alentejo que não acabam nunca, cobertos dum rastolho escuro, abafados num Sol baço, onde os moscardos zumbem! Dormir nos montados, em quartos que cheiram a tijolo cozido, ouvindo em redor, na escuridão da noite tórrida grunhir as varas dos porcos! A todo o momento sentir entrar pelas janelas, passar no ar o bafo quente das queimadas! E só!³⁴²

Também em *Os Maias*, em 1888, e em *A Ilustre Casa de Ramires*, em 1897, retrata a esterilidade desses terrenos. Contudo, se, naquele romance, uma venda de montados no Alentejo, pertencentes à legítima de Carlos, um “negociozinho”, segundo Vilaça, não é um mau presente, logo pela manhã³⁴³, em *A Ilustre Casa de Ramires*, enquanto uns condenam a venda de África aos ingleses e consideram incultos os terrenos do Alentejo, outros concordam que essa venda se faça, como João Gouveia, alegando que também ele “venderia Lourenço Marques, e Moçambique, e toda a Costa Oriental! E às talhadas! Em leilão! Ali, toda a África, posta em praça, apregoada no Terreiro do Paço!”³⁴⁴, porque todo o proprietário de terras distantes que não pode valorizar por falta de dinheiro ou gente as deve vender para consertar o seu telhado, estrumar a sua horta, povoar o seu curral, fomentar todo o bom terrão que pisa com os pés. Portugal possuía toda uma riquíssima província a amanhar, a regar, a lavrar, a semear, o Alentejo, onde já tinha estado a “advogar”, em Mértola, e sabia que estava abandonado, miseravelmente, há séculos, pela “imbecilidade dos governos”, embora fosse riquíssimo e fertilíssimo.

340 Cfr. *PIPEP*, *op. cit.*, p. 47.

341 Cfr. *O Primo Basílio*, (Episódio Doméstico), Porto, Lello & Irmão Editores, 1877, p. 57.

342 *Idem*, p. 6.

343 *Os Maias*, *op. cit.*, p. 166.

344 *A Ilustre Casa de Ramires*, *op. cit.*, p. 44.

Apanhado de surpresa, Gonçalo sentia-se arrepiado, condenando a atitude de “S. Fulgêncio”, do partido dos Históricos, que acusa de imprudência, afirmando que os Regeneradores nunca cometeriam aquela indecência. Ainda se negociassem com os franceses, com os italianos, com povos latinos, raças fraternas, e aplicassem o dinheiro no fomento do país, com saber, com probidade, ainda se compreendia. Quanto aos terrenos do Alentejo, Gonçalo Mendes considera-os “uma desgraçada ilusão”. Nunca lá tinha estado, mas também nunca tinha estado na China e sabia da miséria que ali abundava. O irmão do Tito tinha lá uma herdade “imensíssima” que rendia apenas trezentos mil réis, acusando-os de ser uma “película de terra de má qualidade”.³⁴⁵

Já em *A Cidade e as Serras*, a riqueza de Jacinto provém não apenas da renda das terras das Beiras e da Estremadura, mas também do Alentejo, ascendendo a cento e nove contos de renda em terras de sementeira, de vinhedo, de cortiça e de olival, que lhe possibilitaram o nascimento num “berço de ouro”, num belo palácio, nos Campos Elisios, em Paris, no n.º 202³⁴⁶, o que revela que o escritor, gradualmente foi alterando, revendo as suas concepções, mas, simultaneamente mostra que o português pode saber tirar proveito das potencialidades do país. Na verdade, este romance é escrito na reta final da vida do escritor, altura em que continua a criticar o país, mas a amá-lo, tendo sido publicado postumamente, em 1901.

Atração / Aliciação

Associada ao grave problema da miséria, a aliciação e o engajamento são práticas antigas e, em parte, as grandes responsáveis pelo insucesso do fenómeno emigratório, uma vez que não condiz com os princípios da emigração livre, tanto na concepção de Eça de Queiroz como na de Alexandre Herculano, de Oliveira Martins e do *PIPEP*. Se a emigração é um direito natural e se pode contribuir para resolver os problemas do emigrante e dos países, a aliciação, o engajamento ou “embaimento”, como lhe chama Alexandre Herculano, são apontados como causas de muitos males, para os indivíduos e nações de origem, porque forjadas pelo interesse de quem os pratica, apresentando-se como uma ação contrária a uma boa condução do processo emigratório e do projeto de vida do emigrante. Tal como defende Rodrigo de Bessa, o homem é livre e cosmopolita, ninguém o pode prender à terra, o Brasil necessita de braços, mas os governos têm que intervir para obstar ao tráfico escandaloso e imoral dos engajadores.³⁴⁷

A história do engajamento começa com sinais definidos no século XVII, quando os povos que se estabelecem na América começam a sentir falta de população para povoar e trabalhar as terras, para onde

345 *A Ilustre Casa de Ramires*, op. cit., p. 44.

346 *A Cidade e as Serras*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1901, p. 5.

347 Cfr. Augusto de Carvalho, *O Brasil, Colonização e Emigração*, Volume Primeiro, Porto, Typographia de Bartolomeu H. de Moraes, 1875, p. XXXVIII.

se tinham começado a deslocar no século XV. Os ingleses, expulsos da pátria pela miséria, propõem-se colonizar a América através de um sistema organizado de agricultura e de indústria, sendo conduzidos pelo ideal de procurar um bom país, com um clima temperado, onde abundasse água doce e matérias-primas. Enquanto os portugueses preferem a Índia, os espanhóis o México e o Peru para fins comerciais, os ingleses estabelecem-se em vastas e férteis terras sem dono, próximas da Europa, de forma a facilitar o comércio, com excelentes portos para a navegação, com redes fluviais de transportes, ricas em ferro e carvão, “terra admirável para a expansão contínua e segura de uma civilização económica e democrática”, diz em *EFC*.³⁴⁸

Em meados do século XVII, a colonização europeia na América apresenta já o aspeto de sociedades regulares e organizadas, sentindo, no entanto, um forte embaraço: a falta de imigração. Na verdade, na Europa, conheciam-se as dificuldades da emigração, como as viagens, as ameaças dos índios, as enfermidades, de modo que a Inglaterra vê-se na necessidade de povoar as suas colónias primeiro com condenados e degredados e, posteriormente, através do sistema de engajamentos³⁴⁹, tal como também acontecera no Brasil.³⁵⁰

Estes factos retraíram a emigração europeia, embora a falta fosse notada por pouco tempo, já que, em 1620, um navio negreiro holandês descarregou em James Town, na Virgínia, pela primeira vez, 20 escravos. Embora a escravatura já fosse conhecida em S. Domingos e em Cuba, só quando os portugueses se dedicaram de forma sistemática ao negócio, para compensar o comércio que na Índia lhes escapava, é que o sistema teve grandes progressos, acabando, simultaneamente, por contornar a dura situação dos engajados.

Durante o século XVII, o trabalho nas colónias é feito pelos negros e a imigração livre é reduzida. Dados os problemas indicados, ligados às viagens e às dificuldades que os colonos enfrentavam, a imigração é feita por filhos segundos, por fidalgos arruinados, criados despedidos ou desacreditados, trabalhadores pobres dos campos e por alguns ambiciosos e aventureiros. Criados os Estados Unidos, em finais do século XVIII, o impulso dado à atividade pública teria conduzido a uma poderosa emigração de trabalho europeu para a América, atenuado devido às lutas entre a República e o Império e também pelo

348 *Op. cit.*, p. 48.

349 Relata Eça de Queiroz que “a história da emigração assalariada durante o século XVII está tão cheia de misérias e de crimes como a história da escravatura. À chegada de cada navio com emigrantes engajados aos portos da América estabelecia-se a bordo um mercado de homens: a venda era feita por 6-7 anos. Eram mais mal tratados que os animais; os suicídios eram frequentes; os que fugiam e que eram agarrados tinham de servir mais uma semana por cada dia de ausência, um mês por cada semana, seis meses por cada mês. Se uma família engajada perdia um dos seus membros durante a viagem tinha de pagar por ele e servir o dobro do tempo; as famílias quase sempre eram dispersas pela venda.” *Idem*, pp. 50-51.

350 Guilhermino Cesar recorda Frei Vicente de Salvador (1564 – 1635), o denominado ‘pai da história brasileira’, e o seu relato sobre a chegada dos portugueses ao Brasil, que “Logo em seu principio veio ali ter ao Rio Grande do Norte um homem degredado pelo Bispo, em Leiria, o qual, ou zombando ou pelo entender assim, pôs sentença: “Vá degredado por três anos para o Brasil, donde tornará rico e honrado”, alegando ainda que, verdade ou não, a “tradição é que se cumpriram todas as profecias desse género”, referindo-se ao *brasileiro*. Guilhermino Cesar, *O «Brasileiro» na Ficção Portuguesa*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Lda 1969, p. 26.

bloqueio continental, mas reavivado em 1815, após o restabelecimento da paz. A partir desta altura estabelece-se um caudal contínuo de emigração, até porque as guerras tinham introduzido em toda a Europa o espírito de movimento, de liberdade e de iniciática. A América oferecia, para além da liberdade, garantias de fortuna.³⁵¹

Eça de Queiroz dá conta da atração e do aliciamento que a América do Norte exerce sobre os europeus, nomeadamente nos portugueses, através de um engajador muito conhecido em Portugal, Charles Nathan. Apesar de o considerar um ser “funesto”, dada a situação do país, era muito procurado e ajudava a partida em massa, levando para Nova Orleães, com bons salários, para trabalharem todas as atividades que se ofereciam, relatando em *As Farpas* que

a opinião que mais tem enrouquecido a bradar contra a emigração tem-se ocupado em provar que a emigração para Nova Orleans não dá as vantagens prometidas pelo engajador.

Por consequência o que se condena não é o facto da emigração, esse julga-se tacitamente necessário – é o *lugar* para onde se *emigra*. A guerra é feita a *Nova Orleans*, não ao abandono da Pátria. A *Nova Orleans* fez o que quer que fosse à opinião pública. O caso é que a opinião não traga a *Nova Orleans*.³⁵²

Nesta fase parece-lhe “curiosa” a forma como a imprensa relata aquelas notícias, já que não se mostra contra a emigração, mas sim contra aquele destino dos portugueses. Todavia, na altura em que é cônsul em Havana, dali a dois anos, vai desmistificar esses factos, contribuindo para mudar o rumo da emigração portuguesa, em 1890. Na verdade, dadas as queixas chegadas ao consulado por portugueses enganados, o cônsul é confrontado com essa situação, que já era do seu conhecimento, não podendo ignorá-las na altura de publicar os seus textos de *As Farpas*, em *Uma Campanha Alegre*. Efetivamente, só uma análise minuciosa de ambas as obras permite verificar a mudança de opinião do escritor e justificá-la em interação com outros escritos, já que, na mesma crónica, desaconselha a emigração portuguesa para Nova Orleães e aconselha-a para S. Paulo, ainda que mantenha a Califórnia como destino a aconselhar.³⁵³

Em 1873, a comissão do *PIPEP*, apesar de ter manifestado a sua despreocupação em relação à emigração portuguesa para a América do Norte, dado que oferecia boas condições aos emigrantes e estes regressarem com certa ilustração e com boas economias, devido aos elevados salários, lamenta que “os que emigram não estejam todos na situação de poderem ali ser procurados como no Brasil, porque

351 Eça de Queiroz aponta um conjunto de acontecimentos que prepara todo o processo de mobilidade, como as “independências da América do Sul preparavam-se. O mundo colonial tinha todas as bases de uma sociedade regular e próspera. A abolição do tráfico nas colónias francesas e inglesas fazia desejado o trabalho livre. Depois o vapor aplicado à navegação começou a facilitar as viagens. A abolição da escravatura nas repúblicas nascentes da América foi uma atração ao trabalho europeu. O desenvolvimento da marinha mercante baixou o preço dos transportes. A emigração começou a ser organizada e regulamentada, e assim se formou, se alargou, as correntes normais e permanentes.” *Emigração como Força Civilizadora*, *op. cit.*, p. 52.

352 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, *op. cit.*, p. 315.

353 Cfr. *Uma Campanha Alegre*, *op. cit.*, p. 220.

teriam assim dois mercados em vez de um”.³⁵⁴ Mas, por outro lado, naquele destino, os portugueses tinham de competir com os ingleses e com os alemães, muito mais hábeis do que eles, para além de desconhecerem a língua. Neste sentido, o Brasil era, ainda, o melhor destino para os portugueses emigrarem, tal como Eça confirmara anos mais tarde.

No relatório de 1874, Eça de Queiroz, mais documentado do que na época da publicação de *As Farpas*, dada a viagem que empreendera aos Estados Unidos, apesar de reconhecer a organização da nação para receber os imigrantes, reforça também os inconvenientes, apontando, entre outros, o clima. Em Nova Orleães e nos estados do sul dos Estados Unidos, que estão à beira do Atlântico e do Golfo do México, há febre-amarela. As cheias provocadas pelos rios Mississipi, Missouri e Ohio assolam o país de febres e o estado do Texas, tão povoado de imigrantes, tão cultivado, padece com a seca, enquanto o gelo e o frio no Norte são uma ameaça constante. Em cidades de ampla dimensão, como Nova Iorque, Boston, Filadélfia, onde há excesso de população, “a sôfrega concorrência dos interesses, a excitação viciosa das classes ignorantes, a perpétua nevrose de ambição, a desmedida agiotagem, o desenfreamento da especulação criam terríveis situações económicas que lançam na miséria uma parte da população”.³⁵⁵ No Oeste, o índio é ainda um dos maiores perigos da colonização.

Um “Negociante Logrado”, uma vítima de Charles Nathan, publica em 1872 um panfleto no qual relata as condições climáticas das margens do Mississipi, para onde são levados os portugueses, apresentando uma mensagem traduzida do presidente da república dos Estados Unidos, general Grant (1822-1885), no qual lamentava a sorte dos imigrantes. Para esta testemunha, o quadro é assustador e medonho, mas verdadeiro. O grande especulador americano lança as vistas para Portugal e Espanha para levar emigrantes para a Luisiana, onde são vendidos aos grandes proprietários, porque os ingleses e os demais povos da Europa, receosos da desgraçada sorte dos seus compatriotas, já não querem embarcar para aquela localidade.³⁵⁶ A sua desgraça é caírem nas mãos de um intermediário sem caráter, que vende os seus compatriotas como na altura da escravatura se vendiam escravos. Contrata-os por um salário inferior ao que efetivamente se pratica nos Estados Unidos e que o proprietário paga, para ficar com o

354 *PIPEP*, *op. cit.*, p. 55.

355 *Emigração como Força Civilizadora*, *op. cit.*, pp. 134-135.

356 Conta este “Negociante” que Charles Nathan se apresenta “como rico proprietário e grande cultivador da Luisiana, nos Estados Unidos da América, fazendo-se assim apregoar pelas cem tubas da publicidade, não é, nem mais, nem menos, do que um trânsfuga das cadeias do Rio de Janeiro, onde o seu nome está gravado nos registos criminais. Nessa cidade comercial, soube por artificios e manhas, enganar a muitos, principalmente a concidadãos nossos, que, na sua boa fê de negociantes lisos, num país onde há lealdade e fraqueza nas transações, fiaram-se também, como vós hoje, em promessas lisonjeiras desse audaz e feliz aventureiro, que fugindo depois clandestinamente e com nome suposto, deixou de pagar avultadas dividas, provenientes, na maior parte, de títulos fiduciários que lhe tinham sido entregues em depósito como liquidatário de massas falidas. Estes factos são de todos sabidos, e há nesta cidade muitas pessoas que os podem atestar, e há deles valiosos documentos na praça do Rio de Janeiro.” Um *Negociante Logrado*, *A Emigração para Nova Orleães e o Sr. Charles Nathan*, Lisboa, Typographia de Francisco Xaxier de Sousa & Filho, 1872, pp. 7-8.

excedente para si, somando avultadas quantias dessa burla. Contudo, antes ainda de ter abusado dos comerciantes, foi desleal para com o governo do Brasil, na qualidade de agente de colonização.

Segundo o *PIPEP*, dada a forma que a emigração tomara, perante o grande número de trabalhadores rurais emigrados nos últimos tempos, tornara-se uma grande preocupação para as autoridades governamentais, exigindo-se dos poderes públicos medidas que pusessem fim a dois males que a emigração produz, a saída dos braços válidos para o trabalho e a condição servil em que se dizia serem mantidos parte dos emigrantes que assinam contratos de locação de serviços em alguns pontos da América meridional.³⁵⁷

Esta “condição servil” deve-se à ação dos engajadores, intermediários, embaidores, aliciadores, como eram chamados. Dada a ansiedade de mudar de vida, na sua peregrinação aventureira, os mais iletrados são contratados ao engano, principalmente os que se dirigem para o serviço de cultivadores no Brasil ou nos Estados da América livre, correndo o risco de, ou pela legislação ou pela malícia subtil, perder os direitos civis que a constituição garante e que na Europa se chamam “direitos do homem”.

O *PIPEP*, a fim de melhor expor à Câmara dos Deputados as suas conclusões e de fazer as suas propostas sobre uma nova dinâmica emigratória, distingue dois grupos na emigração portuguesa, apresentando-os como dois capítulos distintos, com diferentes conseqüências para os emigrantes: a emigração espontânea e a contratada. Sem nada ter a repreender na emigração espontânea, livre, julga extremamente nociva a emigração contratada e espera que se adotem medidas apropriadas para se evitar a ruína dos que emigram sob contrato.

Na emigração livre, uma causa natural que a incita é a vantagem do salário que o comércio oferece, apesar de não ser sem riscos que os emigrantes conseguem as fortunas que os fizeram sonhar com o Brasil. Entre estes, há um grupo que não tendo parentes nem amigos ou qualquer proteção deixam ao acaso o seu destino, e a fortuna teima em mostrar-se-lhe adversa. Os que possuem menos de 14 anos, que emigram principalmente para escapar ao serviço militar obrigatório, caso não possuam qualquer proteção, são absorvidos no mundo do trabalho numa condição semelhante à dos escravos. Segundo as informações prestadas pelo consulado do Rio de Janeiro, em relação aos menores de 14 anos, que representam 30% da emigração portuguesa, “não resta a estas crianças abandonadas senão a miséria, o crime e a morte, ou sofrimentos duros e cruéis no poder dos fazendeiros, que os não distinguem do negro como instrumento de produção”.³⁵⁸

Os menores que sabem ler e escrever, que vão sob proteção e para se dedicarem ao comércio, são os que mais dividendos conseguem com a emigração, porque os outros, quase todos por lá ficam,

357 Cfr. *PIPEP*, *op. cit.*, p. 3.

358 *Idem*, p. 11.

vítimas de miséria, do clima e da sorte.³⁵⁹ Destes, a maior parte são jornaleiros que emigram na idade mais vigorosa, sem saber ler e escrever. Embora tenham partido na condição de emigrantes livres, apresentando o recibo da passagem, tal como exige o regulamento geral da polícia, nem sequer a pagam e, quando desembarcam, desfavorecidos pela fortuna e sem proteção, são contratados a prestar serviços, sendo as suas viagens pagas pelos fazendeiros que os contratam. Esta emigração só é livre teoricamente porque, na prática, estão nas mãos do contratador, à mercê do seu carácter.

Na emigração contratada, segundo o relatório, parece que só existe perda total, para a nação, nos braços que se inutilizam, para os emigrantes, pela ruína certa a que são conduzidos por aliciadores sem consciência. Analisando o “Estado Geral do Reino”, aquela comissão de inquérito depreende que, mais do que a falta de trabalho e a insuficiência dos salários, o que leva à emigração é a “ambição de regressar rico à pátria”, acabando por se tornarem vítimas dos aliciadores, das ilusões fantásticas que lhes criam, às quais talvez o governo brasileiro dê recompensa por cada colono recrutado.³⁶⁰ Na verdade, estes factos já eram conhecidos há muito e retratados no teatro por dramaturgos que mais ou menos diretamente estavam envolvidos nos problemas da emigração. Francisco Gomes Amorim (1827-1891), Mendes Leal (1820-1886) e João de Andrade Corvo (1824-1890), entre outros de inferior nomeada, dramatizaram estes episódios que lesaram tantos portugueses e que chocou tantos que leram as obras e assistiram à representação das peças, nas maiores salas de espetáculo do país.

O contrato de locação de serviços, apresentado pelo *PIPEP*, celebrado em 1870 entre o comendador Augusto Gavião Peixoto, proprietário em S. Paulo, procurador do irmão, desembargador Bernardo Gavião, e António Gralha e o seu filho, José António Gralha, é apresentado como exemplo de um contrato em que os locadores, dois pedreiros, têm mais obrigações do que benesses³⁶¹, sendo tão vicioso como o que apresenta “Um Negociante Logrado” para os Estados Unidos, que consta dos documentos existentes no Ministério dos Negócios Estrangeiros, entre os documentos de Eça de Queiroz de 1873, nunca publicado.³⁶²

É certo que, no primeiro caso, os locadores têm a viagem paga, casa e alimentação de acordo com os costumes do país, ou seja, carne seca e mandioca, e que em relação às condições de vida em Portugal, tal como têm sido apresentadas ao longo destas páginas, os salários são mais elevados, mas têm outras despesas por sua conta, como as roupas e as camas. Mas, o mais grave é estarem ao dispor do locatário para o servir, na sua arte, naquilo em que sejam aptos, e em tudo que necessitar. Obrigam-se a repor os dias de trabalho a que faltarem por doença e a tantas outras subserviências que tanto os subjuga e deixa dependentes do locatário. Segundo a comissão de inquérito, estes portugueses foram iludidos, já que não

359 Cfr. *PIPEP*, *op. cit.*, 177.

360 Cfr. *op. cit.*, p. 23.

361 Cfr. *idem*, pp. 23-26.

362 V. Anexo 7.

basta olhar apenas para o contrato, mas também para a legislação em vigor no império do Brasil que regula os contratos de locação de serviços, a n.º 108 de 11 de outubro de 1837, que, combinados, os leva diretamente à escravidão, uma vez que até a liberdade de regressar à pátria lhes é vedada.³⁶³

A comissão de inquérito não se limita apenas a relatar estes factos, preocupando-se em prová-los. Uma dessas provas foi apresentada pelo “agente do vapor” que declarou que a passagem dos emigrantes fora paga por José Maria Gavião Peixoto com um cheque do *London and Brazilian Bank*. Já em 1843, o comandante do brigue escuna do Tâmega dirige um ofício ao ministro da marinha, a 4 de abril, no qual manifesta apreensão sobre o modo como se está a fazer a emigração de portugueses para o Brasil, sendo efetuada em navios portugueses, promovida por especuladores também portugueses, “comummente os mesmos que se empregavam no tráfico da escravatura”.³⁶⁴

O “contrato de locação de serviços”, assim chamado devido à lei, mais não é do que um contrato celebrado entre o senhor e o escravo, que, no Rio de Janeiro, é lavrado no consulado geral português e autorizado pelo cônsul. Embora a ação dos agentes consulares seja movida por objetivos filantrópicos, as boas intenções desaparecem quando o governo de Sua Majestade reconhece o princípio que superintende os contratos é o de que um indivíduo pode temporariamente vender a sua liberdade a outrem. É esse princípio que em Portugal tanto repugna as consciências, já que os “portugueses chegam a ser escravos nos países que seus avós descobriram, e com sobejas fadigas povoaram e engrandeceram”.³⁶⁵

Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, no Rio de Janeiro, a Associação Central de Colonização, criada em 1855, tinha como objetivo principal contratar “emigrantes morigerados, agricultores e industriais”³⁶⁶ e, para S. Paulo, “o recrutamento de trabalhadores para as fazendas de café era feito em Portugal através de um agente dos próprios fazendeiros, o qual assinava com eles um contrato perante as autoridades locais”.³⁶⁷ A autora salienta que era opinião corrente no Brasil que a imigração não espontânea, ou por engajamento, não convinha aos imigrantes, facto atestado pelo relatório da Caixa de Socorros D. Pedro V, fundada em 1863.³⁶⁸

363 Cfr. *PIPEP, op. cit.*, pp. 28-29.

364 Lê-se no referido ofício que: “Um dos tais traficantes dirige-se ordinariamente às ilhas dos Açores e Madeira, onde outros agentes têm previamente angariado número suficiente de colonos, e ali os embarca a furto, iludindo as autoridades, e contrariando as sabias disposições do governo de Sua Majestade. Chegados os emigrados ao porto de destino, ficam a bordo em verdadeira prisão até que sejam procurados por quem pague as suas passagens, e a quem ficam pertencendo, conforme as disposições da carta de lei (do império) de 11 de outubro de 1837 [...]”. *Idem*, p. 33.

365 Cfr. *idem*, p. 34.

366 *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil, 1850 – 1928*, Rio de Janeiro, Editorial Nórdica, 1992, p. 3.

367 *Ibidem*.

368 Lê-se no relatório referido pela autora que quase “dois terços das pessoas socorridas pela nossa associação vieram para este país engajados, e foram estas que se apresentaram à diretoria no estado mais precário de saúde e em extrema pobreza, o que cada vez mais nos convence que os engajamentos que se têm feito em Portugal têm sido prejudicialíssimos aos nossos compatriotas.” *Ibidem*.

No Brasil, em S. Paulo, também havia um serviço de apoio ao emigrante, da responsabilidade do Governo da Província, tal como constata Maria Beatriz Nizza da Silva no Documento nº 5, transcrito do jornal *O Commercio do Porto*, em 1882.³⁶⁹ Constava do normativo que a hospedagem durará o menor prazo possível, podendo atingir no máximo a oito dias e que, findo esse tempo, se não houvesse contratação, o imigrante era obrigado a aceitar qualquer oferta de emprego ou ficaria entregue a si próprio, tal como retrata Ferreira de Castro, em *Emigrantes*, através da personagem Manuel da Bouça.³⁷⁰ Este escritor retrata a forma como o engajamento funcionava, numa cadeia do maior ao mais pequeno, em que a vítima era o emigrante, em sintonia com as afirmações de Oliveira Martins, em *Fomento Rural e Emigração*.³⁷¹

Os *Emigrantes*, escrito em 1928, retrata o percurso de Manuel da Bouça para terras do Brasil, desde as dificuldades que sente na pátria e o impelem a emigrar, a ambição de prosperar, o arrependimento da decisão e do orgulho de não voltar atrás, a mudança de rumo dos companheiros para a América em vez do Brasil, decisão retratada por outros escritores, nomeadamente João França, em *O Emigrante*³⁷², já que o emigrante optava pelo destino que lhe indicavam como o melhor, onde mais rápido pudesse realizar o seu sonho. Manuel da Bouça propôs-se “sair”, sabendo-se possuidor de um dos grandes males que afligiam a emigração da época: não saber ler, escrever e contar.³⁷³ Mas, partiu, viajou, sofreu desilusões logo à chegada, que se repetiriam e se acumulariam durante a sua passagem por aquela nação e com as quais regressa a Portugal.

À chegada ao Rio de Janeiro, enfrenta o duro e sério problema de ter de se baixar à “Inspetoria de Imigração”. Convencido que podia contar com a ajuda de Cipriano, um patrício seu, este iletrado do Norte de Portugal, de perto de Oliveira de Azeméis, com cerca de quarenta anos, rejeita as ofertas de trabalho das companhias de contratação, receando ser o serviço da lavoura que o aguardava. Mas,

369 Cfr. *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil, 1850–1928, op. cit.*, pp. 8-10.

370 *Emigrantes*, 25.^a edição, Lisboa, Guimaráes Editores, (1928) 2001.

371 Conta Oliveira Martins que, segundo o depoimento do administrador do concelho de Mondim da Beira existe, naquele concelho “a emigração clandestina como em quase todos os do país. Manifesta-se especialmente com os indivíduos incursos no recenseamento militar, para os quais há companhias de engajadores perfeitamente organizadas. Têm estas companhias primeiros, segundos e terceiros agentes. Em geral o primeiro agente reside em Lisboa ou Porto, tem uma escrituração perfeitamente regular para este género de mercadoria e encarrega-se de dirigir os engajados até ao momento do embarque. Faculta os passaportes, e de todos estes serviços tem um lucro exorbitante. O segundo engajador reside na província, é geralmente proprietário de uma casa comercial; da sua mão recebem os engajados o dinheiro para a pagarem a passagem, para o comboio e para as despesas. Em geral, como o engajado é pobre, os pais hipotecam as terras da futura legítima do filho [...]. O terceiro engajador é o agente ativo de todo o contrato; com ele tratam pessoalmente os engajados e as famílias. É ele que dá ao engajado uma espécie de cheque sobre o segundo engajador e carta de recomendação para Lisboa e Porto. Estes agentes têm comissões de todas as companhias marítimas de transporte e uma correspondência em regra com o agente de Lisboa. São por toda a parte altamente protegidos pelas influências locais, e zombam descaradamente das autoridades. É um negócio rendoso, que dá 100 por 100 de lucros semestrais.” *Fomento Rural e Emigração, op. cit.*, 12.

372 *O Emigrante*, s/l, Agência Portuguesa de Revistas, s/d.

373 V. Jorge Fernandes Alves, “Ler, escrever e contar na emigração oitocentista”, in *Separata da Revista de História das Ideias*, Universidade de Coimbra, 1999. Disponível em <URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo11141.pdf> >. (Acesso a 11 de agosto de 2012).

Cipriano e o patrão acabam por lhe desfazer as ilusões que ali o tinham levado e convencem-no que o salário que lhe propuseram não era mau. Manuel da Bouça vê-se, então, na “Hospedaria dos Imigrantes” a aguardar por colocação, ao lado de outros imigrantes de outras nacionalidades como chineses que estavam a afastar-se da América Central, nomeadamente de Havana, onde tinham sido escravizados, dirigindo-se em “bandos” para o Brasil à procura de melhores condições de vida.³⁷⁴ Espera-o, então, a fazenda de Santa Efigénia e a cultura do café, sob a responsabilidade do coronel Alexandre Borba. Cento e cinquenta mil réis de salário por mês e casa. As comedorias eram à conta de cada um. Se a desilusão já tinha começado, era a partir dali que a concretização do sonho começava a escapar da sua mão “como uma enguia”.³⁷⁵

O regresso é marcado pela vergonha da miséria que leva consigo e pelo desenraizamento que sente à chegada. Tudo mudara na sua ausência. Perdera a esposa, perdera os minguos haveres que possuía, já que os deixara hipotecados para comprar a viagem, encontra a filha casada com um homem que não desejara para ela. A única consolação que transportava consigo era a mala de *brasileiro*, notada pelos da terra, mas que comprara no Brasil com a venda do ouro que roubara na guerra a um cadáver quando se preparava para regressar a Portugal.

Maria Beatriz Nizza da Silva apresenta um documento, o Documento nº 15, que prova que os retratos de Ferreira de Castro assentam na realidade. Trata-se de um “Recorte de jornal de Lisboa [...] anexado à documentação manuscrita do Centro Histórico do Emigrante, de São Paulo, referente aos agricultores emigrantes subsidiados pelo Estado de São Paulo. Neste recorte de jornal há uma foto acompanhada da seguinte legenda “Os emigrantes esperando no cais de Alcântara o momento do embarque”.³⁷⁶

374 Na altura em que escreve para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, Eça avisa o Brasil: “Vós, amigos, aí no Brasil, parece que os desejais, para vos plantar e vos colher o café. Sereis inundados, submergidos. Virão cem, virão logo cem mil. Daqui a dez anos em São Paulo e no Rio tereis vastos bairros chineses, com tabuletas sarapintadas de vermelho e negro, fios de lanternas de papel, covis empestados de ópio, toda a sorte de associações secretas, uma força imensa crescendo na sombra, e cabaias e rabichos, sem cessar fervilhando. Mas tereis cozinheiros chineses, engomadores chineses, - e sabereis enfim o que é uma sopa superlativamente sublime e um peitilho lustroso e digno dos deuses. Todas as outras colónias, portuguesa, italiana, alemã, serão insensível e subtilmente empurradas para as suas pátrias de origem: e o Brasil todo, em vinte anos, será uma China.” Eça de Queiroz, “Chineses e Japoneses”, in *Textos de Imprensa IV* (da *Gazeta de Notícias*), *op. cit.*, p. 545.

375 Cfr. *Emigrantes*, *op. cit.*, p. 132.

376 Lê-se no referido recorte, que trata da emigração por famílias para São Paulo recrutadas para o cultivo do café o seguinte: “Em procura da felicidade do *Monte Sarmiento* seguiram para o Brasil 361 pessoas que constituem 49 famílias de trabalhadores rurais contratados pelo Estado de São Paulo. Em comboio especial que saiu do Porto esta madrugada chegaram, às 12 horas, à estação de Alcântara-mar, 361 emigrantes, constituindo 49 famílias, que seguiram depois das 16 horas, a bordo do barco alemão *Monte Sarmiento*, para o Brasil, contratados pelo Estado de São Paulo para trabalhos agrícolas. O comboio era composto por quatro carruagens de passageiros e uma para o transporte de bagagem, que pesava 11 mil quilos. Os emigrantes variam, em idade, entre os quatro meses e os 79 anos. [...] Os emigrantes são na sua totalidade gente do campo que vai procurar lá fora uma melhor situação económica. O quadro, como é natural, oferece certo fundo dramático, aliás inerente à própria emigração. [...] O Estado de São Paulo encarregou em cada país, várias empresas de conseguir emigrantes. Em Portugal foi a Companhia Itaquerê que se desempenhou de tal encargo, tendo apresentado nesse sentido uma exposição ao Ministério do Interior, Serviços de Emigração. Estes informaram favoravelmente e o Sr. Ministro do Interior despachou, concordando. - Quais as condições em que vão os emigrantes? - O Estado de São Paulo paga-lhe o transporte até o local de trabalho. Desembarcados recolhem à

Deve referir-se que não raras vezes os agentes consulares, movidos pela ganância, não resolvem os problemas dos portugueses, contribuindo até para encobrir a exploração dos proprietários, quando se tinha grande expectativa na sua ação, nomeadamente na fiscalização dos contratos, tal como consta do *PIPEP*.³⁷⁷ “Um negociante logrado” dá conta da corrupção de que foram alvo os portugueses em Nova Orleães e da conivência das autoridades, também proprietários, que agiam em consonância com Charles Nathan para atrair colonos para as suas terras³⁷⁸, factos confirmados na “Sindicância” feita em Havana aos portugueses que ali se exilaram, precisamente na altura em que Eça de Queiroz, o cônsul de Cuba, viaja pela América do Norte.³⁷⁹ Francisco Gomes Amorim, dada a experiência de vida no Brasil, não deixou que factos semelhantes a estes passassem despercebidos, dramatizando em *Aleijões Sociais*, em 1870, as amarguras de um grupo de portugueses que, em 1852, foi vítima de uma rede de aliciadores sob a proteção do consulado do Rio de Janeiro.³⁸⁰

Neste contexto, em que os consulados tantas vezes estão envolvidos nos esquemas montados pelos governos e contratadores de emigrantes, a melhor solução, segundo proposta da comissão do *PIPEP*, é esclarecê-los “para que intermediários os não explorem e sacrifiquem; para que vão a pontos, onde com maior segurança e vantagem possam empregar a sua atividade, é o que devem fazer os estados que, como o nosso, fornecem tão largo contingente à emigração”.³⁸¹

Na verdade, o engajamento é considerado um dos principais malefícios da emigração que conduz o emigrante não para um projeto de vida, mas para precipícios de que raramente pode escapar. Uma emigração assim conduzida não pode ser civilizadora, segundo a conceção de Eça de Queiroz, já que é um prejuízo para o país de origem, que perde a sua força de trabalho, como para o país de destino. Um indivíduo que se sente explorado e perseguido não pode trabalhar com satisfação e alegria para voltar à terra de onde partiu. Quando sente que não consegue amealhar o suficiente para mostrar na terra que valera a pena a emigração ou mesmo voltar sem nada, entrega-se à rotina e deambula.

Os engajadores tratam da sua vida e não da vida dos outros, movem-se por interesse próprio e egoísmo, empurrando os seus semelhantes para países longínquos, fazendo-os perder a liberdade. Eça de Queiroz denunciara a ação dos engajadores, não apenas de Portugal para os Estados Unidos, confirmada pelos emigrantes portugueses refugiados em Havana e por “Um negociante logrado”, mas também em Cuba. Tanto S. Januário como João Andrade Corvo fazem um trabalho notável nesta área, já que, não

Hospedaria dos Emigrantes, instituição oficial, e ali far-se-á um contrato com eles, por dois anos prorrogáveis, segundo o qual será dada hospedagem a cada família de emigrantes, estabelecer-se-á uma remuneração anual com abonos, em conta corrente, por parte dos fazendeiros aos emigrantes, e a estes, ao cabo de dois anos, será facultada a compra, em prestações, das terras. [...]” *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil, 1850 – 1928, op. cit., pp. 25-26.*

377 Cfr. *op. cit.*, p. 158.

378 Cfr. *A Emigração para Nova Orleães e o Sr. Charles Nathan, op. cit.*, p. 7.

379 V. Anexo 8.

380 *Aleijões Sociais*, Lisboa, Typ. Universal, 1870.

381 *Op. cit.*, p. 47.

conseguindo deter a ação dos aliciadores portugueses que promovem a emigração chinesa, pelos portos de Macau para várias partes do Mundo, resolvem pôr-lhe fim. Sobre este problema, o *PIPEP* declara que lhe faltou tratar uma parte importante da emigração, referindo que não “pôde a comissão obter as informações que desejava sobre os pormenores da emigração espanhola em geral. No quadro da emigração italiana se acha a parte que pertence à América do Sul; mas falta-nos talvez a mais importante, que respeita a Cuba e Havana”.³⁸²

Entre os anos 60 e 70, a emigração clandestina, que a comissão distingue da baseada em contratos clandestinos, calcula-se que ronde os 20% da total e faz-se principalmente das ilhas. É o contrabando a que se não pode prover senão por atos indiretos, removendo as causas que em parte afastam os emigrantes da pátria. Nos distritos insulares, esta emigração não pode ser evitada, exceto pelo emprego e fiscalização marítima, e por medidas repressivas vexatórias, segundo a proposta, “extremamente vexatórias”.³⁸³

Enquanto o fenómeno da ilha da Madeira tem causas idênticas às da emigração no continente português, como o “insuficiente desenvolvimento socioeconómico, e pressão demográfica não equilibrada por uma suficiente industrialização, suficiente emprego e suficiente estruturação da agricultura”³⁸⁴, a emigração açoriana apresenta características específicas em relação a outros locais do continente português, não apenas no que respeita às causas que a determinam, às circunstâncias em que se realiza, mas também ao modo como se fixam novamente na terra natal quando regressam.³⁸⁵

Segundo a informação do deputado Candido de Moraes, a emigração açoriana é fruto de causas naturais que não é possível nem convém resolver, dado o excesso de população, a quantidade de terras que ainda está por desbravar, entre muitos outros fatores que a favorecem. A legislação sobre o serviço militar criara uma aversão a que muitos procuram escapar, já que atirava para o isolamento os mancebos, que o consideravam anos de vida perdidos, de modo que, ou saíam antes dos catorze anos, sem fiança, ou, depois destes, com fiança, deixando muitas vezes os pais na miséria, por tudo fazerem para que emigrassem. Muitos alistavam-se em baleeiras e regressavam ao fim de três ou quatro anos quase sempre com proveitos que satisfiziam as suas necessidades. Para além disso, a posição estratégica das ilhas, a facilidade com que o Velho Mundo entrava em contacto com o Novo, a familiaridade do açoriano com o mar fazia dele um navegador exímio.³⁸⁶

382 *Op. cit.*, p. 52.

383 Cfr. *idem*, pp. 40- 41.

384 Agostinho Cardoso, *O fenómeno económico-social da emigração madeirense*, Coimbra, Coimbra Editora Lda, 1968, p. 5

385 Cfr. *PIPEP*, *op. cit.*, p. 73.

386 Informa o deputado que “o génio audacioso dos habitantes dos Açores leva-os a lançarem facilmente mão dos meios incertos e até mesmo arriscados que possam conduzi-los a um fim qualquer a que mirarem; e quando impelidos pela falta de recursos, não hesitam muito em ir promovê-los em regiões que imperfeitamente conhecem, e de que porventura somente fazem uma falsa ideia pela pintura que lhes fazem delas pessoas interessadas, não em lhes promover um aumento de bem estar, mas em promover o seu próprio à custa de pessoas que não duvidam iludir, e são a matéria prima da sua vil industria”. *Idem*, p. 75.

O oceano não os assusta, encarando-o como a estrada que os liga ao mundo. Mas, apesar deste espírito, não são aventureiros, afirma o deputado. O que procuram é uma vida tranquila e é por isso que rumam em direção a países desconhecidos à procura de meios para atingir esse ideal. Uma das suas características principais é a idolatria do solo que demonstram assim que regressam com o necessário para se fixarem ou onde investem para que os seus pais cuidem na sua ausência.

O açoriano preferiu primeiro o Brasil como principal destino e só posteriormente os Estados Unidos. A quase totalidade dos que procuraram o Brasil eram analfabetos, empregando-se na lavoura ou em trabalhos braçais nas cidades e os que iam para os Estados Unidos também eram insuficientemente habilitados para se dedicarem a outras profissões e mesmo ao comércio, logo que venciam o obstáculo da língua.³⁸⁷ Os estados do norte são os mais procurados pelo açoriano, de onde traz pequenas fortunas para se estabelecer, quando regressa definitivamente.

Alexandre Herculano refere que, no preâmbulo do questionário, se alude às esperanças burladas de muitos emigrantes voluntários, às ilusões desfeitas, o que, exageradamente, se pressupõe ser regra geral. Decerto, a América ilude e até devora muitos dos que acreditam ir ali encontrar um futuro próspero. Mas, as “minas, o Oceano e a África também iludem, também devoram. Em vez de solicitar, repeli. Abrireis novos mananciais de trabalho barato para a agricultura nacional.”³⁸⁸ O historiador já em 1838 se tinha pronunciado sobre a legislação da colonização brasileira, que não era mais do que um “complemento de uma grande obra, tendente a engrandecer o Brasil”³⁸⁹, apontando-a como injusta e caracterizada por uma falta de lealdade para com os portugueses, que era a emigração que mais interessava aos brasileiros.³⁹⁰

Herculano viria a mudar de opinião com o decorrer dos anos, embora sempre tenha defendido que o país precisava ser interiormente organizado para que os emigrantes nunca pudessem dizer que se emigrassem podiam ser felizes e se não o fizessem viveriam para sempre na miséria, afirmava em 1838. Este postulado será reiterado em 1873, considerando que uma “ferida nas entranhas não se cura só com aplicações externas. Seria preciso arrancar a raiz do mal, e o que o alcançasse mereceria a bênção, e a recordação ainda dos nossos últimos netos.”³⁹¹ A política errada que tinha sido desenvolvida em termos de desenvolvimento agrícola leva-o a falar de “emigração da miséria”. Baseia-se, para isso, na perspectiva

387 Cfr. *PIPEP, op. cit.*, p. 79.

388 *Opúsculos II, op. cit.*, p. 70.

389 *Idem*, p. 130.

390 Dada a imoralidade destas leis, nesta época, o autor afirmava que mais valia ir cultivar baldios do que ir para o estrangeiro, porque com “o prospeto de grandes vantagens, os agentes dessas sociedades deslumbram muitos mancebos da Europa para irem buscar à América o mesmo que na sua terra natal alcançariam sem cruzarem o oceano, isto é, o pão com o suor do seu rosto. Pintam-lhes esses agentes o Brasil como o Eldorado, onde para achar ouro não há mais do que tocar naquelas praias abençoadas. Falam-lhes dos desmesurados salários que lá ganham os artistas, os caixeiros, os agricultores, mas não lhes dizem que a moeda em que esses salários são pagos tem muito pouco valor, ou por outra, que os géneros com ela comprados são de excessiva carestia.” *Idem*, p. 129.

391 *Idem*, p. 132.

de que algumas causas de emigração em Portugal têm a ver com os altos salários, que são transitórios, com a falta de trabalho, que é uma realidade cruel, com o engajador, que “não é pura invenção”, com a sedução promovida pelos embaidores, “incumbidos de aliciarem para além do Atlântico, iludindo-os com promessas de vantagens imaginárias”.³⁹²

Enquanto a conjuntura portuguesa é caracterizada pela miséria, a americana é caracterizada pela atração, dado a falta de povoamento e a quantidade de recursos que oferece aos trabalhadores europeus. A eloquência dos embaidores, “homens astutos a fazerem avultar as cores e [os] lineamentos do seu quadro de brilhantes promessas”³⁹³, coloca-se frente à ignorância e rudeza dos operários rústicos, falando-lhes à imaginação, à qual não resistem. No entanto, a sua ação seria ineficaz “se a peroração do discurso não fosse redigida pela miséria”.³⁹⁴ Para obstar à emigração não bastava que o lavrador apenas soubesse ler e escrever, nem mesmo que possuísse a escolaridade obrigatória, para não ser enganado pelos “embaidores”, alegando que podia ser enganado tanto oralmente como por escrito e que não “faltam escritos que celebram as opulências da América e os recursos que a atividade e o trabalho encontram ali. Saber ler e escrever não equivale a saber discernir onde está a verdade – se nesses escritos, se nos cinzelam o reverso da medalha.”³⁹⁵

Tanto Alexandre Herculano como Oliveira Martins veem na ação dos engajadores um dos grandes vícios da emigração e do projeto de vida do emigrante. Dada a falta de meios no país, sonham com a emigração, mas o aliciador transforma o sonho em pesadelo, em benefício de proveitos pessoais. Para Alexandre Herculano, no preâmbulo do questionário alude-se às esperanças frustradas de muitos emigrantes, às ilusões desfeitas, considerando que “a América ilude, e até devora”, mas, no entanto, esta não é regra geral.

Ao longo dos tempos, a propaganda foi um dos recursos em que apostaram os grandes países para atrair a imigração portuguesa, como os Estados Unidos e também o Brasil. Eça de Queiroz, em *EFC*³⁹⁶, considera-a uma “poderosa solicitação”, “quase uma instituição”, e a Herculano não lhe ocorre, “dentro dos limites dos princípios liberais, meio nenhum prático de impedir propagandas, quer verbais, quer escritas”.³⁹⁷ Os governos procuram atrair da melhor forma possível para as suas terras os trabalhadores europeus, posicionando-se na Europa estrategicamente e atuando através de agências, da imprensa, de colaboradores individuais, que se encarregam de explicar as condições superiores de um país novo, de espalhar as vantagens oferecidas aos imigrantes.

392 *Opúsculos II, op. cit.*, pp. 76-77.

393 *Idem*, p. 77.

394 *Ibidem*.

395 *Idem*, pp. 91-92.

396 Cfr. *op. cit.*, p. 107.

397 *Opúsculos II, op. cit.*, p. 100.

Joaquim Lagoeiro, no romance *Viúvas de Vivos*, publicado em 1947, trata da sedução pelo Mundo Novo, do exemplo dos bem-sucedidos, da ação dos engajadores, da ambição das mulheres dos camponeses e dos seus dramas de vida durante a sua ausência. Coibidos pela necessidade, cedem, empurrados pelas companheiras, ao aceno da ambição e ao destino que lhes corre nas veias como o sangue, sendo atirados para os Brasis, Áfricas, o mundo Novo. Elas ficam e esperam que eles voltem um dia. Muitos dos que voltam, fazem-no tarde, raramente encontrando o que deixaram de bom na vida.³⁹⁸

Nascido em terra de emigrantes, Joaquim Lagoeiro retrata nesta e noutras obras o tema da emigração e vários dramas dos emigrantes, considerando que emigrar é atravessar um mar de incógnitas. Na verdade, o autor retrata vários motivos para querer e não querer partir, para querer e não querer regressar, para escrever e não escrever de lá, sem, contudo, ter a pretensão de os esgotar. Trata-se de dramas da vida comum, dos habitantes de uma aldeia próxima do mar, onde a palavra América ecoa, inquietando mais as mulheres do que os homens. Convictas que o sonho pode ser realidade, incitam os seus parceiros a emigrar, quantas vezes contra a vontade, expondo-se, assim, à ação dos engajadores, aos perigos da viagem, à incógnita de arranjar ou não trabalho. Com vontade ou sem ela, a ambição leva as pessoas para a emigração, mas é rara a vida que é feliz. O romance de João França, *O Emigrante*, anteriormente citado, trata deste sonho de emigrar para a América, assim como *Emigrantes*, de Ferreira de Castro, já que Joaquim tinha a promessa dos seus conterrâneos de partir para o Brasil, mas à última hora emigraram para a América do Norte.

Retratos da aliciação no teatro de atualidade

Em meados do século XIX, Francisco Gomes Amorim, João de Andrade Corvo, Mendes Leal, entre outros dramaturgos, fazem vários retratos acerca da aliciação e dos aliciadores em textos dramáticos, retratando-os à semelhança dos aliciadores da história, que tão bem conheciam, dada a experiência de vida e os cargos públicos que ocupavam. Francisco Gomes Amorim, na qualidade de defensor da pátria, considera ser um bom serviço a divulgação de todos os sucessos odiosos que dizem respeito à emigração para o império do Brasil. Com a sua situação pessoal sempre em mente, já que emigrou aos dez anos para o Brasil, lamenta a pouca sorte das vítimas dos aliciadores. Quatrocentos ou quinhentos portugueses regressam ricos, dizia, mas quarenta mil não voltam, enquanto em Portugal desfalece a agricultura e a terra fica inculta.

Aleijões Sociais retrata a “moda” de emigrar, em meados do século, o aliciamento, a sobrelocação dos barcos, o incumprimento da lei da emigração, a impunidade dos criminosos, as injustiças institucionais, os maus-tratos aos passageiros durante as viagens, as mortes a bordo, o rigor dos amos e

398 V. *Viúvas de Vivos*, Lisboa, Editorial Minerva, 1967.

feitores, a escravatura branca, a febre-amarela e os casamentos de conveniência. Apresentando o texto como o retrato fiel de factos ocorridos em 1852, num um navio português que transportou para o Brasil duzentos passageiros a mais, em consequência dos quais o “seu brutal comandante” foi acusado, por mais de trezentas pessoas, de ser um “verdugo”. Os portugueses procederam à denúncia do comandante, pediram proteção às autoridades brasileiras devido à fome, à sede, aos maus-tratos e às mortes ocorridas a bordo, mas tiveram pouco apoio, porque a legislação portuguesa é branda, o cônsul é facilmente subornado e os aliciadores ficam impunes.

Neste caso verídico, à chegada do navio, apenas o serviço de saúde entra a bordo. Perante o pedido de proteção e justiça dos emigrados contra o capitão, o consulado mostra-se desinteressado e os que reclamam são deportados para Portugal onde chegam como criminosos. Amorim acusa o cônsul e as autoridades de protegerem os criminosos, os graúdos, só porque têm dinheiro, ficando a verdade por revelar. Os fracos e os pobres nada podem perante a justiça, tal como explica uma das personagens dos aliciadores. Amorim destaca algumas conveniências e inconveniências relativas à imprensa e ao analfabetismo, constatando que, por um lado, há mais informação, por outro, há mais sedução, feita através da atividade dos aliciadores, de notícias dos que regressam ricos e da divulgação de anúncios atraentes acerca de viagens gratuitas para locais de sonho. Em *Aleijões Sociais*, Mathias, o aliciador, contesta a imprensa, dizendo a Dionísio que estraga Domingos deixando-o ler jornais, que dizem “cobras e lagartos” da emigração para o Brasil, porque, afinal, aquele negócio é como outro qualquer. Os jornalistas, se fossem pessoas de juízo, ainda os deviam louvar, porque aperfeiçoam e civilizam a “labregada” das aldeias. Os camponeses do Minho são fáceis em se deixar seduzir pelos aliciadores, expatriando-se irrefletidamente com o regresso de um seu compatriota que volte rico, sem pensarem que, muitos outros, que eles também conheceram, acabaram em triste e doloroso desterro.

A saída da missa de domingo é um dos locais estratégicos escolhidos pelos aliciadores para falarem com as pessoas, mostrando-se amigáveis, elogiando os jovens, recorrendo à ironia para descontrair e facilitar a sedução. A garantia de passagem gratuita, paga pelos negociantes ou então pelo governo do Brasil, os elogios às condições de viagem na galera *Defensora*, são outros argumentos que contribuem para facilitar a aliciação. Segundo Dionísio, outro dos aliciadores, no Brasil, quase não se trabalha, negocea-se. Os grandes proprietários emprestam as terras e os escravos para as explorar a troco de alguns lucros. Garante também aos rapazes que as terras são muito férteis, muito fáceis de trabalhar, não necessitam de estrumes e as árvores crescem um palmo por dia. Mas, para esta personagem, a maior parte dos portugueses vai trabalhar para o comércio e muitos casam com as filhas dos patrões, herdando-lhes as riquezas.

No retrato de Amorim, o navio viaja sobrecarregado e a viagem é um tormento. Mais de quarenta pessoas morrem a bordo, de fome, sede e pancadaria. A alimentação é à base de sardinhas salgadas e a

água para beber é racionada. Nem todos resistem a esta dura provação, dada a crueldade do capitão que resolve problemas simples de saúde com práticas de tratamento pouco comuns e com medicamentos pouco adequados como o que Mathias dá ao tio Barroso, um dos passageiros, para o tratar de uma tontura.

Mathias é ainda sócio de uma fábrica de notas falsas contra quem as autoridades brasileiras se mostram impotentes, como o “Doutor Pimenta”, uma autoridade que defende que a sua fortuna dá que pensar, mas nada faz. As grandes fortunas e também a falta de provas contra os criminosos são, para aquela personagem, “os Aleijões Sociais de que me queixo quando quero cumprir o meu dever quando entendo!”³⁹⁹ Por tudo isto, Domingos chama apátridas e oportunistas aos aliciadores e o padre Manuel, pessoa culta e frontal, a quem cabe a missão de denunciar a escravatura branca e os aliciadores, desabafa, no final do drama, que os “ladrões ... fazem-se barões; e os homens de bem, pedem esmola! Coisas deste mundo, em que tudo anda torto”⁴⁰⁰. Para a personagem, os aliciadores são falsos encorajadores e os principais responsáveis pela ameaça da segurança dos aliciados. Todos eles têm como principal objetivo ligar a si os aliciados para fazer deles sua posse, e alguns dos contratos possuem cláusulas que quase fazem de quem os assina um escravo.

Mendes Leal, em *O Tio André Que Vem do Brasil* retrata assuntos como a escravatura branca e os aliciadores, na década de cinquenta do século XIX, temas que considera uma vergonha para Portugal e uma indecorosa inutilidade para o Brasil. A ideia fundamental da peça é tema de acesas discussões na imprensa, dado que “o sistema dos engajados, tal como se tem aplicado, não adquire verdadeiros colonos, apenas recruta escravos”.⁴⁰¹ Para o dramaturgo, os exemplos de fortunas feitas no Brasil são raros, em relação aos números da emigração promovida e facilitada pela aliciação que tanto descredibiliza as duas nações e cujo proveito apenas se destina aos agentes do “imoralíssimo tráfico”, pretendendo, à semelhança de Francisco Gomes Amorim, aplicar a sátira teatral aos vícios da sua época e da pátria, afirmando que cumpriu o velho preceito da comédia: “ridendo castigat mores”.

À semelhança do que se passa na sociedade da época, a família do tio André supõe que este está a regressar rico e José, um dos seus sobrinhos, folhetinista de profissão, por sinal um oportunista, trata de divulgar em vários jornais, essa suposta riqueza. Dadas as suas relações com a imprensa leva um artigo a vários jornais, participando a chegada do tio e a fortuna que traz, lendo-se na notícia que “No vapor Tray, proveniente do Rio, chegou etc., etc., etc., com uma fortuna de dois mil contos.”⁴⁰² Contudo, o tio André traz notícias claras do que é realmente o Brasil, sendo a sua principal missão dissuadir os jovens das

399 *Aleijões Sociais*, op. cit. p. 276.

400 *Idem*, p. 286.

401 *Tio André Que Vem do Brasil*, Lisboa, Livraria de Viúva Marques & Filha, 1857, p. 3.

402 *Idem*, p. 39.

expectativas falsas criadas pelos aliciadores, já que desejam emigrar só porque alguns, uma minoria, fez fortuna.⁴⁰³

Direito regulado e protegido

Na década de 70, tal como constata Eça de Queiroz em *As Farpas*, dado que a vida em Portugal é extremamente difícil, a emigração é um “caminho”, um longo caminho, defendendo que “a ação natural que todo o cidadão português deve ao seu país – é abandoná-lo”.⁴⁰⁴ Quatro anos mais tarde, em *Emigração como Força Civilizadora*, considera que proibi-la não é uma solução justa, nem para o emigrante, nem útil para o país, afirmando que todo “o direito natural se revolta contra tal pretensão. Nenhum Governo pode encadear legalmente ao solo aqueles dos seus habitantes que querem procurar fora o que a sua pátria lhes não dá – a facilidade da vida”.⁴⁰⁵ Dado tratar-se de uma “lei económica”, a atitude dos Governos perante o fenómeno é regulamentá-la, em harmonia como os deveres dos cidadãos, policiá-la, fiscalizá-la, diz Eça, porque não é uma prisão, e, se por um lado não a deve acelerar, por outro não a deve proibir, correndo o risco de o direito natural se revoltar contra esta disposição. Por outro lado, proibir a emigração livre é fomentar uma outra, de dimensões bem mais funestas, que é a emigração clandestina. Se o emigrante livre está protegido por leis e regulamentos, o clandestino está só, abandonado à exploração de contratadores, sem defesa, sem garantias, não tem quem fiscalize o seu contrato, o seu transporte. Levado pela miséria não pode reivindicar os seus direitos, como as condições de trabalho ou o salário. Para Eça, o Estado não é um cárcere, partindo do princípio que atacar a emigração é atacar um dos elementos internacionais de civilização.

As afirmações que o autor profere em 1874, no seu relatório sobre a emigração, já estavam traçadas em 1871, em *As Farpas*, indo ao encontro das afirmações de Alexandre Herculano e da comissão do *PIPEP*. Herculano justifica o fenómeno com o seu contexto “estrutural”, indício do subdesenvolvimento português, defendendo que se suprima a emigração forçada, mas não se tolha “aquele que sente em si ambições e audácia a sopitar”.⁴⁰⁶ Também segundo o *PIPEP*, a emigração é um direito natural e determinada por causas naturais. Basta acompanhar as migrações de alguns animais e de

403 Segundo o relato do tio André, o Brasil não é um “antro de feras”, uma vez que, no Brasil, “como aqui, como em toda a parte, há bom e mau. – A terra é propícia e hospitaleira; a gente é boa e generosa. As realidades porém nem sempre correspondem às ilusões, e as perspectivas que oferece o angariador trocam-se, muita vez, em duras privações. Dizem que vai melhorando a sorte dos expatriados; e é de crer, porque n’isso está o interesse das duas nações. As paixões têm também exagerado os factos; é o costume. Excepcionais que fossem, houve todavia horrores que estremecem a humanidade. O Brasil quer colonos, e tem razão. Mas a de Portugal não é menor quando se dóe de ver fugir-lhe a população, que falta aos seus trabalhos, e mingua nos seus campos. Quantos, podendo granjear as terras que ficam por desbravar, vão lá acabar na desesperação, regando com o suor e com as lágrimas o solo estrangeiro, escurecido de saudades sem esperança! Que homem d’alma deixará de penar e sentir assim pelo seu povo?” *Op. cit.*, p. 54.

404 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, p. 315.

405 *Emigração como Força Civilizadora, op. cit.*, p.146.

406 Cfr. *Opúsculos II, op. cit.*, p. 68.

algumas personalidades bíblicas, para verificar que, no desenvolvimento da civilização, a história revela que a emigração, longe de ser um mal, proporcionou benefícios valiosos.

Para Eça de Queiroz a ação do Estado deve incidir sobre três aspetos essenciais, o contrato, o transporte e a proteção consular, defendendo que uma proibição mais dura podia mesmo originar conflitos entre os vários países que contam com ela para o seu progresso e que a consideram uma matéria de direito internacional e não de direito público privado das nações europeias. A América, por exemplo, conta com ela para o seu crescimento económico e financeiro, dada a falta de população. A ideia de criar um acordo internacional para organizar a emigração parece-lhe “generosa, grandiosamente humanitária, dum alta civilização”⁴⁰⁷, embora esse acordo pudesse apenas regular duas espécies de deveres, deveres para com os que saem do seu território, os emigrantes, e deveres para com os que entram, os imigrantes. Em relação aos primeiros, os deveres do Estado são os de policiar e fiscalizar sob a forma de regulamentos, que não são mais do que uma relação específica com os seus súbditos. Quanto aos segundos, passam por dar a maior e melhor proteção e oferecer-lhes as maiores vantagens. Esta proteção não pode ser maior do que a que se dá aos outros estrangeiros e que é regulado por convenções consulares. Quanto às vantagens são um ato de administração interna que apenas o Estado pode regulamentar de acordo com as suas conveniências e necessidades.

Um dos aspetos que valia a pena celebrar acordo era sobre os transportes marítimos. Em 1870, os Estados Unidos propuseram um acordo às principais nações da Europa com emigração, mas apesar das insistências diplomáticas, Mr. Fish, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, tinha-se mostrado renitente, o que se compreendia, dado o número de alemães rumo à América. Já que não se pode anular o direito de livre emigração, a Alemanha intervém de modo a evitar a expatriação.

Para Eça, a emigração livre é uma “ação natural”, uma “grande força”, que “organiza os seus movimentos” e “cria o seu destino” sem que sucumba enquanto a emigração assalariada, que se desenvolveu nos últimos quarenta anos, apesar de não ser um facto novo na história do trabalho, conta muitas desventuras.⁴⁰⁸

II. 3 – O “sonho americano”: ilusões e desilusões

Joel Serrão refere-se ao debate público sobre a emigração, na década de 70 da centúria de oitocentos, e aos “remoinhos internos do fenómeno” que teve “o seu momento mais alto com a entrada na liça, de 1873 a 1875, do probo e lucidíssimo Herculano. Depois dele outros vieram; e, naturalmente, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Rodrigues de Freitas, Basílio Teles, Afonso Costa, Bento Carqueja,

407 Cfr. *Emigração como Força Civilizadora*, op. cit., p.149.

408 Cfr. *idem*, p.151.

Fernando Emídio da Silva, e tantos outros, estudaram, discutiram, opinaram.”⁴⁰⁹ Apesar de mencionar o nome do parceiro de Eça de Queiroz, Joel Serrão, nem se refere às *Farpas* nem ao nome do escritor, embora Carlos Reis destaque que a análise que aquele grupo de intelectuais fazia “era, em grande parte, motivada por uma efetiva situação de decadência que, em vários domínios, da política ao jornalismo, da literatura à diplomacia, do ensino à vida religiosa, afetava a vida pública portuguesa”.⁴¹⁰

Nos começos do século XIX, dada a advertência de Malthus, referente ao problema do excessivo crescimento das populações europeias, desproporcionado, a seu ver, aos meios de subsistência de que a Europa podia dispor, criou-se algum alarmismo que acabaria por conduzir à América grandes massas de trabalhadores. Segundo Afonso Costa, é “o problema das subsistências, a que Malthus deu tanto relevo com a sua célebre teoria da desproporção entre o desenvolvimento lento dos meios de vida e a rápida progressão das populações”.⁴¹¹ Para este autor, embora o malthusismo tenha sido muito combatido, estava longe a sua destruição, considerando, que no “aspecto dinâmico, a população apresenta-nos as transformações sucessivas, as contínuas variações, as renovações de cada hora dos elementos componentes das sociedades humanas”.⁴¹²

Deste modo, ao longo do século XIX, enquanto a Europa sente excesso de população nos centros industriais, assistindo ao êxodo dos campos para as cidades, a América enfrenta um problema inverso ao da Europa: o da superabundância de espaço por cultivar e o da falta de braços. A necessidade do Velho Mundo em aliviar-se dos excessos de população ia ao encontro das aspirações do Novo Mundo. Nos Estados Unidos, principalmente nos Estados do sul, a necessidade de braços chega a ser desesperadora, fazendo com que a mais liberal das legislações estimule por todas as formas a vinda de imigrantes europeus. Tudo se combinava para que os Estados Unidos atraíssem uma grande imigração devido à combinação de vários fatores, como a abolição da escravatura, a reabilitação do trabalho livre, o clima, que parecia idêntico ao europeu, e sobretudo fatores económicas, por causa da descoberta das minas de ouro na Califórnia, e outras terras, absolutamente sem dono.

A única restrição que a América coloca é o problema da doutrina anunciada pelo presidente James Monroe, na mensagem do Congresso de 2 de dezembro de 1823, no qual afirma que como um princípio que afeta os direitos e interesses dos Estados Unidos, em virtude da condição livre e independente que adquiriram e conservam, não podem mais ser considerados como suscetíveis de colonização por nenhuma potência europeia, que se resume na frase a “América para os americanos”. Esta opinião desfavorável ao colonialismo europeu reitera a posição de George Washington, segundo o qual a Europa tinha um conjunto de interesses elementares sem relação com os da América ou senão muito

409 *A Emigração Portuguesa*, 4.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, (1972) 1982, p. 172.

410 *As Conferências do Casino*, op. cit., pp. 39-40.

411 *Estudos de Economia Nacional I, O problema da emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, p. 10.

412 *Ibidem*.

remotamente, que, por sua vez, já desenvolvia o pensamento de Thomas Jefferson, segundo o qual “a América tem um Hemisfério para si mesma”. Mas, nesta época, a chamada doutrina de Monroe aplica-se apenas à hipótese da conquista e à possibilidade dos velhos países recuperarem as colónias, advertindo não apenas a Santa Aliança, mas também a Grã-Bretanha, que viu frustrados os seus planos de recolonizar a América, permitindo que os Estados Unidos continuassem a avançar para Oeste.

Afirma Vianna Moog, a palavra América era uma palavra mágica, que produzira na Europa uma vertigem cujo ponto culminante foi atingido em 1848 com a descoberta das minas de ouro na Califórnia.

Cada

vez que o telégrafo propagava pela Europa os feitos da América, a febre alastrava-se. O Novo Mundo era a terra da liberdade e da riqueza. Não havia vapores para acudir ao transporte dos que desejavam partir. De Portugal os emigrantes saíam em massa. Tinham nascido com a vocação do Novo Mundo. Não havia ali quem não pusesse o pensamento nas terras distantes do Ocidente.⁴¹³

De Inglaterra, de França, de Espanha, de Portugal, bem como de toda a parte, seguem bandos de aventureiros rumo ao Novo Mundo, à América, onde desembocam homens e mulheres de todas as raças e de todas as línguas, levando consigo a ideia fixa de enriquecer. Em Portugal, essa atração é igualmente sentida e, na década de 70 da centúria de oitocentos, como nota Joel Serrão, a emigração para os Estados Unidos apresenta uma reviravolta em relação a anos anteriores. O historiador, ao apresentar uma síntese dos dados quantitativos a partir de 1820, aponta a América do Norte como outro destino transoceânico da emigração portuguesa contemporânea, considerando-a pouco

importante até 1870, [mas] a partir desse ano e até à crise de 1929, assiste-se a um incremento gradual que atinge o seu valor mais alto na década de 1911-1920 (89 732 emigrantes). Anote-se que, ao invés do que ocorreu com a emigração para o Brasil, os E.U. A. continuam a ser, ainda hoje, um forte polo de atração, sobretudo para a mão-de-obra açoriana e cabo verdiana.⁴¹⁴

Na verdade, o continente americano exerceu forte atrativo sobre a mão-de-obra europeia devido ao desenvolvimento da economia industrial e das formas de expansão que criou no quadro da organização capitalista do mundo. Com o imperialismo, surgem duas espécies de movimentações geográficas da população: uma, no interior dos países, já que a população dos campos procura as grandes cidades devido ao seu desenvolvimento industrial, outra para fora, abrindo caminho à expansão portuguesa para fora da Europa.⁴¹⁵ Assiste-se nesta época a uma forte mobilidade populacional por parte dos países em vias de industrialização e também daqueles que, mantendo-se estruturalmente agrários,

413 *Eça de Queiroz e o Século XIX*, op. cit., p. 192.

414 *A Emigração Portuguesa*, op. cit., p. 45.

415 Considera Joel Serrão que no “decorso do século XIX, e explosão demográfica, a «revolução» agrícola, o desenvolvimento e a expansão do capitalismo industrial, a revolução do maquinismo, a profunda alteração do sistema de transportes nacionais e internacionais (devida, sobretudo, aos caminhos de ferro e, mais para os fins do século, à navegação a vapor), o surto das grandes concentrações urbanas, tudo isso alterou, direta ou indiretamente, os modos de vida tradicionais de grande parte da população da Europa ocidental.” *Idem*, pp. 47-48.

apresentam um excesso de demografia que os sacode para destinos transoceânicos, de modo que torrentes “humanas abandonam os campos, aos quais estavam tradicionalmente jungidos, e dirigem-se ou para as cidades em vias de industrialização ou para as terras transoceânicas longínquas – América do Norte, Austrália, América do Sul, ilhas Haway, etc. -, no afã de uma vida nova, que se imagina coroada pelo enriquecimento breve”.⁴¹⁶ O historiador destaca um fator de extraordinária importância nesta emigração, tão evocada por Eça de Queiroz e pela sua geração, que é a questão da “aspiração”, da “promoção” e do “sonho americano”, alegando que

o século XIX alterou, demográfica e socialmente, os quadros tradicionais, e suscitou, na esfera psicológica, a vivência de necessidades novas, que se repercutiram no desejo de promoção social e económica. De toda a Europa se emigra, especialmente para além-Atlântico, na mira das promessas americanas. Portugal integra-se nessa tendência geral, mas de acordo, sobretudo, com a sua tradicional orientação brasileira.⁴¹⁷

Eça de Queiroz, atento a essa situação, pronuncia-se vivamente sobre a ida de portugueses para Nova Orleães, em *As Farpas*, nas quais faz uma crítica à conjuntura económica e social portuguesa que impele à emigração, para “países estranhos”, como dirá em *EFC*. Na verdade, já anteriormente tinha revelado uma ambivalência de sentimentos em relação à América, ou melhor, aos Estados Unidos, dividido entre a atração e a repulsa, que aparecerão na sua obra, no folhetim, na crónica, na correspondência consular, e no romance, desde a juventude à idade madura, embora, nesta última fase, propenda para a repulsa.

Mas, na altura de *As Farpas*, desconhecia-se claramente a forma como se estava a fazer a emigração portuguesa para América do Norte, nomeadamente para Nova Orleães, de modo que Eça aconselha todos os que vivem na miséria a procurar Charles Nathan, o contratador, a partir em massa, sem hesitação, defendendo que é pena que em vez “de alguns centenaes dos nossos, - não nos queira levar a todos”.⁴¹⁸ Também a comissão de inquérito do *PIPEP* defende a ideia que a emigração para os Estados Unidos pode oferecer mais garantias aos emigrantes do que a do Brasil, sendo pena que a maior parte dos operários e artistas portugueses ignore a língua e, em geral, sejam menos hábeis do que os ingleses e os alemães, não podendo vencer facilmente as dificuldades que não encontram no Brasil.

Enquanto o ministro da agricultura, o “sr. Pereira da Silva”, considera que a emigração para aquele país oferece algumas dúvidas sobre as vantagens oferecidas aos contratados para a agricultura, dado o custo de vida e os salários oferecidos, já a emigração para os Estados Unidos do Norte não oferece motivos de inquietação à comissão de inquérito acerca do destino que ali possa esperar os

416 *A Emigração Portuguesa, op. cit.*, p. 48.

417 *Ibidem.*

418 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, p. 312.

emigrados.⁴¹⁹ Feitas as contas, afirma o ministro, a despesa média por dia de cada imigrante na hospedaria da imigração ronda os 717 reis diários, não contando com o aluguer da casa e o vencimento dos empregados, concluindo que se “juntarmos fato, calçado e lavagem, já se vê que não é com 600, 700, 1\$000 ou 2\$000 reis, nos dias úteis, que o mais humilde e inábil operário português pode esperar, licitamente, fazer fortuna no Brasil”.⁴²⁰ Baseada nas informações do ministro, a comissão de inquérito do *PIPEP*, defende a superioridade da emigração portuguesa para a América do Norte em relação ao Brasil, como também defendera Eça de Queiroz.

Na verdade, a América apresentou-se a muitos portugueses como um país de realização dos seus sonhos, ao longo de vários séculos. Muito frequentemente, quando se falava em América, falava-se em todo o continente americano, já que não era tão importante o país de destino, mas simplesmente emigrar, “sair” de Portugal. A expressão “sonho americano” é frequentemente utilizada pelos escritores, tanto no domínio da literatura, como no da história e da filosofia. Enquanto para Harry Shaw a expressão se usa com frequência no plano literário, ela “não é suscetível de uma definição clara e segura”, uma vez que significa aquilo que quem a use tiver na sua ideia, nesse momento, podendo ter todas as interpretações que o leitor lhe queira dar. No entanto, é possível que, para uma grande parte dos autores e leitores, a expressão ofereça conotações de “vida, liberdade e busca de felicidade”, porque o “Sonho Americano, como todos os sonhos, é uma sucessão de imagens, emoções e pensamentos que nos atravessam o espírito, quer durante o sono, quer quando acordados.”⁴²¹

Foi este “sonho” que João França retratou em *O Emigrante*⁴²², no conto e na comédia, da influência que um regressado rico das Américas exerce sobre os jovens que querem casar e prosperar e não encontram no restrito espaço em que habitam qualquer possibilidade. O Crispim Americano, na verdade o Crispim dos Canhas, dera “um salto” à América, regressando ao “chão” da Ponta de Sol, na Madeira, realizando o sonho de “voltar rico”, “não só por causa dos dólares embolsados como também pela roupa vestida e maneira de falar”.⁴²³

Alexandre Herculano fala em “cálculos e previsões, ou próprios ou dos que os dirigem, pela esperança, bem ou mal fundada, de voltarem um dia ricos ou abastados à aldeia natal”⁴²⁴. Também Beatriz Rocha-Trindade, Miguel Monteiro, Jorge Aroteia, entre tantos outros historiadores, defendem essa ideia. Do ponto de vista filosófico, cumpre dizer que a questão do sonho é diferente da questão

419 Cfr. *PIPEP*, *op. cit.*, p. 55.

420 *Ibidem*.

421 *Dicionário de Temos Literários*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982, p. 433.

422 João França retrata esse sonho, situando-o no acanhado meio da Madeira, em *O Emigrante*, porque o “dinheiro tá lá fora: no Brasil, n’ América, na Venezuela, por esse mund’ além, menos aqui”, referia Rique à mãe, tentando convencê-la da decisão de emigrar, devido à influência que o Crispim dos Canhas exercera sobre ele. Ficando na “terra” não se saía da miséria, nunca se tinha nada de seu, apesar de se levar uma vida como a de um escravo. João França, *O Emigrante*, *op. cit.*, p. 71.

423 *Idem*, p. 11.

424 *Opúsculos II*, *op. cit.*, p. 68.

mítica, porque quando o mito não é assumido como uma revelação de “mistérios”, “degrada-se”, “obscrece-se” e transforma-se num conto ou numa lenda, tal como explica Mircea Eliade.⁴²⁵ Os mitos revelam as estruturas do real, os múltiplos modos de existir no mundo, constituindo o modelo exemplar dos comportamentos humanos ao revelarem histórias “verdadeiras” e referindo-se a “realidades”.⁴²⁶ Alimentando-se à maneira dos deuses ou dos heróis, o homem repete os seus gestos, participa de alguma forma na sua presença, dando sentido à vida.

O que diferencia o mito da questão do sonho, do “sonho americano”, no caso que aqui tratamos, é que, enquanto o mito é assumido pelo homem como ser total, não se dirigindo apenas à inteligência ou à imaginação, o sonho, como não é vivido pelo homem total, não consegue transformar uma situação particular em exemplar, universalmente válida, faltando-lhe, precisamente, essas dimensões constitutivas do mito, que são a exemplaridade e a universalidade.

Na verdade, na Europa, fala-se muito em mito, na altura da expansão e das descobertas, mas é mais correto falar em lendas, dada a degradação do mito, de que fala Mircea Eliade. Na Europa, o que há são lendas a respeito de uma terra ideal situada além dos limites do mundo conhecido, além do estreito de Gibraltar e das Ilhas Britânicas, desde os tempos mais remotos. Já Platão tinha descrito a existência de uma ilha submersa, Atlantis, que muito parece ter contribuído para o imaginário popular, assim como a mitologia celta descrevera a ilha de Avalon, o paraíso que também jazia a oeste, nos mares desconhecidos, tida como a Ilha dos Bem-aventurados, associada à existência de seres imortais. Realmente, a própria noção de oeste, ou de rumo para oeste, daquilo que jazia além do por do sol, parece ter tido conotações míticas, ou até mesmo místicas. Após a morte, os heróis de Homero rumavam para oeste e a expressão “ir para oeste” como sinónimo de “morrer”, especialmente tratando-se de soldados, remonta ao inglês médio e ainda tem uso corrente.

Os testemunhos da existência de uma terra misteriosa além do por do sol, onde já tinham estado alguns europeus, como os nórdicos, no século XI, e Madoc, Príncipe de Gales, possivelmente no século XII, relatavam a abundância, a existência de florestas, de animais selvagens, de uvas e de trigo. Sob as lendas e os factos, mesmo escassos e incertos, como estes últimos, surgiu um modelo histórico de homem ocidental, que é, literalmente, o que vai para oeste. As grandes migrações históricas que povoaram a Europa, as dos gregos, as dos celtas, eslavos, godos, anglo-saxões e nórdicos, sempre foram de leste em direção a oeste, o local que Henry James chamou de “bom e grandioso lugar”.

Apesar de, no século XV, a descoberta da América ter sido um erro ou um acidente, já que Colombo pensou ter chegado a Catai, à China, a ilusão não durou muito tempo devido aos recursos que

425 Cfr. *Mythes, Rêves et Mystères*, (19-, *Mitos, Sonhos e Mistérios*, Lisboa, Edições 70, trad. de Samuel Soares, p. 10), p. 11.

426 Cfr. *idem*, p. 10.

continha, tanto reais como imaginários. Como Howard Jones (1892 – 1980) mostrou, em *The Strang New World*, obra que lhe mereceu um prémio, eram frequentemente mais produto da imaginação europeia do que da realidade americana. Na verdade, os primeiros exploradores europeus encontraram na América o que esperavam encontrar, ou pelo menos interpretavam o que encontravam em termos europeus, que era inevitável e fantasticamente fora da realidade objetiva.

Para Colombo, Hispaniola (a ilha do Haiti) era a terra a ser desejada e, uma vez vista, jamais poderia ser abandonada. A sua descrição da ilha compõe-se, curiosamente, dos emblemas poético-bucólicos da Idade do Ouro e de recordações de paisagens em molduras de altares e outras pinturas religiosas, presumivelmente vistas pelo devoto descobridor em igrejas católicas. Também os conquistadores espanhóis do Perú traduziam a organização social dos Incas nos moldes da cavalaria espanhola. Em 1516, quando Thomas More (1478 – 1535) escreveu a *Utopia* foi localizá-la, precisamente, na América do Sul, no Novo Mundo. A questão é que era um Novo Mundo, um mundo em que tudo era possível, em que todos os sonhos de perfeição poderiam ser tornados reais. Mesmo no fim do século XV, o poeta Michael Drayton (1563 – 1631) escrevia que a Virgínia era “o único paraíso terrestre”.

Jorge Magasich-Airola e Jean-Marc De Beer relatam o mito do Eldorado, na obra *América Mágica, quando a Europa da Renascença pensou estar conquistando o Paraíso*, na qual introduzem o leitor no mundo fantástico dos descobridores, que no século XV se lançaram ao mar à procura de terras inexploradas. Para os autores, os navegadores procuravam dissolver a atmosfera de mistério que envolvia os grandes mitos que habitavam o imaginário europeu. Esta obra relata várias situações inusitadas em que os desbravadores e aventureiros dirigiram as atenções para o “Paraíso Terrestre”, a “Fonte da Juventude”, as “indomáveis Amazonas”, os “seres prodigiosos”, os “gigantes da Patagónia”, e tantos outros mitos que a sua imaginação fosse capaz de criar.⁴²⁷

A América era a terra onde tudo era possível, de riquezas infindáveis, que tantas promessas despertaram nas mentes europeias. Shakespeare (1564 – 1616), em *Otelo*, mostra a reação de Desdemona às histórias que Otelo lhe conta sobre as aventuras e perigos que passara, em terra e no mar, os momentos em que escapou de morrer, como fora feito prisioneiro pelo inimigo e vendido como escravo, e como conseguira fugir. Desdemona ouvia com encanto aquelas narrativas, aliadas à descrição dos costumes e paisagens estranhas que o militar presenciara em terras remotas, em desertos imensos, os grandes rochedos marinhos, as montanhas, cujos picos se perdiam nas nuvens, as tribos selvagens, os canibais, entre outras descrições fascinantes. Também em a *Tempestade* se pode imaginar a alegria de Miranda ao ver Ferdinando, quando exclama: “Ó admirável mundo novo!” Ou podemos captar o tom de

427 V. *America magica: quand l' Europe de la renaissance croyait conquérir le paradis* (2000, *América Mágica, quando a Europa da Renascença pensou estar conquistando o Paraíso*, São Paulo, Editora Paz e Terra, trad. de Regina Vasconcellos).

trunfo, de júbilo, diante da perspectiva que o Novo Mundo oferecia de saque ilimitado, na apóstrofe de John Donne (1572 – 1631) à sua amada, ao compará-la com a América recém-descoberta: “Oh minha América! minha terra recém descoberta como sou abençoado por ter lhe descoberto.”⁴²⁸

Lionel Trilling, um estudioso americano, equaciona estas questões, referindo que os Estados Unidos são “a única nação que se orgulha de um sonho e que lhe empresta o nome, «o Sonho Americano»”⁴²⁹, fator que diferencia a nação do resto do mundo, tendo sido o principal incentivo para que muitos para ali palmilhassem em direção ao sucesso e à glória.⁴³⁰ Afinal, são o país independente mais antigo do continente americano, cuja constituição escrita é a mais antiga do mundo, o que parece ter sido uma vantagem para o seu desenvolvimento.

Não é fácil saber o que é o sonho americano, embora não possa ser ignorado devido à dificuldade em o definir. A sua primeira afirmação parece ter ocorrido muito antes da expressão se ter tornado famosa, encontrando-se referenciada na *Declaração Unânime dos Treze Estados Unidos da América*, escrita por Thomas Jefferson, em 1776, ao explicar que “todos os homens foram criados iguais, e que foram agraciados pelo Criador com certos direitos inalienáveis, e que entre eles estão: a vida, a liberdade e a procura pela felicidade”.⁴³¹ Para Walter Allen, apesar de possuir contradições, a afirmação é ampla, vaga, desperta muitas perguntas, mas exprime um sonho, quase no sentido freudiano clássico, uma vez que os desejos expressos talvez nunca possam tornar-se realidade.

Na verdade, trata-se de um documento do século XVIII cuja finalidade é justificar ao mundo a separação das colónias americanas da coroa inglesa, documento que contém contradições internas, já que o homem que “com tanta confiança afirmou que todos os homens, pelo facto de serem homens, são agraciados com direitos inalienáveis à vida, à liberdade e à procura da felicidade era, como os demais que assinaram o documento, senhor de escravos”.⁴³² Contudo, para Allen, a afirmação era realmente revolucionária se se pensar que “em muitos países do mundo, a liberdade ainda não é considerada um direito inalienável de qualquer homem e, quanto à procura da felicidade como direito inalienável, isso era ainda uma heresia de acordo com a maioria dos sistemas de governo e de religiões”.⁴³³

428 *Apud* Walter Allen, s/d, *The Urgent West* (1972, *O sonho americano e o homem moderno*, Rio de Janeiro, Lidoador, trad. de Maria Luiza Nogueira), p. 5.

429 *Apud* Walter Allen, *O sonho americano e o homem moderno*, *op. cit.*, p. 2.

430 Segundo Ray Pahl, hoje, “ao final do século, há pouquíssimo triunfalismo. A obsessão económica, a obsessão tecnológica, a fê ilimitada na capacidade humana de lutar, cobiçar, ansiar por *status*, e enriquecer graças a uma combinação de conhecimentos, habilidades, impulso empreendedor e esforço já suscitam dúvidas. O mundo moderno foi inquestionavelmente moldado por homens agressivos, competitivos e dominadores nas esferas económicas, política e profissional.” *After the success. Fin-de-Siècle, Anxiety and Identity*, (1997, *Depois do sucesso: ansiedade e identidade "fin-de-siècle"*, S. Paulo, Fundação Editora da UNESP, trad. de Gilson César Cardoso de Sousa), p. 10.

431 *Apud* Walter Allen, *O sonho americano e o homem moderno*, *op. cit.*, p. 2.

432 *Ibidem*.

433 *Ibidem*.

Passados seis anos da assinatura da *Declaração de Independência*, um agricultor francês do estado de Nova Iorque, Hector St. Jean Crèvecoeur, escreveu um ensaio que se intitula “O que é um norte-americano?”, tratando-se de mais um ensaio sobre propaganda política sobre a América. Para Crèvecoeur, as pessoas que habitam esta sociedade perfeita são uma mistura de várias raças, nomeadamente ingleses, irlandeses, franceses, holandeses, alemães e suecos, da qual surgiu essa raça promíscua que é o povo norte-americano. Para o autor francês, o norte-americano é um novo homem, que age de acordo com princípios novos, que tem necessariamente de acalentar novas ideias e de formar novas opiniões que, da “inatividade forçada, da dependência servil, da penúria e do trabalho inútil, ele passou para um trabalho de natureza bem diferente, recompensado pela farta subsistência. – Isso é Um Norte-Americano”.⁴³⁴ Mas, segundo Walter Wallen, Crèvecoeur estava a descrever uma sociedade ideal, uma utopia, uma vez que os Estados Unidos eram uma nação jovem, em que a procura da identidade era uma das suas principais características. Enquanto o inglês ou o francês não precisavam de provar aquilo que o singularizava, o americano tinha essa necessidade.

Realmente, nesse período, praticamente não havia uma nacionalidade, uma raça ou até mesmo uma religião que não pudesse ser encontrada nos Estados Unidos, uma vez que o país se tinha tornado o espaço geográfico para onde se deslocavam ou eram deslocadas, voluntariamente ou a contragosto, escravos negros e irlandeses, por exemplo, fugindo à fome. Muitos acreditavam, sobretudo, que era a terra onde tudo era possível, de riquezas infindáveis, de liberdade e de oportunidades.

Neste contexto, dado o sonho, tornava-se irrelevante saber, para Crèvecoeur, que as condições de vida dos Estados Unidos, nos últimos anos do século XVIII, não eram tão idílicas como ele sugeria. Do mesmo modo que Rousseau defendeu que o homem nasceu livre e por toda a parte está algemado, também o autor mostrou uma América em que todos os homens romperam com as algemas, escaparam do jugo dos reis e dos sacerdotes, e que eram livres, apresentando a *Declaração da Independência* como um discurso daquela época e o sonho norte-americano, na forma singular que adquire no século XVIII.

Por outro lado, os norte-americanos eram rapidamente identificáveis em qualquer parte do mundo, quaisquer que fossem as suas origens raciais. O negro norte-americano, por exemplo, é muito mais parecido com um norte-americano branco do que com um negro das ilhas britânicas do Caribe. Os americanos, dado não possuírem uma identidade natural, por um lado, sentem necessidade de afirmação das suas diferenças em relação a outros povos, e, por outro lado, realçar o que têm de comum entre si, tal como se encontra na conhecida noção de “América como cadinho de raças”, no ensaio de Crèvecoeur, quando descreve os norte-americanos como resultado de uma mistura de raças. Contudo, a mistura de que fala não é um composto. Apesar de ter havido casamentos entre vários grupos raciais, o facto é que a

434 *O sonho americano e o homem moderno, op. cit., p. 3.*

metáfora “cadinho de raças” é enganadora, porque, na realidade, a fusão mal se iniciara, dada a complexidade da fixação e assimilação, no processo imigratório. Tanto em Estados inteiros como em cidades, o que se via eram blocos quase compactos de um grupo nacional ou étnico cujo exemplo mais típico e talvez o mais flagrante era o do distrito de Manhathan, na cidade de Nova Iorque, onde se encontrava o bairro negro de Harlem, na realidade uma cidade negra auto-suficiente, mas, também os porto-riquenhos, no Lado Oeste, e os chineses, em Chinatown. Também durante os feriados israelitas, na zona média da cidade, as lojas e escritórios estavam fechados e as ruas vazias, tendo-se a impressão que se estava numa cidade judaica.

Apesar de os norte-americanos se identificarem facilmente uns aos outros, cada membro de um grupo podia desconhecer inteiramente o que tinha em comum com os membros de outro, para lá da cidadania. Quaisquer que fossem as suas origens, a cor, a religião, a ocupação ou posição social, tinham em comum algo de fundamental, que era o facto de descenderem de homens e de mulheres que foram pessoas deslocadas. Foram para a América, nem sempre voluntariamente, já que os negros foram levados como escravos, os irlandeses para escapar à fome, e os judeus para escapar ao extermínio, às perseguições e às câmaras de gás dos nazis, anos mais tarde.

À exceção dos negros, qualquer que fosse a herança cultural, uma vez chegados à América, tinham que decidir o que significava serem americanos, ainda que o fizessem de forma desarticulada e confusa. O conceito de americano e de americanismo não foi levado para lá pelos milhões de pessoas que para ali se deslocaram, ainda durante o século XIX, mas evoluiu da experiência de ali viver.⁴³⁵ Na verdade, as várias raças ali chegadas podiam-se ter transplantado, com todos os seus hábitos e costumes, mas o certo é que isso não aconteceu. Ligaram-se à nova nacionalidade, juraram-lhe fidelidade, tornando-se novos homens, ao começarem a vida de novo. Robert Frost (1874 – 1963) inicia um poema, precisamente com a ideia que “a terra pertencia-nos antes que lhe pertencêssemos”, querendo dizer que o conceito de americano não foi levado para o Novo Mundo, mas evoluiu da experiência de ali viver.⁴³⁶

Na verdade, relata “Um negociante logrado” por “Carlos Nathan” que os norte-americanos tinham várias estratégias para obrigarem os imigrantes portugueses a fixarem-se à terra como, por exemplo, apenas lhe pagar a viagem de ida e de no contrato estar estabelecido num artigo, no 11º, que os “filhos terão escola gratuita em inglês (isto é, falarão a língua do país e ficarão por último absorvidos pela nacionalidade americana!)”⁴³⁷, permitindo-nos, assim, compreender as afirmações de Walter Allen. Alegava aquela testemunha que os pais ainda se lembravam das suas pátrias, mas os filhos perdiam o contacto com a cultura dos seus países, de forma irreversível.

435 Cfr. Walter Allen, *O sonho americano e o homem moderno*, op. cit., p. 6.

436 Cfr. *ibidem*.

437 *A Emigração para Nova Orleães e o Sr. Charles Nathan*, op. cit., p. 10.

No entanto, com os primeiros colonos, na Virgínia e na Nova Inglaterra, não se passou a mesma coisa, dado considerarem o novo país como uma extensão da velha Inglaterra, nem provavelmente, e por diferentes razões, com os milhões de imigrantes humildes, maioritariamente analfabetos, originários da Irlanda, da Europa central e de terras do mediterrâneo, ao longo do século XIX. Muitos acreditavam que os Estados Unidos eram a terra onde tudo era possível, de liberdade, de riquezas infindáveis, de oportunidades para todos, mas, os autores desta propaganda eram, precisamente, alguns dos que mantinham escravos confinados, em condições sub-humanas, nas suas fazendas, longe das pregações sobre liberdade e igualdade. Relata Allen que, logo depois de 1800, um historiador americano chamado Adams (1838 – 1918), claramente expressando uma visão diferenciada da Europa sobre a nação americana, cita um viajante francês que escreve sobre os Estados Unidos, afirmando que “não há talvez nenhum país civilizado no mundo, onde haja tão pouca generosidade nas almas, e nas mentes tão poucas desilusões que constituem a alegria e o consolo da vida. O homem aqui calcula tudo, e sacrifica tudo por seu interesse”.⁴³⁸ Realmente, esta ideia é uma das que contribuiu para a mudança de paradigma, ao longo do século XX, subvertendo o “Sonho Americano” em “Sonho Europeu”⁴³⁹, como Eça de Queiroz já tinha começado a fazer, em finais do século XIX, quando reconhece as potencialidades e a beleza do seu país e da Europa, e confirma que o estilo de vida dos americanos é tão diferente do europeu.

A América industrializara-se, tornara-se um grande comerciante a nível mundial e o instinto de atividade e o da ambição tiveram repercussões na economia e na cultura, dando origem a uma literatura com identidade nacional. Os negros já tinham sido libertos, desde a Guerra Civil, entre 1861 e 1865, embora, tal como defendera Rousseau, permaneceram acorrentados pelo preconceito e pela falta de oportunidades, ao mesmo tempo que o homem branco continuava preso ao sonho americano, à procura de um sucesso que nem sempre chegava, tal como retratou John Steinbeck (1902 – 1968) em *As Vinhas da Ira* (1939), que mostra a face negra do “American way” durante a grande depressão económica dos anos 30, do século XX, diferente de *O Grande Gatsby* (1925), de F. Scott Fitzgerald (1896 – 1940), para quem o sonho americano se materializa através do enriquecimento ilícito, nos anos anteriores à queda da bolsa de valores de Nova Iorque, em 1929.

Em relação a outra zona do continente americano, ao Brasil, Vianna Moog considera que, se na definição de Crèvecoeur, norte-americano é aquele que deixa para trás os seus antigos preconceitos e maneiras e recebe outros do Novo Mundo, de um novo modo de vida que escolheu, do novo governo a que obedece e da nova posição que ocupa, também aquele que traz tradições europeias para posteriormente absorver uma experiência sul-americana capaz de reduzir-lhe o desejo ancestral de

438 Walter Allen, *O sonho americano e o homem moderno*, op. cit., p. 223.

439 V. Jeremy Rifkin, 2004, *The European Dream* (2005, *O Sonho Europeu*, São Paulo, M. Books do Brasil Lda, trad. de Roger Maioli dos Santos).

retorno à pátria, esse já é brasileiro.⁴⁴⁰ Quanto aos “mazombos”, filhos de pais portugueses nascidos no Brasil, partiam para Portugal ainda jovens, para estudar, tal como os crioulos da América espanhola partiam para Madrid, para se fazerem portugueses e espanhóis, eram possuídos por um sentimento de nostalgia que fazia deles brasileiros e americanos. Tal é o caso de Gonçalves Dias (1823-1864), explanado no poema que torna esta realidade imortal:

Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o sabiá;
As aves que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.⁴⁴¹

Para os portugueses, o “sonho americano” não possuía o mesmo significado que tinha para aqueles que se transplantavam nos Estados Unidos, razão porque Alfredo Margarido afirma que os primeiros brasileiros são os que se opõem àqueles que se designavam *brasileiros* em Portugal. Na verdade, para os portugueses, não fazia parte do seu projeto de vida transferir-se ou fixar-se noutra país. Para eles, o “sonho americano” realizava-se em ir à terra da abundância, no mais curto espaço de tempo possível, e regressar à pátria de bolsos recheados. Constatando as disparidades com o sentido de sonho norte americano expresso na obra *O Sonho Americano e o Homem Moderno* de Walter Allen, Vianna Moog defende que “o Brasil não passava de *intermezzo* de aventuras [...] para os donatários, como o seria para os governadores-gerais e para a corte de D. João VI⁴⁴², praticamente para todos os portugueses, razão pela qual tantas vezes são chamados “aventureiros”, “galegos”, dando origem ao “antilusitanismo”, e a outros movimentos que se opuseram à sua supremacia e protagonismo na sociedade brasileira, ameaçando a segurança e a prosperidade dos da terra.

As raízes do fenómeno são antigas, podendo ter surgido no seio da diversificada população do Brasil, entre várias classes sociais, instigada pela Metrópole de acordo com os seus interesses. Se a determinada altura dava jeito defender os colonos donos de terras, noutra altura dava mais jeito defender a burguesia em ascensão e atacar a aristocracia estabelecida. Segundo Nelson Vieira, no século XVI, a economia do Brasil prospera e o reinol estabelece-se, comprando terras e escravos para aumentar a produção do açúcar, tornando-se senhor da nova terra. Estes reinóis ocupam as posições mais altas na sociedade brasileira, formando no Brasil uma sociedade tipicamente europeia, já que ali implantaram os seus modelos culturais de língua, de religião e de família. Embora o ambiente americano introduzisse

440 Para Vianna Moog, por “pouco não é o que acontece com o príncipe Maurício de Nassau. De certa forma, foi também este o caso de D. João VI. Por ele, tudo leva a crer que nunca mais teria voltado ao seu velho Portugal, mas permanecido no Brasil entre as palmeiras que aqui plantou. Com milhares de cristãos novos se operaria fenómeno idêntico. [...] Esta era a incorporação que se processava no Brasil em grande escala. Havia, porém, outra que nada lhe ficava a dever em importância: era a nacionalização em escala mais reduzida, mas de alta seleção, que se operava longe do Brasil entre aqueles que paradoxalmente mais porfiavam por assimilar a nacionalidade lusitana: os mazombos.” *Bandeirantes e pioneiros*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», s/d, p. 145.

441 *Apud ibidem*.

442 *Ibidem*.

alguns hábitos nesta sociedade, não havia espírito brasileiro de nacionalidade⁴⁴³, como também documenta Ronaldo Vainfas.⁴⁴⁴ No início do século XVII, o termo brasileiro referia-se àqueles que negociavam com o pau-brasil, ou aos bárbaros habitantes do interior, e, no início do século XVIII, ainda não se tinha vulgarizado o termo como referência ao nativo do Brasil. Contudo, para o autor, em Portugal, a partir do século XVI, o conceito começa a adquirir outro significado, referindo-se aos nativos portugueses, regressados à pátria com a riqueza e ostentação trazidas do Novo Mundo. Para o autor, este

uso brincalhão embora pejorativo ilumina, pelo menos em parte, a imagem recíproca luso-brasileira. É a velha história do Velho Mundo contra o Novo; a superioridade da mãe-pátria contra a suposta inferioridade da colônia. Portugal no Brasil não são os únicos nestas circunstâncias. O mesmo aconteceu com os espanhóis ricos, alcunhados de *indianos*, quando do seu retorno a Espanha vindos das Índias Ocidentais ou América Espanhola.⁴⁴⁵

A sociedade europeia no Brasil gozava de elevado prestígio. Conta Moog, que os “mazombos”, as crianças ali nascidas de pais portugueses, pai ou mãe, formavam um grupo ao qual ninguém gostava de pertencer, a não ser que viajassem até à Metrópole e regressassem novamente na condição de reinóis, o que incentivava as viagens constantes a Lisboa, considerada como centro da cultura lusitana, segundo Nelson Vieira.⁴⁴⁶ A viagem à Europa e o contacto com o ambiente do Reino concedia-lhes distinção e prestígio em ser português. Segundo Anísio Teixeira, para

analisar essa situação sul-americana não é possível deixar de repetir observações que já se tornaram cediças. Nem o espanhol nem o português que aqui apartaram traziam propósitos de criar, deste lado do Atlântico, um mundo novo. Encontraram um mundo novo, que planejaram explorar, saquear e, assim enriquecidos, voltar à Europa. Viana Moog comentou, em páginas definitivas, o "sentido predatório" da aventura sul-americana em contraste com o "sentido orgânico" da formação norte-americana. Mundo novo "vinham fundar aqui" os peregrinos do Mayflower. Novo mundo encontraram aqui espanhóis e portugueses. O mundo novo dos americanos ia ser criado. O novo mundo dos espanhóis e portugueses iria ser saqueado. O saque prolongou-se, porém, e o regresso se retardou. Com o tempo, surgiram os espanhóis e portugueses nascidos no novo continente, filhos de espanhóis e portugueses das metrópoles. Chamaram-se "*criollos*", entre os espanhóis e "mazombos", entre os brasileiros.⁴⁴⁷

443 Cfr. *Brasil e Portugal – A Imagem Recíproca (O Mito e a Realidade na Expressão Literária)*, op. cit., p. 20.

444 Cfr. Ronaldo Vainfas (direção), *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*, Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2002, pp. 99-101.

445 *Brasil e Portugal – A Imagem Recíproca (O Mito e a Realidade na Expressão Literária)*, op. cit., p. 21.

446 Cfr. *ibidem*.

447 Explica Anísio Teixeira que Brasileiros é modo de dizer, pois "o termo brasileiro, como expressão e afirmação de uma nacionalidade", não chegara a existir até começos do século XVIII, conforme nos diz Viana Moog, que assim define o "mazombismo", expressão cultural, dominante, no Brasil, até fins do século passado, pouco importando que o nome tivesse desaparecido: "consiste (o mazombismo) na ausência de determinação e satisfação de ser brasileiro, na ausência de gosto por qualquer tipo de atividade orgânica, na carência de iniciativa e inventividade, na falta de crença na possibilidade do aperfeiçoamento moral do homem, em descaço por tudo quanto não fosse fortuna rápida, e, sobretudo, na falta de um ideal coletivo, na quase total ausência de sentimento de pertencer o indivíduo ao lugar e à comunidade em que vivia". Anísio Teixeira, "Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras", in *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, Vol. 37, N.º 86, abr./jun, 1962. Disponível em <URL: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/valores.html>>. (Consultado a 6 de outubro de 2010).

Para Vianna Moog, durante o primeiro século de colonização foram poucos os europeus educados que optaram por ficar definitivamente na colônia, já que consideravam o Brasil uma terra de oportunidade para aumentar o poder financeiro ou como ponto de refúgio por qualquer situação. No tempo de D. João VI, os portugueses que optaram definitivamente pelas terras do Brasil eram colonos “constantemente considerados socialmente inferiores aos recém-chegados reinóis”.⁴⁴⁸ José Honório Rodrigues, ao descrever a escala social brasileira do século XVI e XVII, reitera as afirmações de Vianna Moog. Para aquele historiador, a classe superior era constituída pelos proprietários de terras, maioritariamente por portugueses. Seguiam-se os nascidos em Portugal, embora, sem serem proprietários de terras, depois os descendentes de reinóis, os mazombos, os mestiços e os de tez escura e finalmente os escravos.⁴⁴⁹ Deste modo, Portugal e as suas tradições impuseram-se em terras do Brasil, que, lentamente, assistia à formação de uma população nativa. Deve dizer-se que o mundo português não acabaria com o crescimento desta população e, segundo Nelson Vieira, seria preciso algo mais para encorajar e fortalecer o nacionalismo brasileiro.⁴⁵⁰

A consciência brasileira começou a ser formada ao mesmo tempo que se sente necessidade de defender o espaço geográfico brasileiro da cobiça de invasores como ingleses, franceses, ou holandeses. De entre estas três ameaças, a holandesa foi a que mais resistência oferecera, sendo difícil combatê-la devido à situação política portuguesa na época, já que o reino se encontrava sob domínio espanhol. Apesar de o Padre António Vieira ter aconselhado o rei D. João IV a vender Pernambuco aos holandeses e de Portugal se ter desinteressado do Brasil, os portugueses, os brasileiros, os negros e os índios juntaram-se, desobedecendo ao rei, para se libertarem do domínio holandês. Esta expulsão só foi possível através desta união que, apesar de tudo, não uniu toda a colônia, nem se pode considerar que tenha promovido um conceito de nação.⁴⁵¹ A Metrópole congratulou-se pela coragem da colônia, já que agia movida pelo sonho de se tornar a quinta maior monarquia do universo, tendo revelado uma posição interesseira em relação ao Brasil.

Os primeiros ressentimentos da colônia surgem assim entre a população que começa a sentir-se desprotegida, discriminada. O próprio Padre António Vieira, apesar de se ter vivamente dedicado à causa dos ameríndios, não possuía qualquer estima pelos mazombos brasileiros, o que revela snobismo por parte da mãe-pátria em relação ao Brasil. Os reinóis e os brasileiros natos, brancos, mulatos e

448 *Brasil e Portugal – A Imagem Recíproca (O Mito e a Realidade na Expressão Literária)*, op. cit., p. 21.

449 Cfr. *idem*, p. 22.

450 Para Nelson Vieira, durante “quase todo o período colonial, a mãe pátria impôs os seus desejos à colônia através da mobilidade e da miscigenação. A mobilidade resultou no estabelecimento do seu tipo de sociedade diversa nas várias regiões do subcontinente, a miscigenação os alicerces da composição racial dos nossos dias. A ausência da mulher europeia no início da conquista colonial contribuiu para a preferência pelas beldades de pele escura. Como aponta um velho ditado brasileiro: Deus tinha criado o homem branco e o preto mas deixou os portugueses criarem a mulata...” *Ibidem*.

451 Cfr. *idem*, p. 23.

mamelucos, ficam assim divididos por sentimentos de animosidade, devido à discriminação que a mãe-pátria faz em relação aos que nascem no Brasil.

Os protestos relativos à proteção dada aos reinóis prolongar-se-ão através dos tempos. Por ocasião da descoberta das minas de ouro, em Minas Gerais, na última década do século XVII, eles são bem visíveis. Portugal tinha descoberto o “Eldorado”, mas os conflitos entre os homens idos de Portugal e os nascidos no Brasil prolongar-se-iam por vários séculos. Os habitantes de S. Paulo reclamavam a exclusividade na exploração das minas de ouro, já que foram eles que as tinham descoberto, mas apresentavam-se em minoria em relação aos aventureiros europeus. O ressentimento recíproco encontra-se explanado na designação pelos quais os dois grupos se descreviam. Enquanto os europeus acusavam os paulistas de serem “bandidos”, os paulistas mostravam a sua antipatia aos recém-chegados do continente português e ilhas do Atlântico, chamando-lhes “Emboabas”.⁴⁵²

Independentemente das estatísticas, que mostram que em certos períodos os portugueses preferem mais um destino em detrimento de outro, Jorge Alves, entre vários autores, considera o “horizonte mítico” o grande operador da emigração ao nível das decisões individuais e familiares, independentemente do posicionamento social à partida ou do desnível entre mito e realidade que se venha a verificar. Emigrar, para este historiador, significa ir ao encontro de aspirações construídas no confronto com o meio e representações sociais dominantes, apoiadas no exemplo de figuras reais e próximas.⁴⁵³

Efetivamente, Maria da Graça Lopes Fernandes, num estudo sobre a emigração do nordeste transmontano para o Brasil no início do século XX, mostra que os “Livros de Registos de Passaportes apresentam muitas vezes a designação “América” sem especificar países. Os E.U.A. confundem-se com a designação América do Norte. E o Brasil também aparece designado como Estados Unidos do Brasil.”⁴⁵⁴ Para a autora, se é verdade que o Brasil é um dos destinos mais procurados por aquela população, também não se deve omitir a atração que a América do Norte exerceu “junto da população emigrante, especialmente pelas ofertas de trabalho remunerado”.⁴⁵⁵

O principal destino da emigração europeia era o continente americano, afirma Eugénio dos Santos, mas, “desde os princípios do século XIX e durante mais de um século, o Brasil corporizou o

452 Segundo Charles Boxer, o termo *emboaba*, empregue pelos paulistas para caracterizar os europeus, está relacionado com o facto de estes vestirem calças compridas para se protegerem da vegetação, quando andavam em expedição, aludindo a um pássaro de pernas cobertas de penas. Deve dizer-se que nesta época os paulistas vestiam calções apertados por baixo dos joelhos. No início do século XVIII, da designada *Guerra Civil dos Emboabas*, saem derrotados os paulistas e o governo português vê-se obrigado a repensar a política de emigração portuguesa, temendo o abandono massivo do Reino e a perda do controle da exploração das minas para outros. Portugal sempre quis explorar ao máximo o Brasil, como refere Anísio Teixeira. Cfr. *Brasil e Portugal – A Imagem Recíproca (O Mito e a Realidade na Expressão Literária)*, op. cit., p. 24.

453 Cfr. *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Gráficos Reunidos, 1994, p. 163.

454 “A emigração do Nordeste Transmontano para o Brasil no Início do Século XX”, in *Revista CEPESE14*, Porto, Edições Afrontamento 2007, p. 261.

455 *Ibidem*.

sonho de Eldorado que fascinou muitas centenas de milhares de portugueses⁴⁵⁶, não apenas do norte de Portugal, mas também do sul. No entanto, deve dizer-se que o Brasil é terra onde se pode fazer fortuna, mas não propriamente de realização de sonhos, porque a ambição dos *brasileiros* era realizá-los no regresso, explanada num rol de poetas desde o século XVII e desde a descoberta das minas de ouro, a partir da qual foi criado o *mineiro* que esteve na origem da criação do *brasileiro*.

Eça: viagem pelos E.U.A., entre o encanto e o desencanto

Eça de Queiroz mostra a atração que a América exercia sobre os portugueses, o desejo de “sair”, e sobre ele próprio, antes de a conhecer e ainda depois de a ter visitado. Contudo, se antes revela fascínio pela sua grandeza, depois começa a desmistificar essa América de sonho, esse “sonho americano”, que tantos portugueses quiseram concretizar. As viagens que Antero de Quental empreendera em finais da década de 60 por França, por Espanha e, sobretudo, pelos Estados Unidos da América, não devem ser ignoradas na influência exercida na “Geração de 70” e no pensamento e determinação de o autor de “Miantonomah”, uma vez que já em o *Distrito de Évora* noticia que o pensador se voltara para a poesia filosófica e social e que as *Odes Modernas* foram um brado de “liberdade”, “ideal democrático”, de “esperança revolucionária”.⁴⁵⁷ *Odes modernas* é o primeiro escrito público relevante do pensador que marca um período literário novo e se caracteriza pela ação social e pela irreverência, sendo mesmo a mais expressiva de toda a obra de Antero de Quental, dado o tom revolucionário.⁴⁵⁸

Nesta obra, colocou de parte a anterior forma de escrever o mundo, preocupando-se com as realidades sociais que o cercavam. Sob influência político-filosófica dos pensamentos de Platão e de Proudhon, além da reflexão sobre o papel da poesia e a visão do homem da modernidade, entre fé e progresso, entre religião e socialismo, lança uma perspetiva filosófica sobre a sociedade portuguesa do século XIX. O próprio título *Odes Modernas* remete para uma orientação clássica e para a modernização, uma das preocupações da “Geração de 70”, que tentara, a par de as *Conferências do Casino*, reformar a mentalidade da época. A primeira edição da obra data de 1865 e apresenta a poesia como sendo a voz da Revolução, sendo responsável, a par de a *Visão dos Tempos e Tempestades Sonoras*, de Teófilo Braga⁴⁵⁹, pela “Questão Coimbrã”.

Das viagens que entretanto empreendera destacamos a que fizera, por acaso, à América do Norte no patacho Carolina, de Joaquim Negrão, tal como relata António Arroyo, na sua obra *A Viagem de*

456 Eugénio dos Santos, “Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal”, in *O Brasileiros de Torna-Viagem / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, p. 15.

457 Cfr. “*Da Colaboração No «Distrito de Évora» I - (1867)*”, *op. cit.*, p. 251.

458 V. *Odes Modernas*, 3.^a ed., Porto, Livraria Chardron, 1898.

459 V. *Visão dos Tempos e Tempestades Sonoras*, Porto, Livraria Chardron, 1869.

Antero de Quental à América do Norte.⁴⁶⁰ Dizemos “por acaso” porque quem tinha sido convidado para a viagem tinha sido João de Deus, mas à última hora, este amigo de Joaquim Negrão teve medo do mar e Antero, que há muito desejava conhecer a América, aceitou viajar no seu lugar.⁴⁶¹

Como afirma o próprio autor, se algumas ideias formuladas naquela época se revelaram ilusões, das quais só desistiu “(como de muitas outras desse tempo) à força de golpes brutais e repetidos da experiência”⁴⁶², outras revelaram-se extremamente proficuas. Efetivamente, quando em 1871, e no ano seguinte, toma parte ativa no movimento socialista, que se iniciava em Lisboa e no Porto, mostra a importância dessas viagens nas novas ideias que promove. Nessa altura, escreve para vários jornais políticos, publicando também um pequeno volume sobre uma série de estudos com o título de *Considerações sobre a Filosofia da História Literária Portuguesa*⁴⁶³, o que de melhor, no seu entender, fez no domínio da prosa. Uma das grandes preocupações do escritor é a “enfermidade” em que se encontra Portugal, consumido por uma misteriosa doença que agoniza

tanto na constituição íntima da sociedade, como no movimento, na circulação da vida política. Na sociedade, a estagnação de todas as classes, incapazes do menor desenvolvimento, pelo predomínio de uma classe gasta e impotente, mas que tem monopolizado, desde 1834, a direção dos negócios, a *burguesia*, dá-nos essa paz e liberdade aparentes que não são no fundo outra coisa mais do que a imobilidade e a indiferença, sintomas de morte próxima, não harmonias de uma existência cheia e ordenada.⁴⁶⁴

Apesar de dar pouca importância aos “escritosinhos de ocasião”, dos quais às vezes se sentia até envergonhado por tê-los publicado de forma pouco pensada, tinha noção dos aplausos que tiveram no ambiente cultural da época, na sua geração, sendo uma presença nas ideias de Eça de Queiroz. Nunca é de mais recordar a admiração que Eça nutria por Antero, desde os tempos de Coimbra e depois em Lisboa, perguntando por ele frequentes vezes a Ramalho Ortigão, na correspondência que lhe enviava

460 Conta António Arroyo que Joaquim Negrão comprara o navio em hasta pública, rematado por um preço módico para posterior venda, mas que acabou por ser colocado ao serviço de transporte de mercadorias para várias partes do mundo, por falta de comprador e para rentabilizar o investimento. É no âmbito de uma das suas transações comerciais que o seu proprietário, por indisponibilidade de João de Deus, segue acompanhado por Antero de Quental para Halifax, em meados de 1869, na Nova Escócia, costa oriental do Canadá com uma carga de sal e de cebola, entre outros produtos. Cfr. *A Viagem de Antero de Quental à América do Norte*, Porto, Edição da Renascença Portuguesa, 1916, p. 17.

461 Os amigos sabiam que datava de bastante tempo o seu desejo de estudar *in loco* o aspeto que as grandes questões sociais, ligadas ao operariado, tomavam nos Estados Unidos. Na realidade, Alberto Sampaio, referindo-se à estada do poeta em Halifax atribui ao que ele ali viu as disposições em que meses depois se encontrou para iniciar a sua propaganda socialista. Conhecendo-se a forma como embarcara tudo parecia a crer que a rápida decisão tomada naquele momento assentara nesse antigo desejo e projeto de se fixar nos Estados Unidos e dedicar-se ao estudo das questões sociais, que preocupava a sua geração. Joaquim Negrão contava que, por vezes, na viagem dizia: “Lá vou á América e lá fico; não volto a Portugal. Não arranjarei eu alguma coisa que me permita lá ficar?” Contudo, apesar de ter tido essa possibilidade, não o fez. Um banqueiro riquíssimo, que tinha importantes negócios no Brasil, queria dar a dois filhos o completo conhecimento da língua portuguesa, pagando um preço elevado, mas Antero, logo a seguir de ter dito sim, disse não, dizendo-se impaciente, sem serenidade para aturar rapazes. Cfr. *idem*, pp. 41-42.

462 *Cartas de Anthero de Quental*, op. cit., p. 7.

463 V. *Considerações sobre a Philosophia Literaria Portugueza (A Proposito D' Alguns Livros Recentes)*, Porto, Livraria Chardron, 1904.

464 *Portugal perante a Revolução de Hespanha, Considerações sobre o Futuro da Política Portuguesa no Ponto de Vista da Democracia Ibérica*, Lisboa, Typographia Portuguesa, 1868, pp. 24-25.

para Portugal, quando se encontrava no estrangeiro. Numa carta que lhe envia em 1879, de Dinan – France, mostra-se desapontado com o rumo da República, naquele país, com o impasse da “Filosofia”, com o “Realismo” a desviar-se do seu princípio científico e aproximar-se da “Retórica amaneirada”, com a “Arte do Salão”, e dos teatros nem queria falar, mas, queria saber se via Antero e onde morava⁴⁶⁵, porque, quando falava destas questões, lembrava-se da grande referência intelectual portuguesa dessa época, que era aquele seu velho amigo.

António Arroyo relata a viagem do pensador português por terras da América, que muita influência parece ter exercido sobre as ideias de Eça de Queiroz e do grupo do “Cenáculo”. Na verdade, se as sensações de Antero sobre a América são idênticas às de Eça, tal como as antevê no folheto “Miantonomah”⁴⁶⁶, as de Eça, em 1873, tal como relata na carta a Ramalho Ortigão⁴⁶⁷, perpassam as de Antero, tal como António Arroyo as transmite. Ambos se sentem deslumbrados pelas belezas naturais e fascinados pela maquinaria americana, mas também apreensivos com a “humanidade”, criada naquela superabundância de vida, conceito que ambos tinham descoberto em Coimbra.⁴⁶⁸

Na América, Antero contactara com a imensidão da natureza, com a vastidão dos espaços, mas também com a magnificência da máquina numa exposição industrial que estava instalada no Central Park. Conta António Arroyo que Antero passava horas esquecidas entretidíssimo a observar os vários trabalhos expostos, apreciando particularmente uma máquina de fazer café, que o fazia realmente delicioso, e que só não comprou por falta de dinheiro. Afirma ainda que, apesar de ter mostrado vontade de lá ficar e de ter tido possibilidades de o fazer, não o fez, invocando motivos de saúde. Contudo, tal como lhe contara Mariano Machado de Faria e Maia, um amigo e conterrâneo de Antero, a sua apreciação relativamente aos Estados Unidos não se afastava muito do modo de ver de Herbert Spencer (1820-1903), em *Problèmes de Moral et de Sociologie*, ou seja, reconhecia a sua grandeza e compreendia-lhe as causas, mas admirava-a mais do que a estimava, já que a rudeza e a grosseria dos americanos o repugnavam⁴⁶⁹, tal como a Eça de Queiroz anos mais tarde.

Herbert Spencer, no seu *Dialogo e no Discurso sobre os Americanos*, começa por louvar o enorme desenvolvimento da civilização material, a grandeza e magnificência das cidades, o esplendor de Nova Iorque, a atividade das gentes, o poder de trabalho, de invenção e de decisão, as riquezas mineiras, a dimensão dos seus campos virgens e fertilíssimos. No entanto, posteriormente, nota também que eles puderam lançar mão, e de facto lançaram, dos progressos realizados nas nações da Europa, corrigindo-lhe os defeitos, e aproveitando a longa experiência desses velhos países, reconhecendo, por fim, que

465 Cfr. *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, *op. cit.*, p. 241.

466 Publicado no dia 2 de dezembro de 1866, na *Gazeta de Portugal*, e em *Prosas Bárbaras*, em 1903.

467 *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, *op. cit.*, pp. 83-88.

468 Cfr. Eça de Queiroz, “Um génio que era um santo”, in *Anthero de Quental In Memoriam*, *op. cit.*, pp. 410-411.

469 Cfr. António Arroyo, *A Viagem de Antero de Quental à América do Norte*, *op. cit.*, p. 67.

podem legitimamente aspirar a produzir uma civilização grandiosa, maior do que todas as outras conhecidas até àquele momento. Cita-lhes, ainda, a vida violenta, que acarreta grandes desastres financeiros, a incapacidade permanente, as correlativas heranças para as gerações futuras, acusando os negócios como único interesse, como o fim superior da vida, aos quais se contrapõem, naturalmente, o enfado e a existência sem encantos, e condenando o desprezo ilegítimo a que se votam os competidores na luta desses negócios.

Relativamente à política, afirma e prova a intensa corrupção que lavra naquele país, a real negação da liberdade, a falta de respeito mútuo, que faz a essência da vida inglesa, a luta tremenda, sem nobreza, dos interesses materiais. Em síntese, o filósofo acaba por lhes aconselhar que substituam o poder intelectual pela beleza moral, e o desejo de serem admirados pelo de serem amados. Também Antero, dada a sua moralidade, assim devia pensar e a sua alma, profundamente estética que, segundo Eça de Queiroz, até na destruição exigia ritmo, tal como relata em “Um génio que era um santo”, achou desprezível e detestável o ritmo da vida americana.⁴⁷⁰ Decerto, admirou toda aquela superabundância de vida, mas não quis ficar naquele país violento, cujo modo de sentir e de proceder o ofendia, no mais íntimo da sua nobreza e santidade, porque não via nos americanos nem moral, nem doçura, nem beleza serena, nem tão pouco liberdade, desistindo do velho projeto de viver na América.⁴⁷¹

Por debilidade física ou por falta de dinheiro não visitou Nova Iorque, mas, no geral, a viagem produziu uma vitalidade superior, já que, segundo Alberto Sampaio, na sua passagem por Halifax, Antero “viu a grande democracia americana”, atribuindo à “exuberância da sociedade que acabava de visitar”, as disposições em que meses depois se encontrou para lançar a propaganda socialista.⁴⁷² Fora uma viagem num meio familiar que o tirou durante alguns meses dos “estreitos horizontes” e, apesar dos vários incidentes, deixou-lhe o espírito livre para filosofar, afirmando na autobiografia que ao “mesmo tempo que conspirava a favor da União Ibérica, fundava com outra mão sociedades operárias e introduzia, adepto de Marx e Engels, em Portugal a Associação dos Trabalhadores. Fui durante 7 ou 8 anos uma espécie de pequeno Lassalle. . .”⁴⁷³

A partir desta viagem nunca mais deixou de estar ao lado do povo, desdobrando e multiplicando a sua atividade intelectual como organizador de sociedades operárias, orador, jornalista, panfletário e poeta, que atinge o momento áureo com *As Conferências Democráticas do Casino*. O discurso de abertura, da sua autoria, foi publicado pouco tempo depois com o título *Causas da Decadência dos*

470 Cfr. “Um génio que era um santo”, in *Anthero de Quental In Memoriam, op. cit.*, p. 409.

471 Conta António Arroyo que com “a saída da América fora-se-lhe porventura também uma grande ilusão, que todavia não é a última a desfazer-se na sua dolorosa existência. E tudo isto sucedeu naturalmente: porque Joaquim Negrão, com um romântico testanito, pretendeu animar os licitantes de Portimão; porque, no Porto, a hora de embarque não pode coincidir com a da maré; e porque João de Deus em pleno Julho, num matutino acesso lírico, viu talvez a morte naquele mar de leite e rosas da barra do Douro”. Cfr. *A Viagem de Antero de Quental à América do Norte, op. cit.*, pp. 70-71.

472 Cfr. “Anthero de Quental (Recordações)”, in *Anthero de Quental In Memoriam, op. cit.*, p. 21.

473 *Apud ibidem*.

Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos, em 1871.⁴⁷⁴ Na verdade, segundo Magalhães Lima, o que também sempre preocupava Eça de Queiroz

foi a sorte dos pequenos e dos humildes. A sua alma confrangia-se diante das desgraças alheias. Quer se tratasse de um indivíduo explorado pelo egoísmo do seu semelhante, quer se tratasse de um povo oprimido pela mão de um tirano, a sua crítica era implacável. Dominava-o um sentimento de justiça. E dessa modalidade, que assinala um espírito de revolta, derivou a sua tendência socialista, tendência revelada igualmente nos escritos dos seus brilhantes companheiros: Antero de Quental, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins.⁴⁷⁵

Antero não visitou Nova Iorque, mas é essa cidade que mais impressiona Eça de Queiroz, na viagem aos Estados Unidos, durante o exercício consular em Havana. Em maio de 1873, após o envio do relatório do dia 17, Eça sente-se desgastado. O clima, o empenho diplomático, a emergência dos assuntos do consulado, especialmente a imigração asiática, e a incapacidade que sente na sua resolução, forçam-no a pedir uma licença ao ministro Andrade Corvo⁴⁷⁶, aproveitando para conhecer os Estados Unidos.

Segundo Pilar Vásquez, os “dois anos de Cônsul em Cuba são dois anos de ambiente linguístico e cultural espanhol, mas dum ambiente americano e colonial que lhe causa nojo”⁴⁷⁷, de modo que na carta que escreve a Ramalho, ainda do consulado, sem data precisa, Eça diz-se “aborrecido”, “doente” e “estúpido”, e, sobretudo, não estar é

condescendente com esta terra estúpida onde vim, embrulhado num decreto – impelido por um tratado. Oh a estúpida, feia, suja, odiosa, ignóbil cidade! Oh a grosseira gente! Oh as ridículas calças que usam! Oh a infeta prosa dos jornais! Oh o ar de suor que tudo tem! Ah meu amigo – esta Havana, esta gloriosa e ardente e pálida Havana das cantigas de zarzuela – que miserável aldeia é – com todos os seus palácios – com todos os seus trens puxados a 4 cavalos cobertos de prata. Ah a miserável, subalterna, rasteira maneira destes espíritos! Ah as mesquinhas preocupações destes sentimentos! Ah o terrível preço duma camisa! Ah o mau vinho! E os sujos hotéis! e as pintadas mulheres. Detesto-a esta cidade esverdeada e milionária, sombria e ruidosa, - este depósito de tabaco, este charco de suor, este estúpido paliteiro de palmeiras! Ah meu amigo – quem me dera a rua dos Caetanos!

Desculpe a minha cólera – mas ela nasce dum tédio sem limites – e dum despeito cruel: o despeito de me sentir um pobre diabo de artista – encaixado numa função social – e de ter [de] pautar o senso artístico pelo código consular.

Querido estou furioso – e tenho de responder a 4 chinos que me estão explicando - em chinês – o que querem. – Adeus.⁴⁷⁸

474 Refere Alberto Sampaio que o “mundo conselheiresco” ficara aterrado, de modo que rapidamente “o ministro do reino resolveu fazer terminar esses discursos por uma ordem sua: a prepotência, provocando um desses momentos de cólera, a que o nosso poeta em tais casos era sujeito, determinou mais outro panfleto - Carta ao Ex.mo Marquez d’ Ávila e Bolama sobre a portaria que mandou fechar as conferências do Casino.” “Antero de Quental (Recordações)”, in *Antero de Quental In Memoriam*, op. cit., p. 22.

475 “Eça de Queiroz na intimidade”, in *Eça de Queiroz “In Memoriam”*, Eloy do Amaral, Cardoso Martha, (organizadores), op. cit., pp. 266-267.

476 Cfr. *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, op. cit., p. 80.

477 “Eça e a Espanha”, in *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, A. Campos Matos (organização e coordenação), op. cit., p. 151.

478 *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, op. cit., p. 82.

Eça estava a preparar-se para a viagem aos Estados Unidos, país que já tinha antevisto no folhetim “Míantonomah”, chegando a altura de ver *in loco* “a grande e extraordinária, a estrondosa Nova Iorque”, a Nova Iorque da tradição europeia, que é obrigatório conhecer, tal como retrata em *Os Maias*, romance em que a América é várias vezes referenciada. Embora as razões que levam várias personagens ao país sejam diversas, o fim que as conduz tem como principal objetivo proporcionar um efeito “mágico” nas suas vidas. Na verdade, enquanto Pedro da Maia, quando perde Maria Monforte, pensa em ir à América para esquecer, pensando que viria de lá regenerado, Carlos, anos depois, quando perde o avô e a situação de incesto se revela, vai à América, como um “tourist”, acompanhado por Eça, porque conhecer a América é uma questão de educação. Em *A Correspondência de Fradique Mendes*, Eça dá uma ideia mais completa do modo como Fradique gosta de viajar, porque lhe repugna não conhecer o globo em que habita. Por isso explora a história, para perceber até aos seus derradeiros limites a humanidade a que pertence e sentir compacta solidariedade do seu ser com a de todos os que o precederam na vida. Não se trata de pura “bisbilhotice”, mas de um “impulso humano de latitude infinita, que, como todos, vai do reles ao sublime. Por um lado leva a escutar às portas - e pelo outro a descobrir a América!”⁴⁷⁹

A carta enviada a Ramalho Ortigão, datada de 20 de julho de 1873, é essencial para compreender o percurso do escritor por terras da América, o seu pensamento sobre os americanos, e a mudança de concepções que ocorrem a partir daquela viagem. Segundo a maioria dos biógrafos, como Archer Lima, João Gaspar Simões e Vianna Moog, dado o zelo revelado em Havana, Eça ia enviado pelo ministro averiguar as condições de vida dos emigrantes portugueses levados para Nova Orleães por Charles Nathan⁴⁸⁰ e apontam o dia 30 de maio como o dia da partida. Contudo, esta data parece ser a que marca o início da licença, já que antes de partir escreve ainda de Havana a Ramalho Ortigão, uma carta “particular”, sem data, dizendo-lhe “conversemos: pouco – porque como V. vê escrevo-lhe no Consulado, entre muitos afazeres, pouco antes de fechar a mala”⁴⁸¹.

Enquanto João Gaspar Simões desvaloriza a informação de Raul Brandão, segundo a qual Eça teve amores em Cuba com uma americana e por causa dela viajou para os Estados Unidos, dizendo tratar-se de uma informação fantasista⁴⁸², Pedro Luzes refere-se aos namoros com duas jovens americanas, Anna Conover e Mollie Bidwell, que o teriam levado aos Estados Unidos.⁴⁸³ Realmente, o filho do escritor, António de Eça, confirma esses amores, na obra que intitula *Desafronta à Memória de E. Q.*, relativamente à narração de João Gaspar Simões, remetendo para as cartas que se encontram no

479 *A Correspondência de Fradique Mendes, (Memórias e Notas)*, 2.ª edição, Porto, Liv. Chardron, 1902, pp. 82-83.

480 Cfr. *Vida e Obra de Eça de Queirós*, op. cit., p. 330.

481 *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, op. cit., p. 81.

482 Ver nota 24 em João Gaspar Simões, *Vida e Obra de Eça de Queirós*, op. cit., p. 331.

483 Cfr. “Americanas. A educação sentimental de E. Q. ou os seus amores por duas jovens americanas (*Cartas de amor de Anna Conover e Mollie Bidwell para José Maria E. Q., cônsul de Portugal em Havana (1873-1874)*), Lisboa, 1998)” in *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, A. Campos Matos (organização e coordenação), op. cit., pp. 21-28.

seu espólio em Tormes, publicadas em 1999, tal como conta Pedro Luzes. Este autor analisa a referida carta a Ramalho na perspectiva dos encontros e desencontros com aquelas “americanas”, embora contenha também informações preciosas sobre a América e os americanos.⁴⁸⁴ Eça não gostava de falar de si, de dar pormenores autobiográficos, de modo que aproveita a “célebre” carta para desabafar sobre todas as suas sensações e sentimentos que podem ser lidos entre linhas. A. Campos Matos também esclarece que Eça se refere naquela correspondência à sua relação com uma das americanas que namorou durante a viagem aos Estados Unidos, viagem que nada teve a ver com funções oficiais⁴⁸⁵, facto confirmado “desde a publicação em 1994 de uma biografia da autoria de José Calvet de Magalhães intitulada - *José Maria. A Vida Amorosa de um Grande Escritor*”.⁴⁸⁶ Contudo, apesar de se ter constatado e confirmado já que o escritor não viajara por motivos oficiais, esta viagem irá revelar-se de extraordinária importância para fazer o seu relatório sobre a emigração e esclarecer muitas ideias feitas sobre a América e os americanos em escritos anteriores.

Na verdade, Eça de Queiroz não se encontrava em bom estado de espírito naquela altura, tal como constata Pilar Vásquez, mas dizia a Ramalho que começava a compreender o que era aquilo.⁴⁸⁷ João Gaspar Simões, que referira que tinha ido aos Estados Unidos em missão⁴⁸⁸, acaba por constatar que na carta enviada do Canadá a Ramalho, a 20 de julho, e não de junho como afirma, toda ela “afina pelo diapasão da ironia”⁴⁸⁹ e não alude sequer aos motivos oficiais que o levaram aos Estados Unidos, nem pronuncia uma palavra sobre as informações colhidas no seu inquérito às condições dos portugueses em Nova Orleães ou mesmo à situação do operário nos Estados Unidos. Eça encontrava-se numa fase aborrecida, deprimida, dadas as saudades de Portugal, a falta de criação de obra de arte, interrogando-se se fora “a viagem que lhe provocara esse mal-estar ou, pelo contrário, esse mal-estar é que lhe fizera ver a América sob cores pouco simpáticas?”⁴⁹⁰ Não se tratava de preocupações sociais, alegava Simões, já que o escritor afirmava que “os nervos misteriosos que vibravam constantemente em mim com um rebate tão revolucionário, adormeceram”.⁴⁹¹ Para este biógrafo, o

484 Eça lamenta que Ramalho não tenha recebido uma carta que lhe escreve de Nova Iorque, explicando-lhe que “Veio Comigo. Mas a singularidade é que não veio toda: eu apenas tinha cerrado lacrado e abraçado as duas últimas folhas: as duas primeiras estão decerto em New York, entre os meus papéis, *comme le tronçon du serpent*. Que quer? se eu saí de New York tão triste, tão fantasticamente nervoso!... e ainda assim tão feliz! – Meu amigo – passemos. Eu estou aqui para conversar de cidades e de paisagens – e não para escorregar nas tendências perigosas da autobiografia.” *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, *op. cit.*, pp. 83-84.

485 Ver nota 39 em *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, *op. cit.*, p. 84.

486 Cfr. “Cartas de Anna Conover e Molie Bidwell para José Maria E. Q., Cônsul de Portugal em Havana (1873-1874), Lisboa, Assírio & Alvim, 1998”, in *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, A. Campos Matos, (organização e coordenação), *op. cit.*, pp. 76-77.

487 Cfr. *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, *op. cit.*, p. 88.

488 Cfr. *Vida e Obra de Eça de Queirós*, *op. cit.*, p. 330

489 Cfr. *idem*, 332.

490 *Idem*, p. 331.

491 *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, *op. cit.*, p. 84.

Eça de Queirós revolucionário era produto do meio. Ramalho o diria anos depois, quando o considerasse a mais completa demonstração dos princípios de Taine. Apreensivo talvez e vagamente surpreso, assistia ao desmoronar da sua consciência revolucionária. «Os pesados dias de Cuba, os americanos, três mil léguas de mar, Nova Iorque»⁴⁹²

No entanto, devemos salientar que a viagem aos Estados Unidos é reveladora do seu estado de alma em Cuba, não só pelas dissidências com Andrade Corvo, devido à emigração asiática, mas também pelo despontar de aventuras amorosas, tal como já fora notado. Uma vez na América, nos Estados Unidos, Eça tem possibilidades de averiguar *in loco* a veracidade das proposições afirmadas em *As Farpas*, sobre a emigração portuguesa, e as reflexões que fizera anos antes na *Gazeta de Portugal*, no folhetim intitulado “Miantonomah”. Em finais da década de 60 e inícios da de 70, o escritor ainda estava muito circunscrito à pátria, com a ponta da sua pena muito afiada para Portugal, para os problemas gerais do país e, sobretudo, para a capital lisboeta, ironizando em *As Farpas* que “a opinião que mais tem enrouquecido a bradar contra a emigração tem-se ocupado em provar que a emigração para Nova Orleans não dá as vantagens prometidas pelo engajador”⁴⁹³, referindo-se a Charles Nathan. O que se condena não é o abandono da pátria, não é a emigração, porque se julga absolutamente necessária, mas “o lugar para onde se *emigra*”.

Embora não tenham sido razões formais que levaram o escritor aos Estados Unidos, sabe-se que havia contactos entre João de Sousa Lobo, ministro de Portugal em Washington, e o MNE sobre a emigração portuguesa para Nova Orleães, nos anos 70, e que Eça se refere à sorte “desses desgraçados” que chegam a Havana para se refugiarem e obterem a proteção do consulado de Portugal.⁴⁹⁴ Na verdade, precisamente no mês em que se ausenta de Cuba, para a referida viagem, uns dias mais tarde é feita uma Sindicância a esses portugueses, em Havana, pelo vice-cônsul que deixara a substituí-lo. No entanto, não parece que Eça desconhecesse o que se estava a passar no seu consulado, já que o referido embaixador, no documento que envia a Andrade Corvo, a 1 de outubro, afirma que, em

aditamento ao que tenho tido a honra de referir a v. ex.^a acerca da colonização portuguesa para a Nova Orleães, levo à presença de v. ex.^a os esclarecimentos (documento A) que me forneceu o nosso cônsul na Havana, colhidos dos colonos que para ali têm fugido, que confirmam as minhas apreensões.⁴⁹⁵

Efetivamente, ao que tudo indica, as questões colocadas aos portugueses estavam definidas e autorizadas pelo cônsul antes da sua partida, dado que o inquérito inicial apresenta rasuras e correções, para poder ser feito pelo vice-cônsul, podendo ler-se o seguinte:

Autorização para se formarem os presentes autos. - Nesta cidade de Havana, aos 22 do mês de Junho de 1873, e a pedido do ex.^{mo} sr. embaixador de Portugal nos Estados Unidos, foram

492 *Vida e Obra de Eça de Queirós, op. cit.*, p. 332.

493 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.* p. 315.

494 Cf. João Gaspar Simões, *Vida e Obra de Eça de Queirós, op. cit.*, p. 331.

495 V. Anexo 8.

citados para comparecerem perante este consulado geral os súbditos de Sua Majestade Fidelíssima, Manuel Ferreira, Bernardo Antonio Lage, e José Francisco, a fim de responderem a algumas perguntas para se averiguarem certos pontos relativos a uma expatriação de Portugal. E para que conste devidamente mandei levantar o presente auto de que dou fé, que comigo assinou o chanceler = o vice-consul, *M. Rodriguez Bas*.⁴⁹⁶

As quatro questões colocadas tinham por fim averiguar as razões pelas quais os emigrantes tinham saído de Portugal e ido para Nova Orleães, com que número de compatriotas, em que navio, a data, como foram tratados durante a viagem, se tinham sido contratados e por quem, com que bases e condições, quais as medidas tomadas pelo cônsul de Portugal em Nova Orleães para aliviar os seus sofrimentos e como foram atendidos por este enquanto permaneceram naquela cidade.

A estas questões responderam ter saído de Portugal, de Lisboa, no vapor inglês S. Luiz, em Março de 1872, com setenta e tantos companheiros, entre portugueses, espanhóis e naturais de outras nações, para trabalhar em Luisiana - Estados Unidos - como colonos, em empreitadas no campo ou nos officios, chegando a Nova Orleães em Abril do mesmo ano, tendo sido mal tratados durante a viagem, de forma pior do que a dada aos escravos. Declararam também que foram contratados pelo “Sr. Carlos Nathan”, tal era o nome pelo qual era conhecido entre os emigrantes e referenciado nos autos, representado em Lisboa pela casa de Garland, Laidley & Companhia, sob as condições estipuladas em contrato, mas que nada foi cumprido com a agravante de lhes ter sido deduzido nos primeiros salários uma quantia elevada, entre 70 a 100 pesos, para pagamento da importância da viagem.

Manuel Ferreira, um dos inquiridos, tinha promessas para trabalhar como ferreiro, mas, à chegada a Luisiana, “Carlos Nathan” disse-lhe que não havia trabalho no seu officio, sendo transferido para a vila de Fibido, por se ter recusado empregar nos trabalhos de lavoura, ficando à sua sorte. Emprega-se, então, na maior fundição que existe naquele ponto, mas tem que sair em consequência do mau tratamento que recebe do dono da fábrica, chegando ao extremo de lhe ter levantado a mão. Quando “Carlos Nathan” descobrira onde se colocara entra em acordo com o patrão para lhe descontar do seu salário a importância da passagem de Lisboa para Luisiana e o custo das viagens dos caminhos de ferro, aumentando cada vez mais a dívida, sendo tudo satisfeito ao engajador.

Para chegar a Cuba, teve de ir trabalhar para o campo, na propriedade de um inglês chamado mr. Florencio, no rio Mississipi, onde esteve quatro meses, ganhando uma soldada de 20 pesos mensais, tendo sido também muito mal tratado pelo encarregado da dita propriedade. Por fim, foi roubado por dois negros, que pertenciam à mesma propriedade, levando-lhe a quantia de 70 pesos e o seu relógio. Apesar de tudo, no período de quatro meses que esteve naquela propriedade, conseguiu reunir meios para a passagem, transferindo-se para Nova Orleães e dali para a Havana, onde chegou no dia 3 de Novembro.

496 V. Anexo 8.

Alguns dos seus companheiros foram presos por terem fugido, valendo-lhes um espanhol que tendo conhecimento dos factos se condeou deles e lhes procurou um advogado que os defendesse. No entanto, tudo foi resolvido pelos tribunais americanos, que lhes devolveram a liberdade, em consequência de não encontrarem delito para sofrerem semelhante violência e por considerarem o “trespasse” do contrato, por parte do dono da propriedade com o sr. “Carlos Nathan”, uma medida arbitrária. Dos catorze que fugiram só um voltou, um José Joaquim da Silva, mas só trabalhou um mês, findo o qual saiu definitivamente como os demais.

De acordo com os relatos de um emigrante, também vítima dos enleios de Charles Nathan, “Um Negociante Logrado”, o *Diário de Notícias* começa um dos seus artigos com palavras desoladoras sobre os “desgraçados compatriotas” que foram cegos entregar-se à miséria, ao desamparo e à morte certa que os aguardava nas margens do rio Mississipi. Lê-se numa notícia que “Continua a abandonar a pátria, com a mira numa fortuna problemática, grande número de membros das classes operárias das terras da província.”⁴⁹⁷ e noutra que “Saiu ontem (22 de março do corrente) para Nova Orleans o vapor St. Louis conduzindo 74 colonos.”⁴⁹⁸ O autor lastima a situação porque conhece de perto o especulador, que se dedica a desencaminhar os seus concidadãos, tendo sido também enganado por ele, propondo-se, impellido pelo “amor ao próximo”, a escrever e a divulgar os factos “a fim de tirar-lhes dos olhos as cataratas que lhes impedem de ver a luz”.⁴⁹⁹

Sobre os sofrimentos que passaram, nenhuma das alegações dos colonos em Havana era animadora, mas todas elucidativas do carácter do contratador Charles Nathan. Segundo “Um Negociante Logrado”, o quadro pintado é “assustador e medonho”, mas “verdadeiro”, explicando quem é o especulador americano que ilude os portugueses para emigrarem para a América, para os vender aos proprietários rurais da Luisiana. Apresenta-se como rico proprietário e grande cultivador naquela região, “fazendo-se assim apregoar pelas cem tubas da publicidade”, mas é simplesmente um trãnsfuga das cadeias do Rio de Janeiro, onde o seu nome está gravado nos registos criminais. É um homem desleal com muitos comerciantes no Brasil e também com o seu governo, dado ter sido seu agente de colonização. Através de muitos artificios e manhas enganou quem pôde, principalmente portugueses que na sua boa fé acreditaram em promessas e foram adulados por esse “audaz e feliz aventureiro”. Depois fugiu clandestinamente, com nome falso, deixando de pagar elevadas dívidas, provenientes em grande parte de títulos fiduciários. Afirma o autor que todos estes factos são conhecidos e que no Rio de Janeiro há pessoas e documentos que o podem atestar.

497 Apud *A Emigração para Nova Orleães e o Sr. Charles Nathan*, op. cit., p. 3.

498 Apud *ibidem*.

499 *Ibidem*.

Dado ter sido desmascarado no Brasil, detém-se agora a contratar serviçais para a América, para Nova Orleães, por um preço inferior ao que os vai sublocar aos plantadores norte-americanos, ficando com a maior fatia do salário para si, conta este “negociante”.⁵⁰⁰ Para esta testemunha, os emigrantes deviam ser despersuadidos desse louco intento que os arrasta para um país, de onde os seus próprios filhos, que já estão aclimatados e que possuem uma fortuna mediana, fogem todos os anos. Nas estações epidémicas, a maioria dos residentes daquela região abandona as suas casas e interesses por causa das doenças, em direção a terras mais seguras.

Como os ingleses e demais povos do norte da Europa, vendo a sorte dos seus compatriotas, já não querem por preço algum embarcar para essa localidade, os norte-americanos lançam as suas vistas para Portugal e para a Espanha. Para “Um Negociante Logrado”, é por isso que esse “atilado” especulador se virou para Portugal, dada a miséria e a ignorância em que geralmente se vive no país. Se isto acontece aos ingleses, que falam a mesma língua e têm os mesmos costumes e religião, interroga-se sobre o que poderá esperar os portugueses, pobres estrangeiros, sem meios para se transportar para fora do foco de moléstias tão cruéis, onde são acolhidos em tão péssimas condições. Como a maioria não sabe a língua do país, se implora, se estende as mãos, se chora as suas misérias e as saudades da aldeia, dos parentes e dos amigos que deixaram, ninguém lhes dará pão, roupas e teto. Dada a dimensão do problema, estas notícias chegaram ao Parlamento americano, chegando Grant (1822 – 1885) a manifestar palavras de pesar sobre a sorte dos imigrantes:

Tem sido tão avultado o numero de emigrados, ignorando as nossas leis e costumes, que todos os anos vêm para o nosso país, e tantos e tão flagrantes os abusos impostos sobre eles, que eu lembro a ação do congresso para os proteger. Parece-me um assunto digno de sobre ele legislar o congresso. Não posso enumerar agora, tão desenvolvidamente como desejo, a natureza das queixas dos emigrados contra o tratamento, porque passam; mas procurarei fazê-lo durante a sessão do congresso, particularmente se o assunto receber a vossa atenção.⁵⁰¹

Segundo os portugueses chegados a Havana, o contrato, assinado entre eles e Charles Nathan, era uma farsa, já que nada do que estava estipulado fora cumprido, alegavam. O dinheiro para ali chegar fora arranjado com trabalho extra, em propriedades de espanhóis, nas imediações de Luisiana. Outros, achando-se doentes ou sem forças, pedem para ir para o hospital de Nova Orleães, conseguindo-se retirar e ir para a Havana à procura de melhor fortuna, tendo que vender alguns objetos pessoais para obviar à despesa.

500 Afirma o autor que se “ao lado da estatística da emigração se colocar a estatística da mortalidade fica bem o epílogo: ESCRAVIDÃO E MORTE”, razão pela qual exorta os funcionários civis e eclesiásticos, aos párocos das aldeias e todos os bons cristãos “que abram os olhos dos iludidos ignorantes, e os previnam contra os perigos dessa funesta emigração para os pântanos infectos do Mississipi onde se ergue para os devorar, como o dragão da fábula, a cidade de Nova Orleães, e servir-lhes de túmulo fatal”. *A Emigração para Nova Orleães e o Sr. Charles Nathan, op. cit.*, pp. 5-6.

501 *Apud idem*, p. 5

Efetivamente, o contrato⁵⁰², que faz parte dos documentos existentes no *MNE* entre a correspondência consular de Eça de Queiroz, nos seus dezasseis artigos, é extremamente exigente, no caso de ser cumprido, e penalizante, nos casos em que não é. Aquele comerciante lesado, cujos relatos acompanham e confirmam as descrições dos portugueses chegados a Havana, afirma que para que se fique convencido de que é uma burla a riqueza certa que ele promete, e fatigante e aturado trabalho a que ele chama honrado, basta que se saiba que ele não é cultivador e locador por sua própria conta, mas sim um intermediário, um “embainhador”, como Alexandre Herculano chamava a estes agentes, tão criticados pela comunidade intelectual que, nesta altura, debatia o problema da emigração em Portugal. A desonestidade de Charles Nathan ia ao ponto de prever no contrato a viagem de ida, mas não a de regresso, de modo que os que não se dessem bem na Luisiana, que adoçam, devido à insalubridade do clima ou por qualquer infortúnio ou acidente se tornem inválidos, teriam de ficar presos à terra estrangeira, como Prometeu ao rochedo, a passar fome e miséria, e, sobretudo, com saudades da pátria, que poderão nunca mais poderão rever.⁵⁰³

Quanto aos ganhos oferecidos aos colonos, ficam-se por seis vezes menos, por mês, do que aquilo que ele recebe do sublocador por cada um, sendo esta a riqueza certa que lhes promete Charles Nathan, com a agravante de ficarem incontactáveis com a pátria e sem garantias de retorno. O artigo sobre as punições de delitos e o que obriga o colono que adoce a pagar a alimentação durante a enfermidade, são atentados à justiça e à caridade, a que estão sujeitos os que acreditam nas promessas de Charles Nathan. A grande interrogação que fazem os portugueses chegados a Havana é se já chegou a alguém a notícia do modo como foram tratados os primeiros colonos que partiram, já que o St. Louis que os levou já regressou e de novo saiu com nova carga de iludidos. Alegava “Um Negociante Logrado” que essas notícias nunca chegaram porque o aliciador desviara a correspondência, para que não se soubesse dos infortúnios dos primeiros que tinham partido.

Enquanto os portugueses lamentavam a atitude do cônsul em Nova Orleães, que não os tinha atendido e que favorecia o contratador, apesar das queixas apresentadas sobre o tratamento cruel, este

502 V. Anexo 7.

503 Afirma este “negociante” logrado que os “norteamericanos, que só têm olhos para verem como medram o algodoeiro e a cana, que só cogitam em especulações mercantis ou industriais, esses passarão indiferentes por eles, o que lhes não é estranho, quando deixam ao desamparo os irlandezes, em cujas veias corre o sangue da mesma origem. Se não compreendem a nossa linguagem, se olham com desprezo para as nações meridionais, onde é que estão os incentivos que lhes toquem os corações? Enquanto precisam dos braços dos nossos irmãos, como máquinas, para lhes rotearem os campos, para os semear e colherem os frutos deles, alimentam-nos e dão-lhes a paga convencionada com o especulador Nathan ou com os agentes deste; mas uma vês doentes ou inutilizados pela enfermidade, abandoná-los-ão, e como, para qualquer lado para onde se voltarem, não hão-se encontrar senão a indiferença e o egoísmo, cairão abatidos no desalento e no desespero, que trás consigo o pior isolamento de quantos há: - o clamar-se e não ser atendido; porque não sabem o que diz o desgraçado, o não ouvir-se senão falas que não percebem, e enfim morrer-se de fome, sem nem ao menos achar um sacerdote que lhe escute as aflições e lhe dê o bálsamo consolador da religião de seus pais, absolvendo-o e deitando-lhe a bênção na hora extrema!” *A Emigração para Nova Orleães e o Sr. Charles Nathan, op. cit.*, p. 7.

alegava que o intermediário era um homem de bem e mandava-os ir cumprir o contrato. Sabiam os lesados que alguns portugueses eram trabalhadores do cônsul, nas suas propriedades em Luisiana, por isso lhes negava o passaporte para não saírem do país. Depois de muita insistência, e de terem feito despesas adicionais de alojamento para se manterem por perto do consulado, é que lhes foi concedido o referido passaporte.

Efetivamente, tal como anteriormente foi referido, de acordo com o que afirmava a comissão responsável pela elaboração do *PIPEP*, acerca da emigração portuguesa para o Brasil, a missão dos agentes consulares devia ser humanitária e filantrópica, vigiar os contratos e minorar a miséria dos emigrados, mas desaparecia quando se considerava que por tal intervenção,

que o governo de Sua Majestade reconhece o princípio em que se fundamenta o *contrato de locação de serviços*, o de que um português pode abusar da liberdade que Deus lhe deu, vendendo-a temporariamente, direito negado por todos os publicistas que mais avultam, que repugna à nossa consciência, e que nenhuma lei em vigor autoriza em Portugal.⁵⁰⁴

Esta argumentação era a do comandante do brigue escuna Tamega, em estação no Brasil e Rio da Prata, ao ministro da marinha, em 4 de Abril de 1843⁵⁰⁵, embora não falem retratos dos abusos de poder por parte dos cônsules portugueses, tal como mostra Francisco Gomes Amorim no teatro de atualidade em meados do século XIX, em *Aleijões Sociais*, tal como anteriormente foi mostrado.

Portugal só tem a perder com esta emigração, afirma “Um emigrante logrado”, já que partem os braços robustos, deixando os campos por arrotear, expatriando-se para um país em tudo diverso do seu, devendo todos, em unísono, erguer contra ela um brado de indignação, fazer contra ela e contra o seu principal agente uma cruzada tenaz e vigilante, imitar, por exemplo, o sr. barão de Louredo, que se manifestou contra a exploração que se fazia aos emigrantes.⁵⁰⁶

Argumentava ainda que, como bem reflete um jornal, os norte-americanos procuram por todos os modos aniquilar nos emigrantes os sentimentos da pátria primitiva como a religião, a nacionalidade, de modo que, aos poucos, sem que o pressintam, esquecem-se da terra onde nasceram, dos seus usos e costumes, e até das gloriosas tradições dos seus antepassados. Os pais, por terem saído de Portugal já

504 *PIPEP*, op. cit., pp. 34-35.

505 Cfr. *ibidem*.

506 Sobre os factos relatados por “Um negociante logrado”, escreveu ao redator do periódico *Tribuna Popular*, no qual se lê o seguinte:

“Sr. redactor do *Tribuna Popular*. Tenho lido alguns jornais que tratam da emigração dos povos do nosso país para outro. Há muitos anos que existe essa retirada do país, e foi preciso vir lá um Nathan para acordar os homens que têm o dever de promover o bem estar da nação, mas a política mesquinha do país absorve as atenções desses homens que só cuidam em derribar ministérios e dissolver câmaras. Desenganem-se os enxames do povo que se retiram, não são pela maior parte felizes para si, e fazem muita falta à pátria. De quinhentas pessoas, que se retiram para ali, uma fará fortuna e quatrocentas e noventa e nove morrem na miséria. Os que se empregarem no comércio, tendo tino e juízo, esses poderão ainda fazer alguma coisa; mas os que forem para o trabalho de enxada e lavoura, são infelizes além de serem mal pagos em vista das despesas (porque são muito diferentes das da Europa), o clima é muito diferente do nosso e por isso a saúde se deteriora logo. Depois de doente, quem é esse que o quer em casa? Ninguém. Os dois primeiros anos o europeu conserva vigor, mas não a cor rosada, e daí vai debilitando-se, e a maior parte morre por fim inútil.” Fevereiro, 23 de 1872. “Barão de Louredo” *Apud A Emigração para Nova Orleães e o Sr. Charles Nathan*, op. cit., p. 16-17.

maduros, é mais difícil que se despeçam da condição de portugueses, da sua aldeia, mas os seus filhos serão, certamente, norte-americanos, já que não ouvem outra língua senão a inglesa, aprendem em escolas americanas e são educados nas doutrinas da igreja protestante, tal como relata Walter Allen em *O sonho americano e o homem moderno*. Pelos relatos apresentados, o autor pede para ser ouvido, porque fala a verdade, para que os portugueses não deem ouvidos a falsas promessas, não cobicem aquelas riquezas “fabulosas e fáceis” que se convertem, ao pisar os pântanos do Mississipi, em doenças, em fadigas, em miséria, onde não têm qualquer proteção.⁵⁰⁷

Embora Eça de Queiroz não assistisse àquela sindicância, conhecia aquelas histórias de vida, que se juntavam a muitas outras da imigração asiática, como veremos, pela qual em vão tanto lutara. O que prova esse conhecimento são as considerações que faz no relatório solicitado por Andrade Corvo, *EFC*, no qual contesta o rumo que a emigração tomara, a forma como se estava a fazer, em consonância com historiadores como Alexandre Herculano e Oliveira Martins e também com o *PIPEP*.

Em resposta àquele inquérito, Jesuíno Ezequiel Martins, com vários cargos desempenhados no *MNE* durante várias décadas, nomeadamente a de subdiretor em 1872, alega que não há nenhum país no mundo que recompense a indústria como os Estados Unidos, ideia, até certo ponto, reiterada por Eça de Queiroz. O inconveniente é a língua, no início, porque, de acordo com o *PIPEP*, todo “o homem que tem ofício ou disposição para trabalhar não necessita estar ocioso neste país. [...] O melhor capital que o imigrante pode trazer consigo, é uma disposição para trabalhar naquilo que se possa oferecer, e algum conhecimento da língua.”⁵⁰⁸

Para o diplomata, o mal não era a emigração em si, mas o engajamento e a organização do país, que não tinha meio de reter na pátria os seus cidadãos, dando uma resposta de extraordinária importância para a compreensão da emigração portuguesa, nos anos 60 e 70 da centúria de oitocentos, dado o eco que fizera nas posições veiculadas por Eça de Queiroz. Para o vice-cônsul, a emigração legal, o labor do emigrante, o conhecimento da língua do país de destino, são requisitos indispensáveis ao sucesso do emigrante assim como do país que o viu partir e do de destino, propondo, que se coíba, por todos os meios, a emigração clandestina.⁵⁰⁹

Quando Eça de Queiroz sai do país, os seus horizontes ampliam-se, embora nem sempre reformule logo muitas das afirmações iniciais. No entanto, independentemente da forma como reage nos

507 O autor pede a todos aqueles que ouvirem as suas palavras para não afrouxar “neste nobre empenho, que o bem do próximo, senão a triste sorte de nossos irmãos insta por ele. Empreguemos para isso todos os meios, e os párocos, os juizes, os administradores, as influências locais seus conselhos e advertências, e os escritores públicos suas penas, que conseguiremos por fim arredar os nossos camponeses tão fáceis de cair em qualquer laço, do abismo onde se vão despenhar, enganados por Carlos Nathan. Quem vos fala, oh portugueses, é um homem que tem a seu favor a experiência das coisas, e que conhece de perto o agente americano por quem foi lesado em transações comerciais. Vale. Um velho português.” *A Emigração para Nova Orleães e o Sr. Charles Nathan*, *op. cit.*, p. 16.

508 V. Resposta ao *PIPEP* por Jesuíno Ezequiel Martins, p. 160.

509 Cfr. *PIPEP*, *op. cit.*, pp.158-162.

seus escritos, revela sempre preocupação com “a luta do capital e do trabalho”, que considera uma “eterna história”, “sempre a velha, a revelha história: a aristocracia ligando-se para exploração das plebes”, acreditando que a “cura”, para este defeito da “natureza humana”, “está numa transformação moral do homem”.⁵¹⁰ Conta António Saraiva que Eça notara a existência deste problema

entre os Romanos que crucificaram Espártaco e lapidaram os Gracos; entre os Hebreus que crucificaram Cristo – que ele considera o grande precursor do socialismo; na Idade Média, onde os senhores massacraram os Jacques; no Egipto, onde os pachás exploravam os felás; em Cuba, onde os europeus exploravam o chinês; na Inglaterra, onde o patrão explora o proletário, e assim por diante, espetáculo sempre igual.⁵¹¹

Se Eça partira para os Estados Unidos desapontado com o modo de vida de um grande centro capitalista, com o que certos homens são capazes de fazer ao seu semelhante por dinheiro, explorando-o, escravizando-o, quando ali chega depara-se com outra situação não menos preocupante em que uma sociedade dita civilizada vive numa azáfama constante à procura do dólar. Naquele industrialismo, que já tinha antevisto e que muito o fascinara, havia algo que o incomodava, mas do qual só vai falar abertamente anos mais tarde.

Uma das primeiras opiniões manifestada pelo autor sobre aquela nação está registada no folhetim “Miantonomah”, a propósito do imponente navio de guerra da América do Norte, que observa quando está atracado no Tejo, em 1866, afirmando Vianna Moog que o “próprio Eça já se surpreendera um dia em Lisboa a fazer imaginações, diante de um navio americano surto no porto do Tejo – o *Miautonomah*. Não tinham originalidade, é certo, mas refletiam o comum pensamento da Europa sobre a América.”⁵¹² No entanto, a obra de Walter Allen, *O sonho americano e o homem moderno*, permite verificar que não eram apenas “imaginações” que Eça revelava, mas também uma compreensão, já nessa altura, sobre a América, para onde tantos portugueses estavam a emigrar, dadas as condições difíceis de vida em Portugal e o “sonho americano”.

Conta o escritor, naquele folhetim, que havia duzentos anos que uns poucos calvinistas exilados equiparam um barco na Holanda e rumaram, com a ajuda de ventos favoráveis, para as bandas da América. Aquela colónia de desterrados deu origem à América do Norte, significando, essencialmente, “trabalho, fé, heroísmo, indústria, capital, força, matéria”.⁵¹³ Estes mesmos homens, anos depois, espalharam uma esquadra heroica pelo Mediterrâneo, Pacífico, mar das Índias, Atlântico e mar do Norte, o que justifica as palavras com que Walter Allen inicia a obra acima referenciada:

Para onde, Oh! navio Esplêndido, atulhado de brancas velas
Te inclinas sobre o peito amigo do oeste urgente?

510 *Apud* António Saraiva, *As ideias de Eça de Queirós*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1982, p.110.

511 *Ibidem*.

512 *Eça de Queiroz e o Século XIX, op. cit.*, p. 192.

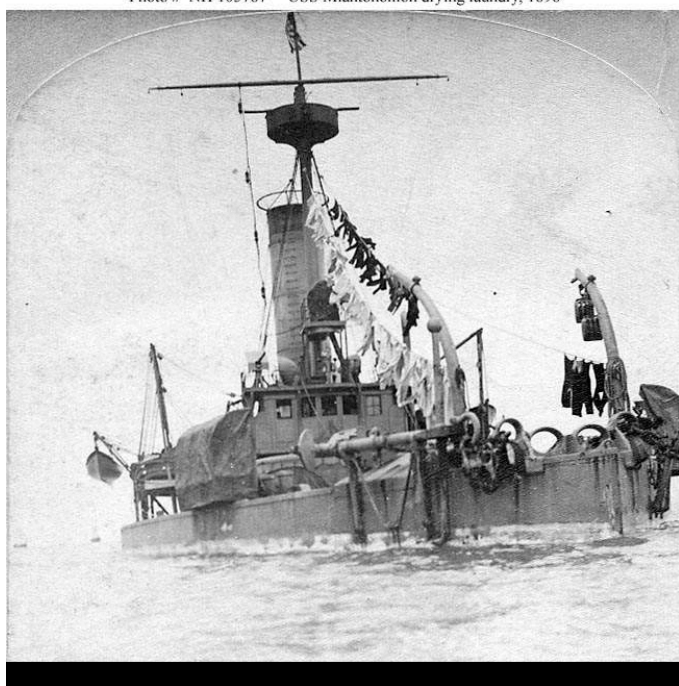
513 “Miantonomah”, *in* Textos de Imprensa I (da *Gazeta de Portugal*), *op. cit.*, p. 115.

O “Miantonomah”, que descreve como “sinistro e negro caçador de esquadras: [...] frio, sereno, contente, material, e cheio de fogos, de estrondos, de maquinismos, de forças e de fulminações”⁵¹⁴, é a imagem da América industrial, representando “a consciência soberba da força da indústria, e os grandes orgulhos do cálculo”⁵¹⁵, mas também a sua vasta capacidade natural, entrevedo-a

como uma estação entre a Europa e Ásia, aberta ao Atlântico e ao Pacífico, com uma bela costa de navegação cheia de enseadas, molhada de grandes lagos, com os seus grandes rios que escorrem entre as terras, as culturas, as fábricas, as plantações, os engenhos, levados pomposamente pelo Mississipi para o Golfo do México: e depois uma natureza vigorosa, fecunda, eleita, desaparecendo entre as indústrias, os fumos das fábricas, as construções, os maquinismos, todas as complicações mercantis da América – como uma pouca de erva que desaparece sob uma amontoação nervosa de homens.⁵¹⁶

Na realidade, para António Álvaro Dória, Eça descreve o “formidável couraçado” com um certo

Photo # NH 105787 USS Miantonomoh drying laundry, 1898



fascínio, já que, naquela época eram poucos os navios de guerra providos de chapas de aço, dando dele uma imagem de força horrenda e de poder “lento, frio, impassível, mudo, tenebroso, coberto de ferro”, e, simultaneamente e por amplificação, uma imagem da América, mostrando-a segundo o seu preconceito.⁵¹⁷

Contudo, o “Miantonomah” é suficientemente imponente para lhe proporcionar outras imagens daquela nação, como económicas, sociais, filosóficas, culturais, umas mais próximas

da realidade do que outras, sempre em comparação com a Europa, já que, tal como salienta Álvaro Dória, Eça de Queiroz encontrava-se ainda numa fase romântica da vida, apaixonado pela França, “até o momento em que conhecê-la de perto o fez desiludir. Eivado de francesismo quase desde o berço, era inevitável que a França lhe servisse de padrão para avaliar a América do Norte”.⁵¹⁸

Em termos económicos, o que desperta a atenção do escritor é o desenvolvimento agrícola e industrial da nação, as fábricas, as construções, a colonização, as exportações, que proporcionam uma vida superabundante, um exagero de meios, um apelo ao senso prático e útil e consequente adoração do

514 “Miantonomah”, in *Textos de Imprensa I* (da *Gazeta de Portugal*), *op. cit.*, p. 115.

515 *Ibidem*.

516 *Idem*, p. 118.

517 Cfr. “Eça de Queirós na América do Norte”, in *Separata da Revista ‘Ocidente’*, Volume LIX, Lisboa, 1960, p. 322.

518 *Idem*, p. 329.

“deus Dólar”. Paradoxalmente, aquele “feudalismo industrial”, como lhe chama, gera “terríveis desuniformidades”, um desequilíbrio social, já que, enquanto a alta aristocracia “engorda”, incha”, uma democracia de produtores “emagrece”, “definha”, “dissipa-se irremediavelmente”, de modo que não há um constante aumento de tráfico, de receitas, de riquezas, mas deslocação em proveito da alta finança – com detrimento das pequenas indústrias produtoras.

O modo de organização do trabalho, maioritariamente através da máquina e do homem como um apêndice dela, faz aumentar as necessidades e um desejo cada vez maior de riqueza e de luxo, originando lutas de interesses e guerras entre as classes, que era, precisamente, um dos mais graves problemas da humanidade. Para Eça de Queiroz, para os mais pobres, os peões do xadrez económico e industrial, abre-se um vazio na alma. A pobreza torna-se insuportável e a ambição, a inveja, a esperança, o desejo, criam sonhos, necessidades impossíveis, e “toda a seiva moral se altera e se deforma”⁵¹⁹, dizendo-se amedrontado pela frieza na força do navio. Já “Um Negociante Logrado” referira que, uma vez que o contrato feito por Charles Nathan aos portugueses na Luisiana não contemplava a passagem de regresso, os

que vierem a padecer ali de moléstias incuráveis, ou que por qualquer infortúnio ou acidente se tornarem inválidos, terão de ficar presos à terra estrangeira, como Prometeu ao rochedo, a espicaçarem-lhe as entranhas, em vez dos abutres, a fome, a miséria, as saudades da pátria em que nunca mais ouvirá falar, e que nem lhe fica a esperança de rever mais!⁵²⁰

Na verdade, aquela preocupação de Eça de Queiroz não era recente, já que, em *O Distrito de Évora* se referia a países como a Holanda, a Inglaterra e a América, acusando-os de consagrar “políticas egoístas”, de subordinarem “os grandes princípios ao pequeno elemento do interesse”.⁵²¹ Para o escritor, desgraçados os países que caem nos excessos industriais, interessando-se apenas pelos interesses materiais e positivos, chamando esta doutrina de “industrialismo” e acusando-a de “ateísmo político”, de provocar “feudalismo financeiro” e “aristocracia industrial”.⁵²² O seu grande inconveniente é formar certos espíritos ambiciosos, doentios, “para quem o *querer chegar* é uma verdadeira febre; exagera-se em todos o desejo das riquezas; há uma áspera e terrível concorrência; há luta de interesses, guerra de classes, e por fim assalto da propriedade e revoluções políticas”.⁵²³ A terrível consequência da predominância industrial, sobre o comércio e as suas virtudes e sobre a agricultura honrada, acrescentava,

é criar no estado uma classe de misérias tristes, inútil, dolorosa, perdida para a vida social – os operários de fábrica. Os capitais aglomeram-se; criam-se as fábricas imensas, e em redor começa a formar-se uma geração de homens que são como os apêndices humanos das

519 “Miantonomah”, in *Textos de Imprensa I* (da *Gazeta de Portugal*), *op. cit.*, p. 121.

520 *A Emigração para Nova Orleães e o Sr. Charles Nathan*, *op. cit.*, p. 10.

521 Cfr. “*Da Colaboração No «Distrito de Évora» I* - (1867)”, *op. cit.*, p.16.

522 Cfr. *idem*, p.18.

523 *Ibidem*.

máquinas; ali vivem, dependentes da sorte do dono da fábrica, sem esperança de uma sorte mais doce, sem ensino ou consciência moral, embrutecidos, consumidos pelos trabalhos contínuos e monótonos; é uma raça sequestrada à pátria, à família e ao trabalho puro e são. Ali perdem a saúde, a independência moral, a vida espontânea do espírito.⁵²⁴

Por tudo isto, a “vida na América do Norte é quase um paroxismo”⁵²⁵, afirmava Eça de Queiroz numa só frase, já que é uma grande força, possui uma vida superabundante, mas pergunta-se se terá vitalidade e fecundidade no futuro. Esta era a grande interrogação do jovem escritor, afirmando que, na Europa, os Estados Unidos são considerados modelo, um ideal liberal, democrático, económico, esquecendo que a América consagra a doutrina egoísta e mercantil de Monroe.⁵²⁶

Em termos culturais, assiste-se, por um lado, a uma estranha derramação de jornais, de panfletos, de gazetas, de revistas, mas a grande inferioridade da nação é em termos de ciências filosóficas e históricas e sociais. É precisamente nas ciências históricas que nota “um profundo desleixo”, dado serem a “base fecunda das ciências sociais”. A preocupação exclusiva do útil e do económico influencia todo o pensamento, que repassa uma moral egoísta e mercantil, da qual resultará a asserção de 1873, numa carta a Ramalho Ortigão escrita de Montreal: “há mais civilização num beco de Paris do que em toda a vasta New-York”.⁵²⁷

Onde reside a inferioridade daquela nação encontra a Europa a sua superioridade, uma vez que, apesar de assistir a uma “amontoação de contrastes” e a uma “febre industrial”, “há uma geração forte, grave, ideal, que está construindo a nova humanidade sobre o direito, a razão e a justiça”.⁵²⁸ Vive-se uma época “anormal”, mas, sob a confusão, cresce um novo mundo económico, que o escritor crê que a América não tem, e “todavia a liberdade da América parece tão serena, tão confiada, tão assente, tão satisfeita!”.⁵²⁹

Segundo Álvaro Dória, nesta época, “o jovem bacharel de 21 anos permitiu-se visionar a América do Norte, onde o grande drama da guerra civil fechara com a morte violenta do grande Lincoln, abatido precisamente na hora da vitória”.⁵³⁰ Para este autor, “a lição que a América de Lincoln deu ao mundo comoveu Eça de Queiroz e fez-lhe entrever que há inegavelmente um substrato idealista no povo que se bate pela liberdade do escravo”.⁵³¹ Efetivamente, o que ressaltava daquela nação, naquela época, era o desejo e a luta pela liberdade no Norte, enquanto o Sul, ao querer “corrigir a liberdade pela escravatura;

524 “*Da Colaboração No «Distrito de Évora» I - (1867)*”, *op. cit.*, pp. 17-18.

525 “*Miantonomah*”, in *Textos de Imprensa I (da Gazeta de Portugal)*, *op. cit.*, p.118.

526 Cfr. *idem*, p. 119.

527 *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, *op. cit.*, p. 86.

528 “*Miantonomah*”, in *Textos de Imprensa I (da Gazeta de Portugal)*, *op. cit.*, p.119.

529 *Idem*, p. 121.

530 Cfr. “*Eça de Queirós na América do Norte*”, *op. cit.*, p. 321.

531 *Idem*, p. 325.

desune-se; o escravo que trabalhe, que cultive, que produza, que sue, que morra sob a força metálica, baça e sinistra do clima e do sol”⁵³², afirma Eça.

Para Dória, tratava-se da “sua “ante-visão da grande República que ele admirava, mas também odiava”⁵³³, mas, no fundo, a sua opinião refletia o comum pensamento sobre a América e, muitas destas asserções, são reiteradas em 1873, na carta que escreve de Montreal, Canadá, a Ramalho Ortigão e, no ano seguinte, no seu relatório sobre a emigração. É aquele mesmo autor que afirma que, por ocasião desta viagem e desta carta, o seu estilo começava a evoluir no sentido da simplicidade da forma e da cristalinidade do pensamento, abandonados de vez o romantismo e os “abutres” dos artigos da *Revolução de Setembro*. As *Farpas* tinham servido de clarificador, e dentro em breve *O Crime do Padre Amaro* iria ser uma revelação e uma revolução.⁵³⁴

Segundo Carlos Reis, encontra-se no Eça da *Gazeta de Portugal*, no qual o folhetim fora publicado, em Dezembro de 1866⁵³⁵, “a emergente constituição de um estilo singular”⁵³⁶, referindo que,

importante é que as abordagens críticas ao progresso, [...] não se resumem a devaneios românticos de um jovem escritor; pelo contrário, essa visão disfórica e pessimista do progresso humano é-lhe sugerida pela observação de dois aspetos da sociedade oitocentista do seu país; a vida urbana e a burguesia. E igualmente estes dois aspetos podem ser analisados de acordo com um princípio que aqui adotámos, o que permite ler estes primeiros escritos de Eça de Queirós como espaços de ensaio, exercícios, em estado embrionário, de temas, motivos, espaços e personagens que reaparecerão nas suas produções futuras.⁵³⁷

Este autor refere que Guerra da Cal considera que Eça revela naquelas páginas um caráter distinto, que contém em germen um léxico e processos que virão a constituir o seu estilo, explicando que, sendo ele um “conhecedor profundo do estilo queirosiano notou ainda, no seu capital estudo, e incidindo sobre o chamado “léxico de iniciação”, que na trajetória evolutiva do seu vocabulário cabe um lugar à parte aos folhetins de iniciação literária publicados na *Gazeta de Portugal*”.⁵³⁸

Em relação ao exercício da escrita narrativa, tanto “O Miantonomah”, como “Da Pintura em Portugal” e “O Lume” são três textos que ali publicara que possuem elementos de destaque na composição temática dos primeiros escritos do autor, “onde a emergência do homem social, da vida moderna e do progresso são perspetivados de forma disfórica e decadentista”.⁵³⁹ Recordando António José Saraiva, Carlos Reis afirma que uma das ideias básicas destes folhetins é que “o Bem, a pureza e

532 “Miantonomah”, in *Textos de Imprensa I* (da *Gazeta de Portugal*), *op. cit.*, p. 121.

533 “Eça de Queirós na América do Norte”, *op. cit.*, p. 322.

534 Cfr. *idem*, p. 327.

535 Cfr. “Introdução”, in *Textos de Imprensa I* (da *Gazeta de Portugal*), *op. cit.*, p. 33.

536 *Idem*, p. 30.

537 *Idem*, p. 38.

538 *Idem*, p. 30.

539 *Idem*, pp. 36-37.

todos os valores positivos encontram-se no seio da mãe-natureza, sobrevalorizada relativamente ao homem enquanto agente de progresso”⁵⁴⁰, mostrando a admiração que o escritor nutria pela “natureza”.

Em relação a “O Miantonomah”, de grande importância para compreender o que pensa o escritor sobre a América, nomeadamente sobre a América do Norte, partindo de um elemento do real, do navio norte-americano atracado no Tejo, critica a sociedade febril daquela nação, “exemplo de soberba máxima, uma vez que subverte todos os princípios dessa Natureza sagrada”⁵⁴¹. Na verdade, se cada artigo veicula uma lição de vida, com este, mostra que a

Indústria, agiotagem, luxo, dinheiro, constituem fatores que faziam parte do ideário burguês, doirando-lhe o sonho de progresso, de civilização e de modernidade, semelhantes, contudo, a efêmeras máscaras, capazes de ocultarem o bicho-homem e mostrando-o com uma frágil capa de ser social. Assim, julgamos poder concluir que a concepção de progresso, para o jovem Eça, era pessimista e disfórica, já que o progresso era um fator deformador e corrosivo do homem e do ambiente, opondo-se à luz, à simplicidade e à originalidade da Natureza não corrompida.⁵⁴²

Ainda que, para Carlos Reis, estes folhetins estejam “eivados de princípios e de ideias que o autor, numa fase intelectual e esteticamente mais madura, irá limar e aperfeiçoar”⁵⁴³, e que em *A Cidade e as Serras* volte a sobrevalorizar a virgindade das serras em detrimento do progresso, o que é certo é que o escritor manteve uma atitude ambivalente em relação à América do Norte até certa fase da sua vida e gradualmente desfavorável a partir de outra.

A viagem que empreende aos Estados Unidos, em 1873, é decisiva para compreender que uma modificação de atitude está a acontecer. Apesar de na carta a Ramalho Ortigão continuar a mostrar uma dualidade de sentimentos, entre o fascínio e a repulsa, denota-se a mudança, já que ao finalizar o escrito, afirma ao seu grande amigo e companheiro de redação de *As Farpas* que, a

América é uma matéria muito vasta e muito complexa para estudar: seria necessário além disso vir preparado com fortes e clássicos estudos: eu venho desprevenido de ciência – como um *tourist*: - No entanto – começo a compreender o que isto é – e no meio desta confusão – a distinguir as feições determinantes como diz Taine.

Taine! Como este nome soa aqui no Canadá [...]. Qual seria a sua conclusão sobre a América e os Americanos?⁵⁴⁴

De entre as várias cidades que visita, como St. Louis, Filadélfia, Chicago, Nova Iorque é a que dedica mais atenção, a que lhe causa mais sensações, devido às contradições que ali observa e que não se afastam completamente da “ante-visão” que fizera da América do Norte, no folhetim “Miantonomah”, em 1866. Em carta a Ramalho, datada de janeiro-fevereiro de 1873, de Havana, refere que aquilo ali pelo mau lado Espanhol ou pelo seu curioso lado Americano (dos Estados Unidos) – é muito diferente

540 *Op. cit.* p. 37.

541 *Ibidem.*

542 *Ibidem.*

543 *Idem*, p. 38.

544 *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, *op. cit.*, p. 88.

daquilo que precisa, porque precisa de “política, crítica, corrupção literária, humorismo, estilo, colorido, palheta”, e, metido num hotel, quando discute é sobre câmbios e quando pensa, é sobre *coolies*⁵⁴⁵, mostrando que há vida para além da América, que há arte para além da diplomacia, embora lhe abra caminhos e horizontes que marcarão para sempre o homem e o artista.

Uma vez na América, visita o centro fabril da Pensilvânia, para ver de perto um capitalista, e Pittsburgh, a cidade das grandes fábricas de ferro, para “ver por si” a realidade, segundo o princípio de *As Farpas*. Contudo, Nova Iorque é a cidade que mais o impressiona, apesar de todos os elementos europeus que possui, como “lorettes”, “restaurantes”, “crevés”, “escândalos”, “agiotagem”, sendo, precisamente, o que a faz superior. Se, por um lado, possui todos os refinamentos do conforto material, por outro, é marcada pela violência, crime, desordem moral, confusão das religiões, luxo desordenado, agiotagem febril, demência dos negócios, roubos, ruínas, paixões, egoísmo, extraordinário deboche, de modo que todo o mundo dizia que aquilo não podia durar muito, lamentando que, apesar de ser uma cidade com 100 anos, está “podre” por ter vivido muito depressa, ter chegado sem educação. A sociedade vive afogada em luxo, é podre de rica, e quer enriquecer mais e ter cada vez mais luxo, mas não tem civilização, gosto, espírito, distinção, crítica, classificação – nada, porque ter civilização não é ter uma máquina para tudo e um milhão para cada coisa. A civilização é um sentimento e não uma construção.⁵⁴⁶

A vida diária é uma agitação, um estrondo, um ruído, uma febre, muitos rostos consumidos e secos, *toilettes* únicas, transportes variados e sofisticados, um movimento policial aparatoso, anúncios publicitários excêntricos, um rumor apressado de todo o mundo, declarando em carta a Ramalho:

Como eu detesto esta canalha! Como a mais pequena aldeia de França é superior, imensamente superior pela sua civilização a esta orgulhosa New-York – que se chama a si mesma, como Roma – a Cidade. Estúpida New-York – que fez ela jamais para se chamar a Cidade? Paris fez a Revolução. Londres leu Shakespeare, Viena deu Mozart, Berlim deu Kant, Lisboa deu-nos a nós, - que diabo! Mas esta estúpida New-York, o que tem dado? Nem mesmo as grandes invenções da América são dela.⁵⁴⁷

É um povo bárbaro, salientava, aprendeu a civilização de cor, sendo estranho, apesar de tudo, a sua força, a originalidade inventiva, a perseverança, a firmeza, a par da grosseria de maneiras como o uso de revólver e do empurrão. Quanto à língua americana, o que a caracteriza é o recurso a algumas palavras de inglês e muita saliva. Contudo, é necessário amá-la com

as suas grandes avenidas tão cobertas de árvores e de sombras como um bosque, com a beleza extrema das suas mulheres, com as suas grandes praças onde a relva é por si um espetáculo, com as suas igrejas góticas, [...] New-York com o seu sumptuoso ruído, com o romantismo dos seus crimes por amor, com os seus parques extraordinários que encerram florestas e lagos – como outros encerram arbustos e tanques – com a sua originalidade, com a

545 Cfr. *op. cit.* p. 60.

546 Cfr. *idem*, p. 86.

547 *Idem*, p. 87.

sua caridade aparatosa, com as suas escolas simplesmente inimitáveis, os seus costumes, os seus teatros (aos quatro em cada rua), é uma tão vasta nota de ruído que a humanidade faz sobre o globo – que fica para sempre no ouvido! Eu estou aqui a escrever-lhe – está-me a lembrar com saudade o rolar dos *tramways* nas ruas. – Querida New-York! – não odiava New-York!.⁵⁴⁸

Chicago parecia-lhe diferente de Nova Iorque, descrevendo-a como “a mais extraordinária cidade do mundo”, “a cidade-resumo do génio inventivo das Populações do Oeste”, porque,

quem inventa, quem inventa por todos, quem inventa sempre é Chicago. Chicago sim, tem dotado o Mundo com as três quartas partes das máquinas que ele possui. Mas New York? Nunca saiu nada de New York – nem um homem, nem uma ideia, nem um livro, nem uma máquina, nem uma vitória, nem um quadro, nem um dito. New York é um *tour de force* da brutalidade – nada mais.⁵⁴⁹

A América apresenta-se, assim, numa dualidade, ao escritor português, considerando que civilização e cultura não são termos equivalentes, que a sua sumptuosidade, verificada em muitos aspetos da vida, podia ser uma excelente prova de civilização, mas não de cultura, porque, tal como afirma Vianna Moog, a

civilização pode ter uma formação aluviónica, como os Estados Unidos. A cultura, essa, é de formação estalactitária. Só se produz com o lento depósito da sabedoria que se filtra e depura através das gerações. Civilização e erudição podem ser transportadas de um lugar para o outro ou formadas por superposição. A cultura, não. Deslocada de um lugar para o outro, desfaz-se, torna-se outra coisa.⁵⁵⁰

Esta última afirmação de Vianna Moog remete-nos, por um lado, para a própria história da América do Norte e, por outro lado, para a obra de Eça de Queiroz, desde a juventude à idade madura, do folhetim ao romance, no qual se denota uma mudança de concepções. Do conto “Civilização” fez o romance *A Cidade e as Serras*⁵⁵¹, cujo personagem principal, Jacinto, segundo João Medina, é inspirado em Eduardo Prado⁵⁵², homenageando, assim, o amigo brasileiro e a sua terra que tanto “ama”.⁵⁵³

Depois de contactar com outras realidades e de conhecer pessoas como Eduardo Prado, clarifica e revê as suas posições acerca dos Estados Unidos e do Brasil, como principais destinos da emigração portuguesa, já que, para aquele brasileiro, em *Ilusão Americana*, querer confundir Brasil com América,

548 *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, *op. cit.*, pp. 87-88.

549 *Idem*, p. 87.

550 *Eça de Queiroz e o Século XIX*, *op. cit.*, p. 196.

551 Segundo António Saraiva, a ideia aparece-lhe como “uma oposição entre a doçura e a paz dos campos, e o rumor melancólico das cidades sombrias”, traçada no conto, em que as ideias são colocadas em algumas linhas, e no romance, em que as mesmas ideias se desenvolvem em capítulos. Cfr. *As ideias de Eça de Queirós*, *op. cit.*, pp. 57-58.

552 João Medina, “Eça e o Brasil”, in *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, A. Campos Matos (organização e coordenação), *op. cit.*, p. 197.

553 Cfr. Heitor Lyra, *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz*, *op. cit.*, p. 5.

como tantas vezes se confundiu, é o mesmo que confundir Portugal e Suíça.⁵⁵⁴ Prado não nutria qualquer simpatia pelos Estados Unidos, acusando-o de ser um país de egoístas e de ladrões, que quer ser o maior do mundo. A sua riqueza deve-se às qualidades do solo e da raça e não propriamente ao governo, como querem fazer ver alguns brasileiros de espírito simplista, não concordando que o Brasil imite esse país, o seu governo, porque as leis de um país não servem para o outro. Os países sul-americanos querem ser ricos e prósperos e pensam que o conseguem copiando artigos da constituição norte-americana, considerando que é mais fácil copiar as práticas corruptas do que as virtudes, fazendo-se dessa atividade uma coisa natural.

Eduardo Prado acusa o empregado público do Brasil de pensar que nos Estados Unidos se rouba muito e se enriquece, tentando fazer o mesmo, sendo, precisamente, essa a influência deletéria que a América do Norte exerce sobre outras nações. Os vícios dos grandes corrompem os pequenos e o mau exemplo dos poderosos é a perdição dos humildes, diz Prado.⁵⁵⁵ Para este brasileiro, a civilização não se mede pelo aperfeiçoamento material, mas sim pela elevação moral, porque o verdadeiro termómetro da civilização de um povo é o respeito que ele tem pela vida e pela liberdade. Também Eça de Queiroz, na *Revista de Portugal*, aponta como “perigoso” o modelo dos “Estados Unidos do Norte” sobre o Brasil, cuja imensa civilização deslumbrava os brasileiros, que não refletiam que é o carácter das raças, e não a forma dos governos, que faz ou impede as civilizações.⁵⁵⁶

Prado culpa os americanos de terem pouco respeito pela vida humana, acusando-os de não respeitarem a vida de outrem nem a própria e Herbert Spencer dizia que eles cometiam um erro grave no programa da vida, gastando-a com a “febre” em que mutuamente se exaltam, que dá lugar ao deprecimento precoce do animal homem, pela aparição das mais medonhas e frequentes formas de nevrose. Efetivamente, a vida de outrem é coisa de pouca consideração nos Estados Unidos, já que os tribunais regulares matam juridicamente com frequência, os assassinatos criminosos são vulgaríssimos, e os linchamentos crescem em número todos os dias.

Tal como anteriormente referimos, Eça não mostra de forma imediata os seus pensamentos sobre certos temas, deixa-os amadurecer para os colocar na obra de arte. Na verdade, só anos mais tarde se revela de forma precisa sobre a América do Norte e o Brasil, países sobre os quais andara dividido durante várias décadas. Desde o exercício consular em Havana, na altura em que conhece a América, até ao de Paris, quando acentua as suas relações com aquela nação, passaram muitos anos, teve interesses e perspectivas diversas, esclarecendo as suas posições.

554 Cfr. *A Ilusão Americana*, com um prefácio e estudo biográfico do autor pelo Dr. Leopoldo de Freitas, 4.^a edição revista, S. Paulo, Livraria e Oficinas Magalhães, (1893) 1917, p. 5.

555 Cfr. *idem*, p. 119.

556 “Notas do Mês”, in *Textos de Imprensa VI* (da *Revista de Portugal*), Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, Edição de Maria Helena Santana, Lisboa, INCM, 1995, p. 64.

Devemos notar que é na obra de arte que Eça de Queiroz aclara as suas convicções: o homem necessita de algo mais para viver além da civilização e de um país dito civilizado. Se em *Os Maias* faz várias referências à América, aludindo à necessidade de a conhecer e de a visitar já que, devido à sua exuberância, pode proporcionar o efeito milagroso de fazer esquecer as amarguras da existência, em *A Cidade e as Serras* mostra as potencialidades da vida contemporânea, as novidades da civilização, mas também a incapacidade para proporcionar a plenitude existencial. Basta compreender o percurso e a orientação da vida de Jacinto, a “seca de viver”, tanto no conto “Civilização” como no romance *A Cidade e as Serras*, para nos certificarmos que o excesso de bens materiais, a tal superabundância de vida, de que Eça de Queiroz fala tantas vezes, é insuficiente para fazer um homem feliz, remetendo Jacinto para as suas origens, para as serras de Portugal.

Se para A. Campos Matos, o conto “Civilização” é a primeira versão de *A Cidade e as Serras*⁵⁵⁷, para António Saraiva o ensaio “A Decadência do Riso” é o esboço do conto “Civilização”, uma vez que, para certos autores, conto é um “pedaço de vida”, um “apontamento”, um “personagem” e para Eça é uma “tese revestida de fantasia”. Eça sustenta que o homem entristeceu devido à imensa civilização que lhe complicou a vida. Devido à superabundância de vida, o moço supercivilizado perde o riso franco, a antiga e genuína gargalhada.⁵⁵⁸ Conta aquele autor que o conto foi publicado no Rio de Janeiro, na *Gazeta de Notícias*, cerca de quatro meses depois da descoberta emocionante da Quinta de Santa Cruz do Douro, em maio de 1892, que coubera em partilhas a sua mulher.⁵⁵⁹ Sempre envolvido em problemas de dinheiro, ia tornar-se proprietário, ele que criava, em forma de compensação, personagens de largos cabedais.⁵⁶⁰ Essa quinta, hoje conhecida pelo nome literário de Tormes, alberga a fundação Eça de Queiroz e foi o solar que em *A Cidade e as Serras* atraiu Jacinto a Portugal e lhe proporcionara uma nova maneira de olhar para o país. De resto, há afinidades entre o episódio de Fradique Mendes retratado na Carta VII a madame Jouarre⁵⁶¹, a sua chegada a Lisboa, à estação de Santa Apolónia, e o de Jacinto, na sua chegada a Tormes, à estação de Gondim⁵⁶², tal como constata A. Campos Matos.⁵⁶³ Segundo António José Saraiva, Eça de Queiroz formula, já desde *Prosas Bárbaras*, a ideia de que é necessário que o homem da cidade, fatigado pela complexidade da vida civilizada, regresse à simplicidade da vida rural.⁵⁶⁴ Para este autor, o próprio Fradique Mendes deseja, para seu

557 *Silêncios, Sombras e Ocultações em Eça de Queiroz*, op. cit., p. 43.

558 Cfr. *As ideias de Eça de Queirós*, op. cit., pp. 57-58.

559 *Silêncios, Sombras e Ocultações em Eça de Queiroz*, op. cit., p. 43.

560 Uma carta a Ramalho Ortigão, datada de 4 de Março de 1878, enviada de Newcastle, é reveladora das faltas financeiras que sempre o atormentaram, pedindo-lhe para falar a Andrade Corvo e para o lembrar das promessas que lhe fizera, para lhe dar ajudas de custo, dado que os ordenados são pequenos e a vida em Inglaterra é cara. Cfr. *Correspondência, organização & notas de A. Campos Matos*, Vol. I, op. cit., pp. 180-182.

561 *A Correspondência de Fradique Mendes, (Memórias e Notas)*, op. cit., p. 166.

562 Eça de Queiroz, *Contos Escolhidos*, seleção e prefácio de Maria Filomena Mónica, Lisboa, Relógio D' Água, 2004, p. 65.

563 *Silêncios, Sombras e Ocultações em Eça de Queiroz*, op. cit., pp. 43-46.

564 Cfr. *As ideias de Eça de Queirós*, op. cit., p. 57.

regalo, que a pátria se conserve um lugar exótico, longe da civilização do seu tempo, pelo qual se interessem os turistas que residem em Paris e noutros lugares, sendo, precisamente, nesse aspeto que reside o seu “nacionalismo”.⁵⁶⁵

Como o homem é produto do meio ou “função” do grupo social, para Fradique “a vida não é possível sem um bocado de pitoresco depois do almoço”.⁵⁶⁶ Fradique gostava de Portugal, desejava comprar uma propriedade, para percorrer a província e admirar os monumentos antigos e deleitar-se com a paisagem de alguns lugares. Contudo, Lisboa e a sua vida mesquinha necessitavam de alguns retoques para ser “uma dessas belezas da Natureza criadas pelo homem, que se torna um motivo de sonho, de arte e de peregrinação”.⁵⁶⁷ Uma existência enraizada em Lisboa não lhe parecia razoável, devido à falta de atmosfera intelectual, porque

Lisboa é uma cidade aliteratada, afadistada, catita e conselheiral.
Há literatice na simples maneira com que um caixeiro vende um metro de fita; e nas próprias graças, com que uma senhora recebe, transparece fadistice; mesmo na arte há conselheirismo; e há catitismo mesmo nos cemitérios. Mas a náusea suprema, meu amigo, vem da politiquice e dos politiquetes.⁵⁶⁸

Se Fernanda Godinho Esteves considera que, nesta época, muitos intelectuais sentiram aproximação de uma transformação de estrutura, em que a sensibilidade, em termos literários, é uma componente indispensável e também o que os distingue e caracteriza, na forma como mostram a vida na literatura⁵⁶⁹, para António Saraiva o “homem é, pois um resultado – depende de fatores. Uma determinada série de fatores cria um certo tipo de homem que se repetirá sempre que os fatores se serem da mesma maneira”.⁵⁷⁰ Do ponto de vista sociológico, Eça “não aceitava os heróis e até mesmo na sua conferência do Casino gritou: «Abaixo os heróis!»”.⁵⁷¹

Para aquela autora, as duas tendências em que se inspiraram os autores portugueses de 1870, e dos anos seguintes mais imediatos, foram, precisamente, o realismo e o naturalismo, evidenciando o facto preciso, uma análise, tendo como fim a verdade.⁵⁷² As novas ideias que professam atravessaram o Atlântico, abrangendo o Brasil, a nação irmã, que passariam a estreitar laços que afinal nunca se tinham quebrado.

565 *As ideias de Eça de Queirós, op. cit.*, p. 143.

566 *Apud idem*, p. 144.

567 *Apud* Sebastião Morão Correia, “Traços característicos da ironia queirosiana – sua finalidade social”, in *Separata de «Portucale»*, Vol. XVIII, Porto, Marânus, p. 24.

568 *Apud ibidem*.

569 *Do Galaico-Português à Lusofonia, op. cit.*, p. 34.

570 *As ideias de Eça de Queirós, op. cit.*, pp. 112-113

571 *Idem*, p. 113.

572 *Do Galaico-Português à Lusofonia, op. cit.*, p. 39.

III – Havana: a emigração na correspondência consular

III.1 A importância da correspondência consular e não consular

Ao tratarmos a questão da emigração na correspondência consular de Eça de Queiroz urge lembrar que, por um lado, em finais de 1872, dada a tiragem de *As Farpas* e o impacto que tiveram na sociedade portuguesa e brasileira, Ramalho Ortigão diz estar farto de rir, propondo ao parceiro dar uma finalidade mais séria à publicação, de modo que Eça, de certa forma, parte contente para Havana; por outro lado, segundo Fradique Mendes, “uma Correspondência revela melhor que uma obra a individualidade, o homem; e isto é inestimável, para aqueles que na Terra valeram mais pelo carácter do que pelo talento”.⁵⁷³

João Gaspar Simões recorda, na “Nota introdutória da 1ª edição” de *Vida e Obra de Eça Queirós*, que o escritor, poucos anos antes da sua morte, escrevera numa das suas crónicas enviadas para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, que “quanto mais documentos se reúnem sobre um homem de génio”, “mais completo se torna o trabalho crítico sobre a sua individualidade e sobre a sua obra” e para “alargar e completar o conhecimento dos grandes homens, publicam-se as cartas, todos os papéis íntimos – até as contas do alfaiate”.⁵⁷⁴ Daí a importância de estudar a correspondência do escritor, nomeadamente a consular, na qual mostra a ligação à pátria, revela preocupações, o estado de espírito, motivações, afazeres, e até reflexões sobre a própria arte que vai produzindo.⁵⁷⁵ A própria correspondência de Fradique Mendes, título da publicação de Eça, tinha a intenção de destacar as páginas mais proeminentes que fossem reveladoras da “personalidade”, do conjunto de ideias, gostos, modos, com que se “sente e se palpa o homem”.⁵⁷⁶

Quando, em finais de 1872, Eça parte para Havana, sente que não é a solução ideal para a sua primeira experiência profissional, mas parte. Para trás deixa a sua terra natal, os amigos, as mágoas, como a que lhe causara o governo por o ter preterido para o preenchimento da vaga de cônsul na Bahia.

573 *A Correspondência de Fradique Mendes, (Memórias e Notas), op. cit., pp. 121-122.*

574 Cfr. *Vida e Obra de Eça de Queirós*, pp. 13-15.

575 Acrescenta Fradique Mendes que “se uma obra nem sempre aumenta o pecúlio do saber humano, uma Correspondência, reproduzindo necessariamente os costumes, os modos de sentir, os gostos, o pensar contemporâneo e ambiente, enriquece sempre o tesouro da documentação histórica. Temos depois que as cartas de um homem, sendo o produto quente e vibrante da sua vida, contêm mais ensino que a sua filosofia – que é apenas a criação impessoal do seu espírito. Uma filosofia oferece meramente uma conjectura mais, que se vai juntar ao imenso montão das conjecturas: uma vida que se confessa constitui o estudo de uma realidade humana, que, posta ao lado de outros estudos, alarga o nosso conhecimento do Homem, único conhecimento acessível ao esforço intelectual. E finalmente, como *cartas* são palestras escritas [...], elas dispensam o revestimento sacramental da *tal prosa como não há...*” *A Correspondência de Fradique Mendes, (Memórias e Notas), op. cit., pp. 121-122.*

576 Lê-se nesta correspondência que, “nestes pesados maços das cartas de Fradique, escolho apenas algumas, soltas, de entre as que mostram traços de carácter e relances da existência ativa; de entre as que deixam entrever algum instrutivo episódio da sua vida de coração; de entre as que, revolvendo noções gerais sobre a literatura, a arte, a sociedade e os costumes, caracterizam o feitio do seu pensamento; e ainda, pelo interesse especial que as realça, de entre as que se referem a coisas de Portugal, como as «impressões de Lisboa», transcritas com tão maliciosa realidade para regalo de Madame de Jouarre.” *Idem*, p. 125.

Aproveitando mais esta desilusão, o escritor critica em *As Farpas* a ação dos governantes que colocam num lugar que aparentemente lhe pertencia um companheiro seu que “tinha uma classificação quase igual à [sua], ainda que inferior, tinha longos serviços no ultramar, estabelecimentos na Baía, etc., estava em condições preferíveis e inatacáveis”.⁵⁷⁷ Neste artigo, que escreve na primeira pessoa, conta toda a história do concurso, a preparação que fez, em Leiria, onde estava nessa altura, a atribuição do primeiro lugar, e a forma “justa e galante” como a vaga é preenchida por Saldanha da Gama. Sabendo do seu descontentamento, João de Andrade Corvo nomeia-o para Havana.⁵⁷⁸

Eça de Queiroz chega assim ao Novo Mundo, deixando, pela primeira vez, Portugal entregue a si mesmo. A viagem que fizera ao Oriente fora uma excursão de rapaz, afirma João Gaspar Simões, acompanhado por um amigo, para conhecer mundo. Agora, a milhares de milhas da pátria, com obrigações a cumprir, um clima austero a suportar, problemas sérios a resolver, tudo é diferente.⁵⁷⁹ Tal como refere Vianna Moog,

Fato estranho, a nomeação não lhe traz a alegria que ele esperava. Tanto havia sonhado com ela e agora que atingira o seu objetivo, sentia-se de certo modo dececionado. Não contava com isso. Se ao menos fosse cônsul em Paris... Esta é que sempre fora sua verdadeira aspiração, desde Coimbra. [...]

Estava porém escrito que iria para Cuba. Cumpria-lhe partir. Dessa longínqua ilha sabia vagamente que era um desses incertos trechos do território do novo mundo, extraviado no meio do Atlântico, onde o calor, as febres, a desordem e o caudilhismo constituíam males congénitos e insanáveis.⁵⁸⁰

A partir daqui podemos verificar uma reviravolta na vida de Eça de Queiroz, já que se nos dá a conhecer através de um outro género de escrita, a correspondência, escrita na primeira pessoa, como em *As Farpas*, mas na qual revela uma outra faceta de si ao tratar de assuntos profissionais. As preocupações e as responsabilidades são diferentes e maiores, propondo dar um passo em frente na ação diplomática, contrariando a tendência tradicional. A crónica de *As Farpas* sobre a diplomacia, em outubro de 1871, reveste-se de uma forte dose de ironia, para criticar a ação dos diplomatas, o seu carácter, os seus interesses pessoais em detrimento dos públicos, a sua vaidade, e ao país que dá cobertura

577 *Op. cit.*, p. 249.

578 Constava da nomeação que, atendendo “ao merecimento e mais partes que concorrem na pessoa do bacharel formado em direito José Maria de Eça de Queiroz, e especialmente ao talento de que deu distintas provas no concurso aberto pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros em 21 de Junho de 1870 para o provimento dos lugares de cônsules de 1.ª classe: Hei por bem nomeá-lo cônsul de 1.ª classe nas Antilhas Espanholas com os vencimentos que oportunamente lhe forem fixados dentro dos limites ou receita em emolumentos do respetivo consulado, em conformidade com as disposições da Carta de Lei de 2 de Outubro do ano passado. O Conselheiro João d’ Andrade Corvo, Par do Reino, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios Estrangeiros o tenha assim entendido e faça executar.” *Apud* Archer Lima, *Eça de Queiroz Diplomata*, Lisboa, Portugália Editora, 19-, p. 47.

579 *Cfr. Vida e Obra de Eça de Queirós, op. cit.*, p. 323.

580 *Eça de Queiroz e o Século XIX, op. cit.*, p. 181.

à sua apatia.⁵⁸¹ O novo cônsul, não quer seguir as pegadas desses cavalheiros do seu tempo, que são corruptos, que ignoram os seus encargos, que ficariam pálidos de surpresa se lhes perguntassem:

Como têm v. ex.^{as} desempenhado as suas missões? Que tratados vantajosos têm alcançado para o nosso país? Que estabelecimentos portugueses têm favorecido lá? Que serviços internacionais têm regularizado? Que relações sólidas, que proteções valiosas têm obtido para a nossa pequenina nação? Que estudos têm feito sobre a organização e instituições desses países? Em que sábios relatórios as têm aconselhado para nosso progresso? Em que bem feitas análises críticas têm inteirado o nosso governo da política internacional? Que conhecimento têm dado a esses países das nossas instituições, do nosso comércio, da nossa ciência? Etc.? Etc.? Etc.?⁵⁸²

Dadas estas críticas à diplomacia portuguesa, propõe-se exercer o cargo de forma exemplar, investindo todo o seu espírito na gestão do consulado, na elaboração de relatórios e, sobretudo, envolvendo-se na causa humanitária que é passada para as suas mãos pelo anterior cônsul, que é a imigração chinesa. Tal como refere em *As Farpas* o “que prejudica a nossa diplomacia, é ela não possuir espírito”.⁵⁸³ Nesta obra, o escritor critica severamente a diplomacia portuguesa, em outubro de 1871, e lamenta a perda do cargo de cônsul, no mês seguinte.

A partir desta altura em diante, as suas obrigações são outras, de modo que, apesar de não abandonar a ironia que caracteriza a escrita de *As Farpas*, ao escrever por razões de ordem profissional, sente-se forçado a mudar de tom. Dado o teor dos problemas a resolver, as dificuldades que sente em ser ouvido e atendido em relação à imigração asiática, ignorando ou desconhecendo que o destino dos povos depende de interesses mais elevados entre as nações, não tardará a sentir a falta de Lisboa, que tanto criticara, desabafando em carta a Ramalho que o “exílio importa a glorificação da pátria. Estar longe é um grande telescópio para as virtudes da terra onde se vestiu a primeira camisa”.⁵⁸⁴

Efetivamente, neste consulado Eça enceta uma importante fase da sua vida, a de cônsul, a de homem ao serviço da humanidade. A atividade consular e as responsabilidades profissionais absorvem grande parte do seu tempo, dado o empenho que deposita na resolução das funções e também a sua reduzida experiência. Dado o seu caráter, quer brilhar profissionalmente, mas também pessoalmente, de modo que, perante os vários problemas com que se depara, não pode ficar indiferente, daí sacrificar a

581 Esses cavalheiros “seguem a velha tradição que a diplomacia é uma ociosidade regalada, bem convivida, bem comida, bem dançada, bem *gantée*, bem *viaturée*, com bons ordenados e viagens pagas. Eles estão ali para serem diplomatas na gravata e não no espírito. Achariam um abuso inclassificável que os tivessem nomeado para dançar o *cotillon* e no fim – lhes exigissem relatórios: S. ex.as entendem que o país está bem representado desde o momento em que o colarinho deles é irrepreensível. Mas tenham paciência: ss. ex.^{as} estão representando uma nação – e não uma camisaria! Se ss. ex.^{as} vão unicamente encarregados de mostrar nos países estrangeiros a excelência dos nossos alfaiates, - então o país não é o interessado - e o sr. Keil que lhes pague! Se ss. ex.^{as} vão simplesmente mostrar lá fora, em nome do país, que dançam bem, entendemos que ss. ex.^{as} prestam melhor serviço na sua pátria, - e não ousando pedir ao governo que os faça recolher à secretaria, pedimos aos srs Valdez e Cossul, empresários de S. Carlos, - que os façam recolher ao corpo de baile.” *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 226.

582 *Ibidem*.

583 Cfr. *idem*, p. 229.

584 *Correspondência*, organização & Notas de A. Campos Matos, Vol. I, op. cit., p. 82.

atividade de escritor à de cônsul. Contudo, a “humanidade”, conceito que descobrira nos tempos de Coimbra, onde despertara, também, para a carreira de artista que traz dentro de si, embora até ali adormecida, é uma preocupação que nunca abandonará⁵⁸⁵, sendo por ela que se dedica à correspondência consular, que escreve aos amigos, que pratica jornalismo e que faz obra de arte.

Na correspondência que envia para Portugal, nesta sua passagem por Havana, o jovem cônsul apresenta três grandes preocupações que o absorvem: as funções consulares, a imigração asiática nas Antilhas, os chins ou *coolies*, considerados portugueses, dado embarcarem pelo porto de Macau, os portugueses emigrados para Nova Orleães, para ali engajados por Charles Nathan, que Eça já anteriormente abordara em *As Farpas* e que voltará a abordar no “relatório sobre a emigração moderna”, solicitado por João de Andrade Corvo, que lhe envia em Novembro de 1874.⁵⁸⁶

Apesar de não ter estado muito tempo em Cuba, a sua primeira ação consular é vivida e sentida de uma forma muito singular, dado o carácter negativo da primeira experiência diplomática, que não repetirá no futuro, cedendo, gradualmente, lugar à literatura, a sua verdadeira vocação. Aparentemente, o período de permanência em Havana foi de dois anos, entre 20 de dezembro 1872 e março de 1874, embora tenha passado grande parte do tempo a viajar quer para Portugal quer pelos Estados Unidos e Canadá, ou por questões de saúde, dado o clima da ilha, ou por outros motivos. Nos meses de maior calor, os vários cônsules espalhados pela cidade retiram-se, regressando apenas depois do estio.⁵⁸⁷

Na verdade, Eça envolve-se de corpo e alma em todos os problemas do consulado, mas a sua resolução implicará vivências dolorosas, ao que acresce a inadaptação ao clima e a solidão que sente nas horas de lazer. Constatando a experiência desagradável que ali tivera, Álvaro Lins afirma que o escritor nunca mais falara de Havana e que em *Os Maias* só fala da Ilha uma vez, o que não é de todo verdade, já que neste romance as referências à América são várias, tanto à do Norte como à do Sul, o que revela que aquelas terras o marcaram, já que as eterniza na sua obra literária, podendo comprovar-se uma cumplicidade entre esses textos e o romance. Se, por um lado, na correspondência os problemas são colocados, por outro lado, na obra de arte são perpetuados, tal como o diz Fradique Mendes quando afirma que só “na verdade o Pensamento e a sua criação suprema, a Ciência, a Literatura, as Artes, dão

585 Cfr. Mário Sacramento, *Eça de Queirós – Uma estética da ironia*, *op. cit.*, pp. 24-25.

586 Conta Raul Rego que, de “20 de Dezembro de 1872 a 30 de Maio de 1873, Eça de Queirós está todo entregue aos problemas da emigração china. As cartas de então dizem-nos que foi mínima a sua atividade literária. Mas no Ministério do Negócios Estrangeiros seguia-se atentamente o esforço do jovem cônsul. Essa atenção de Andrade Corvo é-nos demonstrada pelo facto de o enviar em missão oficial à América do Norte.” “Prefácio à edição de 1979”, in *A Emigração como Força Civilizadora*, *op. cit.*, p. 31.

587 Quando regressa da viagem aos Estados Unidos, assunto não abordado na correspondência oficial, que tanto contribui para a ação diplomática e de artista, explica a Jesuíno Ezequiel a sua ausência: “Espero que não tivesse achado a minha ausência muito longa: estive fora os 4 meses clássicos do verão tropical – e ainda assim sou o primeiro cônsul que volto porque quase todos estão ainda para fora; só estão os cônsules naturais do país”. *Correspondência*, organização & Notas de A. Campos Matos, Vol. I, *op. cit.*, p. 90.

grandeza aos Povos, atraem para eles universal reverência e carinho, e, formando dentro deles o tesouro de verdades e de belezas que o mundo precisa, os tornara perante o mundo sacrossantos”.⁵⁸⁸

Alan Freeland atesta a importância e o interesse intrínseco dos ofícios e relatórios escritos por Eça, enquanto cônsul português em Cuba, Inglaterra e França, como importante fonte de informação tanto para a sua biografia como para certos aspetos da vida ficcional. Os documentos que ao longo dos tempos foi enviando para o *MNE*, em Lisboa, onde ainda permanece grande parte que se está a perder, foram publicados nos anos 20 do século XX por Archer de Lima, em *Eça de Queiroz Diplomata*, e posteriormente foram a base das biografias do escritor feitas por Vianna Moog e João Gaspar Simões.⁵⁸⁹ Estes biógrafos, e também António Cabral, seguem uma linha cuja principal finalidade é enaltecer a ação do cônsul. Mais recentemente, uma parte dos relatórios de Cuba aparece no livro de Joaquim Palminha Silva *O Nosso Cônsul em Havana: Eça de Queiroz*, no qual faz uma interpretação diferente, em relação às versões anteriores. Todas estas obras dão um conhecimento de vários episódios da carreira consular, desde a sua primeira experiência em Cuba, embora, segundo Freeland, as fontes estejam longe de ser satisfatórias. Enquanto Archer Lima publica os textos muitas vezes incompletos, com imprecisões na transcrição e nas datas, na obra de Palminha, apesar de os documentos serem transcritos na totalidade, o autor também nem sempre o faz de forma precisa, além de omitir dois ofícios, um deles o mais longo, dos quatro relatórios mais substanciais que Eça enviou de Havana, datado de 17 de maio de 1873.⁵⁹⁰

Para Alan Freeland, tem sido difícil ler os textos consulares de Eça diretamente, sem a interferência produzida pelas interpretações posteriores, já que uns visam elevar a sua ação, como fazem os primeiros, e outros, como Joaquim Palminha Silva, pretendem retirá-lo do pedestal em que fora colocado, aproveitando, assim, para avançar com a sua obra, dado “tornar disponível, numa edição rigorosa, todos os textos importantes que tragam a assinatura de Eça e que se saiba terem sobrevivido no arquivo ministerial”.⁵⁹¹

Contudo, devemos referir que também este estudioso do escritor não inclui todos os documentos referentes ao exercício consular de Eça, existentes no Arquivo Histórico-Diplomático do *MNE*, na sua obra. Embora nem todos os documentos sejam da autoria de Eça e nem todos estejam assinados por si, estão de alguma forma relacionados com a sua ação, já que, ou são elaborados numa altura imediatamente anterior à sua entrada em funções no consulado ou durante o seu exercício, ainda que ausente. Alguns desses documentos são de extraordinária importância para compreender as suas

588 *A Correspondência de Fradique Mendes, (Memórias e Notas)*, *op. cit.*, pp. 126-127.

589 Cfr. A. Campos Matos, “Eça lido por João Gaspar Simões”, in *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, A. Campos Matos (organização e coordenação), *op. cit.*, pp. 205-220.

590 Cfr. Alan Freeland, “Introdução”, in *Correspondência Consular*, Eça de Queirós, Edição de Alan Feeland, tradução de José Moura Carvalho, Lisboa, Edições Cosmos, 1994, p. XIV.

591 *Ibidem*.

iniciativas e atitudes em terras da América, como veremos, assim como abrir novas perspectivas para a influência que teve na abolição do tráfico de chineses pelo porto de Macau.

Tanto as cartas como os relatórios existentes nas várias caixas do Arquivo, sobre os consulados pelos quais Eça passou, variam bastante no assunto e no interesse. Embora se denote coerência de certas temáticas como, por exemplo, nos relatórios de Cuba e vários de Inglaterra, entre a produção existem documentos avulsos que versam uma grande variedade de tópicos diferentes. Estes, apesar de aparecerem em toda a correspondência, são característicos da correspondência de Paris. Nestes documentos não se encontram quaisquer séries substanciais de temas referentes aos tempos contemporâneos, encontrando-se, contudo, alguns “fios unificadores”, satirizados por Eça em *A Cidade e as Serras*, como “as referências ao «progresso» tecnológico – o velocípede, o automóvel, um inquérito quanto à existência, ou não, de «fábricas de refinação de petróleo» em Portugal – e ao comércio de artigos de luxo que vai ao encontro do gosto parisiense, ambos fazendo-nos lembrar do mundo «moderno»”⁵⁹², assuntos retomados por Gilberto Freyre, em *O Outro Amor de Dr. Paulo*, dada a valorização do escritor brasileiro das ideias de Eça.

Por vezes, outra correspondência é reveladora a um nível mais pessoal como, por exemplo, o imposto de Salvação Pública de 1892, quando aplicado às despesas dos cônsules, e outra, ainda, revela grande prazer em empreender determinadas tarefas que despertam o seu talento de romancista como a ironia com que reage à burocracia britânica em relação aos documentos de exportação para a Geórgia⁵⁹³, ou o seu interesse pelo caso de um tal Alves Ferreira⁵⁹⁴, um *brasileiro* em terras de França, que revela, segundo Freeland, que “de tempos a tempos, se fundem o mundo rotineiro do negócio consular e a arte de contador de histórias”.⁵⁹⁵ Uma curiosidade que deve ser notada é que esta carta, enviada de Paris e datada de 14 de novembro de 1889, é transcrita em papel de luto, devido à morte do rei D. Luís, a 29 de outubro, rei que Eça de Queiroz muito admirava, a quem chamava o “Bom”.

Para Freeland, esta diversidade de temas abordados e tratados na correspondência revela várias facetas interessantes do cônsul algumas das quais ilustram as exigências que lhe são feitas, como por exemplo o conhecimento de assuntos económicos, dada a natureza comercial de muita da sua atividade consular.⁵⁹⁶ Na verdade, o interesse de Eça pelos assuntos comerciais é apenas parte integrante da sua

592 “Introdução”, in *Correspondência Consular*, Eça de Queirós, Edição de Alan Feeland, *op. cit.*, p. XVII.

593 Cfr. Eça de Queirós, *Correspondência Consular*, Edição de Alan Feeland, *idem*, p. 69.

594 Cfr. *idem*, pp. 119-121.

595 “Introdução”, in *Correspondência Consular*, Eça de Queirós, Edição de Alan Feeland, *op. cit.*, p. XVIII.

596 Refere Freeland que “como se pode ver através do acervo epistolar, um cônsul nessa época, além de receber um salário do Estado dirigia, até certo ponto, um negócio, fonecendo um serviço pago, e dependia, para ter êxito, de fatores de índole comercial. Quaisquer que fossem os outros motivos de Eça para se interessar pelos imigrantes chineses em Cuba, ou pelos mineiros de Northumberland, em ambos os casos existiam razões de carácter financeiro para se inteirar da importância desse grupo de trabalhadores: o rendimento do consulado de Havana provinha fundamentalmente da passagem de documentos aos Chineses (cfr. cartas IX e X), e o rendimento do consulado de Newcastle dependia das cargas de carvão enviadas para Portugal e era severamente afetado por qualquer greve prolongada.” *Idem*, p. XVII.

atividade profissional, já que, segundo a legislação em vigor, sobre concursos para o cargo e tabelas de emolumentos a cobrar, exige que o representante da nação seja multifacetado em termos de aptidões. O *Decreto com Força de Lei de 18 de Dezembro de 1869*⁵⁹⁷, assinado por José da Silva Mendes Leal, então ministro e secretário de estado dos negócios estrangeiros, mandava que o lugar de cônsul de 1.^a classe fosse atribuído por concurso público e, entre outros requisitos indispensáveis, os candidatos fossem avaliados em matérias como “História Política e Diplomática”, “Direito Internacional Público, Privado e Marítimo”, “Administração Consular”, “Economia Política e Estatística Comercial”, matérias para as quais se preparou por ocasião do concurso em 1871.

Em 1870, com o intuito de reformar a secretaria de estado dos negócios estrangeiros do corpo diplomático e consular, Mendes Leal promulga o *Despacho Circular de 14 de março de 1870*⁵⁹⁸, pretendendo distribuir o serviço exterior de modo a assegurar ao país benefícios e vantagens e este justo propósito não seria conseguido caso não se contasse com o zelo e eficaz cooperação dos agentes diplomáticos e consulares. Toda a legislação desta altura, que encontramos na Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico, aponta para as obrigações que os cônsules têm para com o Estado Português, nomeadamente o envio frequente de relatórios para o *MNE* sobre negócios consulares e comerciais. Tanto os vencimentos dos cônsules como os emolumentos a cobrar estão tabelados e deles devem prestar contas frequentemente, pelo que Eça não fazia mais do que cumprir com a sua obrigação ao enviar as receitas que podia granjear para o sustento do consulado, que tinha as suas despesas próprias, principalmente se elas fossem obtidas com a prática de boas ações como as que tem com os chineses.

Pelos vários consulados que passa, as contas parecem ser uma das suas maiores preocupações, já que nunca deixa de as enviar em detrimento de outras informações, que gradualmente vão reduzindo. Em Paris, tal como se pode verificar na caixa nº 642 do Arquivo Histórico-Diplomático do *MNE*, é notória essa sua preocupação, já que a sua atividade é fundamentalmente dedicada a essa prestação de contas, sem serem assinadas por ele. Em 1899 apenas assina três ofícios, um a 17 de junho, outro a 21 de setembro, e outro a 16 de novembro.

Ao sair de Newcastle, denota-se um abrandamento em relação às preocupações humanitárias na correspondência, mas, entretanto, verifica-se uma maior produção literária, na qual as irá depositar. Podemos afirmar que há um movimento inverso no seu percurso, já que nos primeiros consulados há uma maior preocupação com aspetos profissionais e humanitários e menos com os de arte e daí em diante mais preocupação com aspetos artísticos. Desde Bristol que os relatórios como os de Cuba e Newcastle deixam de existir, entregando-se cada vez cada vez mais à arte, embora nunca desista nem

597 V. *Anuário Diplomático e Consular Português*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1889, pp. 396-401.

598 Cfr. *idem*, pp. 402-403

abandone esse espírito humanitário, já que, dado o seu carácter, o transpõe para a obra artística. Se na correspondência não pode dizer tudo o que sente e pensa e nem sempre possui palavras suficientes para o fazer, já na obra de arte pretende dizer o máximo através do verbo, já que, tal como afirma Fradique Mendes a “Arte é um resumo da Natureza feito pela imaginação”.⁵⁹⁹ É precisamente na *Correspondência de Fradique Mendes* que expressa o desejo dessa prosa que ainda não há, como se pode verificar neste excerto:

Aturdido, rindo, perguntei àquele «feroz insatisfeito que prosa pois concebia ele, ideal e miraculosa, que merecesse ser escrita. E Fradique, emocionado (porque estas questões de forma desmanchavam a sua serenidade) balbuciou que queria em prosa «alguma coisa de cristalino, de aveludado, de ondeante, de marmóreo, que só por si, plasticamente, «realizasse uma absoluta beleza — e que expressionalmente, como verbo, tudo pudesse traduzir desde «os mais fugidios tons de luz até os mais subtis estados de alma. . .»
— Enfim, exclamei, uma prosa como não pode haver! — Não! gritou Fradique, uma prosa como ainda não há!
[...] Tudo isto era talvez especioso e pueril, mas revelava o sentimento que mantivera mudo aquele superior espírito — possuído da sublime ambição de só produzir verdades absolutamente definitivas por meio de formas absolutamente belas.⁶⁰⁰

Durante o exercício das suas funções consulares, não menos importante é verificar a relação da sua ação com a ideologia expressiva dos anos setenta, já que ali aplica as mesmas interpretações naturalistas que estão presentes na ficção desse período como, por exemplo, a explicação que dá do comportamento dos mineiros de Northumberland em termos da influência do meio. Atesta Freeland que os relatórios de Cuba e muitos de Inglaterra revelam uma “considerável coerência temática”, que está relacionada com a preocupação do escritor com a recessão dos anos de 1870 e a subsequente recuperação no fim da década, que acompanha as temáticas da ficção. Todo o assunto da emigração, inclusive o tráfico de escravos e de chineses, levanta questões acerca da adaptação ao meio de modo que, em *A Emigração como Força Civilizadora*, apesar de não justificar claramente a escravidão, chega a sugerir que os africanos estão bem adaptados ao trabalho no clima tropical das colónias, que “o negro é o melhor trabalhador para as colónias de plantação”.⁶⁰¹ No relatório de 2 de fevereiro de 1881, enviado de Bristol, em que faz considerações sobre a reduzida emigração portuguesa em Inglaterra, mostra a aplicação das teorias de pendor darwinista às questões consulares, argumentando que o português não podia competir com o inglês, dado que

Nestes fortes centros, puramente industriais, em que o conflito da concorrência é tão áspero e tão vivo, as boas e nobres qualidades da raça portuguesa seriam talvez inúteis por lhes faltar o seu meio e emprego natural; ao passo que, em energia, em tenacidade, em poder de resistência e ímpeto de iniciativa, eles não poderiam competir com o inglês, que a natureza, o clima, a educação especialmente formam para esta violenta luta pela vida. E para o provar,

599 *A Correspondência de Fradique Mendes, (Memórias e Notas)*, p. 78.

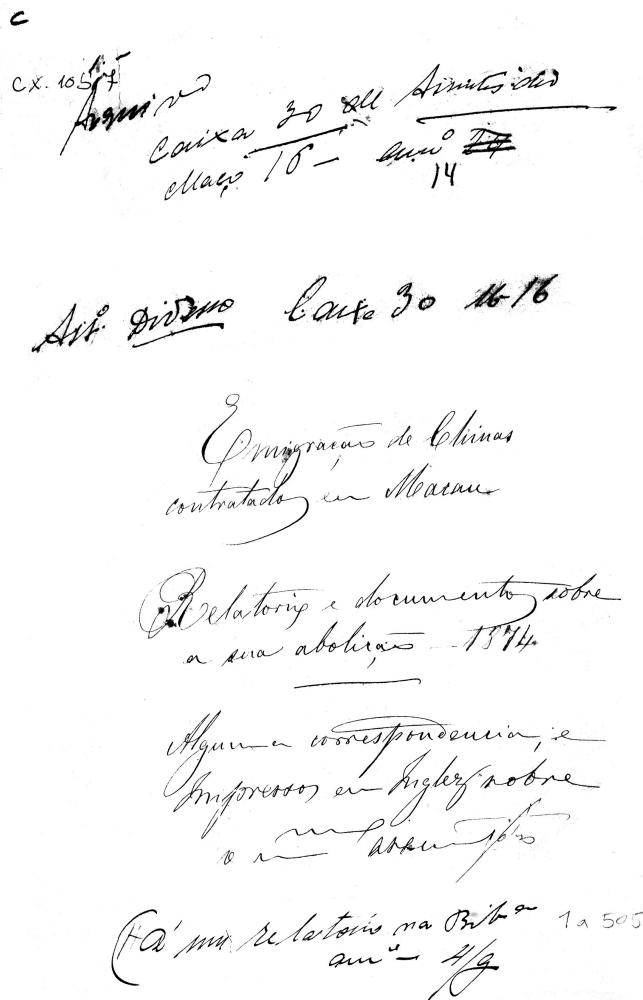
600 *Idem*, pp. 118-119.

601 Cfr. “Introdução”, in *Correspondência Consular, Eça de Queirós*, Edição de Alan Feeland, *op. cit.*, p. XVI.

não faltam infelizmente, em diferentes áreas da atividade, repetidos exemplos de tentativas estéreis.⁶⁰²

Por outro lado, alguns destes textos consulares ajudam a preencher lacunas na cronologia da correspondência e fornecem novos dados sobre os movimentos de Eça, importantes do ponto de vista biográfico, como a mudança do consulado de Newcastle para o de Bristol, e sobre toda a sua obra.

III.2. O percurso do *coolie*: da China a Havana, entre o fim da sociedade escravagista e a Insurreição cubana



A H-D do MNE, CAIXA 1057 - Emigração de Chinas

dado o crescimento do negócio que em poucos anos se estabelece em torno destes emigrantes.

Dada a profundidade e celeridade com que esta emigração estava a ser tratada, tanto em Cuba como no MNE, em Lisboa, a comissão de inquérito do PIPEP não

Na altura em que Eça de Queiroz foi cônsul em Havana, a imigração asiática era uma questão que a muitos preocupava, uns porque beneficiavam diretamente da exploração que dela faziam, outros porque, detentores de cargos oficiais, a consideravam repugnante tanto em Cuba como na colónia portuguesa de Macau, de onde era oriunda. Na correspondência consular, Eça revela diferentes preocupações sobre esta matéria, umas humanitárias, outras de ordem financeira, relacionadas com a sustentabilidade do consulado e com Portugal, e outras, ainda, com a economia de Cuba que, sem aquela mão-de-obra, corria o risco de entrar em colapso. Em Macau, os vários governadores elaboram sucessivamente regulamentos para regradar o caudal que os corretores ou aliciadores não pretendem de forma alguma suster,

602 *Correspondência Consular*, Edição de Alan Feeland, *op. cit.*, p. 101.

julgou dever compreender no seu trabalho a emigração chinesa, que se faz pelo nosso porto de Macau para o Peru e Cuba. Não pode porém abster-se em vos revelar receios acerca de abusos que possa haver nesta espécie de tráfico, ao qual acerbas acusações se fazem na imprensa da Europa e da Ásia, implicando de certo exageradamente a colônia portuguesa da China.⁶⁰³

João de Andrade Corvo, tendo conhecimento do modo como se processava o tráfico em Macau, o modo como os imigrantes eram tratados em Cuba, e dadas as pressões dos governos chinês e britânico, colige uma série de documentos sobre o assunto, provenientes de várias entidades e locais, decidindo elaborar um relatório que apresenta às Cortes, datado de março de 1874, no qual propõe a abolição daquela emigração. Este relatório revela-se de elevada importância porque, por um lado, possibilita-nos fazer uma avaliação sobre a ação consular de Eça de Queiroz em Cuba, e, por outro lado, questionar o que tem sido dito pela maioria dos seus biógrafos sobre a primeira ação consular de Eça, à qual, efetivamente, se entrega de corpo e alma.

Propomo-nos, então, responder a duas questões fundamentais, uma delas relacionada sobre a imprescindibilidade da correspondência consular de Eça na decisão de Andrade Corvo, na altura Ministro dos Negócios Estrangeiros⁶⁰⁴, em acabar com a imigração asiática por Macau e outra para responder à questão colocada por Alan Freeland sobre a mudança de opinião de Eça sobre os chineses, ou seja, porque é que *A Emigração como Força Civilizadora* completa os relatórios e cartas incluídos na sua correspondência consular. Para este autor, o cônsul, na primeira carta que envia de Cuba, confiante nas responsabilidades diplomáticas que lhe foram outorgadas, “mostra uma confiança bastante ingénu

603 *PIPEP, op. cit.*, p. 52.

604 Devemos recordar e salientar que João de Andrade Corvo desempenhou o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, entre 13 de setembro de 1871 e 29 de janeiro de 1878, durante o Governo de Fontes Pereira de Melo, período em que acumulou a pasta da Marinha e Ultramar, de 1872 a 1877. Estudou Medicina, Engenharia, Matemática e Ciências Naturais, iniciando a sua carreira política como deputado em 1865, tendo assumido no ano seguinte a pasta das Obras Públicas, Comércio e Indústria, ministério no qual contribuiu para o desenvolvimento da rede ferroviária nacional. Em Outubro de 1869 foi enviado para Madrid para exercer o cargo de Ministro de Portugal, tendo lá permanecido até Junho de 1870, quando recebeu ordens de regressar pelo novo Governo saído do golpe militar de 19 de maio de 1870. Durante o seu Ministério procurou executar uma política de diversificação das alianças de Portugal, reafirmando a tradicional aliança Luso-britânica, estreitando laços com a Espanha e estabelecendo relações com os Estados Unidos da América, que ele considerava a grande potência do futuro. Estas informações sobre o ministro são fundamentais para compreendermos a sua atitude em relação à ação de Eça de Queiroz em Cuba e à decisão de abolir a emigração asiática em Macau, então colônia de Portugal. Alguns biógrafos, como Archer de Lima, João Gaspar Simões e Vianna Moog, preocupados em enaltecer a ação do cônsul, circunscreveram-se aos relatórios enviados ao ministério e ignoraram outros documentos que exerceram uma maior influência na decisão do Ministro e que estão relacionados com as relações políticas que ele estabeleceu com vários países, nomeadamente com a Espanha, Inglaterra e Estados Unidos. Segundo Pedro Calafate, é “neste capítulo das alianças que Andrade Corvo apresenta aspetos pioneiros destinados a percursos futuros: viu a importância de uma relação desassomburada com a Espanha, nos planos económico e cultural, manteve a necessidade de preservar a antiga aliança com a Inglaterra, mas anteviu, ao que julgo pela primeira vez, a importância estratégica de Portugal, através do arquipélago dos Açores, na ativação das crescentes relações entre os Estados Unidos e a Europa: “A posição geográfica de Portugal, com as ilhas dos Açores situadas no caminho da América, está mostrando que é ele o estado da Europa cujas relações mais proveitosas podem ser à república americana”. O futuro veio a dar-lhe plena razão.” Pedro Calafate, “O Pensamento Político e Geoestratégico de João de Andrade Corvo” *Revista Estudos Filosóficos* nº 3 /2009 – versão eletrónica – ISSN 2177-2967. Disponível em <URL: www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/.../art6-rev3.pdf. (Consultado a 2 de fevereiro de 2012).

na possibilidade de se modificar a situação dos Chineses⁶⁰⁵, sem se aperceber, ainda, que havia grandes interesses, por parte de várias nações, quer na manutenção dessa imigração quer no seu termo.

No seu relatório, o ministro João de Andrade Corvo começa por afirmar que a emigração no império chinês é antiga, apesar de a expatriação não ser autorizada pelas suas leis. Contudo, dada a superabundância da população e a conseqüente miséria em que vive, as autoridades se não a consentem acabam por a tolerar. Efetivamente, argumentava o ministro, a raça chinesa é conhecida pela sua expansibilidade, ocorrendo a emigração muitas vezes não nos locais onde há mais excesso de população, no centro e norte da China, mas onde é mais empreendedora, no sul, cujos habitantes possuem espírito inquieto e trabalhador e, por isso, a natural tendência para procurar fortuna pelo trabalho e especulação, mostrando que essa emigração há de continuar, e

a despeito de todas as leis repressivas da emigração e de todos os embaraços que, em conseqüência dos abusos e crimes praticados até hoje, a esta possam justamente levantar-se em nome da filantropia e da moral, hão de os chinas prosseguir a sua providencial missão de povoadores da Ásia, da América, e, talvez em época não remota, da mesma África. São os chinas aptos ao trabalho, pacientes, sóbrios, bons agricultores, e, de mais, suportam sem grave inconveniente a ação dos climas tropicais, que para as raças europeias são profundamente deletérios. As circunstâncias que ficam indicadas explicam, por uma parte a multidão de homens dispostos a emigrar que se encontram na China, e por outro lado o empenho com que são procurados para as regiões tropicais os emigrantes daquele império.⁶⁰⁶

A emigração chinesa começa a efetuar-se ainda na primeira metade do século XIX, mais precisamente em 1845, e tem como principais destinos Havana, Demerara, ilha Bourbon, Austrália, ilhas Sandwich, Filipinas, Califórnia e Peru, fazendo-se pelo porto de Amoy, alargando-se posteriormente aos portos de Cantão, Wampu, Caming, Macau e Hong-Kong. O seu rápido desenvolvimento deve-se à abolição gradual da escravatura que estava a estagnar algumas das maiores fontes de riqueza agrícola, comercial e industrial do império britânico.

O governo de Inglaterra procurava a todo o custo atenuar com o trabalho asiático as dificuldades causadas pela sucessiva abolição da escravatura nas suas colónias, enquanto outras nações, onde a abolição ainda não tinha acontecido, lhe fazia séria concorrência às suas plantações, afetando a sua economia. Sentindo-se em desvantagem, os ingleses fizeram várias tentativas para introduzir trabalhadores da Ásia, África e Europa, nomeadamente das regiões insulares portuguesas, únicos sítios onde havia possibilidade de os obter, insistindo sempre nas suas intenções humanitárias, de modo que, em 1852, através dos seus cônsules na China, o governo britânico inquiria sobre o incremento dessa imigração, se havia dificuldades, qual o valor, a qualidade, hábitos e caráter dos imigrantes, preço e

605 “Introdução”, in *Correspondência Consular*, Eça de Queirós, Edição de Alan Feeland, *op. cit.*, p. XXVI.

606 *Relatório e Documentos sobre a Abolição da Emigração de Chinas Contratados em Macau, Apresentado às Cortes na Sessão Legislativa de 1874 pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874, p. 4.

transporte, conveniência de fazer engajamentos ou de conduzir os chinas como trabalhadores inteiramente livres.

Em torno desta imigração são criados rapidamente grandes interesses e em poucos anos são dadas provas que não estava isenta de perigos, podendo ser praticadas graves ofensas contra a humanidade e justiça. Sem abandonar o seu plano de encaminhar os chineses para as plantações, o governo britânico não se descuidava a tomar medidas que julgava eficazes para suster os abusos cometidos contra eles. É exemplo desta atitude, a promulgação de uma lei, em 1855, pelo parlamento, para regular o transporte dos chineses nos navios ingleses ou a partir dos seus portos, estabelecendo o número de passageiros, condições de higiene, provisões indispensáveis a bordo para alimentação e saúde, preceitos essenciais destinados a proteger os chineses, que foram também adotadas em Macau.

As duas grandes dificuldades com que se deparou a nação inglesa para promover a imigração chinesa para as suas colónias, de acordo com as necessidades sentidas, prendeu-se com a dificuldade em conseguir que se fizesse de forma espontânea e livre, mas sempre através de corretores ou aliciadores, e também de não conseguir fazer imigrar as mulheres. Enquanto a ação dos aliciadores foi regrada, através da “ordenança” de 1857, pelo governador de Hong-Kong, que estabelecia quem podia ser corretor e exigir uma licença afiançada pelas autoridades, a imigração feminina continuava intransigente, dados os costumes e laços que ligavam as mulheres à terra e à casa.

A emigração de colonos engajados em Macau começou logo alguns anos depois de se ter começado a efetuar de outros portos da China para vários países tropicais, exaltada e fomentada pela cobiça e por agentes interessados em que não houvesse falta de braços, onde iam faltando os dos escravos. Segundo João de Andrade Corvo,

Dois franceses primeiro e um negociante macaísta logo depois abriram em 1851 o exemplo da emigração em Macau. Os primeiros culis que saíram da colónia em navio português e por conta de um português foram 250 destinados a Callau de Lima: os contratos destes culis eram [...] por oito anos o engajamento e a soldada de 4 patacas por mês.⁶⁰⁷

O governo da colónia portuguesa de Macau cedo deu conta dos abusos cometidos, logo que esta emigração se desenvolveu e, reconhecendo os lucros deste comércio, procurou atenuar-lhe os inconvenientes, promulgando regulamentos e adotando medidas para minorar abusos cometidos contra os chineses, que a administração apenas podia fiscalizar eficazmente enquanto os emigrantes se demoravam em Macau e em relação aos atos ali praticados, mas nem sempre com sucesso. O primeiro ato administrativo destinado a regular a emigração por Macau foi em 1853, através da portaria de 12 de setembro.⁶⁰⁸

607 *Relatório e Documentos sobre a Abolição da Emigração de Chinas Contratados em Macau, op. cit.*, p. 15.

608 Segundo Andrade Corvo, a portaria ordenava “que se desse conhecimento ao governo do lugar dos depósitos dos colonos, número destes e navios em que deviam embarcar; que se tratassem os colonos em lugar apropriado; que se fizessem inspeções

Mas em pouco tempo se verificou que não bastava acudir à saúde e bem estar dos colonos nos depósitos e no transporte nos navios, mas, sobretudo, controlar e limitar a ação da classe dos aliciadores, esses sim responsáveis por grande parte dos vícios do processo de recrutamento, encaminhamento para os portos de embarque e venda nos locais de destino, já que a emigração espontânea e livre era insuficiente para a procura. Os empresários do tráfico enviavam os corretores às zonas mais recônditas para atrair os chins com promessas falsas, enganos e embustes, já que ganhavam pelo número de aliciados. O governador de Macau, em 1855, mandou publicar um regulamento especial cujo objetivo era, precisamente, assegurar a espontaneidade da emigração, ordenando “o registo dos contratos de engajamento no tribunal da procuratura; a visita do procurador dos negócios sînicos aos depósitos para indagar se havia emigrantes iludidos, sendo uma destas visitas na véspera do embarque dos emigrantes, um inquérito análogo feito pelo capitão do porto a bordo dos navios”.⁶⁰⁹

No entanto, este regulamento também não surtiu os efeitos desejados durante muito tempo, de modo que, logo em 1856, houve necessidade de promulgar outro, no qual se limitasse claramente a liberdade de ação dos aliciadores. Segundo este regulamento, só podia ser corretor aquele que obtivesse licença do procurador, sob fiança de 200 dólares, e seria válida apenas por um ano. Estipulava também infrações e valores das multas e a perda da licença para os transgressores, regras de transporte, semelhantes às dos navios ingleses, entre outras medidas.

Vendo a ineficácia da anterior legislação, em 1859, é publicado outro edital no qual se censura os abusos cometidos nos depósitos, manda-se aplicar rigorosamente o regulamento de 1856 e fechar todos aqueles que não estivessem licenciados. Estas medidas foram uma sequência de fraudes de falsas assinaturas, falsos contratos, entradas indevidas a bordo, entre as quais a de criminosos e de piratas. Em 1860, é promulgado novo regulamento, com novas e reforçadas medidas de controlo, sendo vedado aos portugueses ir ao território chinês fazer engajamentos e aos seus navios proibido o transporte de chineses para Macau ou para qualquer outro ponto da China.

Dados os abusos, em 1862, os Estados Unidos proibiram o tráfico de chineses a cidadãos americanos, para os transportar para qualquer país estrangeiro, com o fim de serem vendidos ou transferidos por certo número de anos, como servos, aprendizes, empregados de serviços ou das lavouras, incorrendo os transgressores em multas elevadas e pena de prisão. Contudo, é de salientar que as disposições severas da lei não se aplicam à emigração voluntária.

médicas aos depósitos; que se submetessem ao governo os regulamentos desses depósitos; que se inspecionassem os navios de transporte de colonos para se verificar o seu estado, condições higiénicas, abastecimentos, etc.; que fossem obrigados os agentes de emigração a tratar e fazer sair da cidade os chinas incapazes de emigrar. Como se vê, as disposições deste regulamento são principalmente destinadas a salvaguardar a saúde dos colonos, e a evitar a estes e à colónia os perigos das epidemias resultantes da acumulação de uma população miserável.” *Relatório e Documentos sobre a Abolição da Emigração de Chinas Contratados em Macau, op. cit.*, p. 15.

609 *Ibidem*.

Efetivamente, uma situação era a emigração espontânea e livre e outra era a que se fazia de forma contratada. Muitos chineses emigravam por sua iniciativa e responsabilidade, empregando-se no comércio e trabalhos manuais de variada natureza, procurando regiões como a Austrália, a Califórnia e os portos dos Estreitos, que ainda assim não eram completamente livres, dado serem obrigados a determinadas prestações de serviços para pagar as passagens.

Mas, os maiores abusos ocorriam na emigração contratada, quando os emigrantes que se destinavam para as colónias inglesas de West-Indias, Cuba e Peru se obrigavam formalmente através de um contrato. Era precisamente a emigração contratada a que era alvo de maiores abusos, já que se destinava à especulação comercial. Os chineses eram nitidamente importados como mercadoria e entregues a quem dava mais pelos seus contratos.

Um regulamento que mereceu a especial atenção a Andrade Corvo foi o promulgado, em 28 e maio de 1872, pelo visconde S. Januário, regulamento que reproduz os pontos essenciais dos anteriores, ampliando-os no que achava necessário.⁶¹⁰ Segundo este, os chineses eram livres de emigrar pelo porto de Macau, mas todos aqueles que ali chegados se negassem a fazê-lo deviam ser repatriados. Reconhece também “diversas ordens de empregados na emigração, e, em relação a cada um dessas ordens, fixa condições e responsabilidades”.⁶¹¹ Uma falha notória, segundo Andrade Corvo, é o facto de nada constar sobre os corretores, já que os maiores abusos da emigração se deviam, provavelmente, a estas personagens.⁶¹²

Dado o espírito ilustrado e reto de S. Januário, o referido regulamento, elaborado por uma comissão e promulgado logo após a sua chegada a Macau, continha “defeitos e omissões”, tendo sido a preocupação de o ir aperfeiçoando nos anos subsequentes, sempre no sentido de melhorar a sorte dos chineses e repor a honra da colónia portuguesa cujo governo lhe estava confiado. Uma das suas preocupações era salvar a colónia portuguesa das injustas acusações de que era alvo por uma opinião “apaixonada e não sempre inspirada por puros sentimentos humanitários”.⁶¹³

Em 1873, S. Januário adiciona uma cláusula nos contratos de locação de serviços que diz respeito à inclusão da passagem de regresso depois de cumprido o contrato, e meses depois limitou a duração dos engagements a seis anos em vez de oito. Um outro ponto que mereceu a sua atenção foi a suspensão das viagens nos meses de setembro e outubro, dado que a falta de vento nesses meses aumentava a duração das viagens nos barcos à vela, ameaçando a segurança dos passageiros.

610 V. *Regulamento da Emigração Chinesa pelo Porto de Macau*, aprovado em Portaria N.º 34, de 28 de maio de 1872, 1872, Macau, Typographia Mercantil, Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Caixa 1057.

611 *Relatório e Documentos sobre a Abolição da Emigração de Chinas Contratados em Macau*, *op. cit.*, p. 39.

612 Cfr. *idem*, p. 43.

613 *Idem*, p. 44

Andrade Corvo admirou a ação do governador de Macau, visconde de S. Januário. No relatório não se cansa de enaltecer as suas iniciativas e decisões, destacando o ofício de 15 de Abril de 1873 em que pedia medidas para provar que o governo português sempre empregara todos os meios ao seu dispor para salvaguardar os interesses dos emigrantes e evitar dentro e fora de Macau fraudes e violências contra eles praticadas.⁶¹⁴

Apesar de notar que aquele comércio não está isento de vícios, principalmente antes da chegada a Macau, a sua preocupação é protegê-los à chegada, colocando-os sob vigilância e proteção da autoridade e a superintendência da emigração. Todos aqueles que desejam não querer emigrar são devolvidos à pátria, embarcando apenas aqueles que, após detalhado exame, declararam que o querem o fazer. Por isso, o número de repatriações tinha aumentado consideravelmente, afirmava no referido ofício.

Nesse mesmo mês de maio, no dia 22, S. Januário declara a emigração como “um dos maiores crimes que o china pode cometer segundo a lei chinesa, e por conseguinte as autoridades chinesas perseguem por todos os modos, e até certo ponto com muita justiça, os aliciadores e corretores de culis, entidades que não recuam perante crime algum para arranjar um emigrante”.⁶¹⁵ Ninguém podia calcular a luta entre os agentes por causa das gratificações recebidas por cada chinês aliciado. Os preços, que cada vez mais se elevavam, ainda sobreexcitavam mais a cobiça e as paixões “que reúnem a imoralidade do oriente à imoralidade do ocidente”.⁶¹⁶ A autoridade local de Macau não tem poderes para reprimir abusos cometidos em território estrangeiro e as autoridades chinesas, mesmo quando capturam nos seus portos e no interior os súbditos portugueses, que são sempre enviados para Macau, é tanta a deficiente organização administrativa e judicial do império que ficam sempre impunes por falta de provas e de fundamento devido. Segundo Andrade Corvo, este ofício é revelador da avidez e da corrupção dos agentes, contra a qual é impotente a autoridade portuguesa, sendo o pior dos males da emigração e suficiente para “condenar irremediavelmente o «tráfico dos culis», a emigração contratada e clandestina.”⁶¹⁷ Refere ainda S. Januário que

Forcejando por terminar este estado de coisas, publiquei em edital proibindo aos súbditos portugueses a entrada em regiões da China não abertas ao comércio dos estrangeiros, e neste comenos as autoridades chinesas enviavam para Macau sete súbditos portugueses apreendidos em diferentes pontos, e que se ocupavam em angariar colonos por processos, ao que parece, nem sempre *lícitos*.⁶¹⁸

O governador resumia assim aquele quadro que tanto o preocupava e prejudicava os emigrantes chineses, lamentando o facto de o governo português ser impotente para impedir abusos que estão fora do seu domínio. A Inglaterra tinha dirigido sérias críticas a Portugal sobre esta emigração e não era quem

614 Cfr. *Relatório e Documentos sobre a Abolição da Emigração de Chinas Contratados em Macau*, op. cit., p. 46.

615 *Apud idem*, p. 47.

616 *Apud ibidem*.

617 *Idem*, p. 48.

618 *Apud ibidem*.

mais lucrava com ela. Estes trabalhadores iriam engrandecer países como Espanha e o Peru, sendo dominado por capitais estrangeiros, alegava S. Januário. Parecia-lhe que tinha sido um grande erro económico ter-se consentido que as especulações relativas à emigração criassem em Macau tão fundas raízes, porque a população desviou-se do trabalho produtivo fundado em bases seguras e estáveis.

Segundo Andrade Corvo, também as autoridades chinesas repudiam com indignação a emigração e a ação dos corretores, citando para a ilustrar uma proclamação dos magistrados de Pnanyn e Nauhai, e outra do vice-rei do Kuang-Tung, esta publicada em 1872, que apresenta as opiniões e sentimentos do governo chinês acerca do assunto.⁶¹⁹ Outro documento que Andrade Corvo faz questão de citar e reproduzir é uma exposição feita ao governador de Hong-Kong, por uma comissão de chinas respeitáveis que habitavam a colónia, documento que lhe foi comunicado pelo governo inglês em setembro de 1872.⁶²⁰ Este documento é todo ele redigido com forte emoção e sentimento, apresentando-se como uma réplica das principais ideias já dramatizadas por Andrade Corvo em 1859, na peça de teatro intitulada *O Alliciador*, escrita por ocasião da sua passagem pela Ilha da Madeira, em 1853.⁶²¹ Começa a referida exposição, intitulada “Exposição exata da perniciosa da prática da aliciação e roubo de pessoas, feito à força”, da seguinte maneira:

O homem que faz presa em culis, e alicia gente, tem por esse crime uma grande e forte retribuição. Quando um homem é roubado, a família, que contava com ele para a sustentação, fica privada dos meios de a obter, cessa de ter alguém que a ampare, fica cheia de dor, gritando com fome e lamentando-se de frio. É impossível narrar todos os males. [...] Se um navio estrangeiro vem à China buscar trabalhadores, o número que cada navio há-de transportar é fixado de um modo determinado, e o aliciador de culis faz um contrato, marcando-se dia certo para a saída do navio, devendo nesse dia estar preenchido o número.

619 Consta desse documento que há “em diferentes departamentos de Kuang-Tung vagabundos que aliciam e roubam pessoas com o fim de as venderem para irem para países estrangeiros, o que em geral é conhecido como a venda de porcos. São do maior prejuízo para os bons cidadãos estes astutos vagabundos, porque usam uma linguagem insinuante, e de palavras artificiosas para com os camponeses, homens ignorantes, dizendo-lhes que se eles fossem para país estrangeiro ser lavradores, poderiam ganhar mais com elevados salários e juntar facilmente muito dinheiro, regressando então à China. Os camponeses ignorantes, não compreendendo mais, caem frequentemente nos seus astuciosos manejos, atendendo pouco às suas pessoas e consentindo em ir para distâncias, sem saber que, quando atravessam o oceano, deixam atrás de si uma grande extensão de mar, e que têm que fazer uma jornada de muitos mil li.[...] Os porcos vendidos são na maior parte vendidos para o Peru e outras colónias de Portugal. O clima destes lugares é maligno, e custa muito a resistir-lhe. O tratamento da parte dos indígenas é muito cruel, e os chinas são obrigados barbaramente a fazer toda a qualidade de trabalho violento, sem cessar nem de dia nem de noite. São também sujeitos a opressão, pancadas e ofensas, enquanto a roupa e a comida são ambas insuficientes; situação muito diferente da de um camponês da China.” *Apud Relatório e Documentos sobre a Abolição da Emigração de Chinas Contratados em Macau, op. cit.*, p. 49.

620 Cfr. *idem*, p. 51.

621 *O Alliciador* foi representado no Teatro D. Maria II, com os atores mais famosos da época, como Theodorico, Tasso, Epifanio, Domingos, Sr.^a Soller, e Carlota Talassi, dada a seriedade do drama da aliciação, um fenómeno observado pelo dramaturgo por ocasião da viagem que empreendera à Madeira, a fim de examinar “as condições em que a cultura da vinha se acha na Madeira, com relação à natureza do solo, ao grau de latitude, à exposição altura acima do nível do mar e mais circunstâncias climatéricas, estudar os métodos de plantação e de cultura das vinhas, bem como os processos empregados na fabricação do vinho, informar-se sobre as qualidades de videiras que se costumam cultivar; e indagar como estas circunstâncias todas podiam influir na invasão, marcha e efeitos da moléstias inquerir finalmente o que a prática local tivesse ensinado acerca dos diversos meios empregados na cura da enfermidade — eis aqui o que particularmente cumpria fazer á pessoa encarregada de uma tal comissão; e efetivamente foi deste modo que o nosso consócio compreendeu o encargo que lhe foi cometido, e procurou desempenhá-lo”. *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Primeira Classe de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturais, Nova Série – Tomo 1 – Parte 1, 1854, 13.*

Quando o aliciador tem já celebrado o seu contrato, vai procurar em cada aldeia e cada distrito um aliciador subalterno, e faz com ele outro contrato.⁶²²

Andrade Corvo já conhecia o que se passava na ilha da Madeira, a cobiça dos ingleses pela mão de obra das ilhas atlânticas, de modo que não lhe foi difícil reproduzir de “forma exata” estes relatos. Contextualizando toda a peça no período da crise da produção da vinha, em que “em que tudo parece amaldiçoado aqui na Madeira, em que até mirraram as uvas...”⁶²³, dramatiza a história de Luiz, a personagem principal, aliciado por Joze Velhaco para emigrar para Demerara. Luiz, um rapaz de vinte anos, que era o amparo e o sustento da mãe, queria casar com Joaninha, mas António Prudente, o seu pai, não autoriza o casamento, dada a falta de meios de Luiz para, no seu entender, fazer a sua filha feliz. É então que Joze Velhaco, o aliciador, conhecendo as suas dificuldades e ambições de casar, recorre a todos os meios ao seu alcance para convencer Luiz a emigrar e deixar o terreno livre para ele próprio propor casamento a Joaninha. Na verdade, a temática da aliciação, dos dramas da emigração, dos casamentos de conveniência, atravessa a literatura portuguesa, tanto no teatro⁶²⁴ como no romance⁶²⁵, com o principal objetivo elevar ao plano estético a vida real e o teatro a documento histórico.

No teatro *O Aliciador*, argumentava o falaz que, enquanto Demerara é terra de riqueza fácil e rápida, onde se vai num salto e se regressa rico, a Madeira é terra árdua, na qual se servem a vida inteira os morgados, nos mais laboriosos trabalhos, e nunca se alcança um pecúlio que se possa mostrar. É com este e outros argumentos que o aliciador apela à emoção de Luiz, metendo-lhe ainda umas “patacas” à mão e comprometendo-se a entregar algum dinheiro à sua velha e pobre mãe que, na realidade, nunca lhe chega a entregar. Em seguida, mete-o no barco para a Guiana Inglesa, lançando-o a um mundo de incertezas de onde nunca mais poderá voltar. Efetivamente, o modo como este aliciador “trabalhava” aproxima-se dos relatados por Andrade Corvo sobre aquela comissão de chinás⁶²⁶, retratando Joze Velhaco como um intermediário de ingleses, nomeadamente Carlos Bad, para quem trabalhava à comissão.

622 *Apud Relatório e Documentos sobre a Abolição da Emigração de Chinás Contratados em Macau, op. cit.*, p. 51.

623 *O Aliciador*, Lisboa, Typographia Universal, 1859.

624 V. Elina Baptista, *Emigração e Teatro em Portugal no Século XIX. Retratos da Madeira e de Madeirenses*, Funchal, Funchal 500 Anos, 2008.

625 Joaquim Lagoeiro, em *Viúvas de Vivos*, retrata a ambição das famílias em fazer casamentos de interesse às filhas, e das próprias noivas que apenas casam se o noivo lhe garantir o futuro de sonho, apresentando a condição de emigrante como uma promessa. V. Joaquim Lagoeiro, *Viúvas de Vivos*, Lisboa, Editorial Minerva, 1967.

626 Quando Luiz sai, na Cena V, entra Joze Velhaco, na Cena VI, a falar só, a relatar as suas proezas, faz lembrar aqueles relatos, já que afirma: “Os diabos te levem, para que não voltes mais. Ah! Ah! e deixou-me vinte patacas das trinta que recebi! És tolo, meu Luiz do Campanário. Vinte patacas que estão aqui na minha algibeira, com trinta que hei-de receber amanhã do bom homem Carlos Bad, honrado negociante de carne branca, fazem cinquenta patacas – É barato. Estou roubado. Um escravo preto custa muito mais agora, depois que os ingleses se declararam protetores dos pretos; e o Luiz vale bem dois negros de Angola – Viva... viva... – como lhe chamam eles, os ingleses? – Viva a filan... a filantropia que em vez de escravos negros, vai fazendo os brancos escravos. A cor pouco faz ao caso; mas escravos há-de de havê-los, enquanto houver homens com fome, enquanto houver miséria no mundo. Santa palavra! O dinheiro é que é liberdade! Viva o dinheiro!... viva o rei dinheiro!... Irei ficando com as vinte patacas do Luiz, em vez de as dar á velha que aí vem. Só para o enterro é que ela precisa do dinheiro, agora.” *O Aliciador, op. cit.*, p. 19.

Na mesma altura, nos anos 50 e 60, outras peças são escritas por outros dramaturgos, relativos à emigração da ilha, dado a Madeira se ter apresentado como um dos locais de onde nesta época era fácil recrutar mão-de-obra. Estão entre estes dramaturgos João de Nóbrega Soares e Álvaro Rodrigues d' Azevedo, que fazem retratos da parte menos positiva da emigração.⁶²⁷

Tanto em Portugal como na China, já que grande parte dos aliciadores eram portugueses, a história do aliciamento e dos contratos subalternos, feitos a partir do principal, é longa, dado funcionarem em rede, assim como as multas que exigem uns aos outros, caso não consigam arranjar o número de emigrantes a que se comprometeram no contrato até ao dia da partida do navio. Se o tempo começa a escassear, lia-se na exposição dos chinas, o aliciador

deve inventar ardis, tão numerosos como árvores na floresta. Ou emprega drogas que os tornem insensíveis, ou usa de dolo, ou à força rouba culis. Põe em prática toda a sorte de malefícios, e repete-os indefinidamente. Tem pressa de completar o numero e de acabar com a sua responsabilidade. Por este motivo concebe um plano para roubar culis. É levado a isso pela força das circunstâncias.⁶²⁸

Supondo que fez um contrato com algum estrangeiro e se comprometeu a arranjar um certo número de emigrantes, o aliciador exige que lhe faça um adiantamento para as despesas da aliciação e quando se acha na posse do dinheiro gasta-o no jogo e noutros desregrados modos de vida, revelando grande falta de carácter. As falcatruas nos embarques e crimes cometidos a bordo, como os que relata Francisco Gomes Amorim em *Aleijões Sociais*, são imensos também. Os depoimentos das vítimas mostram situações repugnantes, como o do “sr. Dória”, encarregado dos negócios com Inglaterra, datado de 8 de agosto de 1871, a propósito de um incêndio a bordo do navio “D. Joan”, incidente em que morrem mais de quinhentos culis, queimados ou sufocados, por se encontrarem presos num compartimento de onde não podiam fugir.⁶²⁹

Para Andrade Corvo, o governo de Macau era sensível aos abusos cometidos contra os chineses, pensando sempre em atenuar o seu sofrimento contrariando, assim, as acusações que lhe eram dirigidas por aqueles que afinal promoviam a emigração e utilizavam corretores no seu recrutamento. Os vários regulamentos não tinham outra intenção que não fosse a de proteger os emigrantes e a espontaneidade da emigração porque, à medida que aumentava a torrente, aumentavam os abusos, sendo arranjada sempre forma de contornar a lei que de ano para ano se revelava ineficaz. O mal parecia irremediável e todas as medidas adotadas pareciam inúteis, tanto no local de origem como no de destino, que ficava sempre fora do alcance dos regulamentos e das autoridades.⁶³⁰

627 V. Elina Baptista, *Emigração e Teatro em Portugal no Século XIX. Retratos da Madeira e de Madeirenses*, op. cit.

628 *Relatório e Documentos sobre a Abolição da Emigração de Chinas Contratados em Macau*, op. cit., p. 52.

629 Cfr. *idem*, p. 61.

630 Afirma Andrade Corvo, sobre este propósito, que os “abusos e delitos dos corretores no território china cresciam constantemente, apesar dos atos de violenta repressão contra eles empregados várias vezes pelas autoridades chinesas; as catástrofes e crimes a bordo dos navios que transportavam culis multiplicavam-se e atingiam proporções que enchiam de horror

Se a situação de Macau era um problema, dado ser o porto de embarque dos chineses, Havana apresentava-se como outro, já que era um dos seus locais de destino. É precisamente daqui que Eça de Queiroz analisa a situação dos chineses, revelando estar sempre atento à sua situação, dando frequentemente conhecimento ao *MNE*, para Lisboa.

Os quatro relatórios que envia de Cuba sobre a imigração chinesa, datados de 29 de dezembro de 1872, de 17 de maio de 1873, de 1 de dezembro de 1873 e de 28 de fevereiro de 1874, formam uma sequência que é completada pela secção final de *EFC*, de 1874, tal como afirma Alan Freeland. Efetivamente, estes textos são prova de uma importante mudança na avaliação que o cônsul faz deste comércio, no decurso da sua missão em Cuba, que vem complementar o que tem sido dito pela maioria dos seus biógrafos, merecendo também uma apreciação em termos da sua ação, empenho e envolvimento nos assuntos do consulado.

Apesar dos esforços de Eça de Queiroz, de toda a correspondência consular cuidadosamente produzida e enviada para o *MNE*, não foi ele quem mais contribuiu para a decisão do ministro, mas sim outras individualidades, outras realidades, que não a de Cuba, dados os interesses de várias nações nessa imigração. Na verdade, o cônsul tenta a todo o custo mantê-la, propondo uma profunda transformação na forma como se fazia, sendo Andrade Corvo quem influenciou a conceção de Eça sobre a imigração chinesa, tal como se pode constatar em *EFC* quando lhe declara:

V. Ex.^a num relatório excelente disse todas as condições desta emigração, a sua longa história, as intrigas que a envolveram, as fraudes que a desacreditaram, as suas catástrofes, os seus crimes, as suas conseqüências sociais, os resultados económicos, morais e políticos que trazia à colónia, e justificou logicamente a sua proibição. **Eu só podia fazer a repetição condensada deste longo trabalho crítico.**⁶³¹ A experiência, porém, que eu trouxe da Havana e o conhecimento real e prático que adquiri da miserável colónia chinesa de Cuba e da autoritária classe dos fazendeiros autorizam-me a trazer para o depoimento geral dos factos algumas circunstâncias ignoradas ou incompletamente esclarecidas.⁶³²

Esta era a realidade, para Eça de Queiroz. Era uma questão de desequilíbrio, entre as forças produtoras, nas colónias emancipadas e as de escravatura. Enquanto as Antilhas francesas e inglesas possuíam como principal força de trabalho a imigração indiana e alguns negros livres, Cuba, para além da forte população escrava, possuía a imigração chinesa, a mais vantajosa devido à adaptação a clima e ao trabalho colonial. Nesta medida, só o fim desta imigração podia equilibrar a força e o preço de produção.⁶³³ Outro dado relevante apresentado pelo cônsul cessante é que a Inglaterra acabara por ter as

o mundo civilizado; nalguns dos países para onde os culis eram conduzidos, as leis e os costumes não lhes defendiam suficientemente a vida e os direitos, de modo que entre os asiáticos e os escravos a diferença, quando a havia, era em detrimento dos culis.” *Relatório e Documentos sobre a Abolição da Emigração de Chinas Contratados em Macau, op. cit.*, p. 21.

631 O realçado é nosso.

632 *A Emigração como Força Civilizadora, op. cit.*, p. 162.

633 Explica ainda Eça de Queiroz que a “oposição feita ultimamente à emigração chinesa era, incontestavelmente, uma excitação do interesse. A filantropia e a caridade influíram muito secundariamente. Tanta reclamação contra o tráfico dos *coolies*

suas razões, dada a forma ilegal como se estava a fazer o recrutamento e o transporte dos chineses, pelo que os seus interesses acabaram por coincidir com o ideal humanitário e os deveres cristãos de Portugal.

A realidade, para Eça de Queiroz, era apenas uma: se “não se tem aquilo de que se gosta – é necessário gostar-se daquilo que se tem”⁶³⁴, justificando, assim, o seu envolvimento na causa da imigração chinesa em Havana, e o impasse que sente por parte das autoridades governamentais de Lisboa, de modo que, se não pode mudar a ordem estabelecida tem que a compreender e aceitar. Esta é a primeira grande lição que extrai da sua ação diplomática, que lhe vai permitir repensar a sua atitude para que, no futuro, os assuntos consulares não se sobreponham aos da arte.

A atividade de Eça em Cuba consistiu em três períodos sensivelmente iguais, de cinco meses cada, dos quais apenas o primeiro e o último foram ali passados. A experiência relativamente limitada na América Central precisa de ser tomada em consideração ao lermos os relatórios, a maior parte dos quais pertence ao primeiro período de cinco meses, de finais de dezembro de 1872 e o fim de maio de 1873, altura em que viaja para os Estados Unidos a fim de averiguar a real situação dos emigrantes portugueses, que tinham sido levados para Nova Orleães por Charles Nathan.

Naquela altura, ocorreram dois processos de conflito e de mudança, relacionados entre si, cada um deles com uma dimensão local e internacional. Por um lado, a lenta transição de uma sociedade escravagista para uma outra, de trabalho remunerado, e, por outro, a insurreição nacionalista contra o domínio espanhol que tinha começado em 1868 e que viria a ser conhecida como a Guerra dos 10 Anos, em muito relacionada com a independência da ilha, à semelhança da conduta seguida por todas as repúblicas hispano-americanas.⁶³⁵ Na correspondência consular, o declínio gradual da escravatura, implicada naquela guerra, é referido com frequência assim como o comércio de trabalhadores chineses contratados em Macau, que se destinavam a substituir a mão-de-obra escrava nas plantações de açúcar, importante base da riqueza da ilha.

Em carta a Andrade Corvo, datada de 29 de Dezembro de 1872, Eça dá conta da sua chegada a Havana, no dia 20 de Dezembro, relatando também que Fernando de Gaver, o antecessor, lhe dá posse, apresenta-lhe o pessoal, nomeadamente o chanceler, dois amanuenses e o intérprete china, entrega-lhe os arquivos por inventário e informa-o “largamente” das condições em que vai encontrar “a emigração asiática que é a base do consulado”. Apressando-se a expor genericamente a questão, alega que não a

da parte da Inglaterra e o interesse que a ligação francesa mostrava na China a favor da proibição do tráfico eram originadas por uma rivalidade colonial.” *A Emigração como Força Civilizadora*, op. cit., p. 163.

634 Eça de Queiroz, *A Tragédia da Rua das Flores*, fixação do texto e notas de João Medina e A. Campos Matos, Lisboa, Morais Editores, 1980, p. 255.

635 Cfr. Vidal Morales y Morales, *Resumen de la Historia de Cuba*, 3.^a ed., Habana, Lib. e Imp. "La Moderna Poesia", 1918, p. 82.

pode dominar “na sua complexidade e ter dela uma plena e minuciosa inteligência”, num prazo estreito de dias, uma vez que chegara à ilha uma semana antes.⁶³⁶

Naquele relatório, revela já saber, através do antecessor, que existiam mais de cem mil asiáticos em Cuba, ali entrados pelo porto de Macau, que o *Regulamento de Emigração* coloca sob a proteção do consulado português. Dadas as condições económicas e industriais da ilha, a entrega do seu trabalho a braços importados, as condições em que ali vive a população colona, o cônsul não tem dúvidas da “importância do consulado que pode abrir a cem mil almas o registo de nacionalidade portuguesa: é portanto urgente que o Governo de S. M. atenda às condições em que vive aqui esta população colona”⁶³⁷, expondo toda a situação para Portugal.⁶³⁸ Coloca Portugal ao corrente do que se passa e informa sobre o que pode fazer para aumentar as receitas do Consulado, revelando também intenções sobre o que pode fazer humanitariamente por eles. A sua forte argumentação incidia sobre o facto de que uma coisa era a legislação e outra a prática corrente, que fazia da imigração chinesa o encobrimento da escravatura.

Embora a lei permitisse que os asiáticos que chegassem à ilha antes de 1861 pudessem solicitar a cédula de estrangeiro, uma comissão arbitrária, formada pelos proprietários mais ricos, intitulada *Comissão Central de Colonização*, formada sem estatutos e à margem do Governo de Madrid, conseguiu que se determinasse que nenhum asiático tirasse do consulado a sua cédula de estrangeiro sem que desse informação sobre ele e o autorizasse a requerê-la. Devemos recordar que os primeiros trabalhadores asiáticos chegaram a Cuba em 1847, para ali levados por uma firma que anteriormente se tinha dedicado ao comércio de escravos, à frente da qual estava Pedro Zulueta, primo de Julián Zulueta, o mais rico plantador e esclavagista na altura em que Eça foi cônsul que, curiosamente, que era o presidente da referida *Comissão Central de Colonização*, tal como mostra Andrade Corvo no seu relatório.⁶³⁹

Na verdade, durante este processo, geram-se graves inconvenientes para os imigrantes do qual outros tiram grandes proveitos, já que, prolongando indefinidamente a informação solicitada, o colono fica numa situação irregular, muito exposto a abusos, em que nem é colono, porque terminou o seu contrato, nem é livre, porque não tem a sua cédula. É precisamente neste espaço de tempo que a sua

636 Cfr. *Correspondência*, organização & Notas de A. Campos Matos, Vol. I, *op. cit.*, p. 56.

637 *Idem*, p. 57.

638 Lê-se neste relatório, datado de dezembro de 1872, que a “legislação cubana dividiu artificialmente a emigração asiática em duas espécies de colonos: os chegados a Cuba antes de 15 de Fevereiro de 1861, e os que vieram depois desta data arbitrária. Os primeiros tendo findado já o prazo de 8 anos – porque vêm contratados todos os colonos que saem por Macau – são livre no seu trabalho e podem requisitar deste consulado a cédula de estrangeiro; os outros – os que chegaram depois de 1861 e estão chegando – são obrigados, findos os seus 8 anos de contrato, a sair da Ilha dentro de dois meses, ou a recontratar-se novamente.” *Ibidem*.

639 Cfr. *Relatório e Documentos sobre a Abolição da Emigração de Chinas Contratados em Macau*, *op. cit.*, p. 106.

situação irregular faz a conveniência de todos, da polícia, do Governo e dos fazendeiros.⁶⁴⁰ A legislação era desumana e, segundo o cônsul, a agitação na ilha não justificava o tratamento dado aos colonos, que assentava exclusivamente no vasto sistema de exploração e não na Insurreição, uma das guerras de libertação de Cuba do domínio espanhol, na qual poucos entraram, apesar de serem acusados de estarem ativamente envolvidos no conflito. Os grandes agricultores procuravam enriquecer o mais rapidamente possível com o trabalho escravo, atitude que se apresentava incompatível com as condições dos colonos que exigiam reformas lentas e progressivas. Embora o *Regulamento de Emigração* tivesse contribuído em muito para melhorar as condições de transporte, tratadas na Secção VII, designada “Navios”⁶⁴¹, ao Consulado competia procurar melhorar-lhes a residência.⁶⁴²

Efetivamente, era este o objetivo de Eça, nesta altura, pedindo determinadamente a Andrade Corvo “autorização explícita” e “apoio oficial” para agir de forma segura perante a Capitania Geral, já que teria outra “força” para negociar com o Governo da ilha e fazer reformas de carácter local. Ao mesmo tempo, para o cônsul, “este Consulado adquiriria um valor e uma importância inesperada – já pelo número de súbditos portugueses que protegeria, já por se achar num dos centros mais ricos de América, já pelos rendimentos consideráveis que poderia dar ao Governo: por ora, como está, não é mais que um difícil organismo a criar”.⁶⁴³

A gerência consular de Fernando de Gaver, o seu antecessor, já tinha sido eficaz e proveitosa para a imigração asiática e muito honrosa para o país⁶⁴⁴, salientava no relatório, e ele não queria ficar atrás. Na verdade, analisada a correspondência do anterior cônsul, podemos compreender que a sua ação é o retomar da anterior, mas tentando avançar por todos os caminhos de modo a atenuar o sofrimento dos chineses, a melhorar a situação financeira do consulado, cumprindo com o seu carácter humanitário. Enquanto na correspondência de Fernando Gaver se denota uma preocupação pela falta de braços e pela apreensão que causa nos fazendeiros, devido à situação económica da ilha, Eça de Queiroz revela

640 Eça explicava, no mesmo relatório, a conveniência “da polícia que à mais efêmera infração (encontrar, por ex[emplo] o china, fumando ópio) o sobrecarrega de multas enormes, do Governo, que o aproveita, sem salário, para as obras públicas, e dos fazendeiros que terminam por o recontratar. De sorte que o benefício que a lei lhe concede é inútil na prática. – Em quanto aos que vieram depois de 1861 – uma legislação opressiva obriga-os a saírem findo o seu contrato, da Ilha, em dois meses ou tornarem a contratar-se; e como naturalmente o colono não tem meios de regressar à China – a polícia recolhe-os nos depósitos, - é obrigado a servir mais 8 anos.” *Correspondência, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, op. cit., p. 57-58.*

641 V. *Regulamento da Emigração Chinesa pelo Porto de Macau, op. cit., p. 32.*

642 Alegava o cônsul que apenas “duas reclamações mudariam a face geral das coisas: a 1ª em quanto aos colonos chegados antes de 61 – pedindo que a Comissão Central não tenha intervenção nas cédulas – e que todo o colono que prove ter cumprido os seus 8 anos, possa, segundo lho permite a lei reclamar-se do Consulado Português, e empregar-se nos trabalhos livres; 2ª em quanto aos que têm de ser recontratados – exigir que o Consulado, pela faculdade que lhe dá a Convenção Consular de 1870, intervenha no contrato, e tome dele registro. Assim se evitariam os recontratos onerosos e opressivos, para o colono, que não sendo como o 1º contrato, feito em Macau, examinados e consentidos pelas autoridades, tomam um pesado carácter de exploração.” *Correspondência, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, op. cit., p. 58.*

643 *Ibidem.*

644 Cfr. *idem*, pp. 58-59.

inconformismo e inquietação por tudo quanto ao assunto dissesse respeito, privilegiando a situação dos chineses em detrimento dos interesses dos proprietários.

Antes de partir em viagem para os Estados Unidos, de se ausentar da ilha devido às epidemias anuais que imperam naquele clima e de “aproveitar a licença” que lhe fora concedida, Eça nomeia como Vice-Cônsul D. Manuel Rodríguez Baz, “uma pessoa geralmente estimada na Havana pela sua grande probidade e reto caráter: e a sua inteligência da Colonização Asiática, e os seus hábitos de zelo e de trabalho garantem um êxito cabal no desempenho das suas funções”⁶⁴⁵, e em Cárdenas D. José de Montaner.⁶⁴⁶ Eça de Queiroz torna a elogiar a ação do vice-cônsul de Cárdenas no relatório de 17 de maio de 1873, referindo-se à iniciativa da sua jurisdição em multar os patrões que aplicam castigos excessivos aos chineses, apesar de referir que o chim é aceite como uma necessidade inevitável, sendo odiados, porque se lhe atribuem muitos vícios.⁶⁴⁷

Para além destas nomeações, envia três longos relatórios ao ministério dos negócios estrangeiros, um, datado de 18 de março de 1873, trata de “um exame circunscrito mas nítido da situação política da Ilha de Cuba”⁶⁴⁸, outro, datado de 17 de maio do mesmo ano, sobre a necessidade de “regular definitivamente por meio de um artigo adicional à Convenção Consular com Espanha de 21 de fevereiro de 1870 – a situação e direitos dos colonos”⁶⁴⁹, outro, datado de 1 de dezembro de 1873, em que faz um balanço claro e apelativo sobre as receitas do consulado, obtidas diretamente, e a declaração de que sem “rendimentos estáveis não pode [...] o orçamento do Consulado da Havana ser fixado dum modo definitivo.”⁶⁵⁰ A última correspondência, datada de 28 de fevereiro de 1874, marca o termo da sua passagem por Havana, dado aproximar-se o fim da imigração asiática pelo porto de Macau, que ocorrerá no mês seguinte, sob as determinações de Andrade Corvo.

Em relação ao relatório de 17 de maio de 1873, um dos dois que João de Andrade Corvo inclui no seu relatório, Eça revela mais espírito crítico em relação ao que anteriormente manifestara, pois estava convencido que “os chinas não são inteiramente inferiores aos cães”. Se quando chegara a Havana mostrara alguma confiança na possibilidade de mudar o rumo daquela imigração, formula em poucos meses a sua própria opinião, não poupando as autoridades cubanas quanto à legislação repressiva que anteriormente tinha sido bem acolhida pelo seu predecessor. Daí a importância deste relatório de maio de

645 *Correspondência Consular*, Edição de Alan Feeland, *op. cit.*, p. 9.

646 Na cidade de Cárdenas, existe um dos maiores portos de mar, “onde existem, em trabalho, nuns engenhos de açúcar, alguns milhares de colonos Asiáticos – eu julguei ali indispensável a colocação dum agente consular que pudesse ter sobre os súditos portugueses uma ação protetora mais direta e eficaz [...]. O Sr. D. José de Montaner, que anteriormente exercia em Cárdenas o cargo de Chefe geral da Polícia é uma pessoa geralmente considerada, de irrepreensível probidade, e que há muito dava uma decidida proteção oficiosa a todos os colonos de Macau.” *Idem*, p. 17.

647 Cfr. João de Andrade Corvo, *Relatório e Documentos sobre a Abolição da Emigração de Chinas Contratados em Macau*, *op. cit.*, p. 119.

648 *Correspondência Consular*, Edição de Alan Feeland, *op. cit.*, p. 11.

649 *Idem*, p. 18.

650 *Idem*, p. 34.

1873, já que o cônsul revela uma maior consciência do nível de corrupção e da capacidade que a sociedade escravagista possuía em escapar a quaisquer restrições legais, dando continuidade à tradicional escravatura, mudando-lhe apenas a cor.

A carta a Jesuíno Ezequiel Martins, datada de abril – maio de 1873, encimada com a nota “Consulado de Portugal – Particular”, responde à questão que temos vindo a colocar, sobre a imprescindibilidade da correspondência de Eça na tomada de decisão de Andrade Corvo, já que começa por referir que recebeu o seu

ofício acerca de *coolies* - que veio excelentemente a propósito: aqui muitas vezes - extra-oficialmente – se me deu a entender – que eu com as minhas incessantes e revolucionárias exigências a respeito de *coolies* – não representava as intenções do Governo de Portugal. Agora tenho um ponto de apoio e um documento definitivo – de que farei um uso económico e prudente. O governo manifesta ali inteiramente a sua opinião.⁶⁵¹

Explicava que o que o embaraçava era dizerem-lhe que a Convenção com a Espanha teria por modelo a convenção com o Peru, pelo que lhe pedia, “por quem é – não faça tal, amigo! Deixa o consulado tão desarmado como agora está. Leia esse relatório que eu mando – e procure que a convenção a celebrar seja possuída do espírito das reformas que eu lembro”.⁶⁵² Alegava o cônsul que a questão vista do lado de lá era uma coisa, mas vista de onde ele se encontrava era outra. Não está muito nos usos diplomáticos “atacar diretamente” artigo por artigo, pois é, de certa forma, mandar em casa alheia, mas afiançava que estava a atender “às condições atuais da Espanha, aos homens que compõem o ministério e à boa vontade que há em Madrid de dar um golpe à alta propriedade de Cuba. [...] Assim, amigo, interesse-se por isso, peço-lhe”.⁶⁵³

Outro ponto que aborda naquela carta a Jesuíno Ezequiel Martins é sobre as contas que lhe são pedidas e sobre as quais tem dúvidas, deduzindo-se que é uma questão importante e que o consulado tem que ter rendimentos próprios para sobreviver. Dada a carestia de vida em Havana, pede também que os seus emolumentos sejam reduzidos a ordenado fixo, reforçando, em dezembro do mesmo ano, que é “impossível viver na Havana com 8 a 10 000 pesos por ano – para viver com a decência indispensável. A Havana é o dobro mais caro que o Brasil. Eu tenho-me podido sustentar porque apanhei este rendimento inesperado das cédulas [...]”.⁶⁵⁴

No ofício de 17 de maio, que agora tratamos, começa por afirmar que, recebeu “as instruções relativas à emigração asiática [...] e a afirmação que de que o governo de S. M. procura regular definitivamente por meio dum artigo adicional à Convenção Consular com a Espanha de 21 de fevereiro

651 *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, *op. cit.*, p. 70.

652 *Ibidem*.

653 *Idem*, pp.70-71.

654 *Idem*, p. 97.

de 1870 – a situação e direitos dos colonos⁶⁵⁵, afirmando prontamente que essa convenção é uma “necessidade imediata” para mudar a situação dos chineses.⁶⁵⁶

No começo do ano, a existência e a condição dos colonos, cerca de oitenta mil, era verdadeiramente desgraçada, já que não tinham direitos nem estavam protegidos. Uma legislação “tirânica” entregava-os “à exploração dos proprietários, à arbitrariedade das autoridades, às extorsões da polícia e às exigências dos *ayuntamientos*”.⁶⁵⁷ Lamentava Eça de Queiroz que apesar do seu zelo não podia exercer a proteção aos colonos com autoridade.⁶⁵⁸ Por um lado, a legislação era opressiva e, por outro, havia arbitrariedade na sua execução. O colono que tinha cumprido o seu primeiro contrato era entregue pelo “amo” à autoridade local, que o encerrava no “depósito”, uma das instituições mais características daquela legislação. Os depósitos eram grandes “barracões ou casebres”, sem condições de “higiene”, “asseio” e “humanidade”, no qual a alimentação é fornecida por donos de tabernas a quem é dado o serviço por arrematação, que enriquecem com a fome dos colonos. Ali estão fechados até que um proprietário os leve para o cumprimento de mais um segundo contrato.

Os depósitos são assim “um intervalo entre duas escravidões”, os “escravos transitórios dos *ayuntamientos*”, nos quais se encontra grande parte dos que chegaram antes de 1861 e que cumpriram o primeiro contrato, tendo direito à cédula de português. Mas enquanto a lei os liberta, o regulamento escraviza-os, deixando-os prisioneiros da mesma situação e sem margem para lutar por outra, já que muitos dos que chegaram antes de 1861 e que estão no segundo contrato, encontram-se no interior, nas grandes plantações sem autorização para de lá saírem de modo a aproveitar a disposição que os favorece. Deste modo, apenas uma minoria consegue a cédula e as garantias de trabalhador livre.

Apesar de todos os esforços para que alguns consigam a cédula e o estatuto de trabalhador livre, lamenta o cônsul que nenhum chinês se pode considerar verdadeiramente livre, já que a prática corrente é ser preso, a cédula ser apreendida ou considerada falsa, e tornado novamente escravo. Ao encontrar-se novamente sem documentos, basta que qualquer autoridade local necessite do seu trabalho, sendo-lhe

655 Eça de Queirós, *Correspondência Consular*, Edição de Alan Feeland, *op. cit.*, p. 18.

656 Argumentava o cônsul que, dado “o procedimento dos possuidores de colonos e o assentimento cúmplice das autoridades espanholas [...]; e sobretudo a imprensa dos Estados Unidos, lembrando que os proprietários de Cuba nas vésperas de perderem os escravos procuravam desforrar-se pelos colonos [...]; e Mr Fish na sua mensagem ao General Sickles sobre a insurreição de Cuba, julgou dever lembrar ao governo espanhol que o povo americano via com profunda mágoa que a baixa avidez dos plantadores de açúcar explorava opressivamente a grande colônia asiática de Cuba, e por meio de recontratos forçados a mantinha num profundo estado de servidão.” *Ibidem*.

657 *Idem*, p. 19.

658 Queixa-se o cônsul que “a ação dos agentes consulares na Havana está tão limitada pelas disposições do governo da ilha que a pouco mais se pode estender do que ao expediente marítimo; hoje estas condições começam lentamente a modificar-se e em muitos casos reclamações dos cônsules de ordem administrativa ou política têm sido atendidas. Mas basta que V. Ex.^a saiba, por exemplo, que os cônsules na Havana não têm direito a dar passaportes aos seus nacionais para que compreenda quanto é restrita e estreita a sua ação. Assim na questão asiática o Consulado não podia reclamar a extinção das praticas antigas, nem protestar eficazmente contra as disposições que sobrevenham e cada vez tornavam mais amplo o direito do proprietário e mais dominada a servidão do colono. E assim, de regulamento em regulamento, se foi arquitetando esta legislação opressiva.” *Ibidem*.

entregue pela polícia para os mais variados trabalhos, sem salários. Efetivamente, a situação dos chineses agrava-se com a corrupção e o abuso de poder dos agentes de polícia contribuem para diminuir a sua liberdade.

Apelava o cônsul para a necessidade do colono ter “proteções”, para continuar de posse da sua cédula, relatando o caso de um médico de profissão que chegou “não como colono, mas livremente como súbdito de Macau, [...] empregado a bordo de um navio de emigrantes [sendo] preso pela polícia, em seguida ao seu desembarque, *como colono sem papéis*”⁶⁵⁹, até que conseguiu chegar ao consulado “consumido de trabalho e quase idiota de terror” reclamar-se como português. Apesar de ter reclamado a sua libertação, o médico continuou preso.

Seria conveniente que um agente autorizado percorresse os vários distritos, explorasse os engenhos, examinasse os depósitos e fosse provendo da cédula, depois de prévio processo de averiguação, todos os que estivessem nos termos da lei. Mas o governo ao dar esta permissão “iria prejudicar os *Ayuntamientos* por lhes tirar os braços gratuitos dos depósitos e prejudicar os fazendeiros que têm os colonos em segundo contrato, o consulado não tem a esperar para tal reclamação senão uma resistência inquebrantável”⁶⁶⁰.

Durante a sua gerência, por duas vezes o consulado viu suspenso o direito de conceder cédulas. A Comissão Central de Colonização, composta de fazendeiros, donos de engenho, foi criada pelo general Ceballos, em 15 de dezembro de 1871⁶⁶¹, sem autorização nem confirmação do governo de Madrid, dirigindo, decretando e regulando a imigração asiática, tendo sobre ela um domínio exclusivo. A sua função era afastar alterações que pudessem beneficiar os colonos e tirar o direito que o consulado tinha de emitir cédulas e de retirar braços ao trabalho escravo para os entregar ao trabalho livre. Os asiáticos que chegaram depois de 1861, terminado o seu primeiro contrato, tinham que sair da ilha no prazo de dois meses ou então recontratar-se por mais seis anos, prazo que o cônsul conseguiu reduzir para dois.⁶⁶²

As condições de existência e de transporte não eram menos humilhantes e perigosas. Apesar do *Regulamento de Macau* ter contribuído para uma melhoria dessas condições, continuavam sem serem boas. Apenas nos navios de grande tonelagem as condições de higiene, de trato e de acomodação eram

659 Eça de Queirós, *Correspondência Consular*, Edição de Alan Feeland, *op. cit.*, p. 21.

660 *Ibidem*.

661 Cfr. *Relatório e Documentos sobre a Abolição da Emigração de Chinas Contratados em Macau*, *op. cit.*, p. 106.

662 Lastimava, neste relatório, o único que João Andrade Corvo inclui no seu, a sorte de todo “o colono vem a Cuba com a ideia de que no fim do seu contrato pode voltar à China com um pecúlio adquirido: para esta ilusão concorrem os agentes de Macau e a ignorância absoluta em que estão os colonos das condições da Ilha de Cuba. Vivendo nas suas aldeias, próximas ao litoral do Império, em condições de miséria que não têm igual no mundo – os chinas supõem que as condições de contrato – alimento farto, duas mudas de roupa por ano, e quatro pesos mensais – são uma fortuna inesperada. E sobretudo supõem que findos os primeiros oito anos terão as economias bastantes para voltar à China com recursos inextinguíveis. Mas no fim de 8 anos encontram que estão absolutamente miseráveis, que não há transportes diretos para a China, (faz-se a viagem pela Califórnia e Japão) e portanto, lhes resta estritamente o recurso de se recontratarem. E quando por exceção algum obtém os meios de regresso – as autoridades, sem atenção à lei e ao contrato, proibem-lhe a saída e internam-no nos depósitos.” *Apud idem*, p. 118.

mais toleráveis.⁶⁶³ A alimentação e o horário de trabalho são questões também debatidas por Eça, por lhe parecerem impróprias. A base da alimentação é arroz e banana e em alguns engenhos dão “rações de tassago”, carne seca proveniente de Buenos Aires. Já o horário de trabalho ocorre entre as quatro ou cinco da manhã e as sete ou oito da noite, com duas horas de descanso ao meio dia. Nas horas de mais trabalho, pode ser alargado até às onze da noite. Para os desobedientes e revoltosos, o castigo ordinário é dado com os mesmos instrumentos e pelos mesmos processos com que anteriormente se puniam os escravos, o cepo e as algemas.

De resto, o chinês não é uma figura por quem se sinta simpatia alguma, sendo mesmo odiado, atribuindo-se-lhes todos os vícios e procedendo-se com eles como inimigos. Enquanto os negros são estimados como instituição doméstica, o chinês, dada a servidão que lhe é exigida, é, a par do “fellah” no Egito, e na Núbia, a pessoa mais infeliz que conhece, rematando ao ministro que “se a justiça não é uma mera categoria de razão, a condição dos colonos na América Central não é compatível com a dignidade da época”.⁶⁶⁴

A imagem dos chineses não passa despercebida a Eça, conhecendo-lhes várias facetas, ao longo dos tempos, certo que a sua forma de vida provocava na sociedade repulsa pela raça. No entanto, ali em Havana, defende-os, referindo que a *Comissão de Colonização* se baseia em episódios acidentais e na ilegalidade, porque os chins que possuem cédulas vendem-nas, às vezes, aos que estão sob contrato, ou então perdem-nas ou são-lhe roubadas. Outra situação, não menos frequente, é a cédula passar para mãos ilegítimas, por falecimento do possuidor, e como eles têm todos a mesma fisionomia é fácil a substituição. Na obra de arte, em *O Mandarim*, Eça ilustra os seus pensamentos sobre a raça, e, sem receio de se comprometer, leva Teodoro a fazer uma incursão pelo interior da China, por certos bairros onde morava a burguesia, a população, mostrando-o chocado. O cenário não podia ser mais repugnante, tanto pelo que viu como com a naturalidade com que os chineses conviviam com aquela degradação, apresentando a emigração do chinês como um mal menor. Pequim era um “monstro”, onde habitava uma classe “tártara” e “conquistadora” a que obedeciam trezentos milhões de homens, uma “raça subtil”, “laboriosa”, “sofredora”, “prolífica”, “invasora”. Tinham uma marinha formidável, um exército que utilizava táticas prussianas, de modo que quando Teodoro conta que em Portugal,

663 A maior parte das vezes, os chineses “são transportados como um rebanho sofredor, por vezes às privações crescem as barbaridades, e ainda se não acalmou na imprensa americana a indignação causada pelas declarações do maquinista do Fatchoy, vapor de culis, onde as necessidades produziram uma sublevação, e a revolta foi sufocada com tiros. O Fatchoy chegou á Havana em outubro de 1872; logo que os culis desembarcaram, a casa consignatária que os contratou, trespassou os contratos aos proprietários a 600 e 700 pesos cada um! Os jornais costumam anunciar os preços dos colonos, como uma mercadoria. E assim vendido, o colono entra na miséria dos engenhos. É uma desgraçada existência que eles ali têm: em primeiro lugar, o salário de 4 pesos é absurdo na lha de Cuba, é um salário correspondente a 2.000 reis da nossa moeda, e mesmo menos de 1.000 reis, em relação aos preços de Havana; a condição de lhos dar, mudar de fato é raramente cumprida, e muitos se queixam de que, trabalhando há longos anos, nunca receberam salário nem roupa nova.” *Apud Relatório e Documentos sobre a Abolição da Emigração de Chinas Contratados em Macau, op. cit.*, p. 119.

664 *Ibidem*.

quando, a propósito de Macau, se fala do Império Celeste, os patriotas passam os dedos pela grenha, e dizem negligentemente: «Mandamos lá cinquenta homens, e varremos a China...»
A esta sandice - fez-se silêncio.⁶⁶⁵

Questiona-se, então, sobre os termos em poderá ser feita a convenção com a Espanha, alegando, em relatório, que o estipulado na convenção com o Peru já está definido e organizado pelo regulamento de Macau e há muito estabelecido ou correndo já na legislação da ilha, pelo que de nada serviria para alterar o estado da imigração cubana. A situação de Cuba merece uma atenção especial, “artigos especiais” para as situações pendentes, dado conhecer a “alta propriedade de Cuba, educada nos hábitos da escravatura, hostil a tudo o que é a liberalização do trabalho [e] a influência que ela exerce, ruidosamente e sem dissimulação, sobre o governo da Ilha, [...] as interpretações interessadas e as reformas que sofrem aqui as disposições de Madrid”.⁶⁶⁶

Como as leis da emancipação faziam aumentar a necessidade de colonos e aos importadores não convinha ir buscá-los a Hong-Kong ou a Cantão, dado que o governo inglês apenas permitia que o colono fosse contratado por cinco anos, o cônsul pensava nas várias implicações dessa imigração, salientando ao ministro que no

dia em que o porto de Macau se fechasse á emigração, uma grande ruína abalaria a indústria açucareira de Cuba; por isso todas as exigências do governo de S. M. serão aceites. Suplico pois a V. Ex.^a se digne atender, em qualquer acordo, as ideias que exponho, e com tal reforma o governo de S. M. fará justiça a 100.000 colonos e responderá dignamente às antigas acusações; e certamente o governo de Espanha aderirá á justiça desta reforma, pois que a nação que emancipa os escravos não pode logicamente escravizar os colonos.⁶⁶⁷

Eça de Queiroz não podia ser mais claro sobre o que pensava da situação da imigração asiática em Havana. Embora soubesse que o modo de vida do chinês chocava com o de outras culturas, sabia também que era trabalhador e empreendedor, que Cuba precisava dele como alavanca fundamental da sua economia, e a ele, cônsul, interessava defender os interesses do consulado, garantir a sua subsistência e viabilidade e defender os interesses de Portugal. No seu entender, ao legalizar aquela mão-de-obra salvaguardava a liberdade e segurança dos chineses, financiava o consulado, e dava também garantias aos plantadores e donos de engenhos, que estavam a ficar parados, lucrando todos com aquelas medidas, terminando o relatório com a afirmação que com “tais disposições legais – os colonos evitariam toda a injustiça e o consulado todas as dificuldades”.⁶⁶⁸ Na verdade, em 1878, em carta a Ramalho Ortigão, de Newcastle, confirma que o consulado se sustentava a si próprio, de acordo com a legislação, subentendendo-se que, por essa razão, o cônsul era também um gestor, chamando-o à atenção para

665 *O Mandarin*, Lisboa, Resomnia Editores, (1880) 1988, p. 48.

666 *Correspondência Consular*, Edição de Alan Feeland, *op. cit.*, p. 25.

667 *Idem*, p. 26.

668 *Idem*, p. 25.

uma retificação, a propósito dos cinquenta contos (!) que V. me acusa de ter recebido do Estado: eu na Havana era apenas pago pelos chins, pelos serviços que lhes fazia: pagavam-me bem, honra seja feita aos chins, e deram-me uma bengala de castão de ouro! É verdade que eu, pelo menos por alguns anos futuros, garanti-lhes mais pão e menos chicote. Pago pelo Estado, porém, sou-o apenas há quatro anos; [...].⁶⁶⁹

Hermano Neves em “Eça de Queiroz, homem de coração”, no “*In Memoriam*”, cita Eduardo Prado, o seu testemunho sobre o escritor em Havana, referindo que

A Havana, para onde foi mandado como cônsul, não foi para ele um paraíso. [...] Florescia então em Cuba o comércio dos chins escravizados, nominalmente portugueses porque era do porto português de Macau que eles eram levados para os infernos de verdura, de calor e de sofrimento que eram para eles, as plantações de assucar da Ilha. Foi Eça de Queiroz nomeado cônsul para regular, inspecionar e, portanto, manter esse comércio. Por uma disposição fiscal da lei consular, esse comércio era altamente lucrativo para o cônsul. Aconteceu porém que o cônsul foi Eça de Queiroz, que começou uma campanha oficial contra o comércio dos chins, que foi, finalmente, abolido. Depois deste ato de desinteresse, partiu para a terra proverbial do interesse. Correu os Estados Unidos...⁶⁷⁰

Eduardo Prado tinha grande admiração por Eça de Queiroz, tal como se pode verificar nesta nota. No entanto, para Hermano Neves, o brasileiro erra ao defender que o exílio de Cuba ficara sem influência na obra do artista, dado que, tal como afirmara, a paisagem tropical não é animada pelas grandes recordações clássicas da história e da arte, pelo contrário, é uma estufa verdejante que o estrangeiro não chega a amar, razão por que não fez obra de artista e, em tudo quanto mais tarde escreveu não se “vê lembrança daquele pesadelo de palmeiras e orquídeas”. No entanto, não é inteiramente verdade, porque o

episódio dos chins escravizados constituiu nem mais nem menos que a remota sugestão do Mandarim, de que já em 1880 se publicava a 2.^a edição. E flagrante o paralelo. [...] A sua situação de cônsul na Havana assemelhou-se num dado instante à do homem diabolicamente tentado a matar o Mandarim que não conhece, que o não interessa, e que lá longe, no fundo da China, ante a paisagem remota e diáfana de uma tarde serena entretém os longos ócios de velho na tarefa pueril de soltar às brisas o seu papagaio de papel. E matá-lo comodamente, sem um esforço, sem uma repugnância, com a consoladora certeza de lhe herdar os copiosos bens...⁶⁷¹

Para este autor, Eça, cônsul de Portugal em Cuba, poderia ter feito ali uma fortuna imensa se não se tivesse rendido à bondade infinita da sua alma. Dado o seu caráter, os seus princípios, não podia aceitar a fortuna ao preço “horrrível” que lha queriam pagar os fazendeiros da ilha, revelando estar atento às misérias do seu semelhante, protestando contra todas as injustiças com “um sorriso irónico de desdém para todos os ridículos, não se deixou vencer pela tentação”.⁶⁷² Na verdade, podia ter-se calado sobre a desgraça do “pobre culi”, que trabalhava como um escravo de sol a sol no inferno dos engenhos, para

669 *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, *op. cit.*, p. 218.

670 Hermano Neves, “Eça de Queiroz, homem de coração”, in *Eça de Queiroz, “In Memoriam”*, Eloy do Amaral, Cardoso Martha, (organizadores), *op. cit.*, p. 19.

671 *Idem*, pp. 18-19.

672 *Idem*, p. 19.

que mais oiro se amontoasse nos cofres dos fazendeiros bestiais, mas protestou, chegando a justificar os crimes cometidos pelos chineses, na prosa oficial dos seus relatórios consulares para o *MNE*.⁶⁷³

Em 1894, numa fase mais madura da vida e com outra percepção do mundo, revela, na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, numa longa crónica que intitula “Chineses e Japoneses”, que os chineses são

todos extremamente inteligentes, de uma atividade formigueira, de uma persistência de propósito e tenacidade só comparável à dos *bull-dogs*, de uma sobriedade quase ascética e com inacreditável capacidade de aturar e sofrer. Os europeus que habitam e visitam a China acrescentam que eles são, além disso, muito falsos, muito mentirosos, muito covardes, muito larápios e muito sujos. Mas estes europeus, verdadeiramente, da China, só conhecem a orla marítima, os portos abertos ao comércio europeu, as «concessões», Hong-kong e Xangai. E nestes portos só conhecem aquela população chinesa, iletrada e grosseira, que se emprega nos misteres inferiores de barqueiro, carregador, criado, moço de fretes, vendedor ambulante, etc.⁶⁷⁴

Para o escritor, a China possui uma população de quase um terço da humanidade, construiu uma civilização, uma força prodigiosa, uma literatura secular, cujo tema invariável é celebrar a incomparável felicidade de ser chinês, defendendo que “avaliar por esta baixa matula toda a sociedade chinesa é como julgar a França, pelos maltrapilhos que fervilham nos cais de Marselha, ou criticar o Brasil e a sua educação e a sua cultura e a sua força social, pela gente baixa que carrega e descarrega fardos dos trapiches para os armazéns”.⁶⁷⁵ Nesta crónica, antevê um grande futuro para a China, o desdém que esta sente pelo europeu, a convicção de que lhe é superior, moral e socialmente, mas também o que aprendera na Europa, onde enviou missões escolares para começar a aprendizagem científica. Quando a China se tornar uma nação militar que, segundo afirmava Eça, poderia ser num curto espaço de tempo, dadas as características da raça, tornar-se-á perigosa e a Europa ficará numa situação vulnerável, apesar de o Chinês ser um povo, aparentemente, pacífico.

No Brasil, Olavo Bilac também se mostrava apreensivo com a expansão da raça e preocupado com a diplomacia europeia em exercício na China, no final do século XIX. Toda a Europa e todo o mundo via com espanto e cólera a agitação daquela inumerável “multidão de rabichos”, que armazenou dinheiro e raiva, acumulou e concentrou o seu furor. Enquanto a diplomacia europeia parecia sólida e toda a gente se tinha habituado a aceitar a China como uma porção de terra muito mole, muito porca, vem um historiador e diz textualmente, sobre essa abominável porção de terra, que os “tempos

673 Hermano Neves cita o relatório de 17 de maio, no qual Eça relata ao ministro os assassinatos de maiorais, nos engenhos, a que os chinas não são alheios, excessos que provêm do desespero, e também os suicídios que ocorrem por influência das superstições religiosas. O chim é um infeliz, como o “fellah no Egipo e na Núbia”, e, “se a justiça não é uma mera categoria de razão, a condição dos colonos na América Central não é compatível com a dignidade desta época”. Para este autor, deste “episódio que detalhada e documentadamente hei de referir um dia, nasceu o Mandarim. Não é original, bem sei, a forma simbólica por que o problema foi posto em equação. A literatura francesa forneceu-lhe a fórmula da pergunta, submetida pelo seu enorme talento à colorida análise do romance; foi porém no seu nobilíssimo procedimento de homem de coração que encontrou a resposta: *Só sabe bem o pão que dia a dia ganham as nossas mãos: nunca mates o Mandarim!*” *Ibidem*.

674 Cfr. Eça de Queiroz “Chineses e Japoneses”, in *Textos de Imprensa IV* (da *Gazeta de Notícias*), Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, Edição de Elza Miné e Neuma Cavalcante, Lisboa, INCM, 2002, p. 531.

675 *Idem*, pp. 531-532.

modernos da China começaram dois mil duzentos e cinquenta anos antes de Cristo!” Quem podia imaginar?, pergunta Bilac, afirmando que coisa

feia deve ser aquela!... o chim quando pacato, já é feio como uma necessidade: - quando furioso, deve ser uma criatura de pesadelo, uma espécie de succubo infernal, uma aparição de sabbath. Santo Deus! o chim já é tão amarelo quando está calmo! imagine-se o que deve ser um chim, quando está amarelo... de raiva!⁶⁷⁶

Na Antiguidade, a Muralha fora erguida para se defenderem dos Tártaros selvagens, hoje em dia inventam outras muralhas de chamas para se defenderem dos europeus civilizados como: “quem galvanizou o cadáver”, “quem tocou o sino a rebate”? Tudo isto são pretextos para se livrarem da presença europeia, por quem não nutriam simpatia, como Eça já tinha defendido. Para Olavo Bilac, os filhos das classes ricas do Brasil sonhavam com a diplomacia como carreira, para a qual obtinham o diploma de bacharel, já que lhes dava fartura de dinheiro, honras, amores variados e fáceis, enfim, toda uma existência regalada, mas, se são verdadeiras as notícias que chegam da Europa, sobre uma tragédia ocorrida na China com assassinato de diplomatas estrangeiros, “Diabos levem a diplomacia!”⁶⁷⁷

A Insurreição cubana na Correspondência Consular de Eça

A atenção dada à guerra, tema que trata no relatório de 18 de março de 1873, tem animado interpretações opostas acerca da ação consular de Eça de Queiroz por parte dos biógrafos e estudiosos, desde Archer de Lima, em que a maioria o vê empenhado numa luta altruísta e corajosa a favor dos trabalhadores chineses. António Cabral, Vianna Moog e João Gaspar Simões estão entre os biógrafos do escritor que têm enobrecido a intervenção do jovem cônsul em Havana aos quais se irá opor, entre outros, Joaquim Palminha Silva.⁶⁷⁸ É precisamente este relatório, em que tece um comentário sobre os insurretos cubanos, que defendiam que Cuba se tornasse uma nação independente, e os colonizadores espanhóis, que desejavam a manutenção da sua supremacia, que lhe vai causar graves críticas.

Joaquim Palminha Silva, afastando-se dos seus mais conhecidos e tradicionais biógrafos, acusa-o de não ter compreendido e apoiado o nacionalismo cubano, vendo-o como uma “desilusão”. Contudo, Freeland, fazendo uma análise mais ampla e mais moderada, defende que a “atividade de Eça em Cuba situa-se provavelmente entre estas duas versões, positiva e negativa”⁶⁷⁹, dado que, em relação a esta matéria, havia um impasse na ilha que limitava as suas iniciativas. A Insurreição iniciou-se em 1868, na parte oriental, pobre e inculta, com um “pronunciamiento”, feito por Carlos Manuel de Céspedes, o “Grito de Yara”. Este protesto contra a administração espanhola e a sua política de impostos foi feito por

676 *Ironia e Piedade*, 3.^a ed., Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1926, p. 140.

677 Cfr. *idem*, p. 143.

678 V. *O Nosso Consul em Havana: Eça de Queiroz*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981.

679 “Introdução”, in *Correspondência Consular*, Eça de Queirós, Edição de Alan Feeland, *op. cit.*, p. XXI.

fazendeiros brancos, por homens de profissões liberais e por antigos escravos, transformando-se numa guerra entre os crioulos cubanos, nascidos e crescidos na ilha, e as tropas espanholas, apoiadas por peninsulares nascidos em Espanha, que estavam organizados numa milícia local que eram os chamados “voluntários”. Os rebeldes aguardavam a sua oportunidade, dada a Revolução de 1868 em Espanha, e o apoio dos Estados Unidos, que nunca chegaram a ter, tendo conseguido estabelecer apenas algum controlo naquela parte da ilha.

A ideia de “Cuba livre” existia mais no espírito dos seus apoiantes, mas numa região definida, de modo que a insurreição não foi alargada à parte ocidental, a área mais rica e importante da cultura da cana de açúcar, pelo que não teve a dimensão esperada. A questão da escravatura foi crucial neste impasse, já que, enquanto alguns líderes libertaram os seus escravos e os de plantadores inimigos, a ambivalência em relação a esta matéria não deixava de se verificar, pois entre os rebeldes havia indivíduos pertencentes às classes média e alta que apenas aceitavam a introdução de determinadas medidas de uma forma gradual, ou seja, não eram completamente a favor da abolição.

Embora dos seus relatórios mais longos apenas um tenha sido dedicado à Insurreição e apesar das críticas que lhe podem ser feitas sobre os seus comentários, o certo é que, segundo Freeland, o “relato que Eça faz da insurreição é, pois, uma reflexão justa da situação de impasse em 1873”⁶⁸⁰, entre as partes envolvidas no conflito. Contudo, a impressão que transmite dos rebeldes é que não favorece nada o escritor, já que descreve os conflitos como “guerrilhas compostas de negros fugidos, de chinos revoltados e de soldados desertores sustentam, discriminadamente, uma perturbação constante com ataques débeis e assustados às fazendas isoladas e aos postos avançados”.⁶⁸¹ Esta dita composição racial das guerrilhas em que, significativamente, os únicos europeus a que se alude são desertores, parece associar insurreição à fraqueza, traição e cobardia, porque os rebeldes faziam tímidos ataques a alvos isolados. O escravo negro, tal como aqui é mostrado, e sobre o qual se manifesta por mais de uma vez e sempre da mesma maneira nesta correspondência consular de Havana, reflete um estereótipo já conhecido, como um indivíduo que não ameaça o domínio colonial europeu, que é trabalhador, leal e de inteligência limitada, embora incapaz de ser educado, ideia que reafirma em *EFC* quando refere que o

negro é o melhor trabalhador para as colónias de plantação. É de uma força infatigável, é dócil e amorável, afeiçoa-se à casa, aos hábitos; pertence a uma raça incaracterística, que toma afeição rápida da civilização que o cerca; é moral, tem uma tendência benéfica para viver em família, é simples, sóbrio, e a falta de todo o ideal habilita-o a perpetuar-se no mesmo trabalho sem fadiga e sem tédio. Somente, a não ser o cafre – tão inteligente como robusto -, a sua depressão cerebral torna-o incapaz de toda a educação.⁶⁸²

680 *Op. cit.*, p. XXV

681 *Apud ibidem.*

682 *A Emigração como Força Civilizadora, op. cit.*, p. 157.

Para Freeland, se Eça revela pouca simpatia com a Insurreição pode-se dever ao fato “de os chefes dos rebeldes serem extremamente ambivalentes em relação à escravidão”⁶⁸³, pelo que a sua escolha não era fácil, dado que o regime espanhol era opressivo e escravagista e o movimento da independência a favor da abolição.⁶⁸⁴

Em Havana, o que o preocupa a sério é a imigração asiática e os rendimentos do consulado. Se quando chegara, durante os primeiros nove ou dez meses de Havana todo ele é chinês, mostrando-se empenhado em melhorar as débeis condições de sua subsistência, em dezembro de 1873 depois de ter viajado pelos Estados Unidos vinha diferente. A sua opinião sobre a América, pela qual chegara a sentir fascínio, tinha começado a mudar mal chegara a Cuba, dando dela opinião a Ramalho Ortigão, quando ainda estava na América Central. Referia na carta, datada de janeiro – fevereiro de 1873:

estou longe da Europa e você sabe quão profundamente somos Europeus, você e eu. Isto aqui – ou pelo seu lado mau Espanhol ou pelo seu curioso lado Americano (dos Estados Unidos) – é muito diferente daquilo que eu preciso. Eu preciso política, crítica, corrupção literária, humorismo, estilo, colorido, palheta, - e aqui estou metido num hotel – e quando discuto é sobre câmbios – e quando penso, é sobre *coolies*.⁶⁸⁵

No primeiro relatório que enviara a Andrade Corvo, tinha reconhecido que era necessário fazer reformas, de forma lenta e progressiva, com “muita prudência e tato nas negociações” com as autoridades, para obter permissão para emitir as cédulas de estrangeiros aos asiáticos. Mas no relatório de 1 de dezembro de 1873, no qual apresenta esmiuçadamente as contas ao ministro, dividindo-as para sua melhor percepção em *Rendimento Permanente e Regular e Rendimento Excepcional e Transitório*, faz um balanço da imigração asiática, dos rendimentos que tem dado e dos que prevê para o futuro, sobre os quais se mostrava apreensivo e até desalentado, dado que essa imigração tendia a decrescer. Sabia pelos livros dos registos que os colonos procedentes de Macau desde os começos da colonização, em 1846, até 1861 tinham sido de 30.576. Mas, a partir de 1869, em Macau, houve uma fiscalização mais rigorosa pelas autoridades portuguesas, para impedirem embarques forçados, e uma perseguição aos engajadores no interior, pelas autoridades chinesas, do que resultou maior dificuldade em organizar os embarques de expedições numerosas e frequentes como até ali se fazia, tal como já anteriormente relatara Andrade Corvo. Por outro lado, em Cuba também há tendência para diminuir a importação de colonos devido a três razões:

1º - A insurreição que fez parar os trabalhos de grande número de Engenhos no Departamento Central e de todos os do Departamento Oriental; 2º - Uma grande hostilidade

683 “Introdução”, in *Correspondência Consular*, Eça de Queirós, Edição de Alan Feeland, *op. cit.*, p. XXVI.

684 Afirma Freeland, que “desde a publicação em Cuba em novembro de 1872 da lei Moret, uma medida que, pelo menos no papel, libertava as crianças de mães escravas, diminuindo, gradualmente, a escravidão, e em especial com o estabelecimento da primeira República Espanhola em fevereiro de 1873, poderia ter parecido a Eça nessa altura ser mais provável que a escravidão fosse abolida pelo governo de Madrid, do que pelo governo de uma Cuba independente em que os proprietários de escravos, conservadores, constituíssem uma voz poderosa.” *Ibidem*.

685 *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, *op. cit.*, p. 60.

do Governo da Ilha a dar concessões para a importação de colonos: 3º - Os aperfeiçoamentos nos trabalhos dos Engenhos e a introdução de magníficas máquinas americanas dispensando assim um grande número de forças vivas.⁶⁸⁶

Entre 1870 e 1871 entraram apenas cerca de 1300 colonos por ano, prevendo que a imigração de chineses por Macau fosse proibida num futuro próximo, referindo no relatório que mesmo que “continue a ser permitida pelo Governo de S. M., Cuba não irá nos anos subsequentes buscar àquela colônia mais de 3 mil ou 4 mil colonos por ano”.⁶⁸⁷

O consulado de Havana seria um dos mais valiosos se o Governo de S. M. conseguisse do Governo Espanhol que todos os colonos sem distinção, e não apenas os chegados antes de 1861, pudessem, desde que findasse o seu primeiro contrato, habilitar-se como súbditos portugueses e trabalhadores livres e ter garantias de estrangeiros. Só assim a fonte de receitas estaria assegurada indefinidamente para pagar os ordenados e despesas do consulado e deixar ainda um excedente para os cofres do Estado. À medida que os contratos fossem findando, as cédulas iam sendo reclamadas, perpetuando-se as receitas durante o tempo em que entrassem colonos na ilha de Cuba. Caso contrário, o consulado teria uma vida curta e mal poderia bastar às despesas necessárias e essenciais, de modo que não podia o “orçamento do Consulado da Havana ser fixado dum modo definitivo”.⁶⁸⁸

Acresce que o consulado tinha outras despesas para além das correntes, já que, nos últimos tempos, prestava socorros a súbditos portugueses ali chegados, vindos fugidos de plantadores da Virgínia, para ali levados por Charles Nathan. Sendo Havana um grande porto central na América, chegavam ali com frequência portugueses vindos do Brasil, do México, e doutros países do sul, “que não tendo encontrado fortuna naqueles países vêm aqui atraídos pela falsa e perniciosa reputação que a Havana tem de enriquecer os mais desgraçados em poucos meses de trabalho”.⁶⁸⁹ O consulado sentia-se na obrigação de lhes pagar as passagens a bordo dos paquetes espanhóis para voltar a Portugal, dar-lhes hospedagem e mensalidades, socorrer as famílias, colaborar em tudo para dar a mais larga proteção aos compatriotas que reclamassem a proteção consular.

Havana revelara-se, no pouco tempo efetivo que ali permanecera, uma decepção, tanto pelas expectativas que criara em relação ao trabalho diplomático, à imigração chinesa, à própria terra, em termos de clima, carestia de vida, organização social, começando, em pouco tempo, a desmistificar o que era a América e o que eram os americanos e a fazer retratos pouco animadores, dadas as repercussões que aquela situação tinha no consulado. As próprias características dos chineses o dececionaram, acabando por acusá-los de vigaristas, promíscuos, embora reconhecesse que trabalhadores de fazer

686 *Correspondência Consular*, Edição de Alan Feeland, *op. cit.*, p. 33.

687 *Idem*, p. 34.

688 *Ibidem*.

689 *Idem*, p. 32.

inveja e por pouco dinheiro. Em relação à imigração, confessa que no início tivera outras expectativas, referindo que nos

primeiros tempos da minha gerência, aqui, eu julguei que a emigração chinesa, seria suscetível de grande desenvolvimento e que por muito tempo Cuba viveria na dependência constante de Macau. Hoje porém, com conhecimento mais seguro das condições da Ilha, e do seu estado agrícola, as conversações dos homens competentes, um exame mais detalhado dos arquivos, uma ciência mais firme da questão da emigração, levaram-me ao convencimento de que a colonização de Cuba pelo elemento chinês está no seu período de extinção ou pelo menos de decadência inevitável. Assim é que os rendimentos que a Emigração dá ao Consulado têm um futuro precário.⁶⁹⁰

Era compreensível que o ministro tivesse mais em consideração as reivindicações do governo de Macau, das autoridades chinesas, que não eram indiferentes a esta situação, referindo-se bastas vezes às suas iniciativas para contestarem certos preceitos e controlar a emigração. Enquanto Macau era uma colônia portuguesa, que corria o risco de ser perdida, já em Havana não havia colônia portuguesa, não existia navegação e movimento comercial direto com Portugal, de modo que o rendimento do consulado estava circunscrito ao registo de passaportes, que poderia ser um rendimento “permanente e regular”, segundo o cônsul, garantindo com este o equilíbrio das finanças e justificando a sua estadia em Cuba.

Devemos salientar que Macau não era assunto novo para Eça de Queiroz, dado o interesse da colônia para Portugal pelo seu lugar estratégico e por ser um entreposto comercial e cultural importante entre o Ocidente e o Oriente. Em junho de 1871, encontrando-se no Norte de Portugal a fim de cuidar da sua saúde, escreve a Ramalho Ortigão, entusiasmado, referindo-lhe que já tinha vários artigos preparados para *As Farpas*, entre eles, um “a propósito de Macau”.⁶⁹¹ O referido artigo sai para as bancas em julho de 1871, e já nessa altura Eça referia: “Houve este mês um pânico patriótico: julgou-se que íamos perder Macau. Os chins, dizia-se, tinham intimado modestamente a evacuação, cheios de energia – e de rabicho!”⁶⁹²

Já em 1890, em *Uma Campanha Alegre*, Eça altera aquele parágrafo, à semelhança do que fizera com outros artigos, passando a ler-se da seguinte maneira: “Houve este mês um pânico patriótico: julgou-se que íamos perder Macau! A China, segundo se afirmava, tinha intimado Portugal a evacuar aquela colônia – onde só devia reinar o rabicho”⁶⁹³, reforçando em ironia a ideia lançada em 1871. No artigo, Eça aproveita para criticar as colônias portuguesas, ironizando sobre as várias condições para que as colônias de Portugal lhe pertençam, como não estarem situadas na Beira, não darem rendimento algum, manterem boas relações de cordialidade, referindo que, às “vezes a Metrópole remete-lhe um governador, agradecidas, as colônias mandam à mãe pátria – uma banana. É vendo este grande

690 *Correspondência Consular*, Edição de Alan Feeland, *op. cit.*, p. 34.

691 *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, *op. cit.*, p. 51.

692 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, *op. cit.*, 115.

693 *Uma Campanha Alegre*, *op. cit.*, p. 95.

movimento de interesses e de trocas que Lisboa exclama: - Que riqueza a das nossas colónias! Positivamente, somos um povo de navegadores!”⁶⁹⁴

Não convinha a Portugal perder Macau, que, ao longo do século XIX tinha começado a entrar rapidamente em declínio por causa do predomínio dos ingleses em Hong-Kong. Durante muito tempo, de acordo com o referido por Eça, os imigrantes asiáticos que se dirigiam a Cuba e a outros destinos saíam aos milhares pelos portos de Swatao, Amoy, Hong-Kong.⁶⁹⁵ Na verdade, apenas em 1887 é que a China reconheceu oficialmente a soberania e a ocupação perpétua portuguesa sobre Macau, através do *Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português*, que se manteve até 1974, ano em que passou a território chinês sob administração portuguesa, e depois até 1999, altura em que Portugal entregou Macau à China com a condição de salvaguardar a cultura e especificidade deste território.

A decisão final de Andrade Corvo

Durante vários meses, Eça de Queiroz apelara ao sentimento e à razão do ministro, pedira para ser ouvido, alegando que com as disposições legais solicitadas sobre a imigração asiática, o assunto mais importante e delicado que tinha em mãos, ninguém ficaria a perder. No entanto, Andrade Corvo procede a um trabalho exaustivo, e, olvidando as solicitações do cônsul de Havana, decide pôr fim ao tráfico de chineses por Macau. No seu amplo relatório, revela que recorreu a informações e dados de diversas entidades, mas as do governo de Macau prestadas por S. Januário são fundamentais para reforçar a ideia que a nação portuguesa tem que mostrar uma conduta elevada sobre o assunto, ainda que se prejudique⁶⁹⁶, decisão muito admirada pela nação inglesa. O governo de Macau iria ressentir-se nas receitas, mas havendo outros valores a defender, era uma questão de organização, afirmava o governador. Deste modo, não foi difícil ao ministro tomar a decisão, afirmando no relatório que, depois

das informações, ditadas por sincero e nobre amor da verdade, que o sr. visconde de S. Januário dá sobre a emigração por Macau e seus profundos e irremediáveis vícios, não se pode deixar de reconhecer que as violentas acusações de que essa emigração tem sido objeto não podem considerar-se exageradas, embora fossem mais de uma vez filhas da paixão e do interesse. O defeito principal da emigração está na sua origem, diz o governador de Macau, e essa origem, é a corrupção e a cobiça dos corretores, contra a qual é impotente a autoridade portuguesa; esta afirmação basta para condenar irremediavelmente o «tráfico dos culis», a emigração contratada e clandestina.⁶⁹⁷

Outro documento não menos importante é o da “Representação ao leal senado de Macau pelos contratistas e empregados na emigração chinesa”, na sua maioria portugueses, das exigências que fazem para manter o negócio da emigração e posteriormente o parecer do senado sob a forma de moção na

694 *Uma Campanha Alegre, op. cit.*, p. 96.

695 Cfr. *Correspondência Consular*, Edição de Alan Feeland, *op. cit.*, p. 33.

696 Cfr. *Relatório e Documentos sobre a Abolição da Emigração de Chinas Contratados em Macau, op. cit.*, p. 83

697 *Idem*, p. 48.

decisão final de Andrade Corvo.⁶⁹⁸ Os contratistas e empregados da emigração chinesa pedem ao “leal senado” medidas para controlar a ação da sociedade dos agentes de emigração, dada a especulação e o monopólio que criaram, tendo feito grandes fortunas rapidamente ao fazerem da emigração um comércio pujante, enquanto eles perdiam os poderes e o controle da situação.⁶⁹⁹

Os contratistas apelavam ao senado para que intercedesse por eles junto do “sr. governador”, para que este faça cumprir o estipulado, nomeadamente nos artigos 4.º e 28.º, do Regulamento de 28 de maio de 1872, promulgado pelo governador S. Januário, que, segundo afirmavam, eram os mais frequentemente violados pela sociedade dos agentes e também a dissolução da referida sociedade. A câmara, a pedido do Governador, responde que não estava habilitada a pronunciar-se sobre se há ou não transgressão por parte da sociedade, como invocado pelos contratistas, mas sabia que Macau tinha empobrecido com a emigração tal como se fazia, dando uma resposta de forte impacto na decisão do ministro, já que considerava que o único meio profícuo para a salvar era

que essa emigração seja emigração, como v. ex.^a o quer, e como o governo português o deseja; que ela seja colocada nas suas verdadeiras bases, isto é, liberdade e espontaneidade dos emigrantes;⁷⁰⁰ um contrato equitativo e justo; e o seu cumprimento devidamente garantido; devendo ser proibida toda e qualquer competência na corretagem, porque é esta competência o característico mais frisante do comércio de homens, da escravatura, enfim.

[...] com respeito à população portuguesa, este leal senado é de parecer, que os verdadeiros interesses de Macau, os bons princípios económicos e a sã prudência recomendam que se vá reduzindo à menor cifra possível o número de indivíduos portugueses que se empregam no serviço da emigração, porque a experiência tem feito ver que este modo de vida inutiliza os indivíduos, tirando-lhes energia e aspiração a adquirir um ofício ou profissão; não aumenta a riqueza do país, [...] torna mole e raquítica a população portuguesa, em consequência dos hábitos de indolência, inércia e inatividade inerentes a um semelhante modo de vida; e finalmente a emigração pode por qualquer eventualidade acabar um dia: por isso a prudência aconselha que desde já se restrinja o número dos que dependem da emigração, para que a crise, quando ela se der, cause menos dano e seja menos sensível.⁷⁰¹

Deste modo, a 20 de dezembro de 1873, João de Andrade Corvo põe fim à emigração asiática pelo porto de Macau através Boletim da Província de Macau e Timor.⁷⁰² Em 28 de fevereiro de 1874,

698 Estes documentos, que estão no Arquivo Histórico-Diplomático do MNE, são de extraordinária importância. Estão escritos em papel vegetal, nas duas páginas, o que dificulta a leitura.

699 Os especuladores da sociedade de agentes, segundo afirma o grupo dos contratistas e empregados da emigração chinesa, pagavam-lhes por cada emigrante embarcado o que bem entendiam, argumentando ao “leal senado” que a “liberdade que devem ter todos em negociar na emigração, está reduzida a uma quimera. A emigração deixou de ser o que era, por isso que tomou horrores de escravatura, cuja especulação é privilégio dos membros da referida sociedade. [...] Possui a sociedade dos agentes uma relação das dívidas dos abaixo assinados, conhece por conseguinte o estado de suas fortunas, e não obstante pagam-lhes a insignificante corretagem de 70 patacas por cada colono embarcado, com a qual devem os abaixo assinados pagar aos corretores, abonar-lhes mais dinheiro para agenciarem novos colonos, e pagar todas as despesas dos estabelecimentos, inclusive os salários dos empregados. E o que ganham os abaixo assinados para a sua manutenção e para a de suas famílias? Nada.” *Apud Relatório e Documentos sobre a Abolição da Emigração de Chinas Contratados em Macau*, op. cit., p. 134.

700 O realçado é nosso, dada a importância da afirmação e a influência que teve no relatório de Eça de Queiroz.

701 *Apud Relatório e Documentos sobre a Abolição da Emigração de Chinas Contratados em Macau*, op. cit., p. 137.

702 Consta da decisão decretada pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Direção Geral do Ultramar, 2.ª Repartição, N.º 65, que “Tendo sido presentes a Sua Majestade El-Rei os numerosos documentos que demonstram os

Eça ainda envia mais uma carta ao *MNE*, na qual dá conta de um conflito entre o consulado e o governo da ilha sobre a expedição de cédulas concedida a uma embaixada chinesa que reclama seus súbditos os colonos saídos por Macau. Nesta medida, se o governo da ilha lhe reconhece autoridade não se justifica a presença do cônsul português em Havana, porque era esse o seu principal propósito e fonte de receitas do consulado. Aclara Freeland que a comissão a que Eça se refere é uma comissão de inquérito enviada pela China a Cuba e ao Peru, em 1874, a fim de verificar e avaliar todas as condições de existência, trato e salários dos imigrantes chineses.⁷⁰³ Para o autor, o documento elaborado por esta comissão é “notável” porque não podia ser mais elucidativo da real situação dos chineses, coincidindo com o fim do serviço consular de Eça⁷⁰⁴, de modo que o cônsul afirma que podia “protestar”, mas os seus protestos não teriam razão legal desde que esteja na ilha uma legação chinesa ou uma comissão com esse carácter. No entanto, em novembro desse ano, em *EFC*, afirma que o relatório “no sentido da continuação condicional e regulamentada da emigração pelos portos da China ou sua proibição definitiva [...] ainda não foi apresentado.”⁷⁰⁵ Na verdade, a partir daquela altura, Eça sente que não está a fazer nada em Havana. Sabia que podia fazer muito pela imigração asiática em termos humanitários e que, simultaneamente, era esta a única condição de subsistência do Consulado. Mas ao ver a imigração chinesa passar para a mão daquela comissão dá a sua ação por terminada, precisamente no seu último relatório, no qual refere:

<Acrece, Ex.^{mo} Sr. que este Consulado se acha há dois meses sem rendimentos e que uma tal situação, com o peso das despesas obrigadas é insustentável.

Insisto portanto no pedido que fiz no meu último officio: uma ordem precisa de V. Ex.^a para que – ou me mantenha aqui que se me reconheça o direito de reclamar] como súbditos portugueses os colonos saídos por Macau – ou que abdique [de] todos esses direitos perante a Comissão Chinesa. No segundo caso rogo a V. Ex.^a me envie uma licença para ir a Portugal.> Deus guarde a V. Ex.^a.

Havana 28 de fevereiro de 1874.⁷⁰⁶

gravíssimos abusos e desastrosas ocorrências a que tem dado lugar a emigração dos culis chins que, contratados como colonos, são exportados da China para países estrangeiros; e considerando Sua Majestade que apesar dos perseverantes esforços empregados pelas autoridades portuguesas, por meio dos mais severos e minuciosos regulamentos e da mais escrupulosa vigilância, não tem conseguido evitar-se, na emigração que se efetua pelo porto de Macau as funestas desordens que dela são inseparáveis; e que, portanto, não é possível tolerar por mais tempo que em território português, e à sombra das suas autoridades se continue no exercício de uma indústria, cujos efeitos se tem mostrado tão repugnantes aos serviços da justiça e humanidade de uma nação cristã e civilizada, - manda pela secretaria de estado dos negócios da marinha e ultramar, que o governador da província de Macau e Timor declare, nos termos e para fins designados no artigo 84.º do respetivo regulamento, que fica proibida, pelo porto da cidade de Macau a emigração contratada de colonos chins; e que findo o prazo marcado no citado artigo somente é permitida a emigração livre, e destinada às colónias portuguesas, adotando o mesmo governador, para este fim, disposições análogas às dos regulamentos observados na colónia inglesa de Hong-Kong; e dando parte, pela referida secretaria de estado, telegraficamente, e por officio, de tudo quanto a semelhante respeito for ocorrendo. Paço, em 20 de dezembro de 1873. – *João de Andrade Corvo*.” Boletim da Província de Macau e Timor, Ano 1874 – Vol. XX – N.º 9, Sábado 28 de fevereiro, Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Caixa 1057.

703 Cfr. Nota 2, in, *Correspondência Consular*, Eça de Queirós, Edição de Alan Feeland, *op. cit.*, p. 37.

704 Cfr. “Introdução”, in *Correspondência Consular*, Eça de Queirós, Edição de Alan Feeland, *op. cit.*, pp. XXVII-XXVIII.

705 *A Emigração como Força Civilizadora*, *op. cit.*, pp.186-187.

706 *Correspondência Consular*, Edição de Alan Feeland, *op. cit.*, p. 37.

Andrade Corvo, após a análise de todos os documentos, em março, demonstra grande sensibilidade face a este assunto e, com confiança na exposição dos factos, propõe às Cortes o fim do tráfico da emigração por Macau, dado que, neste e em outros assuntos de natureza semelhante, Portugal tinha sido tratado de forma exaltada e até injustamente por alguma opinião que nem sempre se apresentava sincera e desinteressada. Apesar dos regulamentos promulgados pelo governo da colónia, tão rigorosos como os de outros portos da China, terem acompanhado a gravidade da situação, Macau reconheceu a impossibilidade de terminar com os abusos e o governo de Sua Majestade resolveu ordenar que terminasse definitivamente a emigração contratada por aquele porto. Sendo assim, com “esta resolução, o governo cumpriu um dever, que o nobre e desinteressado espírito da nação portuguesa, as suas gloriosas tradições, e a sua dignidade imperiosamente lhe impunham”⁷⁰⁷, influenciando, na sua essência, a redação do relatório de Eça de Queiroz, no qual propala que a emigração se faça de forma espontânea e livre, alfabetizada, principais requisitos da emigração moderna, a que Andrade Corvo atendeu, chegados de várias testemunhas no processo.

Eça de Queiroz chegara a defender os chineses da acusação de assassínios misteriosos nos engenhos, alegando que os excessos cometidos não se podiam filiar na índole, porque vinham do desespero, assim como os numerosos suicídios. Era, de verdade, uma raça triste, amargurada, vítima de outras raças devido ao seu labor, dizendo ao ministro que a condição dos colonos na América Central não é compatível com a dignidade da época. As suas súplicas não tinham sido atendidas e não via que o consulado tivesse viabilidade, já que não tinha fonte de receitas. O problema dos chineses tinha-o absorvido e mesmo obcecado até ao ponto de, em vez de literatura, fazer relatórios para o *MNE*, sacrificando a sua vocação literária, a criação artística, tendo sido o período menos fecundo da sua carreira. Daqui em diante, a “sua menosprezada Lisboa converte-se, por obra e graça da saudade, num paraíso de Arte de Cultura longe do qual é possível viver”⁷⁰⁸.

Se em 1872, na altura de *As Farpas*, critica a emigração para Nova Orleães e os brasileiros, e se em 1890 tenta corrigir algumas dessas afirmações e a dose de ironia de outras, propõe, também, que a emigração se faça livre e organizadamente para S. Paulo ou Califórnia, onde o elemento português pode exercer uma ação civilizadora, como também notará Gilberto Freyre. Até àquela data Eça de Queiroz estava dividido em relação à América, a partir de ali em diante começa a confirmar o seu desapontamento, devotando-se, tal como Fradique Mendes, a uma atividade intelectual em que melhor aproveite as suas capacidades intelectuais. Só a arte lhe possibilitará “independência”, “livre elasticidade

707 *Relatório e Documentos sobre a Abolição da Emigração de Chinas Contratados em Macau*, op. cit., p. 4.

708 Pilar Vásquez, “Eça e Espanha”, in *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, A. Campos Matos (Organização e Coordenação), op. cit., p. 152.

de espirito”, intensa sinceridade”, evitando que, por “sedução”, se votasse a um “Sistema”, no qual permanecesse por “inércia”. Referia Fradique a Oliveira Martins:

«Não há em mim infelizmente (escrevia ele a Oliveira Martins, em 1882) «nem um sábio, nem um filósofo. Quero dizer, não sou um desses homens seguros e úteis, destinados por temperamento às análises secundárias que se chamam Ciências, e que consistem em reduzir uma multidão de factos esparsos a Tipos e Leis particulares por onde se explicam modalidades do Universo; nem sou também um desses homens, fascinantes e pouco seguros, destinados por génio às análises superiores que se chamam Filosofias, e que consistem em reduzir essas Leis e esses Tipos a uma fórmula geral por onde se explica a essência mesma do inteiro Universo. Não sendo pois um sábio, nem um filósofo, não posso concorrer para o melhoramento dos meus semelhantes - nem acrecendo-lhes o bem estar por meio da Ciência que é uma produtora de riqueza, nem elevando-lhes o bem sentir por meio da Metafísica que é uma inspiradora de poesia. A entrada na Historia também se me conserva vedada: — porque, se, para se produzir Literatura basta possuir talentos, para tentar a Historia convém possuir virtudes. E eu! ... Só portanto me resta ser, através das ideias e dos factos, um homem que passa, infinitamente curioso e atento. A egoísta ocupação do meu espirito hoje, caro historiador, consiste em me acercar duma ideia ou dum facto, deslizar suavemente para dentro, percorre-lo miudamente, explorar-lhe o inédito, gozar todas as surpresas e emoções intelectuais que ele possa dar, recolher com cuidado o ensino ou a parcela de verdade que exista nos seus refolhos - e sair, passar a outro facto ou a outra ideia, com vagar e com paz, como se percorresse uma a uma as cidades dum país de arte e luxo. Assim visitei outrora a Itália, enlevado no esplendor das cores e das formas. Temporal e espiritualmente fiquei simplesmente um *touriste*».⁷⁰⁹

Morria naquela parte da América, na América Central, uma parte de si. Não mais voltará a ser o mesmo, porque investira toda a sua alma humana em defesa dos asiáticos, dera provas de ser um bom diplomata, um bom gestor consular, dois requisitos irmãos na sua passagem por Havana, relegando a arte para segundo plano. Mas a América possui dois hemisférios, ainda não completamente conhecidos. Tinha conhecido a América Central, viajado pela América do Norte e só vai encontrar a do Sul, verdadeiramente, a partir dos consulados de Inglaterra e de França, altura em que, também, se reencontra com a sua pátria que durante tanto tempo achara uma “choldra”. Na verdade, tal como retrata Gilberto Freyre, se Eça tivesse sido cônsul na Bahia tinha sido outro Eça, amaria o Brasil, certamente, em vez de nele encontrar uma Cuba maior.⁷¹⁰

709 *A Correspondência de Fradique Mendes, (Memórias e Notas), op. cit., pp. 72-73.*

710 Cfr. *O outro amor do Dr. Paulo, op. cit., p. 92.*

IV – Brasil, brasileiros e *brasileiro* na obra de Eça

IV. 1 – De *As Farpas* a *Uma Campanha Alegre*

Em *As Farpas*, dado o espírito da publicação, Eça de Queiroz expressa a sua intransigência perante a organização conjuntural portuguesa, recuando em muitas dessas afirmações e revendo outras passados vinte anos, em *Uma Campanha Alegre*, tal como explica na “Advertência” a esta publicação. Como relata Maria Filomena Mónica, Eça de Queiroz alterou “bastantes coisas”, quer do ponto de vista “estilístico”, “quer substantivo”⁷¹¹. Embora Ramalho Ortigão lhe pedisse que fosse breve no envio dos seus textos, a fim de os entregar ao editor para publicar, o escritor demorou na revisão, enviando-lhos acompanhados de um prólogo e esclarecendo-lhe por carta que foi “forçado a limpar, catar e endireitar muito o estilo”⁷¹², alegando que não nasceu como ele com o estilo já feito, que escrevia tão bem “hoje” como há vinte anos. Mas, para a autora, o que dizia ao amigo não o sentia. Não se tratava apenas de endireitar o estilo. Tratava-se também de dar outra dinâmica ao texto, fazê-lo falar de outra forma, dado encontrar-se noutro tempo e noutro espaço. Embora afirmasse que “nem só uma frase foi alterada na sua intenção ou no seu feitio de *humour*”⁷¹³, mentia, porque nem Eça considerava Ramalho um escritor superior, nem resistira a cortar certas afirmações e a introduzir outras. A autora justifica, assim, a edição que faz de *As Farpas* originais, afirmando que vale a pena ressuscitar esses textos, pois “a leitura da obra, hoje raríssima, ajuda-nos a entender a evolução do pensamento de Eça”.⁷¹⁴ Na verdade, em 1890, por ocasião da publicação de *Uma Campanha Alegre*, já muitas águas tinham passado por baixo da ponte, para recorrer a uma analogia com a máxima de Heraclito de Éfeso, segundo o qual “não nos podemos banhar duas vezes na mesma água de um rio”.

Caracteristicamente irónica, a escrita de *As Farpas* apresenta-se em sintonia com a realidade, numa relação entre o que nelas afirma e os estudos que se faziam na época, como as cartas de Alexandre Herculano a Carlos Bento da Silva, o *PIPEP*, documentos que muito teve em consideração para o relatório de 1874. Apesar de serem um livro “nu”, tal como defende Álvaro Lins, dada a especificidade dos assuntos abordados, a ironia que as singulariza, os temas são retomados pelo escritor ao longo da sua obra futura.⁷¹⁵ Esses escritos, que considera tão singulares, são interrompidos para dar início à sua vida profissional de cônsul, levando-os na memória e recordando-os na obra literária, quase como se Portugal tivesse parado naquele momento. No estrangeiro, acompanha as notícias do país através da imprensa que

711 Cfr. “Introdução”, in *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 2.

712 *Apud ibidem*.

713 *Apud ibidem*.

714 *Ibidem*.

715 Cfr. *História Literária de Eça de Queiroz*, op. cit., p. 48.

lhe chega, lamentando, por ocasião da sua estadia em Newcastle, o facto de estar ausente e de só saber o que se passa através da imprensa, pelo jornal *A Actualidade*, para o qual escrevia.

A comparação e a análise de alguns artigos das duas obras, de *As Farpas*, em 1871-72, e de *Uma Campanha Alegre*, em 1890, é importante para verificar o que o escritor retira, por um lado, e o que acrescenta, por outro, a fim de verificar se há divergências no pensamento queirosiano, se há ou não evolução de concepções, e tentar compreendê-las. Propomo-nos, assim, fazer o que ainda não foi feito, segundo João Medina⁷¹⁶, o de mostrar atentamente o que separa alguns textos, no que se refere ao contexto estrutural da sociedade portuguesa no seu todo, à temática da emigração, e também em relação à diplomacia portuguesa. Três dessas crónicas são de 1871, nomeadamente o “leitor de bom senso”, datada de maio, para compreender a situação económica, social e política de Portugal, a “diplomacia”, datada de outubro, a “emigração”, datada de dezembro, e uma outra é de 1872, a do “brasileiro”, datada de fevereiro, todas cruciais para a análise do que pensa sobre aquelas questões, sabendo que se trata de dois momentos e de dois marcos fundamentais para o país tão debatidas na sua obra.

Na “Advertência”, texto com que faz acompanhar a reedição das suas *Farpas*, o autor esclarece que a “mocidade tem destas esplêndidas confianças; só por amar a verdade imagina que a possui; e, magnificamente certa da sua infalibilidade, anseia por investir contra tudo o que diverge do seu ideal, e portanto que ela considera erro, irremissível erro fadado à exterminação.”⁷¹⁷ Na verdade, é interessante considerar as diferenças entre os dois textos, depois de compreender o percurso do escritor pelo mundo, a sua escrita jornalística, a correspondência consular, a obra literária, em romances como *O Primo Basílio*, *A Tragédia da Rua das Flores*, *Os Maias*, *A Ilustre Casa de Ramires* e *A Cidade e as Serras*, e verificar se manteve ou não, vinte anos depois, em *Uma Campanha Alegre*, as suas convicções iniciais sobre os mesmos assuntos.

Carlos Reis escreve, em *As Conferências do Casino*, que para compreender o devir do tempo histórico é necessário compreender os antecedentes desses factos, relacioná-los entre si e, simultaneamente, destacá-los de um todo que os torna compreensíveis, seguindo Joel Serrão num estudo que consagra à situação económica e social de Portugal intitulado “Sondagem cultural à sociedade portuguesa cerca de 1870”. Neste estudo, o historiador chamou a atenção para algumas das dominantes desse cenário, destacando o aumento gradual da população urbana, principalmente de Lisboa e do Porto, o predomínio da agricultura na vida económica portuguesa, que ocupa cerca de 70% da população, assunto que tanta atenção merece por parte de escritores da época, uma elevada taxa de analfabetismo⁷¹⁸,

716 Cfr. *Reler Eça de Queiroz. Das Farpas aos Maias*, op. cit., p. 7.

717 *Uma Campanha Alegre*, op. cit., p.7.

718 Naquela época, a questão do analfabetismo era muito debatida, sendo estudada por historiadores como Joaquim Costa Leite, Maria Antonieta Cruz, Maria Filomena Mónica, entre outros. Se a uns preocupava que o povo não soubesse ler e outros até convinha, como mostram vários dramaturgos no teatro de atualidade, nomeadamente Francisco Gomes Amorim. Para este

predominantemente no sexo feminino, um ensino carenciado, com uma Universidade de caráter medieval e clerical, uma rede de liceus insuficiente, com menos de 6 mil estudantes entre 1873 e 1874, e continuidade da saga emigratória como solução para os problemas económicos, sobretudo em direção ao Brasil, e, conseqüentemente, a projeção da figura do *brasileiro* de torna-viagem na paisagem e na literatura.⁷¹⁹

Todos estes aspetos, que caracterizam a sociedade portuguesa da época, assentam num conjunto de novidades a que ainda se estava a adaptar, algumas delas retratadas na literatura por vários escritores, como o incremento das comunicações, que provinha da política económica e social do “fontismo”, o desenvolvimento da linha ferroviária e a sua ligação à Europa, a conclusão da ponte de D. Maria, com a assinatura de G. Eiffel, a utilização do telégrafo como moderno e rápido veículo de comunicação entre várias cidades portuguesas. Entre todas estas inovações destaca-se a iluminação elétrica que vem substituir a de gás, inaugurada em 1848 com a instalação de 26 candeeiros colocados no Chiado, que Eça satiriza em *As Farpas* quando da visita do Imperador D. Pedro II a Portugal.

Leitor de “bom senso”⁷²⁰

Na primeira crónica, “leitor de bom senso”, o escritor manifesta a sua opinião sobre o estado do país e da sociedade portuguesa, nomeadamente da lisboeta, retratando-a posteriormente na obra de arte, tornando-a um documento que permite estudar o país, as suas gentes e os seus costumes. Para Carlos Reis, se “é certo que a década de 70 constitui um lapso temporal quase mágico da nossa cultura, por aquilo que alguns intelectuais discutiram, difundiram e tentaram reformar, também é certo que, no que à “Geração de 70” diz respeito, esses são tempos de crítica e recusa, mais do que efetiva reconstrução”⁷²¹, apontando o referido texto de abertura de *As Farpas* como exemplo “paradigmático”. Os autores, ou melhor, Eça de Queiroz, já que o artigo é da sua autoria, procura traçar uma panorâmica que traduza a situação do país, nos mais variados domínios, como económicos, sociais, morais e políticos, informando e, simultaneamente, convidando os leitores a verem por si.⁷²²

dramaturgo, um dos engajadores de emigrantes retratado em *Aleijões Sociais* dava jomais a ler a uma das vítimas, atitude que lhe merece sérias críticas por um dos seus comparsas. Nesta atividade, era importante que o povo continuasse analfabeto, para ser mais fácil engajar os rapazes novos, os seus alvos preferidos. V. Elina Baptista, *Emigração e Teatro em Portugal no Século XIX. Retratos da Madeira e de Madeirenses*, op. cit.

719 Cfr. *As Conferências do Casino*, op. cit., p. 40.

720 V. Anexo 1.

721 *Idem*, p. 38.

722 Sobre a situação conjuntural portuguesa, o escritor afirma o seguinte:

“O País perdeu a inteligência e a consciência moral. Os costumes estão dissolvidos, as consciências em debandada, os caracteres corrompidos. A prática da vida tem por única direção a conveniência. Não há princípio que não seja desmentido, nem instituição que não seja escarnecida. Ninguém se respeita. Não há nenhuma solidariedade entre os cidadãos. Ninguém crê na honestidade dos homens públicos. Alguns agiotas felizes exploram. A classe média abate-se progressivamente na imbecilidade e na inércia. O povo está na miséria. Os serviços públicos são abandonados a uma rotina dormente. O desprezo pelas ideias

Na verdade, o que se pretende é provocar as consciências, as várias entidades políticas, para serem elas a corrigir, porque o principal objetivo é, simplesmente, despertar para os problemas, sem nada propor, postura motivada pela real situação de decadência que afeta a vida pública que já se arrastava desde o primeiro lustro do século, como demonstra Oliveira Martins em *Portugal Contemporâneo*⁷²³, em 1881, autor e obra que, segundo Gilberto Freyre, influenciara tanto os ensaios de Ramalho como os romances de Eça. Para o autor, foi mesmo Oliveira Martins, como sociólogo, economista e historiador, que contribuiu para estreitar laços entre Portugal e os dois escritores, desejosos de “europeização”, “universalização” e “cientificação”, de que ele próprio também participava. Em *As Farpas*, e pela vida fora, sente-se essa inspiração de Oliveira Martins, moral e intelectual, na da vida portuguesa.⁷²⁴

Na crónica de 1890, o que ressalta é que o essencial se mantém, dado que continua a preocupá-lo a situação do país. No entanto, se há alterações insignificantes, em que o que muda é apenas a sintaxe, as diferenças também devem ser assinaladas. Em relação ao que se mantém, e no que diz respeito aos aspetos estruturais do país, a ignorância e a miséria persistem sobre o povo, que continua a viver em casebres ignóbeis, a alimentar-se mal, a trabalhar simplesmente para o imposto, devido ao estado decadente da agricultura e das penhoras frequentes. O Estado, na sua ação fiscal, é considerado como um ladrão e um inimigo. A vida é um “salve-se quem puder”, em que a burguesia proprietária explora o aluguer e a agiotagem explora o juro.

A situação da realeza é a mesma, alvo das mesmas acusações, pelas despesas que faz, pela pobreza em que vive, pela ação e inação, por dar bailes e por não dar. Os políticos, esses continuam a viver da intriga política, de irem ao parlamento para “intrigar um pouco” e para combinar partidas de “whist”, alastrando pelo país uma “sonolência enfasiada”. Diz-se por toda a parte, e ninguém se ilude, que o país está perdido. Na verdade, quando em janeiro desse ano de 1890 escreve a Oliveira Martins dá-lhe notícias da família, das doenças que têm tido lá por casa, mas, sobretudo, fala-lhe das crises sucessivas que têm ocorrido em Portugal, e, comparando as doenças da família com as do país, com a ironia que caracteriza a sua escrita, lamenta que, enquanto lá por casa estão todos a melhorar, “o País não

aumenta em cada dia. Vivemos todos ao acaso. Perfeita, absoluta indiferença de cima a baixo! Toda a vida espiritual, intelectual, parada. O tédio invadiu as almas. A mocidade arrasta-se envelhecida das mesas das secretarias para as mesas dos cafés. A ruína económica cresce, cresce, cresce. As quebras sucedem-se. O pequeno comércio definha. A indústria enfraquece. O salário diminui. A renda diminui. O Estado é considerado na sua ação fiscal como um ladrão e tratado como um inimigo.

Neste *salve-se quem puder* a burguesia proprietária de casas explora o aluguel. A agiotagem explora o juro. A ignorância pesa sobre o povo como uma fatalidade. O número das escolas só por si é dramático. O professor é um empregado de eleições. A população dos campos, arruinada, vivendo em casebres ignóbeis, sustentando-se de sardinha e de ervas, trabalhando para o imposto por meio de uma agricultura decadente, puxa uma vida miserável, sacudida pela penhora: ignorante, entorpecida, de toda a vitalidade humana conserva unicamente um egoísmo feroz e uma devoção automática. No entanto, a intriga política alastra-se. O país vive numa sonolência enfasiada. Apenas a devoção insciente perturba o silêncio da opinião, com *padre-nossos* maquinais.

“Não é uma existência, é uma expiação.” *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., pp. 16-17.

723 V. *Portugal Contemporâneo*, 3.^a edição (póstuma) e com alterações e aditamentos deixados pelo autor, Lisboa, Livraria de António Maria Pereira Editor, 1895.

724 Cfr. Gilberto Freyre, “Eça e Ramalho, e «As Farpas»”, in *As Farpas*, op. cit., pp. 38-39.

sabe se vai melhor, e o meu pesar tem sido não estar aí para conversar contigo a sós, e portas fechadas”⁷²⁵, referia com tristeza. Inclusivamente sabia, por Carlos Valbom, que a situação era “medonho[a] e perigoso[a]”, afigurando-se-lhe que, “além disso, deve estar cómico[a]”.⁷²⁶

Devido ao Ultimato britânico, ocorrido no início do mês, o país, agarrado à ideia de patriotismo, rejeita tudo que é inglês, como os periódicos ingleses, o ensino do inglês, a recusa de espetadores ingleses nos teatros, de clientes ingleses nos hotéis, parecendo-lhe tudo aquilo “cómico, fúnebre e frio”. O país estava a ser atravessado por um sentimento “vivo e forte” de patriotismo, pelo que seria “talvez bom momento para se fazer ouvir uma voz de bom senso e de verdade”⁷²⁷, desafiando Oliveira Martins para ser ele a levantar essa voz, referindo-lhe que a *Revista de Portugal* com o seu nome por baixo, ou sem o seu nome, mas com uma série de artigos que colocassem bem e claramente o problema, prestava um excelente serviço público.

Com o mesmo espírito das conferências do casino, Eça achava impossível que não houvesse algumas centenas de homens que não desejassem saber o que se devia fazer e não quisessem fazer o que se devia, convindo esclarecê-los. Parecia-lhe que o país estava a acordar, meio estremunhado ainda, e, olhando em redor, procurava um caminho, mas era necessário quem lho indicasse. Oliveira Martins devia ser esse ‘caminheiro’, uma vez que Antero de Quental tinha enveredado para a vida ativa através da filosofia, tendo já começado a preparar um artigo, “Tendências gerais da Filosofia na segunda metade do século XIX”, para a *Revista*.

Em relação ao que se altera em *UCA*, dado tratar-se de outros tempos e de outros problemas, verifica-se que certas expressões são uma novidade e outras são rerepresentadas de forma mais abstrata, indefinida, com uma ironia mais espirituosa, mais ténue, mais sublime. Por exemplo, enquanto em *As Farpas* afirma perentoriamente que “a ideia de te dar assim todos os meses, enquanto quiseres, cem páginas irónicas, alegres, **mordentes**, justas, nasceu no dia em que pudemos descobrir, **através da penumbra confusa dos factos, alguns contornos do perfil do nosso tempo**”, em *UCA* afirma que “a ideia de te dar assim todos os meses, enquanto quiseres, cem páginas irónicas, alegres **xxx** e justas, nasceu no dia em que pudemos descobrir, **através da ilusão das aparências, algumas realidades do nosso tempo**”. Outro exemplo, enquanto em *As Farpas* afiança que “**Não há nenhuma solidariedade entre os cidadãos. Ninguém crê na honestidade dos homens públicos. Alguns agiotas felizes exploram.**”, em *UCA* afirma que “**Não existe nenhuma solidariedade entre os cidadãos. Já se não crê na honestidade dos homens públicos. Xxx.**” Como se pode verificar, só nesta passagem, o escritor omite o adjetivo “**mordentes**” e a expressão “**Alguns agiotas felizes exploram**”. Efetivamente, em *As Farpas*, a forma de expressão é

725 *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. II, p. 23.

726 *Idem*, p. 24.

727 *Ibidem*.

muito mais categórica, como “Não há”, “Ninguém crê”, em vez de “Não existe” e “Já não se crê”, que é muito mais indefinido e generalizante, como já referimos.

Em *UCA*, denota-se que os termos utilizados visam desagregar afirmações proferidas, quando altera “penumbra confusa” por “ilusão aparente”, “fatalidade” por “nevoeiro”, “perigoso” por “devasso”. Chega mesmo a retirar certas expressões e ideias mais onerosas para o país e para a sociedade portuguesa sem apresentar expressões e ideias alternativas, como estas:

“Com uma política de acaso, com uma literatura de retórica e de cópia, com uma legislação desorganizada, não se pode deixar de ter uma moralidade decadente.”

“A corrupção toma o lugar da filosofia. [...] As forças vivas não têm emprego!”

“O Estado [...] é a ocupação natural das mediocridades; é o uso fruto da burguesia.”

“Tudo é pobre: a preocupação de todos é o *pão de cada dia*. Disto uma lei exclusiva, dominante, áspera: o egoísmo. Tudo se torna meio de comer. O primeiro meio é o casamento. A família deixa de ser uma instituição; gabamo-nos de poder apresentar a sua definição experimental.

A FAMÍLIA é um desastre que sucede a um homem por ter precisado de um dote!

A grande questão é o dote: mulher, filhos, criados, parentes, são consequências que se sofrem. Faltando assim o laço moral, a família vive no egoísmo. O homem, sem respeito, dá-se ao amor livre. A mulher, desocupada e enfasiada, dá-se ao sentimento. Os filhos se os há, são educados um pouco pelas criadas, um pouco pelos colégios, o resto pelos cafés.”

No entanto, adiciona outras ideias, atacando agora, não a família, mas o homem que é, em parte o culpado da ideia de família anteriormente apresentada, já que perde a “virilidade de caráter”, “o amor da retidão”, afirmando que “Nós é que somos abomináveis com a nossa caça à *herdeira*. É esse, hoje, para o homem, o supremo motivo do casamento. Em que se tornou hoje a família? «A Família é o desastre que sucede a um homem por ter precisado de um dote.»

A grande questão é o dote. Mulher, filhos, parentes, criados, são desagradáveis consequências que se sofrem. Faltando assim o laço moral, a família vive no egoísmo.

O homem, sem respeito, dá-se à concubinação e ao jogo. A mulher, desocupada e enfasiada, dá-se ao sentimentalismo e ao trapo. Os filhos, se os há, são educados pelos criados, enquanto não são educados pelos cafés.”

Na verdade, estas situações estão espelhadas na obra literária, nos romances, principalmente em personagens de papel secundário. Em *A Tragédia da Rua das Flores*, Timóteo herdara um dote de 80 contos, de uma senhora macaísta, que o habilitara a ter sobrinho e tipoia. Também Genoveva se torna amante de Dâmaso pelo dote. Em *O Primo Basílio*, a amante de Jorge era casada com um *brasileiro* por interesse. Em *Os Maias* há também uma mulher que mantém uma relação com um *brasileiro* devido ao dote, tudo fazendo para não ser vista com outro homem com medo de lhe ser retirado. Ao contrário dos

anteriores romances, em *A Ilustre Casa de Ramires*, Gonçalo Ramires, a personagem principal, numa tentativa de resolver a sua situação de fidalgo decaído, ainda tenta casar com D. Ana Lucena, viúva rica, devido à fortuna que o seu marido, deputado falecido, lhe deixara.

No entanto, com as personagens centrais não se passa o mesmo. Em *Os Maias*, Carlos apaixonase por Maria Eduarda pela sua beleza, por lhe parecer uma “deusa”, assim como em *A Tragédia da Rua das Flores* Vítor sente fascínio por Genoveva ao primeiro olhar devido à sua formosura. Em *A Ilustre Casa de Ramires*, Gonçalo, apesar de ter pensado em “fazer a corte” à viúva Ana Lucena, consegue resistir, e em *O Primo Basílio*, enquanto Jorge casou por amor, Basílio tornou-se amante da prima porque era um boémio, uma pessoa sem carácter. Nesta medida, nem tudo o que Eça afirma em *As Farpas* é retratado na obra literária, já que vai mais além, contrariando-se Álvaro Lins, quando defende que toda a sociedade, que mais tarde vai ser retratada nos romances, nomeadamente em *O Primo Basílio* ou em *Os Maias*, com a mão de artista, já está delineada em *As Farpas*, com a mão de panfletário.⁷²⁸

O teatro e a literatura também foram alvo de críticas diferenciadas. Em *As Farpas* faz uma crítica ao teatro, onde se vai como ao Passeio, “para estar”, acusando-o de não ter ideias suas, significação, fim, de não ter “a ciência dramática”, “espírito e a verve”, das peças serem traduzidas do francês e mal traduzidas. Em 1890, dada a defesa desta arte e do seu papel civilizador, omite certo número de afirmações, porque é necessário que, em Portugal, exista uma literatura dramática, facto tão retratado na obra literária, dado que muitos dos momentos altos dos seus romances, como encontros amorosos, convívio entre as personagens da alta sociedade, passam-se no teatro.⁷²⁹ Em relação à literatura, a grande diferença é que ela deixa de ser “cheia de esterilidade”, perde o “hábito de ser vaidosa” e de aceitar, “sem grande repugnância”, a sua “missão de ser inútil”. Na verdade, se estas eram algumas das críticas que fazia ao romantismo literário português, como forma de expressão, ao longo dos tempos, denota-se na sua escrita uma “pluralidade de referências estéticas”, tal como defende Carlos Reis⁷³⁰, não fazendo sentido manter posições anteriores.

Por outro lado, em *UCA*, em certas ideias é mais firme. Se em *As Farpas* afirma que a “classe média vive do Estado. A velhice conta com ele como condição de vida.”, em *UCA* afirma que “Toda a Nação vive do Estado. Xxx.”

Perante o cenário apresentado, o escritor afirma que é necessário que o leitor continue a manter o bom senso, aproximar-se da escrita de *As Farpas* e ver por si, porque o país perdeu a inteligência e a consciência moral e os costumes estão dissolvidos. A “galhofa” deve continuar ao serviço da justiça,

728 Cfr. *História Literária de Eça de Queiroz*, op. cit., p. 45.

729 Devemos recordar que esta era a grande crítica que o escritor fazia ao teatro em Portugal, já desde os seus tempos da universidade em Coimbra, altura em que fez teatro e despertou para a literatura.

730 “José Maria Eça de Queirós e o Romantismo”, in *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Helena Carvalhão Buescu (coordenação), op. cit., p. 449.

porque num momento histórico como aquele, em que a decadência se tornou um “habito”, quase um “bem estar”, para muitos uma “indústria”, “só há lugar para o humorismo”. Um jornal político de “inépcias” e de “calúnias”, “vasto logradouro de ideias triviais”, que desfalecem na mão dos tipógrafos, em nada contribuiria para alterar a situação. O jornalismo praticado pelas *Farpas*, dada a sua novidade e originalidade, podia parecer “imprudente”, “inútil”, “irrespeitoso”, mas era a mais adequado para aqueles tempos. Contudo, em *UCA*, o riso deixa de ser um castigo, mas continua a ser uma filosofia.

Na verdade, a ironia, característica principal da sua escrita, que aprimora, depura, requinta e afina ao longo dos anos, não podia continuar com a mesma função, tornando-a mais doce. O seu objetivo é agora desagrar, retirando certos adjetivos mais fortes, ou substituindo-os por outros mais harmoniosos, assim como certas expressões mais ofensivas para o país. Dado que conhecera mundo, outros países, pode comparar algumas nações e alguns povos, reconhecendo que o seu país, do qual sente saudades e que aprendera a amar, contém potencialidades invejáveis em relação a outros países que conhecera. Por outro lado, o escritor encontrava-se de posse de outra maturidade intelectual, facto que não deve ser negligenciado nesta análise.

A “diplomacia”⁷³¹

Eça escreve sobre a diplomacia, ou melhor, a “nossa diplomacia”, em outubro de 1871 e, logo no mês seguinte, em novembro, escreve uma carta pessoal aos leitores, na qual relata a história do concurso para cônsul que realizara meses antes, a preparação que fizera em Leiria e depois em Lisboa, com Jaime Batalha Reis, os temas que estudara, segundo a lei em vigor, e a forma como a vaga da Bahia, no Brasil, é entregue a um “cavalheiro” que tivera uma boa classificação, embora inferior à dele.

A grande questão que colocamos é se a forma como o governo o relega para segundo plano estará relacionada com o que anteriormente escrevera, em *As Farpas*, e com as *Conferências do Casino*, mandadas encerrar pelo governo, por ameaçarem a ordem social. Tudo leva a crer que sim, permitindo-nos compreender que as acusações feitas aos políticos e instituições eram, realmente, justas.

Efetivamente, à semelhança da crónica sobre o “bom senso”, Eça omite conceitos e expressões denegridoras da ação diplomática e do país, já que, se em 1871 criticara a forma como Saldanha da Gama fora colocado na Bahia, no seu lugar, também ele, em 1890, pede a Oliveira Martins um “nicho” para poder regressar para Portugal, dadas as saudades da pátria e a saturação do exílio. Se os homens poderosos da nação conseguissem realizar esse seu sonho fariam uma “obra amiga e santa!”⁷³² Também o diplomata Eça de Queiroz não resiste a um pedido de favores, ainda que não esteja em causa o prejuízo

731 V. Anexo 2.

732 *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. II, p. 25.

de alguém e da pátria. Ele próprio refere nesta carta que o que pede “é difícil, por questões orçamentais”⁷³³, mas podia ser que se descobrisse o tal “nicho”. No entanto, dada a impossibilidade de regressar, traz de volta para Portugal algumas personagens, como Jacinto, de *A Cidade e as Serras*, ou Gonçalo Ramires, de *A Ilustre Casa de Ramires*, ou Carlos da Maia, de *Os Maias*, porque a “literatura”, a “arte”, guiam-no para Portugal, de onde, afinal, nunca saíra.

Na análise da crónica de 1890, o que ressalta são, precisamente, os cortes, como o do início, nomeadamente que

“a Carta Constitucional foi providente nesta questão do riso! Deixou-nos instituições: elas são entre nós:

Pilhérias organizadas, funcionando publicamente!

Assim a diplomacia. Não que os seus atos nos façam rir:

Como nos não fazem bocejar!

Como nos não fazem soluçar!

A diplomacia não tem atos.”

Na verdade, não convinha ao cônsul Eça continuar a denegrir a imagem dos diplomatas portugueses, dadas as experiências profissionais que estava a ter. Se em Cuba fez questão de se esmerar, mas o seu trabalho foi infrutífero, porque nem tudo dependia de si, não valia a pena continuar a depositar tanto empenho na ação consular, o que justifica que os relatórios dos consulados seguintes diminuam em extensão e em número, percorrendo outro caminho, promovendo a arte.

No entanto, denota-se que o essencial é mantido, ou seja, perpassa na crónica de 1890 uma crítica aos diplomatas que não fizeram curso de aptidões, que não conhecem a lei consular, que estão convencidos que a sua missão é viajar de graça, trajar bem e dançar, que ganham mal, se alimentam mal, porque gastam o dinheiro em alfaiates e não comem, não fazem nada pelo país em que exercem os cargos diplomáticos, nem pelo seu.

Quanto às alterações, não se trata apenas de simples mudança de sintaxe, tal como a seguir exemplificamos, mas de rever o texto de 1871, expurgá-lo do que tinha de mais ofensivo, ou reforçar ou agravar o que é necessário, tal como se pode verificar no excerto comparativo das duas obras que a seguir apresentamos:

733 *Op. cit., ibidem.*

<i>As Farpas</i>	<i>UCA</i>
<p>Parece-nos que na organização da nossa diplomacia vamos seguindo um caminho estéril.</p> <p>As habilitações que se exigem de um cidadão devem estar em harmonia com os serviços que se esperam dele. Não se exige dos que pretendem ser lentes do curso superior de letras, que eles apresentem certidão de saber dançar dignamente o <i>cancan</i>. Ora se a missão de um diplomata é comer bem, dançar bem, vestir bem, parece-nos inútil que se lhe peçam provas de que o sujeito conheça o direito internacional e a história diplomática! O mais trivial bom senso pede que eles sejam examinados simplesmente em pontos como estes:</p> <p>Maneira mais própria de pôr a gravata branca e suas divisões;</p> <p>Método mais fino de comer uma ostra, princípios gerais, aplicações:</p> <p>Da valsa: teorias; questões principais; exemplos; etc.</p>	<p>Evidentemente na organização da nossa diplomacia vamos seguindo um caminho imprevidente.</p> <p>As habilitações que se exigem de um cidadão devem estar em harmonia com os serviços que se esperam dele. Não se requer, dos que pretendem ser lentes do Curso Superior de Letras, que apresentem certidão de saber dançar dignamente o <i>cancã</i>. Ora se a missão de um diplomata é comer bem, dançar bem, vestir bem, parece-nos inútil que se lhe peçam provas de que xxx conhece o direito internacional e a história diplomática! O mais trivial bom senso ordena que ele seja examinado simplesmente em pontos como estes:</p> <p>Maneira mais própria de pôr a gravata branca, e suas divisões;</p> <p>Método mais fino de comer a ostra; princípios gerais; aplicações;</p> <p>Da valsa: teorias; questões principais; exemplos; etc.</p>
<p>E vai a nossa diplomacia ficar amuada conosco, depois de lhe termos feito, com toque ligeiros e transparentes, o retrato gentil? Decerto que não: nós rimos, mas a chuva aromatizada não molha. E só restava, bom Deus, que a nossa diplomacia tivesse a falta de espírito, - de nos não achar espírito!</p>	<p>Que a nossa diplomacia, aliás meritória e simpática, se não agaste com estes traços ligeiros! Quisemos apenas <i>rire un brin</i>. E, nesta nossa triste terra, quando a gente se quer alegrar e folgar um pouco, tem de recorrer às instituições, que são entre nós – <i>pilhérias organizadas funcionando publicamente</i>.</p>

Estas diferenças mostram o que temos afirmado em relação aos conceitos de desagravo a que o escritor recorre noutras crónicas, substituindo “**estéril**” por “**imprevidente**”, “**exige**” por “**requer**”, “**pede**” por “**ordena**”, sendo que este último se reporta ao “bom senso”, que não convém de forma alguma perder. Por outro lado, em *As Farpas* afirma que, certamente, a diplomacia portuguesa não vai ficar “**amuada**” pelo “**retrato gentil**”, pois não teria “**falta de espírito**” de os achar sem “**espírito**”, e em *UCA*, recorre novamente à subtileza da ironia, a uma “doce” e não “amarga” ironia, elogiando a diplomacia de ser até “**meritória**” e “**simpática**”, pedindo que não se magoe com aqueles “**traços ligeiros**”, porque quiseram apenas rir, deslocando para o fim da crónica o que em 1871 afirmara no início: “**quando a gente se quer alegrar e folgar um pouco, tem de recorrer às instituições, que são entre nós – *pilhérias organizadas funcionando publicamente*.**”

Para além destas grandes diferenças, destacamos que, em 1890, substituí o termo “**relatórios**” por “**trabalhos**”, já que, se até 1874 faz da elaboração de relatórios o seu trabalho, a partir de ora em diante, sem ignorar completamente este, faz trabalhos úteis para o país, não sob a forma de relatórios, mas de arte, na qual deposita as vivências e perpetua Portugal na obra literária.

A “emigração” e o “brasileiro”⁷³⁴

Ao iniciarmos a reflexão sobre estas crónicas cumpre esclarecer que, dada a singularidade do espírito que as motivou e as une, resolvemos também analisá-las em conjunto e não as isolar. Por outro lado, a crónica de fevereiro de 1872 sobre o ‘brasileiro’ não trata apenas dos cidadãos naturais do Brasil, mas também de todos os portugueses que emigraram para aquele país devido à miséria, tal como refere na crónica de dezembro de 1871, e que regressaram à terra natal mais ou menos enriquecidos, apresentando o termo em itálico, para o distinguir dos primeiros. Devemos referir que o tema Brasil é uma presença na obra do escritor, desde o berço e a infância, devido à ligação da família àquela nação, e também aos brasileiros que o criaram e com quem conviveu, razão pela qual vamos dar uma maior atenção a estes artigos e aos contornos que nele estão implicados, nomeadamente a viagem de D. Pedro II a Portugal, entre 1871 e 1872, e a polémica com os pernambucanos devido à contrafação de *As Farpas* em Pernambuco.

Tendo nascido no Brasil, o pai é brasileiro, como destaca Heitor Lyra, o que liga Eça de Queiroz ao Brasil pela parte paterna. Maria Eça de Queirós, no prefácio de *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz*, daquele autor, afirma que nunca esquecerá a relação de toda a família com o Brasil, nomeadamente a dos seus bisavôs e do seu avô, que lá nasceu, e dos criados que a família traz consigo para Portugal, Rosa e Mateus, que mais tarde acarinham e influenciaram a vida do pai, de quem ouviu histórias do sertão e cantigas de embalar brasileiras. Eça deve muito ao Brasil, afirma Maria, e “o Brasil tem sido generoso, perdoou as acerbas ironias dos primeiros anos, as arremetidas ferozmente risonhas das *Farpas*. Compreendeu e perdoou. Mais tarde recebeu a sua obra, leu-a com avidez e, sessenta e quatro anos depois da sua morte, não cessa de o admirar, estudar, comentar.”⁷³⁵ Aludindo aos brasileiros que fizeram parte da vida de Eça, com quem sempre conviveu, destacam-se Eduardo Prado e o seu sobrinho Paulo, Domício da Gama, Olavo Bilac, e tantos outros.⁷³⁶

Conta Heitor Lyra que, em 1890, certa vez Eduardo Prado e Domício da Gama apareceram em casa de Eça de Queirós, em Neuilly, com o jovem poeta brasileiro Olavo Bilac, que na altura tinha 25 anos, episódio retratado por Gilberto Freyre em *O outro amor do Dr. Paulo*. Era seu desejo conhecer o grande escritor português, de quem era admirador, encontro que se deu numa noite fria de Inverno, em dezembro, na altura em que era correspondente da *Cidade do Rio*, em França.⁷³⁷ No livro de crónicas

734 V. Anexos 4 e 5.

735 Maria D’ Eça de Queiroz, “Prefácio”, in *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz*, Heitor Lyra, *op. cit.*, 12.

736 Segundo a filha do escritor, “Brasileiros sempre os encontramos pela vida fora. Tanto em Portugal como no estrangeiro, a bordo de navios ou no Sud-Express. Sem falar nos que batem no ferrolho de Tormes! Trouxeram esse desejo do Brasil e por vezes, timidamente, pedem licença para entrar e ver a casa de Jacinto. [...] Conheci muito em Lisboa o embaixador Araújo Jorge, que todas as manhãs dava um passeio pela cidade à procura de casas ou ruas relacionadas com personagens queirozianas.” *Idem*, p. 11.

737 Este episódio é semelhante ao retratado por Gilberto Freyre em *O Outro Amor de Dr. Paulo*, como referiremos.

Vossa Insolência, organizado por António Dimas, diz que foi muito a casa de Eça e com ele esteve em deliciosas noites de conversa íntima. Bilac considerava-o um conversador inimitável, menos dado a rigor no vestuário, talvez porque o amor e a felicidade doméstica transformariam o espírito do prodigioso escritor. Na indumentária, Eça era, naquela altura, uma pessoa mais simples, menos requintada.⁷³⁸

As ligações de Eça de Queiroz com os brasileiros, em especial com os pernambucanos, acentuaram-se nos dois anos em que colaborou em *As Farpas*, já que, tanto ele como Ramalho Ortigão, agitaram os ânimos destes contra os portugueses ali residentes, numa verdadeira forma de protesto contra os autores a propósito das crónicas sobre a viagem do Imperador D. Pedro II pela Europa, incluindo Portugal.⁷³⁹

Eça chegou mesmo a desejar habitar no Brasil, quando encetou a carreira consular, mas em vão, o que não foi impedimento para ali se tornar muito popular devido ao interesse que revela na sua obra pelos brasileiros e por tantos portugueses que escolhem o país para emigrar. As suas obras foram praticamente publicadas em simultâneo nos dois países, dado tratar-se de um tempo em que a presença da literatura portuguesa era intensa no Brasil, tendo revelado saber tirar partido dessa popularidade, afirma Carlos Reis.⁷⁴⁰ Desde *As Farpas*, algumas crónicas da sua responsabilidade outras da de Ramalho Ortigão, à colaboração na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, aos vários personagens da sua obra literária, quer nascidos em Portugal ou no Brasil que participam em episódios da vida portuguesa e brasileira, tudo contribuiu para a notoriedade do escritor.⁷⁴¹

As Farpas, com todos os problemas que causaram em Pernambuco, são reveladoras desse interesse pela nação brasileira e por Portugal, já que, tal como atestam alguns autores, falar do Brasil era, para o autor, o mesmo que falar de Portugal. Na verdade, em 1878, durante o exercício consular em Newcastle, escreve a Ramalho, congratulando-o pela viagem que vai empreender, paga pela *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, periódico que lhe parece “ter a febre americana”, aconselhando-o a “começar pelo Brasil e contar-no-lo à Taine: que livro!”⁷⁴²

738 Cfr. Dário Moreira de Castro Alves, “Olavo Bilac”, in *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, A. Campos Matos (organização e coordenação), *op. cit.*, pp. 69-70.

739 Segundo Paulo Cavalcanti, no relato dessas ocorrências, ligam-se ao nome de Eça de Queiroz “discussões jornalísticas, conflitos de rua, espancamentos, tiros, incêndios, ocupação militar de cidades, prontidão de forças armadas, incidentes judiciais, cancelamento de passeatas cívicas, crise de governo, evasão de criminosos, exoneração de autoridades, boletins subversivos – de que foram teatro na década de 70 do século XIX, por causa das *Farpas*, os municípios pernambucanos do Recife e de Goiana.” Paulo Cavalcanti, *Eça de Queiroz, agitador no Brasil*, 2.^a ed., S. Paulo, Companhia Editora Nacional, (s/d) 1966, p. 19.

740 Cfr. “Leitores brasileiros de Eça de Queirós: algumas reflexões”, in *Ecos do Brasil, Eça de Queirós, Leituras Portuguesas e Brasileiras*, Benjamim Abdala Junior (organizador), *op. cit.*, p. 23.

741 Atesta Carlos Reis que em “tudo o que escreveu e naquilo que motivou, a propósito do Brasil, Eça foi constituindo um capital de reflexão que, no seu tempo, refletia problemas mal resolvidos. A independência do Brasil era relativamente recente, mas a grande nação brasileira tinha uma dimensão geográfica e económica desmesurada para a pequenez do Portugal europeu; [...] Pelo meio, ficavam equívocos, ressentimentos e também um certo fascínio por um Brasil que em Eça é, afinal, uma presença constante.” *Idem*, p. 27.

742 Alvaro Moreya e Bricio de Abreu (direção), *Novas Cartas inéditas de Eça de Queiroz a Ramalho Ortigão*, Rio de Janeiro, alba Editora, 1940, p. 47.

A viagem de D. Pedro II a Portugal

O episódio que decididamente dá a conhecer *As Farpas* e os seus autores no Brasil é a viagem do Imperador D. Pedro II a Portugal. Na verdade, os autores aproveitam a ocasião desta viagem a Portugal e à Europa para lançar a obra, que era uma novidade na época, no outro lado do Atlântico. Tratava-se de uma oportunidade singular, dada a pompa com que se preparava a recepção a tão célebre visitante, que viera “reforçar os laços entre as duas coroas e os dois povos”.⁷⁴³

Segundo Paulo Cavalcanti, no Brasil, a decisão de D. Pedro II em viajar ao Velho Mundo naquela altura, em 1871, não foi pacífica, já que suscitou a discordância de conservadores e de liberais, dada a situação política e social do país. Enquanto José de Alencar (1829-1877), por convicção ou por represália, discordava da viagem do Imperador e o Conselheiro Nabuco de Araújo (1849-1910) alegava que os líderes políticos ficavam desprotegidos, para Andrade Figueira (1833-1910), D. Pedro esperava obter aplausos no estrangeiro da libertação dos nascituros dos escravos, denominada lei do “ventre livre”, e o triunfo que se adivinhava.⁷⁴⁴

As ideias abolicionistas, a reforma eleitoral e judiciária, o lançamento do Manifesto Republicano, formado por um grupo de homens dos mais conceituados do país, tinham aberto uma crise no Brasil. Nas Províncias mais importantes, como na sede da Corte, o povo participava ativamente nas campanhas cívicas, editava jornais, debatiam-se os problemas da liberdade e da abolição do trabalho escravo. Nesta conjuntura, a escravatura, já há muito debatida, passou a ser encarada sob um outro olhar. Joaquim Nabuco, descendente de uma família escravocrata, foi dos diplomatas que mais lutou pela abolição, dado que a maior parte dos países civilizados já tinha extinguido o trabalho escravo e a Inglaterra tornara-se impiedosa para todos os incumpridores. Sentindo que a escravatura era um obstáculo ao desenvolvimento económico do país, Nabuco afirmava que o verdadeiro patriotismo é o que concilia a pátria com a humanidade.

Por um lado, D. Pedro II possuía em mãos, já desde 1866, os anteprojetos de lei, elaborados por Pimenta Bueno (1803-1878), para a extinção gradual da escravidão, mas, por outro, ouvia os argumentos para a sua manutenção, que se baseavam na ideia de que o país não estava em condições de enfrentar a questão do abolicionismo, dado o seu enfraquecimento devido à guerra, ao empobrecimento das finanças e crise política e partidária. Face a estes problemas e à dificuldade em gerir interesses divergentes, D. Pedro sente que estava na altura de viajar, entregando o cetro à princesa, de 25 anos, para escapar à onda de indignação dos círculos reacionários.⁷⁴⁵

743 Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal [1851-1890]*, Vol. IX, *op. cit.*, pp. 171-172

744 Cfr. *Eça de Queiroz, agitador no Brasil, op. cit.*, pp. 24-25.

745 Cfr. *idem*, p. 23.

Em Portugal, a situação também está longe de se apresentar estável. *As Farpas* mostram um país às avessas, à procura de si mesmo, o que justifica que as primeiras tiragens, que começaram com cerca de dois mil exemplares, tivessem crescido nos primeiros tempos. Não era um número espetacular, afirma Maria Filomena Mónica, mas a influência foi considerável. A crise ocorrida por ocasião do 33º Governo Constitucional presidido por Ávila, a guerra entre o Brasil e o Paraguai, entre 1864 e 1870, tinha estreitado o caudal das remessas dos emigrantes, fonte de receitas muito importante para a economia do país, situação retratada por Eça em *Os Maias*, quando João da Ega diz que basta assustar o brasileiro e a bancarrota estalava.⁷⁴⁶ A par deste fator, coloca-se a descida da cotação dos fundos públicos e a diminuição das exportações, fazendo aumentar a dívida flutuante. Num cenário de forte crise internacional, a situação económica portuguesa é acompanhada por uma efervescência política que conduz ao poder Fontes Pereira de Melo, em 1871, no reinado de D. Luís, rei tão admirado por Eça de Queiroz, o governante que daria alguma estabilidade à nação, contribuindo para o seu desenvolvimento interno, até ali muito aquém da Europa.

D. Luís, o Bom, como lhe chamou Eça, de temperamento calmo e conciliador, foi um modelo de monarca constitucional, respeitador escrupuloso das liberdades públicas, destacando-se do seu reinado o início das obras dos portos de Lisboa e de Leixões, o alargamento da rede de estradas e de caminhos de ferro, a construção do Palácio de Cristal, no Porto, a abolição da pena de morte para os crimes civis, a abolição da escravatura no Reino de Portugal⁷⁴⁷, e a publicação do primeiro Código Civil. No plano intelectual, assiste-se à “Questão Coimbrã”, entre 1865 e 1866, às *Conferências do Casino*, em junho de 1871, a que andavam ligados os nomes de Antero de Quental e de Eça de Queiroz, entre outros expoentes de uma geração que se notabilizou na vida intelectual portuguesa, tal como anteriormente referimos.

Precisamente no dia em que Eça proferia a sua conferência no Casino Lisbonense, a 12 de junho de 1871, chegava a Lisboa o Imperador do Brasil, D. Pedro II, sendo Ramalho Ortigão que relata os acontecimentos e contornos da sua chegada. Dado encontrar-se mais disponível, Ramalho noticia a sua chegada, e descreve tanto a forma como é recebido como a sua pessoa, na sua aparência, fazendo vários retratos de tão alta individualidade ligada a Portugal e ao Brasil.

A obra de Paulo Cavalcanti, *Eça Agitador no Brasil*, não dá uma noção completamente correta da viagem de D. Pedro II a Portugal, já que, à semelhança de outros biógrafos, atribui a maioria das crónicas sobre o Imperador e o contencioso com os pernambucanos a Eça, quando na realidade são da

⁷⁴⁶ *Os Maias*, *op. cit.*, p. 112.

⁷⁴⁷ D. Luís, decreta no Diário do Governo de 27 de Fevereiro de 1869 que "Fica abolido o estado de escravidão em todos os territórios da monarquia portuguesa, desde o dia da publicação do presente decreto. Todos os indivíduos dos dois sexos, sem exceção alguma, que no mencionado dia se acharem na condição de escravos, passarão à de libertos e gozarão de todos os direitos e ficarão sujeitos a todos o deveres concedidos e impostos aos libertos pelo decreto de 19 de Dezembro de 1854."

responsabilidade de Ramalho Ortigão. Afirma, por exemplo, que a primeira crónica é a que afirma que “Somos, Senhor, os dois únicos homens que Vossa Majestade não viu em Portugal. São inúmeros os títulos que nesta ocasião poderíamos exhibir das categorias que não temos.”⁷⁴⁸ Ora, esta crónica não é a primeira, nem é de Eça, mas de Ramalho e data de fevereiro de 1872. A leitura da obra de José Alberto Corte Real, Manuel António da Silva Rocha e Augusto Mendes Simões de Castro, *A Viagem dos Imperadores em Portugal*, que relata essa viagem a partir das notícias da imprensa, é importante para ajudar a desmistificar muitas afirmações de biógrafos que, preocupados em exaltar o escritor, não são rigorosos na descrição dos factos, podendo adulterar o real significado dos acontecimentos.⁷⁴⁹

Muito se tem escrito sobre a viagem do Imperador do Brasil a Portugal, da receção oficial, da forma como se apresentou, do que se escreveu e dos custos da sua peregrinação. No entanto, e no que se refere às *Farpas*, se confrontarmos o primeiro artigo de Ramalho, do fascículo datado de maio de 1871, e *A Viagem dos Imperadores* encontramos a referência aos mesmos acontecimentos e situações, ali relatados em termos mais genéricos e com a dose de ironia que lhe é devida. Na verdade, Ramalho considera D. Pedro um príncipe “liberal” e “democrata”, que “não põe somente a democracia na sua política e nas suas instituições do seu império. Também põe nos seus hábitos, nos seus usos particulares, na sua conservação, nas suas maneiras, no forro do seu chapéu e na casa do seu paletó.”⁷⁵⁰, justificando, assim, o facto de D. Pedro recusar as mordomias de realeza que lhe estavam preparadas, recusar hospedar-se no palácio de Belém e fazer quarentena a bordo de um navio de guerra, devido à febre-amarela no Brasil, optando por aguardar, sem cerimónias de realeza, no Lazareto e no hotel Bragança.

Eça de Queiroz encontrava-se envolvido nas *Conferências do Casino*, que então estavam a decorrer. Segundo Heitor Lyra, é provável que o escritor ou não tenha visto D. Pedro ou que o tivesse visto uma vez, por ocasião da visita que fez à estátua do pai, no Rossio, praça onde morava nessa altura.⁷⁵¹ Na verdade, de acordo com os pormenores que o escritor dá em fevereiro de 1872, deve ter visto o Imperador nesta altura, referindo-se ao esforço de alguns homens para erguer os obeliscos de madeira junto à estátua, colocar a iluminação a gás e por fim não acenderem. Contudo, em Março de 1872, vê-o várias vezes, farpeando a sua simplicidade e informalidade, qualidades que para estudiosos como Heitor Lyra tanto o dignificavam.

Nesse ano de 1871, em *As Farpas*, Eça apenas se refere ao Imperador em julho a propósito de uma crítica ao “singular temperamento” do discurso da Coroa, segundo o qual, escreve de forma irónica, “o país floresce, equilibra-se, enriquece, afirma-se! Segundo ele o paraíso está ainda mais perto que a *Outra Banda*: é darmos um passo, um leve esforço, a entrarmos para sempre na tranquilidade augusta da

748 Cfr. *Eça de Queiroz, agitador no Brasil, op. cit.*, p. 26.

749 José Alberto Corte Real *et alli, Viagem dos Imperadores do Brasil em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872.

750 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, p. 71.

751 Cfr. *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz, op. cit.*, p. 41.

perfeição [...].”⁷⁵² Outro pormenor não menos digno de referência é o carácter noticioso do poder legislativo, que, fazendo concorrência censurável ao *Diário de Notícias*, confessa que tinha estado em Lisboa, S. M. o Imperador do Brasil.⁷⁵³ No seu discurso, a Coroa tinha que dizer alguma coisa ao país, afirmava em julho, e como não tinha feito nada na vida política, na ação civilizadora, nem tinha pensado em nada, o “*discurso da coroa*, nesta falta de significativos factos da vida pública, tem de recorrer aos *cancans* interessantes da vida particular. Não podendo falar como uma página de história, conversa como um habitante do Chiado. De outro modo não tem que dizer ao país.”⁷⁵⁴

Em Portugal, segundo o relato de João Medina, são imensos os testemunhos sobre o impacto de *As Farpas* na sociedade portuguesa mais erudita, tal como anteriormente foi referido. Embora houvesse quem se tivesse oposto a certos conteúdos, principalmente os políticos, os seus principais inimigos, no Brasil a reação foi mais clara, dada a situação do país no que se referia às antipatias à monarquia. Segundo Paulo Cavalcanti, enquanto *As Farpas* “se preocupavam exclusivamente com o Imperador do Brasil, torcendo os factos ligados à viagem de Pedro II com a intenção de amesquinhá-los, foram poucas, no Recife, as vozes que se ergueram para recriminar a atitude de Eça e Ramalho”.⁷⁵⁵

Entretanto, conta Heitor Lyra, alguém fez o que não devia, já que houve alguém que se aproveitou do sucesso da publicação portuguesa e, ainda “antes de saírem essas edições clandestinas, uma livraria do Recife tinha também publicado as *Farpas*; mas em fascículos, como em Portugal, ao preço de 1000 réis cada um”.⁷⁵⁶ Como não havia acordo sobre direitos autorais entre os dois países, a edição foi publicada e vendida, obviamente com fins comerciais, à revelia dos autores, o que os irritou profundamente. Nos meios oposicionistas e republicanos, o aparecimento de *As Farpas* foi recebido com aplausos e manifestações de regozijo, porque foi sentida como uma ajuda preciosa para derrubar a monarquia.⁷⁵⁷

752 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, p. 94.

753 Ironiza o escritor que se o discurso da coroa é deste teor ainda o veremos, continuava, proferir as seguintes palavras: «Dignos pares e srs. deputados da nação. – É com o maior prazer que me acho no meio de vós. O sr. conselheiro Pestana partiu para Vizela. Vai publicar-se brevemente um novo jornal intitulado Brado da Lourinhã: desejamos próspera vida ao colega. Chegou o brigue Carolina. Há hoje dobrada na rua Augusta n.º 108. O cambista Fonseca espera os seus fregueses. Vamos ocupar-nos com todo o afinco da questão da fazenda. Está aberta a sessão.» *Idem*, p. 95.

754 *Ibidem*.

755 Afirma o crítico que aos “olhos dos republicanos de Pernambuco, os autores das *Farpas* figuravam como “intelectuais desinteressados e insuspeitos”, desde que suas crónicas atendiam ao objetivo de desmoralização do Império. A recetividade à revista, até aí, traduzira-se no calor dos aplausos das correntes de oposição ao Trono, na reimpressão das *Farpas* em prelos do Recife, ainda que sob os protestos de Eça e Ramalho. *Eça de Queiroz, agitador no Brasil, op. cit.*, p. 55.

756 Conta Heitor Lyra que as *Farpas* tinham aparecido em Portugal em folhetos, publicados mensalmente, mas que nas edições clandestinas em Pernambuco foram reunidas em volume. Foram editadas por duas vezes, ambas em 1872. *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz, op. cit.*, p. 76.

757 Acrescenta o autor que tão pouco “se importaram os Pernambucanos com os protestos irritados que os dois panfletistas lançaram contra os impressores clandestinos de seus escritos pelas tipografias do Recife, nem com a alcunha de ladrões lançada contra os mesmos. Ainda porque, rigorosamente falando, Ramalho e Eça não deixavam de ter as suas razões. Assim, que mal faziam àqueles impressores os impropérios que lhes atiravam ao rosto, se estes continuavam a imprimir as *Farpas* e a tirar delas todo o proveito, sem que os seus autores tivessem meios de os impedir?” *Idem*, pp. 81-82.

Quando os autores protestaram, os pernambucanos reagiram com indiferença, com desprezo. No entanto, essa atitude não iria durar muito tempo, já que os autores, inconformados com os prejuízos e com o descaramento daquelas reimpressões feitas no Recife, “passaram para o terreno do insulto e da descompostura, já não mais contra os editores «piratas», mas contra todos os Brasileiros”.⁷⁵⁸ De um momento para o outro, segundo Paulo Cavalcanti, quando o público do Recife toma conhecimento da nova realidade, levada pelas “malas postais da Europa”, “as doces verrinas de Eça transformaram-se em acres censuras aos brasileiros, fossem monarquistas ou republicanos; em sátiras endemoniadas; em alusões insultuosas, diante das quais veio a ser indiscriminada a repulsa em Pernambuco”.⁷⁵⁹ Para este crítico, os “novos artigos, de alusão aos brasileiros, não se revestiam das subtilezas anteriores. Talvez indignado com o “roubo” de seus direitos autorais, tanto no Recife como no Rio de Janeiro, o escritor desandou-se em facécias, espicaçando o brasileiro e apontando-o ao desprezo público.”⁷⁶⁰

Efetivamente, pode situar-se neste ponto do “roubo” a explicação para toda a ira dos pernambucanos que, aparentemente, tem início em fevereiro de 1872, com a publicação do fascículo desse mês, encetado por Ramalho Ortigão, que contém o do *brasileiro*, da autoria de Eça, mas que, na realidade, já começara em 1871, com a publicação do fascículo de maio, desmistificando todas as interrogações que se têm feito sobre as causas de tanta antipatia para tudo quanto fosse brasileiro por parte do escritor português.

Não podemos esquecer que a publicação era vendida em fascículos, pelo que não tem sentido que, em Pernambuco, tivessem conhecimento da primeira crónica destinada a contar os “FASTOS DA PEREGRINAÇÃO DE SUA MAJESTADE O IMPERADOR DO BRASIL POR ESTES REINOS” e depois das últimas, sobre os brasileiros. Devemos recordar, com João Medina, que se trata de folhetos mensais, designados pelos alfarrabistas com o nome pitoresco de “farpinhas”, cujo formato é de 11x14 e que o primeiro, datado de maio, é apenas colocado à venda em junho, possuindo 96 páginas impressas precedidas de um sumário, tal como era costume na época.⁷⁶¹ Não nos parece que tenha razão o autor quando afirma que “Eça começa a sua galhofa anti-Pedro a meio do famigerado fascículo de fevereiro, com uma mofa ao anonimato de D. Pedro [...]”.⁷⁶² Afinal, à semelhança de outras crónicas, quem despoleta os escritos é Ramalho, sendo Eça que lhe dá continuidade. Outro dado importante a considerar, segundo Annabela Rita, é que durante

o primeiro ano, tal como se anunciaram, foram volumes mensais, constituídos por diversos textos, separados por um friso a negro, textos esses em que o destaque de diferentes momentos era feito por recurso à introdução do sinal de pontos dispostos em triângulo no

758 *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz*, op. cit., p. 82.

759 *Eça de Queiroz, agitador no Brasil*, op. cit., p. 55.

760 *Ibidem*.

761 Cfr. *Reler Eça de Queiroz. Das Farpas aos Maias*, op. cit., p. 16.

762 *Idem*, p. 39.

espaço interlinhas. À exceção de algumas cartas abertas, os textos não eram assinados. A partir de 1872, começa já a registar-se uma tendência para o espaçamento da publicação, com volumes que abrangem dois meses.⁷⁶³

Uma curiosidade que devemos notar é que o fascículo de fevereiro de 1872 também possui 96 páginas, embora não possua qualquer sumário. Estes dois fascículos estão no centro da polémica com os pernambucanos, já que é o primeiro que ali desperta todo o interesse pela publicação e é o segundo que despoleta uma série de conflitos que têm passado a imagem de Eça de Queiroz como agitador no Brasil, devido a uma inusitada antipatia com tudo quanto fosse brasileiro. Esta questão reforça a nossa tese de que a ira dos farpistas deve-se ao roubo, dos hoje designados por “direitos autorais”, a que se juntaram outros ressentimentos que já possuíam e que pairavam na sociedade portuguesa.

Pelo exposto, devemos separar a primeira passagem do Imperador por terras portuguesas da segunda, assim como os escritos de uma e de outra, já que são precisamente os primeiros, os de 1871, que são “roubados” e incentivam a escrita dos segundos, os de 1872, sobre os brasileiros, que estão na origem dos conflitos. Os autores não gostaram que a sua obra fosse editada e vendida à revelia, sem o seu consentimento, apoderando-se os brasileiros gratuitamente do seu trabalho. Eça de Queiroz tinha veia de artista, mas não escrevia de graça, mas sim para ganhar dinheiro. Tudo isto se passava na mesma altura em que perde o consulado da Bahia e as *Conferências do Casino* são mandadas encerrar. A reação dos conferencistas e apoiantes, segundo Carlos Reis, “foi exuberante e motivadora de outras reações em cadeia, todas merecedoras de atenção especial.”⁷⁶⁴

Na realidade, a intenção de *As Farpas* não é “torcer” os factos, como defende Paulo Cavalcanti⁷⁶⁵, ou “destorcê-los”, como defende Heitor Lyra⁷⁶⁶, mas sim a ironia, o riso, e com ela a crítica ao país. Quem ler com atenção as várias crónicas, com facilidade se dá conta que é toda a conjuntura do país que está em questão, os seus males estruturais, como também defenderá Alexandre Herculano. Tal como nota João Medina, *As Farpas* são uma vasta e aguda crítica global à Regeneração, ao país global, “da política às artes, dos costumes às instituições de defesa militar, da educação das mulheres ao funcionamento das cadeias, da instrução pública às colónias”⁷⁶⁷ que, “segundo um método e uma ótica claramente enunciados desde o «prólogo» de maio de 1871, vão sendo abordados ao acaso dos *faits divers* que a atualidade vai proporcionando e fornecendo à destreza do bandarilheiro”.⁷⁶⁸ Neste contexto, dadas as circunstâncias da sua chegada e passagem por Lisboa, D. Pedro II é atingido pelas “farpas” dos escritores, embora não seja um alvo direto.

763 *Eça de Queirós Cronista, do «Distrito de Évora» (1867) às «Farpas» (1871-72), op. cit., p. 45.*

764 *As Conferências do Casino, op. cit., p. 67.*

765 Cfr. *Eça de Queiroz, agitador no Brasil, op. cit., p. 55.*

766 Cfr. *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz, p. 81.*

767 *Reler Eça de Queiroz. Das Farpas aos Maias, op. cit., p. 51*

768 *Ibidem.*

D. Pedro torna da sua digressão pela Europa em 29 de fevereiro de 1872, sendo-lhe dedicado quase todo o fascículo desse mês. À semelhança do que aconteceu com o fascículo de maio de 1871, que saiu em junho, também este deveria ter saído mais tarde, segundo Maria Filomena Mónica.⁷⁶⁹ Se assim não fosse, não se compreenderia como é que certos acontecimentos que são relatados nesse fascículo tenham decorrido depois.

Devemos dizer que o ano de 1872 era um ano de grande expectativa para Eça de Queiroz, dadas as mudanças que estavam prestes a acontecer na sua vida. Vianna Moog conta como o escritor estava a ficar mal visto perante a família e amigos por não definir a sua carreira profissional, como ficara animado com a classificação do concurso a cônsul, e como ficara decepcionado com a injustiça de não ter sido colocado na Bahia.⁷⁷⁰ Depois de tantos dissabores tinha grandes expectativas em relação ao novo ano, tal como relata na primeira crónica, em janeiro. Dirigindo-se ao leitor, manifesta o seu estado de espírito, desejando maior generosidade a esse “Novo Ano”, do qual ele desconhecia ainda as feições. Queria trabalhar, ter o seu bolso farto, situação pela qual lutou toda a sua vida, tal como se pode verificar na correspondência a Ramalho Ortigão, mas sobretudo que o “sr. 72” fosse um “gentleman” e não perdesse o “*Bom senso*”.⁷⁷¹

Por um critério de justiça, dizia, é justo falar também da Pátria que, para si, é não um país, nem uma nacionalidade, mas um “*sítio*”, uma “língua de terra” onde “temos as nossas casas e semeámos os trigos”. Através de um diálogo que estabelece entre o Ano Velho e o Ano Novo, faz o retrato do país, comenta a Monarquia e a República, a Carta, os poderes e a ação do Rei, dos ministros, dos partidos, do povo, da aristocracia, da diplomacia, do Porto, de Lisboa, da família, da agricultura, das colónias, da polícia, entre outros temas, até que o Ano Novo dá, em resumo, a sua opinião sobre o estado da nação, propondo a leitura de *As Farpas* como um jornal de “bom senso” que não aspira à ditadura.⁷⁷²

Pinheiro Chagas faz parte do seu alvo nesse mês, censurando-o por ter ficado muito ofendido com os que criticam a pátria, porque maldizer a pátria não é contribuir para a sua ruína, mas para que ela seja melhor. Mais tarde, em correspondência enviada de Bristol para o jornal *O Atlântico*, insiste que nem as

769 Cfr. “Introdução”, in *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 1.

770 Cfr. *Eça de Queiroz e o Século XIX*, op. cit., pp. 164-165.

771 Eça, dirigindo-se aos leitores, dizia: “Querido Público: eis-te diante de um ano novo: 1872. [...] Como será o seu rosto – franzino e pacífico ou violento e duelista? Como será a cor, o jeito dos seus cabelos – grisalhos e acamados como de um musgoso conservador ou negros e revoltos como de um revolucionário impaciente? Como será a palma da sua mão – macia e seca como a do que espalha dinheiro ou adunca e áspera como a do avaro ganchoso? - Quem o sabe? Quem o saberá? diz o cuco da legenda. Que te trará ele a ti, fiel camarada das *Farpas* e das suas peregrinações irónicas? Um acesso no teu emprego? [...] - Quem o sabe? Quem o saberá? diz o cuco da legenda. Que importa! Que ele, o Ano Novo, te conserve a cabeça fria, o estômago são, o bolso sonoro e a mão decidida: é o bom, o positivo, o fortificador e o desejado. De resto que o sr. de 72 se porte contigo como um *gentleman*, - é tudo o que se lhe pede. É o que nós pedimos à taciturna figura. E também um pouco, - que te dê, que te inspire subtilmente, que faça penetrar em ti como um calor purificador e com um aroma afável – a estima das *Farpas* – ou pelo seu nome genérico – a estima do *Bom senso*...” *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 322.

772 Cfr. *idem*, pp. 327-328.

Conferências do Casino eram uma “verdadeira conspiração contra a ideia de Pátria”⁷⁷³, nem a descompôs como fora acusado, somente a ama dum modo diferente, dum modo íntimo, sendo por essa razão que não se compreendem, desculpando-se com Alexandre Herculano e com Oliveira Martins, por terem sido eles que insultá-la.⁷⁷⁴ Na verdade, Eça apenas pegara em expressões chave daqueles eruditos, recordando-as e desenvolvendo-as através da sua fina ironia, que era precisamente o que irritara Pinheiro Chagas.⁷⁷⁵

Para Carlos Reis, há que não esquecer que o trajeto cultural do escritor foi enriquecido por uma reflexão sobre o seu país e sobre a história portuguesa, na qual não cabem as conotações antipatrióticas que lhe foram algumas vezes atribuídas, nomeadamente por Pinheiro Chagas, já que a sua intenção era denunciar os males da sociedade do seu tempo, para que pudessem ser corrigidos e eliminados e assim contribuir para a fazer melhor. Indignava-se Eça de Queiroz com Manuel Pinheiro Chagas, em *As Farpas*, fazendo-lhe ver que não era pelo facto de Portugal ter descoberto o caminho marítimo para a Índia, nem ter “domado o Indostão”, que o país possuía toda a perfeição de administração, toda a abundância de riqueza, toda a virtude de alma, toda a elevação de carácter, toda a beleza de forma.⁷⁷⁶ Bastava olhar para o estado da instrução pública, para a desorganização dos estudos, para o número de letrados, para o estado da economia, para a falta de estradas, para o enfraquecimento dos caracteres, para a decadência literária, para verificar que o país não se encontrava nem na posse da verdade nem da abundância.

Na crónica “Brasil e Portugal”, escrita para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, dá continuidade à polémica do patriotismo que, segundo A. Campos Matos, não foi mais do que um pretexto para Eça censurar o atraso da sua pátria, dando assim continuidade aos espíritos de *As Farpas* e da conferência que proferira no Casino de Lisboa.⁷⁷⁷ Para este autor, Eça manifesta desdém pela colonização portuguesa no Brasil o que indigna Pinheiro Chagas, dado não se ter referido aos

773 Cfr. A. Campos Matos, “Considerações sobre a polémica “Brasil e Portugal”, entre Eça de Queiroz e Pinheiro Chagas”, in *Polémica Eça de Queiroz – Pinheiro Chagas “Brasil e Portugal”*, prefácio e organização de A. Campos Matos, Lisboa, Parceria A. M. Pereira Editora, 2001, p. 17.

774 Cfr. *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. II, pp. 271-286.

775 Para Eça, Chagas era um cidadão “perfeitamente feliz [um] humorístico amigo”, diz em *As Farpas*, ou “absolutamente otimista, rara avis”, diz em *Uma Campanha Alegre*. No “seu folhetim de 5, no *Diário de Notícias*: aí acusa com um gentil espírito os que «fustigam a Pátria»: aí desenha o país como tão superiormente impecável que na sua superfície não há uma fenda e no seu perfil não há uma verruga: aí declara que todo aquele que acha na Lusitânia defeitos e no cisne farruscas – é *burlesco*. Burlesco é o termo que ali crava o nosso amigo Pinheiro Chagas. Parece que, segundo ele, nós temos todos os bons livros, toda a perfeição de leis, toda a abundância de riquezas, toda a virtude pública, toda a elevação de carácter, toda a beleza de formas – como aquela cidade ideal onde o jovem Telémaco e o calvo Mentor passeavam coroados de loiros, trocando as prosas monótonas com que o puro Fênelon lhes besunta alternadamente os beijos.” *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 339.

776 Cfr. *idem*, pp. 339-340.

777 Cfr. “Considerações sobre a polémica “Brasil e Portugal”, entre Eça de Queiroz e Pinheiro Chagas”, in *Polémica Eça de Queiroz – Pinheiro Chagas “Brasil e Portugal”*, op. cit., p. 22.

bandeirantes, à unidade linguística e territorial e outros argumentos que fazem parte do leque de ações positivas da colonização portuguesa no Brasil.

Pinheiro Chagas apresentava-se como representante eminente da segunda geração romântica, da voz oficial do conservadorismo, e Eça de Queiroz o crítico do “mundo oficial, constitucional, burguês, doutrinário e grave”, tal como proclama na quarta conferência do casino intitulada “A Nova literatura, o Realismo como Nova Expressão de Arte”, da qual Pinheiro Chagas se mostra amplamente discordante, lamentando que enverede pela nova escola literária, dado possuir qualidades literárias que não se coadunam com esse estilo. Para além de Pinheiro Chagas não concordar com as *Conferências*, por as achar uma conspiração contra a ideia de Pátria, Eça enaltece ainda o realismo, definindo-o como “proscrição do convencional, do enfático e do piegas”, em nome de uma visão científica da realidade e de um conceito moral, de justiça e de verdade, alegando que pertence a um mundo “mais vivo e real” que o do Chagas, um “mundo fictício”, “convencional”, “artificial”.⁷⁷⁸

Para Helena Carvalhão Buescu, Manuel Pinheiro Chagas foi um autor cujas suas posições são geralmente relacionadas com as do conservadorismo institucional, tanto político como literário, que o advento da “Geração de 70” queria combater. Algumas das suas afirmações são polémicas, para a autora, como a de defender no Parlamento a decisão do governo de encerrar as *Conferências do Casino*, é também o autor do relatório que leva à exclusão da obra de Eça de Queirós, *A Relíquia*, do concurso para o prémio literário da Academia.⁷⁷⁹

É num ambiente de efervescência política e social que Eça de Queiroz assiste *in loco* aos passos do Imperador do Brasil em Portugal, acompanhando-o através da imprensa, embutindo vários retratos desses e de outros acontecimentos na obra, dados os objetivos da publicação e a sua insatisfação pessoal, repellido pelo círculo político e social daquele tempo. Uma imprecisão que tem sido repetida, desde a publicação da obra de Paulo Cavalcanti, é a que afirma que as “farpas” lançadas ao Imperador do Brasil foram quase todas redigidas por Eça, baseando-se no estilo causticante, ironia cintilante e a vivacidade com que foram escritas, justificando, assim, o título da sua obra *Eça agitador no Brasil*. Contudo, em primeiro lugar e de acordo com João Medina, esse título é abusivo, já que, apesar do “mimetismo” entre as escritas dos dois autores e a sequência lógica entre muitas crónicas, Eça de Queiroz limitou-se a deitar algumas achas para a fogueira ateadada por Ramalho Ortigão⁷⁸⁰, e, em segundo lugar, não devemos ignorar a principal característica da escrita de *As Farpas*, a ironia, que não foi entendida nem compreendida do lado de lá do Atlântico.

778 Cfr. “Considerações sobre a polémica “Brasil e Portugal”, entre Eça de Queiroz e Pinheiro Chagas”, in *Polémica Eça de Queiroz – Pinheiro Chagas “Brasil e Portugal”*, op. cit., p. 11.

779 Cfr. Helena Carvalhão Buescu, “Manuel Pinheiro Chagas”, in *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Helena Carvalhão Buescu (coordenação), op. cit., pp. 88-89.

780 Cfr. *Reler Eça de Queiroz. Das Farpas aos Maias*, op. cit., p. 28.

Na verdade, é Ramalho Ortigão que enceta a sequência das sátiras que se repetem uma após outra, no fascículo de fevereiro, de 1872, no qual faz a retrospectiva da primeira passagem por Lisboa e acrescenta dados novos sobre a segunda, aludindo aos propósitos do monarca de se fazer passar incógnito, uma pessoa comum, de se apresentar sem cerimónias, da sua mala libertadora, “antítese” do cetro que o escraviza, de Portugal e dos seus políticos, dos tipos da sociedade portuguesa, do seu modo de vida e dos interiores das casas. Eça de Queiroz, em constante convivência com o parceiro, dá continuidade aos seus lances, aprofunda-os e amplia-os, de modo a não deixarem despercebidos os traços que caracterizam e identificam o povo português e a fazer justiça ao “roubo” da sua obra no Brasil.

No entanto, devemos recordar que os lances de Ramalho não são completamente inéditos, uma vez que já tinham sido debatidos por Eça em “Farpas” anteriores, sobretudo na primeira, a crónica de abertura, que faz parte do primeiro fascículo, o mais importante, segundo Maria Filomena Mónica, maioritariamente escrito por Eça. Por esta razão, apesar de insistirmos nos escritos de Eça de Queiroz, não devemos deixar de fazer referência ao nome de Ramalho, dada a cumplicidade entre eles. Outro facto que devemos ter presente é que, à semelhança da primeira passagem de D. Pedro por Portugal, também agora, muitos dos assuntos tratados nestas crónicas constam da obra *A Viagem dos Imperadores*.

Sobre o propósito de D. Pedro em conhecer importantes personalidades do Velho Mundo, sabe-se que trazia consigo uma longa lista de personalidades a visitar na Europa, algumas em Portugal, mas nem Eça nem Ramalho faziam parte dela, dado não serem ainda conhecidos naquela altura. O que os viria a celebrar seria, justamente, a edição da obra, na qual tanto investiram sobre o Imperador, a propósito da sua visita a Portugal, publicada nos dois lados do Atlântico. Na realidade, durante o tempo que D. Pedro II esteve em Portugal foram muitos os que quisera ver, mas foram mais ainda os que o quiseram ver a ele, razão por que Ramalho afirma, em junho de 1871, que quando

os grandes homens que foram ao Lazareto se despediam de S. M., pedindo-lhe as suas ordens, as quais ordens estávamos habituados a acreditar que não podiam ser senão as da Rosa ou do Cruzeiro do Sul, S. M., dignava-se de responder requerendo mais grandes homens para o dia seguinte.
Correram centenas de sábios!⁷⁸¹

A corrida aos títulos era uma realidade ainda nesta época e Eça, não raras vezes, refere-se a esta questão que desenvolve e aprofunda na crónica sobre os *brasileiros*. Ao referir-se aos que quiseram obsequiar o Imperador, colocando iluminações a gás junto à estátua do pai, aproveita para ironizar sobre a atitude do monarca em querer passar incógnito e sobre a aspiração daqueles à comenda da Rosa, dado serem todos “homens de bem”, de “boas famílias”, não “comerem com a mão”, terem “boa roupa

781 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, p. 72.

branca”, andarem “bem barbeados”, mas são “acanhados”, “tímidos”, pelo que têm vergonha de pedir uma coisa insignificante: “É que Vossa Majestade os condecure com a comenda da Rosa! Ora aí está!”⁷⁸²

Nesta segunda passagem pelo país, sabe-se que visitou em sua casa o visconde de Castilho, seu antigo conhecido do Rio de Janeiro, Camilo Castelo Branco e também Alexandre Herculano. Conta Lyra que Camilo Castelo Branco, de 42 anos de idade, a mesma idade do monarca, já nesta altura era “rabugento” e “esquisito”, recusa ir encontrar-se com ele no hotel. No entanto, dada a admiração pelo escritor, D. Pedro desloca-se a sua casa, desarmando Camilo dos seus preconceitos antimonárquicos que, passado pouco tempo escreve a Tomás Ribeiro, contando, embevecido, as honrarias de tão célebre visita e como forma de o homenagear coloca-se em sua defesa às investidas de *As Farpas* e prescinde da publicação de *Infanta Capelista*, romance inédito nessa altura, no qual, faz retratos depreciativos da família de Bragança, publicando-o, anos mais tarde, com algumas alterações e com o título *O Carrasco de Victor Hugo Alves*.⁷⁸³

Em Lisboa, volta a encontrar-se com Alexandre Herculano, agora em sua casa, dada a impossibilidade do erudito em o ir visitar ao hotel, devido a problemas familiares.⁷⁸⁴ Eça considera a visita um facto incontestável, mas, analisando as notícias e a correspondência da imprensa, podia haver dúvidas, ironizava, já que um jornal diz que foi à sua “mansão”, outro que foi ao seu “retiro”, outro que foi ao “abrigo”, outro ao “albergue” e que “no meio disto, uma coisa terrível se nos afigura: é que Sua Majestade se esqueceu de ir simplesmente - a casa do sr. Alexandre Herculano!”⁷⁸⁵

Quanto à pretensão de viajar incógnito e sem cerimónias, tal como fizera por ocasião da sua primeira passagem por Portugal, também agora D. Pedro se espolia da sua condição de Soberano e de Chefe de Estado, insistindo em que não era ali nem Imperador nem D. Pedro II – mas apenas um viajante, como outro qualquer, com o nome de Pedro de Alcântara. D. Pedro queria gozar da liberdade de ser um simples cidadão, alegando estar farto de cerimónias e de etiqueta. Se à chegada recusara homenagens oficiais, alegando que “Aqui não há Imperador nem Imperatriz.”⁷⁸⁶, no regresso dispensa o comboio real colocado à sua disposição pelo Governo português. Eça aguça as primeiras farpas lançadas pelo seu companheiro, referindo que o “Imperador do Brasil quando esteve entre nós e mesmo fora de

782 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, p. 383.

783 Cfr. *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz.*, *op. cit.*, pp. 42-43.

784 Conta Heitor Lyra que o monarca pretendia condecorar o historiador com a comenda da grã-cruz da Ordem da Rosa, mas ele, numa longa carta, recusou-a por achar que não merecia tão alta honraria, referindo-lhe que já anteriormente recusara a D. Pedro V a condecoração que ele lhe quisera dar, mas que, em compensação, lhe aceitara das mãos “um livro de Tocqueville, sobre o antigo regime francês, anotado por D. Pedro V. «Vossa Majestade», concluía Herculano, «há de ter algum livro assim, ou o original de qualquer trabalho literário seu, ou a fotografia do imperador do Brasil, no alto da qual escreva estas palavras ou outras semelhantes: Dado por D. Pedro de Alcântara ao seu amigo o lavrador de Vale de Lobos.» Que D. Pedro II lhe fizesse uma dessas mercês ou outras equivalentes, e ele manifestaria a sua profunda gratidão.” *Idem*, p. 46.

785 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, p. 382.

786 Heitor Lyra, *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz, op. cit.*, p. 37.

nós – era alternadamente e contraditoriamente – Pedro de Alcântara e D. Pedro II⁷⁸⁷, e como a história não tem nome a dar-lhe propõem “aos presentes e aos futuros que ele – não pode ser chamado Pedro de Alcântara porque o vedou, nem D. Pedro II porque o negou – seja simplesmente chamado PST!”⁷⁸⁸

Não menos caricata é a situação que ocorre quatro anos depois, quando D. Pedro II, em viagem aos Estados Unidos, o secretário de Estado americano foi recebê-lo a bordo, em Nova Iorque, convidando-o para descer a terra numa lancha especial, posta à sua disposição pelo Governo de Washington. D. Pedro, com as mesmas sem cerimónias, recusa dizendo-se um cidadão brasileiro, em viagem como qualquer turista, provocando uma certa comicidade, já que a lancha regressa a terra apenas com o secretário, que é recebido pelo povo com grande ovação por esperar que viesse acompanhado pelo monarca.

Na Universidade de Coimbra, num doutoramento, senta-se entre o público, rompendo o rigoroso e tradicional protocolo universitário ao apresentar-se sem cerimónias, vestido com a sua roupa de todos os dias.⁷⁸⁹ Conta Lyra que, nesta altura, D. Pedro causou um certo escândalo, dada a sua “desconcertante simplicidade”, vestido com o seu “jaquetão surrado” do dia a dia.⁷⁹⁰ Também na Academia das Ciências recusa sentar-se na mesa da presidência, preferindo sentar-se entre os associados para assistir a uma sessão. Sobre a forma como se apresentou no doutoramento, Eça coloca-se ao lado do monarca, não lhe parecendo justificável o rancor da Universidade, já que se tratava apenas de uma cerimónia veneranda e não de uma festa. Os senhores doutores, dizia, deviam conhecer a teoria da “toilette oficial”, segundo a qual “a toilette só é exigida – quando a toilette é um fim. Num baile, numa gala, numa ópera – a gravata branca, a luva *gris* ou *perle*, a flor de *itea* ou a grã-cruz são essenciais – porque essas festas gentis são exclusivamente a reunião de toilettes elegantes”.⁷⁹¹ Mas ali o fardamento não é uma “voluptuosidade”, não têm cabimento as preocupações com o luxo, dado tratar-se, simplesmente, de doutorar alguém.

Também muito se especulou sobre a mala, que o imperador nunca abandonara nos vários meses que andou pela Europa. Eça, pegando na deixa de Ramalho, que afirmara que a mala lhe servia para “descansar a mão”, que é a “antítese do cetro”, um que escraviza e a outra que liberta, afirmava que D. Pedro, por vezes era visto sem o guarda-chuva, outras vezes sem o embrulho de papel, mas nunca sem a mala. O que traria lá dentro? Nada, afirmava, porque a “mala era uma insígnia: a insígnia do seu incógnito. S. M. trazia em vagão a mala, como usa no trono o cetro: como a coroa é o sinal da sua realeza no Brasil, a mala era o sinal da sua democracia na Europa. A mala é o seu cetro de viagem –

787 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, p. 371.

788 *Idem*, p. 372.

789 Cfr. José Alberto Corte Real, *et alli, Viagem dos Imperadores do Brasil em Portugal, op. cit.*, p. 174.

790 Cfr. *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz, op. cit.*, p. 44.

791 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, p. 377.

como o perpétuo chapéu baixo é a sua coroa de caminho de ferro.”⁷⁹² Contudo, afirma Eça, contrariando os que defendem que apenas criticou o monarca, como Heitor Lyra, “disfarce ou bagagem - a mala é simpática: dá um perfume de boa pessoa e sente-se a honestidade. Uma mala pequena não pode chegar para tudo: tapa por um lado o rei, - descobre por outro o homem de bem!”⁷⁹³

Em Inglaterra, o Imperador causara-lhe as mesmas sensações que em Portugal, já que se apresentara sem preocupações pragmáticas de realeza, todo burguês, com “os mesmos defeitos ou as mesmas qualidades que tanto glosara Eça de Queirós nas *Farpas*, quando da primeira estada do Monarca em Lisboa, em 1872”.⁷⁹⁴ Mas dali, para o *Actualidade* do Porto, era já muito mais cauteloso com as palavras que empregava para falar do monarca brasileiro, diz Lyra.⁷⁹⁵ Na verdade, nessa altura, o tom sarcástico de 1872 tinha praticamente desaparecido, relatando a passagem do Imperador por Londres e o relacionamento que mantinha com as pessoas e as instituições, referindo que a atividade do imperador é ali muito admirada, que continuava a ser favorito na sociedade londrina.⁷⁹⁶

Interroga-se Heitor Lyra, desconsiderando o papel e valor da ironia eciana, sobre as razões pelas quais Eça se ocupa apenas uma vez a sério de D. Pedro, na *Revista de Portugal*, a propósito da queda do Império e da implantação da República, porque fora disso, o que escreve sobre o monarca brasileiro é o que figura em *As Farpas*, para fazer apreciações superficiais e expô-lo ao ridículo, para o retratar nos seus exageros burgueses, sabendo-se que era tão diferente em tudo dos demais soberanos do seu tempo. Ainda assim, este texto, designado “A Revolução do Brasil”, apresenta uma forte dose de ironia, a propósito da passagem da Monarquia para a República e também da tomada de posição do Imperador, que segundo Eça se declarava republicano há muito tempo, à semelhança de diplomatas, bispos e camaristas do Paço.⁷⁹⁷ Segundo o escritor, a implantação da República no Brasil foi tão rápida que os brasileiros que, regressando da pátria, desembarcaram essa manhã no cais do Rio de Janeiro, “ainda pisaram o *solo do Império* como se vinha dizendo havia sessenta anos; - mas, ao saírem as portas da Alfândega, depois de despachadas as bagagens, já pisavam o solo da República, como se estava dizendo havia sessenta minutos.”⁷⁹⁸ Também, para Paulo Cavalcanti, desvalorizando o jornalismo praticado na

792 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, p. 372.

793 *Idem*, p. 373.

794 Heitor Lyra, *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz, op. cit.*, p. 126.

795 Cfr. *idem*, p. 127.

796 Relata nessa crónica que o Monarca do Brasil se coloca “a pé desde as seis da manhã, não há instituição, museu, galeria, biblioteca, palácio, hospital, curiosidade, homem ilustre, que não visite, que não estude. Em todas as sociedades de que é feito membro, tem sempre uma palavra interessante a dizer, uma comunicação curiosa a fazer. Com tudo isto, uma simplicidade quase plebeia.” Eça de Queiroz, *Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres*, fixação do texto e notas de Helena Cidade Moura, Lisboa, Edições Livros do Brasil, 2001, p. 236.

797 Lê-se naquele artigo, assinado com o pseudónimo João Gomes, que “no Brasil nada separava da Monarquia – senão o Imperador. E o Imperador tinha-se a tal ponto desimperializado, que entre Monarquia e República não havia senão um fio – tão gasto e tão frouxo, que para o cortar dum golpe brusco, bastou a espada do marechal Fonseca.” Eça de Queiroz, “Notas do Mês”, in *Textos de Imprensa VI (da Revista de Portugal), op. cit.*, p. 63.

798 *Ibidem*.

obra e as reais intenções dos autores, *As Farpas* transformaram a viagem do Imperador do Brasil à Europa num grotesco espetáculo de circo, caricaturando tudo aquilo que D. Pedro fizera ou dissera, recordando, contudo, que Rafael Bordalo Pinheiro também zombou da figura de D. Pedro II e os que, no meio intelectual português não gostaram dessa atitude.⁷⁹⁹

Outro artigo de *As Farpas* que deve ser notado, dada a relação e afinidade com os da “viagem de D. Pedro” e com o dos “brasileiros”, nestes dois primeiros anos de existência, é o dos “tipos da sociedade portuguesa”, principalmente da lisboeta, da autoria de Ramalho Ortigão. Na verdade, para Eça, segundo um texto publicado na *Gazeta de Portugal*, dizem as geografias antigas que Lisboa é uma cidade antiga, rica e forte, que o seu ar é melhor do que em qualquer sítio de Espanha, dada a sua localização entre várias montanhas e o rio Tejo. Mas a sua vida é “lenta”, “escassa”, sem “ambições explosivas”, sem “caracteres”, mas com “esquinas”, por onde deambulam “mendigos”, “esfomeados”, “miseráveis”.⁸⁰⁰ Longe dos conservatórios e das academias existe a preocupação pelo útil, “a adoração burguesa e serena da moeda de cinco tostões – da moeda de cinco tostões, branca, perfeita, celeste, pura, imaculada, consoladora, e purificadora!”⁸⁰¹ Enquanto Atenas produziu a escultura, Roma fez o direito, Paris inventou a revolução, a Alemanha achou o misticismo, Lisboa criou o Fado, possuindo uma orquestra de guitarras, uma iluminação de cigarros, sendo que a sua mobília é uma enxerga. Na verdade, tal como defende Mário Sacramento, este retrato de Lisboa é pouco animador, de modo que, ainda que tenha uma preferência por Lisboa em relação à província é muito provável que ali estejam a “aboborar” brasileiros, devido à pobreza e à miséria.

Sabe-se que os textos da *Gazeta de Portugal*, de feição genericamente ensaística, de crítica, de reflexão doutrinária, até de divagação estética, provêm da sua fase juvenil de escritor, de estreante, que valem como exercício de aprendizagem, mas onde inicia um trajeto literário que muito dignifica o escritor e Portugal. A forma como descreve Lisboa condiz com os escritos posteriores, embora se denote que vai desagravando o tom de crítica, passando, anos mais tarde, para o elogio e saudade da pátria, quando está ausente.

Como o Imperador apenas ia ver a publicação quando chegasse ao Brasil, para satisfazer a sua curiosidade, os farpistas, pela pena de Ramalho, propõem-se dar-lhe o

o traslado de alguns tipos das ruas e de alguns dos interiores da cidade [...] reunidos com algumas considerações que a presença de Vossa Majestade nos inspirou – constituem a substância deste volume, consagrado a Vossa Majestade, cujas virtudes separamos de tudo, como o objeto mais sério do nosso respeito, e cujos desejos, se Vossa Majestade no-los quiser algum dia comunicar, consideraremos para todos os efeitos como verdadeiras ordens – da Rosa!⁸⁰²

799 Cfr. *Eça de Queiroz, agitador no Brasil, op. cit.*, pp. 30-31.

800 Cfr. “Lisboa”, in *Textos de Imprensa I (da Gazeta de Portugal), op. cit.*, pp. 133-134.

801 *Idem*, p. 133.

802 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, p. 364.

Eça de Queiroz já se tinha pronunciado sobre as gentes de Portugal, em maio de 1871, da falta de princípios e de costumes de certas classes que, com “uma política de acaso, com uma literatura de retórica e de cópia, com uma legislação desorganizada, não pode deixar de ter uma moralidade decadente”.⁸⁰³ No ambiente social e político do “caldo e da portaria” que se vive no país, em que a classe média vive do Estado e a velhice conta com ele como condição de vida, em que a pobreza é geral e a preocupação de cada dia, a família é a primeira a desmoralizar. Homens e mulheres habituem-se ao egoísmo, a viver sem moral, elas procurando um marido rico e eles uma esposa com dote, afirmando que a “*FAMÍLIA é um desastre que sucede a um homem por ter precisado de um dote?*”⁸⁰⁴ Numa verdadeira falta de respeito, o homem dá-se ao amor livre e a mulher desocupada, enfastiada, dá-se ao sentimento.

Estas ideias são as que, de uma ou de outra forma, vão ser retratadas nos seus romances, dando origem a criações pitorescas, verosímeis, da família portuguesa, em especial da lisboeta, que tanto contribuem para perpetuar a sua obra. Em *O Primo Basílio*, *A Tragédia da Rua das Flores*, *Os Maias*, *A Ilustre Casa de Ramires*, pungem modos de vida em família que assentam nesse arquétipo traçado em *As Farpas*, mostrando que esse tipo de casamento não faz as mulheres felizes.⁸⁰⁵ Em *O Primo Basílio*, Eça de Queiroz descreve a filha da “amortalhadeira” como uma dessas raparigas que rejeita um rapaz bonito e de boas qualidades, para casar com um homem muito mais velho, de fraca aparência, justamente um *brasileiro*. Também Jorge, antes de casar com Luísa, andara amantizado com uma “rapariguinha”, esposa de um *brasileiro*, encontrando-se com ela na sua casa, quando ele saía à noite. De resto, dita a desventura que Jorge vai também ser vítima de um *brasileiro*, precisamente de Basílio, o primo da sua esposa. Também em *A Tragédia da Rua das Flores* e em *Os Maias*, o destino de

803 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, p. 29.

804 *Idem*, p. 30.

805 Em Março de 1872, em *As Farpas*, Eça escreve um artigo intitulado “As meninas da geração nova em Lisboa e a educação contemporânea”, no qual atribui a essência da educação às mães, afirmando que na “criança, como num mármore branco, a mãe grava; - mais tarde os livros, os costumes, a sociedade só conseguem escrever. As palavras escritas podem apagar-se, não se alteram as palavras gravadas. [...] A ação de uma geração é a expansão pública do temperamento das mães.” E fala das meninas de Lisboa, da sua anemia, como passam os dias, da “toilette”, da moda e da destruição que faz à beleza e ao espírito, do modo como se inicia na vida adulta, a ideia que forma sobre o dinheiro. No fundo do pensamento ou do sonho há o dinheiro. A grande preocupação desta sociedade não é a religião, nem a pátria, nem a arte – é o dinheiro. Por isso, a mulher lisboeta casa por dinheiro com um marido velho, imbecil, rude, trivial, não importa, contanto que traga o dinheiro, e o poder que ele dá. Gozar a vida é ter um marido rico, grande luxo de casa, carruagem, camarote de ópera, “toilettes” magníficas. Todo o pai em Portugal deseja um casamento rico para sua filha, explicando que “Courbet, o mais poderoso pintor crítico dos tempos modernos, fez um quadro *As duas meninas do segundo império*: é numa paisagem magnífica: duas mulheres solteiras estão ali, na frescura tépida das sombras; uma, alta, loira, branca, está sentada; tem o perfil frio, seco, o olhar direito, e com um dedo apoiado à face calcula - sente-se que pensa em dinheiro, hipotecas, juros, ações de companhia e jogo de fundos. A outra, deitada na relva, os braços estendidos, como abraçando a terra, trigueira, de fisionomia nervosa e imaginativa, a testa curta, os lábios secos, cisma: sente-se que sonha festas, bailes, a grande voluptuosidade das ceias, alcovas tépidas e caladas, paixões, sensações, os encontros rápidos e perigosos no fundo de um parque, e todas as exaltações da sensibilidade. Compreendem, sim? Pois hoje, pela educação moderna dos colégios, cidades, romances, teatros, música, moral contemporânea, higiene - *as duas meninas do segundo império*, estão em cada mulher: fria ambição de dinheiro: exaltado ardor do idealismo sentimental.” *Idem*, pp. 413-429.

Genoveva e de Maria Eduarda é traçado por brasileiros, naturais do Brasil, que as trazem para Portugal, por onde passam em viagem, deixando-as à sua sorte.

O Passeio Público, a que um “homem de espírito” chamava “secretaria arborizada”, é uma monotonia, e nos cafés, silenciosos e tristes, os homens estão meio deitados, tomam o café a “pequenos golos”, ou “fumam calados”, criticando esta atitude, de não se aproveitar estes momentos sociais para conversar. Na verdade, o escritor, que era um conversador exímio, segundo os relatos dos amigos e dos retratos de Gilberto Freyre, em *O Outro Amor de Dr. Paulo*, afirmava que a conversação se tinha extinguido, que ninguém

possui ideias originais próprias. Há quatro ou cinco frases feitas de há muito, que se repetem. Depois boceja-se. Quatro pessoas reúnem-se: passados cinco minutos, ditas as trivialidades, o pensamento de cada um dos conversadores é poder livrar-se dos outros três.

Perdeu-se o sentimento de cidade e de pátria: o cidadão desapareceu; e todo o país não é mais do que:

Uma agregação heterogénea de inatividades que se enfastiam.

É uma nação talhada para a conquista, para a tirania, para a ditadura, e para os domínios clericais.⁸⁰⁶

Numa sequência quase perfeita, Ramalho continua esta crónica de Eça, em fevereiro de 1872, afirmando que se vive na rua ou no café, porque as casas são pequenas e pouco confortáveis. Enquanto o burguês procura o Grémio, o operário vai para a taberna, tudo menos o interior das casas e a família. A falta de banhos é dos piores males físicos e morais. Na mudança de casa, que acontece frequentemente, entre os objetos de ostentação, de luxo e de miséria, não se vê uma banheira.⁸⁰⁷ Na verdade, para Irene Vaquinhas,

a grande maioria da população, rural ou urbana, que vive em modestíssimas habitações, senão mesmo em «estreitas e infectas moradas», «húmidas e lóbregas, sem ar e sem luz», como descreviam tantos autores, na viragem do século XIX para o século XX, as condições materiais da habitação operária, tanto das «ilhas» do Porto como dos «pátios» e das «colmeias» de Lisboa, os espaços privados são inexistentes, vivendo-se quase na rua, à vista de todos.⁸⁰⁸

Ramalho, ao relatar as andanças de D. Pedro, faz uma analogia entre os vários países da Europa e um prédio, afirmando que Portugal é umas águas furtadas, um quarto escuro, baixo e esconso, sempre fechado, onde não vai ninguém, em relação a países como a França, a Itália e a Inglaterra, um grande

806 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, pp. 32-33.

807 Nas aldeias, o cenário é diferente, afirma Ramalho. O “quadro é mais compreensível e breve, observa-se que em cada freguesia é regra quase invariável que de todos os sujeitos o mais desordeiro é o regedor, o mais alegre é o coveiro, o mais estúpido o mestre-escola, o mais estroina o cura”. O povo, essa classe operosa e fecunda, não ganham mais do que 900 réis por dia. Já todo “aquele operário que começa a libar a doçura embriagante e burguesa da capitalização, monta uma loja de câmbios e de bilhetes de lotaria, uma casa de penhores ou uma empresa de postos médicos, deita luvas, dirige as eleições em dois quarteirões da rua da Prata, manda de presente uma caneca ao Asilo de Mendicidade, oferece meia libra ao Albergue dos inválidos do trabalho, dá um chá no dia da procissão dos Passos, e pede um título. É o ovo burguês, é o embrião do conselheiro, é a crisálida do agiota.” *Idem*, pp. 33-34.

808 “A Época contemporânea - Introdução”, in *História da Vida Privada em Portugal. A época contemporânea*, José Mattoso (dir.), Irene Vaquinhas (coord.), 3.^a ed., Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2011, p. 7.

prédio, de salas nobres e de espaçosos apartamentos, lustrosos e brilhantes. Ali, Sua Majestade viu populações fortes, decididas, corajosas, enquanto em Portugal, onde metade das coisas que acontecem se explica pelo clima, pela situação do país, pela emigração e todas as outras pela “orelheira de porco e feijão branco”, contactou “com uma população triste, linfática, gorda, mole, indolente; na literatura e na poesia antiquados e parranas; na ciência duvidosos, hesitantes ou resistentes; na *toilette* soturnos; na convivência silenciosos e lúgubres; na política conservadores e constitucionais”.⁸⁰⁹

Dado o elevado número de pessoas que mendigam em Lisboa, Sua Majestade certamente conheceu a figura do mendigo, de crianças, mulheres e homens, em inúmeras variedades, que no total constituem a décima parte da população. As crianças são treinadas a pedir esmola, desde a mais tenra idade, porque rende mais do que ir para a escola ou aprender uma arte. Há também mulheres de várias condições sociais, cada qual contando a sua história, motivada a pedir por várias ordens de razões, como a que Eça retrata em *Os Maias*, que Carlos encontrara a falar com o avô,

carregada de luto, que lhe beijava a mão, meio de joelhos, sufocada de lágrimas: e ao lado outra mulher, com os olhos turvos de água também, embalava dentro do xale uma criancinha que parecia doente e gemia. Carlos parara embaraçado; o marquês instintivamente levou a mão à algibeira. Mas o velho, assim surpreendido na sua caridade, foi logo empurrando as duas mulheres para a escada: elas desciam, encolhidas, abençoando-o, num murmúrio de soluços; e ele, voltando-se para Carlos, quase se desculpou numa voz que ainda tremia: – Sempre estes peditórios... Caso bem triste todavia... E o que é pior, é que por mais que dê nunca se dá bastante. Mundo muito mal feito, sr. Afonso da Maia- respondeu o marquês comovido.⁸¹⁰

O homem também se apresenta de várias maneiras, todas elas reveladoras da incapacidade do país para assimilar as suas faltas, lançando-o para as ruas pedir o que não chega à família por outros meios. Outros tipos, “da sombria e triste multidão lisbonense algumas das individualidades de que ela se compõe”, alguns dos quais Eça retrata nos seus romances, é o empregado público, o jovem sacerdote, o soldado, o polícia, o aba, o caixeiro de modas, o militar reformado, o operário, o político, o deputado de província, as mulheres, entre elas a lisboeta, e, claro, o *brasileiro*, constituindo no seu conjunto as “gentes” de Portugal.

O empregado público é um tipo característico, já que, dos 300 mil reis de rendimento anual gasta metade na renda da casa e outra metade em “toilettes”. Não vive bem, só deixa de usar “sobretudo” na força do verão, e traça calças com joelheiras. Já Garrett criticara a vida lisboeta, numa narrativa intitulada *O Brasileiro em Lisboa*, precisamente através de um brasileiro nascido no Brasil, que morava há seis

809 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, p. 362.

810 *Os Maias, op. cit.*, p. 21.

meses em Lisboa, terra de seus pais, que estranha a vida do alfacinha, daquele funcionário público boémio⁸¹¹, que Eduardo Prado tanto critica no Brasil.

Enquanto os amanuenses se distinguem pela unha crescida de um dos dedos mínimos, o caixeiro de modas parece um cão Terra Nova, saído de um banho de óleo de amêndoas doces, porque usa o cabelo “escorrido apartado desde o alto do nariz, por diante, até à cinta, por traz. Palavra doce, olhos sentimentais, rosto pálido, atitudes líricas, mãos vermelhas”⁸¹², a fazer lembrar o famoso penteado que muito tempo se usou no Brasil, cujo risco do cabelo era denominado de “estrada da liberdade”⁸¹³. Já o operário é um tipo “incharacterístico, diz Ramalho, “o janota barato e em terceira mão, assim como o janota é o dandy de pouco preço. Detesta a blusa e prefere parecer um fidalgo indigente e desmoralizado a representar um honrado sapateiro ou um digno tecelão”⁸¹⁴, também como no Brasil, em finais do século XIX, onde se considerava a indústria e o comércio como dois dos mais importantes caminhos da civilização e do progresso, imitando-se a todo o custo os padrões europeus de aparecer em público, mesmo que não se adaptassem ao clima do país, tal como relata Fabianne Popipinigis⁸¹⁵ e Gilberto Freyre, conhecendo a opinião de Eça, retrata em *O Outro Amor do Doutor Paulo*, quando afirma que o Brasil tem que ser por si mesmo, sem influência estrangeira, que as senhoras devem vestir roupas leves, em vez de importarem as modas de França, que tem uma moda própria, dado o seu clima.⁸¹⁶

O deputado de província sorri por baixo do seu chapéu novo e em Lisboa seria o homem mais feliz do mundo senão lhe sucedesse uma desgraça, estranha os comeres. Já a mulher lisboeta, tal como a

811 Em carta a Mohema, sua amada, o brasileiro refere-lhe que se divertia mais em Curitiba, mas que não passa mal em Lisboa, onde há toiros, cavalinhos, dois teatros franceses, onde se representa em português, mas que os costumes, a vida e a ação são importados de França. Diz-lhe que tem um amigo, mas que lhe é fiel e que não anda como alguns derretido “com meninas brancas do reino”, até porque lhe parece “uma vergonha nacional [...] que é abater nossa bandeira verde da independência”. O seu amigo é um rapaz galante, que se veste no “Jung”, que tinha “este Inverno um paletó delicioso com peles – de astracã ... ou de carneiro do Alentejo” e agora traz um fraque de “casemira” com portinholas calibre de quarenta e oito. Rara vez monta a cavalo, mas o chicote e as esporas de rigor não o largam. Já o local onde mora condiz com a figura, “num delicioso quinto andar [...] num belo quarto [...] um tipo de elegância”. O criado dele é estrangeiro, “um verdadeiro groom que fala a língua do norte de Valença do Minho – que vulgarmente se diz Galiza”. Ter casa “é uma seca”, porque viver de garçon é melhor, além de que ele não precisa por que “é empregado não sei em que repartição importante, tem vinte e cinco moedas de ordenado, pode tratar-se”. Ao domingo, pela manhã, o galego chama-o e ele prepara-se, vestindo “calças de largas riscas, gravata de fantasia, colete vaporoso e ideal... e ei-lo que trota para o Terreiro do Paço”. Tem amigas que o acompanham, assim como o galego, de saco de chita na mão, para a barca do banho. Depois de almoço, joga bilhar. Se perde fica a dever. A seguir, vai para casa mudar de “toilette”, veste calça branca, colete com longas abas e chapéu sem nenhuma aba e vai para o passeio, para a conquista.

Os elegantes de Curitiba ficam muito abaixo dos de Lisboa, conta o brasileiro à sua Mohema. Na aridez da velha Europa, o verdor das oliveiras é triste, a vegetação das vinhas é pobre, não se podendo esquecer das “esplêndidas riquezas das nossas florestas”. Cfr. Almeida Garrett e Augusto da Costa Dias, (co-autor), *Narrativas e lendas: com reproduções facsimiladas de manuscritos existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, Ed. Crítica / fixação do texto, prefácio e notas de Augusto da Costa Dias, Lisboa, Editora Estampa, 1979, pp. 213-218.

812 Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., pp. 365-366.

813 Luiz Filipe Alencastro, “Vida privada e ordem no Império”, in *História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*, 2, 1ª reimpressão, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 60.

814 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 366.

815 Cfr. Fabiane Popinigis, “Operários de Casaca”? *Relações de Trabalho e Lazer no Comércio Carioca na Virada dos Séculos XIX e XX*, Campinas, Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob orientação do Prof. Dr. Sidney Chalhoub, 2003, p. 55.

816 Cfr. *O outro amor do Dr. Paulo*, op. cit., pp. 91-92.

descreve Ramalho, também nos é familiar através da obra literária de Eça, nomeadamente a que traz na mão um embrulho de papel e se faz respeitar por ele, a que usa um cão ao colo, como Maria Eduarda de *Os Maias*, a que leva um menino pela mão, como a condessa de Gouvarinho, do mesmo romance, e tantas outras.⁸¹⁷ Têm uma particularidade: desprezam-se mutuamente, nunca olham umas para as outras.

Sua Majestade enganara-se se supôs que viu tudo em Portugal, visitando todos os edifícios e monumentos porque estes constituem apenas os caracteres comuns de que se compõe um país. A fisionomia especial de cada terra é dada pelo estudo dos indivíduos, pela análise das suas gentes e dos seus costumes, da sua forma de vida, de modo que, os interiores das casas, como a sala do pequeno burguês, outros tipos de salões, reveladores das discrepâncias sociais, também não escapam à pena de Ramalho, já que essa é “uma das missões que nós nos adjudicamos ao encetarmos a publicação destes livrinhos”.⁸¹⁸

Como se pode verificar, Ramalho acompanha Eça, reforça as insinuações, ampliando a crítica. A nobreza imperial, por exemplo, não escapa à sua pena, já que inventa ou deturpa os nomes dos nobres brasileiros, afirmando ficar escandalizado com o que, segundo ele, dissera D. Pedro II, quando da sua estada em Lisboa, que havia no Brasil um titular chamado barão *de Minhinhonhá*, achando que era uma ofensa ao português de Camões.⁸¹⁹ Para Lyra tudo isto não passava de uma invenção do parceiro de Eça para achincalhar a nobreza do Império, dado não haver nenhum barão com aquele nome no Brasil, admitindo que o Imperador tenha falado noutros nomes que podem ter “talvez chocado os ouvidos portugueses [...] tais como os dos viscondes de Aramaré, de Embaré e de Jurumim [...] quase todos nomes indígenas, muitos de origem guarani, que estavam então em moda no Brasil, com os romances de José de Alencar e as poesias de Gonçalves Dias”.⁸²⁰

De resto, este tema de crítica não se restringia apenas ao Brasil e aos brasileiros, mas era uma extensão do que já faziam em relação aos títulos nobiliárquicos portugueses e também às condecorações. Eça de Queiroz, já em fevereiro, num dos artigos do fascículo, se tinha pronunciado sobre a “comenda da Rosa”, desejada pelos que vigiavam até alta noite os trabalhos dos obeliscos, erguidos no Rossio ao pé da estátua do pai de D. Pedro II. Aqueles homens de bem, de boas famílias, que têm boa roupa branca e não comem com a mão, são acanhados, dizia. Apresentam-se bem barbeados e, por terem sido incansáveis e saberem que Sua Majestade é generoso, pedem uma coisa insignificante: ser condecorados.⁸²¹ Eça recordava, ironicamente, que todo aquele aparato se destinava a Sua Majestade, ainda que ele dissesse que não era o monarca, mas o cidadão. Realmente, dada a sua simplicidade, D.

817 Trata-se de um exemplo, de um assunto que em *As Farpas* é tratado por Ramalho e que Eça transpõe para a obra literária.

818 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, p. 364.

819 Cfr. *idem*, pp. 389-390.

820 *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz, op. cit.*, p. 84.

821 Cfr. *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, p. 383

Pedro II apresentava-se como simples Pedro de Alcântara, mas como em Portugal o queriam homenagear como imperador do Brasil, havia situações que deram azo a uma série de chacotas que Eça não quis perder para adornar *As Farpas*.

Segundo Luís Augusto Palmeirim, o “barão, considerado como primeiro degrau da aristocracia monetária”⁸²² era, em 1879, no ano da publicação de *Galeria de Figuras Portuguesas*, uma invenção do século. O governo constitucional pretendia anular a distinção de raça, garantindo a igualdade de direitos perante a lei, forjando, em seguida, o barão, repescado no fundo da plebe, completando assim a sua missão democrática. Deste modo, o barão é um produto espontâneo da revolução, da restauração de 1834, porque, no tempo em que os três estados da nação eram representados em Cortes, a personagem ficaria inquestionavelmente de fora, repellido pelo clero, como um personagem civil, pela nobreza, como um intruso na classe, pelo povo, como um igual que se lhe escapara sem cerimónia pelo passadiço do balcão. Mas, na época constitucional, o barão pode fazer valer os seus direitos como aspirante a fidalgo. A grande questão é como se operou tão repentina transformação, como é que o marçano, de duas décadas atrás, soube apanhar de salto o título nobiliárquico.

Para Palmeirim, o barão não é completamente um “parvo”, como ao princípio se pensou, quando apareceram os primeiros foram postos a circular a troco de um empréstimo ao governo ou na compra de bens dos conventos. Não tendo nascido poeta nem orador tornou-se, simplesmente, uma necessidade do tesouro público, sabendo que ia aguentar “com o sarcasmo dos jornalistas, e substituir no teatro a reprodução estafada dos melhores tipos da farsa nacional”.⁸²³ Contudo, “aceitou resoluto ser o símbolo da democracia aristocratizada, e entrou de olhos fechados na arca de Noé, que ainda então sobrenadava nas águas do dilúvio que submergia a velha monarquia”.⁸²⁴ Enquanto produto constitucional, desconhece a história, mas lê economistas e sabe discutir fisco, pedindo isenção de impostos, que acabavam por recair sobre o visconde. Regularmente, a designação do baronato depende do agraciado, reunindo com a família para o decidir, já que pode recorrer ao apelido, caso seja sonante e não possua expedientes, ou ao nome da propriedade que o distingue, porque só pode ser barão daquilo que lhe pertence.

O auge da popularidade do barão ocorreu em 1836, no tempo da governação de Manuel Passos (1801-1862), que tinha como principal estratégia de ação fazer dos inimigos barões, angariando pela artimanha novos aderentes às suas ideias políticas. Foi da prodigalidade calculada deste estadista que nasceu o conhecido epigrama, em tempo tão festejado, que dizia: “foge, cão, que te fazem barão”, e

822 *Galeria de Figuras Portuguesas, A poesia popular dos campos*, Porto – Braga, Livraria Internacional de Ernesto Chardron – Editor, 1879, p. 29.

823 *Idem*, p. 31.

824 *Ibidem*.

outro que o completava, azedando-o: “o cão se não se esconde, batizam-no visconde”, da autoria de Almeida Garrett.⁸²⁵

Eça de Queiroz começa a crítica à burguesia já na altura em que escreve para a *Gazeta de Portugal*, procurando caminhos, experimentando técnicas, ensaiando temas e esboçando narrativas rudimentares, notando-se preocupação em construir tipos em que o burguês é o seu maior alvo.⁸²⁶ No entanto, é em *As Farpas* que aguça essa crítica que nunca mais abandonará. Na verdade, em toda a descrição que Palmeirim faz do barão daquela época é fácil reconhecer o Comendador Pinho, que Eça retrata em *A Correspondência de Fradique Mendes*, um brasileiro que goza o título, em Lisboa, um homem inofensivo, quase sempre “quieto” e “parado”, de quem se sabe muito pouco porque é uma pessoa de poucas palavras.⁸²⁷

Vimos, assim, que aquela crónica de Ramalho está em sintonia com os escritos posteriores de Eça, tanto em *As Farpas* como na sua obra artística, contrariando os críticos que defendem que, pelo facto de certos temas estarem retratados na obra ficcional de Eça, as crónicas de *As Farpas* que lhe correspondem são da sua autoria. No entanto, ambos revelam preocupações pelo estado do país, defendem que a superioridade de uma nação reside numa boa governação, de cariz moral e ético, preocupando-se com as ações dos homens, com os valores professados pelo povo, de modo que os tipos identificados, algumas

825 Para Palmeirim, apesar da mofa que envolve a procedência do barão, o público teve a fraqueza de o aceitar, de o identificar com o sistema representativo, identificando-o ao êxito e ao sucesso. Inofensivo por índole e silencioso por cálculo não quer arriscar a gravidade aparente do seu carácter, chegando, com a idade, a perder o uso da palavra. Forçado a inventar uma ascendência, para que não lhe descubram a verdadeira, diz-se descendente da carta constitucional, e sorri com desprezo da autoridade que os séculos têm dado às genealogias bem documentadas. No entanto, o barão era, naquela época, uma personagem em vias de extinção, o que prova a instabilidade das coisas humanas. Os que o são congratulam-se, mas, os que nunca foram negam-se a sê-lo com a mesma pertinácia com que um aldeão busca escapar à lei do recrutamento, ou iludir às posturas municipais. Apesar da baixa que o título de barão tem tido no mercado nobiliário, de vez em quando, ainda aparece um faminto que se agarra às abas da casaca do deputado do seu círculo, e não as larga em quanto não lê no *Diário* a pesada graça que lhe fizeram. Cfr. *Galeria de Figuras Portuguesas, A poesia popular dos campos*, op. cit., p. 32.

826 Lê-se na “Introdução” dos Textos de Imprensa I (da *Gazeta de Portugal*) que, quando Eça começou a escrever para aquele periódico, nele escreviam também figuras ilustres como Castilho, Camilo, entre outros, e ainda se noticiava, na secção «Noticiário», que «o digno **par do reino**, Sr. José Isidoro Guedes» deu um grande jantar e que acaba de ser publicado um fascículo do tomo VII do *Dicionário Bibliográfico* de Inocêncio e uma reedição do *Amor e Melancolia* de Castilho. Não é difícil imaginar que os folhetins de um escritor desconhecido, chamado Eça de Queiroz, acabassem por suscitar surpresa e mesmo perplexidade. Adivinha-se a reação do pacato burguês que indagava o movimento dos navios ou o estado das cotações, que se interessava pela saúde da família real ou que passava os olhos pela publicidade às obras de Eduardo Vidal, ao deparar com a apologia dos «poetas do mal» ou com a descrição da transmigração da carne dos mortos, que «agora anda repousada e sã pelas frescas vegetações». Cfr. Carlos Reis, “Introdução”, in Textos de Imprensa I (da *Gazeta de Portugal*), op. cit., pp. 20-22.

827 Segundo Palmeirim, o “barão repleto, obeso, taciturno, apesar da jactância com que se apregoa partidário das ideias do seu tempo, morre sem nunca ter podido levar à paciência as disposições mais liberais do código civil. Por muitas demãos de polimento que o barão dê de si mesmo, vêem-lhes os nós de madeira de que foi feito, que as veneras e bordaduras da farda não logram ocultar. É por esta razão que ele tem uma particular tendência para tratar por «você» as pessoas com quem conversa, e que apertar a mão aos conhecidos por pouco que não lhes desloca os braços, balouçando-lhos, sem dar por isso, em sentido vertical. É ainda pelo joanete, sem forma geométrica conhecida, que o barão denuncia as torturas por que passou, ao querer ajeitar um pé desenvolvido em liberdade às bárbaras exigências de um bute de polimento. O barão atinge usualmente uma idade avançada, o que é devido, dizem os clínicos, à regularidade das horas da comida, e aos passeios militares que dá a pé depois do jantar pela circunvalação da cidade. Ficava-me a doer a consciência, se não dissesse haver barões, que proíbem por testamento as pompas funerárias, mas como exceção não contraria a regra, a verdade é que ele ainda no caixão engorda quando em sua honra soam no cemitério as descargas da fuzilaria. Todos nós temos os nossos podres. O do barão é ser solene ainda além da campa. Podia ter mais daninhas tendências.” *Galeria de Figuras Portuguesas, A poesia popular dos campos*, op. cit., pp. 29-37.

individualidades “da sombria e triste multidão lisbonense”, e também das aldeias, pode ajudar a compreender os traços pelos quais o país se revela.

Efetivamente, a essência dos artigos é portuguesa, é de Portugal que falam a D. Pedro II, ele que, à semelhança de tantos outros, é descendente de portugueses e, portanto, ligado às duas nações. Vários dos artigos deste fascículo estão identificados como sendo da autoria de Eça, que se pronuncia sobre a identidade de D. Pedro, chamando-lhe “PST”, porque a história não tem nome a dar-lhe, sobre a sua mala, entre outros pormenores, embora o contencioso com os pernambucanos tenha sido maioritariamente desenvolvido por Ramalho.

Eça critica o espírito burguês, ironiza sobre D. Pedro II do Brasil, mas não foi só ele. Rafael Bordalo Pinheiro faz a crítica ao Imperador através da caricatura, notabilizando-se em Espanha, porque, segundo Manoel Sousa Pinto, “ninguém é profeta na sua terra”. Dos cinco desenhos enviados para *El Mundo Cómico*, quatro mereceram honras de primeira página devido à publicação de um folheto que teve duas edições na época sobre a célebre e impiedosa crítica à viagem de D. Pedro II: *Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a picaresca viagem do Imperador de Rasilb pela Europa*.⁸²⁸ No Brasil, o Barão do Lavradio indignou-se com o caricaturista, pedindo ao Senado medidas repressivas contra os estrangeiros que não hesitavam em violar o respeito devido aos representantes da nação que os hospedava, aludindo em especial a certos portugueses que iam para o país ganhar fortuna, de jaqueta de trinta botões, dizer mal dos políticos do império.

Quando o caricaturista soube daquele ataque mandou fazer um jaquetão azul, fechado por três ordens de “dez escandalosos botões de madreperola”, vestiu umas calças brancas, e, vestido com as cores da sua pátria, circulou pelas principais ruas da cidade, “rasgo esse que provocou maiores aplausos do que os que saudaram a página central que no Mosquito consagrou ao seu censor, e que é a mais pitoresca ilustração do popular estribilho brasileiro: *Não facilite!*”⁸²⁹ Uma das auto caricaturas que acompanham o capítulo apresenta Rafael Bordalo com o patriótico traje, tendo na cabeça um altíssimo chapéu à moda do tempo, sobre o qual pousa um mosquito, o símbolo do jornal em que trabalhava, e ostentava na mão direita uma espécie de “nodosa moça”, tratando-se de um cacete com que o seu portador, dando ares de atleta, zombava dos que não se cansavam de lhe recordar a sua qualidade de português, ou de “galego”, que era o termo utilizado pelos brasileiros para desdenhar dos lusos. Na

828 Segundo Manoel Sousa Pinto, é curioso que o caricaturista tanto tempo para se impor na sua pátria, obteve em Espanha um bom acolhimento, sendo publicado nas melhores revistas de Madrid que, não apenas lhe abrem as portas com hospitalidade, como solicitam a sua colaboração. Na *Ilustracion espanola y americana* figuram alguns trabalhos de Bordalo, como *O Vendedor de palitos e rocas* e *os Jogadores de petisca*, e iniciando-se em Madrid, sob a direção de Pellicer, a publicação de um semanário humorístico no género dos de Grévin, *El Mundo cómico*. Logo no primeiro volume, relativo a 1872-73, no qual aparece o nome do caricaturista português entre os dos colaboradores espanhóis: Luque, Perea, Ponzano, Gimenez, Cubas, Urrutia. Cfr. Manoel de Sousa Pinto, *O Caricaturista Raphael Bordallo Pinheiro*, Lisboa, Livraria Ferreira Editores, 1915, pp. XL-XLI.

829 *Idem*, p. LVIII

verdade, a maça não passava de um grosso talo de couve galega, e, além dessa tronchuda bengala, noutra ocorrência, no *Psit!*, insinua-se como agente de um fabricante alentejano de salpicões, paios e morcelas, para provocar os brasileiros.⁸³⁰

Segundo Sousa Pinto, quando Bordalo Pinheiro se sentia ofendido retorquia de forma espirituosa, às vezes mesmo embravecido, como na diatribe com que encheu as oito páginas de um suplemento intitulado *O Besouro de chicote*. O chicote, porém, foi um utensílio de que muito raramente lançou mão. Na verdade, tanto em Portugal como no Brasil os momentos de indignação, isentos de fel, são diluídos com riso sadio, porque a finalidade é divertir e também certa dose de moralidade, já que, tanto o caricaturista como os cronistas, Eça e Ramalho, pretendem demolir os privilégios de alguns.

A crónica de Eça de Queiroz sobre os “brasileiros” insere-se neste ambiente de denúncia dos problemas estruturais do país, em que a emigração é uma saída para os que não encontram no seu interior meios de sustentabilidade e de prosperidade. No artigo sobre a “emigração”, em 1871, afirma que não deixa de ser um facto curioso que a opinião pública que mais se tem pronunciado contra o fenómeno emigratório é a mesma que adverte que Nova Orleães não apresenta as vantagens oferecidas pelo engajador, depreendendo-se desta atitude que o que está em causa não é emigrar, dado tratar-se de um facto, “tacitamente necessário”, mas o lugar para onde se emigra. Ao dissuadir os portugueses daquele destino, a imprensa e a opinião acabam por incitar a emigração geral, afirmando que a “guerra é feita a *Nova Orleans*, não ao abandono da Pátria”, que o “caso é que a opinião não traga a *Nova Orleans*”.⁸³¹

Noutra parte do artigo, o autor já a tinha aconselhado, referindo que achava estranho que houvesse alguém que estranhe a emigração, mas adverte para uma situação muito prejudicial: o engajamento. Na altura, a imprensa noticia os casos mal sucedidos, tal como refere “Um emigrante logrado”, e o nome de Charles Nathan associado ao aliciamento. A América tinha boas condições de acolhimento, tal como refere em *EFC*, mas o percurso do emigrante tem que ser dirigido de forma espontânea, livre, esclarecida, já que se trata de um projeto de vida, da sua inteira responsabilidade, tal como vários historiadores agora defendem.⁸³²

A crónica de *As Farpas* sobre os brasileiros, o “brasílico”, tal como denomina o cidadão natural do Brasil em *Uma Campanha Alegre*, e o brasileiro, o torna-viagem português que emigrou para aquele país e de lá veio mais ou menos enriquecido, datada de fevereiro de 1872, necessita ser contextualizada no espaço e no tempo da escrita do autor, para perceber e desmistificar muito do que se tem dito sobre o propósito com que foi redigida. De entre vários fatores, destacam-se as convicções sociais, políticas e

830 Cfr. Manoel de Sousa Pinto, *O Caricaturista Raphael Bordallo Pinheiro*, op. cit., pp. LVIII-LIX.

831 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 315.

832 Joaquim Costa Leite, Beatriz Rocha Trindade, são alguns desses nomes a que se juntam tantos outros no Brasil em defesa desta tese. Na comemoração dos 500 Anos do achamento do Brasil, cá e lá, esses autores estão unidos na defesa desse ideal.

culturais interiorizadas, o inconformismo perante a situação da Nação, as relações entre Portugal e o Brasil, a crítica ao romantismo literário, na qual Camilo inseriu os seus *brasileiros*, e todo o historial relacionado com a publicação e com as reproduções indevidas em Pernambuco, primeiro em fascículos, como em Portugal, e depois em livro. A história de vida, o percurso de vida profissional, e a emigração que considera um assunto “interessante”, tal como afirma em *EFC*, não podem ser afastadas deste cenário contextual, assim como a visita do imperador D. Pedro a Portugal que muito contribuiu para o sucesso da publicação, como anteriormente já foi referido.

A referida crónica, com que encerra o fascículo de fevereiro de 1872, que trata do contexto do regresso do emigrante, deve ser analisada no contexto da partida, tratada na crónica sobre a emigração de dezembro 1871, na qual defende que é compelida pela miséria, ideia que sistematiza em *EFC*, no contexto da conjuntura portuguesa da época, retratada na crónica de abertura, de maio deste mesmo ano. Só assim se poderá compreender como é que a severidade inicial para com os brasileiros e o *brasileiro* se vai esfumando, metamorfoseando, adquirindo outras tonalidades no seu pensamento, de forma gradual e em simultâneo, que se mostram na sua escrita, nos vários géneros, evidenciando demarcar-se de um tipo e da anterior tendência literária. Vamos mostrar estas alterações, recorrendo à sua escrita jornalística e ficcional, às viagens efetuadas, à atividade diplomática, e ter em consideração a importância dos amigos que encontra, ao longo da vida, que tanto contribuem para a mudança de convicções.

Sabendo-se que a obra fazia parte de um sonho, que regressa de pena afiada da viagem pelo Oriente, que está atento aos problemas do país, nomeadamente à sociedade burguesa de Lisboa, que necessita de ganhar a vida e que é um escritor exímio, Eça não deixa escapar qualquer situação que faça rodopiar a sua pena. A sua situação pessoal como vencedor do concurso a cônsul, a perda da vaga na Bahia, a conferência do casino, que proferiu no mesmo dia que chega a Lisboa D. Pedro II, o encerramento das conferências, a perseguição política de que é alvo, as expectativas de vida, são acontecimentos que marcam a vida do escritor que não podem ser descurados nas “farpas” ao imperador, e posteriormente aos brasileiros e *brasileiro* e às relações entre Portugal e o Brasil, já que, segundo Eduardo Prado, falar do Brasil e dos brasileiros era simultaneamente falar de Portugal. É neste contexto que nem Eça nem Ramalho Ortigão deixam passar por Portugal uma personalidade tão excêntrica, tão diferente de outros monarcas europeus, sem lhe dirigirem umas “farpas”. Na verdade, face a estes dados, o *brasileiro*, esse português que em tempos idos emigrou para o Brasil e de lá veio mais ou menos enriquecido, adquire no escritor contornos peculiares.

Sobre a crónica dos “brasileiros” muito se tem escrito, sobre os motivos que teriam incitado a sua redação, porquê tanta antipatia e arrogância contra o Brasil, os brasileiros e o *brasileiro*. Em primeiro lugar, urge lembrar que o móbil da obra era a ironia, o riso, a chacota, e os assuntos versados eram da ordem do dia e tudo que dissesse respeito a Portugal. Para Annabela Rita, o riso é um dos alicerces de *As*

Farpas, “cuja funcionalidade e eficácia no âmbito de uma estratégia bélica e pedagógica encontramos concebidas já no *DE*”.⁸³³ Convém recordar que a imprensa periódica, em especial a de opinião, se desenvolve a partir da terceira década do século XIX, com a Regeneração, tornando-se uma via mais fácil cómoda do que o livro para lançar textos e autores. A crónica surge de uma “arrumação” no espaço do jornal, ocupando-se da realidade social, política e cultural, passando, em Eça de Queiroz, por um processo de maturação, desde o *Distrito de Évora* às *Farpas*, nas quais a apresenta como arma de combate. Lamentava o escritor que houvesse gente que não levasse a crónica a sério porque, num jornal de oposição, o que mais incomodava o governo era a crónica.⁸³⁴

Em segundo lugar, o tema da emigração é um tema muito em voga no segundo lustro de oitocentos, uma vez que o Novo Mundo procura por todos os meios atrair força trabalhadora para as suas terras e indústrias, garantindo-lhes bons meios de transporte, alojamento e bons ordenados, razão por que Eça evoca, em dezembro de 1871, a agitação sobre a emigração, nomeadamente para Nova Orleães, e a questão de Charles Nathan, o engajador, que “leva” “todas as atividades que se ofereçam”, na qual não faz qualquer referência à emigração para o Brasil, mas ao emigrante português que apenas regressa ao seu país se tiver enriquecido noutras terras da América. Em terceiro lugar, a verve que a incitou parece estar mais relacionada com a apropriação indevida da obra no Brasil do que com outra razão.

São precisamente as garantias de trabalho e os bons salários que fazem eco na velha Europa, nomeadamente em Portugal, onde o problema estrutural do país empurra para fora os mais jovens e os mais enérgicos. Quando se fala em América, ouve-se falar em fortuna ou em pecúlios suficientes para garantir uma vida desafogada de misérias. Tanto os países do Norte como os do Sul daquele continente exercem forte atração sobre os portugueses, sentindo que reuniam as condições ideais para o trabalho, e estes que podiam resolver os seus problemas individuais e do país naquelas terras. Na verdade, a questão emigratória portuguesa deve ser compreendida no âmbito dos condicionalismos nacional e internacional, já que as necessidades de mão-de-obra ultrapassaram as ofertas tanto do campo como das cidades, sendo chamada a responder às carências do imperialismo internacional. Por um lado, o Brasil necessita de superar as dificuldades causadas pela abolição da escravatura e, por outro lado, os Estados Unidos desejam aproveitar todos os seus recursos, naturais e industriais, para se expandirem.

Neste contexto, a emigração é um desses factos contemporâneos no qual Eça e também Ramalho decidem espetar várias farpas, entre 1871 e 1872, como forma de espicaçar as inteligências, apresentando-se como “moscardos” do espírito, à boa maneira socrática. Lançado o programa de *As Farpas* em maio de 1871, recordado em março de 1872, por Ramalho Ortigão⁸³⁵, feito o apelo ao leitor

833 *Eça de Queirós Cronista, do «Distrito de Évora» (1867) às «Farpas» (1871-72), op. cit., p. 42.*

834 *Cfr. idem, p. 39*

835 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit., pp. 431-432.*

de “bom senso” para ver por si, pelos seus próprios olhos, o estado em que se encontra a nação e a sociedade portuguesa, Eça debate, entre outros assuntos de foro político e social do país, a questão da emigração, em dezembro de 1871, e do estereótipo do *brasileiro*, em fevereiro de 1872.

No artigo de dezembro de 1871, o escritor, pronunciando-se sobre os contornos da partida, inserindo-a numa crítica à sociedade portuguesa, expressa com mágoa que a emigração é um “mal”, porque saem os mais robustos, os mais jovens. Encontram-se numa idade em que podem utilizar a sua força e a sua energia no país que os sacode devido à miséria, porque não possui organização que os acolha, que lhes garanta no seu interior aquilo que vão procurar noutro: o sustento.

Enquanto noutras nações a emigração reveste a forma de ausência, já que emigra uma população que sobra, em Portugal, a emigração reveste a forma de abandono, já que a população que emigra é a que sofre, porque não é o espírito de atividade e de expansão que leva para longe os nossos emigrantes, mas a miséria que impele a procurar noutras terras o pão que falta na nossa. Enquanto na Inglaterra o inglês vai à Austrália ou à América angariar o início da sua fortuna, regressando à sua terra com dinheiro e experiência com os quais pode servir o país, a comuna, e fazer efetivamente a sua vida, tentando realizar um sonho, o “sonho americano”, para Portugal, ninguém volta, diz Eça com lamento, “a não vir provido de boa fortuna, ser improdutivo, burguês retirado, inutilidade a engordar”.⁸³⁶ Por esta razão, nesta fase da vida, Eça de Queiroz revela alguma simpatia pelo inglês, devido ao espírito de investimento, criticando o torna-viagem português que regressa à sua terra enriquecido, mas não investe o capital, para fazer prosperar como fazem noutros países, ampliando esta crítica em 1872 na crónica sobre os “brasileiros”.

Para Gilberto Freyre, faz pena a Eça ver os indivíduos gordos, arredondados em montanhas de enxúndias, os magros reduzidos na sua magreza, a ponto de quase perderem a humanidade e a naturalidade. *As Farpas* estão recheadas dessas personalidades, como abades, brasileiros ricos, parlamentares, ministros do Reino, académicos, as crianças e as moças de Lisboa.⁸³⁷ Para Ramalho, “a história tal como ordinariamente se escreve [...] é uma coisa morta que só revive pela intensidade que as paixões lhe comunicam na caricatura”⁸³⁸, afirma citando um autor inglês.

É precisamente esta improdutividade, acomodação, que indigna o autor, já que os regressados querem impor-se socialmente, apresentando como principal valor os seus recursos financeiros. Fazem donativos para obter títulos nobiliárquicos ou, então, compram-nos, razão pela qual o escritor se opõe à filantropia. Na carta VI de *A Correspondência de Fradique Mendes*, Fradique demonstra preocupação pela miséria em que vivem as classes laboriosas, nos últimos tempos,

836 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 312.

837 Cfr. “Eça, Ramalho e «As Farpas»”, in *As Farpas*, Volume I, op. cit., 27-28.

838 *Apud idem*, p. 30.

por sentir que nestas democracias industriais e materialistas, furiosamente empenhadas na luta pelo pão egoísta, as almas cada dia se tornam mais secas e menos capazes de piedade. «A fraternidade (dizia ele numa carta em 1886, que conservo), vai-se sumindo, principalmente nestas vagas colmeias de cal e pedra, onde os homens teimam em se amontoar e lutar; e, através do constante deperecimento dos costumes e das simplicidades rurais, o mundo vai rolando a um egoísmo feroz. A primeira evidência desse egoísmo, é o desenvolvimento ruidoso da filantropia. Desde que a caridade se organiza e se consolida...o homem não contando já com os impulsos do coração, necessita obrigar-se publicamente ao bem pelas prescrições de um estatuto. Com os corações assim duros e os invernos tão longos, que vai ser dos pobres?...»⁸³⁹

Naquela altura, considerava-se que os E.U.A. ofereciam mais vantagens ao emigrante, e Eça, apesar de possuir um sentimento de ambivalência em relação à América e de criticar Charles Nathan, defende, mesmo assim, que é melhor emigrar do que ficar em Portugal. Ao levantar o problema da emigração para Nova Orleães, o modo como o engajador ludibria os portugueses, levando-os ao engano, aproveita para criticar o torna-viagem português, pronunciando-se sobre os contornos do regresso.

Enquanto a questão da partida é mais tratada na obra não ficcional, com a inquirição sobre as causas e a miséria como consequência da desorganização do país e também o sonho do enriquecimento rápido, a questão do regresso é mais retratada na obra literária, dada a sua preocupação com a atitude dos enriquecidos no Brasil. Não apenas os *brasileiros*, tal como eram retratados pelo romantismo literário português, eram um dos seus alvos, mas também trata os migrantes noutras paisagens, pintados com outras cores, sempre que não se coadunem com os valores e os costumes da sociedade portuguesa, esta sim, o seu alvo preferido, da qual destacamos personagens como o primo Basílio, o Papá Monforte, o Castro Gomes, o Gomes Brasileiro, entre outros, que retrata como uma nódoa ou uma mancha que cai num pano.

A presença de brasileiros, naturais do Brasil, e de *brasileiros* portugueses, na obra literária e não literária de Eça de Queiroz, é uma constante, tendo algumas personagens papel mais determinante do que outras. Heitor Lyra cita algumas, mas encontramos um vasto número, na paisagem portuguesa retratada, que critica vivamente, porque, apesar de enviarem remessas para Portugal, o que é uma mais valia para o país, vivem apenas dos juros e dos títulos nobiliárquicos, para mostrarem que valeu a pena emigrar, já que o alvo principal da ironia do escritor é o espírito burguês. No entanto, enaltece outras, pelas qualidades e espírito empreendedor e também pelo seu caráter.

Apesar de considerar a ação daqueles enriquecidos positiva para o país como, por exemplo, o Pinho *brasileiro*, critica a falta de empreendedorismo, na ocasião do regresso ao país, e a mentalidade portuguesa. Alexandre Herculano já se tinha pronunciado sobre o regresso dos emigrantes, referindo que tinha ouvido calcular, a pessoas que reputava competentes, que o valor médio anual dos ingressos

839 *A Correspondência de Fradique Mendes, op. cit.*, pp. 104-105.

monetários que trazia o regresso da emigração portuguesa na América ascendia a mais de 3000 contos de réis. Sem saber se era verdade, porque não podia confirmar os dados com exatidão, sabia, contudo, um facto de suprema notoriedade que não pertencia à estatística económica, mas que pertencia à moral e que não era menos eloquente do que os algarismos, era que a

denominação de *brasileiro* adquiriu para nós uma significação singular e desconhecida no resto do mundo. Em Portugal, a primeira ideia, talvez, que suscita este vocábulo é a de um indivíduo cujas características principais e quase exclusivas são viver com maior ou menor largueza e não ter nascido no Brasil; ser um homem que saiu de Portugal na puerícia ou na mocidade mais ou menos pobre e que, anos depois, voltou mais ou menos rico. Esta noção vulgar da palavra *brasileiro* não surgiu sem motivo entre o povo. É que milhares de factos lhe gravaram no espírito. O *mineiro* do século passado converteu-se no *brasileiro* dos nossos dias. São a primeira e a última palavra da história de uma evolução política e económica altamente instrutiva, que poderia por acaso resumir-se no seguinte asserto: «A nossa melhor colónia é o Brasil, depois que deixou de ser colónia nossa».⁸⁴⁰

Contudo, questionava-se sobre o teor da vida do português do Brasil, em geral, do futuro *brasileiro* de Portugal, respondendo que “é o forcejar incessante, pertinaz, por acumular capitais, reduzindo ao estritamente indispensável a satisfação das suas necessidades”.⁸⁴¹ Nas terras por onde anda, investe o menos possível o fruto do seu trabalho, na indústria, na agricultura e no comércio, porque a ideia constante e inflexível é regressar rico ou abastado. Se regressa cansado de sacrifícios e de trabalho e quer gozar a vida, lança mão à indústria, ao comércio e à cultura do país. Se a sede do ganho não se extinguiu, converte o ouro ganho em capital produtivo. Estas são as principais razões porque não se deve combater a emigração voluntária para o Brasil, “emigração que representa uma caixa económica opulentíssima, a qual, por mais que se fizesse, todas as outras juntas nunca poderiam igualar”.⁸⁴²

Também no *PIPEP* se lê que o

Brasil é filho nosso. Demos-lhe a luz, a civilização, a língua, a literatura, a independência, e até a família reinante lhe demos. A emigração para aquele império não é portanto senão a consequência necessária das estreitas relações que ligam dois povos aos quais são comuns costumes, leis e comércio.

O que sucede entre Portugal e Brasil acontece entre a Inglaterra e os Estados Unidos, entre a Espanha e as Repúblicas do sul. A emigração, a princípio imposta como necessidade para manutenção do domínio, para ocupação e cultura das colónias, transforma-se em hábito e, quando as colónias atingem a maioridade e se emancipam, quebram-se os laços políticos, mas ficam interesses mútuos e relações individuais.⁸⁴³

Apesar do investimento notado, Eça de Queiroz ironiza sobre estes abastados que, tendo na memória os haveres e modo de vida da nobreza que os viu partir, fazem donativos para obter títulos nobiliárquicos, medida que foi adotada por Passos Manuel e que Camilo Castelo Branco retratou. Também ele vai esmiuçar num contexto realista esse regresso, dado preocupá-lo não apenas a atitude

840 *Opúsculos II, op. cit.*, pp. 68-69.

841 *Idem*, p. 69.

842 *Ibidem*.

843 *PIPEP, op. cit.*, p. 6.

dos afortunados, mas do país que os empurra e que os acolhe, e de todos os brasileiros que, por variadas razões, vêm a Portugal e interagem com personagens portuguesas.

Quanto ao *brasileiro*, Guilhermino Cesar, sem entender muito bem a razão que motivou Eça a prefaciar a obra de Luís de Magalhães, *O Brasileiro Soares*, afirma que se trata “de um problema que transcende o plano literário para mergulhar no social”, porque o *brasileiro* é o homem que fugiu ao seu meio, que “nega”, que “repele” aquilo a que maioria se habituou e que, quando volta, não é para se integrar passivamente, mas para exibir o que colheu lá fora – as boas relações ou as boas roupas, a bolsa farta ou a pronúncia transformada, convertendo a antipatia virtual do meio em antipatia afetiva. Para o autor, desde o instante em que pensa na América, a partir do momento em que emigra, todo o português deixa de o ser um pouco, trazendo na condição de torna-viagem muito do que conquistara e assimilara noutras terras.⁸⁴⁴

No entanto, na hora do regresso, Joaquim da Boa Sorte não é um *brasileiro* comum, uma vez que é retratado como uma pessoa humilde, sem esse espírito burguês que Eça vivamente critica. A família e os amigos acolhem-no de braços abertos, recebem-no como um herói, sendo, precisamente, essa nova realidade que Eça decreveu no prefácio da obra do seu amigo Luís de Magalhães. Apesar de ser considerada uma obra de fraca qualidade literária, tem a vantagem de apresentar de um modo novo e diferente o *brasileiro*, que regressa sem vaidades à terra, que é empreendedor, que deita mãos à obra sem quaisquer preconceitos, contribuindo para a prosperidade da região em que nasceu.

Na verdade, Eça de Queiroz não expressa tanto uma crítica aos *brasileiros* que compram títulos, mas a todos os que os desejam, dado visar o espírito burguês e o país que lhes concede. Palmeirim refere que no final da década de oitocentos já não se notava tanto essa corrida aos títulos como anteriormente, se bem que ainda existisse, tal como Eça retrata em *Os Maias*. Neste romance, o criado de Carlos, o Baptista, sonhava com uma condecoração, ficando repleto de emoção quando Carlos lhe prometera um “hábito de Cristo” e também a Comenda da Conceição, algo que o criado nem achara excessivo, porque diziam que havia até barbeiros que o tinham.⁸⁴⁵

A crónica de *As Farpas* sobre os “brasileiros” motivou diferentes interpretações por parte dos biógrafos. Paulo Cavalcanti, por exemplo, entende que Eça, ao escrever sobre os brasileiros em *As Farpas*, em 1872, procura retratar tanto o homem nascido no Brasil como o emigrante português que lá enriquecera e regressa à pátria, com a mesma ironia, os mesmos sarcasmos e as mesmas piadas. Para este estudioso, todo o artigo “era um aproveitamento inteligente de situações equívocas, em que o brasileiro, *brasílico*, e o português, “brasileiro” de torna-viagem, se confundiam, dando margem, como

844 Cfr. *O «Brasileiro» na Ficção Portuguesa*, op. cit., p. 114.

845 Cfr. *Os Maias*, op. cit., p. 295.

realmente deu, às mais incontroláveis reações de cólera em Pernambuco”.⁸⁴⁶ Concebendo assim aqueles exemplares, misturando-os e confundindo-os, é muito fácil mudar-lhe o nome em 1890, conservando-lhe quase as mesmas características, defeitos e qualidades, moderando o tom da crítica, considerando que a ressalva vale quase como uma “autocrítica”, porque não lhe era útil nem proveitoso recalcar ofensas aos seus milhares de leitores do Brasil. Interroga-se o autor sobre o seu prestígio caso não tivesse procedido a essas alterações, ele que era um escritor tão conceituado naquele país.

Considera ainda que, nos romances não, mas em *As Farpas* nivelou portugueses e brasileiros, falando mal tanto de uns como de outros que, se não fossem corrigidas a tempo talvez tivessem ali reduzido o culto à sua memória. Diz ainda Cavalcanti que os mais delicados conhecedores da sua obra ignorou essas alterações durante muito tempo e também não se aperceberam dos problemas que levantaram em Pernambuco. Para António Ramos de Almeida, por exemplo, Eça foi primeiro consagrado no Brasil do que no seu próprio país e ainda avança que nem sequer retrata na sua obra o português enriquecido no Brasil e que regressa a Portugal.

Heitor Lyra tem dúvidas sobre a tese de Paulo Cavalcanti, defendendo que em 1872, dados os problemas em Pernambuco, devido à publicação de *As Farpas*, Eça visava simplesmente o brasileiro, o natural do Brasil, “com a intenção propositada de feri-lo, de atacá-lo, de diminuí-lo, de ridicularizá-lo, indignado que estava com o roubo que vinha sofrendo dos seus artigos nas *Farpas*”⁸⁴⁷, apontando como provas algumas especificidades que só a este pertenciam como os títulos nobiliárquicos estranhos, uma vez que o Governo brasileiro nunca concedera esses títulos a imigrantes portugueses, assim como o “seu maior feito”, a vitória do Paraguai, que só a estes pertence, e, finalmente, a maneira de falar, o tão característico falar português com açúcar, de que a expressão “*minha genti*” é exemplo.

Em *Uma Campanha Alegre*, limita-se a fazer algumas alterações ou supressões do texto original, tendo o cuidado de não atribuir ao *brasileiro* muitas coisas que tinha escrito em *As Farpas* sobre o brasileiro e que não se adaptava ao português enriquecido no Brasil. Não podia, por exemplo, emprestar-lhe títulos de nobreza, como o de “barão de Seriquitó” e “conde de Itapátá”, clara alusão aos títulos nobiliárquicos brasileiros, de modo a ridicularizá-los. O falar do seu patricio não podia agora ser apelidado de “português com açúcar”. Também não podia situá-los nos engenhos, apelidando as senhoras tão brasilicamente de *sinhá*.

Para este estudioso, a intenção de Eça era mesmo escrever sobre o brasileiro, nascido no Brasil, “tal como ele achava que devia ser”⁸⁴⁸, questionando-se sobre o que sabia o escritor sobre o Brasil e seus cidadãos naquela época. Ao que se sabia, o jovem escritor nunca tinha estado no Brasil e a sua vida

846 Eça de Queiroz, *agitador no Brasil*, op. cit., p. 58.

847 *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz*, op. cit., p. 106.

848 Cfr. *Idem*, p. 107.

resumira-se aos estudos que fizera em Coimbra, a uma curta estada em Évora e outra em Leiria, para além dos poucos anos passados em Lisboa. Em termos de viagens, viajara apenas pelo Egipto e pela Palestina, não sabendo exatamente como era o brasileiro, quais os seus defeitos e virtudes de modo a poder traçar-lhe um retrato fiel ou mesmo parecido. O que sabia era de ouvir dizer, de portugueses que lá tinham estado, sendo, em todo o caso, opiniões dispersas e até contraditórias que nunca serviriam para o retrato que fizera. No entanto,

como desejava retratá-lo nas *Farpas* – e retratá-lo mal, quer dizer, com os piores predicados, para vingar-se dos prejuízos materiais que vinha tendo com as edições de seus escritos falsificadas no Brasil -, o que fez ele? Foi buscar, para tanto, atribuindo ao Brasileiro, as mesmas tintas, ou melhor, as piores tintas, os mesmos defeitos, os mesmos vícios que marcavam, a seus olhos, o Português que viera do Brasil, ali enriquecera e aparecera em Portugal com a alcunha de *brasileiro*. Porque, este, ele certamente conhecia, pois tivera ocasião de o ver repetidas vezes no seu país.⁸⁴⁹

Eça não estaria mal-intencionado ao emprestar ao brasileiro vícios e defeitos que sabia ou presumia não possuir, considera Heitor Lyra. O seu raciocínio pode perfeitamente estar relacionado com o facto comum de o emigrante, maioritariamente jovem, deixar o país e ir ganhar a vida e enriquecer no Brasil, de onde regressa com defeitos que não levara para lá, mas onde os adquirira, concluindo que todos brasileiros deviam ser assim, sendo “o que lhe bastava para traçar o retrato desses com as tintas desprimorosas com que o fez, satisfazendo, assim, seus propósitos de desforra”⁸⁵⁰.

Para Heitor Lyra, os dois artigos de Eça de Queiroz sobre o brasileiro, um de 1872, publicado em *As Farpas*, e outro de 1890, em *Uma Campanha Alegre*, são idênticos, no fundo e na forma, sendo que a grande diferença diz respeito à nacionalidade.⁸⁵¹ Em 1872, o brasileiro é o nascido no Brasil, o brasílico, o cidadão brasileiro, e em 1890 é o português de torna-viagem, enriquecido no Brasil, que em Portugal é chamado *brasileiro*. Considera o autor que

Eça, ao reproduzir, em *Uma Campanha Alegre*, o artigo que havia escrito vinte anos antes, decidiu assim fazer, atribuindo à nova personagem, que era o Português brasileiro, os mesmos atributos, as mesmas características, os mesmos vícios e os mesmos defeitos que ele havia emprestado ao primeiro, ao Brasileiro nato. É como se dissesse: mudou, no quadro, a figura do retratado na tela; mas conservando-lhe a mesma moldura.⁸⁵²

O autor interroga-se sobre esta transposição, se Eça acharia mesmo que o português que tinha vivido no Brasil era, em tudo, semelhante ao brasileiro. Ao comparar os textos, Lyra defende que os defeitos e os vícios que emprestou ao brasileiro em *As Farpas* eram os mesmos com que ele via o *brasileiro*. Suprimindo ou alterando algumas das acusações mais ofensivas em *Uma Campanha Alegre*, enxertando aí novos capítulos, pretende limpar a imagem do *brasileiro*, de muita coisa achincalhante que

849 *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz, op. cit.*, pp. 107-108.

850 *Idem*, p. 108.

851 Cfr. *idem*, p. 105.

852 *Idem*, pp. 105-106.

se dizia dele, como a acusação do tráfico de negros⁸⁵³, atividade que considera desonrosa para o português, muito embora continuasse a julgá-lo um homem “grosso, trigueiro com tons de chocolate, pança ricaça, joanete nos pés, colete e grilhão de ouro, chapéu sobre a nuca, guarda-sol verde e vozinha adocicada, olhos desconfiados e um vício secreto”⁸⁵⁴, retrato que não se pode dizer que seja de alguma forma positivo. Outra intenção, destas alterações, para Lyra,

foi reabilitá-lo da má fama com que era julgado pelos escritores «românticos» portugueses, a começar por Camilo Castelo Branco, cujo nome ele não citava, mas que se via claramente nas entrelinhas; louvar-lhe as qualidades, perdoar-lhe os defeitos para, comparando-o aos seus patrícios que se tinham deixado ficar em Portugal, que não emigraram para o Brasil e num certo sentido pouco ou quase nada tinham evoluído na escala social, exaltar aquele, diminuindo e denegrindo a estes.⁸⁵⁵

No entanto, Lyra erra ao analisar o brasileiro e o *brasileiro* em duas obras diferentes, em *As Farpas* e em *Uma Campanha Alegre*, uma vez que eles são uma presença em ambos os textos. Também João Medina defende que Eça fala indiferentemente dos nascidos no Brasil e dos *brasileiros* portugueses, revelando aversão a tudo quanto é brasileiro, desde a alimentação aos valores da cultura. Para o crítico, o brasileiro de 1872, da Rua de Ouvidor, o “achinelado”, “tosco”, “grosseiro”, “caricato” e “caricatural”, “verdadeiro tigre grotesco para um guinhol de sátira fácil”, é “imaginado”, degrada-se ao mesmo tempo que enriquece, sendo transformado em *Uma Campanha Alegre*, em 1890, num mero compatriota nosso que desabrochou nos Brasis. Nesta data, ao eliminar aquilo que era genuína ofensa ou insulto aos brasileiros propriamente ditos, Eça expurga também tudo quanto já não cabe no português que regressa do Brasil, a começar pelos títulos nobiliárquicos, títulos de ordem ridícula: barões de Siriquitô e condes de Matápá e do negócio de escravos.⁸⁵⁶

Como já anteriormente foi referido, o fascículo de fevereiro de 1872 é, em grande parte, alimentado por Ramalho Ortigão sobre alegados títulos nobiliárquicos, como o de barão de Minhinhonhá, que, segundo Heitor Lyra, nunca teriam existido. Ramalho tinha à sua disposição nomes reais como barão de Bambuí, Bujurú, Itapacorá, Itapororoca, Piassabussu, Piracicamirim, tudo nomes guaranis, então em moda devido aos romances nativistas de José de Alencar e das poesias de Gonçalves Dias, muito concorridos para títulos nobiliárquicos no Brasil, mas estranhos e chistosos na cultura portuguesa⁸⁵⁷, sendo injusta a acusação que é feita a Eça de ser antibrasileiro e agitador no Brasil.

Aquilo a que os críticos têm chamado de “antipatia” para com os brasileiros não é mais do que uma ironia amarga que se vai atenuando ao longo dos anos seguintes, devido ao contacto com alguns

853 Ainda em *Os Maias*, Eça mostra através da personagem papá Monforte a forma como a sociedade pune quem se dedica a tal negócio.

854 *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz, op. cit.*, 111.

855 *Ibidem*.

856 Cfr. *Reler Eça de Queiroz. Das Farpas aos Maias, op. cit.*, pp. 29-31.

857 Cfr. *Idem*, pp. 29-30.

brasileiros ilustres como Eduardo Prado, Olavo Bilac e Domício da Gama, na altura que era cônsul em Paris. Todavia, para Medina, apesar de todos os esforços e correções, relido o tão alterado texto de 1890, o retrato dos brasileiros, esboçado de novo, continua a não ser positivo, tal como já referira Lyra, sugerindo, dada uma certa continuidade ao perfil traçado, que o brasileiro propriamente dito se risse do lisboeta. O que nesta afirmação é original, para este autor, é que Eça não aconselha o brasileiro propriamente dito a rir-se do português, mas sim do lisboeta, cidade onde irá situar alguns dos seus brasileiros e *brasileiros* da obra ficcional, na sequência do que faz o seu parceiro Ramalho Ortigão em *As Farpas*.

Noutra passagem de *Uma Campanha Alegre*, afirma que cada “lisboeta, sabe-o, traz em si a larva de um brasileiro. Nós aqui vestimos cores escuras, lemos Renan, repetimos Paris, e no entanto cá dentro, fatal e indestrutível, está aboborando - um brasileiro”. Realmente, houve tempos em que os autores de *As Farpas* “enjoam” a aldeia portuguesa, o seu modo de vida, e Ramalho chega a declarar que sente repugnância pelo “ramerrame” provinciano. Ambos, mas principalmente Eça, sentem um ambiente confortável “à sombra das casas de Lisboa e dos seus arredores”, razão que pode estar subjacente à localização do seu tipo, entre os outros.⁸⁵⁸ Segundo Gilberto Freyre, os autores de *As Farpas* enriquecem-se com ideias novas em contacto com o estrangeiro, apegando-se à tradição portuguesa à medida que a experiência os ia amadurecendo, acabando, assim, por revalorizar e modernizar Portugal, tal como retrata no seu romance, *O outro amor do Dr. Paulo*, que temos recordado.⁸⁵⁹

Os críticos e os estudiosos de Eça, como Paulo Cavalcanti, Heitor Lyra e João Medina, fazem interpretações diferentes sobre as causas que levam o autor a escrever o artigo inicial sobre os brasileiros, bem como a introduzir mudanças tão significativas em 1890, concordando, contudo, que o sentido principal que norteava o escrito em 1872 é, na reedição, inteiramente modificado. Defendem ainda que, confrontadas as duas obras, *As Farpas* e *Uma Campanha Alegre*, podem identificar-se os cortes e as alterações, dada a preocupação em corrigir esse escrito. Na verdade, verifica-se que no texto de 1890 existe aquele cuidado, mas, sobretudo, a intenção em demonstrar outra conceção sobre tudo o que dissesse respeito ao Brasil e a Portugal, e aos brasileiros e aos portugueses.

Devemos começar por referir que em 1890, quando Ramalho Ortigão propôs a Eça edições separadas de *As Farpas*, este primeiro recusou e depois disse-lhe que não emendaria nada, mas emendou. Alegava, sem o sentir verdadeiramente, que as suas *Farpas* não passavam de uma coleção de “pilhérias envelhecidas”, dizendo-se longe delas e do estado de espírito que as inspirara, que quase não as compreendia nem defendia. Quando releu os velhos números, dizia, os seus artigos pareceram-lhe

858 Cfr. “Eça, Ramalho e «As Farpas»”, in *As Farpas*, Volume I, *op. cit.*, p. 19.

859 *O outro amor do Dr. Paulo*, *op. cit.*, pp. 92-93.

“antiquados, frios como um mosaico, duma graça senil, inteiramente desbotados”⁸⁶⁰, enquanto as de Ramalho conservavam o seu “vigor”, a sua “frescura”, a “cor”, o mesmo “calor”, em que o riso tem a mesma sonoridade cantante com que foram escritas, considerando que “o verdadeiro espírito das Farpas estava com Ramalho, embora não se achasse inteiramente como Pilatos no Credo [...] mas como um curioso numa profissão alheia”.⁸⁶¹ Até ali tinham sido um instrumento de demolição,

uma pequena catapulta, envernizada, de pau preto, com ferrarias mais lustrosas – ora aplicada contra um ridículo, um abuso, um vício, um sistema, ora, mais alto, contra uma instituição, casualmente, raramente contra um indivíduo, tipo, símbolo de tendências ou de ideias: (raramente, porque ele e eu tínhamos horror ao nome próprio: nas provas, antes de pentearmos os períodos, catávamos os nomes próprios).⁸⁶²

Na verdade, em *Uma Campanha Alegre*, Eça de Queiroz suprimiu algumas expressões, acrescentou outras, mantendo o sentido essencial do texto, o mesmo substrato, revelando, por um lado, não querer anular o sentido inicial da crónica e, por outro lado, as alterações revelam um esforço para reabilitar o emigrante português e para reabilitar o cidadão do Brasil, mudar o rumo da emigração portuguesa da América do Norte para a do Sul, para o Brasil – São Paulo, já que, na “advertência” ao texto de *Uma Campanha Alegre*, alega que “tal me pareceu agora a desordem e tão incorrigivelmente se me impõe o amor da harmonia, que não resisti por vezes a disciplinar esta turba fremente de vocábulos em correria”.⁸⁶³ Na reedição, Eça procura, por um lado, esquecer os prejuízos que sofrera com as edições clandestinas brasileiras, a justificação mais plausível que inspirara a crónica, e, por outro lado, via-se cercado, em Paris, de uma roda de bons amigos brasileiros, para além de grande popularidade no Brasil, o melhor mercado dos seus livros.⁸⁶⁴ A crítica aos “Três americanos”, em *Notas Contemporâneas*, como veremos, apresenta-se como uma continuação desta mudança de concepções e da sedimentação das suas ideias sobre a América, os americanos e o “sonho americano”.

A sua maturidade intelectual, a experiência profissional no estrangeiro, os amigos brasileiros que encontra pela vida fora, muito contribuíram para a sua mudança de convicções, sabendo-se que, no intervalo de tempo que vai de 1872 a 1890, faz retratos diversos dos brasileiros e do *brasileiro*, na obra ficcional e não ficcional, dialogantes entre si, demonstrando que não era tanto o *brasileiro* do romantismo que o incomodava, nem especificamente o natural do Brasil, mas a mentalidade burguesa que pairava no país. Pensava o autor que não valia a pena reviver o passado, exaltar velhos ânimos, de onde podiam advir novos aborrecimentos, decidindo rever o artigo, alterando-lhe frases e palavras, e dar-lhe, como ele próprio diz, “uma *toilette* nova”.

860 *Homens e Ideias do Século XIX, (Antologia)*, seleção e prefácio de Vianna Moog, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 19-, p. 205.

861 *Idem*, pp. 205-206.

862 *Idem*, p. 206.

863 *Uma Campanha Alegre, op. cit.*, p. 9.

864 Cfr. Heitor Lyra, *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz, op. cit.*, p. 103.

Se, por um lado, Paulo Cavalcanti reconhece que o artigo sobre os brasileiros, incluído em *Uma Campanha Alegre*, não dá ideia dos justos e compreensíveis assomos de revolta que se apoderaram dos habitantes de Pernambuco em 1872⁸⁶⁵, por outro lado, João Medina alude também às diferenças estilísticas e até ideológicas entre *As Farpas* iniciais e as reeditadas cerca de vinte anos depois com assinaláveis diferenças, pormenor que ainda ninguém mostrou atentamente.⁸⁶⁶ Na verdade, é notória a premência em reconsiderar algumas afirmações, dar outra imagem de todos os brasileiros, sem exceção, corrigindo algumas expressões mais depreciativas, alterando alguns conceitos, omitindo parágrafos inteiros, acrescentando ou frases ou parágrafos, para alcançar esse objetivo.⁸⁶⁷

Em 1872, como em 1890, o *brasileiro* e o brasileiro, alusivas a duas personagens diferentes e centrais, vão aparecer semântica e pragmaticamente alterados. Eça refere-se ao natural do Brasil com B, e não raras vezes e de modo indiferenciado aos naturais do Brasil e aos emigrantes portugueses com b. Algumas vezes, também se refere ao emigrante português com b, colocando o conceito em itálico. Esta diversidade de utilizações significa que “o Brasileiro é a expansão do Português”⁸⁶⁸ e que “o Brasil é Portugal dilatado pelo calor”⁸⁶⁹, abrangendo a história das duas nações, denotando uma fusão, um sincretismo entre os conceitos e os povos que os criou, porque têm origem em dois tipos de emigrante português no Brasil, um que embarcou e optou por lá ficar, o colono, segundo Joel Serrão, contribuindo para a formação do Brasil e do povo brasileiro, e outro que decide regressar, quase sempre enriquecido ou remediado, o emigrante, segundo o mesmo historiador⁸⁷⁰, tal como explica Afrânio Peixoto.⁸⁷¹ Devemos recordar novamente Vianna Moog que considera que, se na definição de Crèvecoeur norte-americano é aquele que deixa para trás os seus antigos preconceitos e maneiras e recebe outros do novo mundo, de um novo modo de vida que escolheu, do novo governo a que obedece e da nova posição que ocupa, também aquele que traz tradições europeias para posteriormente absorver uma experiência sul-americana, capaz de reduzir-lhe o desejo ancestral de retorno à pátria, esse também já é brasileiro.⁸⁷²

Nas primeiras “farpas” denota-se uma indignação contra os naturais do Brasil, devido ao “roubo”, e também se denota uma crítica ao burguês improdutivo, e, sobretudo, a essa figura da cena lisboeta que, entre outras, nada contribuía para elevar e igualar a capital a outras cidades europeias, que nesta altura

865 Cfr. *Eça de Queiroz, agitador no Brasil, op. cit.*, pp. 55-56.

866 Cfr. *Reler Eça de Queiroz. Das Farpas aos Maias, op. cit.*, p. 7.

867 V. Anexo 5.

868 Cfr. *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, p. 391.

869 *Idem*, p. 382.

870 Cfr. *A Emigração Portuguesa, op. cit.*, p. 87.

871 V. “O “Brasileiro” ou o Equívoco Português” in *Revista Brotéria*, Separata do Vol. XXVI, Fasc. I, Lisboa, [sn], 1938.

872 Para Moog, por “pouco não é o que acontece com o príncipe Maurício de Nassau. De certa forma, foi também este o caso de D. João VI. Por ele, tudo leva a crer que nunca mais teria voltado ao seu velho Portugal, mas permaneceu no Brasil entre as palmeiras que aqui plantou. Com milhares de cristãos novos se operaria fenómeno idêntico. [...] Esta era a incorporação que se processava no Brasil em grande escala. Havia, porém, outra que nada lhe ficava a dever em importância: era a nacionalização em escala mais reduzida, mas de alta seleção, que se operava longe do Brasil entre aqueles que paradoxalmente mais porfiavam por assimilar a nacionalidade lusitana: os mazombos.” *Bandeirantes e pioneiros, op. cit.*, p. 145.

tem em elevada consideração. Podemos afirmar que Eça não se preocupa em criar um tipo literário, mas retratar tipos, fazer vários retratos, dada a diversidade de figuras de pendor burguês que aparece em Portugal na segunda metade da centúria de oitocentos e na cena lisboeta, mencionando-os tanto na obra jornalística como na literária, dado o encontro da realidade com a ficção. António Saraiva recorda que Eça nunca deixara de sentir desdém pelo burguês, que desde os tempos de Coimbra via como a antítese do poeta.⁸⁷³

Para além de *As Farpas*, esses tipos aparecem em romances, como *O Primo Basílio*, *A Tragédia da Rua das Flores*, *Os Maias*, *A Ilustre Casa de Ramires*, *A Correspondência de Fradique Mendes*, criticando sempre, apesar da evolução de concepções sobre os brasileiros e o Brasil, a mentalidade burguesa, o caráter de certas pessoas, e a influência que esses indivíduos podiam ter nos seus países. Devemos dizer que nem todos os brasileiros que o escritor retrata emigraram para o Brasil e nem todos regressam a Portugal. Por exemplo, o Pereira *brasileiro*, de *A Ilustre Casa de Ramires*, nunca emigrou, apenas herdou uma fortuna de um parente regressado daquele país, de um *brasileiro*. Quando em 1872 afirma que, em Portugal, ninguém se abasileirilha misturando-se com os *brasileiros*, abasileirado não visa o que regressa sem dinheiro ou com pouco à pátria, mas o que não pratica boas ações, afirmando que, nos

lábios finos, a palavra *Brasileiro*, tornou-se um vitupério: o sr. é um *brasileiro*! A sua convivência é um descrédito plebeu: ninguém ousa ir para um hotel onde se alojam brasileiros e onde eles arrastam os seus sapatos de liga, falando baixo e solitários das coisas *di lá*: ninguém se *abasileirilha* a ponto de frequentar os cafés onde eles num descambado sonolento, bocejam apoiados aos guarda-sóis...⁸⁷⁴

Quer fosse natural do Brasil ou português enriquecido naquele país, abasileirado é um ser moralmente desacreditado, porque considera a questão moral muito importante, decidindo omitir essa parte em *UCA* como forma de expurgar a crónica inicial. Ao insurgir-se sobre um tipo, Eça insurge-se sobre o outro, porque a sua crítica é mais ampla, dirige-se à sociedade portuguesa e por arrastamento ao Brasil, de onde existem ecos de um relacionamento que foi gradualmente melhorando ao longo dos anos. Independentemente das relações de parentesco que se têm atribuído às duas nações, para Eça de Queiroz, tanto o colono como o emigrante português contribuíram para a formação do povo brasileiro, pelo que o Brasil deve muito do que é a Portugal e vice-versa.

Segundo António Saraiva, a fecundidade do ponto de vista sociológico de Eça, a mesma de que fala Gilberto Freyre, revela-se na arte. Ao rever as antigas ideias sobre o artista e a sua relação com a sociedade, em que o artista era um ser excecional, a arte um dom divino, um criador por inspiração, acima da multidão, vítima do ideal, agora o artista está situado numa sociedade, faz parte de um grupo,

873 Cfr. *As ideias de Eça de Queirós*, op. cit., p. 124.

874 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 390.

sujeito a regras e circunstâncias comuns. A obra criada por este artista, não nasce da inspiração, “mas da aplicação e do ambiente”. Esta arte não visa a auto satisfação do artista, ou seja, a arte pela arte. O artista é um homem e não um deus.⁸⁷⁵

Este é um dos exemplos que nos permite afirmar que *As Farpas* não são simples assuntos pessoais entre escritores portugueses e brasileiros, mas visam toda uma história entre dois países que outrora foram um só, quer tivesse sede em Portugal ou no Brasil, na altura em que D. João VI decide emigrar e transferir a sede da Corte para o Brasil, para escapar às invasões napoleónicas. Como é conhecido, esta fusão teve consequências, dada toda a história do colonialismo e da proteção aos portugueses na época imperial, gerando ondas de antipatia, designadas por antilusitanismo, que tanto magoou os de lá.

A obra de Paulo Cavalcanti, *Eça Agitador no Brasil*, possui elementos importantes para compreender os conflitos entre brasileiros e portugueses em Pernambuco, mas convém notar que, dada a sua preocupação em exaltar o escritor, atribui-lhe crónicas que na realidade são escritas por Ramalho e não alude a outras, importantes para desmistificar as acusações que foram feitas a Eça de Queiroz. Uma das razões que alega, para lhe atribuir a autoria de certas crónicas, prende-se com a circunstância de Eça retratar certas situações na sua obra literária que em *As Farpas* também só podem ser suas. No entanto, pode acontecer que sejam da autoria de Ramalho como, por exemplo, entre outras que já referimos, a crónica em que responde à contrafação de *As Farpas* no Brasil, assinada por Manuel Rodrigues Pinheiro.⁸⁷⁶ Efetivamente, em *Os Maias*, quando Dâmaso se tenta vingar de Carlos, por se ter envolvido com Maria Eduarda, denigre a sua imagem e João da Ega, para defender o amigo, trata de o humilhar ao ponto de o obrigar a pedir desculpas e assinar uma carta em que se chama a si próprio de “bêbado”.

Para Paulo Cavalcanti, a ironia daquela crónica era “mordente e ferina” e só podia ser de Eça, referindo que “foi exatamente assim, dentro desse espírito de gaiatice e sarcasmo, quase a usar das mesmas expressões (“Eu abaixo assinado... declaro que roubei...”) que ao pernambucano Manuel Rodrigues Pinheiro também impingiu Eça de Queirós, dezasseis anos antes da grande página dos Maias, a chistosa retração.”⁸⁷⁷

Em *As Farpas*, Ramalho também aconselhara Manuel Rodrigues Pinheiro a denominar-se ladrão, a agradecer e assinar, depois de declarar o seguinte: “Roubei aos srs. Ramalho Ortigão e Eça de Queirós, únicos redatores e únicos proprietários da publicação acima referida, não só o presente volume mas bem assim todos aqueles que da sua obra tenho dado à estampa sob o meu nome”.⁸⁷⁸ Esta é apenas uma situação retratada por Eça de Queiroz na obra literária que em *As Farpas* é da autoria do seu parceiro,

875 Cfr. *As ideias de Eça de Queirós*, op. cit., p. 111.

876 Cfr. *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 462.

877 *Eça de Queiroz, agitador no Brasil*, op. cit., 49.

878 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 463.

embora haja outras crónicas que o crítico lhe atribui, como por exemplo a do *brasileiro*, ou o de *Mesão Frio* ou o da sociedade lisboeta, que “habita o Pedro Alexandrino e frequenta os banhos sulfúricos do doutor Lourenço, o *Club Lisbonense* e algumas boticas”⁸⁷⁹, que, na realidade, é de Ramalho.

Vários críticos têm analisado as crónicas de Eça de Queiroz em separado das de Ramalho, o que não é totalmente correto. Na verdade, como tem sido referido, é Ramalho que muitas vezes toma a dianteira, abre caminho para Eça e também responde aos ofendidos.⁸⁸⁰ Enquanto João Medina opta por correr riscos, interpretando as crónicas de Eça independentemente das de Ramalho Ortigão, tal como fizeram Paulo Cavalcanti e Heitor Lyra, dado o jogo de espelhos e a estreita colaboração entre eles, a lógica das crónicas de um é fornecida pelas do outro, de modo que não se podem isolar. Os brasileiros de Eça retomam os de Ramalho e encontram-se explanados na obra jornalística e na literária do escritor, permitindo-nos contestar a acusação que lhe tem sido feita de ser “antibrasileiro”.

Se recordarmos o que referimos sobre a ironia e o riso que caracteriza a escrita de *As Farpas* podemos compreender, com Sampaio Bruno, na obra *O Brasil Mental*, datada de 1898, as razões porque não riram os brasileiros, os naturais do Brasil, da crónica de Eça de Queiroz sobre os brasileiros e o *brasileiro* e porque riram até certa altura das crónicas sobre o Imperador e deixaram de rir a partir de outra. Enquanto do lado de lá, naquela época, surgem inúmeras anedotas sobre os portugueses, devido ao “antilusitanismo” e “lusofobia”, na mesma altura em que Portugal ri dos *torna-viagem* do Brasil, o povo brasileiro não reage bem, sentindo-a como ofensa clara à alma da nação. Se até determinada altura aplaudem a publicação, considerando-a como uma ameaça ao “substrato” português que ainda paira no Brasil, quando pressentem o ar de troça que aquele jogo de palavras comporta, sentem-se chalaceados, revoltam-se e partem para perseguições e confrontos com portugueses residentes em Pernambuco.

Na verdade, se o conceito “brasileiro” que dá nome à crónica da polémica é ambíguo, e se deu origem a interpretações diversas sobre os portugueses e os brasileiros, esse facto deve-se à fusão dos povos. Segundo Guilhermino Cesar, o emigrante português, “à força de procurar adaptar-se ao género de vida do Brasil, terminou sendo uma caricatura do brasileiro nativo”.⁸⁸¹ O *brasileiro*, dado o seu perfil real, não se manifesta nem reage a este tipo de polémicas, mas o brasileiro nato sente-se ferido. Para Sampaio Bruno, “os nossos irmãos de além-mar” começam a antipatizar com os portugueses e não escondem a hostilidade, recordando que José Veríssimo, num dos últimos números da

879 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 366.

880 Reconhece João Medina que, embora “sejam de Ramalho alguns dos trechos mais acentuadamente satíricos, cabe a Eça a responsabilidade de algumas troças pesadas. Estas atingem o rubro, quase diríamos delírio, na referida quase-catilinária antibrasileira com a qual fecha o volumezinho de fevereiro de 1872: são 13 páginas onde, falando indistintamente dos nativos do Brasil e dos «brasileiros» portugueses, Eça revela uma estranha e significativa fobia a tudo quanto fosse brasileiro, desde a alimentação aos valores da cultura, antipatia, que, como se sabe, se foi atenuando ao longo dos anos subsequentes, graças sobretudo ao íntimo convívio que mais tarde teria, já cônsul em Paris, com alguns Brasileiros ilustres: Eduardo Prado, Olavo Bilac, Domicio da Gama, etc.” *Reler Eça de Queiroz. Das Farpas aos Maias*, op. cit., p. 29.

881 *O «Brasileiro» na Ficção Portuguesa*, op. cit., p. 41.

Revista Brasileira, afirma que tanto “a ironia, como o “humor”, mais ainda talvez que ele, é estranha à índole brasileira”.⁸⁸²

A ironia, segundo aquele literato, é insuportável ao brasileiro, “é o insulto do civilizado”, concluindo que “as naturezas primitivas, ao invés do que se supõe comumente, são extraordinariamente sensíveis à ironia. Incapazes de lhe compreenderem os matizes, a sua sensibilidade exagera-lhe os intuitos e o alcance”.⁸⁸³ Para Sampaio Bruno, os brasileiros chegam a ser rudes e nem precisam de insinuar nem de procuração, afirma. Já as novas gerações extremam-se, devotam-se ao desprezo, e com desdém “orgulharam-se de nos dizer coisas feias; e, como crianças amuadas, deram em nos chamar nomes”.⁸⁸⁴ Consideram que o Brasil está acima de Portugal em tudo, aproximando-se apenas no campo literário, no qual estão na mesma, porque não têm confiança neles mesmos. Tobias Barreto (1839-1889), por exemplo, revela tédio pela cultura portuguesa, acusando Alexandre Herculano de não ser um historiador de “categoria”, “primacial” e “relevante”.⁸⁸⁵ Na verdade, segundo Afrânio Peixoto (1876-1947), trata-se de um equívoco, que explica no artigo “O “Brasileiro” ou o Equívoco Português”, já anteriormente referenciado. Este equívoco não é apenas português ou brasileiro, mas luso-brasileiro, porque se os portugueses sempre tiveram interesses no Brasil, que se desviavam das rotas de África e Índia para ali aportarem, esses mesmos portugueses, alguns com um pé lá outro cá, acabaram por erguê-lo como nação.⁸⁸⁶

Inicialmente, tanto o Brasil como a América do Norte não são povoados por nobres, mas também não são o escol do reino, são a arraia-miúda. Índios, africanos e degredados constituem essa força colonizadora que ali se fixa, cresce e engrandece, de forma irreversível, aquele continente. A corrente

882 Segundo Sampaio Bruno, “quem, em boa verdade, tinha razão de se irritar com os sarcasmos da literatura, alfacinha ou minhota, eram os portugueses da colônia, pois que para eles, quando de regresso, é que as chufas se remetiam. Tal é a contradição das coisas! esses foram quem aplaudiu e transportou, mais tarde, o Sr. Ramalho Ortigão em triunfo pelos gabinetes de leitura e clubes de ginástica, entre salsifrés e alteres.

Quem se irritou, sob simétrico contra-senso, foram os brasileiros natos.

Indignaram-se, ao mais alto ponto; excederam-se em inventivas; foram cómicos, na desproporção de suas arremetidas; prestaram o cachaço às floridas garrochas. Como aquele que a Eça de Queirós prometeu recebê-lo, na praia de Pernambuco, com um cipó de Petrópolis. [...]

É que, povo novo, com toda a frescura primaveril (o ímpeto, a confiança, o orgulho) o brasileiro não suporta a ironia. Magoa-se, como duma grave injúria, pela mais somenos brincadeira. É ingénuo e altivo. E, pois que a adolescência seja o tempo do buço, para os indivíduos como para as nações, o Brasil é, um pouco, *peludo*. Dá sorte; encavaca, zanga-se. E logo lhe acodem, em réplica, as palavradas, punhos cerrados, ameaças.

Isto que prova? Que é jovem e que tem brio. Honra lhe seja.” Sampaio Bruno, *O Brasil Mental: Esboço Crítico*, Porto, Lello Editores, (1898) 1997, pp. 52-53.

883 *Idem*, p. 53.

884 *Idem*, p. 54.

885 *Ibidem*.

886 Para Afrânio Peixoto, o “Brasil era apenas o caminho, aguada e, para alguns piedosos, «almas a salvar para Deus». Um pouco de pau brasil, a cobiça de estranhos, até as donatarias, que foram uma confusão de sangue e de capitais. Por nós tivemos, mau grado as pequenas compensações, essa contradição humana que gera a oposição: a outra coisa que ousados e aventureiros arriscam, no desfavorecido, que pode ser a sorte... Desde 1565, que uma carta régia, de 6 de março, impedia as naus destinadas à Índia e que lá não pudessem chegar, de modo algum arribassem ao Brasil, mas tornassem a Portugal, além de outros motivos porque, nessas frequentes arribadas, fugia de bordo a gente para terra... Não é já uma frequência?” “O “Brasileiro” ou o Equívoco Português” in *Revista Brotéria*, *op. cit.*, p. 3.

emigratória portuguesa preferiu o Brasil em relação às Índias, à África ou à Ásia, e continuou a preferi-lo sempre. Apesar das propagandas e proibições a corrente não muda de rumo, porque o português sente-se no país como em sua própria casa. Apesar da independência política, a colônia continua, no plano moral e intelectual, porque a língua é de Portugal, é a sua liberdade, enquanto o Brasil evolui submisso a dicionários e gramáticas, “para evitar o solecismo e desentortar a sintaxe”.⁸⁸⁷

Gonçalves Dias e Rui Barbosa (1849-1923) são apenas dois grandes nomes brasileiros que se impuseram através do crédito intelectual português de Alexandre Herculano e Cândido de Figueiredo (1846-1925). Por outro lado, os maiores credores do Brasil são portugueses, que empregam dinheiro em títulos nacionais e possuem a maior e melhor propriedade domiciliária urbana e agrícola rural, comércio e indústria. Estes portugueses são os *brasileiros*, que em Portugal eram

homens rudes, sem eira nem beira, com uma caixa de pinho e uma andaina, ou um fato, que se despediam do amado lar, e foram e vão, em busca de Fortuna. Um, em cem, a encontra, após a porfiada luta de trabalho sem trégua, trinta anos de penas e suor, e fadiga e privações... Como são muitos, foram muitos, milhares se ajuntam.⁸⁸⁸

Timóteo Spínola é um desses exemplos que merece ser recordado porque enriquece no Brasil, constitui família numerosa, tem uma tribo, uma banda de escravos e quando viaja com todos os seus haveres causa sensação por onde passa. Mas também deixa marcas onde se fixa. Na viagem a Portugal necessita de um navio, só para transportar todos viandantes, e em Lisboa de todo o hotel Bragança, para pernoitarem. Permanecem uma temporada na quinta do Minho, aproveitando para fazer obras de beneficência, irradiar os mendigos, fazer festas e folias. Os escravos, que em Portugal foram livres e que no Brasil iam continuar a sê-lo, querem segui-lo. O “ridículo que o trouxe a Portugal, e aqui o entreteve, veio, é de crer, com a bondade: se não, não volveria ninguém, da civilização para o sertão, da liberdade para a escravidão... Essa bondade compensaria muita coisa. Compensa até o ridículo”.⁸⁸⁹ Este ridículo a que o autor se refere é o do *brasileiro*, que afronta Portugal, é o equívoco que dá título ao seu artigo. Esse

«brasileiro» para nós, seus filhos e netos, foi o «maroto», o «pé de chumbo», «calcanhar de frigideira», a quem se negava «a confiança de casar com brasileira»... Mas casava. E não era honra nenhuma, porque a tal brasileira era filha de pai português e de mãe, se tanto, mais ou menos branca... A «albumina» lusitana veio refinando o mascavo étnico brasileiro, nesses quatro séculos... Nós somos os descendentes deles. Fizeram o Brasil; fazem os brasileiros. São trabalhadores, probos, amorosos da língua e da cultura. Se não leem, têm livros. Fundam e enriquecem «Gabinetes portugueses de leitura». Instituem Santas Casas de Misericórdia e chusmas de associações beneficentes, às vezes de nomes ridículos, associando Afonso Henriques a Serpa Pinto, e Aljubarrota a D. Manuel II. Esse «português do Brasil» é sagrado a nós. É nosso pai, nosso avô. Trabalhou, venceu, enriqueceu e enriqueceu ao Brasil. Deu-nos sangue, nome, exemplo, riqueza...

Visto do lado de cá, de Portugal... é outra coisa. O português que ficava «no reino», e o que cá ainda fica, vê tornar enriquecido dos bens da terra, pelo exílio a que se impôs, o seu

887 Afrânio Peixoto “O “Brasileiro” ou o Equívoco Português” in *Revista Brotéria*, op. cit., p. 4.

888 *Ibidem*.

889 *Idem*, p. 5.

patrício. Não o julga pelo espírito de sacrifício, de aventura, pela luta empenhada, pelo sucesso conseguido... Julga-o pela sua mentalidade, sua cultura, sua vaidosa exibição, suas obras sumptuárias e mesquinhas...; compara-o consigo e acaba com um doesto, senão um palavrão, para esse patrício que já nem será mais português, se é «brasileiro»...⁸⁹⁰

Para o autor, Eça de Queiroz faz justiça a Camilo Castelo Branco, defende o *brasileiro* ao tirá-lo do descrédito a que o devota nas suas obras, para se vingar de Manuel Pinheiro Alves. Este *brasileiro*, a quem rouba a mulher e o filho e até a casa de S. Miguel de Seide, é um javardo como seriam quase todos os outros que retrata nas suas obras. Mas, apesar de tudo, o equívoco luso-brasileiro subsiste, porque os brasileiros do Brasil julgam injustamente esse português pela sua incultura, pobreza, amor ao trabalho, economia, e depois, invejosamente, pela prosperidade, casmurrice, vaidade, ostentação, esquecendo-se que o seu espírito de aventura, resistência à penúria, criação de riqueza, família, utilidades e benemerências sociais, fizeram e fazem o Brasil e também os seus ingratos filhos brasileiros.

Pior do que esta injustiça é julgar os portugueses finos, cultos, nobres, selecionados na sociedade portuguesa, pelos jovens modestos e abnegados que vão fazer o Brasil. Na verdade, trata-se de um duplo erro, de um duplo equívoco, nos dois lados do Atlântico, que só o conhecimento mútuo poderá desfazer. Em Portugal, os *brasileiros* crassos e grosseiros são generalizados a todos os *brasileiros* heroicos que fizeram o Brasil e dão proventos de abastança a Portugal. E os brasileiros do Brasil, descendentes daqueles, julgados com injustiça por seus irmãos e primos injustos de aquém-mar.⁸⁹¹

A agitação de *As Farpas* na Província de Pernambuco e o reaparecimento do “Antilusitanismo”. Das *Farpas* aos *Farpões*. Os conflitos em Goiana

Como já foi referido, são muitos os estudiosos de Eça que se têm questionado sobre as causas que poderão ter gerado o entusiasmo e a motivação do escritor contra o Imperador do Brasil e os tipos da sociedade portuguesa, nomeadamente sobre o *brasileiro*, o português que emigrou para o Brasil e de lá veio mais ou menos enriquecido, e sobre os brasileiros, os nativos do Brasil, por quem não aparenta qualquer simpatia, e que, sobretudo, parece querer provocar e vingar-se. Como se sabe, estes escritos geraram sérios conflitos em Pernambuco, dado que houve brasileiros que se sentiram ofendidos com as afirmações dos escritores, ateando o antilusitanismo ainda latente naquela província, onde tantos portugueses prosperaram aos olhos dos naturais, que não se conformavam com a proteção que uns davam aos outros e pela falta de postos de trabalho para eles.

Devemos referir que é Ramalho Ortigão que abre a polémica e não Eça de Queiroz que, mais dissimuladamente, apresenta a D. Pedro II, através de letras “obscuras e humildes”, a “triste multidão

890 “O “Brasileiro” ou o Equívoco Português” in *Revista Brotéria*, op. cit., pp. 5-6.

891 Cfr. *idem*, pp. 8-9.

lisbonense”, os “tipos” da sociedade lisboeta, entre eles o *brasileiro*, quando dirigindo-se a D. Pedro Ihe diz:

Conhece por certo Vossa Majestade o brasileiro de Minas Gerais, o de Mato Grosso, o de Catete, o da Tijuca e o da rua do Ouvidor: este não é o nosso brasileiro. Há dias líamos no registo dos leitores de uma biblioteca o seguinte: fulano de tal – profissão, brasileiro - naturalidade, Mesão Frio. Este, imperial senhor, é o nosso brasileiro. Ele habita o Pedro Alexandrino e frequenta os banhos sulfúricos do doutor, o Club Lisbonense e algumas boticas.⁸⁹²

Esta crónica de Ramalho é crucial para compreender as seguintes da autoria de Eça, e toda a sua obra ficcional.⁸⁹³ Na verdade, Eça segue o trilha do companheiro, amplia e aprofunda o artigo, com a farpa afiada, pintando um retrato considerado por muitos achincalhante e grotesco, com a qual procura retratar o que devia ser, no seu entender o brasileiro, o natural do Brasil, com todos os seus defeitos, como mesquinhez, baixaza, sujeira, com tudo quanto a seus olhos o tornava um ente nojento e desprezível e posteriormente contra os *brasileiros*, ou seja, contra os portugueses regressados daquela nação.

Quando os críticos se interrogam acerca das razões que causariam os sarcasmos desse fascículo ao Imperador e a todos os brasileiros cumpre responder que não se denota haver outros motivos sem ser os que se prendem com a crítica à conjuntura portuguesa e com a reação ofensiva à apropriação indevida de *As Farpas* em Pernambuco. Realmente, até fevereiro, os farpistas deram continuidade aos objetivos da publicação, usando todo o requinte da sua ironia, escrevendo sobre o país e sobre tudo o que a ele dizia respeito sem melindrar alguém. Eça de Queiroz até se refere a *brasileiros*, como o conde Ferreira, sem qualquer ironia contra ele, mas contra o país, que não tinha escolas suficientes para alfabetizar a população.⁸⁹⁴ Ao apontar o número de escolas só se recordava das erigidas por aquele regressado do Brasil, certamente sabendo, sem se referir a tal facto, que tinha enriquecido em negócios de escravos, negócio em que o escritor deposita tanta ironia em *Os Maias*, na personagem do papá Monforte.

Tem-se dito e repetido que a polémica com os pernambucanos começa, precisamente, com o artigo sobre os brasileiros, incluída no fascículo de fevereiro de 1872, já que, até aí, quando ele e Ramalho escrevem sobre o Imperador do Brasil são considerados como dois intelectuais desinteressados, “dois simples sapadores às ordens do senso comum”, tal como afirma Eça em maio de 1871. No entanto, a grande interrogação que suscita a origem desta polémica prende-se com o facto de

892 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, p. 366.

893 A forma como Ramalho descreve que andam “acamaradados” uns com os outros, em “turmas”, o local onde se costumam sentar, em S. Pedro de Alcântara, nas carruagens de caminho-de-ferro, onde descalçam as botas, ou no Pedro Alexandrino onde vagueiam num silêncio misterioso, está muito próxima da que Eça de Queiroz nos mostra alguns dos seus personagens. Refere ainda que “constituem uma espécie de tribos, sem pátria que os adote, porque em Portugal chamam-lhe brasileiros, e no Brasil chamam-lhe galegos. São esses que aí vão – de bengalas de unicórnio na mão e alfinetes e brilhantes no peito das camisas.” *Ibidem*.

894 Cfr. *idem*, p. 407.

esta crónica fazer parte do mesmo fascículo, do de fevereiro de 1872, o que nos leva a pensar que é despoletada no Brasil, quando alguém publica indevidamente os primeiros fascículos, por ocasião da primeira passagem do Imperador D. Pedro II por Portugal e das primeiras crónicas escritas sobre esta individualidade. Lê-se na carta ao presidente da província de Pernambuco, em julho – agosto de 1872, que há muito ouviam falar de agitações causadas pelas *Farpas*, mas decidiram não levar a sério, alegando que não lhes cabe a honra que lhes atribuíram de ter lançado com algumas palavras distraídas a perturbação num grande império. No entanto, desde que se fala em mortes na província, pedem permissão para recordar que não podem ter sido eles os culpados de tamanha irritação, quando existe no Brasil há vinte anos um poderoso partido político contra o imperador.⁸⁹⁵

O que Eça de Queiroz escreve sobre o brasileiro e o *brasileiro*, que dá azo ao aparecimento de ressentimentos que parecem já estar instalados no espírito dos escritores, merece um tratamento e uma interpretação muito específica, dado tratar-se do objetivo da publicação, a ironia, e dos desentendimentos com os pernambucanos por causa da publicação dos fascículos em Pernambuco, acontecimentos a que se juntam outros, não de menor peso. Efetivamente o povo português ainda possuía na memória as condições da ida para o Brasil e do regresso de D. João VI, a fragilidade da economia e finanças devido aos erros de governação, a perda gradual de preponderância da Monarquia, daí que este assunto agradava aos leitores portugueses e, inicialmente também aos brasileiros, o que justifica o sucesso da publicação, tanto em Portugal como no Brasil.

Convém recordar que o primeiro fascículo, cuja tiragem foi de 2000 exemplares, teve um enorme sucesso, foi reeditado, e que o número aumentou nos primeiros tempos. Dada a novidade da publicação e o arrojo dos seus autores que, na verdade desinteressados, não recebiam comprometer-se, houve quem se agradasse desse êxito, se apropriasse indevidamente da edição, obviamente com fins lucrativos, e a publicasse clandestinamente à revelia dos autores.

O que é curioso, segundo Heitor Lyra, é que os brasileiros, antes de serem visados nos panfletos pouco se tinham importado com os ridículos apontados ao Imperador, achando até graça, dado até que lhes convinha, mas bastou que eles se voltassem contra o povo brasileiro, para que todos saíssem a campo em defesa do Monarca. Na verdade, a construção da nacionalidade e da identidade era uma questão primordial, da qual nunca desistiram determinadas fações da intelectualidade brasileira, desde a atribuição do nome àquelas terras que os portugueses dizem ter descoberto, ficando ofendidos, afirma Paulo Cavalcanti.⁸⁹⁶

895 Cfr. *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., pp. 506-507.

896 Refere o crítico: “Eis, porém, quando o público tomou conhecimento da nova realidade, trazida pelas malas postais da Europa, nas *Farpas* seguintes às escritas sobre as andanças do Imperador. De um instante para o outro, as doces verinas de Eça transformaram-se em acres censuras aos brasileiros, fossem monarquistas ou republicanos; em sátiras endemoniadas; em alusões insultuosas, diante das quais veio a ser indiscriminada a repulsa em Pernambuco. Os novos artigos, de alusão aos brasileiros, não

Apesar da sequência das crônicas ser extremamente provocatória para os brasileiros, não houve quem naquela altura tivesse entendido o artigo de Eça de Queiroz sob aquele duplo sentido que realmente o inspirou, sendo interpretado como ofensa. Eça não foi lido pausadamente e com os vagares com que era pressuposto ter sido lido, de modo a evitar interpretações envenenadas que só uma leitura pausada podia ter evitado, para aludir a Ludwig Wittgenstein que defende que em “cada questão filosófica séria a incerteza mergulha até às raízes do problema. Temos de estar sempre preparados para aprender algo de totalmente novo”.⁸⁹⁷

Naquela crônica de 1872, o alvo principal do fascículo 10, que endossam a D. Pedro II, são os brasileiros, dado o ajuste de contas que urge fazer, mas há outro, a conjuntura social e política portuguesa, na qual está incluída o *brasileiro*. Portugal e Brasil são o alvo dos escritores, dados os laços que uniram e uniam os dois países, o seu passado e o seu presente. A figura do brasileiro, inspirada no *brasileiro* português, que Ramalho esboça e que Eça desenvolve, é um personagem difuso que se movimenta entre vários países, nomeadamente entre Portugal e o Brasil, que o autor retrata na obra de arte. Paulo Cavalcanti, ao fazer a análise da crônica, chega a enganar-se, afirmando que cada nação tem o seu personagem típico e que o Brasil tem o seu⁸⁹⁸, lapso que Heitor Lyra repete⁸⁹⁹. Que se saiba o Brasil não tem este personagem como tipo. Por outro lado, Ramalho Ortigão refere que

o traslado de alguns tipos das ruas e de alguns dos interiores da cidade. Estes estudos – que fizemos meditando pouco para também não forçar Vossa Majestade a refletir muito, - reunidos com algumas considerações que a presença de Vossa Majestade nos inspirou – constituem a substância deste volume, consagrado a Vossa Majestade, cujas virtudes separamos de tudo, como o objeto mais sério do nosso respeito, e cujos desejos, se Vossa Majestade no-los quizer algum dia comunicar, consideraremos para todos os efeitos como verdadeiras ordens – da Rosa!⁹⁰⁰

Brasileiros e *brasileiros* são uma presença em 1872 e 1890, ainda que com tonalidades diversas. À medida que o escritor vai modificando a sua opinião sobre uns vai alterando também a sua opinião sobre os outros, porque é quando está fora da pátria, durante a ação consular, que a aprende a admirar e a amar.

Segundo João Medina, em *As Farpas*, em 1872, falando “indistintamente dos nativos do Brasil e dos «brasileiros» portugueses, Eça revela uma estranha e significativa fobia a tudo quanto fosse

se revestiam das sutilezas anteriores. Talvez indignado com o “roubo” de seus direitos autorais, tanto no Recife, como no Rio de Janeiro, o escritor desandou-se em facécias, espicaçando o brasileiro e apontando-o ao desprezo público. A página de Eça intitulada “O Brasileiro” alcançou enorme repercussão na Província, quer na cidade, quer no interior.” *Eça de Queiroz, agitador no Brasil*, op. cit., p. 55.

897 Cfr. Manuel Sumares, *Sobre Da Certeza de Ludwig Wittgenstein, Um estudo introdutório*, Porto, Edições Contraponto, 1994, p. 7.

898 Cfr. *Eça de Queiroz, agitador no Brasil*, op. cit., p. 58.

899 Cfr. *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz*, op. cit., p. 82.

900 *As Farpas – Crônica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 364.

brasileiro, desde a alimentação aos valores da cultura”⁹⁰¹, o que pode não corresponder às intenções do escritor, dado o teor irónico que orienta os escritos da obra. O próprio Ramalho Ortigão, a quem cumpre dar a resposta à ira dos brasileiros, afirma que não quis ofender ninguém, dado que o objetivo de *As Farpas* é o riso, e que apenas pretenderam criticar a opinião desvairada do vulgo.⁹⁰² Na carta que dirige ao ministro do Brasil, começa por referir que lhe parece um erro flagrante a forma como ele, os seus compatriotas, e todos os ilusos julgam os autores portugueses, cumprindo-lhe em honra da justiça e da verdade esclarecer-lhe que a

sátira, uma das expressões mais veementes da literatura artificial, por meio da qual se manifesta o tardo pensamento dos povos que envelhecem, não é um propósito individual: é uma lei, é uma fatalidade histórica. As sociedades compõem hinos heroicos na infância, escrevem poemas épicos na mocidade, criam dramas na idade viril e fazem sátiras quando chegam a velhas. Os povos, coitados, são como a gente [...]. Ora o Brasil, meus senhores, país novo e ubérrimo de toda a seiva risonha e fecunda da infância, está no período festival do brinquedo [...]. Nós outros portugueses achamo-nos no sedentário quartel da bisca.

E eis aqui temos já fora desta primeira parte do nosso discurso, a principal razão pela qual portugueses e brasileiros teremos frequentemente o desgosto de nos não entendermos de um modo acabado.⁹⁰³

Para Ramalho Ortigão, a sátira é um direito, uma inatacável liberdade do pensamento, mas não foi sátira, propriamente, o que os autores fizeram, porque apenas quiseram rir, prosaica e honradamente. Além disso, o riso é um “elemento nativo das literaturas neolatinas, um dos característicos da nossa raça, um dos nossos meios mais poderosos de filosofia, de crítica e de análise?”⁹⁰⁴ A ironia e o gracejo não são invenções dos autores, encontraram-na nas “fontes primordiais da literatura, nos remotos seios do século XIII, nas canções de gesta, que eram a crónica do tempo balbuciada pelos menestrais”.⁹⁰⁵ Na verdade, Álvaro Lins Rego diz que para a geração de 1865, diante da decadência, nenhuma atitude de meio termo era possível, adotando uma atitude de reação, de ruído, de revolta, que muitas vezes parecia destruidora. O que estava mais perto soava-lhes a falso, propondo-se atingir o que está mais longe, que lhes parecia mais autêntico. Era impossível afastar a presença da tradição mais forte, em cultura e tudo o mais. O que fizeram Eça e os seus companheiros foi procurar a tradição verdadeira e segui-la. Repudiaram os mais próximos e escolheram ficar com os mais longínquos. O essencial era não quebrar a cadeia de fidelidade que liga as experiências de um povo com as experiências novas.⁹⁰⁶

Do ponto em que *As Farpas* se colocaram, o lado que a sociedade lhes patenteia é quase sempre o lado que ri. Por isso riem de Sua Majestade o Imperador, dos brasileiros e *brasileiros*. Os homens a

901 *Reler Eça de Queiroz. Das Farpas aos Maias, op. cit., p. 29.*

902 Cfr. *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit., p. 411.*

903 V. Anexo 3.

904 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit., p. 399.*

905 *Ibidem.*

906 Cfr. *História Literária de Eça de Queiroz, op. cit., pp. 23-25.*

quem o ridículo magoa, tornam-no odioso, mas fazem mal.⁹⁰⁷ Numa carta longa ao ministro, Ramalho explica-lhe que não é ridículo quem quer e que os tolos, os idiotas, os insignificantes e os parvos nunca poderão ser ridículos.

Por isso é ridículo o Imperador de um grande Estado que viaja com uma pequena mala e um embrulho, assim como Molière com ciúmes, Newton tomando o papa pelo anticristo, entre outros. O visconde de Castilho achou que Sua Majestade era um “Semi-Deus” e se eles entendessem que Sua Majestade era um portador de malas, a verdade estaria entre uma e outra opinião, justamente porque não existe o bom senso absoluto. Segundo Chaim Perelman, o

ridículo é aquilo que merece ser sancionado pelo riso, aquilo que E. Dupréel, em sua excelente análise, qualificou de riso de exclusão. Este é a sanção da transgressão de uma regra aceite, uma forma de condenar um comportamento excêntrico, que não se julga bastante grave ou perigoso para reprimi-lo com meios mais violentos.⁹⁰⁸

Quanto ao “panegírico” do brasileiro explanado no periódico lisbonense *O Brasil*, destinado ao império americano, que dedica uma grande folha de suplemento especial, refere Ramalho que, colocando-se como leitores do Brasil, do ponto de vista do autor do suplemento, acha-o perfeito, mas não concorda que afirme que se trata de desmentir o exposto daquele volume de *As Farpas*. Os autores não aceitam ser desmentidos pela razão que não são detratores do brasileiro nem o denigrem. Vangloria-se até de apertar a mão honrada do brasileiro hospitaleiro e operoso, porque é esse sentimento que expressa e manifestamente declararam. O periódico destina-se à rua do Ouvidor, mas *As Farpas* não se destinam a nenhuma nacionalidade, a nenhum partido, a nenhuma política, a nenhuma rua.

As Farpas de 1871-72 tiveram compreensível eco no Brasil, nomeadamente em Pernambuco. Nas cidades do Recife e de Goiana, era visível a irritação contra os portugueses ali residentes como forma de retaliação e como forma de atalhar outros problemas há muito instalados devido à sua preponderância no comércio. Naquele ano, o ambiente de Pernambuco era de franca efervescência e de alguma estabilidade económica. A escola de ensino jurídico atraía para ali os mais expressivos valores da inteligência, contribuindo para o seu florescimento social. Os filhos da terra, impulsionados pelas ideias de progresso, oriundas da Europa, fazem prosperar os centros urbanos onde divulgam doutrinas e conceitos que deixam de se ajustar aos quadros da monarquia escravista.

Dado o movimento do porto do Recife, a mecanização da indústria pelos ingleses, o quadro de expansão e de progresso da Província, quem mais beneficia são os grandes proprietários escravistas e os altos comerciantes das cidades, porque as massas da população, tanto na cidade como nas zonas rurais, sofrem de grandes males. O presidente Henrique Pereira de Lucena, num relatório da sua administração,

907 Cfr. *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., pp. 399-400.

908 Chaim Perelman, 1992, *Traité de l' Argumentation* (1996, *Tratado da argumentação*, prefácio de Fábio Ulhôa Coelho, São Paulo, Martins Fontes, trad. de Maria Ermantina Galvão), p. 233.

enviado à Assembleia Legislativa Provincial, reconhece as inúmeras dificuldades da vida, a carestia, o monopólio de certos negócios, as deficientes condições sanitárias, a especulação no comércio de retalho, que serviam de motivos para indignados editoriais e protestos na imprensa.⁹⁰⁹

Apesar de ser uma sociedade dividida, na época do Império, era uma das regiões mais desenvolvidas, formada pela aristocracia tradicional e por uma nova força económica que começava a implantar os primeiros grandes centros de indústria manufatureira, constituídos por fábricas de tecidos que começavam a utilizar o trabalho assalariado. Também culturalmente estava muito desenvolvido, sendo considerado por Sílvio Romero o centro de maior atracção do Brasil, nos últimos 40 anos do século XIX. Naqueles anos, a presença de Castro Alves, Fagundes Varela e Rui Barbosa fez elevar o prestígio da Província e dois dos maiores pernambucanos da época, Joaquim Nabuco e José Mariano Carneiro da Cunha, mal saídos da adolescência, começaram logo a atuar na vida política da Província.

A grande imprensa era abundante e atendia aos gostos mais refinados. As últimas novidades, oriundas da França e de Portugal, em matéria de literatura, demoravam menos de um mês a chegar, dado o movimento de paquetes que, para além das trocas comerciais, servia o intercâmbio cultural entre os países. Os métodos da imprensa, introduzidos por europeus, proporcionavam às artes gráficas um cunho de renovação, fazendo da imprensa daquela região, da década de 70, uma das mais expressivas do Brasil. Os jornais diários de grande tiragem eram o *Diário de Pernambuco*, o *Jornal do Recife*, *A Província*, e os periódicos de crítica de costumes *A América Ilustrada*. A venda de livros nacionais e estrangeiros processava-se em vários pontos da cidade.

Foi neste vaivém que *O Seis de Março*, jornal republicano, no dia 15 de Maio de 1872, de José Maria de Albuquerque e de Afonso de Albuquerque, se debruça sobre o que as *Farpas* vinham escrevendo sobre a viagem e a visita a Portugal, de D. Pedro. Dada a feição anti imperial do jornal, a ironia despendida pelos farpistas à visita do imperador do Brasil a Portugal foi um júbilo, noticiando com o título “As Farpas e o Snr. D. Pedro de Alcântara” que

Nunca deixarão de ter interesse para os brasileiros as notícias do que fez na Europa o nosso augusto amo e senhor, e que dalém mar nos foram transmitidas por escritores desinteressados e insuspeitos. *As Farpas* dizem-nos clara, positiva e chistosamente, como se houve em Portugal o Imperador do Brasil, sábio rei viajante que guardou sempre o mais rigoroso incógnito: ouçamos, pois, *As Farpas*.⁹¹⁰

O jornal valia-se de *As Farpas* para desmoralizar os simpatizantes da Monarquia, ridicularizando o Imperador, publicando uma a uma todas as farpas, e forjando até notícias sobre a viagem do Imperador. Na edição de 29 de Maio noticiava uma carta, chegada de Portugal, de um brasileiro para um

909 Cfr. Paulo Cavalcanti, *Eça de Queiroz, agitador no Brasil*, op. cit., p. 35.

910 Apud *idem*, p. 43.

familiar.⁹¹¹ Simultaneamente a esta agitação, dados os lucros dos fascículos, e porque ainda não havia entre Portugal e o Brasil acordo de direitos autorais, *As Farpas* são publicadas clandestinamente, em volume, sendo a publicação anunciada no *Diário de Pernambuco*, na edição de 20 de Maio.⁹¹² Na tipografia do Jornal do Recife, Manuel Rodrigues Pinheiro, pernambucano adepto da república, editou a obra por sua conta, plagiando o título, para ser mais chamativo. Fora das páginas da imprensa são também publicados livros e folhetins, como *Os Farpões*, publicados por José Soares Pinto Coreia, que não primavam por muita originalidade, mas têm muito sucesso em Pernambuco, conseguindo alcançar os seus objetivos, que é revoltar toda a população do Recife contra os portugueses que ali vivem. Outras publicações juntam-se ao conflito como *A América Ilustrada*, que censura jocosamente contra tudo o que é português.⁹¹³

Mas nesta mesma altura, era também dado a conhecer aos leitores a obra *Viagem dos Imperadores do Brasil em Portugal*, noticiado pelo jornal *O Liberal* que, dando a notícia, defendia o Monarca e afirmava que *As Farpas* não tiveram em Portugal um só eco, até porque, sendo Portugal um povo hospitaleiro acolheu o ilustre viajante, primeiro cidadão de um país amigo como nenhum outro⁹¹⁴, o que reforça a tese que a obra foi um pretexto para fazer ajustes de contas sobre problemas antigos.

A vaga de indignação que se gera naquela região, testemunhada pelos jornais, clubes, academias, ruas, casas particulares, que fazia lembrar “os tempos já remotos da guerra dos Mascates, no século XVIII, quando, aos gritos de mata marinheiro! explodiu uma verdadeira caçada contra os filhos da «Mãe-Pátria».”⁹¹⁵ Desde a expulsão dos holandeses, no século XVII, passando pela guerra dos Mascates, pela Confederação do Equador e pela Revolução Praieira, os goianeses levam bandeira à frente no movimento de emancipação nacional. Esse sentimento de intolerância contra Portugal e contra os portugueses, se não era de aberta hostilidade era pelo menos latente já desde os tempos coloniais. Pedro Calmon relata que se trata de uma “desforra”, referindo-se ao descontentamento perante a presença do elemento luso que as *Farpas* foram atear.⁹¹⁶ Sempre que algo menos simpático acontecia, como a “guerra dos chouriços”, era uma oportunidade para levantar protestos contra a Mãe-Pátria e

911 Referia-se esta carta às várias publicações ridicularizando o “nosso *sábio e magnânimo* monarca, que faz por aqui tristíssima figura e enojou a toda a gente com seus ademanos democráticos, do mais porco dos viajantes. Ninguém afiança tê-lo visto de camisa lavada. Os antiquários dizem que ele saiu ao avô. [...] Gostava do rosário e do breviário, como o imperial neto gosta do hebraico e da orelheira de porco. Há pois relatividade entre ambos, o que vem confirmar a teoria sobre o princípio das raças. Um é o D. João VI antigo, fradesco e gastrónomo, o outro é o D. João VI contemporâneo, científico e constitucional. *Mutatis mutandis* é dar-lhe na cabeça, ou na cabeça dar-lhe; [...]” *Apud* Paulo Cavalcanti, *Eça de Queiroz, agitador no Brasil*, *op. cit.*, p. 44.

912 Lia-se nesta notícia que “Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz – *As Farpas* – Fastos da Peregrinação de S. M. Imperador do Brasil pela Europa. Edição brasileira, com um prólogo, 600 réis. Escrita em estilo picante e mordaz, este livrinho toma-se recomendável aos brasileiros-portugueses e portugueses-brasileiros. Vende-se nas principais livrarias desta cidade.” *Apud idem*, p. 47.

913 Cfr. *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz*, *op. cit.*, pp. 87-90.

914 Cfr. Paulo Cavalcanti, *Eça de Queiroz, agitador no Brasil*, *op. cit.*, p. 48.

915 Heitor Lyra, *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz*, *op. cit.*, 85.

916 *História Social do Brasil, Espírito da Sociedade Imperial*, S. Paulo, Livraria Martins Fontes, 2002, pp.10-11.

contra os seus irmãos portugueses, chegando a colocar em perigo as relações institucionais entre os dois países.⁹¹⁷ Pedro Ribeiro Menezes dá conta dessas relações entre brasileiros e portugueses numa perspectiva sociológica e mostra um Brasil descontente com a presença dos portugueses, porque o país precisava de mão de obra para a agricultura, para a substituição do trabalho servil, mas eles teimavam em colocar-se no comércio, como no passado recente, a atividade mais cobiçada por todos.⁹¹⁸

É neste ambiente que explode uma revolta contra o elemento luso em Goiana, a mais nativista das cidades pernambucanas, próxima do Recife. Os tumultos começaram nos últimos dias de julho, de 1872, após um banquete seguido de um passeio pelas principais ruas da cidade, quando um patriota proferiu um discurso onde se referia aos ataques aos brasileiros lançados pelas *Farpas* e uma carta enviada de Lisboa, “por um tal Honório Pinto Carreira” a José Soares, da qual apenas transcrevia alguns excertos, dado o teor, esclarecia. A população exalta-se, então, contra o elemento luso, dado monopolizarem o comércio em detrimento dos nacionais. Durante vários dias o comércio esteve parado e os portugueses em casa sob a proteção de autoridades e de amigos, já que os ânimos continuavam exaltados e os patriotas preparavam-se para “surrar a galegada” à primeira oportunidade que tivessem para atacar os lusos.⁹¹⁹

Quando Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão sabem, em Lisboa, dos acontecimentos de Pernambuco, reagem em carta aberta ao presidente da Província, acusando-os de barbaridade, sem inteligência, sem polícia, disputando à violência sacos de arroz. Não eram *As Farpas* que dividiam os brasileiros e os portugueses, mas sim o desentendimento e a repulsa que provinha dos interesses materiais contrariados. Tratava-se de dinheiro e de proveitos, já que os brasileiros se sentiam prejudicados com a concorrência do comércio português, a proteção que uns davam aos outros e também a preferência que lhe é dada por serem trabalhadores, por se sujeitarem a trabalhos e horários que os brasileiros não aceitavam.

Para os autores, a grande questão era saber se foi, realmente, o volume de *As Farpas*, “cem páginas de prosa humorística”, que fora “de repente, sem precedentes, de repelão – erguer num levantamento geral de vontades, com a força de uma insurreição – o espírito de uma província inteira! para que nós enfim, depois de quarenta séculos de história, possamos afirmar a possibilidade deste facto – três tiras de folhetim levantando um povo!”⁹²⁰

No século XIX, o antilusitanismo era uma realidade, uma prova de indignação e de descontentamento pela forma privilegiada como muitos portugueses chegavam ao país e ali

917 Cfr. *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz*, op. cit., pp. 96-97.

918 V. “As relações entre Portugal e o Brasil – uma perspectiva pessoal”. *Via atlântica* n. 1 mar. 1997. Disponível em <URL: http://www.fflch.usp.br/dlc/posgraduacao/ecl/pdf/via01/via01_03.pdf>. (Consultado a 9 de setembro de 2012).

919 Cfr. Heitor LYRA, *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz*, op. cit., p. 99.

920 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 506.

prosperavam, para regressarem à terra o mais rápido possível, razão por que Eduardo Lourenço afirma que os textos de “antiportuguesismo militante” davam para fazer uma antologia de milhares de páginas.⁹²¹

Ao fazermos uma resenha sobre a questão do antilusitanismo no Brasil, devemos recordar que havia quem reconhecesse que ambos os países atravessavam sérias dificuldades, tal como se pode ler na *Revista do Arquivo Público Mineiro*:

Não há que negar, e explicitamente confessou eminente escritor português, que os atos de nossa história colonial constituirão sempre o sistema de uma exploração egoísta, por vezes depredadora; e não raro, acrescentaremos, revoltantemente cruel. Não obstante, como observa ainda Oliveira Martins, se podemos e devemos criticar e lamentar que a administração portuguesa fosse má, em caso idêntico, estão os Portugueses, pois não foi melhor a administração metropolitana. O mal era da essência do próprio regime dominante. Não iremos por isso renegar a nossa história e a nossa ascendência, nem decretar o ódio aos nossos maiores, erigindo-o em base de patriotismo.⁹²²

Segundo Miguel Monteiro, D. Pedro I, no discurso da Sessão de Instalação da 1.^a Constituinte brasileira, é o porta-voz da conflitualidade ao afirmar que “O Brasil, que por espaço de trezentos anos sofreu o indigno nome de Colónia, e igualmente todos os males provenientes do sistema destruidor então adotado, logo que o Sr. D. João VI, rei de Portugal e Algarve, meu augusto pai, o elevou à categoria de Reino, pelo Decreto de Dezembro de 1815, exaltou de prazer, e Portugal bramiu de raiva, tremeu de medo.”⁹²³

Neste contexto, o antilusitanismo pode ser entendido como um conjunto de ações que têm início no período colonial, a partir do século XVII, marcadas por conflitos entre brasileiros e portugueses, em vários pontos do território, cujo lema principal é o amor à terra e a exploração que Portugal fazia do povo brasileiro. Segundo Ricardo Luiz de Souza, o antilusitanismo propaga-se em diferentes sectores, travando uma batalha com várias frentes, sentido principalmente nas cidades. A situação política é uma dessas frentes que abre caminho, posteriormente, para a económica, a social, a literária e a jornalística. Como salienta N. de G. Monteiro “foi a partir da morte de Pedro I e da Maioridade que as campanhas nacionalistas antilusitanas se deslocaram do terreno propriamente político para o económico, o social, o literário e o jornalístico”.⁹²⁴ É no seio do antilusitanismo que se formam determinados estereótipos, como o “galego”, o “caixeiro”, o “marinheiro”, entre outros, que indiciavam que o português deveria ir

921 V. *A Nau de Ícaro*, 2.^a ed., Lisboa, Gradiva, 1999.

922 J. P. Xavier da Veiga, (direção e redação), “Palavras Preliminares”, in *Revista do Arquivo Publico Mineiro*, Fascículo 1.º, Janeiro a Março de 1896, Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1896, p. IV.

923 *Apud* “Emigrantes e «Brasileiros» - Contextos e Perspetivas”, in *Migrantes, Emigrantes e Brasileiros (1834 – 1926) – territórios, itinerários e trajetórias*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1996, p. 7.

924 Norma. de G. Monteiro, *Imigração e colonização em Minas*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1973, p. 142.

para a sua terra. Da leitura de vários textos e obras de literatura publicados, deduzimos que os estereótipos criados acerca dos portugueses estão relacionados com o antilusitanismo.

Segundo João Chagas, no Brasil, queria exterminar-se o “portuguesismo”, porque era considerado o principal obstáculo ao desenvolvimento nacional, dados os problemas relativos às “propriedades” e ao “comércio”⁹²⁵, razão pela qual considerava a emigração portuguesa para aquele país um mal, que tinha origem em erros, aconselhando-se a raça portuguesa a “ficar em casa” e a “cuidar da casa”.⁹²⁶ Para o autor, ao enviar emigrantes para o Brasil, “Portugal não prescinde simplesmente de braços úteis”, mas “prescinde de cidadãos”, indo ao encontro da ideia que se estava a debater entre os intelectuais das décadas anteriores.⁹²⁷ Também Silva Pinto, em *Notas de Viagem*, relata a perseguição a alguns portugueses que levaram ao Mundo Novo “o trabalho do nosso espírito – o mais sagrado de todos”, e a forma como foram tratados. Entre muitos, cita Raphael Bordallo Pinheiro, caricaturista, Justiniano Nobre de Faria, ator, e destaca a ação de Domingos Percheiro, escritor que se dedicou à propaganda contra a emigração, informando e esclarecendo os portugueses sobre os infortúnios em que os seus conterrâneos estiveram envolvidos no Pará, na década de 70 do século XIX.⁹²⁸

Segundo Ismênia Lima Martins, o antilusitanismo não pode ser visto independentemente das qualidades dos portugueses para o trabalho, do seu empreendedorismo, da dedicação às tarefas propostas, do patrão, quer fosse o parente, o vizinho, o amigo, que o acolheram ainda jovem quando da sua chegada ao Brasil. Embora originários dos campos, os imigrantes portugueses preferiam as cidades e a atividade de eleição era o comércio, sendo preferidos em relação aos nativos, considerados preguiçosos e pouco trabalhadores.⁹²⁹ Deve dizer-se que a dedicação ao trabalho era em grande parte criada pela atracção exercida pelos que já lá estavam e pelos regressados ricos, que alimentou o sonho da maioria dos que partiram.⁹³⁰

O antilusitanismo foi uma constante na sociedade brasileira, ao longo de várias décadas, expressando-se de forma diferenciada consoante os sectores de dominação dos portugueses. A necessidade de ruptura com o passado colonial abre várias frentes de batalha com especial incidência no campo económico. Neste domínio, esses episódios já se vinham sentindo desde há muito, mas acentuam-se após a Independência. No período regencial, o antilusitanismo muda de rumo, dado que foi a partir da morte de D. Pedro I que as campanhas nacionalistas se deslocaram do terreno propriamente

925 João Chagas, *De Bond, Alguns Aspectos da Civilização Brasileira*, Lisboa, Livraria Moderna, 1897, p. 149.

926 *Idem*, p. 126

927 *Idem*, p. 139

928 *No Brazil, Notas de Viagem*, Porto, Typographia de António José da Silva Teixeira, 1879, pp. 13-29.

929 V. *Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos*, Rio de Janeiro, Edições Muiraquita, 2006.

930 No Brasil, há uma produção académica imensa sobre as questões do trabalho que ao longo do século despertaram o antilusitanismo, tal como defende Eduardo Lourenço. Gladys Sabina Ribeiro, Fabiane Popinigis, Lenira Menezes Martinho, Lená Medeiros Menezes, Eulália Lahmeyer Lobo, Lúcia Lippi Oliveira, Ricardo Luiz Sousa, Carla Oliveira, Roberta Pedroso Triches, entre muitos outros, têm estudos esclarecedores sobre o assunto.

político para o económico, social, literário e jornalístico. Dado o ambiente pesado que se vivia, bastava uma contenda entre elementos das duas nacionalidades para que as massas se envolvessem nos ajustes de contas, numa época em que a polícia actuava de ânimo leve em relação aos portugueses, de modo que quase sempre saíam vitoriosos.

IV. 2 – Retratos aproximados

Eça de Queiroz dedica uma parte significativa dos seus escritos à emigração, estudando-a desde os escritos iniciais, em publicações na imprensa, à correspondência, nomeadamente à consular, aos seus escritos mais requintados, na obra literária, podendo encontrar-se grande variedade de migrantes na sua obra. Se Elza Miné defende que a escrita ficcional é interdependente da jornalística, mostrando a importância dos textos de imprensa na obra ficcional do escritor⁹³¹, não menos importante é encontrar na sua arte retratos da experiência vivida que permeia a correspondência. Na verdade, toda a obra não ficcional é reveladora de sensibilidade e de eficácia literária, de modo que a análise desses textos ajuda a compreender a ficção. Tratam-se de escritas diferentes, de maturidades intelectuais diversas, de circunstâncias diversas, todas elas confluentes para a compreensão de um tema ainda por estudar na sua obra. A forma como aborda o assunto não pode ser descurada da sua história de vida, de família, do percurso de vida profissional, das convicções sociais e políticas acerca de Portugal, sendo importante ter presente a história do seu nascimento, da sua infância, da sua juventude e o percurso da idade adulta, já relatada pelos biógrafos, para que se possam compreender as mudanças que foram ocorrendo na sua forma de pensar e na sua escrita.

Segundo António Cabral, desde a fase de estudante, em Coimbra, à sua passagem pelos vários consulados, há toda uma obra que se constrói a partir da realidade, mas que é vista sob diferentes olhares. A pátria é um tema que percorre toda a escrita, num diálogo entre a indignação e a atração, não para a destruir, mas para a fazer melhor, ideal que nem todos os intelectuais da sua geração aplaudiram. Para este crítico, às diferentes fases da vida correspondem vários períodos literários que, muito sinteticamente, se podem reduzir a duas: de revolucionário a reconstrutivo.⁹³² Também Massaud Moisés considera importante acompanhar o ideário estético do escritor, a par das preocupações de ordem sociológica,

931 V. *Páginas Flutuantes, Eça de Queirós e o Jornalismo do Século XIX*, São Paulo, Ateliê Editorial, 2000.

932 Para António Cabral, enquanto no “primeiro, Eça foi o fulminador implacável, o obreiro persistente que pôs ombros à empresa de espatifar a nossa velha e deteriorada carcaça social, em que, com tino e educação e ensinamento, havia muito de aproveitável. No segundo, vendo os danos que causara e sufocado pelo pó levantado das ruínas que fizera, reconhecendo que os resultados perniciosos da sua obra tinham ido além dos nobres intuitos que guiavam a sua ação, pretendeu arrepiar caminho e reconstruir o que derrubara, erguer e recompor o desmantelado edifício que ajudara a aluir. Era tarde!” *Eça de Queiroz, op. cit.*, p. 200.

política e filosófica, já que este percurso pode contribuir para melhorar a avaliação da sua obra e do seu pensamento. Eça percorreu três fases ao longo da sua trajetória literária: a primeira corresponde aos folhetins reunidos em *Prosas Bárbaras*, assinalando o gosto pelo romantismo de Heine e de Nerval, entre outros; a segunda corresponde à adesão à “Ideia Nova”, ao Realismo defendido pela sua geração, de que são exemplo *O Primo Basílio* e *O Crime do Padre Amaro*, entre 1870 e 1888, e na fase final da sua vida retornará aos valores estéticos da formação inicial. Para Massaud Moisés, este traçado é “demasiado esquemático”, mas ajuda a clarificar o modo como se deu a evolução das ideias do escritor, análise que poderá aclarar a sua obra ficcional nas três modalidades fundamentais que assumiu entre 1865 e 1900.⁹³³

De qualquer forma, a sua relação com o romantismo é demasiado importante para não ser referida. Segundo Carlos Reis, essa relação pode ser equacionada em vários planos, suscetíveis de se relacionarem entre si, como o da formação pessoal, criação literária, e da reflexão doutrinária. Se é uma presença na sua vida de estudante, em Coimbra, sob influência de Antero, a partir de 1871, das *Conferências do Casino* e da publicação de *As Farpas* prepara-se para fazer daquele género um dos alvos preferenciais da sua militância realista e naturalista.⁹³⁴

As Farpas são um testemunho eloquente da atitude anti romântica que lança temas fundamentais da ficção subsequente, como a educação, o carácter dissolvente do teatro e da novelística, a retórica sentimentalista, glosados e estigmatizados em nome de uma conceção pedagógica e interventiva da literatura. Com *O Primo Basílio*⁹³⁵, em 1878, refina-se essa preocupação que se fraciona em várias manifestações, ao retratar cenas da vida lisboeta que tanto criticara em *As Farpas*. Se até certa altura critica o romantismo, em prol do realismo, à medida que o naturalismo se vai desgastando ressurgem em Eça seduções românticas. Certos textos de reflexão doutrinária dos anos 80 evidenciam um quadro ideológico-cultural eminentemente eclético, como uma carta-prefácio de 1884, escrita para uma projetada tradução francesa de *O Mandarim*, em 1880, mas apenas publicada em 1907. Este texto alicerça-se no temperamento português para pôr em causa a disciplina analista e experimental imposta pela estética naturalista, fazendo a reabilitação “da fantasia, do sonho, do devaneio e mesmo do exotismo oriental; de tudo isso e também do diabo, ainda que apresentado agora com a gravidade burguesa que a sobrecasaca lhe incute”.⁹³⁶ Em *Os Maias*, publicados em 1888, mostra que o romantismo continua a ser uma presença incontornável e que não é possível definir uma atitude unívoca e irrevogável na sua escrita

933 Cfr. “Ideário estético de E. Q.”, in *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, A. Campos Matos (organização e coordenação), *op. cit.*, p. 323.

934 Cfr. “José Maria Eça de Queirós e o Romantismo”, in *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Helena Carvalhão Buescu (coordenação), *op. cit.*, p. 448.

935 Publicado em 1878, por ocasião da passagem de Eça de Queiroz por Bristol, *O Primo Basílio* é um decalque de *As Farpas*, para uns, e para outros fora esboçado no conto *O Moinho*. Cfr. António José Saraiva, *As ideias de Eça de Queirós*, *op. cit.*, p. 56.

936 “José Maria Eça de Queirós e o Romantismo”, in *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Helena Carvalhão Buescu (coordenação), *op. cit.*, p. 448.

quanto à diversidade de temas levantados por aquela estética.⁹³⁷ O subtítulo do romance, “Episódios da vida romântica”, remete mesmo para esse género que brilha nos contornos de certas personagens.

Enquanto Camilo Castelo Branco valorizara a arte pela arte, criara tipos, pouco se importando com o homem da rua, Eça quis fazer personagens reais para criticar a sociedade portuguesa, rindo, embora o “povo” seja retratado ao de leve, mas não completamente ignorada, tal como defende António José Saraiva.⁹³⁸ O *brasileiro* camiliano, criado a partir da imaginação, sob influência de Balzac e dos seus homens do dinheiro, e também por “raiva” a Pinheiro Alves, é um desses tipos de que se quer afastar, começando-o a debater a partir de *As Farpas*, a par de outros, constituindo no seu conjunto as “gentes” de Portugal. Nesta altura, dado ser um tempo de mudança, propõe uma alteração de paradigma, já que o modelo romântico entrara em fase de desgaste, de modo que, segundo Lucette Petit, o

Realismo, para o autor português, é uma panaceia: vai permitir-lhe libertar-se de todos os rancores acumulados contra uma sociedade que fez dele um bastardo. Já que a nova maneira é a de mostrar para educar, Eça far-nos-á ver um clero insalubre e perigoso pondo assim em guarda as pessoas demasiado crédulas contra as suas nefastas pressões. Eis o tema do primeiro romance. Em seguida, n’ *O Primo Basílio*, vai denunciar a educação desastrosa das raparigas que só poderá conduzi-las a uma queda irreparável, até mesmo à morte. O Realismo oferece o modelo perfeitamente adaptado às aspirações do autor, que dele se afastará à medida que a sua arte ganha autenticidade.⁹³⁹

Esta autora considera que o modelo proposto pelos grandes mestres franceses, de que Eça se confessa discípulo, é o de uma escola revolucionária:

«O que queremos nós com o realismo? Queremos fazer a fotografia, ia quase dizer a caricatura do velho mundo burguês, sentimental, devoto, católico, explorador, aristocrático, etc. e apontando-o ao escárnio, à gargalhada, ao desprezo do mundo moderno e democrático, preparar a sua ruína. Uma arte que tem este fim [...] é um auxiliar poderoso da ciência revolucionária.»⁹⁴⁰

Enquanto Guilhermino Cesar defende que o realismo acabou com o tipo, sustentando que o “mestre do Realismo, com um largo público no Brasil, tendo posto o «brasileiro» sob a sua proteção, como que envolveu o tipo numa couraça impenetrável”⁹⁴¹, segundo Joel Serrão, a emigração para o Brasil gerou tipos de emigrante que, em vez de se estereotiparem, sofrem mutações propiciadas pelas variações contemporâneas do fenómeno⁹⁴², numa época profundamente marcada por uma forte emigração portuguesa para a antiga colónia sul-americana, dada a situação política e económico-social de Portugal e do Brasil. Para este autor, “se a emigração portuguesa é fenómeno histórico de natureza estrutural, encontraremos também, direta ou indiretamente, mediata ou imediatamente, as suas marcas na

937 Cfr. *op. cit.*, p. 449.

938 Cfr. *As ideias de Eça de Queirós*, *op. cit.*, 120.

939 “Eça e Machado de Assis. Adesão ou Libertação Perante o Modelo Realista”, in *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, A. Campos Matos (organização e coordenação), *op. cit.*, p. 180.

940 *Idem*, p. 179.

941 *O «Brasileiro» na Ficção Portuguesa*, *op. cit.*, p. 113.

942 *A Emigração Portuguesa*, *op. cit.*, p. 179.

tarifa *sui generis* dos escritores e dos artistas”⁹⁴³, fazendo uma retrospectiva do antepassado do *brasileiro*, desde o século XVIII, em Correia Garção e Filinto Elísio, ao século XX, em Miguel Torga.

Para o historiador, Camilo desprezou o *brasileiro*, criara-o com a sua imaginação, sob influência de Balzac e dos seus homens do dinheiro e por raiva a Pinheiro Alves, considerando-o uma espécie de excrescência incómoda numa sociedade rotineiramente agrícola e patriarcal, sendo reabilitado por Luís de Magalhães, em *O Brasileiro Soares*, em 1886, tornado personagem de índole picaresca por Aquilino Ribeiro, em *Mina de Diamantes*, em 1958, cabendo a Ferreira de Castro o mérito de encará-lo, pela primeira vez, na pele do emigrante expulso da sua terra natal pelos apertados horizontes da miséria, em *Os Emigrantes*, em 1928, e *A Selva*, em 1930, e a Miguel Torga, a mais funda inquirição acerca de “O drama do emigrante português”, em 1955.⁹⁴⁴

Na verdade, a obra de Eça de Queiroz não mostra um tipo, como o fizera o romantismo literário português, dado que a sua grande preocupação é a realidade, tal como a sente e a observa, é uma crítica ao espírito burguês, ao burguês improdutivo, retratado na ficção camiliana, um tipo restrito de emigrante. No entanto, a crítica que perpassa nas suas obras, disseminada em personagens que tenham emigrado ou não, pode aproximá-lo dessa tendência. Em todos os casos, não nos cumpre avaliar o valor literário das obras, mas o valor dos retratos, a sua variedade, e o encontro com o real. Embora a maioria dessas personagens, desde a jornalística à literária, se mova mais em ambiente citadino do que rural, dado ter sido o seu, o que conhece, prova que é capaz de intervir artisticamente tanto nuns como noutros, já que o seu objetivo é mostrar Portugal, contribuir para castigar defeitos e enobrecer qualidades, quando as há, e, sobretudo, fazer obra de arte.

Segundo Carlos Reis e Ana Cristina Lopes, o tipo é uma subcategoria da personagem, que não se circunscreve à vertente histórico-social⁹⁴⁵, de acordo com a conceção lukácsiana, mas é, de facto, predominantemente “tipo social” em determinados períodos artísticos, como o romantismo ou o realismo, podendo dizer-se que o burguês, o capitalista, o jornalista, o proletário, entre outros, revelam uma certa capacidade de movimentação diatópica, mas quando se trata de um tipo psicológico, por exemplo, o avaro, o ambicioso, o fanfarrão, a sua circulação é também diacrónica, não dependendo necessariamente do concreto, de cenários ideológico-sociais precisos, mas também não lhe é completamente indiferente. Para os autores, o tipo

943 *A Emigração Portuguesa, op. cit.*, p. 178.

944 Cfr. *ibidem*.

945 Segundo Carlos Reis, para Lukács, “O tipo, segundo o carácter e a situação, é uma síntese original que reúne organicamente o universal e o particular. O tipo não o é graças ao seu carácter médio, mas o simples carácter individual – qualquer que seja a sua profundidade – não basta também; pelo contrário, ele torna-se tipo porque nele convergem e reencontram-se todos os elementos determinantes, humana e socialmente essenciais, de um período histórico, porque criando tipos mostram-se esses elementos no seu grau mais alto de desenvolvimento, na revelação extrema dos extremos que concretiza ao mesmo tempo o cume e os limites da totalidade do homem e do período”. *Apud* Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes, *Dicionário de Narratologia*, 7.ª edição, Coimbra, Livraria Almedina, 2002, p. 411.

pode ser entendido como uma personagem-síntese entre o individual e o coletivo, entre o concreto e o abstrato, tendo em vista o intuito de ilustrar de uma forma representativa certas dominantes (profissionais, psicológicas, culturais, económicas, etc.) do universo diegético em que se desenrola a ação, em conexão estreita com o mundo real com que estabelece uma relação de índole mimética; [...]”⁹⁴⁶

Segundo João Chorão, o *brasileiro* foi caricaturado por Camilo e por Eça em movimentos divergentes: ou seja, Camilo viveu num tempo romântico sem o ser completamente, evidenciando essa atitude mais para o fim da vida, e Eça andou entre o romantismo e o realismo. Para este autor, enquanto Camilo é romântico por geração e por temperamento, Eça chegou desenvolto à literatura, lamentando o facto de ter de ceder às exigências do editor.⁹⁴⁷ No entanto, para António José Saraiva, Eça de Queiroz distingue-se por mostrar Portugal através das suas personagens que apresenta como “tipos-resultado” e não como “heróis”⁹⁴⁸, porque, na verdade, elas circulam na paisagem da obra literária, embora pudessem ser vistas a circular na paisagem quotidiana.

A verdadeira grandeza do escritor, para Humberto Braga, reside na transcendência do histórico. Se é verdade que a sua produção literária está longe do universo balzaquiano, também seria injusto “desdenhar-lhe a magnitude, cingindo-a nos limites do pitoresco, do anedótico ou do caricatural”.⁹⁴⁹ Para este autor, todo o “escritor, pensador ou artista, só pode ser compreendido num determinado contexto histórico. Todavia, se a sua obra deve necessariamente refletir as condições do seu tempo e do seu meio social, a sua grandeza reside precisamente na superação desse condicionamento para inserir-se no nóculo da problemática humana geral”.⁹⁵⁰ Eça de Queiroz fez mais do que transpor para a sua obra, à luz do processo realista, as figuras típicas da vida portuguesa do seu tempo, sobretudo da lisboeta. Nas suas personagens, “trabalhadas por vezes com finas pinceladas caricaturais, há verdadeiros resumos da alma humana, espécies de concentração de muitas figuras vivas”.⁹⁵¹

A novidade do seu estilo reside, precisamente, na relação de proximidade dos retratos com o real, com o que pensa de Portugal e de outras nações, nomeadamente com a América, quer seja a América do

946 Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes, *Dicionário de Narratologia*, op. cit., p. 411.

947 Segundo Chorão, por “grandes que sejam, em certos aspetos, os méritos de histórias da literatura, nem sempre elas dão, dos autores, das obras, dos movimentos, a perspetiva mais correta. Na sua pretensa «objetividade», repetem velhos clichés ou teimam em lugares-comuns. [...] Na literatura portuguesa também não faltam casos de dissonância entre juízos comuns e a iniludível lição dos textos. Um dos casos mais flagrantes é o de Camilo Castelo Branco e E. Q., para sempre (!) catalogados um como romântico, outro como realista. Quem, ao que parece, tem o mau hábito de ler os livros pelos seus próprios olhos e não por lentes alheias, quem, por outro lado, conhece *in loco*, graças à geografia literária, lugares que esses escritores descrevem, com traços rápidos, mas precisos Camilo, repousada e deliciosamente Eça, verifica, não sem surpresa, que os papeis se invertem. O romântico Camilo aparece, não raro, como realista, e como romântico o realista Eça.” João Bigotte Chorão, “Camilo Castelo Branco, Eça Romântico, Camilo Realista”, in *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, A. Campos Matos (organização e coordenação), op. cit., p. 78.

948 Cfr. *As ideias de Eça de Queirós*, op. cit., p. 113

949 “Prefácio”, in *Eça de Queiroz Dicionário Biográfico dos seus Personagens*, Albano Pereira Catton, pref. de Humberto Braga, s.l., Editora Dorsoi, 19-, p. 9.

950 *Ibidem*.

951 *Idem*, p. 11.

Sul, a América Central ou a América do Norte, bem como as alterações sucessivas que vão surgindo a que, tanto as suas viagens, a atividade diplomática e os amigos que encontra ao longo da vida não são indiferentes. Se a época de Eça de Queiroz é marcada por uma forte emigração portuguesa para a América, dada a situação política e económico-social de Portugal, a nobreza do escritor, o seu amor ao país, impele-o a registar esses movimentos do povo português e mostrá-los aos leitores, já que, conforme Humberto Braga, pela forma como trabalha as personagens, tem-se a impressão que “as encontramos, não apenas em Lisboa, mas por todo o mundo, principalmente no Brasil”.⁹⁵²

Segundo António José Saraiva, se o homem é produto do meio, se é função do grupo social, se analisarmos, por exemplo, a posição de Carlos, de Fradique, de Jacinto, de Ramires, nenhuma destas personagens pertence a um grupo. Carlos abandona Portugal porque não se sente bem no meio português. Fradique, em Portugal, é um desfrutador em viagem. Jacinto está ligado a Portugal pelo rendimento das suas quintas que todos os anos lhe é entregue pontualmente em Paris. Ramires tem uma raça diferente da dos seus interlocutores, já que vive fechado, monologando na sua torre, não resistindo a embarcar para África. Qualquer destas personagens está desintegrada do seu grupo social português, vive, em regra, fora de Portugal, dado que o seu cosmopolitismo significa “insulação”.⁹⁵³

Em relação a brasileiros, cidadãos do Brasil, Heitor Lyra diz que, na obra ficcional, há poucas personagens ligadas ao Brasil e que há apenas um brasileiro, que é Castro Gomes de *Os Maias*, e Paulo Cavalcanti afirma que mal os tratou. No entanto, respondendo a Lyra, ainda antes de *Os Maias*, em *A Tragédia da Rua das Flores*, Eça retrata o Gomes Brasileiro, considerado por alguns críticos como um “rascunho” de Castro Gomes, estando ligado ao destino de Genevova como aquele ao destino de Maria Eduarda. Das personagens ligadas ao Brasil, Lyra identifica Paulo Lobrinski, “diplomata silencioso e vago”, que pertencera ao regimento das “Guardas Imperiais”, o marido de Madame Jouarre, citado nas “Cartas de Fradique Mendes”, que morreu em Paris, ainda moço, de uma longa anemia.⁹⁵⁴ Segundo Fradique Mendes, era “um diplomata que estudava e praticava sobretudo os *menus* e os *cotillons*. Tendo tido uma carreira subalterna e lenta, durante seis anos «jazera no Rio de Janeiro, entre os arvoredos de Petrópolis, como Secretário, esperando uma Legação na Europa, numa capital mundana, culta e sem bananeiras»”⁹⁵⁵, dando da personagem, um diplomata, profissão a que era tão sensível, um carácter negativo, face aos valores professados pelo narrador.

Lyra alude também ao comendador Peres Carvalho, embora refira que é Cardoso, que é um *brasileiro*, de Cinfaes, ainda que Eça de Queiroz não o designe como tal. Deixou o seu testamento a

952 “Prefácio”, in *Eça de Queiroz Dicionário Biográfico dos seus Personagens*, Albano Pereira Catton, pref. de Humberto Braga, p.11.

953 Cfr. *As ideias de Eça de Queirós*, op. cit., p. 145.

954 Cfr. *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz*, op. cit., p. 256.

955 *Ibidem*.

literatos portugueses, valorizando a arte e o papel do artista no meio intelectual, social e político, indo ao encontro do ideal eciano, quando afirma, como Horácio⁹⁵⁶, que um soneto pode salvar uma nação do esquecimento. O comendador Peres, que partira cedo de terras portuguesas para a América, onde enriquecera, doa grande parte da sua fortuna a literatos, em testamento, a qualquer escritor que fizesse cortejo ao seu caixão. Segundo Eça, foi o primeiro Mecenas que apareceu em Portugal. Nunca ninguém deu nada para a cultura a não ser D. Pedro II, que dava do seu próprio bolso.⁹⁵⁷ No entanto, tal como conta Guerra da Cal, esta “notícia”, publicada no dia 1 de abril, de 1883, na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, era uma “patranha”, lindamente confeccionada, uma vez que o comendador não podia morrer porque nunca tivera uma existência real. Tratava-se de uma brincadeira do “Dia das mentiras”, explicava a própria *Gazeta*.⁹⁵⁸ No entanto, encontra em vida e na realidade um destes mecenas, em Paris, o Dr. Alves Ferreira, que oferece um prémio de 20:000 francos a três dos principais e mais meritórios expositores da Secção Portuguesa, da Exposição Universal que então se estava a realizar, entre eles Rafael Bordalo Pinheiro. Por ironia do destino, Eça acabaria por dedicar bastante tempo a esta questão, já que, enquanto aguardava a cerimónia solene de entrega dos prémios, o *brasileiro* morreu subitamente no quarto do hotel.⁹⁵⁹

Para Lyra, além daquelas personagens, há os portugueses que em Portugal são chamados *brasileiros*, isto é, que nasceram em terra lusitana, “passam-se” para o Brasil, onde florescem e se tornam homens ricos, comendadores ou viscondes, depois do que retornam à santa terrinha, destacando Basílio, de *O Primo Basílio*, e o Pinho brasileiro, que retrata em *A Correspondência de Fradique Mendes*, considerando-os diferentes. Segundo o autor, as outras personagens criadas por Eça, ou são portuguesas ou estrangeiras, entre as quais não se pode, naturalmente, incluir os Brasileiros, já que nunca foram considerados como tais em Portugal, dizia com alguma tristeza na expressão.

No entanto, devemos referir que há vários brasileiros e *brasileiros* espalhados pela totalidade da sua obra, artística e profissional, ao longo da sua vida, uns como personagens, outros reais. Tal como afirma Maria Eça de Queirós, no prefácio da obra de Heitor Lyra que temos mencionado, referindo-se aos brasileiros que sempre conviveram com o pai e com a família, dos quais de destaca Eduardo Prado, os brasileiros são uma presença importante na obra literária, uns de papel mais relevante do que outros, dadas as relações com personagens portuguesas.

Na obra literária não são personagens principais, mas secundárias, mostrando os portugueses enriquecidos no Brasil com elevado poder de compra, já que adquirem as propriedades dos nobres

956 65 a.C.

957 Cfr. *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz*, op. cit., pp. 258-260.

958 «“Testamento de Mecenas”, (História do Manuscrito de uma crónica póstuma de Eça de Queiroz)», *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXXVII, Coimbra, 1992, p. 372.

959 Cfr. *Correspondência Consular*, Edição de Alan Feeland, op. cit., pp. 119-120.

portugueses, que entretanto deixaram de as conseguir manter, ou, então, que aparecem em eventos culturais ou desportivos, ou mesmo no dia a dia, colocando-os numa posição de certa superioridade em relação aos portugueses e às coisas de Portugal, uma vez que uns fazem comentários com certo desdém e troça, e outros são preferidos por mulheres de Lisboa para casar, tal como relatara em *As Farpas*.

Como explica Carlos Reis e Ana Cristina Lopes, o tipo pode corresponder a uma personagem plana⁹⁶⁰, na medida em que se refira a entidades suscetíveis de identificação fácil e de reconhecimento imediato nos relatos, mas, por outro lado, pode também desempenhar uma função afim da do figurante, sempre que seja diminuta a sua intervenção na ação e quando a sua representação obedece a motivações críticas de certos períodos literários, como o realismo, naturalismo ou neo realismo, em que o tipo pode ser encarado como componente do espaço, mais do que uma personagem propriamente dita.⁹⁶¹ Para estes autores o figurante pode considerar-se uma subcategoria, na medida em que constitui uma personagem, em princípio, irrelevante para a ação, embora essa passividade possa não se verificar, quando estão em causa eventos de feição social. O figurante pode mesmo revelar-se um elemento fundamental para ilustrar uma atmosfera, uma profissão, um posicionamento cultural, uma mentalidade, identificando-se, não raramente, com o tipo.⁹⁶²

Eça é considerado um criador de personagens planas, nas quais depositou o seu génio e o seu riso meridional. Um vasto número de personagens mostra caracteres difusos inseridos na cultura portuguesa e americana, nomeadamente brasileira, apresentando-as numa diversidade de ambientes, fruto da cultura vivida em vários países, a que a presença de D. Pedro II em Portugal deu inspiração, tal como referiram em *As Farpas*. No que diz respeito aos brasileiros, retira-os do Norte de Portugal, onde o romantismo situara a maior parte desses personagens, alarga o seu campo de ação à capital, mostra-os também investidores no seu país, como os ingleses que regressam à pátria, que primeiro enaltecera, como o caso de Joaquim Boa Sorte de *O Brasileiro Soares*, de Luís de Magalhães, tenta corrigir-lhe os males que lhe apontara, dar lições de moral ao país que os acolheu, aceitou e deu títulos nobiliárquicos, tirando daí elevadas contrapartidas financeiras e políticas, como o Pinho *brasileiro*.

O caso de Monforte, de *Os Maias*, é paradigmático, já que este regressado das Américas não se sente bem em Lisboa, tem medo de Afonso da Maia, por ser um aristocrata da fina sociedade

960 Segundo Carlos Reis e Ana C. M. Lopes, “Personagens planas”, de acordo com E.M. Foster “são construídas em torno de uma única ideia ou qualidade: quando nelas existe mais de um fator, atinge-se o início da curva que leva à personagem redonda”. Ao contrário da personagem redonda, a plana é acentuadamente estática: uma vez caracterizada ela reincide, por vezes com efeitos cómicos, nos mesmos gestos e comportamentos, enuncia discursos que pouco variam, repete “tiques” verbais, de um modo geral suscetíveis de serem entendidos como marcas manifestativas; por isso a personagem plana é facilmente reconhecida e lembrada; por isso ela revela uma certa capacidade para se identificar com o tipo e com a sua representatividade social: quando Eça diz que Luísa de *O Primo Basílio* é a burguesinha da baixa e Ernestinho corresponde à «literaturinha acéfala» está a evidenciar as potencialidades de representação social de personagens planas que correspondem também a tipos. Cfr. *Dicionário de Narratologia*, op. cit., p. 322.

961 Cfr. *Dicionário de Narratologia*, op. cit., pp. 412-413.

962 Cfr. *idem.*, p. 163.

portuguesa, um homem de valores morais elevados, e tem que ir viver para outro país. Quer mostrar também os brasileiros que passam por Portugal, ou em negócios ou em viagens, que, de certa forma, estão ligados aos portugueses e ao país, retratando o caráter de alguns e omitindo o de outros, como é o caso de Castro Gomes, de *Os Maias*, ou do Gomes Brasileiro, de *A Tragédia da Rua das Flores*.⁹⁶³ Prova também que há cidadãos brasileiros de valor, que até podem servir de inspiração para a sua obra literária como Eduardo Prado, que lembra o seu Jacinto de *A Cidade e as Serras*, e outros que são apelidados de brasileiros, mas que nem sequer emigraram, como o “Pereira brasileiro” de *A Ilustre Casa de Ramires*.

O Pereira é uma personagem da província, um homem de caráter, empreendedor, competente, capaz de obrigar um fidalgo, como Gonçalo Ramires, a cometer uma má ação para lhe entregar as terras que já tinha prometido ao Gago, o único que as podia rentabilizar. Mostrar também que há *brasileiros* que podem contribuir para o bem da pátria, como o conde Ferreira, de que fala em *As Farpas*, que contribuíra com a sua fortuna para a construção de escolas, omitindo que enriquecera do tráfico de escravos, ou o Dr. Alves Ferreira, que doara a fortuna “a três dos principais e mais meritórios expositores da Secção Portuguesa” da Exposição Universal de Paris, que anteriormente mencionámos.

Mas não são apenas personagens ligadas ao Brasil que Eça retrata na sua obra, uma vez que está documentado para se pronunciar sobre outras, nomeadamente figuras ligadas aos Estados Unidos, dada a viagem que ali realizara na altura em que era cônsul em Havana. Em *Notas Contemporâneas*, num texto intitulado “Três americanos”, retrata a chegada de “três americanos completos”, que só em Lisboa, entre as “figuras incaracterísticas e banais”, as suas “pessoas originais” se evidenciam. Apesar de diferentes,

têm em comum – a individualidade, o myself. Eu mesmo, eu cidadão americano, de resto nada. Outro ponto de contacto: nunca se espreguiçam. De resto, com toda a sua civilização, a sua riqueza, o seu ouro, o seu myself, o seu ruído sobre o planeta, a sua intimidade com Deus, não seriam capazes, todos juntos, desde o Canadá até Filadélfia, desde o presidente Grant até ao Negro, que agora geme atrelado ao algodão, de fazer um verso de Musset, ou um desenho de Delacroix. E têm outra desgraça: assoam-se muito. De resto, magníficos.⁹⁶⁴

O que Eça de Queiroz destaca nesta crónica é a resposta às questões de “onde vêm” e para “onde vão”, ou seja, vêm de toda a parte e vão para o dinheiro, alegando que tudo “na sua figura revela este caminhar resolutivo e direito para o ganho; no rosto, nos gestos, na *toilette*, nas rugas, nas barbas, sente-se a grande vontade americana – lucrar depressa”.⁹⁶⁵ Se ao escritor não escapa a indumentária destas personagens, que usam fatos curtos, para terem agilidade e movimento, também o feitio do nariz e dos

963 Eça de Queiroz dá detalhes da forma de ser e de pensar de Castro Gomes, de *Os Maias*, mostrando-o como um mau caráter, um burguês que se aproxima de tantos outros que critica, mas do Gomes brasileiro pouco esclarece sobre a sua pessoa.

964 “Três americanos”, in *Notas Contemporâneas*, Obras Completas de Eça de Queiroz, XV Volume, Lisboa, Resomnia Editores, 1988, p. 9.

965 *Idem*, p. 7.

olhos lhe chama a atenção: o nariz para “farejar subtilmente o metal” e o olho firme para olhar para a frente “magneticamente”. O modo como se apresentam, a maneira como andam, o próprio calçado que usam, indica pressa, na sua carreira atrás do dólar. Os ornamentos são outra das suas distinções, como as correntes do relógio, por exemplo, que tilintam de alegria, dado o material de que são feitas, e a gaze que no chapéu acena vitoriosamente como a bandeira da agiotagem⁹⁶⁶, tudo se prestando a uma séria crítica aos valores que esta aparência veicula e ao país de onde estão a regressar, os Estados Unidos.

Em *A Tragédia da Rua das Flores*, que começa com uma exaltação ao teatro, dada a confiança que o escritor tinha no seu poder civilizador, tanto em Portugal como em África⁹⁶⁷, para onde deveria ser levado com esse fim, figuram essas personagens secundárias, ligadas aos vários continentes do globo, fazendo parte da cena lisboeta e do destino dos portugueses. Representava-se, então, no Teatro da Trindade, o *Barba Azul*, encontrando-se na plateia uma diversidade enorme de individualidades, nomeadamente uma “estrangeira”, de que se chega a pensar que é uma parente pobre e remota da casa Saboia, mas que na verdade é Genoveva, que provoca grande agitação, dada a sua beleza e exuberância com que se apresenta. Para além de Vítor, Dâmaso e outras personagens presentes ao longo do romance,

966 De onde vêm especificamente estes americanos? Relata nesta crónica que o “primeiro é dos estados do Sul, da Carolina ou da Luisiana. O sol deu-lhe mais a ênfase meridional, é o mais rápido, o mais flexível, o mais pomposo; vai como a coberta de um paquete: os braços parecem duas velas suplementares, e o charuto fumega-lhe como um cano. Tem o chapéu-capacete da Índia e da Austrália. É o mais seco, o mais febril, o mais ardente. Prefere os altos negócios, as empresas de caminhos de ferro, a mina de ouro. Vem decerto da Califórnia ou da planura do México, onde há a prata; com a sua saúde elástica e de caucho, dá-se tão bem nas febres da Bolívia como no sereno ar de Florença. O Sul pôs-lhe no cérebro uma ponta de febre. Como prefere os negócios violentos e aventureiros, quer as orgias desesperadas. Precisa gastar-se, prodigalizar-se, espalhar-se, exalar-se. É ele que dá nos teatros os pequenos gritos agudos, como ganidos. É ele que ama os concertos onde se pontua a música com tiros. É ele o violento: quando o não servem a tempo no restaurante, crava uma navalha nas costas de *Werther*. É ele que canta estranguladamente as canções retalhadas e metálicas, que parecem um tilintar de libras, seco, musculoso, duro, esguio, adunco; quando não tem uma companhia a fundar, um preto a espancar, uma floresta a devassar, vai para casa desesperado, toma uma cadeira e corta-a aos bocados com um canivete. O outro é do Norte - grosso, vermelho, forte, leva em si todo o orgulho da América. Sente-se cheio de honra de ser um cidadão dos Estados Unidos. É por isso que entende que se deve dar a todos os deveres civis da união; é bruceiro, fundou uma escola ou um clube, odeia a Inglaterra, masca o inglês, vota por Grant, que se embebeda, e detesta Greeley, que só bebe água. Julga-se obrigado a amar fraternalmente o Negro, mas, se o encontra no alto dum ónibus ao pé de si, atira-o nobremente ao lagedo; sente-se ainda nele o ianque mal desbastado, tem orgulho nisso, acentua a sua espessura, e põe pontos e vírgulas na brutalidade; se lhe pisam um pé no estrangeiro, pede 6000 libras de indemnização; traz a Bíblia no bolso, tendo à margem apontamentos de negócios e fileiras de cifras; usa chapéu de cortiça por ser mais prático, mas entende, à americana, que deve parecer bem, e põe-lhe uma pena de pavão. Joga a luta, é casado, tem a especialidade dos ventos, é ele que leva nas noites de eleições a bandeira em que vai o nome de *Sumner*, e, para mostrar bem que descende do primitivo ianque, traz uma argola na orelha. O outro, de barbas grandes, cabelo comprido e caído em roda da cabeça, como a aba de um capacete, é do Canadá; raça que pretende ter teorias: é dissidente no protestantismo, mas espalha Bíblias. Ocupa-se sobretudo de estatística. Vejam: vai em redor observando. Olha para trás. Os outros, que são da América, arrastam-no na sua carreira para o dinheiro, mas ele demora-se, observando; quereria tomar apontamentos, conta o número dos trens, quantas lojas há de máquinas de costura, e estuda os costumes. É ele que se interessa pela descoberta de Livingstone. É ele que tem uma fábrica de cerveja, que tem por fora o aspeto de uma capela gótica. É ele que ao domingo, sob a chuva miúda do norte, trepa a um banco, a uma esquina, e com o guarda-chuva aberto, gravemente, explica uma passagem da Bíblia, e no fim distribui anúncios de uma fábrica de fundição. É cauteloso, sempre vestido de flanela, é da sociedade para animar a salvação dos afogados. É casado, e todos os dias à noite faz o seu diário. Um dia escreveu-lhe: hoje, dez horas, adquiri a certeza de que a minha mulher me trairia. *Um lunch*, cinco, leitura de um *Tratado sobre a Moralização dos Pequenos Peles-Vermelhas*. “Três americanos”, in *Notas Contemporâneas*, op. cit., pp. 8-9.

967 O teatro fora uma das grandes paixões de Eça desde os tempos de Coimbra, fazendo alusões a essa arte ao longo da sua obra. Em *Os Maias*, Gouvarinho adverte que em Luanda está quase tudo feito, que apenas um detalhe interessante, um retoque mais de progresso: precisava de um teatro normal, como elemento civilizador!

estão “dois pretos tristes”⁹⁶⁸, a menina Gosiamá, da Bahia, “cujas meias de seda, muito mostradas, excitavam na população a lubricidade mais indomável”⁹⁶⁹, e “dois brasileiros”, de “dorsos pesados”, que se “afastaram com tédio” quando, um “indivíduo grosso” e um “pouco gago”, muito respeitado na sua opinião em questões de cozinha e de deboche, porque tinha ido a Madrid e a Paris em comissões do Governo, disse, a propósito da “estrangeira”, que “Aquilo é gado”. Ao retirarem-se, iam murmurando que “– São destas francesas *qui* vêm a ver si arrecadam. Como há tantas no Rio! Tantas no Rio!...”⁹⁷⁰

Também *Os Maias* estão repletos destas personagens que fazem parte do espaço geográfico de Lisboa. Por exemplo, o palacete de Benfica, morada quase histórica da família, foi vendido a um “comendador brasileiro”, depois de andar anos em praça. Como nessa ocasião também fora vendida outra propriedade dos Maias, a *Tojeira*, algumas raras pessoas, que em Lisboa ainda se lembravam da família, tinham perguntado a Vilaça se essa gente estava atrapalhada.⁹⁷¹ Em *O Primo Basílio*, a quinta de Colares, que era da família de Basílio, fora comprada por um *brasileiro*, aludindo às dificuldades das famílias tradicionais de Lisboa e ao elevado poder de compra que o torna-viagem possuía.⁹⁷² Mas o poder de compra dos *brasileiros* revela-se também em questões de saúde, já que a primeira libra que Carlos ganhara, depois de instalar o seu luxuoso consultório médico em Lisboa, foi de um *brasileiro*, por ter salvado a filha de um garrotinho.⁹⁷³

Todas estas personagens, pintadas tão dissimuladamente entre as principais, fazem parte da cena portuguesa, da sua paisagem, pelo que não necessitam de ter papel de destaque, já que, segundo Rosane Feitosa, a presença de determinados espaços públicos emblemáticos na obra ficcional do escritor, da qual fazem parte as personagens anteriormente referidas, funcionam como produtores de verosimilhança, atuam na caracterização do espaço social, económico e histórico da diegese. Ao tentar aproximar-se o mais possível do espaço português, Eça, e a “Geração de 70”, coloca a ficção a caminhar ao lado da realidade, e vai mostrando a degradação da Pátria, a decadência moral, social, política, económica, propondo-se erradicar as mazelas do país, para o conduzir nos caminhos do progresso, tendo como referência outros países europeus, principalmente, a Inglaterra, a França e a Alemanha, onde não cabiam os da Península, Espanha e Portugal.⁹⁷⁴

968 *A Tragédia da Rua das Flores*, *op. cit.*, p. 45.

969 *Idem*, p. 44.

970 *Idem*, p. 49.

971 Cfr. *Os Maias*, *op. cit.*, p. 9.

972 Cfr. *O Primo Basílio*, *op. cit.*, p. 70.

973 *Os Maias*, *op. cit.*, p. 88.

974 Cfr. “Espaços Públicos Emblemáticos na Ficção Queirosiana”, in *Revista Anpoll*, Vol. 1, Nº 26 (2009). Disponível em <URL: <http://www.anpoll.org.br/revista>>. (Consultado a 7 de agosto de 2012), p. 268.

O Primo “Basílio”

O romance *O Primo Basílio* segue os princípios realistas anunciados desde as *Conferências do Casino*, dado ser a via de acesso à regeneração dos costumes pela arte. A Baixa, onde se encontra a Praça do Comércio e o Rossio, é o ambiente, o cenário por excelência da obra, sinónimo de degradação, de conservadorismo, de reduto da pequena burguesia, que tão sarcasticamente crítica, assim como toda a “Geração de 70”, representando o descrédito do regime constitucionalista, católico e monárquico, a dissolução dos costumes, a perda da consciência nacional vigente.⁹⁷⁵

Luísa, a burguesinha desse espaço emblemático, é a figura central do romance, mas outros quadros podem ser observados e analisados, do ponto de vista sociocultural e literário, todos eles ligados genialmente entre si. Sem descuidar nenhum, privilegiaremos as reflexões do autor sobre *o brasileiro* e o Brasil, considerando que o romance podia muito bem intitular-se *O Primo Brasileiro*, por antonomásia, apesar de Eça chegar a ter pensado intitulá-lo *O Primo João Carlos*.⁹⁷⁶ Embora a intenção principal do autor não fosse retratar aquela personagem, a figura investe alguns caracteres românticos do tipo e introduz outros novos, estando inserida numa crítica envolvente à sociedade portuguesa, dando continuidade ao estudo sociológico sobre a condição feminina.

Ao ler as páginas que Ramalho Ortigão lhe escreveu em *As Farpas*⁹⁷⁷ sente-se reconfortado do silêncio humilhante que torneara a publicação de *O Crime do Padre Amaro* em volume, fortalecendo-se

975 Segundo António Sardinha, essa geração, na sua expressão literária, é uma das mais representativas da Europa Ocidental. Quando esta geração apareceu em Coimbra, a decadência de Portugal tinha-se tornado um acontecimento irremediável. Não era apenas uma decadência pressentida pelos filósofos, historiadores e críticos, mas declarada aos olhos mais distraídos. A decadência para estes jovens era triste, mais triste que a própria morte, porque provoca uma sensação de se estar enterrado vivo. Diante da decadência nenhuma atitude de meio termo é possível, adotando uma atitude de reação, de ruído, de revolta, que muitas vezes parecia destruidora. O que estava mais perto soava-lhes a falso, propondo-se atingir o que está mais longe, que lhes parecia mais autêntico. Foi deste modo que no princípio tentaram cortar os laços com o passado, negar o que estava para trás, fazer de conta que a cultura tinha nascido naquele momento. Mas tudo não passava de ilusões, já que na adolescência todos pensamos que podemos mudar o mundo e fazer uma obra completamente nova, deslumbrante. A geração de 1865 acabou por compreender que a cultura de uma época está ligada à que a antecedeu e que é impossível afastá-la. É impossível afastar a presença da tradição mais forte, em cultura e tudo o mais. O que fizeram Eça e os seus companheiros foi procurar a tradição verdadeira e segui-la. Repudiaram os mais próximos e escolheram ficar com os mais longínquos. O essencial era não quebrar a cadeia de fidelidade que liga as experiências de um povo com as experiências novas, já que a “decadência corrompe e devora até mesmo a lembrança de um passado gordo e glorioso”. Cfr. Álvaro Lins, *História Literária de Eça de Queiroz*, *op. cit.*, pp. 23-24.

976 Cfr. João Gaspar Simões, *Vida e Obra de Eça de Queiroz*, *op. cit.*, p. 398.

977 Na verdade a crítica não pode ser mais positiva nem tão reveladora do que temos vindo a afirmar sobre as personagens de Eça de Queiroz. Ramalho enceta a crítica ao afirmar que o romance é um “fenómeno artístico” que, para ser compreendido é preciso discernir o que nela pertence à jurisdição da arte e o que pertence aos domínios da patologia social. A doença que o romance acusa é a “dissolução dos costumes burgueses”. O que parece extraordinário nesta crítica é a proximidade que Ramalho encontra no romance com a crónica de fevereiro de 1872, de *As Farpas*, quando dá a conhecer a D. Pedro II os tipos da sociedade lisboeta e as construções urbanas, comparando-as com as europeias. Para a mulher lisboeta, “sem educação”, o ideal de marido é o “dândi”, o homem fatal, irresistível, o que se perfumar e vestir e calçar nos primeiros fornecedores da Europa, o que mais se tiver desgastado em vícios, o que mais segredos tiver para contar das suas intimidades do mundo, referindo «Tal é o caso de patologia social, caso profundamente verdadeiro, pavoroso, trágico, sobre o qual Eça de Queiroz escreveu *O Primo Basílio*, romance realista.» Cfr. *As Farpas*, Volume II, seleção e prefácio de Gilberto Freyre, *op. cit.*, pp. 46-61.

na resolução de escrever romances realistas ou naturalistas.⁹⁷⁸ Inglaterra mudara-lhe a visão sobre a sociedade portuguesa, ganhando gradualmente objetividade, já que, a partir daqui, deixa de ser tão sensível aos vícios da gente lisboeta, à mesquinhez da vida nacional, à política, à religião, à família, que antes lhe provocaram sátiras cruéis, e que agora lhe entusiasma apenas uma aquieta ironia. Ao abandonar a colaboração em *As Farpas*, dado não se enquadrar na sua carreira diplomática, abandona as prosas de combate, em que o humor era uma arma ofensiva.⁹⁷⁹ Certas cenas são uma síntese histórico-social do mundo e da época, como o jantar em casa do conselheiro Acácio, quando convida um círculo de amigos para celebrar a comenda que acaba de receber, a ordem de Santiago, cena onde não faltam pormenores quanto à mentalidade, aos costumes e ao ideário das gentes do fontismo.⁹⁸⁰

Sendo um romance de crítica social, *Eça* retrata algumas figuras da cena lisboeta, entre elas a do *brasileiro*, que terá enriquecido num negócio de especulação de borracha, que dá sinais exteriores de riqueza, mas que mantém o seu romance com Luísa num recanto muito humilde, o Paraíso, o que acaba por a surpreender. A caricatura do torna-viagem português apresenta-se como um retrato motivado, aparecendo num contexto de crítica mais vasto à sociedade portuguesa, na qual se insere o emigrante português encarnado, de certa forma, no tipo do *brasileiro*.

Os motivos que impelem o jovem Basílio a emigrar não são os convencionados pelo romantismo. João de Brito, o pai, fazia parte da firma Bastos & Brito, a quem os negócios correm mal, empobrecendo a família que se vê forçada a vender os bens que possuía, nomeadamente a casa de Almada e a quinta de Colares, para sobreviver.⁹⁸¹ Basílio passa, de um momento para o outro, de rico a pobre, vendo-se obrigado a partir para o Brasil encarado, ainda nesta época, como terra de esperança, para aludir a uma expressão de Jorge Alves, onde, à semelhança de outros portugueses, podia resolver a sua situação económica, dando continuidade ao “sonho” de enriquecimento rápido por aquelas paragens.⁹⁸²

Luísa sofre com a emigração do primo e com a falta de notícias. Ninguém sabia do namoro entre eles, da liberdade que tiveram, dessa criança, pensava ela, porque “a mamã, coitadinha, toda cismática, com reumatismo, egoísta, deixava-os, sorria, dormitava: Basílio era rico, então chamava-lhe tia Jojó, trazia-lhe cartuchos de doce...”.⁹⁸³ A relação entre eles, “aquilo”, tinha começado em Colares, na quinta do tio João de Brito, à qual se seguiram os episódios clássicos de amores lisboetas, passados em Sintra, abrigados durante o inverno, nos serões, na velha sala forrada de papel “sangue de boi”, da Rua da Madalena, que depois foi comprada por um *brasileiro*.

978 Cfr. João Gaspar Simões, *Vida e Obra de Eça de Queirós*, op. cit., p. 384.

979 Cfr. *idem*, p. 386.

980 Cfr. João Medina, *Reler Eça de Queiroz. Das Farpas aos Maias*, op. cit., p. 85.

981 Cfr. *O Primo Basílio*, op. cit., p. 20.

982 V. Jorge Fernandes Alves, *Brasil, terra de esperanças: utopia e realidade na emigração portuguesa*, Vila Nova de Famalicão, Quasi, 2007.

983 *O Primo Basílio*, op. cit., p. 16.

Basílio estava habituado a viajar, a vestir-se bem, usava “gravatas escarlates passadas num anel de ouro, fatos de flanela branca, [que] espantava[m] Sintra!⁹⁸⁴, ele que era “alto, delgado, um ar fidalgo, o pequenino bigode preto levantado⁹⁸⁵, o olhar atrevido, e um jeito de meter as mãos nos bolsos das calças fazendo tilintar o dinheiro e as chaves!”⁹⁸⁶, jeito que já tinha antes de emigrar, mas que acentua depois, quando, quase de repente, chega o dia do juízo *final* para a família, e Basílio, vendo-se pobre, parte para o Brasil, deixando Luísa envolvida numa penumbra de saudades!⁹⁸⁷ Passado um ano, já esquecido do romance e das promessas feitas, escreve à prima, põe termo à relação, desculpando-se com o clima, que era horrível, que ainda estava ainda pobre e que “ainda tinha de lutar muito antes de ter para dois. No final da carta, despede-se e assina o seu nome todo, “com uma firma complicada”, de onde se depreende falta de transparência nos negócios praticados.

Afastada e desiludida com o desprezo, Luísa não gostou da figura do primo, muito próximo do *brasileiro*, acha-o até ridículo quando repara numa fotografia que lhe enviara, ao princípio, da Bahia. Estava de calça branca e chapéu de panamá e ao olhá-la encolhe os ombros e diz. “- E o que eu me ralei por esta figura! Que tola!”⁹⁸⁸ Depois de algum tempo casa com Jorge, às oito horas, numa manhã de nevoeiro e embora fossem felizes, Sebastião, o seu grande amigo, dizia que ele “casou no ar”, “um bocado no ar”. Mas passados três anos, Luísa lê no *Diário de Notícias* que

«Deve chegar por estes dias a Lisboa, vindo de Bordéus. O snr. Basílio de Brito, bem conhecido da nossa sociedade. S. ex.^a que, como é sabido, tinha partido para o Brasil, onde se diz reconstituíra a sua fortuna com um honrado trabalho, anda viajando pela Europa desde o começo do ano passado. A sua volta à capital é um verdadeiro júbilo para os amigos de s. ex.^a que são numerosos.»

- E são! – disse Luisa, muito convencida.

- Estimo, coitado! – fez Jorge, fumando, anediando a barba com a palma da mão. – E vem fortuna, hem?⁹⁸⁹

A partir desta altura, segundo Carlos Reis, “a intriga do adultério desenrola-se com uma lógica implacável”⁹⁹⁰, dada a “ausência de Jorge, a chegada de Basílio, a intensificação das suas visitas, a consumação da ligação e os encontros no «Paraíso» são os eventos que pontualmente traduzem uma intriga cujo desenlace se adivinha”.⁹⁹¹

Basílio já não gozava de boa fama antes de emigrar, podendo ser entendido, de acordo com José Machado Pais, uma figura da Lisboa boémia do seu tempo, em que os “próprios fidalgos conviviam

984 *Op. cit.*, p. 15.

985 Devemos recordar que o uso do bigode levantado é característico do realismo, e os descaídos do romantismo, tal como Eça também distingue em *Os Maias*.

986 *O Primo Basílio, op. cit.*, p. 15.

987 Cfr. *idem*, p. 17.

988 *Idem*, p. 18.

989 *Idem*, pp. 9-10.

990 *O essencial sobre Eça de Queirós, op. cit.*, p. 15

991 *Ibidem*.

com os fadistas pela promiscuidade do cigarro e do «meio quartilho»⁹⁹², “uma região de valorização e intensificação do indecente e do imoral; uma região onde se cruzam os discursos ilícitos e as atitudes de infração”,⁹⁹³ um mal que Eça identifica sob a forma de crítica social, já que na “sociedade portuguesa dos séculos XVIII e XIX, à imagem do que acontecia por toda a Europa, o discurso sobre o sexo e a prostituição estava fortemente controlado pela «decência» e pela «moral»”.⁹⁹⁴ Os amigos de Jorge achavam-no “deplorável” por se meter com Luísa, eles que já tinham conhecimento da sua juventude, em Lisboa, e do modo como enriquecera no Brasil. Fisicamente era bonito, bem apresentado, mas vestido à moda do Brasil, segundo Julião, que lhe dava um ar de “brasileiro” português. Já Sebastião, não o conhecia pessoalmente, mas sabia da crónica da sua mocidade, que era um boémio, que

tinha sido apenas um «pândego» [que] passara metodicamente por todos os episódios clássicos da estroinice lisboeta: - partidas de monte até de madrugada com ricos do Alentejo; uma tipoia despedaçada num sábado de touros; ceias repetidas com alguma velha Lola [...]; algumas pegas aplaudidas em Salvaterra ou em Alhandra; noitadas de bacalhau e Colares nas tabernas fadistas; muita guitarra; socos jogados à face atónita de um polícia; [...] As únicas mulheres mesmo que apareciam na sua história, além das Lolas e das Carmens usuais, eram a Pistelli, uma dançarina alemã [...] uma doida, grande cavaleira, que se separara de seu marido depois de o ter chicoteado, e que se vestia de homem para bater ela mesma em trem de praça do Rossio ao Dafundo.⁹⁹⁵

Tudo isto bastava para Sebastião dar dele uma imagem pouco abonatória, achando-o um “debochado”, um “perdido”, ouvindo dizer que tinha ido para o Brasil para fugir aos credores, que enriquecera por acaso, numa especulação de borracha, no Paraguai, e que mesmo na Bahia, com a corda na garganta, nunca fora um trabalhador, supondo mesmo que a posse da fortuna para ele, seria apenas um desenvolvimento dos vícios. Uma vez enriquecido, viaja em negócios, fixa-se em Paris, na rua Saint Florentin, num apartamento que pertencera a Lord Falmouth, segundo conta, e goza a vida. Durante a sua passagem por Portugal, vindo de Paris, desta feita muito rico, resolve procurar a prima, envolve-se com ela, na ausência do marido, tendo-a como um “aconchegozinho” para quando viesse a Lisboa. Esta “conquista” fora incentivada pelo seu amigo íntimo, o visconde Reinaldo, homem de caráter cínico e hábitos requintados, que vive em Londres, de rendimentos de propriedades que ainda possui em Portugal, que viaja com um criado, mas detesta Lisboa.⁹⁹⁶ É precisamente por detestar Lisboa que anima Basílio a conquistar a prima, sem demora, porque desencaminhar Luísa era, de certa forma, atentar contra Lisboa.

992 José Machado Pais, *A Prostituição e a Lisboa Boémia do Século XIX aos Inícios do Século XX*, op. cit., p. 11.

993 *Idem*, p. 10.

994 *Idem*, p. 43.

995 *O Primo Basílio*, op. cit., p. 135.

996 Cfr. Albano Pereira Catton, *Eça de Queiroz Dicionário Biográfico dos seus Personagens*, op. cit., p. 132.

Efetivamente, Basílio vai ao Brasil, enriquece rapidamente, como era desejado naquela altura, viaja pela Europa, e da França dá “um pulo” a Lisboa, visitando a prima, tornando-se seu amante, porque naquela época era chique ter amantes, e Basílio, por uma questão de “higiene”, mantém com aquela uma relação porque já tinha namorado com ela, havendo até promessas de casamento. Tal como Ramalho descrevera em *As Farpas*, na crítica ao romance, Luísa recebe-o com encanto, querendo saber como vivera no Brasil. Basílio fala-lhe especialmente sobre a Bahia, sobre o calor, os costumes, gaba-se das suas aventuras, da corte que “até” fizera a uma mulata, embora acrescente que não era nada de sério. Na verdade, estas observações são reveladoras de uma conceção de Brasil, principalmente da mulher brasileira, que, devido à origem racial, é considerada imprestável para o casamento, para a constituição de uma família nos moldes da cultura portuguesa.

A falta de condescendência para com a terra que lhe permitiu enriquecer mostra bem o carácter desse novo rico, os seus valores, já que o Brasil não serve para nada, a não ser como um degrau na escada para subir na vida, nem que seja através de negócios escuros. Segundo Eliane Alcântara Teixeira, este é o quadro que revela a literatura do século XIX, através de alguns personagens, sobre a visão que o português tem daquela nação e do seu povo, observando o carácter pejorativo da palavra *brasileiro*.⁹⁹⁷ Na verdade, aquela não é a visão de Brasil do escritor, mas, note-se bem, a que ele critica tal como explica em carta a Teófilo Braga:

Como você viu bem o carácter do Basílio! Está claro que a fortuna nunca o poderia ter moralizado: a sua fortuna, como você diz, foi um bambúrrio: era pulha adites, um pulha pobre, — depois tornou-se apenas um pulha rico. Pessoas amigas escrevem-me dizendo, que parece incrível que um homem que trabalhou no Brasil com valor, seja no fundo um canalha! Estranha opinião! A Baía considerada — como a Fonte Santa da Purificação.⁹⁹⁸

No final do romance, enquanto o Visconde Reinaldo lamenta a morte da “pobre senhora”, Basílio recebe a notícia completamente conformado e, cinicamente, acusa-a de não ser uma amante chique, que

andava em tipoiás de praça; usava meias de tear; casara com um reles indivíduo de secretaria; vivia numa casinhola, não possuía relações decentes; jogava naturalmente o quino, e andava por casa de sapatos de ouro; não tinha espírito, não tinha toalete... que diabo! Era um trambolho! — Para um ou dois meses que eu estivesse em Lisboa... — resmungou Basílio com a cabeça baixa. [...] Como higiene! — disse Reinaldo com desdém.⁹⁹⁹

Esta personagem não é o *brasileiro* convencional da história da literatura romântica portuguesa, dado que o espaço de ação geográfico, sócio cultural e temporal em que se movimenta dá-lhe certas

997 Cfr. Eliane de Alcântara Teixeira, “As três visões do Brasil: da utopia ao brasileiro”, in *Estudos Literários / Estudos Culturais*, Atas do IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada, vol. I, Associação Portuguesa de Literatura Comparada / Universidade de Évora, CD-ROM, 2004. p. 7.

998 Carta a Teófilo Braga, datada de 12 de março de 1878, enviada de Newcastle. Eça de Queiroz, *O Primo Basílio*, op. cit., p. 561.

999 *Idem*, p. 556.

especificidades que o individualizam, podendo ser considerado uma crítica.¹⁰⁰⁰ O seu espaço de ação é a cidade, Lisboa; o seu ambiente familiar e social é o da burguesia; do ponto de vista cultural, é uma pessoa viajada e conhecedor do mundo, fatores que o distinguem do *brasileiro* do Minho que, usualmente, é descendente de lavradores, que sabe ou não ler e escrever, que é originário de um ambiente sociocultural mais ou menos humilde e que, geralmente, a única viagem que faz, para além da de ida, é a de regresso que lhe permite a concretização do sonho.

Para além disso, há pontos de contacto entre os dois tipos porque se trata de um emigrante português que parte do seu país e procura no Brasil a solução para os seus problemas financeiros e que deseja regressar a Portugal para concretizar um sonho. As dificuldades enfrentadas pela família impelem a partir o elemento masculino mais jovem, solteiro, desimpedido, que rapidamente se desinteressa da família que deixa em Portugal, corta até com os compromissos que tem, adquire os hábitos culturais dos *brasileiros*, na maneira de vestir e, sobretudo, na concretização de realizar o sonho do regresso rico, ou aparentemente rico, em Portugal, ainda que num “salto”. Efetivamente, Basílio assume um papel no romance a partir do qual se desenrola toda a ação, numa altura em que os *brasileiros* de torna-viagem se movimentavam à vontade na sociedade, tanto na rural, como na citadina, principalmente na cidade do Porto.

Mas as referências ao *brasileiro* não se ficam apenas por Basílio, já que ao longo do romance há retratos de figurantes que fazem parte da cena lisboeta e de traços característicos do português que emigra, enriquece e regressa com saudades à pátria. Na verdade, a saudade é um traço característico do português retratado na literatura, sendo um tema dominante da filosofia em Portugal, tão bem retratado por Eça de Queiroz. Se, por um lado, a quinta de Colares foi comprada por um *brasileiro* e tinha agora “um mirante com um teto chinês, ornado de bolas de vidro; e a velha casa morgada fora reconstruída e mobilada pelo Gardé”¹⁰⁰¹, aludindo ao elevado poder de compra do torna-viagem, mas, insinuando, também, o seu péssimo gosto, por outro lado, a primeira ideia de Basílio, ao regressar, o seu primeiro desejo é “tomar uma tipoia e ir lá; queria ir ver a quinta; ainda existiria o balouço debaixo do castanheiro? Ainda haveria o caramanchão de rosinhas brancas, ao pé do Cupido de gesso que tinha uma asa quebrada?...”¹⁰⁰², denotando saudades da sua antiga casa e da sua terra, sentimento tão característico do emigrante português.

Jorge, o marido de Luísa, em solteiro, também tinha andado envolvido com a esposa de um *brasileiro*, ele que não frequentava botequins, nem fazia noitadas, mas regularmente, duas vezes por semana “ia ver uma rapariguita costureira, a Eufrásia, que vivia ao Borratém, e nos dias em que o

1000 Cfr. Carlos Reis, “José Maria Eça de Queirós e o Romantismo”, in *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Helena Carvalhão Buescu (coordenação), *op. cit.*, p. 448.

1001 *O Primo Basílio*, *op. cit.*, p. 70.

1002 *Ibidem*.

brasileiro, o seu homem, ia jogar o *boston* ao clube, recebia Jorge com grandes cautelas e palavras muito exaltadas”.¹⁰⁰³ Ao referir-se à rapariguita, Eça alude às mulheres do seu tempo, tal como as descreve em *As Farpas*, vítimas da decadência, que casam para fugir à pobreza, ironizando que a “caça ao marido é uma instituição” em vez da família. Eufrásia é uma mulher jovem, costureira, que poderá ter casado por conveniência com um *brasileiro*, um homem já maduro, que ele deixa habitualmente só em casa e vai passar os serões com os amigos no clube, já que faz parte de uma classe social, a dos *brasileiros*, sentindo necessidade de estar integrado no grupo, tal como Ramalho já anteriormente tinha afirmado em *As Farpas*. Mas, por outro lado, este episódio ou aquele de *Os Maias* em que o marquês de Souselas convida uma mulher para um jantar no campo e que rejeitara porque temia que, se aceitasse, o *brasileiro* lhe tirasse a mesada¹⁰⁰⁴ ou a filha da amortalhadeira de Juliana que também tivera um pretendente *brasileiro*, mas ela gostava de outro, que tinha “um palmo de cara”¹⁰⁰⁵, são uma crítica à sociedade lisboeta, à mulher lisboeta que, ou comete adultério ou pensa no dinheiro do *brasileiro* como solução dos seus problemas, mostrando os infortúnios de vida causados por essas opções e apresenta-a como uma lição, porque vai contra os princípios éticos e morais que a sociedade deve promover.

Diferente do retrato de *O Primo Basílio*, de 1878, que critica a mulher lisboeta, é o de *A Ilustre Casa de Ramires*, publicado em 1900, quando Gonçalo pensa em casar com a viúva D. Ana Lucena devido ao dote, em que agora é o homem a fazer a “caça à herdeira”, culpando-o dessa tendência delineada em 1871. A análise das duas obras, de *As Farpas* e de *Uma Campanha Alegre*, mostra que a escrita jornalística acompanha a ficcional, ao fazer retratos da vida portuguesa em duas épocas que distam uma da outra cerca de vinte anos.

O “comendador Pinho”

O comendador Pinho, o Pinho *brasileiro*, o mais antigo e o mais respeitado dos hóspedes de D. Paulina, é o tema principal de uma carta de Fradique Mendes a Madame de Jouarre. Conta Fradique à sua madrinha que partiu para o Brasil, ainda jovem, como simples emigrante, e à custa dos mais pesados sacrifícios voltou para Portugal, anos depois, possuidor de gordas economias. As suas rotinas têm hora marcada, como acordar, levantar, tomar as refeições e passear. Homem prudente e avisado, sem maiores ambições de fartura, aplicou as economias que trouxera na compra de apólices do Estado português, que lhe davam os juros suficientes para viver, numa modesta pensão lisboeta, uma vida silenciosa e tranquila.

1003 *O Primo Basílio*, *op. cit.*, p. 8.

1004 *Os Maias*, *op. cit.*, p. 76.

1005 Lamentava a mãe a “cabeça doída” da filha “exalando a sua dor com loquacidade: — Deixar o brasileiro que a trazia nas palminhas... E por quem? Por aquele desalmado, que lhe come tudo, que já lhe arranjou um filho e que a derreia com pau... Mas então, as raparigas são assim... Vão atrás do palmo de cara... Que ele é bonito rapaz! Mas um bêbedo!... Coitada!... Pois vou vestir a boneca, Sra. Helena. — E entrou na casa compungidamente.” *O Primo Basílio*, *op. cit.*, 499.

Ninguém ali lhe sabia a idade, a família, a origem da comenda, o trabalho de que se ocupara no Brasil, embora a poucos interessava sabê-lo.

Sabe-se apenas que chegou uma tarde de inverno num paquete da Mala Real, que passou cinco dias no Lazareto, desembarcou com dois baús e latas de doce. Ocupou o seu quarto naquela casa de hóspedes e ali engorda, pacífica e risonhamente, com os seis por cento das suas inscrições. É um sujeito atochado, baixote, de barba grisalha, de pele escura, em tons de tijolo e de café, sempre vestido de casimira preta, com uma luneta de ouro pendente numa fita de seda que na rua, em cada esquina, desembaraça do cordão de ouro do relógio para ler com interesse e lentidão os cartazes dos teatros. Toda a sua existência é um pautado repouso. Nada o inquieta nem apaixona. Todas as sextas-feiras vai ao seu banco, ao “London Brazilian”, e todos os semestres recebe o juro das suas inscrições. Para Pinho, o universo possui duas únicas entidades: ele próprio e o Estado, que lhe dá o seis por cento, vivendo assim na perfeição.

No comunicar, Pinho é pouco eloquente. Em meados de abril, sorri e diz, desdobrando o guardanapo “— «temos o verão connosco: todos concordam e Pinho goza. Por meados de outubro, corre os dedos pela barba e murmura — temos connosco o inverno»: se outro hospede discorda. Pinho emudece, porque teme controvérsias. E esta honesta permutação de ideias lhe basta.”¹⁰⁰⁶ À mesa, com tanto que lhe sirvam uma sopa succulenta, num prato fundo, que ele possa encher duas vezes, fica consolado e disposto a dar graças a Deus. Lê sempre o *Diário de Pernambuco* ou o *Diário de Notícias*.

No entanto, para Fradique Mendes, o comendador Pinho não é um cidadão inútil, porque para manter em estabilidade e solidez a ordem duma nação, não há mais prestável cidadão do que ele, que não desmancha a paz do Estado. Conta Fradique que assim

gordo e quieto, colado sobre o organismo social, não concorrendo para o seu movimento, mas não o contrariando também, Pinho apresenta todos os caracteres de uma excrescência sebácea. Socialmente, Pinho é um lobinho. Ora nada mais inofensivo que um lobinho: e nos nossos tempos, em que o Estado está cheio de elementos mórbidos, que o parasitam, o sugam, o infecionam e o sobrecitam, esta inofensibilidade de Pinho pode mesmo (em relação aos interesses da ordem) ser considerada como qualidade meritória. Por isso o Estado, segundo corre, o vai criar barão. E barão dum titulo que os honra a ambos, ao Estado e a Pinho, porque é nele simultaneamente prestada; uma homenagem graciosa e discreta à Família e à Religião. O pai de Pinho chamava-se Francisco José Pinho. E o nosso amigo vai ser feito barão de S. Francisco.¹⁰⁰⁷

Este emigrante português, à semelhança dos retratados por Ramalho Ortigão em *As Farpas*, parece que não tem pátria que o adote, dado ter emigrado muito jovem e regressar numa idade madura. Contudo, este homem parece sentir o que Tzevetan Todorov exprimirá, quando “visita a própria casa”,

1006 *A Correspondência de Fradique Mendes, (Memórias e Notas), op. cit., p. 195.*

1007 *Idem, p. 198.*

ou seja, quando “retorna” à sua terra natal. Depois de um “exílio circunstancial” de dezoito anos, em França, tem a sensação de pertencer a duas culturas ao mesmo tempo. A experiência deste autor, em *L’Homme Dépaycé*, permitiu-lhe refletir sobre a cultura em que cresceu, o país do qual se sente cidadão, e ainda sobre os Estados Unidos, que visita anualmente há três décadas, onde não se consegue sentir mais do que um simples turista.¹⁰⁰⁸ O brasileiro português, dados os contornos da partida e os do regresso, pode parecer solitário, ter necessidade de “andar em bandos”, como os do Pedro Alexandrino, mas não deixa de regressar à terra que o viu nascer e de contribuir para a sua prosperidade, ainda que a Eça repugne a forma como o faz.

O papel dos “Monfortes” no destino da família dos Maias

A passagem de Eça de Queiroz por Havana tem dividido os biógrafos acerca da sua ação consular. Enquanto uns a acham exemplar, em relação à posição diplomática, outros acham-na uma decepção. Álvaro Lins, um dos estudiosos do escritor, afirma que Eça, dado o envolvimento nas causas que tratara, nunca mais falara de Havana e em *Os Maias* só fala da ilha uma vez, o que não é propriamente correto. Na verdade, o escritor retrata Havana naquele romance, um dos centros nevrálgicos da América Central, ligando profundamente os destinos de Portugal e dos portugueses àquelas terras, àquelas gentes e costumes.

Os Maias constituem a concentração de um vasto programa, que chegou a intitular de *Cenas da Vida Portuguesa*, já que constitui o resumo dessas cenas, a concentração de todo o conhecimento e de toda a sua experiência da vida lisboeta, dando-lhe autenticidade de documento observado nas fontes de origem mais características.¹⁰⁰⁹ O romance traça em desenvolvimentos paralelos a história de uma família, os Maias, e a crónica da vida de Lisboa de 1880, educada num romantismo retardado e formada num constitucionalismo artificial.

Seguindo Gilberto Freyre, Carmo Salazar Ponte defende que tem sido inúmeras vezes apontada a influência da *História de Portugal* e do *Portugal Contemporâneo* de Oliveira Martins na obra de Eça de Queiroz, particularmente em *Os Maias*.¹⁰¹⁰ Contudo, é de assinalar também a influência de certas crónicas de *As Farpas*, sobre o estado da nação e sobre a emigração, da autoria de Eça, bem como de elementos do seu relatório de 1874, em *Fomento Rural e Emigração* daquele autor. O decadentismo, levado aos extremos por este historiador, ao declarar a morte da nação em 1580, com a morte trágica de D. Sebastião em Alcácer-Quibir e o domínio castelhano, foi sentido pelos intelectuais portugueses da

1008 V. L’ *Homme Dépaycé* (1999, *O Homem Desenraizado*, Rio de Janeiro – São Paulo, Editora Record, trad. de Cristina Cabo).

1009 *História Literária de Eça de Queiroz*, op. cit., p.122.

1010 Cfr. Carmo Salazar Ponte, “Os Maias e Oliveira Martins”, in *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, A. Campos Matos (organização e coordenação), op. cit., pp. 383-386.

segunda metade do século XIX. Segundo o historiador, o liberalismo, como estrutura constitucional, era importado e contribuíra para o atraso da nação, em relação a outros países europeus. Esta era a razão pela qual Oliveira Martins procurava encontrar um novo tipo de organização política para o Estado português. A situação paradoxal de Portugal já tinha sido enunciada, quando afirmou que a decadência foi rápida e acabou numa tragédia fúnebre. É, precisamente, dentro desta problemática da decadência nacional que Eça coloca a sua obra. Lidos aqueles dois monumentos da cultura portuguesa, da autoria de Oliveira Martins, a *História de Portugal* e o *Portugal Contemporâneo*, não pára de problematizar Portugal e a decadência portuguesa nos moldes de uma tragédia.¹⁰¹¹

Para esta autora, essa tragédia é uma presença em *Os Maias*, dado apresentar o romance como um microcosmo de Portugal e através do conjunto geracional que envolve as personagens representa diversas fases da decadência nacional. Afonso da Maia representa o Portugal liberal, tal como Oliveira Martins o definiu no *Portugal Contemporâneo*, cujas ideias importadas não apresenta uma solução para a crise política portuguesa. Na verdade, a educação que proporciona ao neto, a Carlos da Maia, não fez dele um indivíduo de carácter de modo a contribuir para uma melhoria do seu círculo de influência, já que concentra as suas energias na procura do prazer e de uma vida fácil caracterizada pelo tédio e pela ociosidade. Já Pedro da Maia identifica-se com o Romantismo degenerado, dominado pelo sentimento e não pela razão, sendo a personagem que cede aos encantos de uma mulher cuja ascendência e proveniência social Lisboa rejeita.

Com *Os Maias* separa-se da fase propriamente realista, pela “carga simbólica” da obra e pela “rotação metodológica”. A mudança de Newcastle para Bristol está associada à sua “arremetida artística”, devido à produção de arte, em que

a fidelidade aos cânones da escola fazem de Eça um implacável observador, ora furiosamente sarcasta, ora ironicamente imparcial, do pequeno mundo lisboeta, com a sua fauna medíocre, os seus estritos horizontes físicos e humanos, com a sua habitual geografia que vai do Rossio a Sintra, com os locais do costume, os restaurantes, os hotéis, os cafés e as ruas do seu palco quase que invariável, aqui enriquecido com um passeio de bote pelo Tejo e uma ida ao circo Price, sem falar num café de fadistas na Rua do Norte.¹⁰¹²

O elenco humano e social de *A Tragédia da Rua das Flores*, o “rascunho” de *Os Maias*, segundo João Medina, pretende ser um estudo dos costumes centrado numa burguesia típica da capital em que os burgueses vivem de rendas, como o Dâmaso, os advogados são mais ou menos ociosos, como o Vítor

1011 Álvaro Manuel Machado, ao fazer o balanço da atividade intelectual de algumas personalidades da Geração de 70, afirma que, enquanto em Antero de Quental tudo é tragédia, que acabaria por conduzi-lo ao suicídio, devido à própria lógica do mecanismo das ideias, e em Oliveira Martins também predomina o trágico, inseparável da ideia da decadência histórica de Portugal, em Eça de Queiroz, pelo contrário, tudo tomou a forma de “*jonglerie* irónica”, uma lâmina de dois gumes. A ironia é comédia e tragédia, ao mesmo tempo, desencadeando o riso para logo a seguir fazer uma careta. Cfr. *A Geração de 70 - uma revolução cultural e literária*, 3.^a edição, Lisboa Instituto de Cultura e Língua Portuguesa Ministério da Educação, (1977) 1986, p.11.

1012 João Medina, “Prefácio”, in *A Tragédia da Rua das Flores*, op. cit., pp. 11-12.

que não simpatiza com leis, em que os juizes reformados deixam avultadas heranças, como Timóteo, em que os nobres estão arruinados, como D. João da Maia, o conde de Val-Moral e D. Joana Coutinho, em que as mulheres são divididas em cortesãs, domésticas, meras “fêmeas”, ou simples ornatos. À volta destes giram personagens de maior ou menor relevo, entre eles os brasileiros, o Gomes Brasileiro, primeira encarnação de Castro Gomes de *Os Maias*. Se neste romance, Maria Eduarda chega a Portugal na companhia do brasileiro Castro Gomes, naquele Genoveva é trazida para Portugal pelo Gomes Brasileiro.

A Tragédia da Rua das Flores, que esteve para se intitular *Os amores d’ um lindo moço*, trata de um “assunto grave – incesto; mas tratado com reserva, que não “choca”. [...] Poderei *pour la circonstance*, chamar-lhe: O Brasileiro; o herói é-o”¹⁰¹³, dizia Eça numa carta a Ramalho, em 1878, quando se estava a preparar para começar a escrever para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro. Depreende-se desta carta que Eça se estivesse a referir à *Tragédia*, aqui designada por *Amores de um lindo Moço*, em que o tema central é o incesto. No entanto, quando “aventa” a hipótese de lhe chamar *O Brasileiro*, acresce a dúvida sobre o romance a que se refere, já que se aproxima muito mais da temática de *Os Maias* e da personagem de Castro Gomes, dado ser determinante no destino de Maria Eduarda e da família Maia.

Afinal, se a família de Vítor e do seu tio Timóteo tem ligações ao Novo Mundo, já que foi “uma excelente senhora macaísta, [que lhe deixara] oitenta contos: o que o habilitava, dizia ele, a «ter tipoia e sobrinho»”¹⁰¹⁴, também todo o destino da família dos Maias passa pela ligação de um membro da família, Pedro, a um traficante de escravos português, um “negreiro”, que fazia escala em Havana quando levava negros para a América do Norte e para o Brasil, e por um brasileiro, natural do Brasil, que devolve à família e ao país uma portuguesa, Maria Eduarda, que a sua mãe, a “negreira”, tirara do seio de uma família nobre. Também Genoveva veio para Portugal na companhia do Gomes Brasileiro, um indivíduo

Riquíssimo, magro como um esqueleto, com uma pele cor de marroquim colada à caveira, olhos negros, pequenos, uma barba preta, - renovou a Genoveva o seu luxo: viajaram pela Europa, até S. Petersburgo, e ofereceu-lhe levá-la para o Brasil. Num momento de tédio, sentindo-se já cansada para começar a vida, esperando casar, aceitou: - mas detestava-o: tinha horror à sua pele, onde havia uma doença que fazia malhas vermelhas: - e, em Lisboa, vendo diante de si o mar a atravessar, e os seus enjoos, o triste Brasil, e o contacto daquele homem odioso [...] – recusou: o Brasileiro, já talvez arrependido, aceitou, quase com reconhecimento: deu-lhe trezentas libras, e partiu. – E ali ficara em Lisboa: até quando?¹⁰¹⁵

1013 *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, *op. cit.*, p. 220.

1014 *A Tragédia da Rua das Flores*, *op. cit.*, p. 62.

1015 *Idem*, p. 96.

Já o retrato de Castro Gomes, na verdade Joaquim Alvares de Castro Gomes, é diferente daquele.¹⁰¹⁶ Trata-se de um “Um brasileiro trigueiro, com ar espartilhado ... Um rastaquera, o verdadeiro tiposinho do *Café de la Paix* ...”, “Um pedante, um rastaquera mesmo a calhar para a guilhotina”, tal como contava Guimarães, o tio do Dâmaso, que o conhecia de Paris. Como o Gomes Brasileiro, não era um esposo sério, era um dândi, um fútil, um *gommeux*, um homem de *sport* e de cocotes.

Nestes romances, Eça de Queiroz revela que, na realidade, é cônsul e escritor, tal como ele próprio se intitulou, ou seja, a obra literária reflete a ação diplomática, já que há personagens do Velho e do Novo Mundo, cujos destinos estão estritamente ligados entre si. O “lindo moço” a que o escritor se referia tanto podia ser Vítor como Carlos da Maia, que se envolveram em relações incestuosas com mulheres da família direta, o primeiro com a mãe e o segundo com a irmã. Por um lado, tanto Genoveva como Maria Eduarda eram amantes de brasileiros, regressadas ao país na sua companhia e, por outro, Carlos da Maia e Maria Eduarda eram filhos da “negreira” e netos de Monforte, traficante de escravos para o Brasil e Nova Orleães, na América do Norte, fazendo escala em Havana, na América Central.

Eça lança o romance em 1888, mas há muito que o tinha começado a escrever, provando que nunca se desligara da pátria, já que lia os jornais que lhe chegavam, visitava com regularidade Portugal e os amigos. Por outro lado, Havana tinha-o marcado profundamente e jamais esquecerá os charutos que na correspondência consular oferece aos amigos e que descreve no romance como os melhores. Carlos da Maia, por exemplo, manda o Baptista enviar charutos de “Flor de Cuba” para Eça, que, “sem saber fumar”, pedia dos “Imperiales”.¹⁰¹⁷

Eça de Queiroz remete-nos, através de Pedro da Maia, para o que a aristocracia lisboeta ainda pensava sobre a escravatura e sobre os traficantes de escravos. Apesar de abolida em Portugal, já desde o século XVIII, sabia-se que o tráfico ainda se fazia em algumas zonas da América, mais ou menos clandestinamente. Monforte é um desses traficantes que escapara aos cruzeiros ingleses, arrancara uma fortuna da pele do africano e agora, rico, homem de bem, proprietário, ia ouvir a Corelli a S. Carlos.

Pedro sente um fascínio enorme por Maria Monforte, assim que esta aparece em Lisboa. Quando ele e outros rapazes começam a vigiar o palacete de Arroios pouco se sabia daquela família, que se isolava, mantendo as janelas de casa sempre fechadas, os criados num circuito fechado, aparecendo apenas em eventos sociais, como o teatro, onde aparecia deslumbrante. Ninguém podia ficar indiferente ao seu luxo, à forma como se apresentava, sempre à frente do pai, uma figura atarracada e forte. Em

1016 Eça de Queiroz, no cap. VII do romance, *Os Maias*, explica quem são estes brasileiros, o Castro Gomes, que é mesmo natural do Brasil, e a brasileira, que chega na sua companhia a Portugal, mas que, na realidade é portuguesa. Cfr. *Os Maias*, *op. cit.*, pp. 125-145.

1017 Cfr. *idem.*, p. 291.

Havana, era conhecido pelo “Forte”, fazendo coincidir a sua robustez física com o diminutivo do seu nome.

Os mistérios sobre a identidade do pai foram-se descobrindo em conversa com os criados que, a troco de alguns “pintos”, deixavam escapar alguma informação, que era um “homem [...] taciturno, tremia diante da filha, e dormia numa rede”.¹⁰¹⁸ Já a senhora, de nome Maria, “essa, vivia num ninho de sedas todo azul-ferrete, e passava o seu dia a ler novelas”.¹⁰¹⁹ Mas “isto não podia satisfazer a sofreguidão de Lisboa”¹⁰²⁰, desejosa de saber mais sobre tão misteriosa gente. Alencar, o grande amigo de Pedro da Maia, não resistiu a fazer parte da devassa que logo se formou para conhecer melhor tão misteriosas personagens. Do papá Monforte, souberam-se horrores, que era dos Açores e que “muito moço, uma facada numa rixa, um cadáver a uma esquina tinham-no forçado a fugir a bordo de um brigue americano”.¹⁰²¹ Monforte vira-se obrigado a embarcar em condições especiais para a América, para escapar às autoridades portuguesas, por ter praticado um crime, sendo visto tempos depois em Havana, dado ser “uma cidade de negócio e de rápido enriquecer”¹⁰²² e “um grande porto central da América”¹⁰²³, tal como refere Eça na correspondência consular. No romance, foi visto por

um certo Silva, procurador da Casa de Taveira, que o conhecera nos Açores, estando na Havana a estudar a cultura do tabaco que os Taveiras queriam implantar nas Ilhas encontrara lá o Monforte (que verdadeiramente se chamava Forte) rondando pelo cais, de chinelas de esparto, à procura de embarque para a Nova Orleães. Aqui havia uma treva na história do Monforte. Parece que servira algum tempo de feitor numa plantação da Virgínia... Enfim, quando reapareceu à face dos céus, comandava o brigue Nova Linda, e levava cargas de pretos para o Brasil, para a Havana e para a Nova Orleães. [...] Escapara aos cruzeiros ingleses, arrancara uma fortuna da pele do africano, e agora rico, homem de bem, proprietário, ia ouvir a Corelli a S. Carlos. Todavia esta terrível crónica, como dizia o Alencar, obscura e mal provada, claudicava aqui e além...¹⁰²⁴

Sobre a mãe de Maria Monforte, Eça de Queiroz nada disse. Pelo romance, o leitor nada sabe sobre a naturalidade, a vida, o local de nascimento daquela personagem, o que deixava todos muito ansiosos, principalmente Pedro, que perguntava a Alencar:

– E a filha? [...]. Mas isso não o sabia o amigo Alencar. Onde a arranjava assim tão loira e bela? Quem fora a mamã? Onde estava? Quem a ensinara a embrulhar-se com aquele gesto real no seu xale de Caxemira?...
– Isso, meu Pedro, são *mistérios que jamais pôde Lisboa astuta devassar e só Deus sabe!*¹⁰²⁵

Se Eça nada adianta sobre a naturalidade de Maria Monforte, já Maria Velho da Costa, na peça de teatro *Madame*, cujas personagens centrais são Dudu e Capitu, ou seja, Maria Eduarda, de *Os Maias*, de

1018 *Os Maias*, *op. cit.*, p. 21.

1019 *Idem*, p. 21.

1020 *Ibidem*.

1021 *Ibidem*.

1022 *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, *op. cit.*, p. 67.

1023 *Idem*, p. 93.

1024 *Os Maias*, *op. cit.*, p. 21.

1025 *Idem*, pp. 21-22.

Eça, e Capitolina, de *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, e as criadas, Eulália e Francisca, contribuí para dar um passado a Maria que, em conversa com Capitu, diz que o avô materno fizera grande fortuna nas plantações da Virgínia Americana e lá casou com uma senhora loura e alta, de quem só vira retratos, mas de quem dizem que herdou a tez e a estatura.¹⁰²⁶ Maria é, assim, um pouco americana, diz-lhe Capitu, apesar de ela sentir muitas saudades do Ramallete, de Sintra e do seu Portugal. Na verdade, Maria Velho da Costa foi sensível a esta saudade que Eça de Queiroz deposita em várias personagens, que é a mesma que ele sente quando reside no estrangeiro, a partir de determinada fase da vida. Essa nostalgia perpassa noutros romances, já que há personagens que “vão”, que partem como uma necessidade de alma, mas apenas se encontram consigo mesmas na hora do regresso ao país, como, por exemplo, Zé Fernandes e Jacinto, de *A Cidade e as Serras*, ou Gonçalo Ramires, de *A Ilustre Casa de Ramires*, e mesmo Maria Eduarda, onde se sentem realmente bem.

Ora, em Havana Eça de Queiroz debate-se com a imigração asiática, que é apenas uma forma de escravatura disfarçada, dado a escravatura negra já ter sido abolida, em Nova Orleães a realidade é bem diferente em relação aos portugueses para ali levados em 1872 por Charles Nathan. Na verdade, em *Os Maias*, aquela nação é o cenário onde situou um português que, no segundo lustro de oitocentos, ainda chicoteava “pretos”, nas plantações da Virgínia, e se dedicava ao seu tráfico, retratando a América, mais uma vez, de forma enigmática, colocando a obra de arte a um passo da realidade. Daí Álvaro Lins afirmar que a “impressão mais nítida que fica do conhecimento de Eça de Queiroz é a de um homem no turbilhão: um homem que se debate no tumulto da riqueza episódica do século XIX, com a sua existência quase histórica, ao lado de uma grande vida dentro da literatura”.¹⁰²⁷

Eça de Queiroz insiste na temática da escravatura, dado, naquela época, serem portugueses alguns dos maiores traficantes, nomeadamente em Macau, Brasil e Estados Unidos. Se Charles Nathan foi um traficante de carne e osso, que operava entre Brasil e América do Norte, a quem se referiu em *As Farpas* e cuja ação conheceu de perto em Havana, através da Sindicância ali feita aos portugueses exilados, já Monforte é um retrato, imaginado a partir do real, cujo campo de ação é o mesmo daquele, mas que o escritor mostra em todo o seu percurso de vida. Em Lisboa, quando se descobriu “aquela legenda de sangue e negros” em que esteve envolvido, o entusiasmo por Maria acalmou e as

senhoras, deliciando-se em vilipendiar uma mulher tão loira, tão linda e com tantas joias, chamaram-lhe logo a *negreira*! Quando ela aparecia agora no teatro, D. Maria da Gama afetava esconder a face detrás do leque, porque lhe parecia ver na rapariga (sobretudo quando ela usava os seus belos rubis) o sangue das facadas que dera o papazinho! E tinham-na caluniado abominavelmente. Assim, depois de passarem em Lisboa o primeiro Inverno, os Monfortes sumiram-se: pois disse-se logo, com furor, que estavam arruinados, que a polícia perseguia o velho, mil perversidades... O excelente Monforte, que sofria de reumatismos

1026 Cfr. *Madame*, Lisboa, Edições Cotovia, 2000, p. 34.

1027 *História Literária de Eça de Queiroz*, op. cit., p. 15.

articulares, achava-se tranquilamente, ricamente, tomando as águas dos Pirenéus... Fora lá que o Melo os conheceria...¹⁰²⁸

Por um lado, quem não desiste é Pedro, que alegava que até “Juno tinha sangue de assassino, a *beltà* do Ticiano era filha de negreiro!”¹⁰²⁹, sendo visto por Alencar, passadas duas semanas, no Teatro S. Carlos, Pedro da Maia, “na frisa do Monforte, à frente, ao lado de Maria”¹⁰³⁰, e, por outro lado, Afonso da Maia que, como figura central da aristocracia lisboeta, não admite que pessoas como os Monfortes se introduzam na sua família. O autor de *Os Maias* não permite que Manuel Monforte, o representante de uma classe social em ascensão, enriquecido de forma vil, fizesse frente a uma personalidade tão pura, tão aristocrata, fazendo-o aparecer sempre escondido atrás da filha, evitando também que eles se encontrem. Por isso, quando Vilaça, muito zeloso da dignidade da família, levava as notícias sobre Pedro e Maria, Afonso desvalorizava porque achava que todos os rapazes tinham amantes.¹⁰³¹

Nesta passagem do romance, Eça de Queiroz é claro sobre os valores que convém não perder de vista numa sociedade em mutação, mostrando-se inflexível com a escravatura e com os traficantes de escravos. Enquanto Maria Monforte e o pai pensavam que se impunham socialmente através do poder financeiro, a sociedade lisboeta mostra-se intransigente, não lhes perdoa, de modo que Pedro nunca teve a permissão de seu pai para casar com Maria. Efetivamente, Afonso da Maia é contra esta mulher, que aparece em Lisboa para desassossegar os filhos das famílias de bem, porque não tem bons princípios, não é de uma família digna, já que enriquecera de uma forma que repugna os melhores espíritos.

Segundo Álvaro Lins, o velho Afonso da Maia, com a sua saúde de corpo e de espírito, com os seus nobres princípios, com a sua existência austera e grave, é como um símbolo do antigo Portugal, no meio de um ambiente em decomposição. Apresenta-o como uma figura isolada, no seio de uma sociedade romântica e doente, que parece extinguir-se por si mesma sem heroísmo e grandeza,

1028 *Os Maias*, *op. cit.*, p. 22.

1029 *Ibidem*.

1030 *Ibidem*.

1031 Afonso da Maia já os suspeitava: “via todos os dias um criado da quinta partir com um grande ramo das melhores camélias do jardim; todas as manhãs cedo encontrava no corredor o escudeiro, dirigindo-se ao quarto do menino, a cheirar regaladamente o perfume de um envelope com sinete de lacre dourado; e não lhe desagradava que um sentimento qualquer, humano e forte, lhe fosse arrancando o filho à estroinice bulhenta, ao jogo, às melancolias sem razão em que reaparecia o negro ripanço... Mas ignorava o nome, a existência sequer dos Monfortes; e as particularidades que os amigos lhe revelaram, aquela facada nos Açores, o chicote de feitor na Virgínia, o brigue *Nova Linda*, toda a sinistra legenda do velho contrariou muito Afonso da Maia. Uma noite que o coronel Sequeira, à mesa do *whist*, contava que vira Maria Monforte e Pedro passeando a cavalo, ambos muito bem e muito *distingués*, Afonso, depois de um silêncio, disse com um ar enfatiado:

– Enfim, todos os rapazes têm as suas amantes... Os costumes são assim, a vida é assim, e seria absurdo querer reprimir tais coisas. Mas essa mulher com um pai desses, mesmo para amante acho má. O Vilaça suspendeu o baralhar das cartas, e ajeitando os óculos de oiro exclamou com espanto:

– Amante! Mas a rapariga é solteira, meu senhor, é uma menina honesta!...

Afonso da Maia enchia o seu cachimbo; as mãos começaram a tremer-lhe; e voltando-se para o administrador, numa voz que tremia um pouco também:

– O Vilaça decerto não supõe que meu filho queira casar com essa criatura.” *Idem*, p. 23.

defendendo que a presença de Afonso da Maia transmite uma lição de amor e de aceitação viril da vida, que é um dom de Deus.¹⁰³²

Na verdade, em *Os Maias*, Eça dá uma sensação nítida do seu humor, já que reage contra a miséria social da burguesia e contra a miséria individual dos seus contemporâneos. O “sarcasmo ibérico”, que caracteriza a sua escrita, assume proporções acima de todas as medidas e convenções, extraindo elementos cómicos de situações inesperadas, de tiques dos personagens masculinos, afirma Lins. Uma das situações que merece destaque a este autor é quando Afonso lamentou que se tivesse despedido o Esteves, exigindo “mesmo que o encarregassem da construção das cocheiras. O artista ia aceitar – quando foi nomeado governador civil”.¹⁰³³ Outra situação não menos cómica é o medo que Monforte sente de Afonso, tudo fazendo para não se encontrarem, porque, segundo o que Maria dizia a Pedro “o pobre papá, coitado, tem medo do teu...”.¹⁰³⁴

Neste romance, as opiniões sobre as Américas, nas quais deposita forte ironia, são ambivalentes¹⁰³⁵, já que as considera lugares onde se deve ir, para conhecer e por educação, para distrair e rejuvenescer, mas também como terra da perdição, onde se cometem crimes, onde ainda existe a escravatura, e para onde se foge e deambula. Efetivamente, Monforte é um cidadão entre o Brasil e os Estados Unidos, um *brasileiro* e um *americano*, não só devido ao tráfico, que o traz entre os dois países, mas também pela forma como se veste “de grande chapéu panamá, calça de ganga, o mantelete¹⁰³⁶ da filha no braço, o guarda-sol entre os joelhos”¹⁰³⁷. Se o “grande chapéu panamá” e o uso de “guarda-sol” é uma característica dos *brasileiros*, já a calça de ganga é uma influência da América, marca criada por Levi Strauss em 1873, ano em que obtém a patente e assinala o início do sucesso das calças, dando-lhe traços semelhantes a um dos americanos de que Eça descreve em *Notas Contemporâneas*, na crónica “Três americanos”. Na verdade, se o retrato destes americanos não é positivo, o de Monforte e da família também não é, já que saíram de Portugal com um objetivo: enriquecer fosse de que forma fosse. Neste percurso, dada esta ambição, o português podia perder o carácter, caso emigrasse na posse dele. Sabemos que Monforte já partira sem ele, dado o crime que o atirara para a América, julgando-se limpo desse passado, que por tudo queria apagar, propondo-se até mudar a vida da família dos Maias.

1032 Cfr. *História Literária de Eça de Queiroz*, op. cit., p. 123.

1033 *Apud op. cit.*, p. 125.

1034 *Idem*, p. 33.

1035 Eça diz a Sousa Neto, quando lhe perguntou se era a favor da escravatura, que sim, que “que era pela escravatura. Os desconfortos da vida, segundo ele, tinham começado com a libertação dos negros. Só podia ser seriamente obedecido, quem era seriamente temido... Por isso ninguém agora lograva ter os seus sapatos bem envernizados, o seu arroz bem cozido, a sua escada bem lavada, desde que não tinha criados pretos em quem fosse lícito dar vergastadas... Só houvera duas civilizações em que o homem conseguira viver com razoável comodidade: a civilização romana e a civilização especial dos plantadores da Nova Orleães. Porquê? Porque numa e noutra existira a escravatura absoluta, a sério, com o direito de morte!” *Idem*, p. 256.

1036 Capa curta de senhora.

1037 *Os Maias*, op. cit., p. 24.

Pedro da Maia, aquele filho que crescera debilitado e frágil, apaixonara-se pela mulher errada. Quando não recebia carta ou tinha alguma desilusão, tinha enxaqueca, fazendo com que Afonso, o seu pai, tivesse vergonha dos amigos quando faziam observações sobre o seu comportamento. Enquanto Sequeira sugeria que Pedro devia fazer “uma viagem longa”, “o velho Luís Runa, o primo [...] rompia lamentando os tempos em que o intendente da polícia podia livremente expulsar de Lisboa as pessoas importunas... Evidentemente aludiam à Monforte, evidentemente julgavam-na perigosa”.¹⁰³⁸ Entretanto, Pedro já pedia a Vilaça informações sobre propriedades e meios de levantar dinheiro, talvez para “dar presentes à criatura... O amor é um luxo caro”¹⁰³⁹. Mas Pedro queria mais, queria casar, pedindo consentimento ao pai que, entretanto, lho nega.

Estas passagens do romance permitem-nos compreender tanto as vivências de Eça de Queiroz em Cuba como acompanhá-lo na viagem a Nova Orleães, para onde viaja para sair de Havana no período do estio, ao qual ainda não estava aclimatado, e também porque começara a ficar descontente, inconformado, por não conseguir mudar as condições de vida dos chineses e garantir a autonomia financeira e equilíbrio das contas do consulado.¹⁰⁴⁰ Tal como relata em carta a Ramalho Ortigão, a América merece-lhe a melhor atenção, para clarificar e desmistificar ideias preconcebidas, e porque era necessário conhecer a América por questões de educação e de cultura.

Também Andrade Corvo, na peça de teatro *O Alliciador*, anteriormente referida, já tinha transmitido o mesmo fascínio pelos americanos que Eça de Queiroz no folhetim “Miantonomah”. Luiz, a personagem principal, chegara cedo a casa porque vendera toda a pescaria aos americanos que tinham comprado todo o pescado para a esquadra que chegara ao Funchal. António Prudente, ao ver a satisfação de Luiz afirma: “Abençoados americanos! Navios e esmolos, tudo nos mandam, para nos ajudar a viver. Que isto hoje nesta terra, Luiz, só se vive do que nos dão por caridade.”¹⁰⁴¹

Eduardo Prado

Quando se fala de personagens e de personalidades na obra e vida de Eça de Queiroz não podemos deixar de evocar Eduardo Prado, um dos seus maiores amigos, um anti republicano militante, que amava o passado e que muito contribuíra para mudar a maneira de Eça pensar Portugal e a América, Estados Unidos e Brasil, dadas as viagens que empreendera pelo mundo, como um filósofo, como Descartes, vendo o mundo como um livro, muito proveitoso de folhear, apesar de ser mais dificultoso de compreender, porque vive, enquanto os outros são almas embalsamadas.

1038 *Os Maias*, *op. cit.*, p. 24.

1039 *Ibidem*.

1040 Cfr. *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I, *op. cit.*, p. 62.

1041 *O Alliciador*, *op. cit.*, p. 2.

Sem estimar completamente os métodos do Império, Eduardo Prado considera-o uma “instituição de raiz”, “mergulhada no solo moral da nação”, temendo com a sua chegada ao fim “o desaparecimento do velho Brasil, da sua sociedade esmerada e culta, dos seus costumes graves e doces, da sua disciplina social, da sua segurança legal, da sua harmonia económica, da sua autoridade entre as nações, de toda aquela ordem formosa que o erguia na América como o representante mais alto da civilização latina!”, afirma Eça.¹⁰⁴² A este desaparecimento acrescia o aparecimento do jacobinismo em que Proudhon encontrara carências de nível filosófico, desconfiança de liberdade, hostilidade ao espírito crítico, enfim, tudo menos uma doutrina e o mais grave de tudo, para Eduardo Prado, a transferência da soberania do rei para o povo, esquecendo que a tradição e a história, que a todo o custo queriam anular, são tão indestrutíveis como o solo.

Para Eça de Queiroz, Eduardo Prado teve a coragem de “correr” para a *Revista de Portugal* e denunciar o jacobinismo que, na plena força pelo poder, derrubam crucifixos e apeiam estátuas, raspam coroas das fachadas dos palácios, mudam os nomes às ruas, entre muitas outras ações revoltosas, como alguém que “corre à janela, e braceja, e grita, não somente para assustar o bando funesto, mas para despertar a resistência da Cidade ultrajada”.¹⁰⁴³ Poucos portugueses como Eduardo Prado sentiram por Portugal, pelo “velho torrão lusitano”, o mesmo carinho do que ele, afirmava Eça. Conhecedor da história de Portugal, mesmo antes da colonização do Brasil, e tudo o que a ela se prende, como lendas, superstições, festas, cantigas, anexins, costumes populares, não perdia nunca a oportunidade de percorrer as províncias portuguesas sempre que aportava à Europa. Ali chegado, dirigia a sua atenção tanto aos monumentos como para os homens, a estes tanto pelo que semeiam e pelo que pensam, porque, para Eça, de acordo com o que tinha afirmado em *As Farpas*, era a melhor maneira de conhecer o país, afirmações que Gilberto Freyre retrata em *O outro amor do Dr. Paulo*.

A estima de Prado por Portugal é o complemento natural do seu amor pelo Brasil e os seus livros foram escritos para travar ideias ou homens que podiam ameaçar a organização do Estado. A vitória do jacobinismo político e do fanatismo positivista motivaram o aparecimento das *Crónicas de Frederico de S.*, publicadas na *Revista de Portugal*, a publicação de *Fastos da Ditadura*, em 1890, e a *Ilusão Americana*, em 1893, um libelo à raça “neo-anglo-saxónica”, o modo como foi moldada no solo novo da América, como o uso muito duro da escravatura, o contacto violento com raças bárbaras, o excesso de democracia e a carência de uma tradição, que acabaria por solidificar a opinião de Eça sobre as Américas e sobre Portugal.

1042 Eça de Queirós, “Eduardo Prado”, in *Textos de Imprensa V* (da *Revista Moderna*), Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, Edição de Elena Losada Soler, Lisboa, INCM, 2005, p. 126.

1043 *Idem*, p.127.

Os livros políticos de Prado são superiormente nobres, panfletos, segundo a concepção de J. P. Courier, que considera o escritor um mestre do panfleto, já que “possui sempre uma convicção forte, de boa raiz, raiz que ora mergulha na razão, ora apenas no sentimento, mas suga sempre num solo vivo”.¹⁰⁴⁴ Detentor de múltiplos dons, é um escritor de combate, que luta e que doutrina, porque as condições do Brasil assim o exigiam. Por tudo isto, Eça considerava Prado uma “alma superiormente sociável”, um “desejável companheiro” “pela inata alegria, pela vivacidade inventiva, pela veia ricamente cômica, pela abundância e delicioso humorismo da anedota”¹⁰⁴⁵, enaltecendo a sua “doce sociabilidade” que, ao contrário das grandes virtudes que, de acordo com Platão, são para os grandes dias, serve para todos os pequenos dias. Estas e outras qualidades fazem dele “um Brasileiro, singularmente interessante, que na verdade honra o Brasil”¹⁰⁴⁶ cuja visão das coisas era como um fino dardo que vara horizontes, como ele próprio em *As Farpas*.

Eça de Queiroz nunca chegou a ir ao Brasil, mas Fradique Mendes empreendera uma viagem por aquelas terras, escrevendo a Eduardo Prado e noticiando-lhe que os “brasileiros, desde o Imperador ao trabalhador, andam a desfazer e, portanto, a estragar o Brasil”¹⁰⁴⁷, até porque quando se referira à rapidez com que o Brasil passara a República, afirmara que o imperador era mais republicano do que monárquico. No início do século, os brasileiros podiam ter fundado uma civilização especial, tal como um artista pode moldar o barro inerte, quando se libertaram de dois males da sua mocidade: do ouro imoral, de D. João VI e do regime colonial. Para o escritor português, o Brasil tinha disposição para ser um povo rural, verdadeiramente brasileiro, com casas simples por toda a parte, em que o principal luxo fosse o espaço, o ar, as águas, as sombras, as famílias e as lavouras, onde havia tudo para um “viver frugal e são”. Este país tinha tudo para ser original, em termos de ideias, literatura, arte, costumes, sentimentos, em vez de se fazer com pedaços retalhados da Europa, de modo a que o Brasil vivesse

de uma forma simples, forte, original, como viveu a outra metade da América, a América do Norte, antes do industrialismo, do mercantilismo, do capitalismo, do dolarismo, e todos os *ismos* sociais que hoje a minam, a tornam tumultuosa e rude – quando os colonos eram puritanos e graves; quando a charrua enobrecia; quando a instrução e a educação residiam entre os homens da lavoura; quando poetas e moralistas habitavam casas de madeira que as suas mãos construíam; [...]¹⁰⁴⁸

Era esta existência que teria dado ao Brasil uma civilização própria, genuína, admirável e bela, lamentando que quando D. João VI virou as costas, os senhores do Brasil abandonaram os campos e correram para as cidades, onde foram copiar a civilização europeia, deixando que, em pouco tempo,

1044 Eça de Queirós, “Eduardo Prado”, in *Textos de Imprensa V* (da *Revista Moderna*), p. 131.

1045 *Idem*, pp. 133-134.

1046 *Idem*, p. 134.

1047 Eça de Queiroz, “Carta de Fradique Mendes a Eduardo Prado”, in *Ecoss do Brasil, Eça de Queirós, Leituras Portuguesas e Brasileiras*, Benjamim Abdala Junior (organizador), São Paulo, Editora Senac, 2000, p. 183.

1048 *Idem*, p. 184.

fosse inundado de “instituições alheias”, em muito “contrárias à sua índole e ao seu destino”, “traduzidas à pressa de velhos compêndios franceses”.¹⁰⁴⁹

O Brasil tinha todas as possibilidades de ser um país maduro, capaz por si próprio dos maiores requintes, mas importou quase tudo de fora, de modo que “do generoso e velho Brasil, nada restou: nem sequer brasileiros, porque só havia doutores – o que são entidades diferentes. [...] O feitiço especial da doutorice é desatender a realidade, tudo conceber *a priori*, e querer organizar e reger o mundo pelas regras dos compêndios.”¹⁰⁵⁰ Para Eça, são estes doutores que desnacionalizam o Brasil, destroem a originalidade, teimando doutoral, moralmente e materialmente em o “enfardelarem numa fatiota europeia feita de francesismo, com remendos de vago inglesismo e de vago germanismo”, quando muito mais valia ser um lavrador original do que um doutor mal traduzido do francês.¹⁰⁵¹

Mas o Brasil ainda tem possibilidades de ter uma vida nacional só brasileira, quando a

Republica jacobino-positivista murchar como planta colocada artificialmente sobre o solo e sem raízes nele, e desaparecer de todo, uma manhã, levada pelo vento europeu e doutoral que a trouxe; e quando de novo, sem luta, e por uma mera conclusão lógica, surgir no Paço de S. Cristovão um novo Imperador ou Rei – o Brasil, repito, nesse momento tem uma chance de se desembaraçar do tapete europeu que o recobre, o desfeia, o sufoca.¹⁰⁵²

Fradique Mendes não via outra solução para que o Brasil fosse, efetivamente, um *novo-mundo*, e para que fosse uma grande nação, já que possui todas as potencialidades necessárias. À boa maneira aristotélica, o Brasil possui a matéria e a forma faltando-lhe o ato ou a energia capaz de lhe dar o ser que possui em potência. Em Aristóteles Deus é o artífice supremo, mas como se situa fora do tempo, a sua obra é puramente pensada. Mas em Eça o real, o realizado vive dentro da dimensão do tempo, pelo que apela que o “novo Imperador ou Rei seja moço forte, são, de bom parecer, bem brasileiro, que ame a natureza e deteste o livro”¹⁰⁵³, para que o país seja uma grande nação, dado que já possuem a melhor das qualidades que é a “Bondade”.

Também para Eduardo Prado, em *A Ilusão Americana*, as leis transplantadas arbitrariamente de um país para outro podem contrair funestos resultados, tal como aconteceu com um relógio solar que os

1049 Lamentava o escritor que os “velhos e simples costumes foram abandonados com desdém: cada homem procurou para a sua cabeça uma coroa de barão, e, com 47 graus de calor à sombra, as senhoras começaram a derreter dentro dos gorgorões e dos veludos ricos. Já nas casas não havia uma cadeira de palhinha, onde, ao fim do dia, o corpo encontrasse repouso e frescura: e começavam os damascos de cores fortes, os móveis de pés dourados, os reposteiros de grossas borlas, todo o pesadume de decoração estofada com que Paris e Londres se defendem da neve, e onde triunfa o Micróbio.” *Op. cit.*, p. 185.

1050 *Idem.*, p. 186.

1051 Afirmava Fradique que “Assim, o livre génio da Nação é constantemente falseado, torcido, contrariado na sua manifestação original – em tudo; em política, pelas doutrinas da Europa; em Literatura, pelas doutrinas da Europa; na sociedade, pelas modas da Europa. A famosa carta de alforria de 29 de Agosto de 1825 não serviu para as inteligências. Intelectualmente o Brasil é ainda uma colónia – um colónia do Boulevard. Letras, ciências, costumes, instituições, nada disso é nacional; tudo vem de fora, em caixotes, pelo paquete de Bordéus, de sorte que esse mundo, que orgulhosamente se chama novo, o Novo-Mundo, é na realidade um mundo velhíssimo, e vincado de rugas, dessas rugas doentias, que nos deram a nós, vinte séculos de literatura.” *Ibidem.*

1052 *Idem.*, p. 187.

1053 *Ibidem.*

romanos levaram para a Grande Grécia, colocando-o no Forum, sem atenderem nem à diferença de longitude nem à orientação do gnómon, dispondo-o ao acaso. Atesta Eduardo Prado que tal como o relógio que em Catania dava o tempo certo mas errava em Roma também as instituições “podem dar certo nos seus países de origem, e trazer confusão e a desordem nos países para onde arbitrariamente as transmudam”.¹⁰⁵⁴ Nesta altura, copiava-se os Estados Unidos e as suas leis políticas, dado serem um país rico, esquecendo-se que essa riqueza se devia à sua extensão, à opulência dos recursos naturais, pela fertilidade dos solos, pelos seus portos, grandes rios navegáveis, e por ter sido povoado pela raça saxónica. Os Estados Unidos são o país mais rico do mundo, mas não por causa do seu governo, mas pela união. Ora, no Brasil, nem se pode trocar o solo nem a raça, porque o que ele for tem que resultar do seu génio, de si mesmo, porque o que os países são é o resultado da inteligência dos seus governos, que conhecem as suas potencialidades.

Além do mais, para Eduardo Prado, a civilização não se mede pelo aperfeiçoamento material, mas sim pela elevação moral, porque o “verdadeiro termómetro da civilização de um povo é o respeito que ele tem pela vida humana e pela liberdade”.¹⁰⁵⁵ Se o Brasil, manteve durante tanto tempo a escravatura a culpa foi dos Estados Unidos, para Prado, alegando que não “teríamos conservado por tanto tempo aquela instituição iníqua, se a maior nação da América não tivesse tentado legitimá-la, e se, da parte escravocrata dos Estados Unidos, não nos viesse o incentivo, se não chegasse até nós a notícia do que se dizia e do que se fazia nos Estados Unidos para defender a escravidão”.¹⁰⁵⁶

Segundo Elza Miné podem-se distinguir “dois brasis” na obra não ficcional de Eça, nomeadamente na sua colaboração na *Gazeta de Notícias*, um antes da proclamação da República e outro depois, sabendo-se que, no tempo do Império, o Brasil apresenta ao jornalista pretextos para criticar a sua pátria, na altura em que escrevia de Bristol¹⁰⁵⁷, indo ao encontro da ideia que tem seguido a nossa reflexão. Para Eduardo Prado, a mudança para Paris contribui apenas para “desfrancesar” Eça de Queiroz, que acaba por completar naquela cidade a “dolorosa desilusão” de que a França era a “mãe das nações latinas”, considerando agora que a época era da autonomia de cada povo.¹⁰⁵⁸

Na verdade, Eça de Queiroz reencontra Portugal através de algumas personagens e de algumas personalidades, escrevendo-a na correspondência, para a pátria, e na obra de arte, para a elevar e para a aproximar do lugar que ocupara no mundo em séculos anteriores.

1054 *A Ilusão Americana*, *op. cit.*, p. 118.

1055 *Idem*, 119.

1056 *Ibidem*.

1057 Cfr. *Eça de Queirós Jornalista*, *op. cit.*, p. 50.

1058 Cfr. Eduardo Prado, “Eça de Queirós. O passado – O presente”, in *Ecoss do Brasil, Eça de Queirós, Leituras Portuguesas e Brasileiras*, Benjamim Abdala Junior (organizador), *op. cit.*, p. 60.

Considerações finais

O tema da emigração é uma constante na vida e obra de Eça de Queiroz, desde a sua juventude até à idade madura, desde os seus escritos iniciais, em publicações na imprensa, aos seus escritos mais requintados, na obra literária, quer em Portugal quer no estrangeiro, entrando no debate, que então se realizava no círculo intelectual português, em diferentes momentos de vida e de maturidade intelectual.

A forma como inicialmente aborda a temática não pode ser separada da sua história pessoal, de família, da primeira atividade profissional, das convicções sociais e políticas acerca de Portugal, e do ambiente cultural da sua geração. Até 1872, encontra-se nos seus textos uma conceção de emigração e de emigrante inseparável do que sente do estado da nação portuguesa, que tanto ama e que tanto o magoa, devido ao seu atraso em relação a outros países europeus. Esta postura leva-o a afirmar em *As Farpas*, em dezembro de 1871, que emigrar não é estranho, é estranho é que haja alguém que estranhe a emigração, porque vivemos num estado comparável, correlativo ao da Grécia, devido à “mesma pobreza”, à “mesma indignidade política”, à “mesma trapalhada económica”, ao “mesmo abaixamento dos caracteres”, à “mesma ladroagem”, à “mesma agiotagem”, à “mesma decadência de espírito”, à “mesma administração grotesca de desleixo e de confusão”. Nos livros estrangeiros, nas revistas, quando se quer falar de um país caótico, que pela decadência progressiva poderá vir a ser riscado do mapa da Europa, citam-se, a par, a Grécia e Portugal.

A emigração é um mal, mas dado o estado do país, não se deve criticar os que procuram Charles Nathan, o engajador que leva para a América do Norte, para Nova Orleães, com bons salários, os homens para todas as atividades que se ofereçam. Apesar de ser um “ser funesto”, deveriam todos acompanhá-lo e sair em massa. Ele próprio é lançado para fora da pátria na sequência de uma decisão governamental pouco clara e injusta, sendo conduzido para a ação diplomática na América Central, quando tinha tido a possibilidade de ir para a América do Sul, no Brasil, na Bahia, onde se teria sentido como em casa.

Durante a experiência diplomática, mostra-se sempre um observador atento da política internacional, dos problemas e desequilíbrios sociais, quer envolvam diretamente os portugueses ou outros povos, entregando-se à profissão, aliando a sua preocupação com a “humanidade”, à burocracia da gestão do consulado. De entre os relatórios enviados para Portugal, destacam-se os da primeira ação consular, em Havana, dada a sequência temática, a vontade de exercer uma atividade diplomática exemplar, de ser um gestor consular empenhado, competente, capaz de resolver as causas correntes, como a imigração chinesa, ser notado no país pela real ação do cargo e não por uma atividade acessória. Redige, por isso, relatórios que mostram que conhece a lei consular, as competências atribuídas, tentando

resolver os problemas com mestria e originalidade, sem colocar em causa os interesses de Portugal, de Espanha, de Cuba e da imigração chinesa, revelando força de caráter e um modelo a seguir.

Os chineses são a sua maior preocupação, porque, em primeiro lugar, são a principal fonte de receitas do consulado; em segundo lugar, porque tem conhecimento da forma como são recrutados na China, como são transportados até Cuba, como desembarcam os “coolies”, os “porcos”, como eram chamados, e como são tratados pelos plantadores avaros; em terceiro lugar, porque conhece os interesses que vários países têm nesta imigração. No entanto, lida com outro problema, o dos portugueses ali exilados de Nova Orleães, para onde tinham sido levados por Charles Nathan, problema sobre o qual já se tinha referido em *As Farpas*, mas que agora vive na primeira pessoa.

Na verdade, os relatórios caprichosamente elaborados para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, para Lisboa, dando-lhe conta dos problemas que enfrenta, são reveladores de empenho, de método, de ordem, de disciplina profissional, mas não têm as respostas desejadas. A imigração chinesa era um problema complexo, porque a raça estava bem adaptada ao trabalho colonial, era empreendedora, mas escravizada, fazendo descer o preço do trabalho e da produção, o que acabava por fazer concorrência às colónias da Inglaterra e da França, que sentiam falta de braços, devido à abolição da escravatura. Assistia-se, assim, ao encarecimento dos produtos, o que lhes impedia de competir com Cuba. Neste contexto, a Inglaterra nunca deixou de fazer pressão sobre Portugal e o governo de Macau, a colónia portuguesa por onde imigravam os chineses para Cuba e para outros pontos da América Central.

Cuba era uma colónia de Espanha, lugar de vários centros de interesses, nomeadamente da sede de independência por parte dos cubanos, organizada em movimentos, um deles ocorrido durante o período consular de Eça, a “Insurreição”, chegando o cônsul a ser acusado, injustamente, de nada fazer pela causa. João de Andrade Corvo tinha que saber resolver a situação da imigração asiática de forma diplomática, já que Portugal não queria perder Macau, conhecia os interesses da Espanha em manter aquela colónia, e de Macau é constantemente solicitado por várias entidades, nomeadamente por S. Januário, o governador, que o coloca a par de todas as pressões sentidas, tanto pela forma como se faz o recrutamento de chineses, como pela ação dos empregadores portugueses, como pelas questões filantrópicas invocadas pela Inglaterra, que, na verdade, eram uma dissimulação de outros interesses, tal como o próprio ministro reconhece.

Andrade Corvo sentia-se pressionado, de modo que, dos muitos documentos que insere no *Relatório e Documentos sobre a Abolição da Emigração de Chinas Contratados em Macau, Apresentado às Cortes na Sessão Legislativa de 1874*, apenas um relatório é de Eça de Queiroz, precisamente o de 17 de maio, de 1873, no qual expõe a posição da Espanha em relação aos possuidores de colonos e a ação repressiva dos Estados Unidos sobre a questão, a avidez dos plantadores, as tristes

condições de vida da raça e os preconceitos dos cubanos e espanhóis sobre a sua forma de vida, os transportes, mas também a necessidade de a manter por Macau, porque, por Hong Kong e Cantão, a Inglaterra só permite que o colono seja contratado por cinco anos, e, finalmente, se esta imigração acabasse seria a ruína da ilha. Este foi o único documento produzido por Eça que Andrade Corvo incluiu no processo, ignorando as solicitações do cônsul sobre o que podia fazer pela manutenção do consulado se legalizasse os chineses, já que vivia de receitas próprias, e o que podia fazer pelo bem estar da própria raça.

A maioria dos biógrafos do escritor, desde Archer de Lima, insiste na nobreza da ação consular de Eça de Queiroz, sendo por ela que Andrade Corvo lhe pôs termo. Na verdade, essa ação foi nobre e grandiloquente, mas, analisado o relatório do ministro, verifica-se que não foi Eça o principal responsável pela decisão de pôr termo à imigração chinesa por Macau. Inicialmente, ele próprio, julga-se capaz e competente para mudar o rumo desta forma dissimulada de escravatura, que é o trabalho servil chinês, depositando todo o seu empenho na forma burocrática de intervir, mas, lentamente, vai compreendendo que o destino dos povos depende de interesses mais elevados entre as nações.

A viagem que empreende pela América do Norte, durante a passagem por Havana, apresenta-se, em primeiro lugar, como uma forma de se aliviar do clima atmosférico, mas também do desgaste que a vida consular lhe estava a causar. Os problemas diplomáticos começavam a apresentar-se-lhe insolúveis e começava a sentir-se impotente para os resolver, de modo que, por um lado, propõe-se ver *in loco* as condições e qualidade de vida de uma América de sonho, que anteriormente vislumbrara e antevira através do navio americano atracado no Tejo, “Miantonomah”, local para onde tantos portugueses tinham emigrado, em 1872. Iria, assim, ter oportunidade de ajuizar sobre a América e os americanos, em sintonia com as impressões de Antero de Quental, dada a viagem que este empreendera em finais da década de sessenta, e que o lançara no debate sobre a questão social portuguesa, tendo arrastado consigo o grupo do “Cenáculo” e a “Geração de 70”. Realmente, as viagens de Antero muito contribuíram para inquietar os intelectuais da época, para o inconformismo político, económico e social, nomeadamente de Eça de Queiroz. Era preciso fazer uma revolução no meio intelectual português, não na rua, mas em salas de conferência, para aludir à conferência do casino de Eça, na qual defendera que a arte, estampada em livro ou no jornal, deveria ser a principal arma de combate.

A passagem do escritor por este hemisfério do continente americano revelar-se-á de uma importância capital na sua vida e obra, já que é ali que sente a necessidade de ser escritor, para além de cônsul, uma vez que o exílio e as saudades da pátria o ensinam a amá-la através da arte. A diplomacia, em que primeiro investe todo o seu espírito, vai gradualmente cedendo lugar à literatura, a sua verdadeira vocação.

Na verdade, dados os problemas vividos, as adversidades sentidas, reformula ideias e convicções acerca da emigração portuguesa, a que não são alheios os diferentes ambientes vividos, o contacto com o Novo Mundo, a maturidade intelectual, o convívio com novas pessoas e o encontro de novos amigos. O seu humanismo revela-se na constante preocupação com quem sofre, quer seja com os emigrantes chineses que chegam a Havana através dos portos de Macau e, por isso, chamados portugueses, com os que são levados para a América, para Nova Orleães, e, sempre, com os que partem para o Brasil e de lá regressam, quer sejam *brasileiros* nascidos em Portugal ou brasileiros natos que, de alguma forma, têm ligações a este país.

Na obra literária, vai dar continuidade ao debate sobre a emigração portuguesa, através das personagens envolvidas no fenómeno, o que pensa de Portugal, das relações entre Portugal e outras nações, entre Portugal e a Europa, entre Portugal e outros continentes, nomeadamente as Américas, Ásia e África. Efetivamente, a época de Eça é marcada por uma forte emigração portuguesa para a América, quer seja para a antiga colónia sul americana, dada a situação política e económico-social de Portugal e do Brasil, mas, também para os Estados Unidos, para Nova Orleães, devido à atração que este continente exercia sobre a mão de obra europeia, nomeadamente sobre a portuguesa. As suas personagens são criadas estrategicamente, sob a influência dos diferentes meios, para falarem por si e para difundir ideias do criador Eça de Queiroz. Analisados os tipos de personagens construídos, na história e na ficção, seja em que género literário se posicione, o que encontramos são tipos sociais, que não raras vezes não se identificam com um grupo social definido, querendo até romper com ele, fazendo retratos da vida portuguesa, de personagens que se movimentam entre o Velho e o Novo Mundo.

Alguns biógrafos afirmaram que, dado ter tido uma experiência consular negativa em terras da América, nunca mais falará delas nem as retrata na obra literária. Nada mais falso. Na verdade, esses retratos nem sempre são feitos com personagens principais, mas com personagens secundárias, algumas vezes simples figurantes, que são o pano de fundo, o cenário das cenas retratadas, mas com papel determinante no destino das primeiras. Portugal, Europa, América, África e até Ásia, são uma constante na obra ficcional e não ficcional, nos romances e contos, correspondência consular e não consular, construindo tipos da sociedade portuguesa, da inglesa, da americana, nomeadamente, da América Central, do Norte e do Sul, da africana e da asiática, porque o seu principal objetivo é fazer retratos de meios vividos por portugueses, dos seus movimentos entre o Velho e o Novo Mundo, e da ligação de Portugal e da Europa com os outros continentes.

A ironia é a principal característica da sua escrita, porque o que pretendia era despertar as mentes adormecidas, para corrigir os males estruturais do país e colocá-lo no lugar glorioso que tivera noutras eras. A ironia atravessa toda a obra, desde os tempos do *Distrito de Évora*, e vai mudando de tom conforme a fase da vida em que se encontra e os assuntos a tratar, ora resvalando para a sátira, ora para o

riso, ora para o humor. De resto, trata-se de uma arte, de uma estética, pela qual eleva as ideias a um plano superior e constrói uma ética, sem medo de se comprometer, embora pagasse um preço elevado por ela, já que foi acusado de ser antipatriótico e de ter despoletado uma onda de conflitos no Brasil, em Pernambuco, sendo acusado de “antibrasileirismo”. Por outro lado, é também acusado de “impatriotismo” o que, segundo alguns críticos resulta de uma indesculpável ignorância da sua obra ou de lamentável provocação por partidarismos mesquinhos, sendo feita por críticos parciais.

Foi necessário procedermos a uma análise conjunta das suas crônicas com as de Ramalho Ortigão, dada a cumplicidade nas temáticas abordadas que um enceta e outro conclui e vice versa. Isolar os autores e as crônicas é quebrar um ritmo e uma lógica que altera e pode deturpar o significado das mensagens e até o caráter do autor. O caso mais flagrante é o da viagem de D. Pedro II, imperador do Brasil, a Portugal e à Europa, entre 1871 e 1872, em que Ramalho Ortigão redige grande número de crônicas, mas que, na verdade, são atribuídas a Eça de Queiroz. A própria crônica sobre os “brasileiros”, que tanto incomodara os cidadãos do Brasil, é encetada por Ramalho e concluída por Eça, com uma ironia provocatória, devido à publicação da obra em fascículos em Pernambuco, que muito indignara os autores. O problema tivera início em 1871, por ocasião da primeira passagem do imperador por Portugal, cujo fascículo foi divulgado em Pernambuco, sendo muito aplaudido pelos antimonárquicos.

Este problema deve ser contextualizado e compreendido num âmbito mais vasto, no do antilusitanismo latente naquela província, sendo *As Farpas* simplesmente um pretexto, um fraco pretexto, porque não era um simples pedaço de papel que despoletava a ira de um povo. Efetivamente, a crítica aos “brasileiros”, portugueses e brasileiros “brasílicos”, tal como Eça chama aos nascidos no Brasil, insere-se numa crítica mais vasta à sociedade portuguesa, apresentando-se a emigração como solução para os males estruturais da nação, que “manda” para fora da pátria os mais jovens, que podiam laborar no país e enriquecê-lo, e depois acolhe-os com títulos nobiliárquicos, fã-los barões e comendadores, muitas vezes uma “inutilidade a engordar”, o que mais o incomodava. Contudo, Eça de Queiroz viria a provar que não era antibrasileiro assim como não era antiportuguês, já que, segundo o amigo Eduardo Prado, para ele, falar de Portugal era o mesmo que falar do Brasil.

O “sonho americano” que levava tantos portugueses para a América é questionado por Eça de Queiroz, posto em causa, porque a América do Norte podia ser uma nação rica, onde muitos podiam realizar os seus sonhos, mas, para além de revelar grande falta de civilização, continha tantos riscos como outros destinos, propondo em 1890, em *Uma Campanha Alegre*, a emigração para o Brasil, para S. Paulo. A emigração é uma força civilizadora da humanidade, se for feita de forma “civilizada”, livre e espontânea, afastada da ação dos engajadores, tornando-se o ato daquilo que é potencialmente: uma

solução para os migrantes, para os países de origem e de destino, afirmando na *Gazeta de Notícias*, em 1895: “Felizes os que se movem, com espírito sereno e livre, num ar luminoso e macio!”

Uma questão que fica em aberto, partindo do princípio estabelecido que uma filosofia da literatura e da cultura não são suficientes para se afirmar com ela a existência de uma filosofia nacional, embora se reconheça que “a filosofia não está atada a uma expressão única”¹⁰⁵⁹, é saber se a obra literária de Eça de Queiroz contém alguma forma de expressão filosófica. Fr. João Ferreira não tem dúvidas em afirmar que têm grande altura filosófica grandes nomes da cultura portuguesa, ao longo dos séculos, distinguindo no século XIX Antero de Quental e outros nomes da “Geração de 70”. A posição de Eça face a Portugal e ao mundo participa, em grande parte, da posição coletiva dos companheiros da sua idade, pela qualidade de autores conscientes, para quem a vida é uma interrogação constante, apresentando-se como autores ou escritores de interrogação existencial, protótipos da filosofia do concreto, ricos de intuições e de filosofemas de pureza humana. Considera o autor, que apesar de “de pertencerem mais ao género emotivo e intuitivo do que ao tipo intelectualista e abstrato, entram também no sentido original de filósofos, pois são verdadeiros *mendigos da sabedoria*, peregrinantes da realidade, encoberta pelo verbo escuro, que esconde a Verdade”¹⁰⁶⁰. A filosofia nacional alimenta-se dentro de uma pluralidade fecunda, de vários quadrantes, que podem fazer dela, em certo sentido, um bloco unitário, ao qual pertence também a literatura com recheio filosófico.¹⁰⁶¹ As reflexões em torno da arte, as expressões e posições políticas, filosóficas e éticas dialogam com o ideário estético de Eça, que compreende arte e humanidade como algo uno e indissociável.

1059 Fr. João Ferreira, *Existência e Fundamentação geral do problema da filosofia portuguesa*, Braga, Tip. Editorial Franciscana, 1965, p. 42.

1060 *Idem*, p. 43.

1061 Cfr. *idem*, p. 44.

Anexos

Anexo 1: *Leitor de “bom senso”*¹⁰⁶²

<i>As Farpas</i> ¹⁰⁶³	<i>Uma Campanha Alegre</i> ¹⁰⁶⁴
<p>Maio de 1871.</p> <p>Leitor de bom senso - que abres curiosamente a primeira página deste livrinho, sabe, leitor - celibatário ou casado, proprietário ou produtor, conservador ou revolucionário, velho patuleia ou legitimista hostil - que foi para ti que ele foi escrito – se tens bom senso! E a ideia de te dar assim todos os meses, enquanto quiseres, cem páginas irónicas, alegres, mordentes, justas, nasceu no dia em que pudemos descobrir, através da penumbra confusa dos factos, alguns contornos do perfil do nosso tempo.</p> <p>Aproxima-te um pouco de nós, e vê.</p> <p>O país perdeu a inteligência e a consciência moral. Os costumes estão dissolvidos, as consciências em debandada, os caracteres corrompidos. A prática da vida tem por única direcção a conveniência. Não há princípio que não seja desmentido. Não há instituição que não seja escarneada. Ninguém se respeita. Não há nenhuma solidariedade entre os cidadãos. Ninguém crê na honestidade dos homens públicos. Alguns agiotas felizes exploram. A classe média abate-se progressivamente na imbecilidade e na inércia. O povo está na miséria. Os serviços públicos são abandonados a uma rotina dormente. O desprezo pelas ideias aumenta em cada dia. Vivemos todos ao acaso. Perfeita, absoluta indiferença de cima a baixo! Toda a vida espiritual, intelectual, parada. O tédio invadiu as almas. A mocidade arrasta-se, envelhecida, das mesas das secretarias para as mesas dos cafés. A ruína económica cresce, cresce, cresce. As quebras sucedem-se. O pequeno comércio definha. A indústria enfraquece. O salário diminui. A renda também diminui. O Estado é considerado na sua ação fiscal como um ladrão e tratado como um inimigo.</p> <p>Neste <i>salve-se quem puder</i> a burguesia proprietária de casas explora o aluguel. A agiotagem explora o juro. A ignorância pesa sobre o povo como uma fatalidade. O número das escolas só por si é</p>	<p>Maio de 1871.</p> <p>Leitor de bom senso, que abres curiosamente a primeira página deste livrinho, sabe, leitor celibatário ou casado, proprietário ou produtor, conservador ou revolucionário, velho patuleia ou legitimista hostil, que foi para ti que ele foi escrito – se tens bom senso! E a ideia de te dar assim todos os meses, enquanto quiseres, cem páginas irónicas, alegres xxx e justas, nasceu no dia em que pudemos descobrir, através da ilusão das aparências, algumas realidades do nosso tempo.</p> <p>Aproxima-te um pouco de nós, e vê.</p> <p>O País perdeu a inteligência e a consciência moral. Os costumes estão dissolvidos xxx e os caracteres corrompidos. A prática da vida tem por única direcção a conveniência. Não há princípio que não seja desmentido, nem instituição que não seja escarneada. Ninguém se respeita. Não existe nenhuma solidariedade entre os cidadãos. Já se não crê na honestidade dos homens públicos. Xxx A classe média abate-se progressivamente na imbecilidade e na inércia. O povo está na miséria. Os serviços públicos vão abandonados a uma rotina dormente. O desprezo pelas ideias aumenta em cada dia. Vivemos todos ao acaso. Perfeita, absoluta indiferença de cima a baixo! Todo o viver espiritual, intelectual, parado. O tédio invadiu as almas. A mocidade arrasta-se, envelhecida, das mesas das secretarias para as mesas dos cafés. A ruína económica cresce, cresce, cresce... xxx O comércio definha. A indústria enfraquece. O salário diminui. A renda diminui. O Estado é considerado na sua ação fiscal como um ladrão e tratado como um inimigo.</p> <p>Neste <i>salve-se quem puder</i> a burguesia proprietária de casas explora o aluguel. A agiotagem explora o juro.</p> <p>De resto a ignorância pesa sobre o povo como</p>

1062 O texto a vermelho assinala as diferenças de redação e conteúdos originais, em cada um dos textos, e os “x”, a vermelho ou a preto, indicam os cortes.

1063 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, pp. 16-33.

1064 *Uma Campanha Alegre, op. cit.*, pp. 11-29.

dramático. O professor é um empregado de eleições. A população dos campos, **xxx** vivendo em casebres ignóbeis, sustentando-se de sardinha e de **vinho**, trabalhando para o imposto por meio de uma agricultura decadente, **puxa uma vida miserável, sacudida pela penhora: ignorante, entorpecida, de toda a vitalidade humana conserva unicamente um egoísmo feroz e uma devoção automática. No entanto a intriga política alastra-se. O país vive numa sonolência enfasiada. Apenas a devoção insciente perturba o silêncio da opinião, com *padre-nossos* maquinais.**

Não é uma existência, é uma expiação.

A certeza deste rebaixamento invadiu todas as consciências. Diz-se por toda a parte: o país está perdido! Ninguém se ilude. Diz-se nos conselhos de ministros e nas estalagens. E que se faz? Atesta-se, conversando e jogando o voltarete, que de norte a sul, no Estado, na economia, na moral, o país está desorganizado – e pede-se conhaque!

Assim todas as consciências certificam a podridão; mas todos os temperamentos se dão bem na podridão!

Nós não quisemos ser cúmplices na indiferença universal. E aqui começamos, serenamente, sem injustiça e sem cólera, a apontar dia por dia o que poderíamos chamar – o progresso da decadência. Devíamos fazê-lo com a indignação dramática de panfletários? Com a serenidade experimental de críticos? Com a jovialidade fina de humoristas?

Não é verdade, leitor de bom senso, que humoristicamente o deveríamos fazer? Porque, bem vês, está decadência está endurecida: a dissolução tornou-se um hábito, quase um bem-estar, para muitos uma indústria. Parlamentos, ministérios, eclesiásticos, políticos, exploradores, estão de pedra e cal na corrupção. O áspero Veillot não bastaria; Proudhon ou Vacherot seriam insuficientes.

Contra esta organização oficial é necessário ressuscitar as gargalhadas históricas de Manuel Mendes Enxúndia.

Que uma vez se ponha a galhofa ao serviço da justiça!

Achas imprudente? Achas inútil? Achas irrespeitoso? Preferias que fizéssemos um jornal político, inteiro, com todas as suas inépcias, todas as suas calúnias, vasto logradouro de ideias triviais, que

um **nevoeiro**. O número das escolas só por si é dramático. O professor tornou-se um empregado de eleições. A população dos campos, **arruinada**, vivendo em casebres ignóbeis, sustentando-se de sardinha e de **ervas**, trabalhando só para o imposto por meio de uma agricultura decadente, **leva uma vida de misérias, entrecortada de penhoras. A intriga política alastra-se por sobre a sonolência enfasiada do País. Apenas a devoção perturba o silêncio da opinião, com padre-nossos maquinais.**

Não é uma existência, é uma expiação.

E a certeza deste rebaixamento invadiu todas as consciências. Diz-se por toda a parte: «o País está perdido!» Ninguém se ilude. Diz-se nos conselhos de ministros e nas estalagens. E que se faz? Atesta-se, conversando e jogando o voltarete, que de norte a sul, no Estado, na economia, na moral, o País está desorganizado – e pede-se conhaque!

Assim todas as consciências certificam a podridão; mas todos os temperamentos se dão bem na podridão!

Nós não quisemos ser cúmplices na indiferença universal. E aqui começamos, sem azedume e sem cólera, a apontar dia por dia o que poderíamos chamar – o progresso da decadência. Devíamos fazê-lo com a indignação amarga de panfletários? Com a serenidade experimental de críticos? Com a jovialidade fina de humoristas?

Não é verdade, leitor de bom senso, que neste momento histórico só há lugar para o humorismo? Esta decadência tomou-se um hábito, quase um bem-estar, para muitos uma indústria. Parlamentos, ministérios, eclesiásticos, políticos, exploradores, estão de pedra e cal na corrupção. O áspero Veillot não bastaria; Proudhon ou Vacherot seriam insuficientes. **Contra este mundo é necessário ressuscitar as gargalhadas históricas do tempo de Manuel Mendes Enxúndia. E mais uma vez se põe a galhofa ao serviço da justiça.**

Achas imprudente? Achas inútil? Achas irrespeitoso? Preferias que fizéssemos um jornal político, com todas as suas inépcias e todas as suas calúnias, vasto logradouro de ideias triviais, que

desmaiam de fadiga entre as mãos dos tipógrafos?

Não. Fundaríamos antes um depósito de bichas de sangrar, ou uma casa de banhos quentes. E se nos tiranizasse excessivamente o astuto demónio da prosa, então, em honrada companhia do Sr. Fernandez de los Rios, ajoujados aos líricos de Barcelona, cantaríamos, voltados para os lados da Palestina, a *pátria*, a *fé* e o *amor*! E patentearíamos aquela crença vivida, **aquele entusiasmo ativo**, aquele *arranque* peninsular, com que outrora se pelejou a batalha de Aljubarrota e hoje se fazem caixinhas de obreias!

Aqui estamos pois diante de ti, mundo oficial, constitucional, burguês, proprietário, doutrinário e grave!

Não sabemos se a mão que vamos abrir está ou não cheia de verdades. Sabemos que está cheia de negativas.

Não sabemos, talvez, onde se deve ir; sabemos, decerto, onde se não deve estar. Catão, com Pompeu e com César à vista, sabia de quem havia de fugir, mas não sabia para onde. Temos esta meia ciência de Catão.

De onde vimos? Para onde vamos? – Podemos apenas responder:

Vimos de onde vós estais, vamos para onde vós não estiverdes.

Nesta jornada, longa ou curta, vamos sós. Não levamos bandeira, nem clarim. Pelo caminho não leremos a *Nação*, nem o *Almanaque das Cacholetas*. Vamos conversando um pouco, rindo muito.

Somos dois simples sapadores às ordens do senso comum. Por ora no alto da colina aparecemos só nós. **O grosso do exército vem atrás. Chama-se a justiça**

Assim vamos. E na epiderme de cada facto contemporâneo cravaremos uma farpa: apenas a porção de ferro estritamente indispensável para deixar pendente um sinal. As nossas bandarilhas não têm cor, nem o branco da auriflama, nem o azul da blusa. Nunca poderão **estas farpas ligeiras** ferir a grande artéria social: ficarão à epiderme. Dentro continuará a correr serenamente a matéria vital – sangue azul ou sangue vermelho, dissolução de guano ou extrato de salsaparrilha.

Vamos rir, pois. O riso é um **castigo**; o riso é uma filosofia. Muitas vezes o riso é uma salvação. **Na política constitucional o riso é uma opinião.**

desmaiam de fadiga entre as mãos dos tipógrafos?

Não. Fundaríamos antes um depósito de bichas de sangrar, ou uma casa de banhos quentes.

E se nos tiranizasse excessivamente o astuto demónio da prosa, então, em honrada companhia do Sr. Fernandez de los Rios, ajoujados aos líricos de Barcelona, cantaríamos, voltados para os lados da Palestina, a *pátria*, a *fé* e o *amor*! E patentearíamos aquela crença vivida, **aquele arranque peninsular**, com que outrora se pelejou a batalha de Aljubarrota – e hoje se fazem caixinhas de obreias!

Aqui estamos pois diante de ti, mundo oficial, constitucional, burguês, doutrinário e grave!

Não sabemos se a mão que vamos abrir está ou não cheia de verdades. Sabemos que está cheia de negativas.

Não sabemos, talvez, onde se deve ir; sabemos, decerto, onde se não deve estar. Catão, com Pompeu e com César à vista, sabia de quem havia de fugir, mas não sabia para onde. Temos esta meia ciência de Catão.

De onde vimos? Para onde vamos? – Podemos apenas responder:

«Vimos de onde vós estais, vamos para onde vós não estiverdes.»

Nesta jornada, longa ou curta, vamos sós. Não levamos bandeira, nem clarim. Pelo caminho não leremos a *Nação*, nem o *Almanaque das Cacholetas*. Vamos conversando um pouco, rindo muito.

Somos dois simples sapadores às ordens do senso comum. Por ora, no alto da colina, aparecemos só nós. **O grosso do exército vem atrás. Chama-se a justiça.**

Assim vamos. E na epiderme de cada facto contemporâneo cravaremos uma farpa. Apenas a porção de ferro estritamente indispensável para deixar pendente um sinal! As nossas bandarilhas não têm cor, nem o branco da auriflama, nem o azul da blusa. Nunca poderão **tão ligeiras Farpas** ferir a grande artéria social: ficarão à epiderme. Dentro continuará a correr serenamente a matéria vital – sangue azul ou sangue vermelho, dissolução de guano ou extrato de salsaparrilha.

Vamos rir, pois. **Xxx** O riso é uma filosofia. Muitas vezes o riso é uma salvação. E em política constitucional, pelo menos, o riso é uma opinião.

Aqui está esta pobre **carta constitucional** que declara com ingenuidade que o país é católico e monárquico. É por isso talvez que ninguém crê na religião, e que ninguém crê na realeza! É que ninguém crê em ti, ó carta constitucional, **cansada musa da burguesia!** Ninguém crê em ti. Os ministros que te fazem cumprir, **os jornalistas que te citam**, os juristas que te comentam, os professores que te ensinam, as autoridades que te realizam, os padres que falam em ti à missa conventual, aqueles **mesmos cuja única profissão é crer em ti**, aqueles que te amaram, e os outros que te violaram, todos te renegam, e, ganhando o seu pão em teu nome, ridicularizam-te pelas mesas dos botequins!

A *Carta adorada da Grã-Duquesa* tem mais sucesso do que tu!

Descreu-se da religião, a que tu deste a honra de um parágrafo.

A burguesia **desprende-se da crença**, fez-se *livre-pensadora*. Tem ainda um resto de respeito maquinal pelo Todo-Poderoso, mas criva de epigramas as pretensões divinas de Jesus, e diz coisas desagradáveis ao papa. O ceticismo faz parte do bom gosto. Nenhum ministro que se preze ousaria acreditar em S. Sebastião. A teologia, o maior monumento do espírito humano, faz estalar de riso os **senhores** liberais. Desprezam-se os padres e despreza-se o culto, o que não impede que a propósito de qualquer coisa se exija o juramento!

A religião ficou sendo um artigo de moda. Expulsa da consciência liberal, as burguesas enriquecidas tomaram-na sob a sua proteção: **é um bom-tom aristocrático. Elas gostam igualmente** que as suas parselhas sejam vistas à porta da *Marie* e à porta dos *Inglesinhos*. Aceitam Deus como um *chic*.

Nos templos **mesmos** a religião caiu em descrédito: **ser** padre não é uma convicção, é um ofício; **creem e oram** na proporção da cônica. **E como acreditam mais na secretaria dos negócios eclesiásticos do que na revelação divina, trabalham nas eleições.** O povo, esse, reza. É a única coisa que faz além de pagar.

A pobre realeza, que a carta tanto honra, não é mais bem sucedida. É a perpétua escarneada. **É escarneada pelos jornais que estão na oposição**, e pelos governos demitidos. É escarneada nos teatros, onde o tipo do *Rei Bobeche* **teve a altura de um panfleto.** É escarneada nas **mágicas**, nas conversações

Aqui está esta pobre **Carta Constitucional** que declara com ingenuidade que o País é católico e monárquico. É por isso talvez que ninguém crê na religião, e que ninguém crê na realeza! E que ninguém crê em ti, ó Carta Constitucional! **xxx** Os ministros que te defendem, os jornais que te citam, os juristas que te comentam, os professores que te ensinam, as autoridades que te realizam, os padres que falam em ti à missa conventual, aqueles mesmo cuja única profissão era crer em ti, todos te renegam, e, ganhando o seu pão em teu nome, ridicularizam-te pelas mesas dos botequins!

A *Carta adorada da Grã-Duquesa* tem mais sucesso do que tu!

Descrê-se da religião, a que deste a honra de um parágrafo.

A burguesia **fez-se livre-pensadora**. Tem ainda um resto de respeito maquinal pelo Todo-Poderoso, mas criva de epigramas as pretensões divinas de Jesus, e diz coisas desagradáveis ao papa. O ceticismo faz parte do bom gosto. Nenhum ministro que se preze ousaria acreditar em S. Sebastião. A teologia, o maior monumento do espírito humano, faz estalar de riso os cavalheiros liberais. Desprezam-se os padres e despreza-se o culto, o que não impede que a propósito de qualquer coisa se exija o juramento!

A religião ficou sendo um artigo de moda. Expulsa da consciência liberal, as burguesas enriquecidas tomaram-na sob a sua proteção: **e gostam igualmente** que as suas parselhas sejam vistas à porta da *Marie* e à porta dos *Inglesinhos*. Aceitam Deus como um chique.

Nos templos mesmo a religião caiu em descrédito. **Ser** padre não é uma convicção, é um ofício; o sacerdote crê e ora na proporção da cônica. **E como acredita mais na secretaria dos negócios eclesiásticos do que na revelação divina, trabalha nas eleições.** O povo, esse, reza. É a única coisa que faz além de pagar.

A pobre realeza, que a Carta tanto honra, não é mais bem sucedida. É a perpétua escarneada. É escarneada pelos jornais de oposição, e pelos governos demitidos. É escarneada nos teatros, onde o tipo do *Rei Bobeche* **teve o triunfo de um panfleto.** É escarneada **nas conversações dos cafês**, e na

dos cafês, e no Grémio.

Na carta, a realeza é irresponsável. Na política é outra coisa: não há partido que não lance a sua inépcia à conta da realeza. – *Se não fosse o rei!* – é a desculpa invariável dos ministros que não governam, dos oradores que não escrevem e dos intrigantes que não alcançam.

A realeza é acusada por tudo: pelas despesas que faz e pela pobreza em que vive; pela sua ação e pela sua inação; por dar bailes e por não dar bailes. Estão com ela num estado nervoso, como com um importuno a quem não têm coragem de dizer: *vai-te embora!*

Assim procede com a realeza e a opinião liberal. No entanto continua a dizer que existe um trono. Existe para ela como um efeito de Quintiliano – como um movimento de eloquência para os discursos de grande gala!

Apesar disso a esta política infiel aos seus princípios, vivendo num perpétuo desmentido de si mesma, desautorizada, apupada, pede ainda uma multidão inumerável de simples a salvação da *coisa pública*. É trágico, como se se pedisse a um bobo paralítico mais uma cambalhota ou mais um chiste.

O orgulho da política nacional é ser doutrinária. Cada um diz: - *sou doutrinário, eu!* – Ser doutrinário é ser um tanto ou quanto de todos os partidos; é ter deles por consequência o mínimo; é não ser de partido nenhum – ou ser cada um apenas do partido do seu egoísmo.

De modo que todos estes monárquicos, bem no íntimo, votariam por uma república. Todos que se dizem republicanos terminam por concordar que é indispensável a monarquia!

Quer-se geralmente o prestígio da realeza e a majestade do poder, mas deseja-se que el-rei se exhiba numa sege de aluguel e que sua majestade a rainha não tenha mais que dois pares de botinas.

Chega-se a admirar Luís Blanc alguns mais exaltados vão até à Fourier, mas prefere-se a tudo isso uma terra de sementeira obrigada à cônica para o pároco e aos tantos por cento para a viação. A burguesia invejosa e desempregada fala na *federação*, na *república federativa*, na *extinção do funcionalismo*, na *emancipação das classes operárias*; mas entende que o país pode esperar por esses benefícios todos se no entanto lhe derem a ela lugares de governadores

maledicência do Grémio.

Segundo a Carta, a realeza é irresponsável. Mas não há partido que não lance a sua inépcia à conta da realeza. – «Se não fosse o Rei!» é a desculpa invariável dos ministros que não governam, dos oradores que não falam, dos jornalistas que não escrevem, dos intrigantes que não alcançam.

A realeza é acusada por tudo: pelas despesas que faz e pela pobreza em que vive; pela sua ação e pela sua inação; por dar bailes e por não dar bailes. O público está para com ela num estado enervado, como com um importuno a quem não lhe convém dizer: «Vai-te embora!»

No entanto, a opinião liberal continua a declarar que existe um trono. Existe para ela como um efeito de Quintiliano – como um movimento de eloquência para os discursos de grande gala!

Apesar disso, a esta política infiel aos seus princípios, vivendo num perpétuo desmentido de si mesma, desautorizada, apupada, pede ainda, a uma multidão inumerável de simples, a salvação da *coisa pública*. E trágico, como se se pedisse, a um palhaço de pernas quebradas mais uma cambalhota ou mais um chiste.

O orgulho da política nacional é ser doutrinária. Xxx Ser doutrinário é ser um tanto ou quanto de todos os partidos; é ter deles por consequência o mínimo; é não ser de partido nenhum – ou ser cada um apenas do partido do seu egoísmo.

De modo que todos estes monárquicos, bem no íntimo, votariam por uma república. Todos estes republicanos terminam por concordar que é indispensável a monarquia.

Quer-se geralmente o prestígio da realeza e a majestade do poder; mas deseja-se que el-rei se exhiba numa sege de aluguel e que sua majestade a rainha não tenha mais que dois pares de botinas.

Chega-se a admirar Luís Blanc, xxx mas prefere-se a tudo isso uma terra de sementeira obrigada à cônica para o pároco e aos tantos por cento para a viação. A burguesia invejosa e desempregada fala na *federação*, na *república federativa*, na *extinção do funcionalismo*, na *emancipação das classes operárias*; mas entende que o País pode esperar por estes benefícios todos, se no entanto lhe derem a ela lugares de governadores civis

civis ou de chefes de secretaria. Uma plebe **demagoga e ignara** fala em beber o sangue da nobreza; mas ficaria monarquicamente satisfeita se a nobreza, **em vez de oferecer a veia braquial, mandasse abrir Cartaxo.**

Tanto se conciliam todos! É assim que o egoísmo domina. **A corrupção toma o lugar da filosofia.** Cada um se abaixa avidamente sobre o seu prato. **As forças vivas não têm emprego!**

– Mas tudo se equilibra, diz a opinião constitucional, não há comoções, não há lutas!

Sim tudo se equilibra – no desprezo **pele** desprezo.

Nas sociedades corrompidas a ordem chega assim às vezes a reinar.

É a ordem pelo desdém. Outros diriam pela imbecilidade!

A opinião é tão indiferente e alheia às mudanças de ministérios, como as cadeiras do Governo são indiferentes a suportarem a pesada corpulência do gordo ministro A, ou a inquietação nervosa do **estético** ministro B. O país ouve falar da evolução política com a mesma distração com que ouve falar dos negócios do Cáucaso.

Sabem, pois, qual seria o Governo útil, proficuo, necessário, neste deplorável estado do espírito público?

Aquele que o país, chamado a pronunciar-se por um plebiscito negativo, declarasse terminantemente e compactamente – que não queria. Porque então a opinião acordaria talvez, viveria, lutaria, e apareceriam dois partidos que não existem agora, e sobre os quais gira como nos seus polos naturais a lei do aperfeiçoamento: – para um lado a **reação tenaz**, para outro a **revolução radical.**

Até lá, os poderes do estado subsistem tendo perdido a sua significação.

O corpo legislativo há muitos anos que não legisla. Criado pela intriga, pela pressão administrativa, pela presença de quatro soldados e um sr. alferes, e pelo eleitor a 500 réis, vem apenas a ser uma assembleia muda, sonolenta, ignorante, abanando com a cabeça que sim. Às vezes procura viver, **mover-se, e demonstra então**, em provas incessantes, a sua incapacidade orgânica para discutir, para pensar, para criar, para dirigir, para resolver a questão mais rudimentar de administração. **Não sai uma reforma,**

ou de chefes de secretaria. Uma plebe **ardente** fala em beber o sangue da nobreza; mas ficaria satisfeita se a nobreza, **em vez de oferecer a veia, mandasse abrir Cartaxo.**

Tanto se conciliam todos! E assim que o egoísmo domina. **xxx** Cada um se abaixa avidamente sobre o seu prato. **Xxx**

– Mas tudo se equilibra, diz a opinião constitucional, não há comoções, não há lutas!

Sim, tudo se equilibra – no desprezo, **por** desprezo.

Nas sociedades corrompidas a ordem chega assim às vezes a reinar.

E a ordem pelo desdém. Outros diriam pela imbecilidade!

A opinião é tão indiferente e alheia às mudanças de ministério, como as cadeiras do Governo são indiferentes a suportarem a pesada corpulência do gordo ministro A, ou a inquietação nervosa do **esguio** ministro B. O País ouve falar da evolução política, com a mesma distração com que ouve falar dos negócios do Cáucaso.

Sabem, pois, qual seria o Governo útil, proficuo, necessário, neste deplorável estado do espírito público?

Aquele que o País, chamado a pronunciar-se por um plebiscito negativo, declarasse terminantemente e compactamente – que não queria. Porque então a opinião acordaria talvez, viveria, lutaria, e apareceriam dois partidos que não existem agora, e sobre os quais gira como nos seus polos naturais a lei do aperfeiçoamento: – para um lado a **reação xxx**, para outro a **revolução xxx.**

Até lá os poderes do Estado subsistem, tendo perdido a sua significação.

O corpo legislativo há muitos anos que não legisla. Criado pela intriga, pela pressão administrativa, pela presença de quatro soldados e um senhor alferes, e pelo eleitor a 500\$000 réis, vem apenas a ser uma assembleia muda, sonolenta, ignorante, abanando com a cabeça que sim. Às vezes **procura viver; e demonstra então**, em provas incessantes, a sua incapacidade orgânica para discutir, para pensar, para criar, para dirigir, para resolver a questão mais rudimentar de administração. Não sai

uma lei, um princípio, um período eloquente, **um dito ao menos!** A deputação é uma espécie de funcionalismo. **É uma colocação, é um emprego.**

O **parlamento** é uma casa mal alumiada, onde se vai, à uma hora, conversar, escrever cartas particulares, **intrigar um pouco, e combinar partidas de whist.** O parlamento é uma sucursal do Grémio. A tribuna é uma prateleira de copos de água intactos.

O **ministério, o poder executivo, deixou de ser um poder do Estado, é apenas uma necessidade do programa constitucional: está no cartaz, é necessário que apareça na cena.** Não governa, não tem ideia, não tem sistema; nada reforma, nada estabelece; está ali, é o que basta. O país verifica todos os dias que alguns correios andam atrás de algumas carruagens – e fica contente

– Lá vai um ministro! – diz-se na rua.

– Ah! vai? – exclama a burguesia. – Bem, existe a ordem.

Um ministério é um grupo casual de indivíduos, que intrigaram para *estar ali.*

E assim se passa, defronte de um público enojado e indiferente, esta grande farsa que se chama a *intriga constitucional.* Os lustres estão acesos; **o país é espectador distraído:** nada tem de comum com o que se representa no palco; não se interessa pelos personagens e acha-os todos impuros e nulos; não se interessa pelas cenas e a todas acha-as todas inúteis e imorais; **não se interessa pela decoração e julga-a ridícula.** Só às vezes, no meio do seu tédio, se lembra que para poder ver teve que pagar no bilheteiro!

Pagou – já dissemos que é a única coisa que faz além de rezar. Paga e reza. Paga para ter ministros que não governam, deputados que não legislam, soldados que o não defendem, padres que rezam contra ele. Paga àqueles que o espoliam, e àqueles que são seus parasitas. Paga os que o assassinam, e paga os que o atraioam. Paga os seus reis e os seus carcereiros. Paga tudo, paga para tudo.

E em recompensa, dão-lhe uma farsa, **com orquestra e lustres.**

No entanto, cuidado! Aquele pano de fundo não está imóvel: agita-se como impellido por uma respiração invisível; alguém decerto está do outro lado. Enquanto a farsa se desenrola na cena, *alguém*, por trás do fundo, espera, agita-se, prepara-se, arma-se

dela uma reforma, uma lei, um princípio, um período eloquente, **um dito fino!** A deputação é uma espécie de funcionalismo para quem é incapaz de qualquer função. **É o emprego dos inúteis.**

Por isso o parlamento é uma casa mal alumiada, onde se vai, à uma hora, conversar, escrever cartas particulares, **maldizer um pouco, e combinar partidas de whist.** O Parlamento é uma sucursal do Grémio. A tribuna é uma prateleira de copos de água intactos.

O ministério, o poder executivo, deixou de ser um poder do Estado. E apenas uma necessidade do programa constitucional. Está no cartaz, é necessário que apareça na cena. Não governa, não tem ideia, não tem sistema; nada reforma, nada estabelece; está ali, é o que basta. O País verifica todos os dias que alguns correios andam atrás de algumas carruagens – e fica contente.

– Lá vai um ministro! – diz-se na rua.

– Ah! vai? – exclama a burguesia. – Bem, existe a ordem!

XXX

E assim se passa, defronte de um público enojado e indiferente, esta grande farsa que se chama a *intriga constitucional.* Os lustres estão acesos. Mas o espectador, o País nada tem de comum com o que se representa no palco; não se interessa pelos personagens e a todos acha impuros e nulos; não se interessa pelas cenas e a todas acha inúteis e imorais. **xxx** Só às vezes, no meio do seu tédio, se lembra que para poder ver, teve que pagar no bilheteiro!

Pagou – já dissemos que é a única coisa que faz além de rezar. Paga e reza. Paga para ter ministros que não governam, deputados que não legislam, soldados que o não defendem, padres que rezam contra ele. Paga àqueles que o espoliam, e àqueles que são seus parasitas. Paga os que o assassinam, e paga os que o atraioam. Paga os seus reis e os seus carcereiros. Paga tudo, paga para tudo.

E em recompensa, dão-lhe uma farsa. **Xxx**

No entanto, cuidado! Aquele pano de fundo não está imóvel: agita-se como impellido por uma respiração invisível. Alguém decerto está do outro lado. Enquanto a farsa se desenrola na cena, *alguém*, por trás do fundo, espera, agita-se, prepara-se, arma-

talvez.

– Quem é esse *alguém*? As vossas consciências que vos respondam. O que apenas podemos dizer é que não é o sr. bispo de Viseu.

E não obstante, **como tudo parece tranquilo, feliz, repousado, coberto de luz!** Os jornais conversam baixinho e devagar uns com os outros. O parlamento ressona. O ministério todo encolhido diz aos partidos – **chut!** As secretarias cruzam os braços. O tribunal de contas, lá no seu cantinho, para se entreter, maneja sorrindo as quatro espécies. A polícia, torcendo os bigodes, galanteia as cozinheiras. O conselho de Estado rói as unhas. O exército toca guitarra. A câmara municipal mata em sossego os cães vadios. **O ar azul-se.** As árvores do Rossio enchem-se de folhas. Os fundos descem, e descem há tanto tempo que devem estar no centro da terra. O povo, coitado, lá vai morrendo de fome como pode. Nós fazemos os nossos livrinhos. Deus faz a sua primavera. - Viva a carta!

Como tudo é harmónico! Vejam a imprensa. A imprensa é composta de duas ordens de periódicos: os noticiosos e os políticos.

Os políticos têm todos a mesma política:

A – quer ordem, economia e moralidade.

B – queixa-se de que não há economia nem moralidade, o que ele receia muito que venha a prejudicar a ordem.

C – diz que a ordem se não pode manter por mais tempo, porque ele nota que principia a faltar a moralidade e a economia.

D – observa que no estado em que vê a economia e a moralidade lhe parece poder asseverar que será mantida a ordem.

Os noticiosos têm todos a mesma notícia:

A – noticia que o seu assinante, colaborador e amigo X, partiu para as Caldas da Rainha.

B – refere que o seu amigo, colaborador e assinante que partiu para as Caldas da Rainha, é X.

C – narra que para as Caldas da Rainha, partiu X, seu colaborador, assinante e amigo.

D – que se esqueceu de contar oportunamente o caso, traz ao outro dia: «Querem alguns dizer que partira para as Caldas da Rainha X, o nosso amigo, assinante e colaborador. Não demos fé».

Se a imprensa política é assim harmónica na

se talvez

– Quem é esse *alguém*? As vossas consciências que vos respondam. O que apenas podemos dizer é que não é o sr. bispo de Viseu.

E não obstante, como tudo parece feliz e repousado! **xxx** Os jornais conversam baixinho e devagar uns com os outros. O parlamento ressona. O ministério, todo encolhido, diz aos partidos – **chuta!** As secretarias cruzam os braços. O tribunal de contas, lá no seu cantinho, para se entreter, maneja sorrindo as quatro espécies. A polícia, torcendo os bigodes, galanteia as cozinheiras. O conselho de Estado rói as unhas. O exército toca guitarra. A câmara municipal mata em sossego os cães vadios. **Xxx** As árvores do Rossio enchem-se de folhas. Os fundos descem, e descem há tanto tempo que devem estar no centro da Terra. O povo, coitado, lá vai morrendo de fome como pode. Nós fazemos os nossos livrinhos. Deus faz a sua Primavera... Viva a Carta!

Decerto, como tudo é congénere! Vejam a imprensa. A imprensa é composta de duas ordens de periódicos: os noticiosos e os políticos.

Os políticos têm todos a mesma política:

A – Quer ordem, economia e moralidade.

B – Queixa-se de que não há economia nem moralidade, o que ele receia muito que venha a prejudicar a ordem.

C – Diz que a ordem se não pode manter por mais tempo, porque ele nota que principia a faltar a moralidade e a economia.

D – Observa que no estado em que vê a economia e a moralidade, lhe parece poder asseverar que será mantida a ordem.

Os noticiosos têm todos a mesma notícia:

A – Notícia que o seu assinante, colaborador e amigo X, partiu para as Caldas da Rainha.

B – Refere que o seu amigo, colaborador e assinante que partiu para as Caldas da Rainha, é X.

C – Narra que, para as Caldas da Rainha, partiu X, seu colaborador, assinante e amigo.

D – Que se esqueceu de contar oportunamente o caso, traz ao outro dia: «Querem alguns dizer que partira para as Caldas da Rainha X, o nosso amigo, assinante e colaborador. Não demos fé».

Se a imprensa política é assim harmónica na

exposição da doutrina, nem sempre o é na apreciação dos factos.

Assim, por exemplo, o ministério *Fulano* propõe em cortes, que - atentos os serviços da ostra, o governo seja autorizado a declarar que se considera para com a ostra como um verdadeiro pai!

Então os jornais *Fulanistas* exclamam:

«O Governo acaba de se declarar pai da ostra. Medida de grande alcance! É uma garantia para a ordem, é um penhor solene de zelo pelos serviços públicos. Quando um Governo assim procede, pode-se dizer que ampara com mão segura o leme do Estado, e que caminha na senda do progresso!»

Mas no dia imediato, por qualquer coisa, o ministério *Fulano* cai. Sobe o ministério *Sicrano*; e logo em seguida propõe em cortes: - que de ora em diante, atentas grandes vantagens para a causa pública, o Governo se declare para todos os efeitos em relação à ostra, mais que um pai, uma verdadeira mãe!

Dizem os mesmos jornais *Fulanistas*: «O ministério ominoso, que com mão tão incerta dirige o leme da **causa** pública, declarou-se mãe da ostra. É mostrar um profundo desprezo pela ordem e pela economia! Quando um ministério assim pratica é que vai no caminho da anarquia, e **leva-nos ao abismo. Que se acautele! Ficamos de atalaia a esta questão!**»

Também não é igualmente harmónico o processo para julgar as pessoas.

O Sr. Fulano é feito presidente de ministros: vai à câmara.

Ao outro dia dizem os jornais ministeriais «O nobre Presidente do Conselho tinha ontem, à sua entrada na Câmara umas magníficas botas de pelica! Que admirável pelica! Só quando se tem como s. ex.^a um tão grande zelo pelo bem do país e uma tão grande experiência das coisas públicas, se pode encontrar uma tão boa pelica!»

Os jornais moderados, em expectativa, em meia oposição, dizem: - «**Não somos aduladores do poder, dizemos-lhe em face a verdade: conhecemos a longa experiência, os altos dotes oratórios do sr. presidente do conselho, mas apesar do seu tato político, s. ex.^a tinha simplesmente umas botas moderadas de vitela francesa.**»

Os jornais de oposição **feroz** exclamam:

«**Insensatos! quereis lançar-nos no abismo das revoluções? Desafiáis a cólera do povo? Que vindes**

exposição da doutrina, nem sempre o é na apreciação dos factos.

Assim, por exemplo, o ministério *Fulano* propõe em cortes: - que, atentos os serviços da ostra, o Governo seja autorizado a declarar que se considera para com a ostra como um verdadeiro pai.

Então os jornais *Fulanistas* exclamam:

«O Governo acaba de se declarar pai da ostra. Medida de grande alcance! E uma garantia para a ordem, um penhor solene de zelo pelos serviços públicos. Quando um Governo assim procede, pode-se dizer que ampara com mão segura o leme do Estado!» **xxx**

Mas no dia imediato, por qualquer coisa, o ministério *Fulano* cai. Sobe o ministério *Sicrano*, e logo em seguida propõe em cortes: - que de ora em diante, atentas grandes vantagens para a causa pública, o Governo se declare para todos os efeitos em relação à ostra, mais que um pai, uma verdadeira mãe!

Dizem os mesmos jornais *Fulanistas*: «O ministério ominoso, que com mão tão incerta dirige o leme da **coisa** pública, declarou-se mãe da ostra. É mostrar um profundo desprezo pela ordem e pela economia! Quando um ministério assim pratica é que vai no caminho da anarquia, e nos leva direitos ao abismo!»

Também não é igualmente harmónico o processo para julgar as pessoas.

O Sr. Fulano, feito presidente de ministros, vai à Câmara.

Ao outro dia dizem os jornais ministeriais:

«O nobre Presidente do Conselho tinha ontem, à sua entrada na Câmara, umas magníficas botas de pelica. Que admirável pelica! Só quando se tem como S. Ex.^a um tão grande zelo pelo bem do País e uma tão alta experiência das coisas públicas, se pode encontrar uma tão boa pelica!»

Os jornais moderados, em expectativa, em meia oposição, **declaram**: - «**Não somos aduladores do poder, dizemos-lhe em face a verdade. Conhecemos a longa experiência, os fortes dotes oratórios do Sr. Presidente do Conselho; mas, apesar do seu tato político, S. Ex.^a tinha simplesmente umas botas moderadas de vitela francesa.**»

Os jornais de oposição exclamam:

«**Insensatos! Que vindes vós falar na experiência, nas virtudes cívicas do Sr. Presidente do Conselho? S.**

vós falar na experiência, nas virtudes cívicas do sr. presidente do Conselho? É um sujeito ominoso. Não! As suas botas não são de vitela francesa, como quer uma oposição hipócrita, nem de pelica fina, como quer uma maioria venal. As suas botas demonstram que caminhamos para a anarquia: são de coiro de Salvaterra!»

A literatura – poesia e romance – espreguiça-se devagar, sem ideia, sem originalidade, bocejando, cheia de esterilidade, conservando o antigo hábito de ser vaidosa, e costumando-se sem grande repugnância à sua nova missão de ser inútil. Convencional, hipócrita, falsíssima, não exprime nada: nem a tendência coletiva da sociedade em que vive, nem o temperamento individual do escritor. Tudo em torno dela se transformou, só ela ficou imóvel. De modo que, pasmada, **absorta**, nem ela compreende o seu tempo, nem ninguém a compreende a ela. É como um trovador gótico, que **acorda** de um sono secular numa fábrica de cerveja.

Fala do *ideal*, do *êxtase*, da *febre*, de *Laura*, das *rosas*, de *liras*, de *primaveras*, de *virgens pálidas* – e em torno dessa poesia o mundo **proprietário**, industrial, fabril, positivo, prático, experimental – pergunta, meio pasmado, meio indignado:

– Que quer esta tonta? Que faz aqui? Empregase na vadiagem, levem-na à polícia!

Ela, desatendida, **escamecida**, desautorizada, **vai soltando**, por entre o gás e o pó do macadame, as declamações sonoras do lirismo de Lamartine e do misticismo de Chateaubriand. **E diz-se pura, ideal, etérea. Mas é questão de retórica: porque os poetas líricos e os cismadores idealistas tratam de se empregar nas secretarias, cultivam o bife da Áurea, são dum centro político, e usam flanela.**

Em França, ao menos, a literatura, quando a corrupção veio, exprimiu a corrupção. No Paris da decadência, no Paris do barão Haussmann, e dos Srs. Rouher e Fialin (vulgo de Persigny), os livros detestáveis foram a expressão genuína e sincera de uma sociedade que se dissolve. A literatura de Boulevard há de ficar por esse motivo, e há de ter o seu lugar na história do pensamento, assim como da decadência latina ficaram Apuleio, Petrónio e o mordente Tertuliano, cujo estilo tem cintilações ainda hoje tão vivas que parecem emanadas da podridão do moderno mundo poético.

Ex^a é ominoso! Não! As suas botas não são de vitela francesa, como quer uma oposição refalsada, nem de pelica fina, como quer uma maioria venal. As suas botas demonstram que caminhamos para a anarquia e são de couro de Salvaterra!»

Olhemos agora a literatura. A literatura – poesia e romance – sem ideia, sem originalidade, **XXX**, convencional, **XXX**, hipócrita, falsíssima, não exprime nada: nem a tendência coletiva da sociedade, nem o temperamento individual do escritor. Tudo em torno dela se transformou, só ela ficou imóvel. De modo que, pasmada e **alheada**, nem ela compreende o seu tempo, nem ninguém a compreende a ela. É como um trovador gótico, **que acordasse** de um sono secular numa fábrica de cerveja.

Fala do *ideal*, do *êxtase*, da *febre*, de *Laura*, de *rosas*, de *liras*, de *Primaveras*, de *virgens pálidas* – e em torno dela o mundo industrial, fabril, positivo, prático, experimental, pergunta, meio espantado, meio indignado:

– Que quer esta tonta? Que faz aqui? Empregase na vadiagem, levem-na à polícia!

Ela, desatendida e desautorizada, vai todavia soltando, **com grandes ares**, por entre o gás e o pó do macadame, as declamações sonoras do lirismo de Lamartine e do misticismo de Chateaubriand. **Xxx E gloria-se de ser nos seus costumes e nas suas obras, intransigentemente ideal. Mera questão de retórica: os poetas líricos e os cismadores idealistas tratam de se empregar nas secretarias, cultivam o bife do Áurea, são de um centro político, e usam flanela.**

Em França ao menos a literatura, quando a corrupção veio, exprimiu a corrupção. No Paris da decadência, no Paris do barão Haussmann, e dos Srs. Rouher e Fialin (vulgo de Persigny), os livros detestáveis foram a expressão genuína e sincera de uma sociedade que se dissolvia. A literatura de boulevard há de ficar por esse motivo, e há de ter o seu lugar na história do pensamento, assim como da decadência latina ficaram Apuleio, Petrónio e o mordente Tertuliano, cujo estilo tem cintilações ainda hoje tão vivas que parecem emanadas da podridão do moderno mundo poético.

Na corrente da literatura portuguesa nenhum movimento real se reflete, nenhuma ação original se espelha. Como nas águas imóveis e escuras da lagoa dos mortos, apenas nela se retratam sombras. Mas são sombras que não têm as lívidas roupagens usadas no Estígio: estão de fraque e de chapéu alto – e é a única coisa que lhes dá direito a julgarem-se vivos!

A poesia fala-nos ainda de Julieta, Virgínia, Elvira – belas e interessantes criaturas no tempo em que Shakespeare se ajoelhava aos seus pés, em que Bernardim de Saint-Pierre lhes oferecia rapé da sua caixa de esmalte circundada de pérolas, em que Lamartine, embuçado na capa romântica de 1830, as passeava em gôndola nos lagos da Itália. Hoje são um ideal **arqueológico**, são um objeto de museu.

Xxx

A poesia contemporânea é uma pequenina coleção de pequeninas sensibilidades, **pequenamente individuais xxx**. O poeta lírico A diz-nos que Elvira lhe dera um lírio numa noite de luar! O poeta lírico B revela-nos que um desespero atroz lhe invade a alma, porque Francisca está nos braços de outro! O poeta lírico C conta-nos uma noite que passou com Eufêmia, num caramanchão, olhando os astros e dizendo frases. E no meio das ocupações do nosso tempo, das questões que em roda de nós de toda a parte se erguem como temerosos pontos de interrogação, estes senhores vêm contar-nos as **suas descrenças ou as suas exaltações retóricas!** No entanto operários vivem na miséria por essas trapeiras, e gente do campo vive na miséria por essas aldeias! E o Sr. Fulano e o Sr. Sicrano empregam toda a sua ação intelectual em se gabarem que apanharam boninas no prado, para as ir pôr na cuia de Elvira! Noites e noites movem-se os prelos a vapor, calandra-se o papel, **xxx** os tipógrafos velam as suas noites, **revisores cansam a sua impaciência** emprega-se uma imensa quantidade de vida e de trabalho, para que o público saiba que o poeta lírico, Policarpo de tal, ama uma virgem pálida com olheiras!

E ainda se a poesia lírica se contentasse com ser de uma inutilidade lorpa... **Mas a poesia lírica é a poesia erótica.** Há lupanares mais castos do que certos livros de versos que se chamam melancolicamente *Harpejos* ou *Prelúdios*.

Olha, queres tu saber, poesia lírica? Vai-te

Na corrente da literatura portuguesa nenhum movimento real se reflete, nenhuma ação original se espelha. Como nas águas imóveis e escuras da lagoa dos mortos, apenas nela se retratam sombras. Mas são sombras que não têm as lívidas roupagens usadas no Estígio: estão de fraque e de chapéu alto – e é a única coisa que lhes dá direito a julgarem-se vivas!

A poesia fala-nos ainda de Julieta, Virgínia, Elvira – belas e interessantes criaturas no tempo em que Shakespeare se ajoelhava aos seus pés, em que Bernardim de Saint-Pierre lhes oferecia rapé da sua caixa de esmalte circundada de pérolas, em que Lamartine, embuçado na capa romântica de 1830, as passeava em gôndola nos lagos da Itália. Hoje são um ideal **xxx** de museu.

E todavia, além destas mulheres, ela nada conhece no Mundo. A poesia contemporânea compõe-se assim de pequeninas sensibilidades, pequenamente contadas por pequeninas vozes. O poeta lírico A diz-nos que Elvira lhe dera um lírio numa noite de luar! O poeta lírico B revela-nos que um desespero atroz lhe invade a alma, porque Francisca está nos braços de outro! O poeta lírico C conta-nos uma noite que passou com Eufêmia, num caramanchão, olhando os astros e dizendo frases. E no meio das ocupações do nosso tempo, das questões que em roda de nós de toda a parte se erguem como temerosos pontos de interrogação, estes senhores vêm contar-nos as suas **descrençazinhas** ou as suas **exaltaçõezinhas!** No entanto operários vivem na miséria por essas trapeiras, e gente do campo vive na miséria por essas aldeias! E o Sr. Fulano e o Sr. Sicrano empregam toda a sua ação intelectual em se gabarem que apanharam boninas no prado, para as ir pôr na cuia de Elvira! Noites e noites movem-se os prelos a vapor, calandra-se o papel, **esfalfam-se os tipógrafos, arrasam-se os revisores,** emprega-se uma imensa quantidade de vida e de trabalho, para que o público saiba que o poeta lírico, Policarpo de tal ama uma virgem pálida com olheiras!

E ainda se a poesia lírica se contentasse com ser de uma inutilidade lorpa... Mas ela é de um erotismo ofensivo! Há lupanares mais castos do que certos livros de versos que se chamam melancolicamente *Harpelos* ou *Prelúdios*.

Poesia lírica, poesia lírica, esconde-te nos

embora, esconde-te nos conselhos de ministros ou nas secretarias de Estado! Não apareças a quem trabalha. Sabes qual é a coisa que tu logicamente mereces? Não é o Panteão é o Limoeiro.

A poesia individual tem um nobre alcance quando o poeta se chama Byron, Espronceda, Hugo, Lamartine, Musset. Porque então, naquelas almas, todo o século com as suas dúvidas, as suas lutas, as suas incertezas, as suas tendências, as suas contradições, se retrata. São grandes almas sonoras onde vibra em resumo toda a vida que as cerca. Estuda-se ali, como num sumário, a existência de uma época. Mas, com franqueza, que se há de estudar na alma do Sr. João, ou na alma do Sr. Francisco? A imensa dúvida que pesa sobre a Baixa? Os tormentos ideais que agitam a Rua dos Fanqueiros? **Nem isso! O sr. João e o sr. Francisco estudaram o lirismo, como outros estudam as quatro espécies.**

E a maior desgraça é que, por orgulho retórico, por fanfania lírica, alguns homens honestos na sua vida dizem-se perversos na sua rima.

Tomemos um exemplo, um dos mais piegas – o Sr. X. O Sr. X é um rapaz honesto, bom chefe de família, ganhando honradamente o seu pão. Merece a nossa estima.

Vejamos a sua poesia. Ai não se fala senão em amores, prazeres, suspiros lânguidos, mortes de delírio, desenganos; parece um serrallo platónico; é um D. Joan da Baixa; e o ministro público deveria obrigá-lo, para sossego dos costumes, a pôr sobre o esplendor da sua fonte um abat-jour. Das seguintes coisas, uma:

Ou o Sr. X pinta a verdade quando escreve estes seus versos, e então é um **homem perigoso, um poseur de sedução, um artista em perversidade, é além disso um indiscreto**, dá um exemplo detestável a seus filhos, **se os cria**, desconsidera sua esposa, **se a tem: não merece a nossa estima, e cai no domínio policial.**

Ou o Sr. X não diz a verdade **quando escreve os seus amores em verso. Nesse caso é ridículo, é pedante, dá-se ares, e sendo um burguês honrado quer fazer acreditar às costureiras que é um sedutor temeroso. – Assim como havemos de acreditar em tal caso na seriedade do seu carácter?**

Ou faz aquilo simplesmente, com um luxo de retórica, escreve a sangue frio aqueles delírios, todos aqueles êxtases são rimados muito aconchegadamente

conselhos de ministros ou nas secretarias do Estado! Não apareças ao mundo vivo. Sabes qual é o lugar que tu nele mereces? Não é o Panteão, é o Limoeiro.

A poesia individual tem um nobre alcance quando o poeta se chama Byron, Espronceda, Hugo, Lamartine, Musset. Porque então, naquelas almas, todo o século com as suas dúvidas, as suas lutas, as suas incertezas, as suas tendências, as suas contradições, se retrata. São grandes almas sonoras onde vibra em resumo toda a vida que as cerca. Estuda-se ali, como num sumário, a existência de uma época. Mas, com franqueza, que se há de estudar na alma do Sr. João, ou na alma do Sr. Francisco? A imensa dúvida que pesa sobre a Baixa? Os tormentos ideais que agitam a Rua dos Fanqueiros? **Xxx**

E a maior desgraça e a maior tolice é que, por farfandaria lírica, alguns homens honestos na sua vida vêm diante do Público declarar-se perversos na sua rima!

Tomemos um exemplo, um dos mais piegas – o Sr. X. O Sr. X é um rapaz honesto, bom chefe de família, ganhando honradamente o seu pão. Merece a nossa estima.

Vejamos a sua poesia. Ai não se fala senão em amores, prazeres, delírios, orgias, virgens sacrificadas... Das seguintes coisas, uma:

Ou o Sr. X pinta a verdade quando escreve estes seus versos, e então é um **devasso** que dá um exemplo detestável a seus filhos, e desconsidera sua esposa... Como havemos de acreditar em tal caso na seriedade do seu carácter?

Ou o Sr. X não diz a verdade, **xxx** e todos aqueles seus êxtases são rimados muito aconchegadamente à mesa do chá, entre um dicionário e uma poética, com um barrete de algodão na cabeça... Neste caso como havemos de acreditar na seriedade da sua arte?

à mesa do chá, entre um dicionário e uma poética, com um barrete de algodão na cabeça. Neste caso como havemos de acreditar na seriedade da sua arte?

O romance, esse, é a apoteose do adultério. Nada estuda, nada explica; não pinta caracteres, não desenha temperamentos, não analisa paixões. Não tem psicologia, nem ação. Júlia pálida, casada com António gordo, atira as algemas conjugais à cabeça do esposo, e desmaia liricamente nos braços de Artur, desgrenhado e macilento. Para maior comoção do leitor sensível e para desculpa da esposa infiel, António trabalha, o que é uma vergonha burguesa, e Artur é vadio, o que é uma glória romântica. E é sobre este drama de lupanar que as mulheres honestas estão derramando as lágrimas da sua sensibilidade desde 1850! **É este assunto que tem desvairado honestos caixeiros e comprometido mães de família.** O autor, ordinariamente, tem o hábito de Sant’Iago. O editor tem a perda. O leitor tem o tédio. – Santa distribuição do trabalho!

Xxx Quando um sujeito consegue ter assim escrito três romances, a consciência pública reconhece que ele tem servido a causa do progresso e dá-se-lhe a pasta da fazenda.

No entanto as meninas descoram: os médicos receitam-lhes ferro, e o diabo, que apesar de tudo ainda tem o espírito de viver, dá pulos de contente.

Deves querer que te falemos do teatro, leitor de bom senso **e de justiça**. Mas tu tens lido por essas esquinas os cartazes, e tens visto, mal sentado, quando o gás da sala diminui, erguer-se o pano sobre farsas tão melancólicas como uma ruína **ou como um palhaço**, e sobre dramas tão joviais e tão cómicos como uma caricaturas de Cham!

O teatro perdeu a sua ideia, a sua significação; perdeu até o seu fim. Vai-se ao teatro passar um pouco a noite, ver uma mulher que nos interessa, combinar um juro com o agiota, acompanhar uma senhora, ou – quando há um drama bem **dramático**, bem pungente – para rir, como se lê um necrológio para se ficar de bom humor. Não se vai assistir ao desenvolvimento de uma ideia; não se vai sequer assistir à ação de um sentimento. Vai-se, como ao Passeio, em noites de calor, *para estar*. No entanto, como é necessário que quando se ergue o pano, se movam algumas figuras e se troquem alguns diálogos – **é esse o único motivo porque em Portugal pretendem que existe uma literatura dramática. Essa literatura não forma uma**

O romance, esse, é a apoteose do adultério. Nada estuda, nada explica; não pinta caracteres, não desenha temperamentos, não analisa paixões. Não tem psicologia, nem ação. Júlia pálida, casada com António gordo, atira as algemas conjugais à cabeça do esposo, e desmaia liricamente nos braços de Artur, desgrenhado e macilento. Para maior comoção do leitor sensível e para desculpa da esposa infiel, António trabalha, o que é uma vergonha burguesa, e

Artur é vadio, o que é uma glória romântica. E é sobre este drama de lupanar que as mulheres honestas estão derramando as lágrimas da sua sensibilidade desde 1850! **Xxx** O autor, ordinariamente, tem o hábito de Sant’Iago. O editor tem a perda. O leitor tem o tédio. – Santa distribuição do trabalho!

De resto, quando um sujeito consegue ter assim escrito três romances, a consciência pública reconhece que ele tem servido a causa do progresso e dá-se-lhe a pasta da Fazenda.

Deves querer que te falemos do teatro, leitor de bom senso **xxx**. Mas tu tens lido por essas esquinas os cartazes, e tens visto, mal sentado, quando o gás da sala diminui, erguer-se o pano sobre farsas tão melancólicas como uma ruína, e sobre dramas tão cómicos como uma caricatura de Cham!

O teatro perdeu a sua ideia, a sua significação; perdeu até o seu fim. Vai-se ao teatro passar um pouco a noite, ver uma mulher que nos interessa, combinar um juro com o agiota, acompanhar uma senhora, ou – quando há um drama bem **pungente** – para rir, como se lê um necrológio para se ficar de bom humor. Não se vai assistir ao desenvolvimento de uma ideia; não se vai sequer assistir à ação de um sentimento. Vai-se, como ao Passeio, em noites de calor, *para estar*. No entanto, como é necessário que, quando se ergue o pano, se movam algumas figuras e se troquem alguns diálogos – **tem por isso de existir em Portugal uma literatura dramática.**

xxx

ideia sua, não tem uma compreensão original e própria do que deve ser o drama e a comédia, não tem uma interpretação da natureza humana, não conhece a lógica das paixões, do temperamento, dos caracteres; não tem a *ciência* dramática, não tem sequer o espírito e a *verve*. Logicamente devia cruzar os braços e ir passear para o Aterro. Mas é necessário que haja dramas, comédias, atos! O lustre está aceso, aqueles senhores estão à espera, e, se quando se levantar o pano aparecerem apenas os bastidores, os maridos levam as suas mulheres, os pais levam as suas filhas, os rapazes levam as suas *toilettes* para outro sítio. Por consequência – dramas, comédias, atos! E aí temos a literatura remexendo obra com as suas anémicas mãos.

Em tal conjuntura, a ideia que acode a todos é traduzir: traduz-se, traduz-se, traduz-se. Ficaram no seu tempo reprovados no exame de *Francês*, não importa, traduzem. Onde está *vous*, põem v. ex.^a, e este esforço prodigioso de invenção está gastando em Portugal a *força de três gerações literárias*. Mas nem sempre se pode traduzir... Em primeiro lugar o público gosta de ver coisas que se passem no Chiado e na Rua dos Fanqueiros; em segundo lugar, as obras francesas são para grandes companhias de atores, que pelo seu número, pelos seus recursos, pelo seu *faire*, deixam livre a fantasia criadora do dramaturgo. De modo que – nem sempre se pode traduzir. Neste caso imita-se. Onde está *Mr. Valeroy*, põe-se o *Conselheiro Bezerra*; onde está *Lyon*, põe-se *Arcos de Valdevez*; onde está *Rue Vivienne*, põe-se *Beco do Fala-Só*. Os jornais aplaudem, o rei preside ao espetáculo, e todo o mundo vai tomar chá com *comoção e ardor*.

Mas é necessário também que haja obras originais. Nesse caso imita-se do mesmo modo, mas põe-se no cartaz: original. Isto não significa nada, sabem-no apenas três ou quatro amigos. Ou faz-se deveras uma coisa original. *Aí é a dificuldade. Porque nomes de personagens arranjam-se*; uma ação também se alcança: há muitas feitas, há a filha perdida e depois achada, há as secretarias roubadas; há o fidalgo arruinado, o homem do povo dedicado, etc. Mas o difícil é fazer falar esta gente. Neste lance, o dramaturgo nacional vale-se de tudo explora e tudo aproveita: vai, procura, tira aqui, copia ali, arranca frases dos *Miseráveis*, gracejos do *Sr. Luís de Araújo*, discursos dos *Sr. Fontes* ou de *José Estêvão*, tratados de *economia política*, pedaços de artigos de fundo,

A ideia que acode a todos é traduzir. E desde logo moços, que ficaram no seu tempo reprovados no exame de francês, traduzem. Onde está *vous*, põem *vossa excelência*; e este esforço prodigioso de invenção está gastando em Portugal a *força de uma geração literária*. Mas nem sempre se pode traduzir... O público gosta de ver coisas que se passem no Chiado e na Rua dos Fanqueiros; e depois, as obras francesas são para grandes companhias de atores, que pelo seu número, pelos seus recursos, pelo seu *saber*, deixam livre a fantasia criadora do dramaturgo. Então imita-se. Onde está *Mr. Valeroy*, põe-se o *Conselheiro Bezerra*; onde está *Lyon*, põe-se *Arcos de Valdevez*; onde está *Rue Vivienne*, põe-se *Beco do Fala-Só*. Os jornais aplaudem, o rei preside ao espetáculo, e todo o mundo vai tomar chá com *emoção*.

Mas é necessário por vezes que haja obras originais. Nesse caso imita-se do mesmo modo, mas põe-se no cartaz: original. Que importa? Sabem-no apenas três ou quatro amigos. Ou faz-se deveras uma coisa original. A dificuldade não está em obter os nomes das personagens.

Uma ação também se alcança: há muitas feitas – a filha perdida e depois achada, o cofre roubado, o fidalgo arruinado, o homem do povo sublime, etc. O difícil é fazer falar esta gente

Neste lance, o dramaturgo nacional xxx tudo explora e tudo aproveita: vai, procura, tira aqui, copia ali, arranca frases dos *Miseráveis*, gracejos do *Sr. Luís de Araújo*, discursos do *Sr. Fontes* ou de *José Estêvão*, tratados de *Economia política*, pedaços de

sermões, muitos sermões! colhe, recorta, cirze, cose, remenda, cola aqueles pedacinhos à língua de cada personagem, salpica-os de gestos de desespero, faz esguedelhar os cabelos, ensaia músicas tristes para os finais de atos, **puxando assim ao sentimento a arco do rabecão,- manda levantar o pano, – e repousa na imortalidade.**

O tempo em que o teatro floresceu, foi o tempo em que o teatro cantou Offenbach. Offenbach então triunfava; **xxx** as famílias **decoravam-no**: todos os realejos o moíam: **xxx** os sinos **repicavam-no**: **as virgens suspiravam-no**. Levantava-se então a hóstia ao som da canção do general Boum! A alta burguesia sobretudo é que **o sustentava, que o frequentava**, que o adotara. **Era simpatia geral. Apenas** alguns dramaturgos, alguns *arranjadores*, acusavam o maestrino filosófico de perverter o gosto, desmoralizar a consciência, e abaixar o nível intelectual.

Nem a burguesia teve razão em o adotar, nem os dramaturgos em o maltrataram. Não, dramaturgos amigos, não compreendestes Offenbach! **Offenbach é maior que vós todos: ele tem uma filosofia**, vós não tendes uma ideia; ele tem uma crítica, vós **não** tendes uma gramática! Quem, como ele, bateu em brecha todos os preconceitos do seu tempo? Quem como ele, **bateu em brecha todos os preconceitos do seu tempo? Quem como ele, com quatro** compassos e duas rabecas, deixou para sempre desautorizadas velhas instituições **tirânicas**? Quem, como ele, fez a caricatura **fulgurante** da decadência e da mediocridade? Vós com a vossa severidade não tendes feito um único serviço ao bom senso, à justiça, à moral. Tendes só feito sono! E ele? o militarismo, o despotismo, a intriga, o sacerdócio venal, **o sentimentalismo**, a baixeza cortesã, a vaidade burguesa, tudo feriu, tudo revolveu, tudo abalou num *couplet grivois*.

Não, alta burguesia, não fizeste bem em o aplaudir e em o proteger. Julgaste encontrar nele um passatempo, encontraste uma condenação. A sua música é a tua caricatura. Tão mal alumiados são os teatros, tão estreita a vossa penetração, que vos não **reconheceis** um por um, naquela galeria ruidosa dos mediócrs do tempo? Não é o *Rei Bobeche* a fantasmagoria cantada da vossa realeza? Não é Calcas, da *Bela Helena*, a mascarada pagã do vosso clero **ignorante**? Não é o general Boum a personalização ruidosa da vossa estratégia de salão?

artigos de fundo, sermões (**muitos sermões!**), **recorta**, cirze, cose, remenda, cola aqueles pedacinhos à língua de cada personagem, salpica-os de gestos de desespero, faz esguedelhar os cabelos, ensaia músicas tristes para os finais de atos (puxando assim ao sentimento o arco do rabecão), manda levantar o pano – e repousa na imortalidade.

O tempo em que o teatro floresceu foi o tempo em que o teatro cantou Offenbach. Offenbach então triunfava; todas as famílias decoravam; todos os realejos o moíam; **todos** os sinos o **repicavam**. Levantava-se então a hóstia ao som da canção do general Bum! A alta burguesia sobretudo é que o frequentava, e que o adoptava. E nesta simpatia geral apenas alguns dramaturgos, alguns *arranjadores*, acusavam o maestrino filosófico de perverter o gosto, desmoralizar a consciência, e abaixar o nível intelectual.

Nem a burguesia teve razão em o adotar, nem os dramaturgos em o maltrataram.

Não, dramaturgos amigos, não compreendestes Offenbach! Offenbach é maior que vós todos.

Ele tem uma filosofia, vós não tendes uma ideia; ele tem uma crítica, vós nem tendes uma gramática! Quem, como ele, bateu em brecha todos os preconceitos do seu tempo? Quem, como ele, com quatro compassos e duas rabecas, deixou para sempre desautorizadas velhas instituições **xxx**? Quem, como ele, fez a caricatura **rutilante** da decadência e da mediocridade?

Vós, com a vossa severidade, não tendes feito um único serviço ao bom senso, à justiça, à moral. Tendes só feito sono! E ele? o militarismo, o despotismo, a intriga, o sacerdócio venal, **xxx** a baixeza cortesã, a vaidade burguesa, tudo feriu, tudo revolveu, tudo abalou num *couplet fulgurante*! Não, alta burguesia, não fizeste bem em o aplaudir e em o proteger. Julgaste encontrar nele um passatempo, encontraste uma condenação. A sua música é a tua caricatura. Tão mal alumiados são os teatros, tão estreita a vossa penetração, que vos não **reconhecestes** um por um naquela galeria ruidosa dos mediócrs do tempo? Não é o *Rei Bobeche* a fantasmagoria cantada da vossa realeza? Não é Calchas, da *Bela Helena*, a mascarada pagã do vosso clero **xxx**? Não é o general Bum a personificação ruidosa da vossa estratégia de salão? Não é o barão

Não é o barão *Grog* a grotesca *pochade* da vossa diplomacia? Não é o trio da conspiração a fotografia em *couplets* das vossas intrigas ministeriais? Não é toda a *Grã-Duquesa* a *charge* implacável dos vossos exércitos permanentes?

Vós ristes perdidamente de todas aquelas criações facetas? Pois da vossa realeza, da vossa diplomacia, do vosso exército, das vossas intrigas, dos vossos cortesãos vos ristes. E convosco riu-se todo o mundo, *clero, nobreza e povo*. **E já ninguém vos toma a sério.**

Sim, Offenbach, com a tua mão espirituosa, deste nesta burguesia oficial – uma bofetada? - Não! Uma palmada na pança, ao alegre compasso dos cançans, numa gargalhada europeia!

Offenbach é uma filosofia cantada.

Portugal, não tendo princípios, ou não tendo fé nos seus princípios, não pode propriamente ter costumes. **Com uma política de acaso, com uma literatura de retórica e de cópia, com uma legislação desorganizada, não se pode deixar de ter uma moralidade decadente.**

Fomos outrora o povo do caldo da portaria, das procissões, da navalha e da taberna.

Compreendeu-se que esta situação era um aviltamento da dignidade humana: fizemos muitas revoluções para sair dela. **Ficamos** exatamente em condições idênticas. O *caldo da portaria* não acabou. Não é já como outrora uma multidão pitoresca de mendigos, beatos, ciganos, ladrões, caceteiros, que o vai buscar alegremente, ao meio-dia, cantando o *Bendito*; é uma classe inteira que vive dele, de chapéu alto e paletó.

Este caldo é o Estado. A classe média vive do Estado. **A velhice conta com ele como condição de vida.** Logo desde os primeiros exames no liceu, a mocidade vê nele o seu repouso e a garantia **da sua tranquilidade.** A classe eclesiástica **não significa a realização** de uma crença; **é ainda** uma multidão **de desocupados que querem viver à custa do Estado.** A vida militar não é uma carreira **como se compreendia outrora**, é uma ociosidade organizada por conta do Estado. Os proprietários procuram viver à custa do Estado vindo ser deputados a 2\$500 réis por dia. A própria indústria faz-se proteger pelo Estado e trabalha sobretudo em vista do Estado. A imprensa até certo ponto vive também do Estado. A ciência

Grog a grotesca *pochade* da vossa diplomacia? Não é o trio da conspiração a fotografia em *couplets* das vossas intrigas ministeriais? Não é toda a *Grã-Duquesa* a *charge* implacável dos vossos exércitos permanentes?

Vós ristes perdidamente de todas aquelas criações facetas? Pois da vossa realeza, da vossa diplomacia, do vosso exército, das vossas intrigas, dos vossos cortesãos vos ristes. E convosco riu-se todo o mundo, *clero, nobreza e povo*. **XXX**

Sim, Offenbach, com a tua mão espirituosa, deste nesta burguesia oficial – uma bofetada? Não! Uma palmada na pança, ao alegre compasso dos cançãs, numa gargalhada europeia!

Offenbach é uma filosofia cantada.

Portugal, não tendo princípios, ou não tendo fé nos seus princípios, não pode propriamente ter costumes.

Fomos outrora o povo do *caldo da portaria*, das procissões, da navalha e da taberna.

Compreendeu-se que esta situação era um aviltamento da dignidade humana: **e** fizemos muitas revoluções para sair dela. **Ficámos** exatamente em condições idênticas. O *caldo da portaria* não acabou. Não é já como outrora uma multidão pitoresca de mendigos, beatos, ciganos, ladrões, caceteiros, que o vai buscar alegremente, ao meio-dia, cantando o *Bendito*; é uma classe inteira que vive dele, de chapéu alto e paletó.

Este caldo é o Estado. **Toda a Nação vive do Estado. XXX.** Logo desde os primeiros exames no liceu, a mocidade vê nele o seu repouso e a garantia **do seu futuro.** A classe eclesiástica **já não é recrutada pelo impulso de uma crença;** **é xxx** uma multidão **desocupada** que quer viver à custa do Estado. A vida militar não é uma carreira **xxx;** é uma ociosidade organizada por conta do Estado. Os proprietários procuram viver à custa do Estado, vindo ser deputados a 2\$500 réis por dia. A própria indústria faz-se proteger pelo Estado e trabalha sobretudo em vista do Estado. A imprensa até certo ponto vive também do Estado. A ciência depende do Estado. O Estado é a esperança das famílias pobres e das casas

depende do Estado. O Estado é a esperança das famílias pobres e das casas arruinadas; **é a ocupação natural das mediocridades; é o uso fruto da burguesia.** Ora como o Estado, pobre, paga pobremente, e ninguém se pode libertar da sua tutela para ir para a indústria ou para o comércio, esta situação perpetua-se de pais a filhos como uma fatalidade.

Resulta uma pobreza geral. Com o seu ordenado ninguém pode acumular, poucos se podem equilibrar-se. **Nascem** o recurso perpétuo para a agiotagem, a dívida, e a letra protestada, como elementos regulares da vida. Por outro lado, o comércio sofre desta pobreza da burocracia, **arruína-se, quebra,** e fica ele mesmo na alternativa de recorrer também ao Estado ou de cair no proletariado. A agricultura, sem recursos, sem progresso, não sabendo fazer valer a terra, arqueja à beira da pobreza e termina sempre recorrendo ao Estado.

Tudo é pobre: a preocupação de todos é o *pão de cada dia*. **Disto uma lei exclusiva, dominante, áspera: o egoísmo. Tudo se torna meio de comer. O primeiro meio é o casamento. A família deixa de ser uma instituição; gabamo-nos de poder apresentar a sua definição experimental.**

A FAMÍLIA é um desastre que sucede a um homem por ter precisado de um dote!

A grande questão é o dote: mulher, filhos, criados, parentes, são conseqüências que se sofrem. Faltando assim o laço moral, a família vive no egoísmo. O homem, sem respeito, dá-se ao amor livre. A mulher, desocupada e enfasiada, dá-se ao sentimento. Os filhos se os há, são educados um pouco pelas criadas, um pouco pelos colégios, o resto pelos cafês.

A pobreza geral produz um aviltamento na dignidade. Todos vivem na dependência: nunca temos por isso a atitude da nossa consciência, temos a atitude do nosso interesse.

Serve-se, não quem se respeita, mas quem se vê no poder. Um governador civil dizia: – É boa! dizem que sou sucessivamente regenerador, histórico, reformista! Eu nunca quis ser senão – governador civil! - Este homem tinha razão, porque mudar do Sr. Fontes para o Sr. Braamcamp, não é mudar de partido; – ambos aqueles cavalheiros são monárquicos e constitucionais e católicos. A desgraça é que, se em Portugal houvessem partidos republicanos, monárquicos, socialistas, aquele homem, assim como

arruinadas. **Xxx** Ora como o Estado, pobre, paga pobremente, e ninguém se pode libertar da sua tutela para ir para a indústria ou para o comércio, esta situação perpetua-se de pais a filhos como uma fatalidade.

Resulta uma pobreza geral. Com o seu ordenado ninguém pode acumular, poucos se podem equilibrar. **Dai** o recurso perpétuo para a agiotagem; e a dívida, a letra protestada, como elementos regulares da vida. Por outro lado o comércio sofre desta pobreza da burocracia, e fica ele mesmo na alternativa de recorrer também ao Estado ou de cair no proletariado. A agricultura, sem recursos, sem progresso, não sabendo fazer valer a terra, arqueja à beira da pobreza e termina sempre recorrendo ao Estado.

Tudo é pobre: a preocupação de todos é o *pão de cada dia*.

Esta pobreza geral produz um aviltamento na dignidade. Todos vivem na dependência: nunca temos por isso a atitude da nossa consciência, temos a atitude do nosso interesse.

Serve-se, não quem se respeita, mas quem se vê no poder. Um governador civil dizia: – «É boa! dizem que sou sucessivamente regenerador, histórico, reformista!... Eu nunca quis ser senão – governador civil!» Este homem tinha razão, porque mudar do Sr. Fontes para o Sr. Braamcamp, não é mudar de partido; – ambos aqueles cavalheiros são monárquicos e constitucionais e católicos. A desgraça é que, se em Portugal existissem partidos republicanos, monárquicos, socialistas, aquele

fora sucessivamente reformista, histórico e regenerador – isto é, as coisas mais iguais, –seria republicano, monárquico e socialista – isto é, as coisas mais contraditórias.

A família é a primeira a desmoralizar neste sentido a consciência. – *Quem apanhou, apanhou*, é a voz doméstica. O indivíduo assim rebaixado, tendo perdido a altivez da dignidade e da opinião, habitua-se a dobrar-se; dobra-se diante do agiota, **do credor**, do criado, do merceeiro, dobra-se sempre, propõe injustiças e aceita-as. Extingue-se nele gradualmente a noção do justo e do injusto. Julga o favor, a proteção, a corrupção, **coisas** naturais e aceitáveis. Não há um juiz em Portugal que não possa contar que se lhe tem pedido as coisas mais monstruosamente **injustas**, com a simplicidade com que se pede o lume de um cigarro.

Lentamente o homem **xxx** perde também a individualidade de pensamento. **Não pensa por si: sobrevém-lhe a preguiça do cérebro. Xxx** Não tendo de formar o carácter, porque ele lhe é inútil e teria a todo o momento de o vergar; - não tendo de formar uma opinião, porque lhe seria incómoda e teria a todo o momento de a calar, – costuma-se a viver sem carácter e sem opinião. Deixa de frequentar as ideias, perde o amor da **educação**. Cai na ignorância, e na vileza.

Não se respeitando a si, não respeita os outros: mente, traição, e se chega a medrar, é pela intriga.

As mulheres vivem nas consequências desta decadência. Pobres, precisam casar. *A caça ao marido é* uma instituição. Levam-se as meninas aos teatros, aos bailes, aos passeios, para as mostrar, para as lançar à *busca*. Faz-se com a maior simplicidade esse ato simplesmente monstruoso. Para se imporem à atenção, as meninas têm as *toilettes* ruidosas, os penteados fantásticos, e as árias ao piano.

A sua mira é o casamento rico. Gostam do luxo, da boa mesa, das salas estofadas: um marido rico realizaria esses ideais. Mas a maior parte das vezes, o sonho cai no lajedo: e casam com um empregado a 300\$000 réis por ano. Aquilo começou pelo *namoro* e termina pelo *tédio*. Vem a indiferença, **vem os vestidos sujos, vem a cabeça despenteada, a cuiá**, e o cão de regaço. As que porventura casam ricas desenvolvem outras vontades: satisfeitas as exigências do luxo, aparecem as exigências do temperamento.

As mulheres são supersticiosas: creem da

homem, assim como fora sucessivamente reformista, histórico e regenerador – isto é, as coisas mais iguais –seria republicano, monárquico e socialista – isto é, as coisas mais contraditórias.

A família é a primeira a desmoralizar neste sentido a consciência. – «*Quem apanhou, apanhou*», é a voz doméstica. O indivíduo assim rebaixado, tendo perdido a altivez da dignidade e da opinião, habitua-se a dobrar-se; dobra-se diante do agiota, do merceeiro, do criado... Dobra-se sempre; propõe injustiças e aceita-as. Extingue-se nele gradualmente a noção do justo e do injusto. Julga o favor, a proteção, a corrupção, **funções** naturais e aceitáveis. Não há um juiz em Portugal que não possa contar que se lhe tem pedido as coisas mais monstruosamente **iníquas**, com a simplicidade com que se pede o lume de um cigarro.

O homem, **à maneira que perde a virilidade de carácter**, perde também a individualidade de pensamento. Depois, não tendo de formar o carácter, porque ele lhe é inútil e teria a todo o momento de o vergar; – não tendo de formar uma opinião, porque lhe seria incómoda e teria a todo o momento de a calar – costuma-se a viver sem carácter e sem opinião. Deixa de frequentar as ideias, perde o amor da **retidão**. Cai na ignorância e na vileza.

Não se respeitando a si, não respeita os outros: mente, traição, e se chega a medrar, é pela intriga.

As mulheres vivem nas consequências desta decadência. Pobres, precisam casar. *A caça ao marido é* uma instituição. Levam-se as meninas aos teatros, aos bailes, aos passeios, para as mostrar, para as lançar à *busca*. Faz-se com a maior simplicidade esse ato simplesmente monstruoso. Para se imporem à atenção, as meninas têm as *toilettes* ruidosas, os penteados fantásticos, as árias ao piano.

A sua mira é o casamento rico. Gostam do luxo, da boa mesa, das salas estofadas: um marido rico realizaria esses ideais. Mas a maior parte das vezes, o sonho cai no lajedo: e casam com um empregado a 300\$000 réis por ano. Aquilo começou pelo *namoro* e termina pelo *tédio*.

Vem a indiferença, **o vestido sujo, xxx** a cuiá despenteada, o cão de regaço. As que porventura casam ricas desenvolvem outras vontades: satisfeitas as exigências do luxo, aparecem as exigências do temperamento.

Outrora havia a religião. Mas hoje as

religião o que é necessário para ser moda, ou então creem apenas na exterioridade – novenas, festas de igreja, flores e altares – tudo o que excita os sentidos, exalta a sensibilidade, e não dá uma regra para o julgamento, nem um critério para a consciência.

A perfeição religiosa não consiste simplesmente, como as mulheres têm o infortúnio de acreditar, na observância e no respeito do culto: consiste no exame e no estudo recolhido e austero dos designios e da vontade de Deus sobre os nossos sentimentos e sobre os nossos atos.

A virtude torna-se por aquele modo um ato instintivo.

A moda no entanto vem com as suas exigências. A modista xxx absorve tudo. A economia interior desequilibra-se.

A mulher deixa de ter curiosidades de espírito; não lê um livro; não conhece interesses de inteligência...

É porventura isto desenhar, a capricho, um quadro antipático? – Não, leitor, atenta bem: o que fazemos é descrever a ação de uma lei geral.

No fim de tudo, as mulheres virtuosas, as mulheres dignas formam ainda na sociedade portuguesa uma maioria inviolável! Se alguma coisa finalmente podemos dizer profundamente verdadeira é – que elas valem muito mais do que nós.

Os dois sexos, pobres, contrariados um pelo outro, caminham paralelamente para o tédio

– Estou aborrecido! – é o coro geral. Os espíritos estão vazios, os sentidos não estão satisfeitos. Gradualmente perde-se a vontade para tudo. O espírito abate-se sobre si mesmo e pela falta de ação e de excitação enfraquece. Os cérebros estão embotados e os corpos lançam-se nas distrações funestas: vem o

mulheres creem da religião o que é necessário para ser moda; ou então creem apenas na exterioridade – novenas, festas de igreja, flores e altares – tudo o que excita os sentidos, exalta a sensibilidade, e não dá uma regra para o julgamento, nem um critério para a consciência.

A moda é que é uma religião. A modista reina, absorve tudo, não deixa tempo para a menor ocupação ou curiosidade de espírito. Rara a mulher que lê um livro. Rara a que tem um interesse intelectual.

É porventura isto desenhar, a capricho, um quadro sombrio? – Não, descrevemos a ação de uma lei geral.

No fim de tudo, as mulheres virtuosas, as mulheres dignas formam ainda na sociedade portuguesa uma maioria inviolável! Se alguma coisa xxx podemos dizer profundamente verdadeira é – que elas valem muito mais do que nós.

Nós é que somos abomináveis com a nossa caça à *herdeira*. É esse, hoje, para o homem, o supremo motivo do casamento. Em que se tornou hoje a família? «A Família é o desastre que sucede a um homem por ter precisado de um dote.»

A grande questão é o dote. Mulher, filhos, parentes, criados, são desagradáveis consequências que se sofrem. Faltando assim o laço moral, a família vive no egoísmo.

O homem, sem respeito, dá-se à concubinação e ao jogo. A mulher, desocupada e enfasiada, dá-se ao sentimentalismo e ao trapo. Os filhos, se os há, são educados pelos criados, enquanto não são educados pelos cafés.

– Ando aborrecido! – é o coro geral. Os espíritos estão vazios, os sentidos insatisfeitos. Gradualmente, com a vontade doente, o corpo enfraquecido, o homem só procura *distrain*, *matar o tempo*. Mas em quê? Na leitura?

café, a casa de bebidas, a casa do jogo.

Não se compra um livro de ciência, um livro de literatura, um livro de história. Lê-se Ponson du Terrail - emprestado! **A indiferença do público reage sobre o escritor – a literatura extingue-se.**

Nos teatros não se pede uma ideia: querem-se vistas, fatos **ricos**, mutações. O espírito tem até preguiça de compreender um enredo de comédia, prefere olhar, recostado, fazendo a digestão de um mau jantar **numa fadiga sonolenta.**

O *Passeio Público* é um prazer lúgubre. - É uma secretaria arborizada, **dizia um homem de espírito. Passeia-se gravemente, em silêncio, numa monotonia absorta, a boca semi-aberta, o olhar amortecido, os braços pendentes!**

Os cafés são **silenciosos, tristes.** Meio deitados para cima das mesas, os homens tornam o café a pequenos goles, ou fumam calados. A conversação extinguiu-se. Ninguém possui ideias originais e próprias. Há quatro ou cinco **frases xxx** de há muito, que se repetem. Depois boceja-se. Quatro pessoas reúnem-se: passados cinco minutos, **xxx**, ditas as trivialidades, o pensamento de cada um dos conversadores é poder-se livrar dos outros três.

Perdeu-se **xxx** o sentimento de cidade e de pátria: **xxx** o cidadão desapareceu. E todo o país não é mais do que:

Uma agregação heterogénea de inatividades que se enfastiam.

É uma nação talhada para a conquista **e para os domínios clericais**

Não se compra um livro de ciência, um livro de literatura, um livro de história. Lê-se Ponson du Terrail emprestado! **Xxx**

Ao teatro não se pede uma ideia: querem-se vistas, fatos, mutações. O espírito tem até preguiça de compreender um enredo de comédia; prefere-se olhar, recostado, fazendo a digestão de um mau jantar, **os bastidores pintados do *Rabo de Satanás.***

O Passeio Público é um prazer lúgubre. E uma secretaria arborizada, onde se vai estar, gravemente, em silêncio, de olhar amortecido, de braços pendentes!

Os cafés são soturnos. Meio deitados para cima das mesas, os homens tornam o café a pequenos goles, ou fumam calados. A conversação extinguiu-se. Ninguém possui ideias originais e próprias. Há quatro ou cinco frases, feitas de há muito, que se repetem. Depois boceja-se. Quatro pessoas reúnem-se: passados cinco minutos, **murmuradas** as trivialidades, o pensamento de cada um dos conversadores é poder-se livrar dos outros três.

Perdeu-se através de tudo isto o sentimento de cidade e de pátria. **Em Portugal** o cidadão desapareceu. E todo o País não é mais do que «uma agregação heterogénea de inatividades que se enfastiam».

É uma Nação talhada para a **ditadura** – ou para a conquista.

Bruxelas, em Estocolmo, em S. Petersburgo, em Milão, em Roma, no Rio de Janeiro, em Viena de Áustria, em Washington, com os seus secretários de embaixada, os seus adidos, os seus ordenados, despesas de representação, despesas de expediente, despesas secretas, etc., unia voz impertinente perguntasse:

– Como têm vv. ex.^{as} desempenhado as suas missões? Que tratados vantajosos têm alcançado para o nosso país? Que estabelecimentos portugueses têm lá favorecido? Que serviços internacionais têm regularizado? Que relações sólidas e proteções valiosas têm obtido para a nossa pequenina nação? Que estudos têm feito sobre a organização e instituições desses países? Em que sábios **relatórios** as têm aconselhado para nosso progresso? **Em que bem feitas análises críticas têm inteirado o nosso governo da política internacional? Que conhecimento têm dado a esses países das nossas instituições, do nosso comércio, da nossa ciência! Etc.? Etc.? Etc.?**

Se fizessem a esses cavalheiros tais perguntas eles ficariam pálidos de surpresa! Porque eles ignoram – que estes sejam os seus encargos. Nenhum curso lhes ensinou, nenhuma lei lhes incumbiu. Eles seguem a velha seguem a velha tradição que a diplomacia é uma ociosidade regalada, bem convivida, bem comida, bem dançada, bem *gantée*, bem *viaturée*, com bons ordenados e viagens pagas. Eles estão ali para serem diplomatas na gravata e não no espírito. Achariam um abuso inclassificável que os tivessem nomeado para dançar o *cotillon* e no fim – lhes exigissem relatórios: S. ex.^{as} entendem que o país está bem representado desde o momento em que o colarinho deles é irrepreensível. **Mas tenham paciência:** ss. ex.as estão representando uma nação uma nação – e não uma camisaria!¹⁰⁶⁸ Se ss. ex.as vão unicamente encarregados de mostrar nos países estrangeiros a excelência dos nossos alfaiates, - então o país não é o interessado - e o sr. Keil que lhes pague! **Se ss. ex.as vão simplesmente mostrar lá fora,** em nome do país, que dançam bem, entendemos que ss. ex.as prestam melhor serviço na sua pátria, - e não ousando pedir ao governo que os faça recolher à secretaria, pedimos aos srs Valdez e Cossoul, empresários de S. Carlos, - que os façam recolher ao corpo de baile.

Ah! é que não sabem a história anedótica, garantida da nossa diplomacia... Um, quando em 66 se

Sampetersburgo, em Milão, em Roma, no Rio de Janeiro, em Viena de Áustria, em Washington, com os seus secretários de embaixada, os seus adidos, os seus ordenados, despesas de representação, despesas de expediente, despesas secretas, etc., uma voz impertinente perguntasse: – «Como têm vossas excelências desempenhado as suas missões? Que tratados vantajosos têm alcançado para o nosso país? Que estabelecimentos portugueses têm lá favorecido? Que serviços internacionais têm regularizado? Que relações sólidas e proteções valiosas têm obtido para a nossa pequenina nação? Que estudos têm feito sobre a organização e instituições desses países? Em que sábios **trabalhos** as têm aconselhado para nosso progresso? **Xxx Que conhecimento têm dado aos estrangeiros das nossas instituições, do nosso comércio, da nossa ciência! Etc.? Etc.?»**, suas excelências a tais interrogações ficariam pálidos de surpresa! **Os nossos diplomatas inteiramente ignoram que estes sejam os seus encargos.** Nenhum curso lhes ensinou, nenhuma lei lhes incumbiu. Eles seguem a velha tradição de que a diplomacia é uma ociosidade regalada, bem convivida, bem comida, bem dançada, bem *gantée*, bem *voiturée*, com bons ordenados e viagens pagas. Estão ali para serem diplomatas na gravata – e não para serem diplomatas no espírito: e achariam um abuso inclassificável que os tivessem nomeado para **marcar** o *cotillon* e no fim lhes exigissem relatórios. Suas excelências entendem que o País está bem representado desde o momento em que o seu colarinho é irrepreensível... E todavia suas excelências estão representando uma nação – e não uma camisaria! Se suas excelências vão unicamente encarregados de mostrar aos países estrangeiros a excelência dos nossos alfaiates – então o País não é o interessado, e o Sr. Keil que lhes pague! **Se suas excelências têm apenas por missão mostrar lá fora como o País dança bem,** entendemos que suas excelências prestam melhor serviço na sua pátria; e não ousando pedir ao Governo que os faça recolher à secretaria, pedimos aos Srs. Valdez e Cossoul, empresários de S. Carlos, que os façam recolher ao corpo de baile!

x

1068 Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, op. cit., p. 226.

fez a inesperada campanha da Boémia, era embaixador numa das cortes em luta: o governo mandava-lhe daqui telegramas impacientes, pedindo-lhe informações precisas, íntimas; chega um ofício do embaixador: a secretaria agrupa-se ávida para ouvir, e escuta-se:

«Estive ontem no paço. S. M. tratou-me com a sua costumada benevolência, sorrindo-me. Beijo as mãos de S. M. o rei de Portugal. O embaixador...»

A secretaria estava costumada: nem empalideceu! Outro... mas para quê especializar, aludir, anedotizar? O País conhece bem a nossa diplomacia: viu-a à luz da rampa, a um rumor da orquestra, riu com ela, bateu-lhe as palmas, chamou-a fora: ela destacava-se, exactamente personalizada, na corte grotesca de S. A. a grã-duquesa de Gerolstein, - barbeada, de luva cor de palha: era o barão Grog, não se lembram? Somente a nossa diplomacia não usa rabicho, e curva-se com menos elegância. E o barão Grog conspira! Os nossos nem sequer conspiram! Ele tinha graça, os nossos são lúgubres! Ele só nos custava um bilhete de plateia, os nossos custam-nos infinitos contos! Ele fazia-nos rir, os nossos fazem-nos corar! Dele diziam os jornais, como nós lemos: *é engraçado aquilo!* Dos nossos dizem os personagens estrangeiros, como nós ouvimos: *ils sons piteux ceux-là!*

Parece-nos que na organização da nossa diplomacia vamos seguindo um caminho estéril.

As habilitações que se exigem de um cidadão devem estar em harmonia com os serviços que se esperam dele. Não se exige dos que pretendem ser lentes do curso superior de letras, que eles apresentem certidão de saber dançar dignamente o *cancan*. Ora se a missão de um diplomata é comer bem, dançar bem, vestir bem, parece-nos inútil que se lhe peçam provas de que o sujeito conheça o direito internacional e a história diplomática! O mais trivial bom senso pede que eles sejam examinados simplesmente em pontos como estes:

Maneira mais própria de pôr a gravata branca e suas divisões;

Método mais fino de comer uma ostra, princípios gerais, aplicações:

Da valsa: teorias; questões principais; exemplos; etc.

Assim, suponhamos que algum dos nossos mais respeitáveis vultos políticos, o sr. Braamcamp, por exemplo, pretende uma embaixada: autorizam-no a isso a sua experiência e o seu critério: que se lhe dê, mas que

x

x

x

x

x

x

x

O País conhece bem a nossa diplomacia: já a viu à luz da rampa, a um rumor de orquestra: já riu com ela, já lhe bateu as palmas: ela aparecia, esplendidamente real, na corte grotesca de sua alteza a grã-duquesa de Gerolstein, poderosa princesa em três actos. Era o barão Grog. O barão Grog, não se lembram? Somente a nossa diplomacia não usa rabicho, e curva-se com menos elegância. E o barão Grog conspirava! Os nossos nem sequer conspiram! Ele tinha graça, os nossos são lúgubres! Ele só nos custava um bilhete de plateia, os nossos custam-nos infinitos contos!

x

x

x

Evidentemente na organização da nossa diplomacia vamos seguindo um caminho imprevidente.

As habilitações que se exigem de um cidadão devem estar em harmonia com os serviços que se esperam dele. Não se requer, dos que pretendem ser lentes do Curso Superior de Letras, que apresentem certidão de saber dançar dignamente o *cancã*. Ora se a missão de um diplomata é comer bem, dançar bem, vestir bem, parece-nos inútil que se lhe peçam provas de que xxx conheça o direito internacional e a história diplomática! O mais trivial bom senso ordena que ele seja examinado simplesmente em pontos como estes:

Maneira mais própria de pôr a gravata branca, e suas divisões;

Método mais fino de comer a ostra; princípios gerais; aplicações;

Da valsa: teorias; questões principais; exemplos; etc.

Assim suponhamos que algum dos nossos mais nobres «vultos políticos», o Sr. Braamcamp, por exemplo, pretende uma embaixada. Autorizam-no a isso a sua experiência e o seu critério. Que se lhe dê!

antecipadamente s. ex.^a seja examinado na secretaria dos estrangeiros por um júri competente e reto.

- Tenha v. ex.^a, sr. Braamcamp, dirá o júri, a bondade de se sentar àquela mesa e comer **aquela pescadinha marmota: para nos provar que não lhe é estranho este ponto da ciência diplomática.**

E s. ex.^a tomando delicadamente o garfo, e na extremidade de dois dedos uma côdea fina de pão, com os braços unidos, a cabeça direita, os olhos baixos, **provará a sua aptidão naquele lance difícil.**

- Tenha agora v. ex.^a, sr. Braamcamp, a bondade de valsar um momento pela casa, com donaire...

E s. ex.^a arqueando molemente os braços, despedido em giros graciosos por entre as mesas da secretaria, com a cabeça meigamente reclinada, o olhar amoroso, a cintura mórbida, provará vitoriosamente que tem compulsado com mão diurna e nocturna todos os expositores daquela **xxx** matéria.

N. B. Para que o concorrente não valse só, poderá utilizar-se como dama o contínuo da secretaria, que o examinando tomará nos braços com requebro **apaixonado.**

E aprovado que seja o cavalheiro nos pontos difíceis sujeitos ao seu critério, o país pode entregar-lhe confiadamente a representação na corte estrangeira, certo que os seus interesses seriam ali dignamente – comidos e dançados!

Também nos ocorre que, sendo uma das principais funções dos secretários de embaixada e adidos - dançar nos bailes do paço, - a melhor maneira de alcançar um pessoal diplomático verdadeiramente digno, seria escolhê-lo – no corpo de baile!

Ninguém teria então entre a diplomacia europeia mais graça, **harmonia, poesia no movimento.** E seria honroso para todos que os jornais estrangeiros pudessem noticiar:

«Chegou hoje a sr.^a Pinchiara, antiga primeira bailarina de S. Carlos, hoje secretário da embaixada portuguesa.»

E mais tarde dissessem para honra da nossa pátria:

«Ontem a maravilha no baile da corte foi a

Mas que antecipadamente sua excelência seja examinado na Secretaria dos Estrangeiros por um júri competente e reto:

- Tenha vossa excelência, Sr. Braamcamp (dirá o júri), a bondade de se sentar àquela mesa e comer aquele linguado frito, para nos provar que não lhe é estranho esse ponto da ciência diplomática...

E sua excelência, tomando delicadamente o garfo, e na extremidade de dois dedos uma côdea fina de pão, com os braços unidos, a cabeça direita, os olhos baixos, provará a sua imensa competência naquela questão difícil.

- Tenha agora vossa excelência senhor Braamcamp, a bondade de valsar um momento pela casa, com donaire...

E sua excelência, arqueando molemente os braços, despedido em giros graciosos por entre as mesas da Secretaria, com a cabeça meigamente reclinada, o olhar amoroso, a cintura mórbida, provará vitoriosamente que tem compulsado com mão diurna e nocturna todos Os expositores daquela **ilustre** matéria.

*(N. B. – Para que o concorrente não valse só, poderá utilizar-se como dama o contínuo da secretaria, que o examinando tomará nos braços com requebro **meigo.**)*

E aprovado que tosse o Sr. Braamcamp, ou outro cavalheiro, nos pontos sujeitos, o País podia entregar-lhe confiadamente uma missão numa corte estrangeira, certo que os seus interesses seriam ali dignamente – comidos e dançados!

Também nos ocorre que consistindo uma das principais funções dos secretários de embaixada e adidos em dançar nos bailes do Paço, a melhor maneira de alcançar um pessoal diplomático verdadeiramente superior seria escolhê-lo – no corpo de baile!

Ninguém teria então, entre a diplomacia europeia, mais graça, harmonia e ligeireza nos movimentos. E seria honroso para todos que os jornais estrangeiros pudessem noticiar:

«Chegou hoje a Sr.^a Pinchiara, antiga primeira bailarina de S. Carlos, hoje secretário da embaixada portuguesa.»

E mais tarde registassem para vaidade eterna da nossa pátria:

«Ontem a maravilha no baile da corte foi a

maneira **digna por** que dançou a sr^a Pinchiara, secretário da legação portuguesa. Parecia um silfo com os seus vestidos de gaze.

Notou-se apenas que o sr. secretário da legação estava um pouco decotado de mais! É admirável a brancura do seu **colo!**»

O que nos parece igualmente vantajoso é, que o concurso para adido de legação – seja feito não sobre a ciência dos concorrentes – mas sobre a sua roupa **branca**. Sendo o grande dever de um adido a exposição **aparatosa** dos seus **engomados**, no colarinho que se alteia sob a suíça, nos largos peitos da camisa que se arqueiam como **uma couraça**, e nos punhos que espirram para fora da manga, com uma rijeza de aço – deve o Governo de S. M. utilizar para o serviço diplomático aqueles que, **pela beleza das suas roupas brancas**, melhor acreditarem lá fora as nossas instituições! E a diplomacia começará a dar garantias da sua **serenidade**, quando o sr. **X. tiver conquistado os sufrágios do júri pelas suas** camisas inglesas de Bretanha e pelo valor das suas peúgas, – e o sr.Y for plenamente reprovado por ter apresentado, por toda a ciência e experiência dos negócios, um reles colarinho à mamã!

Com entranhada mágoa o dizemos: os senhores diplomatas portugueses vestem-se de um modo a que só falta para ser distinto – ser inteiramente diverso do que é. **Ss. ex^a ou se ajeitam de um feito nacional**, que tem decerto a inteira aprovação da Rua dos Fanqueiros, ou então adoptam o **velho chic de bulevar de há três anos**, ainda do tempo do ministério Rouher, hoje unicamente usado pelos *pollos* de Madrid! Não seria pois fora de propósito que existissem na secretaria dos estrangeiros figurinos modelos: que os senhores adidos **fossem estudá-los, com comentários e notas: e que nunca ousassem fazer um frack sem previamente levarem o corte e talhe**, à aprovação da comissão da diplomática. Igualmente pedimos ao governo, em nome do país, que não deixe sair nenhum senhor diplomata, sem previamente lhe ter examinado:

As unhas e a caspa do cabelo!

Ah! todas as precauções são poucas, quando se trata de fazer aparecer um português diante das nações cultas!

Uma das coisas **também** que prejudica a nossa diplomacia, é ela não possuir espírito. Ser espirituoso é metade de ser diplomata. A tradição clássica mostra-nos Talleyrand, **o velho Maternich**, governando a intriga

maneira **adorável** por que dançou a Sr^a Pinchiara, secretário da Legação portuguesa. Parecia um silfo, com os seus vestidos de gaze.

Notou-se apenas que o sr. secretário da Legação estava um pouco decotado de mais. É admirável a brancura do seu colo!...»

Igualmente nos parece vantajoso que o concurso para adido de legação verse, não sobre a ciência dos concorrentes – mas sobre a sua roupa branca. Se o dever essencial de um adido é a exposição solene dos colarinhos que se alteiam sob a suíça, dos largos peitos de camisa que se arqueiam como couraças, e dos punhos que espirram para fora da manga com uma rijeza de aço – deve o Governo de sua majestade utilizar para o serviço diplomático aqueles que, pela beleza e solidez dos seus engomados, melhor acreditarem lá fora as nossas instituições. E a diplomacia começará a dar garantias da sua eficácia, quando o Sr. X tiver conquistado os sufrágios do júri pelo brilho das suas camisas inglesas e pelo valor das suas peúgas – e o Sr.Y for plenamente reprovado por ter apresentado, por toda a ciência e experiência dos negócios, um reles colarinho à mamã!

Com entranhada mágoa o dizemos: os senhores diplomatas portugueses vestem-se de um modo a que só falta para ser distinto – ser inteiramente diverso do que é. Suas excelências ou se ajeitam pelo feito nacional que tanto domina na Rua dos Fanqueiros, ou então adoptam o velho chique de bulevar, ainda do tempo do ministério Rouher, hoje unicamente usado pelos *pollos* de Madrid! Não seria, pois, fora de propósito que existissem na Secretaria dos Estrangeiros figurinos-modelos, com comentários e notas, **que os senhores adidos** deveriam estudar antes de encomendar as suas farpelas. **Outrossim se nos afigura imprudente que os senhores diplomatas possam fazer um fraque** sem previamente levarem o *corte e talhe* à aprovação da comissão diplomática.

Igualmente pedimos ao Governo, em nome do País, que não deixe sair nenhum senhor diplomata sem previamente lhe ter examinado:

as unhas e a caspa do cabelo!

Uma das coisas que prejudica a nossa diplomacia é ela não possuir espírito. Ser espirituoso é metade de ser diplomata. A tradição clássica mostra-nos Talleyrand governando a intriga europeia com as

européia com as finas decisões dos seus bons ditos: modernamente, desde Morny, **M.^{me} de Mettemich, Paradol, o mesmo hirto sr. de Bismarck, etc., fizeram do espírito** - quase um método. **O espírito insinua, decide, resolve, aniquila:** ele move tudo e não responde por coisa alguma: ele é a eloquência da alegria, e o entrincheiramento das situações difíceis: **salva uma crise com um bom dito: desarma fazendo sorrir:** condensa em duas palavras a crítica de uma instituição: disfarça às vezes a fraqueza de uma opinião, acentua outras vezes a força de uma ideia: é a mais fina salvaguarda dos que não querem definir-se francamente: tira a intransigência às convicções fazendo-lhes cócegas: substitui a razão quando não substitui a ciência, dá uma posição no mundo, e adoptado como um sistema derruba um império. E sobretudo pelo indefinido que dá à conversação, ele é a arma verdadeira da diplomacia. Ora, com compunção o dizemos, a nossa diplomacia não tem espírito. Seria por isso bem útil que o ministério dos estrangeiros examinasse os **senhores** diplomatas, antes de os nomear, em *pontos* assim concebidos:

– Estando o senhor adido numa sala, e começando na rua a chover, que pilhéria deverá o senhor dizer?

– Num camarote de ópera, quais são as facécias que deve lançar um secretário de legação sobre o corpo de baile?

E seria conveniente, que a secretaria possuisse uma lista de jocosidades, para todos os usos da vida, que os senhores diplomatas deveriam decorar:

Pilhérias para baile.

Ditas para almoço.

Ditas para cerimónias religiosas.

Ditas para receção no paço.

Ditas para entreter personagens célebres.

Ditas para enterro de pessoas reais.

Ditas para distrair viúvas de ministro. Etc.

Ora uma coisa concorre muito para que a nossa diplomacia **seja soturna**, é o horror que o país tem a ser representado por homens inteligentes. Não se pode dizer **que seja pelo amor** de os possuir no seu seio: **antes parece que é com receio de que eles vão destruir a reputação** de embrutecimento que o país goza lá fora. A verdade é que quando algum homem inteligente vai em missão diplomática, **o país torce-se de rancor**, os **seus** jornais bravejam, e a opinião pública apita!

Se alguém ousasse, por arrojo absurdo, mandar em embaixada o Sr. Alexandre Herculano, **a nação**

finas decisões dos seus bons ditos: modernamente, desde Morny até ao sombrio Sr. de Bismarck, a diplomacia tem feito do espírito quase um método. O espírito move tudo e não responde por coisa alguma: ele é a eloquência da alegria, e o entrincheiramento das situações difíceis: salva uma crise fazendo sorrir: condensa em duas palavras a crítica de uma instituição: disfarça às vezes a fraqueza de uma opinião, acentua outras vezes a força de uma ideia: é a mais fina salvaguarda dos que não querem definir-se francamente: tira a intransigência às convicções, fazendo-lhes cócegas: substitui a razão quando não substitui a ciência, dá uma posição no mundo, e, adoptado como um sistema, derruba um império. E, sobretudo pelo indefinido que dá à conversação, ele é a arma verdadeira da diplomacia. Ora, com compunção o dizemos, a nossa diplomacia não tem espírito. Seria por isso bem útil que o Ministério dos Estrangeiros examinasse os seus diplomatas, antes de os nomear, em *pontos* assim concebidos:

– Estando o senhor adido numa sala, e começando na rua a chover, que pilhéria deverá o senhor dizer?

– Num camarote de ópera, quais são as facécias que deve lançar um secretário de legação sobre o corpo de baile?

E seria conveniente que a Secretaria possuisse uma lista de jocosidades, para todos os usos da vida, que os senhores diplomatas deveriam decorar:

Pilhérias para baile;

Ditas para almoço;

Ditas para cerimónias religiosas;

Ditas para receções no Paço;

Ditas para entreter personagens célebres;

Ditas para enterro de pessoas reais, etc.

Concorre muito para que a nossa diplomacia não seja brilhante, o horror que o País tem a ser representado por homens inteligentes. Não se pode dizer que isto proceda do amor de os possuir no seu seio: antes parece que o domina o terror de que eles vão destruir a reputação de embrutecimento que o País goza lá fora. A verdade é que, quando algum homem inteligente vai em missão diplomática, os jornais bravejam, e a opinião pública apita!

Se alguém ousasse, por arrojo absurdo, mandar em embaixada o Sr. Alexandre Herculano, a Nação, de raiva, abria as veias! Por sua vontade o País enviaria

mordia-se e abria as veias! Por sua vontade o país enviaria às cortes estrangeiras, para ser representado dignamente – bacorinhos do Alentejo: não o faz porque, como ao mesmo tempo é avaro e desconfiado - receia que as cortes estrangeiras, não podendo arrancar a tais diplomatas - segredos políticos, lhes arrancassem – presuntos! Por isso manda homens; só por isso!

Que de resto temos, pela nossa diplomacia em atividade, a mais perfeita consideração: e não julgamos desatender os seus méritos – dizendo que ela é tão hábil como mr. Thiers, nem tão espirituosa como foi mr. Sainte-Beuve, esse homem notável, morto da sua dupla profissão de senador e ateu.

Ora a verdade é que o país gosta de pagar barato à sua diplomacia. E neste ponto abusa. Quer uma diplomacia bem fardada, bem bordada, bem aparatosa, e no fim se se lhe apresenta, por ter uma diplomacia - uma conta um pouco maior do que por ter um carroção – escandaliza-se e grita pelo sr. bispo de Viseu, D. António.

De modo que um ministro xxx vê-se mais embaraçado com o rol das compras que com o encontro das políticas. A contabilidade da sua dívida ocupa dentro em pouco todo o pessoal da legação.

Os diplomatas portugueses passam por agradar lá fora pela sua palidez! mas não se sabe - que a sua palidez vem - não da beleza de raça peninsular, mas da fraqueza de legação mal alimentada. Onde um embaixador português, confessemos-lo, mais se demora, - não é diante das instituições estrangeiras com respeito - é diante das lojas de mercearia com inveja! E se eles não podem alcançar bons tratados para o país – é porque andam ocupados em arranjar mais *roast-beef* para o estômago. Se não fossem os jantares da corte e as ceias dos bailes, a posição de diplomata português era insustentável. Lá fora sabe-se isto: e é sempre com terror que os donos de casa veem entrar o embaixador português, à frente do seu pessoal esfomeado. E ainda veremos os jornais estrangeiros, noticiarem:

«Ontem, na rua de... caiu inanimado de fraqueza e de fome um indivíduo bem trajado: conduzido para uma botica próxima o infeliz revelou toda a verdade – era o embaixador português. Deram-lhe logo bifés. O desgraçado sorria, com as lágrimas nos olhos.»

Que o país atenda a esta desgraçada situação! que tenha um movimento generoso e franco! dê aos seus embaixadores menos títulos e mais *beefs*: embora lhes diminua as atribuições, aumente-lhes ao menos a

às cortes estrangeiras, para ser representado dignamente – bacorinhos do Alentejo. Não o faz, porque, como ao mesmo tempo é avaro e desconfiado, receia que as cortes estrangeiras, não podendo arrancar a tais diplomatas segredos políticos, lhes arrancassem – presuntos! Por isso manda homens. E só por isso!

Ao mesmo tempo o País gosta de pagar barato à sua diplomacia. E neste ponto abusa. Quer uma diplomacia bem fardada, bem bordada: e no fim se se lhe apresenta, por ter uma diplomacia, uma conta um pouco maior do que por ter um carroção – escandaliza-se e grita pelo sr. bispo de Viseu, D. António. De modo que um ministro plenipotenciário vê-se mais embaraçado com o rol das compras, que com o manejo das políticas!

Os diplomatas portugueses passam por agra dar no estrangeiro pela sua palidez!

Mas não se sabe que a sua palidez vem, não da beleza de raça peninsular, mas da fraqueza de legação mal alimentada. Onde um embaixador português mais se demora, não é diante das instituições estrangeiras com respeito, é diante das lojas de mercearia, com inveja! E se eles não podem alcançar bons tratados para o País – é porque andam ocupados em arranjar mais rosbife para o estômago. Se não fossem os jantares da corte e as ceias dos bailes, a posição de diplomata português era insustentável. E ainda veremos os jornais estrangeiros, noticiarem:

«Ontem, na Rua de... caiu inanimado de fome um indivíduo bem trajado. Conduzido para uma botica próxima o infeliz revelou toda a verdade – era o embaixador português. Deram-lhe logo bifés. O desgraçado sorria, com as lágrimas nos olhos.»

Que o País atenda a esta desgraçada situação! Que tenha um movimento generoso e franco! Dê aos seus embaixadores menos títulos e mais bifés! Embora lhes diminua as atribuições, aumente-lhes ao menos a

hortaliça. Eles pedem ao seu país uma coisa bem simples: não é um palácio para viver, nem um *landau* para passear, nem fardas nem **títulos!** É carne! Que o país, no número do pessoal diplomático, – diminua os adidos, e aumente nos bois!

E vai a nossa diplomacia ficar amuada connosco, depois de lhe termos feito, com toque ligeiros e transparentes, o retrato gentil? Decerto que não: nós rimos, mas a chuva aromatizada não molha. E só restava, bom Deus, que a nossa diplomacia tivesse a falta de espírito, - de nos não achar espírito!

hortaliça. Eles pedem ao seu país uma coisa bem simples: não é um palácio para viver, nem um *landau* para passear, nem fardas, nem **comendas!** É carne! Que o País, no número do pessoal diplomático – diminua os adidos e aumente os bois.

Que a nossa diplomacia, aliás meritória e simpática, se não agaste com estes traços ligeiros! Quisemos apenas *rire un brin*. E, nesta nossa triste terra, quando a gente se quer alegrar e folgar um pouco, tem de recorrer às instituições, que são entre nós – *pilhérias organizadas funcionando publicamente*.

Anexo 3 - Carta a Miguel Maria Lisboa, ministro do Brasil¹⁰⁶⁹

A sátira, uma das expressões mais veementes da literatura artificial, por meio da qual se manifesta o tardo pensamento dos povos que envelhecem, não é um propósito individual: é uma lei, é uma fatalidade histórica. As sociedades compõem hinos heroicos na infância, escrevem poemas épicos na mocidade, criam dramas na idade viril e fazem sátiras quando chegam a velhas. Os povos, coitados, são como a gente: têm sucessivamente a idade do papagaio de papel no alto das colinas, a do namoro à esquina da rua e a da bisca ao pé do lume. Ora o Brasil, meus senhores, país novo e ubérrimo de toda a seiva risonha e fecunda da infância, está no período festival do brinquedo que parece uma constelação erguida no céu pela brisa matinal, e doirado nos ares pelos raios oblíquos do sol nascente. Nós outros portugueses achamo-nos no sedentário quartel da bisca.

E eis aqui temos já fora desta primeira parte do nosso discurso, a principal razão pela qual portugueses e brasileiros teremos frequentemente o desgosto de nos não entendermos de um modo acabado.

[...] Tivemos já a honra de aludir ao direito da sátira como das inatacáveis liberdades do pensamento humano. Note porém, senhor ministro, que não foi sátira o que fizemos. Um dos caracteres da sátira consiste em provocar por meio do riso a indignação contra o objeto satirizado. Ora nós não suscitámos indignações contra o objeto satirizado. Não nos parece que contra o peito leal de César discutido pudesse o nosso folheto acender a ira vingativa do senado, ou armar o braço de Bruto regicida. Bem deveria ver que não era nossa trágica intenção.

Rimo-nos, senhor ministro. Rimo-nos simplesmente, pachorrentamente, com um riso talvez prosaico, mas honrado. Ignorará vossa excelência que o riso empregado por tal modo é um elemento nativo das literaturas neolatinas, um dos característicos da nossa raça, um dos meios mais poderosos de filosofia, de crítica e de análise? Mas não é invenção nossa a aplicação que fazemos da ironia e do gracejo! Encontrámo-la nas fontes primordiais da literatura, nos remotos seios do século XIII, nas canções de gesta, que eram a crónica do tempo balbuciada pelos menestrelis.

Já então se percebia que a grandiloqua narração dos feitos heroicos não dava mais que meia imagem dos homens e das coisas; que o mundo era essencialmente binário; que de um elemento comum partiam manifestações opostas; que a mesma essência comprimida ou dilatada tomava formas contrárias; que, por exemplo, economia de menos era prodigalidade e economia de mais era avareza; que pela imperfectibilidade da natureza humana a vibração da mesma corda produzia as lágrimas e produzia o riso; que finalmente no mundo moral como no mundo físico a mesma linha humana dá

¹⁰⁶⁹ *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, pp. 397-401.

Apolo e dá Esopo na arte, na vida César e João Fernandes, e na literatura Homero e Juvenal, Dante e Rabelais.

Bifronte como o Deus mitológico o mundo moral só nos aparece inteiro colhido nos seus dois perfis, olhado pelos seus dois aspetos. Os que estão de cá não podem naturalmente ver o que se passa do lado oposto, nem devem pretender adivinhá-lo.

Que cada um trabalhe com sinceridade e com honra a sua obra, livremente, despreocupadamente, sob o seu ponto de vista! Mais tarde deste trabalho comum sairá completa em suas mesmas contradições a imagem da existência – patente e tangível para todas, incoercível para cada um.

Do ponto em que *As Farpas* se colocaram o lado que a sociedade lhes patenteia é quase sempre o lado que ri. Assim, de Sua Majestade o Imperador, nós outros rimos.

Há homens que o ridículo magoa, e esses procuram torná-lo odioso. Fazem mal. É porque o não conhecem – o ridículo.

Nos tempos de egoísmo a que chegámos, todas as prisões da solidariedade humana se deslaçam. Ninguém aceita a participação nas lágrimas e na dor alheia. Os mesmos afetos perderam a nota comum de fraternização que nos unia. Patriotismo, religião, amor, são coisas que cada um entende de seu modo, e que no espírito ou no coração de cada indivíduo tomam caracteres diversos, segundo os sucessivos processos de crítica, que umas vezes aprofundam, outras vezes dissolvem, e sempre modificam e alteram. Neste deplorável desmembramento da família humana, que a civilização produziu cerceando progressivamente com o roer do exame a autoridade e a fé, o ridículo – por mais doloroso que seja dizê-lo – é ainda o mais inalterado laço que estreita a fraternidade entre os homens.”

Anexo 4: *Emigração*¹⁰⁷⁰

<i>As Farpas</i> ¹⁰⁷¹	<i>Uma Campanha Alegre</i> ¹⁰⁷²
<p>Dezembro de 1871</p> <p>Agitou-se, agita-se ainda a questão da <i>emigração</i>. Mrs. [sic] Charles Nathan leva para Nova Orleães, com bons salários, todas as atividades que se ofereçam.</p> <p>A emigração é decerto um mal.</p> <p>Porque aqueles que se oferecem mostram ser, por essa resolução, os mais enérgicos e os mais rijamente decididos; e num país de fracos e indolentes, é um prejuízo perder as raras vontades firmes e os poucos braços viris.</p> <p>Porque a emigração entre nós, não é como em toda a parte a transbordação de uma população que sobra, é a fuga de uma população que sofre;</p> <p>Porque não é o espírito de indústria, de atividade e de expansão que leva para longe os nossos colonos, - como leva os ingleses à Austrália e à Índia - é a miséria de um país esterilizado que expulsa, sacode e instiga a emigrar, a procurar em outras terras o pão;</p> <p>Porque a emigração, tomando o rumo dos países estranhos, contraria a necessidade urgente de regularizar interiormente uma emigração de província a província;</p> <p>Porque a emigração em Portugal não significa - ausência - significa abandono; o inglês¹⁰⁷³ por exemplo, vai à Austrália, à América, fazer um começo de fortuna - para voltar a Inglaterra, viver, casar, acabar de enriquecer, servir o seu País, a sua comuna, trazer-lhe o auxílio da vontade robustecida, da experiência adquirida, do dinheiro ganho; para Portugal ninguém volta a não vir provido de boa fortuna, ser improdutivo, burguês retirado, inutilidade a engordar.</p> <p>Enfim a emigração é má, o Mr. [sic] Nathan funesto. Somente o nosso pesar é que o Mr. [sic] Nathan, em lugar (apenas) de alguns centenaes dos nossos, - não nos queira levar a nós todos.</p> <p>Porque partimos já, sem hesitação, em massa. Fugimos das cebolas do Egipto. E mais felizes que os israelitas, temos em lugar do incerto milagre do mar Vermelho - os excelentes vapores de <i>Liverpool and Mississipi Steam Ship Company</i>.</p>	<p>Dezembro de 1871</p> <p>Agitou-se, agita-se ainda, a questão da <i>emigração</i>. Há um homem, Mr. Charles Nathan, que leva para Nova Orleães, com bons salários, todas as atividades que se ofereçam.</p> <p>A emigração, entre nós, é decerto um mal.</p> <p>Em Portugal quem emigra são os mais enérgicos e os mais rijamente decididos; e um país de fracos e de indolentes padece um prejuízo incalculável, perdendo as raras vontades firmes e os poucos braços viris.</p> <p>Em Portugal a emigração não é, como em toda a parte, a transbordação de uma população que sobra; mas a fuga de uma população que sofre. Não é o espírito de atividade e de expansão que leva para longe os nossos colonos, como leva os ingleses à Austrália e à Índia; mas a miséria que instiga a procurar em outras terras o pão que falta na nossa.</p> <p>Em Portugal a emigração, tomando o rumo dos países estranhos, contraria a necessidade urgente de regularizar interiormente uma emigração de província a província.</p> <p>Em Portugal a emigração não significa ausência - significa abandono. O inglês¹⁰⁷⁴, por exemplo, vai à Austrália e à América fazer um começo de fortuna - para voltar a Inglaterra, casar, trabalhar, servir o seu País, a sua comuna, trazendo-lhe o auxílio da vontade robustecida, da experiência adquirida, do dinheiro ganho: para Portugal, o emigrante que volta, provido de boa fortuna, vem ser um burguês improdutivo, uma inutilidade a engordar.</p> <p>Enfim a emigração é má, o Sr. Nathan funesto. Somente o nosso pesar é que o Sr. Nathan, em lugar de alguns centenaes dos nossos - não nos queira levar a nós todos.</p> <p>Porque partimos já, sem hesitação, em massa. Fugimos das cebolas do Egipto. E, mais felizes que os israelitas, temos em lugar do incerto milagre do mar Vermelho - os excelentes vapores da <i>Liverpool and Mississipi Steam Ship Company</i>.</p>

1070 O texto a vermelho assinala as diferenças de redação e conteúdos originais, em cada um dos textos, e os “x”, a vermelho ou a preto, indicam os cortes.

1071 *As Farpas* - Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit., pp. 311-316.

1072 *Uma Campanha Alegre*, op. cit., pp. 216-221.

1073 O realçado é nosso.

1074 O realçado é nosso.

Vamos todos!

Porque é estranho – que haja quem estranhe a emigração. Nós estamos num estado comparável, correlativo à Grécia: mesma pobreza, mesma indignidade política, mesma trapalhada económica, mesmo abaixamento dos caracteres, **mesma ladroagem, mesma agiotagem, mesma decadência de espírito, mesma administração grotesca de desleixo e de confusão**. Nos livros estrangeiros, nas revistas, quando se quer falar de um país caótico e que pela sua decadência progressiva poderá vir a ser riscado do mapa da Europa – citam-se ao par, a Grécia e Portugal. Somente nós não temos como a Grécia uma história gloriosa, a honra de ter criado uma religião, uma literatura de modelo universal e o museu humano da beleza da **arte**. Temos o sr. Lisboa, barítono, e o sr. Vidigal, lírico.

O rei D. Pedro V tinha lido o livro de E. About *Grécia contemporânea*: e aquele rei que era um grave e fino espírito, um critério lúcido e que tinha uma ponta afiada de humorismo irónico – entretivera-se anotando à margem o preciso livro de About. Onde estavam nomes gregos, o rei punha os nomes correspondentes dos homens públicos portugueses; onde estavam as narrações das indignidades políticas de Atenas, ele punha à margem as correlativas, as paralelas indignidades políticas de Lisboa; onde About desenhava com a sua pena maliciosa, cáustica e tão profundamente francesa, um certo ministro da fazenda que era ladrão – D. Pedro V, tinha posto à margem: «cá chama-se o senhor...» um nome de político português. Figura no livro, como torpe, segundo o julgamento do excelente rei, muito homem hoje célebre na vida pública, com bons ordenados e autoridade. O livro assim anotado, mudados os nomes – é a descrição mais exata, fotográfica, do estado de Portugal, **da confusão da sua administração, da imbecilidade dos seus estadistas, dos roubos da sua política**. - Como deve ser infeliz um rei inteligente - quando, caindo em ceticismo e misantropia pela certeza que adquiriu de que está no meio de uma **velha política e de uma torpe intriga** – não pode todavia entregar a nação à experiência republicana, nem chamar a si o poder absoluto e pessoal! Um tal rei, quando se não lança nos braços das musas de Béranger e se converte por fastio num bom rei de Ivetot – termina sempre por morrer cedo.

Ora, na Grécia, o facto permanente é a emigração. E nós emigramos, pelo mesmo motivo que o Grego

Vamos todos!

E estranho – que haja quem estranhe a emigração. Nós estamos num estado comparável somente à Grécia: mesma pobreza, mesma indignidade política, mesma trapalhada económica, mesmo abaixamento dos caracteres, **xxx** mesma decadência de espírito. Nos livros estrangeiros, nas revistas, quando se quer falar de um país caótico e que pela sua decadência progressiva poderá vir a ser riscado do mapa da Europa – citam-se, a par, a Grécia e Portugal. **Nós, porém**, não possuímos como a Grécia, além de uma história gloriosa, a honra de ter criado uma religião, uma literatura de modelo universal, e o museu humano da beleza da **Arte**. Apenas nos ufanamos do Sr. Lisboa, barítono, e do Sr. Vidal, lírico.

El-Rei D. Pedro V tinha lido o livro de E. About *Grécia contemporânea*: e aquele rei que era um grave e fino espírito, e por vezes um subtil humorista – entreterase anotando à margem o precioso livro de About. Onde estavam nomes dos estadistas da Grécia, o rei punha os nomes correspondentes dos homens públicos de Portugal; onde vinham as narrações das indignidades políticas de Atenas, ele lançava à margem as correlativas indignidades políticas de Lisboa; onde About desenhava com a sua pena maliciosa, cáustica e tão profundamente francesa, um certo ministro da Fazenda que era ladrão – D. Pedro V escrevera ao lado: «Cá chama-se o senhor...». Figura no livro, como torpe, segundo o julgamento do excelente rei, muito homem hoje célebre na vida pública, com bons ordenados e autoridade. O livro assim anotado, mudados os nomes – é a descrição mais exacta do estado de Portugal. **xxx**

Como deve ser infeliz um rei inteligente, quando, caído em cepticismo e misantropia pela certeza que adquiriu de que está no meio de **uma pocilga política**, não pode todavia entregar a Nação à experiência republicana, nem chamar a si o poder absoluto! **Um tal rei, se não se converte por fastio num bom rei de Yvetot – termina sempre por morrer cedo.**

Ora, na Grécia, o facto permanente é a emigração. E nós emigramos, pelo mesmo motivo que o Grego emigra

emigra – a necessidade de procurar longe o pão que a Pátria não dá. O Grego que não tem indústria, nem agricultura, nem comércio quase, - encontra-se ao entrar na vida sem colocação: – toma então a sua carabina e vai para as montanhas que Teócrito cantou, roubar viajantes ingleses, ou embarca no Pireu e emigra para Alexandria, para Trípoli, para as escalas do Levante, para os estados barbarescos, para Marselha, para qualquer ponto onde haja algum pão a roer ou alguma piastra a ganhar.

Nós que - bem a nosso pesar - não podemos ir roubar para as montanhas, porque não temos a quem roubar – vamos procurar o Mr. [sic] Nathan. É claro.

E o Governo, a opinião, admiram-se! Mas onde pode a plebe ganhar o pão? A grande indústria, a dos tabacos, dá 250 réis de salário a um operário com família. As indústrias fabris são poucas, periclitantes, com interrupções mensais constantes de trabalho. A indústria mineira está abandonada à exploração de companhias estrangeiras. A agricultura vive de rotina – empobrecendo a terra e empobrecendo o homem; não temos praticultura, nem silvicultura, nem indústria pecuária; o trabalhador dos campos vive na miséria, come sardinhas e ervas do campo: a maior parte anda à *malta*, trabalhando aos dias, errante de fazenda em fazenda, por 80 réis diários, nos bons salários: **não podem ter família e os filhos enjeitados crescem**: a usura, a agiotagem unidas, exploram a gente do campo: os tributos são fortes, as vexações do fisco incessantes: na província, por um imposto de **10 e 20** réis, atrasado, relaxado, vimos nós pagar os pobres 5 e 6 mil réis, com custas, etc.; os pobres não tinham a quantia? penhora no casebre! nas cidades o operário é vítima do monopólio: monopólio no pão, no bacalhau, no azeite: - preços fatalmente elevados: nenhuma instrução e muito *padre-nosso*. Nós não temos uma escola teórica de aprendizagem! Que querem os senhores, que se faça num país destes? Sair, fugir, abandoná-lo! O país é belo, sim, de solene paisagem, **abundante, rico, todo desejável e habitável**. Mas a política, a administração, **tomaram aqui a vida difícil. Seria doce gozá-lo**, não tendo a honra de lhe pertencer. *Só se pode ser português – sendo-se inglês!*

E no entanto, perante a emigração que faz o Estado, a imprensa, a opinião?

Interrompe-se um momento, volta-se para os colonos, **fita-lhes a luneta** – e diz àquela plebe esfaimada:

– O quê! quereis ir embora? **Oh doidos!** Tendes

– a necessidade de procurar longe o pão que a Pátria não dá. O Grego que não tem indústria, nem agricultura, nem comércio, encontra-se ao entrar na vida sem colocação: – toma então a sua carabina e vai para as montanhas que Teócrito cantou, roubar viajantes ingleses, ou embarca no Pireu e emigra para Alexandria, para Trípolis, para as escalas do Levante, para os estados barbarescos, para Marselha, para qualquer ponto onde haja algum pão a roer ou alguma piastra a ganhar.

Nós, que (bem a nosso pesar) não podemos ir roubar para as montanhas porque não temos a

quem roubar – vamos procurar o Sr. Nathan.

E o Governo, a opinião, admiram-se! Mas onde pode a plebe ganhar o pão? A grande indústria, a dos tabacos, dá 250 réis de salário a um operário com família. As indústrias fabris são poucas, periclitantes, com interrupções constantes de trabalho. A indústria mineira está abandonada à exploração de companhias estrangeiras. A agricultura vive de rotina – empobrecendo a terra e empobrecendo o homem. Não temos piscicultura, nem silvicultura, nem indústria pecuária. O trabalhador dos campos vive na miséria, come sardinhas e ervas do campo: a maior parte anda à *malta*, trabalhando aos dias, errante de fazenda em fazenda, por 80 réis diários, nos tempos de salário **XX**. A usura e a agiotagem, unidas, exploram a gente do campo: os tributos são fortes, as vexações do fisco incessantes. Na província, por um imposto **de 20 e 30** réis, atrasado e relaxado, vimos nós pagar 5 e 6 mil-réis, com custas, etc. Os pobres não tinham a quantia? penhora no casebre! Nas cidades a operária é vítima do monopólio – monopólio no pão, no bacalhau, no azeite. Não há entre nós uma escola teórica de aprendizagem! Que querem os senhores que se faça num país destes? Sair, fugir, abandoná-lo! O País é belo, sim, de **deliciosa** paisagem **xxx**. Mas a política, a administração, **tomaram aqui a vida intolerável. Seria doce gozá-la**, não tendo a honra de lhe pertencer. *Só se pode ser português – sendo-se inglês!*

E no entanto, perante a emigração crescente, que faz o Estado, a imprensa, a opinião?

Interrompe-se um momento, e volta-se para os colonos, **aplica-lhes a luneta** – e diz àquela plebe esfaimada:

– O quê! quereis ir embora? **Oh imprudentes.** Tendes

acolá os terrenos do Alentejo.

Ora os *terrenos*, os eternos *terrenos do Alentejo*, são simplesmente um gracejo torpe. **Uns poucos de centenaes de homens têm fome e diz-se-lhes, em boa prosa com algumas vírgulas:**

- Acolá tendes, amigos, os vastos do Alentejo que são etc.

Exatamente o que se diz aos porcos:

- Acolá tendes aqueles terrenos onde a bolota etc... comei, estimáveis bacorinhos. Porque não sabemos que o terreno do Alentejo, como está, produza na generalidade senão bolota. Ora o governo, a imprensa e a opinião oferecem-no **como está**. É uma brincadeira abjeta.

Uma população de trabalhadores, pobres, operários, proletários, pede trabalho – senão emigra. E o país responde:

– Não emigreis, tendes acolá os terrenos do Alentejo – isto é, tomai vós, ó proletários, ó gente do campo, ó pés descalços, os quatro ou cinco mil contos que tendes aí no bolso roto da jaqueta, associai-vos em grandes companhias, negociai ações, comprai máquinas e instrumentos, lavrai tantas léguas quadradas, arroteai, regai, abri poços, fazei aquedutos, estabelecei lezírias, levantai grandes fundos com o vosso grande crédito, tu Manuel da Horta, tu José da Cancela, tu ferrador, tu jornaleiro – e enriquecei!

Ora o Estado, a imprensa, a opinião têm razão – somente como o trabalhador não tem ali os quatro ou cinco mil contos na algibeira e não está para os ir buscar a casa, porque está a chover - embarca para *Nova Orleans*.

Dizer a um homem: – Você quer ganhar dezoito vinténs por dia? Escusa de sair do país, gaste aí uns mil contos a arrotear os terrenos incultos, e vem a ter de salário, não direi os dezoito vinténs justos, mas dezassete e meio com certeza: dizer isto é uma facécia impudica!

Tem sido de **um x grotesco único** este conselho que se dá de arrotear os terrenos do Alentejo; todo o mundo o dá, os jornais, os frequentadores da Casa Havanesa, os moços de café, e alguns poetas líricos: *Arroteie-se o Alentejo!* diz cada um esfregando as mãos, e puxando o fumo do cigarro. – Pois bem, meus senhores, sim, arroteemos, mas então, aproveitemos este grande impulso nacional, esta energia das forças vivas! E de passagem – conquistemos o Santo Sepulcro, e mandemos varrer o Largo do Loreto! **Oh pilhéria! oh vida!**

acolá os terrenos do Alentejo!...

Ora os *terrenos*, os eternos *terrenos do Alentejo*, são simplesmente um gracejo torpe. **xxx**

Os terrenos do Alentejo, tais **como estão**, não produzem na generalidade senão bolota. E justamente o Governo, a imprensa e a opinião oferecem esses terrenos tais **como estão**. Conheceis brincadeira mais abjecta?

Uma população de trabalhadores, operários, proletários, pede trabalho – senão emigra. E o País exclama:

– Não emigreis, tendes acolá os terrenos do Alentejo – isto é, tomai vós, ó proletários, ó gente do campo, á pés descalços, os quatro ou cinco mil contos que tendes aí no bolso roto da jaqueta, associai-vos em grandes companhias, comprai máquinas e instrumentos, lavrai tantas léguas quadradas, arroteai, regai, abri poços, fazei aquedutos, estabelecei lezírias, levantai grandes fundos com o vosso grande crédito, tu Manuel da Horta, tu José da Cancela, tu ferrador, tu jornaleiro – e enriquecei!

O Estado, a imprensa, a opinião têm razão; – somente como o trabalhador não traz ali os quatro ou cinco mil contos na algibeira e não está para os ir buscar a casa, por causa da chuva – embarca para Nova Orleães.

Dizer a um homem: – Você quer ganhar dezoito vinténs por dia? Escusa de sair do País, gaste aí uns mil contos a arrotear terrenos incultos, e vem a ter de salário, não direi os dezoito vinténs justos, mas dezassete e meio com certeza...». Dizer isto é uma facécia impudica!

Tem sido de **um alto grotesco** este conselho que se dá de arrotear os terrenos do Alentejo! Todo o mundo o dá, os jornais, os frequentadores da Casa Havanesa, os moços de café, e os poetas líricos. *Arroteie-se o Alentejo!* exclama cada um esfregando as mãos, e puxando o fumo do cigarro.

– Pois bem, meus senhores, sim, arroteemos! Mas então aproveitemos este grande impulso nacional, esta energia das forças vivas! E de passagem – conquistemos o Santo Sepulcro, e mandemos varrer o Largo do Loreto!

xxxx

Mas a melhor facécia tem vindo do sentimentalismo:
– O quê, colonos! ides deixar a terra do vosso berço, a verde alfombra, o escondido casal na encosta do monte, o grato rouxinol que...

Mágoas diz do seu penar?

Este argumento económico, positivo, firmado em cifra, claro, evidente, abala extremamente os Emigrantes, – os quais provam a sua comoção **lirica**, remando a toda a força para o paquete da Nova Orleans.

E no entanto, na praia, a imprensa suspira!

Um facto curioso é que a opinião que mais tem enrouquecido a bradar contra a emigração tem-se ocupado em provar que a emigração para Nova Orleans não dá as vantagens prometidas pelo enganador.

Por consequência o que se condena não é o facto da emigração, esse julga-se **tacitamente** necessário – é o *lugar* para onde se *emigra*. A guerra é feita a *Nova Orleans*, não ao abandono da Pátria. A *Nova Orleans* fez o que quer que fosse à opinião pública. O caso é que a opinião não traga a *Nova Orleans*. Talvez questões de mulheres, como se dizia na *grã-duquesa de Gérolstein*.

Que fazem com isto a imprensa e a opinião? **Tem incitado a emigração geral. Como? Combatendo o pouco que os colonos ganham na Nova Orleans. É fazer o que usava La Fontaine quando ia para a academia – tomar o caminho mais longo.**

Mas enfim é tomar o caminho – é implicitamente confessar que a vida é extremamente difícil em Portugal – e que a ação natural que todo o cidadão português deve ao seu país - é abandoná-lo.

Entretanto que faz o governo? Diz-se que o governo recomendara às autoridades do país que impedissem a emigração. Se assim é, **é característico**. Gostamos. Um governo **impedindo uma lei económica, querendo obstar à emigração pela proibição** – tinha-se visto nas anedotas do *Tintamarre* ou nas caricaturas de *Cham*. É-nos dado a nós portugueses, possuir o facto real, autêntico e referendado. Somente que processo emprega o governo? Coloca-se entre o bote e o emigrante, gritando altivamente: – não passarás – ou limita-se a agarrá-lo pela gola da jaqueta, ganindo: faz favor de não se safar? Que o governo nos esclareça! Bom e querido governo! Diante deste grave problema a emigração, tendo de examinar as condições do país agrícola, de estudar o meio de organizar o trabalho, de regularizar uma

Mas a melhor facécia tem vindo do sentimentalismo:
– O quê, colonos! ides deixar a terra do vosso berço, a verde alfombra, o escondido casal na encosta do monte, o grato rouxinol que...

Mágoas diz do seu penar?

Este argumento **tão** económico, **tão** positivo, **tão** firmado em cifras, abala extremamente os emigrantes – os quais provam a sua comoção **x**, remando a toda a força para o paquete da Nova Orleães.

E no entanto, na praia, a imprensa suspira!

Um facto curioso é que a opinião que mais tem enrouquecido a bradar contra a emigração, tenta sobretudo provar que a emigração para Nova Orleães não dá as vantagens prometidas pelo enganador.

Por consequência o que se condena não é o facto da emigração, que se julga **irremediavelmente** necessário – mas o *lugar* para onde se *emigra*. A guerra é feita à Nova Orleães, não ao abandono da Pátria. A Nova Orleães fez o que quer que fosse à opinião pública. O caso é que a opinião não traga a Nova Orleães. Talvez questões de mulheres, como se dizia na *Grã-Duquesa de Gerolstein*.

Que fazem com isto a imprensa e a opinião? Incitam à emigração. Como? **Acusando o pouco que os colonos vão ganhar na Nova Orleães, e fazendo cotejos que implicitamente lhes lembram o muito que ganhariam em São Paulo ou na Califórnia. Não detêm a corrente – mudam-lhe a direcção. Isto é – dirigem a emigração, o que é uma maneira de a desenvolver, ainda que tomando para isso o caminho mais laborioso.**

Mas, enfim, temos a opinião e a imprensa confessando que a vida é extremamente difícil em Portugal, e que a ação natural que todo o cidadão português deve ao seu País – é abandoná-lo.

Entretanto que faz o Governo? Diz-se que o Governo recomendara às autoridades do País que impedissem a emigração. **Se assim é, gostamos**. Um Governo **impedindo a acção de uma lei económica por um officio** – tinha-se visto nas anedotas do *Tintamarre* **xx**. É-nos dado, a nós Portugueses, possuir o facto real, autêntico, referendado. Somente que processo emprega o Governo? Coloca-se entre o bote e o emigrante, gritando altivamente: – «Não passarás!» Agarra-o pela gola da jaqueta, ganindo: «Faz favor de não se safar?» Que o Governo nos esclareça! Bom e querido Governo!... Diante deste grave problema, a emigração, tendo de examinar as condições do País agrícola, de estudar o meio de organizar o trabalho, de regularizar uma emigração interior, **xxx** de empregar os braços ociosos,

emigração interior, **de dar uma saída à actividade que espera**, de empregar os braços ociosos, de converter em vantagem nacional a energia nativa da população, de obstar ao enfraquecimento do país pela perda da sua riqueza viva, **o trabalho – o governo diante destes problemas, destes estudos económicos, de organizações a estabelecer, instituições a criar**, - volta-se para o regedor e diz-lhe, por toda a ideia, toda a ciência: A respeito dos colonos, sabe, o melhor é fechá-los à chave!

Como solução a um problema económico – o governo acha uma fechadura. A governação do estado torna-se questão de serralharia! Um trinco é um princípio: **um loquete um regulamento**, um parafuso uma instituição! Como vós sois grandes! Deixai-vos ver bem de frente, ah! sois imensos! **Agora de costas; santo Deus, sois maiores ainda! Vejamos de perfil, sois enormes! Francamente, meninos, vós sois grandes estadistas**, mas Sancho Pança – era maior!

de converter em vantagem nacional a energia nativa da população, de obstar ao enfraquecimento do País pela perda da sua riqueza viva, **xx** diante destes problemas **xxx** – o Governo volta-se para o regedor e, por toda a ideia, por toda a ciência, **lança esta ordem**: «A respeito dos colonos, o melhor é fechá-los à chave!»

Como solução a um problema económico – o Governo acha uma fechadura. A governação do Estado torna-se questão de serralharia! Um trinco é um princípio: um parafuso uma instituição! Como vós sois grandes! Deixai-vos ver bem de frente... Ah! sois imensos! Mas Sancho Pança – era maior.

Anexo 5: *O brasileiro*¹⁰⁷⁵

<i>As Farpas</i> ¹⁰⁷⁶	<i>Uma Campanha Alegre</i> ¹⁰⁷⁷
<p>Fevereiro de 1872</p> <p>Há longos anos o Brasileiro é entre nós o tipo de caricatura - mais francamente popular. Cada nação possui assim um personagem típico, criado para o riso público. As comédias, os romances, os desenhos, as canções espalham-no, acentuam-no, aperfeiçoam-no, caracterizam-no, e ele fica assim um Judas infeliz de sábado de aleluia, que cada um rasga friamente com a sua gargalhada, e vara feramente com a sua chacota! Torna-se o <i>cômico</i> clássico: é representado nos palcos, cinzelado em castiçais, aguarelado em caixas de fósforos, fabricado em paliteiros, torneado em castões de bengala. A França tem o inglês de larga e aguda suíça em forma de costeleta aloirada, colarinho alto como um muro de quintal, pé largo como uma esplanada, e ar hirto; ultimamente tem mais o prussiano, suíça e bigode espesso, cabelo em bandos, capacete em bico, um sabre insolente e um relógio de sala roubado debaixo do braço!</p> <p>Nós temos o Brazileiro: grosso, trigueiro com tons de chocolate, modo ricaço, arrastando um pouco os pés, burguês como uma couve e tosco como uma acha, pescoço suado, colete com grillão, chapéu sobre a nuca, guarda-sol verde, a voz fina e adocicada, ar desconfiado e um vício secreto. É o brasileiro: ele é o pai achinelado e ciumento dos romances satíricos: é o gordalhufo amoroso das comédias salgadas, é o figurão barrigudo e bestial dos desenhos facetos: é o maridão de tamancos traído – dos epigramas</p> <p>Nos lábios finos, a palavra Brasileiro, tornou-se um vitupério: o sr. é um brasileiro! A sua convivência é um descrédito plebeu: ninguém ousa ir para um hotel onde se alojam brasileiros e onde eles arrastam os seus sapatos de liga, falando baixo e solitários das coisas <i>di lá</i>: ninguém se <i>abrasileiralha</i> a ponto de frequentar os cafés onde eles num descambado sonolento, bocejam apoiados aos guarda-sóis...</p> <p>Nenhuma qualidade simpática e de fino relevo se supõe no brasileiro: não se lhe supõe espírito, como não se supõe aos negros corredios cabelos loiros; não se lhe supõe coragem, e eles são, na tradição popular, como aquelas abóboras de agosto que sofreram todas as soalheiras da eira: não se lhe supõe distinção - e eles são,</p>	<p>Fevereiro de 1872</p> <p>Há longos anos o Brasileiro (não o brasileiro brasílico, nascido no Brasil – mas o português que emigrou para o Brasil e que voltou rico do Brasil) é entre nós o tipo de caricatura mais francamente popular. Cada nação possui assim um tipo criado para o riso público. As comédias, os romances, os desenhos, as canções espalham-no, popularizam-no, desenvolvem-no, aperfeiçoam-no, e ele torna-se o grotesco clássico que chega a ser motivo de ornato industrial, cinzelado em castiçais, aguarelado em caixas de fósforos, torneado em castões de bengala. A França tem o inglês de coco diminuto na nuca, de larga e aguda suíça em forma de costeleta alourada, dentuça taluda, colarinho alto como um muro de quintal, rabona de xadrezinho, pé largo como uma esplanada, e ar lorpa: ultimamente tem mais o prussiano, de imenso bigode na focinheira, cabelo em bandós, capacete em bico, um sabre prodigiosamente insolente e um relógio de sala roubado debaixo do braço!</p> <p>Nós temos o Brasileiro: grosso, trigueiro com tons de chocolate, pança ricaça, joanetes nos pés, colete e grillão de oiro, chapéu sobre a nuca, guarda-sol verde, a vozinha adocicada, olho desconfiado, e um vício secreto. É o brasileiro: ele é o pai achinelado e ciumento dos romances românticos: o gordalhufo amoroso das comédias salgadas: o figurão barrigudo e bestial dos desenhos facetos: o maridão de tamancos, sempre traído, de toda a boa anedota.</p> <p>Xxxx</p> <p>Nenhuma qualidade forte ou fina se supõe no brasileiro: não se lhe imagina inteligência, como não se imaginam negros com cabelos louros; não se lhe concede coragem, e ele é, na tradição popular, como aquelas abóboras de Agosto que sofreram todas as soalheiras da eira: não se lhe admite distinção, e ele</p>

1075 O texto escrito a preto mostra o que se mantém igual; a vermelho assinala o texto que é retirado, alterado e introduzido em 1890; e os “x”, a vermelho ou a preto, assinalam os cortes; o castanho mostra o anterior texto com uma nova redação. As palavras realçadas a negrito mostram diferentes utilizações do conceito brasileiro e outros conceitos que o escritor altera, reveladores da mudança que se propõe fazer.

1076 *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes, op. cit.*, pp. 390-395.

1077 *Uma Campanha Alegre*, Lisboa, Planeta DeAgostini, 2006, pp. 293-297.

na persuasão pública - os eternos toscos achinelados da rua do Ouvidor. **A opinião crítica nega-lhes o carácter e atribui-lhes os negócios de negros. A imaginação irónica suspeita-lhe coletes de veludo verde com matizes escarlates e fechadas de casas riscadas de amarelo com telhas azuis.** O povo supõe-no o autor de todos os ditos ilustremente sandeus, o herói de todas os factos universalmente risíveis, **o senhor de todos os prédios grotescamente construídos**, o frequentador de todos os hotéis sujamente lúgubres, o namorado de todas as mulheres gordalhufamente ridículas, **o autor de todos os versos alejadamente facetos.**

Tudo o que se respeita no homem é escarnecido aqui no **brasileiro**; o trabalho, tão santamente justo, lembra nele, com riso, a venda de tapioca numa baiúca de Pernambuco: o dinheiro, tão humildemente servido, recorda nele, com gargalhadas, os botões de brilhantes nos coletes de pano amarelo; a pobreza, tão justamente respeitada, nele é quase cómica e faz lembrar os **tamancos** com que embarcou a bordo do patacho *Constância*, e os fretes de café que carregou para as bandas da Tijuca: o amor, tão justamente amado, nele faz rir, e recorda a sua espessa pessoa, de joelhos, dizendo com uma ternura babosa – oh *minina!*

Tudo o que faz, tem uma cauda de gargalhada: se negoceia, aparece como *dono di návio*, personagem grotesco das comédias de feira. Se pertence á nobreza é suspeito de se chamar barão de Suriquitó ou conde de Ipátápá! Se fez a guerra para uma universal risada ecoa, e todos lembram o grito célebre – *quebra esquina, minha genti!* Se fala aquela estranha linguagem, que parece português – com açúcar, a hilaridade estorce-se. A celebridade dos seus calos enche o mundo.

O seu pouco asseio faz desmaiar as virgens. O seu maior feito – a vitória do Paraguai mereceu em Portugal este dito célebre que corria as ruas: o Brasil encheu-se de glória. Oh Brasil dá cá o pé! – Enfim, a opinião, a cruel opinião, - tudo o que é mau gosto, grosseria, tosquice, obtusidade, pêlo, ordinarismo, - coloca-o como num índice no **brasileiro**. De tal sorte que este escárnio intenso comunicou-se, pela sua violenta expansibilidade, às nações mais velhas: e em França, em Espanha, em Itália, o **Brasileiro** penetrou triunfantemente, de guarda-sol em rolo e chapéu na nuca, entre uma hilaridade pasmosa – na região dos grotescos. E o Brasileiro tornou-se assim a raça latina, essa caduca sabia de ironia, - o depósito do riso! – Tal ele é!

Pois bem! É uma torpe injustiça que seja assim. E nós portugueses fazemos facciosamente mal em nos rirmos deles os **brasileiros!** **Porque enfim, eles vêm de nós! As suas qualidades tiveram o seu gémen nas nossas qualidades. Somente neles alargaram, floresceram, cresceram, frutificaram: em nos estão latentes e tácitas.** O **Brasileiro** é a expansão do

permanece, na persuasão pública, o eterno tosco da Rua do Ouvidor. O Povo supõe-no o autor de todos os ditos celebrenmente sandeus, o herói de todas as histórias universalmente risíveis, o senhor de todos os prédios grotescamente sarapintados, o frequentador de todos os hotéis sujamente lúgubres, o namorado de todas as mulheres gordalhufamente ridículas.

Tudo o que se respeita no homem é escarnecido aqui no **brasileiro**. O trabalho, tão santamente justo, lembra nele, com riso, a venda da mandioca numa baiuca de Pernambuco; o dinheiro, tão humildemente servido, recorda nele, com gargalhadas, os botões de brilhantes nos coletes de pano amarelo; a pobreza, tão justamente respeitada, nele é quase cómica e faz lembrar os **tamancos** com que embarcou a bordo do patacho *Constância*, e os fardos de café que carregou para as bandas da Tijuca; o amor, tão teimosamente idealizado, nele faz rir, e recorda a sua espessa pessoa, de joelhos, dizendo com uma ternura babosa – oh *minina!*

De facto, o pobre *brasileiro*, o rico *torna-viagem*, é hoje, para nós, o grande provedor do nosso riso.”

Xxx

Pois bem! É uma injustiça que assim seja. E nós portugueses que *cá* ficámos, não temos o direito de nos rirmos dos **brasileiros** que de *lá* voltaram. – Porque, enfim, o que é o **Brasileiro?** É simplesmente a expansão do Português.

Português.

Porquê? Fácil explicação. Existe uma lei de retração e dilatação para os corpos – sob a influência da temperatura: aprende-se isto nos liceus quando vem o buço: os corpos ao calor dilatam, ao frio encolhem. A mesma lei para as plantas: ao sol a sua natureza alarga, floresce; ao frio da sombra a sua natureza encolhe, emurchece, estiola. A bananeira, nos nossos climas frios, é uma pequena árvore mirrada, hirta, tímida, estéril, encolhida: no calor do Brasil é a grande árvore triunfante de folhas palmares e reluzentes, tronco violento, seiva insolente, apopléctica de vida, sonora de movimento, ridícula de bananas: o sol desabrochou-a. **Mesma lei para as qualidades morais: o espanhol das Astúrias, modesto, humano, discreto e grave – passado para o sol do Equador nas Antilhas Espanholas, torna-se o espanhol violento, vaidoso, sanguinário, ruidoso e febril!** – Pois bem: eis aí: O Brasil é Portugal – dilatado pelo calor.

O que eles são expansivamente – nós somo-lo encolhidamente: as qualidades retraídas em nós, estão neles florescentes: nós somos modestamente *ridiculitos*, eles são á larga *ridiculões*. Os nossos defeitos, sob o sol do Brasil, dilatam-se, expandem-se, espraiam-se! É como a bananeira, aqui ressequida e esguia – lá florida e soberba: os nossos ridículos, maus gostos, aqui sob um clima frio, estão retraídos, não aparecem muito, estão por dentro: lá, sob um sol fecundante, abrem-se em grandes evidencias grotescas. Sob [o] sol do Brasil a bananeira abre-se em fruto e **o português abre-se em brasileiro**. Eis o formidável princípio. – O Brasileiro é o Português desabrochado.

E o Português é o **Brasileiro** encolhido. O Português está para o Brasileiro com[o] o paio de vitela está para a perna de vitela: o paio é a perna ensacada, apertada, oprimida, condensada, resumida: o Português é – paio de **Brasileiro**.

La fora não nos distinguem: acham-nos quase a mesma cor, o mesmo feitio, o mesmo tosco – mas *quase*: é que nos acham mais acanhados, mais apanhados sobre nós, mais concentrados. É como um ananás de estufa: é o aroma, o sabor, a cor, a forma do ananás – mas não tem a forte seiva, a viva florescência: em nós também, acha-se o Brasileiro sem a sua expansão, é o Brasileiro com as cores desbotadas. É que o Português é o **Brasileiro** de estufa!

É o sol que nos fecunda lá. O Chiado sob o sol do Brasil dá inteiramente a rua do Ouvidor. **O amanuense dá o negociante de tapioca**. Rirmo-nos dele é rirmo-nos de nós. Nós somos o gérmen, eles são o fruto: é como a espiga se risse da semente. **Pelo contrário: eles estão na inteira manifestação da natureza: nós estamos no entorpecimento do nosso ser. Eles estão já completos e perfeitos como a abóbora, nós incompletos e embrionários como a pevide. O**

Existe uma lei de retração e dilatação para os corpos – sob a influência da temperatura. (Aprende-se isto nos liceus, quando vem o buço). Os corpos ao calor dilatam, ao frio encolhem. A mesma lei para as plantas, que ao sol alargam e florescem, ao frio acanham e estiolam. A bananeira, nos nossos climas frios, é uma pequena árvore mirrada, tímida, estéril: no calor do Brasil é a grande árvore triunfante, de folhas palmares e reluzentes, tronco possante, seiva insolente, toda a sonora de *sábias* e outros, escandalosa de bananas. **Mesma lei para os homens. O espanhol das Astúrias, modesto, humano, discreto e grave – passando para o sol do Equador, nas Antilhas Espanholas, torna-se o sul – americano vaidoso, ruidoso, ardente, palreiro e feroz.** Pois bem! O Brasileiro é o Português – dilatado pelo calor.

O que eles são, expansivamente – nós somo-lo retraidamente. As qualidades internadas em nós, estão neles florescentes. Onde nós somos à sorrelfa *ridiculitos*, eles são á larga *ridiculões*: Os nossos defeitos, aqui sob um clima frio, estão retraídos, não aparecem, ficam por dentro: lá, sob um sol fecundante, abrem-se em grandes evidências grotescas. Sob o céu do Brasil a bananeira abre-se em fruto e **o português rebenta em brasileiro**. Eis o formidável princípio! O Brasileiro é o Português desabrochado.

Xxx

É o sol que nos fecunda lá. O Chiado sob o sol dos trópicos dá inteiramente a rua do Ouvidor. Rirmo-nos dele é rirmo-nos de nós **sem piedade**. Nós somos o germe, eles são o fruto: é como a espiga se risse da semente. **Pelo contrário! O brasileiro é bem mais respeitável porque é completo, atingiu o seu pleno desenvolvimento: nós permanecemos rudimentares. Eles estão já acabados como a abóbora, nós embrionários como a pevide. O**

Português é pevide do Brasileiro!

Eles estão na inteira verdade das suas qualidades patentes e claras: nós estamos no disfarce das nossas qualidades retraídas e ocultas. O Português é a hipocrisia do **Brasileiro**.

Nós somos Brasileiros que o clima não deixa desabrochar: somos sementes a que falta o sol: em cada um de nós, no nosso fundo, existe, em gérmen, em feto, em embrião – um Brasileiro entaipado, afogado – **que só pede para crescer**, ver a luz, abrir-se em coletes amarelos e em calos – o sol dos Trópicos. Cada **Português**, sabe-o, contém em si o gémem dum **brasileiro**. Sim. Nós passeamos, lemos, amamos, vestimos cores escuras, somos discretos, - e no fundo de nós, cá dentro, está fatal, indestrutível, agachado, aboborado, - um **brasileiro**.

Quem o não tem sentido agitar-se, como feto no seio da mãe? – Fitaís às vezes um corte de colete verde com pintas escarlates? É o **Brasileiro** a remexer por dentro. – Desejais inesperadamente feijões pretos? – É o **Brasileiro**. Apetece-vos ir ver a memória [sic] do Terreiro do Paço? – É o **Brasileiro**, lá dentro. – Lembra-vos ir reler uma ode de Vidal ou uma fala de Melício? É o **Brasileiro!** É o **Brasileiro!** Ele está dentro de vós!

Certos maus gostos que vêm como enjôos, certos apetites de lombo de porco com farinha de pau que vêm com tonturas, certas necessidades de coçar os joelhos que aparecem como preguiças – é o **Brasileiro**, o cruel **Brasileiro** que dentro de vós, no vosso seio – se agita, influi, domina, tiraniza. Ah! Portugueses, sabe-o! vós estais no vosso estado interessante – dum **Brasileiro!**

E quereis uma prova? É o verão! É o cruel verão! Então sob o sol fecundante, sob a temperatura germinadora – o Brasileiro interior tende a florir, a desenvolver, a desabrochar, a sair a lume! Então começais a deitar o chapéu para a nuca, a usar quinzena de alpaca, a passear depois do jantar **gravemente**, com o palito na boca, a exigir aos vendedores água do Arsenal, a ir de noite para o Terreiro do Paço contornar a memória, a ir à Deusa dos Mares! Sabeis o que é? É o Brasileiro, que lá tendes dentro na entranha, atraído pelo sol, a querer romper!

É o Brasileiro! É um perigo iminente: uma soalheira pode fazê-lo desabrochar, e a gente achar-se de repente a pensar nos *di lá*. Um homem exposto ao sol começa-lhe o corpo a pedir tapioca: é um sintoma terrível: é necessário fugir do sol, do calor, entrar nas salas frias, banhar-se – para afogar, recalcar o Brasileiro. É como uma ténia. E tem-se visto portugueses ilustres subirem à tribuna parlamentar e com o calor, a comocção, o ar abafado – abrir a boca – e depositar o

Português é pevide do Brasileiro!

XXX

Que somos nós? Brasileiros que o clima não deixa desabrochar. Sementes a que falta o sol. Em cada um de nós, no nosso fundo, existe, em germe, um brasileiro entaipado, afogado – **que, para crescer, brotar em diamantes de peitilho, calos e prédios sarapintados de verde, só necessita embarcar e ir receber o sol dos trópicos**. Cada **lisboeta**, sabe-o, traz em si a larva de um **brasileiro**. Nós aqui vestimos cores escuras, lemos Renan, repetimos Paris, e no entanto cá dentro, fatal e indestrutível, está aboborando - um **brasileiro**.

Quem o não tem sentido agitar-se, como feto no seio da mãe? – Fitaís às vezes uma gravata verde com pintas escarlates? É o **Brasileiro** a remexer por dentro. – Desejais inesperadamente uma boa feijoada comida em mangas de camisa? É o **Brasileiro**. Apetece-vos ir ver a memória do Terreiro do Paço? – É o **Brasileiro**, lá dentro. – Lembra-vos reler uma ode de Vidal ou uma fala de Melício? É o **Brasileiro!** Ele está dentro de vós, **lisboetas!** Ah, sabe-o! vós estais sempre no vosso estado interessante – de um Brasileiro!

XXX

E quereis uma prova? É o Verão! É o cruel Verão! Então sob a temperatura – o Brasileiro interior tende a florir, a desenvolver, a desabrochar, a alastrar em cachos. Então começais a deitar o chapéu para a nuca, a usar quinzena de alpaca, a passear depois do jantar com o palito na boca, a exigir dos vendedores a água do Arsenal, a ir de noite para o Terreiro do Paço contornar a memória, a **frequentar** a Deusa dos Mares! Sabeis o que é? É o Brasileiro, que lá tendes dentro na entranha, atraído pelo sol, a querer romper!

XXX

Brasileiro.

Eis aí pois: esse brasileiro interno desabrocha inteiramente ao sol do Brasil.

Portanto quando nos rimos dele – intentamos a nós mesmo um processo **terrível**. No inverno a pevide contém a abóbora: mas quando a abóbora cresce no verão é ela que contém a pevide. Nós cá contemos o brasileiro; **mas ele depois no Brasil, cresce, alarga, abre em fruto, e nós ficamos-lhe dentro. Se descascamos o brasileiro, achamos o português.** Ora se esmagarmos a maçã esmagamos a semente: se ridicularizarmos o brasileiro, ridicularizamo-nos a nós. Reconhecemo-nos neles como nós mesmos – ao sol!

Não o escarneçamos, não. Antes ele nos é exemplo e terrível lição. Ponhamos os olhos nele e vejamos a desgraça que pode acontecer a um português – que se expõe a um sol ardente! Todo o brasileiro que passa diz tacitamente ao português que o olha: não te chegues para o sol ou podes tornar-te semelhante a mim!

Meus senhores:

Ser brasileiro pode acontecer a todo o mundo: basta uma soalheira!

Um passeio ao meio-dia pode fazer o nosso espirituoso amigo, Júlio César Machado, o barão de Ipatucá! É terrível. Sai um homem para tomar absinto vestido de escuro, e entra – a gritar por mandioca recamado de amarelo!

Tais são as sábias verdades que soltamos de nossas mãos. Aproveitai-vos compatriotas! **Não vades por descuido sair um dia, portugueses, interessantes e joviais – e voltardes para os braços de vossa esposa e para os beijos de vossos filhos – inteiramente, irremediavelmente *abrasileirados*!** Não sejais pois orgulhosos: não tenhais para o brasileiro a ironia desembainhada na direita e na esquerda a chacota engatilhada. Lembrai-vos do sol de agosto! E para eterna humildade e para prevenção eterna – aceitai este mote tranquilo: **sobre a terra e sobre os mares – acerca do joanete ou acerca da tapioca – paz ao brasileiro!**

Mas enfim, uma coisa é verdadeira: é que tu, português, não vales mais que ele brasileiro.

O brasileiro não é belo como Apolo, antigo inquilino do céu, nem como Saint-Just, a mais formosa cabeça da Convenção - mas tu, ó português, tu também não és belo, e se a tua bem amada to diz – é que não tem mais nada que dizer-te.

O brasileiro não é espirituoso como Mery a falar, ou Rochefort a escrever - mas tu, português, não és certamente espirituoso: de cima dos embrulhos daquela tenda, quarenta folhetins to provam.

O brasileiro não é elegante como o duque de Cadérousse ou fantasista como lord Byron, mas tu português – ou dândy desventuroso do Chiado ou contribuinte da rua dos Bacalhoeiros – ai! Tu não és

Portanto quando nos rimos dele – intentamos a nós mesmo um processo **amargo**. No Inverno a pevide contém a abóbora: mas quando a abóbora cresce no Verão, é ela que contém a pevide. Nós cá contemos o brasileiro; **ele lá, chegado ao Brasil, germina, brota em fruto, e nós ficamos-lhe dentro. Ora se esmagarmos a abóbora a grandes golpes de chacota, é sobre a nossa própria e rica pessoa que descarregamos o riso fero. Tenhamos juízo! Reconhecemo-nos neles como nós mesmos – ao sol!**

XXX

Tais são as sábias verdades que soltamos de nossas mãos. Aproveitai-vos, compatriotas!

E sobretudo certifiquei-vos que vós outros, que não deixais a capital, não valeis mais que o minhoto que volta de Pernambuco.

O brasileiro não é belo como Apolo, nem como o mais recente Dom-João: mas tu, ó português, tu também não és belo, e se a tua bem amada to diz – é que não tem mais nada que te dizer e mente por mero deleite.

O brasileiro não é espirituoso como Mery ou Rochefort: - mas tu, português, não és certamente espirituoso! De cima dos embrulhos daquela tenda,

certamente o duque de Cadérouse, tu não és certamente lor Byron

O brasileiro não é sábio como Littré, mas tu português és tão sábio como Bertoldinho!

O brasileiro não é extraordinário como Peabody, o santo que deu de esmolos dezenas de milhões – nem como Delescluse, o fanático que queimou Paris. Mas tu, português, és tão extraordinário como uma couve, e ainda tão extraordinário como um caldo!

Ora o brasileiro que não é formoso, nem espirituoso, nem elegante, nem sábio, nem extraordinário - é um trabalhador: e tu português que não és formoso etc – és um mandrião! De tal sorte que tu que te ris do **brasileiro** – *procuras viver à custa do brasileiro. De tal sorte que quando vês o brasileiro de frente estalas de riso – e se o visses de costas? morrias de fome! E a prova é que tu – que em conversas, entre amigos, no café, és inesgotável de facécia sobre o brasileiro, – és no jornal, no discurso ou no sermão, inexaurível de glorificações ao Brasil. Em conversa é o macaco; no jornal é a nação irmã!*

Ah, portugueses! E aí está porque nós queremos que se embainhe a chacota e que se descarregue a pilhéria. Que o português veja no brasileiro o que ele é: um português que alargou ao sol. E que uma paz imperturbável, consoladora e serena, reine entre a nação da batata e a nação da banana! E que esta visita do imperador seja o traço justificador, sólido e unido – que ligue os dois corações - o coração onde bate o amor da orelheira e o coração onde pulsa a paixão da tapioca. São dignos um do outro!

Brasileiros, se estas páginas risonhas forem levadas por um vento feliz às vossas chácaras, lede-as sem rancor, entre o ruído dos engenhos e o bocejar da *sinhá*. Nós queremos-vos delicadamente bem. Se a nossa pena ri em torno de vós – a nossa filosofia aplaude-vos. A França escarnece a suíça do inglês, mas admira-lhe o carácter e copia-lhe os jóqueis. Nós sorrimo-vos dos vosso coletes, amamos o vosso trabalho e comemos os vossos doces. Vós tendes qualidades fortes, duradouras, boas para alicerce da vida! E depois vós dai-nos dinheiro! vós proveis-nos de papagaios! São coisas que não se esquecem!

Assim, brasileiros, sabe-o – vós que tão amplamente, tão regiamente recebeis o ávido português explorador, sabe-o – tendes nas Farpas uma sólida e activa amizade! Um honrado *shake hand* e dai-nos notícias vossas!

quarenta folhetins to provam!

O brasileiro não é elegante como o duque de Orsay ou Brummel: mas tu, português, dândy desventuroso do Chiado, ou contribuinte da Rua dos Bacalhoeiros, tens a tua elegância dependurada no bom Nunes de algibebe!

O brasileiro não é extraordinário como Peabody, que deu de esmolos dezenas de milhões – nem como Delescluze que queimou Paris: - mas tu, português, és tão extraordinário como uma couve, e ainda tão extraordinário como um chinelo.

Ora o brasileiro não é formoso, nem espirituoso, nem elegante, nem sábio, nem extraordinário - é um trabalhador. E tu português que não és formoso etc – és um mandrião! De tal sorte que tu que te ris do **brasileiro** – *mas procuras viver à custa do brasileiro. Quando vês o brasileiro chegar dos Brasis, estalas em pilhérias: - e se ele nunca de lá voltasse com o seu bom dinheiro, morrerias de fome! Por isso tu – que em conversas, entre amigos, no café, és inesgotável a troçar o brasileiro, – no jornal, no discurso ou no sermão, és inexaurível a glorificar o Brasileiro. Em cavaqueira é o macaco; na imprensa é o nosso irmão de além-mar.*

XXX

Brasileiro amigo, queres por teu turno rir do *lisboeta*? A esse colete verde, que tanto te escarnecem, fecha bem as algibeiras; esse prédio sarapintado de amarelo, que tanto te caricaturam, tranca-lhe bem a porta; esses pés, aos quais tanto se acusam os joanetes e os tamancos primitivos, não os ponhas mais nos hotéis da capital – e poderás rir, rir do carão amarrotado com que ficará o *lisboeta*, que tanto ria de ti!

Anexo 6 - O Problema da emigração¹⁰⁷⁸

Em Portugal, a emigração assume um aspeto de séria gravidade pelas condições em que se realiza e sobre o qual é necessário refletir. Ela não é já um fenómeno económico normal, mas a consequência de um mal estar social, cujo remédio é necessário procurar na transformação eficaz do organismo da Nação.

Organizada, em grande parte, nas condições atuais de miséria das gentes dos campos e das cidades, seria um facto aceitável e poderia assumir até carácter de um corretivo se não fossem as precárias circunstâncias em que se efetua e não representasse um valor social que por completo se perde.

Em todos os países se emigra e nem sempre a emigração é um fenómeno que pode constituir um indicador alarmante ou um sintoma triste que seja prudente evitar. Chamamos-lhe um corretivo económico e não há dúvida que é essa a sua característica essencial no condicionalismo dos povos. Em regra, é diminuta a percentagem emigratória nos países onde a existência é menos penosa, onde o trabalho não escasseia, o salário é suficientemente remunerador e o custo de vida se não encontra em desproporção com os recursos das famílias ou dos indivíduos. A ânsia de aventura, que levava os portugueses da Idade Média a fazerem-se ao mar, em demanda de terras desconhecidas e criou os capítulos mais gloriosos da história das navegações, não intervém hoje nesse fenómeno predominantemente económico, de que é para nós um fator essencial e quase exclusivo, a miséria.

Todas as semanas, os emigrantes partem em bandos, atulhando os paquetes. São êxodos de famílias inteiras, a caminho do Brasil, muitas vezes a caminho da morte. São braços que a agricultura e a indústria perdem e que o país pode nunca mais recuperar.

Como a fome e a miséria os experimentaram por muito tempo, antes de adotarem essa resolução extrema, os emigrantes são, na maioria das vezes, indivíduos enfraquecidos e sem grande resistência fisiológica que lhes permita, longe da pátria, uma luta tenaz e persistente pelo pão. Acresce a esse mal enorme a sua inferioridade intelectual, que os deixa sem defesas em presença dos estrangeiros, quase sempre mais sadios e possuidores de uma cultura mais completa. Por via de regra, o emigrante português, como o irlandês, é muito pobre e pela sua falta de preparação tem de ocupar somente ocupações inferiores. Se, por vezes, alguns conseguem melhorar a sua sorte, bem menos serão aqueles que logram emancipar-se da sua precária condição de assalariados. Há muitos que regressam ainda em maior miséria do que partiram e tomando em linha de conta um número avultado dos que perderam a vida, sem conseguirem o êxito, temos de concluir que é extremamente diminuta a percentagem dos que vencem e compensam a economia nacional, restituindo-lhe em numerário o valor de trabalho que empregaram fora da sua pátria.

Atualmente a solução para o problema da emigração entre nós é mais necessário do que nunca, pelo carácter verdadeiramente patológico que este fenómeno social está assumindo. Fazer derivar a emigração do norte para o sul, onde os braços escasseiam ou para as colónias, onde a resistência dos nacionais ao clima é superior à dos estrangeiros e onde o trabalho sem dúvida pode ser mais produtivo, será esse talvez o único meio de conjurar um mal que nos últimos anos tem tomado um carácter bem pouco tranquilizador.

1078 ARM, *Heraldo da Madeira*, N.º 2242, 13 de abril de 1912, p. 1.

Art. 13.º — Os serviços, primeiros outorgantes receberão de soldada durante os 3 annos, por cada mez de 26 dias de trabalho, elle serviçal homem 7 pesos, ou réis 6\$300, ella serviçal mulher 4 pesos, ou réis 3\$600. As creanças comprehendidas n'este contracto receberão cada uma, no fim do 1.º anno 10 pesos ou réis 9\$000. No fim do 2.º anno d'este contracto cada um dos serviços primeiros outorgantes receberá as seguintes gratificações: elle *Romualdo Antunes* — 70 pesos ou réis 63\$000, — ella *Rosa Maria de Sousa* 50 pesos ou réis 45\$000, e cada uma das ditas creanças maiores de 8 annos 20 pesos ou réis 18\$000; sendo no fim do 3.º anno as gratificações elevadas a 100, 70, e 30 pesos respectivamente.

Art. 14.º — Os serviços primeiros outorgantes e seus filhos maiores de 8 annos aqui mencionados ficam consequentemente obrigados a servir o 2.º outorgante locatario Charles Nathan, prestando-lhe os serviços locados por este contracto, — desempenhando todas as ordens promptamente, — submittendo-se ás regras e regulamentos das plantações, — e comportando se em tudo e por tudo durante os 3 annos d'este contracto como bons, fieis, e zelosos serviços.

Art. 15.º — Qualquer motivo de queixa justificada que os serviços tenham contra o locatario 2.º outorgante, quer por ter premeditada e intencionalmente fornecido maus ou escassos alimentos, ou por deixar de effectuar com a devida pontualidade, o pagamento das estipuladas soldadas e gratificações, ou em geral, e emfim por deixar de cumprir qualquer das obrigações contrahidas por este contracto, é isso motivo sufficiente para elle dito contracto immediatamente se rescindir.

Art. 16.º — Em nenhum caso elle locatario 2.º outorgante poderá ceder os serviços dos primeiros outorgantes a pessoa alguma.

E para validade e reciproca segurança se fez e assignou o presente contracto, em duplicado. na cidade de Lisboa, e data supra mencionada.

Por si e por sua mulher *qui fidei escreve*
Romualdo Antunes *Francisco Lages*

P. P. CHARLES NATHAN

Como testemunhas

Joaquim Amalal
José João da Costa Silva

N.º os quatro eijos supra, em
presença da legante, e a
seu pedido —

2699 de Junho de 1842

Em testemunha dos

Antes de mim

Receberam como adiantamento Fructa
edois mil reis —
32000

P. P. CHARLES NATHAN

Joaquim Amalal

4.º Que medidas tomou o sr. consul de Portugal em Nova Orleans para alliviar os seus soffrimentos, e como foram attendidos por elle, enquanto permaneceu n'aquella cidade.

Havana, 21 de julho de 1873.—O vice consul, *M. Rodriguez Bas*.—Sêllo do consulado geral de Portugal no archipelago das Antilhas hespanholas na Havana.

Na cidade de Cardenas, aos 4 de julho de 1873, D. José Montmar y Español, vice-consul de Sua Magestade Fidelissima/que Deus guarde/Portugal/n'esta cidade/disse, que para dar cumprimento ao anterior interrogatorio, nomeava como secretario o escriptuario do consulado D. José Puerta, o qual inteirado accetou e jurou cumprir bem e fielmente o seu encargo, assignando commigo para sua execucao.== José Montmar=José de la Puerta.

Na cidade de Cardenas aos 4 de julho de 1873, perante o sr. vice-consul e de mim secretario, compareceu, depois de citação previa, o subdito portuguez Antonio Joaquim de Gouveia, natural do Porto, de trinta annos de idade, solteiro, e tendo prestado juramento prometteu dizer a verdade do que soubesse, e ao que fosse perguntado, e sendo-lhe lido o teor do antecedente interrogatorio, respondeu:

Ao 1.º Que saiu de Portugal, com mais setenta companheiros para Nova Orleans a 8 de fevereiro de 1872, contratados com um individuo americano ou inglez, chamado sr. Carlos Nathan, ganhando sete pesos mensaes, n'um vapor inglez, por nome *Marquis*, recebendo muito mau tratamento durante a viagem.

Ao 2.º Que saíram contratados, segundo fica dito na sua anterior resposta, a fim de trabalharem no campo, e que rescindiu aquelle contrato depois de dois mezes e meio da sua chegada a Nova Orleans, em consequencia de ~~se ter tido~~ ~~motivo~~ o declarante e os seus companheiros ~~por~~ outros patrões, o que estava em contradicção com o ~~que~~ ~~se~~ estabelecido no contrato.

Ao 3.º Que sendo rescindido o contrato cada um tomou o seu destino, vindo o declarante para esta cidade, como trabalhador, a bordo do vapor *Marco Aurelio*; que enquanto durou o contrato, receberam muito mau tratamento da pessoa que estava servindo, tendo estado enfermos a maior parte d'elles, em consequencia d'isso;

Ao 4.º Que á sua chegada a Nova Orleans não lhes permitiu ~~o~~ seu patrão ~~que~~ se apresentasse ao sr. consul; mas mais tarde, isto é, tres mezes depois, soube que se apresentou ao consul um dos seus companheiros, cujo nome ~~ignora~~, em nome de todos, formulando a queixa do occorrido, ao que respondeu o dito consul que os não queria favorecer em nada, ~~não~~ ~~recebendo~~ por consequencia nenhuma ~~class~~ de auxilio ~~deles~~. E affirmou ser o que dizia a verdade, em virtude do juramento que prestou, confirmando e ratificando o que se leu, e conforme assignou com o sr. vice consul, perante mim, do que dou fé.== José Montmar= Antonio Ignacio de Gouveia = José de la Puerta.

Bibliografia

Obras de Eça de Queiroz: romance, conto, correspondência, textos de imprensa e relatório sobre a emigração

QUEIROZ, Eça de, *A Ilustre Casa de Ramires*, Porto, Lello & Irmão Editores, s/d.

QUEIRÓS, Eça de, *O Crime do Padre Amaro (Cenas da Vida Devota)*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1879.

QUEIROZ, Eça de, *A Cidade e as Serras*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1901.

QUEIROZ, Eça de, *Contos*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1981.

QUEIROZ, Eça de, *A Correspondência de Fradique Mendes, (Memórias e Notas)*, 2.^a edição, Porto, Liv. Chardron, 1902.

QUEIROZ, Eça de, *A Tragédia da Rua das Flores*, fixação do texto e notas de João Medina e A. Campos Matos, Lisboa, Morais Editores, 1980.

QUEIROZ, Eça de, *Contos Escolhidos*, seleção e prefácio de Maria Filomena Mónica, Lisboa, Relógio D' Água, 2004

QUEIROZ, Eça de, *O Mandarim*, Lisboa, Resomnia Editores, 1988.

QUEIROZ, Eça de, *O Primo Basílio*, (Episódio Doméstico), Porto, Lello & Irmão Editores, 1877.

QUEIROZ, Eça de, *Os Maias*, fixação de texto e notas de Helena Cidade Moura, Lisboa, Círculo de Leitores, 1978.

QUEIRÓS, Eça de, “Lisboa”, in *Textos de Imprensa I (da Gazeta de Portugal)*, Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, Edição de Carlos Reis e Ana Teresa Peixinho, Lisboa, INCM, 2004, pp. 129-137.

QUEIRÓS, Eça de, “Miantonomah”, in *Textos de Imprensa I (da Gazeta de Portugal)*, Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, Edição de Carlos Reis e Ana Teresa Peixinho, Lisboa, INCM, 2004, pp. 115-121.

QUEIRÓS, Eça de, “Notas do Mês”, in *Textos de Imprensa VI (da Revista de Portugal)*, Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, Edição de Maria Helena Santana, Lisboa, INCM, 1995, pp. 63-82.

QUEIRÓS, Eça de, “Eduardo Prado”, in *Textos de Imprensa V (da Revista Moderna)*, Edição Crítica da Obras de Eça de Queirós, Edição de Elena Losada Soler, Lisboa, INCM, 2005, pp. 119-134.

QUEIRÓS, Eça de, *Emigração como Força Civilizadora*, 2.^a ed., prefácio e fixação de texto de Raúl Rego e nota introdutória de Isabel Pires de Lima, Lisboa, Publicações Dom Quixote, (2000) 2001.

QUEIRÓS, Eça de, *Correspondência Consular*, Edição de Alan Feeland, tradução de José Moura Carvalho, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.

- QUEIROZ, Eça de, *Últimas Páginas (Manuscritos Inéditos)*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1911.
- QUEIROZ, Eça de Queiroz, “Carta de Fradique Mendes a Eduardo Prado”, in *Ecos do Brasil, Eça de Queirós, Leituras Portuguesas e Brasileiras*, Benjamim Abdala Junior, (organizador), São Paulo, Editora Senac, 2000, pp. 183-187.
- QUEIROZ, Eça de, “A Propósito da Doutrina Monroe e do Nativismo”, in *Textos de Imprensa IV (da Gazeta de Notícias)*, Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, Edição de Elza Miné e Neuma Cavalcante, Lisboa, INCM, 2002, pp. 585-605.
- QUEIROZ, Eça de, “A sociedade e os climas”, in *Textos de Imprensa IV (da Gazeta de Notícias)*, Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, Edição de Elza Miné e Neuma Cavalcante, Lisboa, INCM, 2002, pp. 559-566.
- QUEIROZ, Eça de, “Carta a Carlos Mayer”, in *Eça de Queiroz, Prosas Bárbaras*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1905.
- QUEIROZ, Eça de, “Chineses e Japoneses”, in *Textos de Imprensa IV (da Gazeta de Notícias)*, Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, Edição de Elza Miné e Neuma Cavalcante, Lisboa, INCM, 2002, pp. 527-546.
- QUEIROZ, Eça de, “*Da Colaboração No «Distrito de Évora» I - (1867)*”, Obras de Eça de Queiroz, Lisboa, Livros do Brasil, s/d.
- QUEIROZ, Eça de, “Novos Factores da Política Portuguesa”, in *Textos de Imprensa VI (da Revista de Portugal)*, Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, Edição de Maria Helena Santana, Lisboa, INCM, 1995, pp. 83-95.
- QUEIROZ, Eça de, “Três americanos”, in *Notas Contemporâneas*, Obras Completas de Eça de Queiroz, XV Volume, Lisboa, Resomnia Editores, 1988.
- QUEIROZ, Eça de, “Um génio que era um santo”, in *Anthero de Quental In Memoriam*, Porto, Mathieu Lugan Editor, 1896, pp. 461-522.
- QUEIROZ, Eça de, *Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres*, fixação do texto e notas de Helena Cidade Moura, Lisboa, Edições Livros do Brasil, 2001.
- QUEIROZ, Eça de, *Correspondência*, organização & notas de A. Campos Matos, Vol. I e II, Lisboa, Editorial Caminho, 2008.
- QUEIROZ, Eça de, e ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, coordenação geral e introdução de Maria Filomena Mónica; notas, tabela onomástica e glossário de Maria José Marinho, 3.^a ed., S. João do Estoril - Cascais, Principia - Publicações Universitárias e Científicas, 2004.
- QUEIROZ, Eça de, *Notas Contemporâneas*, Obras Completas de Eça de Queiroz, XV Volume, Lisboa, Resomnia Editores, 1988.
- QUEIROZ, Eça de, *Últimas Páginas (Manuscritos Inéditos)*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1911.

QUEIROZ, Eça de, *Uma Campanha Alegre*, Lisboa, Planeta DeAgostini, 2006.

QUEIROZ, Eça de, *Uma Campanha Alegre*, Obras Completas de Eça de Queiroz, XIV Volume, Lisboa, Resomnia Editores, 1988.

QUEIROZ, Eça, *Homens e Ideias do Século XIX, (Antologia)*, seleção e prefácio de Vianna Moog, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 19-.

Manuscritos – correspondência consular e outros documentos referentes à diplomacia portuguesa dos anos setenta

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Caixa Nº 577, Consulado de Havana.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Caixa Nº 670, Consulado de Newcastle.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Caixa Nº 653, Consulado de Bristol.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Caixa Nº 642, Consulado de Paris.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Caixa Nº 1057, Emigração Chinesa e Diversos.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Caixa Nº 512 (1870/1876), Consulado de Portugal na Bahia.

Bibliografia geral

AGUALUSA, José Eduardo, *Nação Crioula, A correspondência secreta de Fradique Mendes*, 6.^a edição, Alfragide, Publicações Dom Quixote, (1997) 2008.

ALENCASTRO, Luis Filipe, (org. do vol.), *História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*, 2, 1.^a reimpressão, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

ALLEN, Walter, s/d, *The Urgent West* (1972, *O sonho americano e o homem moderno*, Rio de Janeiro, Lido, trad. de Maria Luiza Nogueira).

ALMEIDA, Fialho de, *O País das Uvas*, Mem Martins – Sintra, Publicações Dom Quixote, s/d.

ALVES, Dário Moreira de Castro, “Olavo Bilac”, in *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, A. Campos Matos (organização e coordenação), Lisboa, Editorial Caminho, 2000, pp. 69-70.

ALVES, Jorge (coordenação), *Os “Brasileiros” da Emigração, Seminário sobre os Brasileiros da Emigração Vila Nova de Famalicão 1988*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal D. L. 1999.

ALVES, Jorge Fernandes, *Brasil, terra de esperanças: utopia e realidade na emigração portuguesa*, Vila Nova de Famalicão, Quasi, 2007.

ALVES, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Gráficos Reunidos, 1994.

AMARAL, Eloy do, MARTHA, Cardoso, (organizadores), in *Eça de Queiroz “In Memoriam”*, Lisboa, Parceria Pereira, 1922.

AMORIM, Francisco Gomes de, *Aleijões Sociais*, Lisboa, Typ. Universal, 1870.

ANTUNES, M. Luísa, *O Romance Histórico e José de Alencar*, Contribuição para o Estudo da Lusofonia, (Tese de Doutoramento), Madeira, U.M.A., 2004.

Anuário Diplomático e Consular Português, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1889.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, *A emigração portuguesa, suas origens e distribuição*, 1.^a edição, Lisboa, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

ARROYO, António, *A Viagem de Antero de Quental à América do Norte*, Porto, Edição da Renascença Portuguesa, 1916.

BAPTISTA, Elina, *Emigração e Teatro em Portugal no Século XIX. Retratos da Madeira e de Madeirenses*, Funchal, Funchal 500 Anos Editora, 2008.

BARBOSA, Orestes, *O Portuguez no Brasil*, Rio de Janeiro, s/e, 1925.

BARROS, João de, *Heróis Portugueses no Brasil*, Porto, Editora Lello, Limitada, 193-.

BELLO, José Maria, *Retrato de Eça de Queirós*, Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1945.

BERGSON, Henri, 1924, *Le rire* (1991, *O Riso*, Lisboa, Relógio D'Água, trad. de Miguel Serras Pereira).

BERRINI, Beatriz, “Eça de Queiroz: Precursor da Modernidade”, in *Eça e Machado. Conferências e textos das mesas redondas do Simpósio Internacional Eça & Machado*, Beatriz Berrini (org.), São Paulo, EDUC – EDITORA DA PUC-SP, 2003.

BERRINI, Beatriz, *Portugal de Eça de Queiroz*, São Paulo, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

BILAC, Olavo, *Ironia e Piedade*, 3.^a ed., Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1926.

BLANCO, Andrés Gonzáles, “Ante lã estatua de Eça de Queiroz”, in *Eça de Queiroz “In Memoriam”*, Eloy do Amaral e Cardoso Martha, (organizadores), Lisboa, Parceria Pereira, 1922, pp. 376-400.

BRAGA, Humberto, “Prefácio”, in *Eça de Queiroz Dicionário Biográfico dos seus Personagens*, Albano Pereira Catton, pref. de Humberto Braga, s.l., Editora Dorsoi, 19-.

BRAGA, Mário, *Serranos e Quatro Reis*, Lisboa, Editorial Escritor, 1996.

- BRAGA, Theophilo, *Visão dos Tempos e Tempestades Sonoras*, Porto, Livraria Chardron, 1869.
- BRITO, Mário da Silveira, *História do Modernismo Brasileiro*, 5.^a edição, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, (1958) 1978.
- BUESCU, Helena Carvalhão, “Manuel Pinheiro Chagas”, in *Dicionário do Romantismo Literário Português, Dicionário do Romantismo Literário Português*, Helena Carvalhão Buescu (coordenação), Lisboa, Editorial Caminho, 1997, pp. 88-89.
- CABRAL, A. M. Pires (organização), *A Emigração na Literatura Portuguesa: Uma Colectânea de Textos*, Lisboa, Secretaria de Estado da Emigração, 1945.
- CABRAL, António, *Eça de Queiroz*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1916.
- CAL, Ernesto Guerra da, «“Testamento de Mecenas”, (História do Manuscrito de uma crónica póstuma de Eça de Queiroz)», *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXXVII, Coimbra, 1992.
- CALMON, Pedro, *História Social do Brasil, Espírito da Sociedade Imperial*, S. Paulo, Livraria Martins Fontes, 2002.
- CAMPOS, Agostinho, *Eça de Queiroz, Selecta para Leitura na Família e na Escola*, Paris – Lisboa, Livrarias Aillaud & Bertrand, 1922.
- CAMUS, Albert, 1942, *Le mythe de Sisyphe*, (1979, *O mito de Sísifo: ensaio sobre o absurdo*, Lisboa, Livros do Brasil, trad. Urbano Tavares, Ana de Freitas).
- CARAVALHO, José Murilo de, *A Construção da Ordem, A elite política imperial*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1980.
- CARDOSO, Agostinho, *O fenómeno económico-social da emigração madeirense*, Coimbra, Coimbra Editora Lda, 1968.
- CARQUEJA, Bento, *O Povo Português, Aspectos sociais e económicos*, Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão Editores, 1919.
- Cartas de Anthero de Quental* com prólogo do Dr. Teixeira de Carvalho, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.
- CARVALHO, Alberto de, *Algumas Palavras Duas Propostas Relativas às Relações Luso-Brasileiras*, Lisboa, Composto e Impresso na Typographia do Commercio, 1910.
- CARVALHO, Alberto de, *Cauzas e Compensações da Emigração Portuguesa para o Brazil*, (Refutação dos editoriais dos jornais lisboenses O Século, Diário de Notícias e o Mundo), Lisboa, Typographia do Commercio, 1912.
- CARVALHO, Augusto de, *O Brazil, Colonização e Emigração*, Volume Primeiro, Porto, Typographia de Bartolomeu H. de Moraes, 1875.
- CARVALHO, José Murilo de, *Os Bestializados, O Rio de Janeiro e a República que não foi*, 2.^a edição, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

CASTELO-BRANCO, Maria dos Remédios e RIBEIRO, G., “Ironia”, in *Enciclopédia Logos*, Vol. 2, Lisboa / São Paulo, Editorial Verbo, 1989, pp. 1493 – 1496.

CASTRO, Ferreira de, *Emigrantes*, 25.^a ed., Lisboa, Guimarães Editores, (1928) 2001.

CATTON, Albano Pereira, *Eça de Queiroz Dicionário Biográfico dos seus Personagens*, pref. de Humberto Braga, s.l., Editora Dorsoi, 19-.

CAVALCANTI, Paulo, *Eça de Queiroz, agitador no Brasil*, 2.^a ed., S. Paulo, Companhia Editora Nacional, (s/d) 1966.

CESAR, Guilhermino, *O «Brasileiro» na Ficção Portuguesa*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Lda 1969.

CHAGAS, João, *De Bond*, Lisboa, Livraria Moderna, 1897.

CHAGAS, Pinheiro, *Brazileiros Ilustres*, 4.^a edição, Porto, Livraria Chardron, 1909.

CHORÃO, João Bigotte Chorão, “Camilo Castelo Branco, Eça Romântico, Camilo Realista”, in *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, A. Campos Matos (organização e coordenação), Lisboa, Editorial Caminho, 2000, pp. 78-82.

CORRÊA, José Soares Pinto, *Os Farpões ou os Bandarilheiros de Portugal, resposta cabal aos srs. Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz, autores das Farpas ou Fastos da Peregrinação de S. M. o Imperador do Brazil pelo reino de Portugal*, Recife, Typografia Commercial de Geraldo de H. de Mira, 1872.

CORREIA, Sebastião Morão, “Traços característicos da ironia queirosiana – sua finalidade social”, in *Separata de «Portucale»*, Vol. XVIII, Porto, Marânus, 1945, pp. 1-39.

CORTESÃO, Jaime, *Eça de Queiroz e a Questão Social*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.

CORVO João de Andrade, *Estudos sobre as províncias ultramarinas*, Vol. I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Ciências, 1883.

CORVO João de Andrade, *Estudos sobre as províncias ultramarinas*, Vol. III, Lisboa, Typographia da Academia Real das Ciências, 1885.

CORVO, João de Andrade, *O Alliciador*, Lisboa, Typographia Universal, 1859.

CORVO, João de Andrade, *Relatório e Documentos sobre a Abolição da Emigração de Chinas Contratados em Macau, Apresentado às Cortes na Sessão Legislativa de 1874 pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874.

COSTA, Afonso, *Estudos de Economia Nacional I, O problema da emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911.

CRISTOVÃO, Fernando, “Prefácio: a Realidade e a Mediação dos Espelhos”, in *Brasil e Portugal – A Imagem Recíproca (O Mito e a Realidade na Expressão Literária)*, Nelson Vieira, 1ª ed., Lisboa, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, 1991.

CRISTOVÃO, Fernando, *Cruzeiro do Sul, a Norte. Estudos Luso-Brasileiros*, Vila da Maia, INCM, 1983.

CRISTOVÃO, Fernando, *O Projeto da Lusofonia na Globalização Contemporânea*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras, Separata do Tomo XXXV, 2002/2003.

DESCARTES, René, *Discurso do Método*, 13.ª ed., trad., prefácio e notas de Newton de Macedo, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1984.

DÓRIA, António Álvaro, “Eça de Queirós na América do Norte”, in *Separata da Revista ‘Ocidente’*, Volume LIX, Lisboa, 1960, pp. 319-335.

Duas Palavras aos Leitores das Farpas de Dezembro de 1872 / por um Brasileiro, Lisboa, Typographia Sousa & Filho, 1873.

ELIADE, Mircea, 1957, *Mythes, Rêves et Mystères*, (19-, *Mitos, Sonhos e Mistérios*, Lisboa, Edições 70, trad. de Samuel Soares, p. 10).

ESTEVES, Fernanda Godinho, *Do Galaico-Português à Lusofonia*, Lisboa, Universitária Editora, 1998.

FELGUEIRAS, Guilherme, *O Galego, Tipo Popular da Fauna Lisboeta*, Lisboa, s/e, s/d.

FERREIRA, Fr. João, *Existência e Fundamentação geral do problema da filosofia portuguesa*, Braga, Tip. Editorial Franciscana, 1965.

FONSECA, Gondin da, “Peço a Palavra! (Uma opinião Que Ninguém Solicitou)”, in *Eça de Queiroz Dicionário Biográfico dos seus Personagens*, Albano Pereira Catton, pref. de Humberto Braga, s.l., Editora Dorsoi, 19-.

FRANÇA, João, *O Emigrante*, s/l, Agência Portuguesa de Revistas, s/d.

FREELAND, Alan, “Introdução”, in *Correspondência Consular*, Eça de Queirós, Edição de Alan Feeland, tradução de José Moura Carvalho, Lisboa, Edições Cosmos, 1994, pp. I-LXII.

FREYRE, Gilberto, *Além do Apenas Moderno*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1973.

FREYRE, Gilberto, “Eça, Ramalho e «As Farpas»”, in *As Farpas*, Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz, Eça, Volume I, seleção e prefácio de Gilberto Freyre, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 1943.

FREYRE, Gilberto, *Aventura e Rotina, Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção*, 2.ª edição, Lisboa, Edições Livros do Brasil, (1955) 19-.

FREYRE, Gilberto, *Casa-Grande & Senzala, Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, 50ª ed. revista, Apresentação de Fernando Henrique Cardoso, São Paulo, global Editora, 2005.

FREYRE, Gilberto, *O luso e o trópico: sugestões em torno dos métodos portugueses de integração dos povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização: o luso-tropical*, Introdução de José Caeiro da Matta, Lisboa, Com. Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961

FREYRE, Gilberto, *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colónias portuguesas*, pref. de António Sérgio, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1940.

FREYRE, Gilberto, *O outro amor do Dr. Paulo*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1977.

FREYRE, Gilberto, *Sobrados e Mocambos, decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*, Lisboa, Livros do Brasil, 1963.

FREYRE, Gilberto, *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*, 3.^a edição, Recife, Gabinete Português de Leitura, 1942.

GARRETT, Almeida, DIAS, Augusto da Costa (co-autor), *Narrativas e lendas: com reproduções facsimiladas de manuscritos existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, Ed. Crítica / fixação do texto, prefácio e notas de Augusto da Costa Dias, Lisboa, Editora Estampa, 1979.

GOMES, Angela Castro, *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 7 Letras, 2000.

GONÇALVES, António Aurélio, *Aspectos da ironia de Eça de Queiroz*, Lisboa, Composto e Impresso na oficina “Ottografica, Lda”, 1937.

GONÇALVES, Daniela A. Ramos, *Ironia e Humor, A perspetiva Existencial de Kierkegaard*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Tese de Mestrado em Filosofia Moderna e Contemporânea, Orientação do Prof. Doutor Adélio Melo, 2002.

GUIMARÃES, Luís D' Oliveira, *O Direito ao Riso*, Coimbra, Coimbra Editora, 1923.

HERCULANO, Alexandre, *Opúsculos II*, org., introd. e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Lisboa, Editorial Presença 19-

HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, 26.^a edição, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HUTCHEON, Linda, 1985, *A Theory of Parody*, (1984, *Uma Teoria da Paródia*, Lisboa, Edições 70, trad. de Teresa Louro Pérez).

JUNIOR, Benjamim Abdala (organizador), *Ecos do Brasil: Eça de Queirós, leituras brasileiras e portuguesas*, São Paulo, Editora Senac, 2000.

LACERDA, Aarão de, *Da Ironia do Riso e da Caricatura*, Porto, comp. e imp. na Tip. da Pap. A. J. d' Almeida, 1915.

LAGOEIRO, Joaquim, *Vúvas de Vivos*, Lisboa, Editorial Minerva, 1967.

LARANJO, José Frederico Laranjo, *Dissertação Inaugural para o Acto de Conclusões Magnas*, Coimbra, Imprensa literária, 1877.

LELLO, José, “Nota de abertura”, in *A Emigração como Força Civilizadora*, Eça de Queirós, 2.^a ed., prefácio e fixação de texto de Raúl Rego e nota introdutória de Isabel Pires de Lima, Lisboa, Publicações Dom Quixote, (2000) 2001, pp. 9-11.

LÉVINAS, Emmanuel, 1982, *Éthique et infini* (2000, *Ética e Infinito*, Lisboa, Edições 70, trad. de João da Gama).

LIMA, Archer, *Eça de Queiroz Diplomata*, Lisboa, Portugália Editora, 19-.

LIMA, Isabel Pires de, “Nota introdutória”, in *A Emigração como Força Civilizadora*, Eça de Queirós, 2.^a ed., prefácio e de texto de Raúl Rego e nota introdutória de Isabel Pires de Lima, Lisboa, Publicações Dom Quixote, (2000) 2001, pp. 13-23.

LIMA, Isabel Pires de, *As máscaras do desengano. Para uma abordagem sociológica de «Os Maias» de Eça de Queirós*, Lisboa, Editorial Caminho, 1987.

LIMA, Isabel Pires, “Pontes queirosianas: Angola, Brasil, Portugal”, in *Ecos do Brasil, Eça de Queirós, Leituras Portuguesas e Brasileiras*, Benjamim Abdala Junior (organizador), São Paulo, Editora SENAC, 2000, pp. 69-88.

LIMA, Magalhães, “Eça de Queiroz na intimidade”, in *Eça de Queiroz “In Memoriam”*, Eloy do, Amaral e Cardoso Martha, (organizadores), Lisboa, Parceria Pereira, 1922, pp. 266-269.

LIMA, Oliveira, *O Império Brasileiro*, Belo Horizonte / São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

LINS, Álvaro, *História Literária de Eça de Queiroz*, Rio de Janeiro, José Olympo Editora, 1939.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, “Migração Portuguesa no Brasil”, in *Revista Brasileira de História*, Vol. 23, São Paulo, Editora Hucitec, 2003.

LOPES, Edmundo Correia, *Brasil, Terra e Gente*, Porto, Editora Educação Nacional, 1944.

LOURENÇO, Eduardo, *A Nau de Ícaro*, 2.^a ed., Lisboa, Gradiva, 1999.

LUSTOSA, Isabel & TRICHES, Robertha, “O Português da Anekdota”, in *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*, Belo Horizonte, UFMG, 2007.

LUSTOSA, Isabel, *Brasil pelo método confuso: humor e boemia em Mendes Fradique*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1993.

LUZES, Pedro, “Americanas. A educação sentimental de E. Q. ou os seus amores por duas jovens americanas (*Cartas de amor de Anna Conover e Mollie Bidwell para José Maria E. Q., cônsul de Portugal em Havana (1873-1874)*), Lisboa, 1998” in *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, A. Campos Matos (organização e coordenação), Lisboa, Editorial Caminho, 2000, pp. 21-28.

LYRA, Heitor, *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz*, com um prefácio de Maria D' Eça de Queiroz, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 1965.

MACHADO, Álvaro Manuel, *A Geração de 70 - uma revolução cultural e literária*, 3.^a edição, Lisboa Instituto de Cultura e Língua Portuguesa Ministério da Educação, (1977) 1986.

MAGASICH-AIROLA, Jorge e DE BEER, Jean-Marc, s/d, *América mágica: quand l' Europe de la renaissance croyait conquérir le paradis* (2000, *América Mágica, quando a Europa da Renascença pensou estar conquistando o Paraíso*, São Paulo, Editora Paz e Terra, trad. de Regina Vasconcellos).

MARÇAL, Horácio, O significado do vocábulo «galego» e a sua extensão na etnografia e no folclore, *Separata de Douro-Litoral*, N.º I-II da Sexta Série, Porto, Tip. da Livraria Simões Lopes.

MARCOS, Rui de Figueiredo, *Eça de Queirós, a Europa e a Faculdade de Direito de Coimbra no Século XIX*, Coimbra, Almedina Editora, 2005.

MARINHO, Maria José, “Notas, tabela onomástica e glossário”, in *As Farpas – Crónica mensal da política, as letras e dos costumes*, Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, coordenação geral e introdução de Maria Filomena Mónica; notas, tabela onomástica e glossário de Maria José Marinho, 3.^a ed., S. João do Estoril – Cascais, Principia - Publicações Universitárias e Científicas, 2004.

MARTINHO, Lenira Menezes, GORENSTEIN, Riva, *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*, prefácio de Maria Odília Leite da Silva Dias, Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

MARTINS, Ismênia Lima e SOUSA, Fernando, (organizadores), *Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos*, Rio de Janeiro, Edições Muiraquita, 2006.

MARTINS, Maria da Graça Lopes Fernandes, “A Emigração do Nordeste Transmontano para o Brasil no Início do Século XX”, in *Revista CEPESE14*, Porto, Edições Afrontamento, 2007.

MARTINS, Mário, *O riso, o sorriso e a paródia na literatura de portuguesa de Quatrocentos*, Venda Nova – Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

MARTINS, Oliveira, *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, Lisboa, Guimarães & C.^a, Editores, 1978.

MATOS, A. Campos (organização e coordenação), *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, Lisboa, Editorial Caminho, 2000.

MATOS, A. Campos, *Ilustrações e Ilustradores na obra de Eça de Queiroz*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

MATOS, A. Campos, *Polémica Eça de Queiroz – Pinheiro Chagas “Brasil e Portugal”*, prefácio e organização de A. Campos Matos, Lisboa, Parceria A. M. Pereira Editora, 2001.

MATOS, A. Campos, *Silêncios, Sombras e Ocultações em Eça de Queiroz*, Porto Alegre – Brasil, Editora Movimento, 2011.

MATOS, A. Campos, “Cartas de Anna Conover e Molie Bidwell para José Maria E. Q., Cônsul de Portugal em Havana (1873-1874), Lisboa, Assírio & Alvim, 1998”, in *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, A. Campos Matos (organização e coordenação), Lisboa, Editorial Caminho, 2000, pp.76-77.

MEDINA, João, *Portuguesismo(s)*, Lisboa, Centro de História - Universidade de Lisboa, 2006.

MEDINA, João, “O «Riso que Peleja»: *As Farpas* de Eça de Queiroz (1871-1872)” in *Revista da Faculdade de Letras*, N.º 19/20, 5.ª Série, Lisboa, Guide – Artes Gráficas, 1995.

MEDINA, João, “Prefácio”, in *A Tragédia da Rua das Flores*, Eça de Queiroz, fixação do texto e notas de João Medina e A. Campos Matos, Lisboa, Morais Editores, 1980, pp. 9-34.

MEDINA, João, *Eça antibrasileiro?*, São Paulo, Edusc, 2000.

MEDINA, João, *Eça Político: ensaios sobre aspectos político-ideológicos da obra de Eça de Queiroz*, Lisboa, Seara Nova, 1974.

MEDINA, João, *Reler Eça de Queiroz. Das Farpas aos Maias*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000.

MENDES LEAL, “Da Emigração”, in *Revista A América*, Periódico Mensal, Lisboa, s/e, 1868 – 1869.

MENDES LEAL, José da Silva, *O Tio André Que Vem do Brasil*, Lisboa, Livraria de Viúva Marques & Filha, 1857.

MENEZES, Lená Medeiros, *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio: 1890-1930*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.

MENEZES, Lená Medeiros, *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade: protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930)*, Rio de Janeiro, Universidade, 1996.

MINÉ, Elza e CANIANO, Benilde Justo (organização e edição), *Anais do III Encontro Internacional de Queirosianos*, 3, São Paulo, Centro de Estudos Portugueses, Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, 1995.

MINÉ, Elza, *Eça de Queirós Jornalista*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.

MINÉ, Elza, *Páginas Flutuantes, Eça de Queirós e o Jornalismo do Século XIX*, São Paulo, Ateliê Editorial, 2000.

MINOIS, Georges, 2000, *Histoire du rire et de la dérision* (2007, *História do Riso e do Escárnio*, Lisboa, Editorial Teorema).

MOISÉS, Massaud, “Ideário estético de E. Q.”, in *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, organização e coordenação. de A. Campos Matos, Lisboa, Editorial Caminho, 2000, pp. 323-332

MOISÉS, Massaud, *Dicionário de termos literários*, 2.ª ed., São Paulo, Cultrix, 1978.

MONTEIRO, Miguel, “Emigrantes e Brasileiros” - Contextos e Perspectivas, in *Migrantes, Emigrantes e Brasileiros (1834 – 1926) – territórios, itinerários e trajetórias*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1996.

MONTEIRO, Norma de G., *Imigração e colonização em Minas*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1973.

MOOG, Vianna, *Bandeirantes e pioneiros*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», s/d.

MOOG, Vianna, *Eça de Queiroz e o Século XIX*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo, Edição da Livraria do Globo, (19-) 1945.

MORAIS, Alexandre José Mello de, *Os Portuguezes perante o mundo*, volume primeiro, Rio de Janeiro, Empreza Typographica Dous de Dezembro, 1856.

MORALES, Vidal Morales y, *Resumen de la Historia de Cuba*, 3.ª ed., Habana, Lib. e Imp. "La Moderna Poesia", 1918.

MOREYA, Alvaro e ABREU, Bricio de (direção), *Novas Cartas inéditas de Eça de Queiroz a Ramalho Ortigão*, Rio de Janeiro, alba Editora, 1940.

MORIN, Edgar, 1980, *La Méthode 2 - la vie de la vie*, (2001, *O Método 2 – a vida da vida*, 3.ª ed., Porto Alegre, Sulina, Editions du Seuil, trad. de Marina Lobo).

MOSSÉ, Benjamim, *Vida de Dom Pedro II*, São Paulo, Edições Cultura Brasileira, SA, s/d.

MOTA, Carlos Guilherme, (organização e introdução), *Brasil em Perspectiva*, São Paulo, Difel Difusão Editorial, 1985.

NEMÉSIO, Vitorino, *Viagens ao Pé da Porta*, Vol. XIX, 2.ª edição, introdução de Fernando Cristovão, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

NENO, Pinho, *Morrer no Brasil*, Lisboa, Veja, 1982.

NEVES, Hermano, “Eça de Queiroz, homem de coração”, in *Eça de Queiroz “In Memoriam”*, Eloy do Amaral e Cardoso Martha (organizadores), Lisboa, Parceria Pereira, 1922.

NUNES, Cassiano, *O Lusitanismo de Eça de Queiroz*, Rio de Janeiro, Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1947.

OLIVEIRA MARQUES, *Breve História de Portugal*, 1.ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1995.

OLIVEIRA MARTINS, *Fomento Rural e Emigração*, 3.ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, (1956) 1994.

OLIVEIRA MARTINS, *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, Lisboa, Guimarães & Companhia Editores, 1978.

OLIVEIRA MARTINS, *Portugal Contemporâneo*, 3.ª edição (póstuma) e com alterações e aditamentos deixados pelo autor, Tomo I e II, Lisboa, Livraria de António Maria Pereira Editor, 1895.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi, *Nós e eles, relações culturais entre brasileiros e imigrantes*, Rio de Janeiro, FGV, 2006.

ORTIGÃO, Ramalho e QUEIROZ, Eça, *As Farpas*, Volume I e II, seleção e prefácio de Gilberto Freyre, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 1943.

ORTIGÃO, Ramalho, *John Bull, depoimento de uma testemunha acerca de alguns aspetos da vida e da civilização inglesa*, Porto, Livraria Internacional de Chardron, 1887.

PAHL, Ray, 1995, *After the success. Fin-de-Siècle, Anxiety and Identity*, (1997, *Depois do sucesso: ansiedade e identidade "fin-de-siècle"*, S. Paulo, Fundação Editora da UNESP, trad. de Gilson César Cardoso de Sousa).

PAIS, José Machado, *A Prostituição e a Lisboa Boémia do Século XIX aos Inícios do Século XX*, Lisboa, Editorial Quercó, 1985.

PALMEIRIM, L. A., *Galeria de Figuras Portuguesas, A poesia popular dos campos*, Porto – Braga, Livraria Internacional de Ernesto Chardron – Editor, 1879.

PEDROSO, Consiglieri, *O Accordo Luso-Brasileiro*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1909.

PEIXOTO, Afrânio, “O “Brasileiro” ou o Equívoco Português” in *Revista Brotéria*, Separata do Vol. XXVI, Fasc. I, Lisboa, [sn], 1938.

PERCHEIRO, D. A. Gomes, *Commendador e barão: documentos para a historia dos consulados portuguezes do Imperio do Brazil*, Lisboa, Typ. Lallemand Frères, 1877.

PERCHEIRO, D. A. Gomes, *Os Aventureiros, Drama em 5 Atos, fundado em episódios da emigração para o Brasil*, Evora, Minerva Eborensis, 1888.

PEREIRA, Miriam Halpern, "Demografia e desenvolvimento em Portugal na 2ª metade do século XIX", *Análise Social*, nº 25-26, 1969, pp. 85-110.

PEREIRA, Miriam Halpern, *Diversidade e Assimetrias: Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Edição, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001.

PERELMAN, Chaim, 1992, *Traité de l'Argumentation* (1996, *Tratado da argumentação*, prefácio de Fábio Ulhôa Coelho, São Paulo: Martins Fontes, trad. de Maria Ermantina Galvão).

PETIT, Lucette, “Eça e Machado de Assis. Adesão ou Libertação Perante o Modelo Realista”, in *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, A. Campos Matos (organização e coordenação), Lisboa, Editorial Caminho, 2000, pp. 179-184.

PIEIDADE, Ana Nascimento, *Ironia e Socratismo em A Cidade e as Serras*, Instituto Camões, 2002.

PINTO, Manoel de Sousa, *O Caricaturista Raphael Bordallo Pinheiro*, Lisboa, Livraria Ferreira Editores, 1915.

PLATÃO, *A República*, tradução e notas de Maria Helena Rocha Pereira, Porto, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

PONTE, Carmo Salazar, “Os Maias e Oliveira Martins”, in *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, A. Campos Matos (organização e coordenação), 2000, pp. 383-386.

PONTES, José Maria da Cruz, “Descartes”, in *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, A. Campos Matos (organização e coordenação), Lisboa, Editorial Caminho, 2000, pp. 141-142.

POPINIGIS, Fabiane, “Operários de Casaca”? *Relações de Trabalho e Lazer no Comércio Carioca na Virada dos Séculos XIX e XX*, Campinas, Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob orientação do Prof. Dr. Sidney Chalhoub, 2003.

PRADO, Eduardo, “Eça de Queirós. O passado – O presente”, in *Ecos do Brasil, Eça de Queirós, Leituras Portuguesas e Brasileiras*, Benjamim Abdala Junior (organizador), São Paulo, Editora Senac, 2000, pp. 54-63.

PRADO, Eduardo, *A Ilusão Americana*, com um prefácio e estudo biográfico do autor pelo Dr. Leopoldo de Freitas, 4.^a edição revista, S. Paulo, Livraria e Oficinas Magalhães, (1893) 1917.

PRADO, Eduardo, *Viagens, America, Oceania e Asia*, 1^a ed., São Paulo, Escola Typographica Salesiana, 1902.

Primeiro Inquérito Parlamentar Sobre a Emigração Portuguesa de 1873, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.

QUEIROZ, Maria D’ Eça de, “Prefácio”, in *O Brasil na Vida de Eça de Queiroz*, Heitor Lyra, com um prefácio de Maria D’ Eça de Queiroz, Lisboa, Edição «Livros do Brasil», 1965.

QUENTAL, Antero, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos, Discurso pronunciado na noite de 27 de Maio*, na sala do Casino Lisbonense, Porto, Typographia Commercial, 1871.

QUENTAL, Antero, *Odes Modernas*, 3.^a ed., Porto, Livraria Chardron, 1898.

QUENTAL, Antero, *Oliveira Martins*, Lisboa, Typographia da Campanhia Nacional de Lisboa, 1894.

QUENTAL, Antero, *Portugal perante a Revolução de Hespanha, Considerações sobre o Futuro da Política Portuguesa no Ponto de Vista da Democracia Ibérica*, Lisboa, Typographia Portuguesa, 1868.

QUENTAL, Anthero, *Cartas*, com um Prólogo do Dr. Teixeira de Carvalho, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.

QUENTAL, Anthero, *Considerações sobre a Philosophia Literaria Portugueza (A Proposito D’ Alguns Livros Recentes)*, Porto, Livraria Chardron, 1904.

REAL, José Alberto Corte, *et alli, Viagem dos Imperadores do Brasil em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872.

REAL, Miguel e CIESZYNSKA, Béata (direção), *Revista Letras Com Vida – Literatura, Cultura e Arte*, N.º I, I.º semestre, Lisboa, Gradiva Publicações, S. A. e CLEPUL, 2010.

REGO, Raul, “Prefácio à edição de 1979”, in *A Emigração como Força Civilizadora*, Eça de Queirós, 2.^a ed., prefácio e fixação de texto de Raúl Rego e nota Introdutória de Isabel Pires de Lima, Lisboa, Publicações Dom Quixote, (2000) 2001, pp. 25-33.

REIS, Carlos, “Introdução”, in *Textos de Imprensa I* (da *Gazeta de Portugal*), Edição Crítica da Obras de Eça de Queirós, Edição de Carlos Reis e Ana Teresa Peixinho, Lisboa, INCM, 2004, pp. 15-52.

REIS, Carlos, “José Maria Eça de Queirós e o Romantismo”, in *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Helena Carvalhão Buescu, (coordenação), Lisboa, Editorial Caminho, 1997, pp. 447-450.

REIS, Carlos, “José Maria Eça de Queirós e o Romantismo”, in *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Helena Carvalhão Buescu, (coordenação), Lisboa, Editorial Caminho, 1997, pp. 447-450.

REIS, Carlos, “Leitores brasileiros de Eça de Queirós: algumas reflexões”, in *Ecos do Brasil, Eça de Queirós, Leituras Portuguesas e Brasileiras*, Benjamim Abdala Junior (organizador), 2000.

REIS, Carlos, *As Conferências do Casino*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.

REIS, Carlos, *O essencial sobre Eça de Queirós*, Lisboa, INCM, 2005.

REIS, Jaime Batalha, “Introdução – Na primeira fase literária da vida literária de Eça de Queiroz”, in *Eça de Queiroz, Prosas Bárbaras*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1905.

REIS, Jaime Batalha, “Introdução”, in *Prosas Bárbaras*, Eça de Queirós, com uma introdução por Jaime Batalha Reis, Porto, Lello & Irmão Editores, 1912.

REIS, Jaime Batalha, *O descobrimento do Brasil intelectual pelos portugueses do século XX*, Organização, Prefácio e Notas de Elza Miné, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988.

RIBEIRO, Darcy, *As Américas e a Civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*, Rio de Janeiro, Civilização Americana, 1970.

RIBEIRO, Darcy, *O povo brasileiro*, S. Paulo, Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Gladys Sabina, “Cabras” e “pés-de-chumbo”: os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930), Niterói, UFF, 1987.

RIBEIRO, Gladys Sabina, *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*, Campinas, Tese de Doutorado, Volume I, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob orientação do Prof. Dr. Robert Wayne Slenes, 1997.

RIFKIN, Jeremy, 2004, *The European Dream* (2005, *O Sonho Europeu*, São Paulo, M. Books do Brasil Lda, trad. de Roger Maioli dos Santos).

RITA, Annabela, *Cartografias Literárias*, Lisboa, Esfera do Caos Editores, 2010.

RITA, Annabela, *Eça de Queirós Cronista, do «Distrito de Évora» (1867) às «Farpas» (1871-72)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998.

RITTA, Anabela, “Persistência da Memória”, in *Homo viator: estudos em homenagem a Fernando Cristóvão*, Maria Adelina Amorim, Maria José Craveiro, Maria Lúcia Garcia Marques, (coordenadoras) 1.ª ed., Lisboa, Colibri, 2004, pp. 451-460

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, “Refluxos culturais da emigração portuguesa para o Brasil”, in *Análise Social*, vol. XXII, 1986.

RODRIGUES DE FREITAS, “Desenvolvimento económico em Portugal”, in *A América*, Vol. 1.º, N.º 1, 1968.

ROUSSADO, Manoel, *Bom-Senso e Bom-Gosto*, Resposta á Carta que o Sr. Anthero do Quental dirigiu ao Ex. mo Sr. António Feliciano do Castilho, 2.ª ed., Lisboa, Livraria de A. M. Pereira, 1866.

SACRAMENTO, Mário, *Eça de Queirós – Uma estética da ironia*, Coimbra, Coimbra Editora, 1945.

SAMPAIO BRUNO, *O Brasil Mental: Esboço Crítico*, Porto, Lello Editores, (1898) 1997.

SAMPAIO, Alberto, “Anthero de Quental (Recordações)”, in *Anthero de Quental In Memoriam*, Porto, Mathieu Lugan Editor, 1896.

SANTOS Eugénio dos, “Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal”, in *O Brasileiros de Torna-Viagem / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

SANTOS, Gilda, (organização), *Brasil e Portugal, 500 Anos de Enlaces e Desenlaces*, Revista Convergência Lusíada, 17, Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura, 2000.

SANTOS, Gilda, (organização), *Brasil e Portugal, 500 Anos de Enlaces e Desenlaces*, 2, Revista Convergência Lusíada, 18, Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura, 2001.

SARAIVA, António, *As ideias de Eça de Queirós*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1982.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal [1851-1890]*, Vol. IX, Lisboa, Editorial Verbo, 1995.

SERRÃO, Joel, *A Emigração Portuguesa*, 4.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, (1972) 1982.

SERRÃO, Joel, *Temas Oitocentistas: para a história de Portugal no século passado*, 1º Vol., Lisboa, Livros Horizonte, 1980.

SHAW, Harry, *Dicionário de Temos Literários*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982.

SILVA PINTO, *No Brazil, Notas de Viagem*, Porto, Typographia de António José da Silva Teixeira, 1879.

SILVA, Garcez da, *A pintura na Obra de Eça de Queiroz*, Lisboa, Editorial Caminho, 1986.

SILVA, Joaquim Palminha, *O Nosso Consul em Havana: Eça de Queiroz*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil, 1850 – 1928*, Rio de Janeiro, Editorial Nórdica, 1992.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Filantropia e Imigração. A Caixa de Socorros D. Pedro V*, Rio de Janeiro, 1990.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Ser Nobre na Colônia*, S. Paulo, Ed. Unesp, 2005.

SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e, *Teoria da Literatura*, 3ª Ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1973.

SIMÕES, João Gaspar, *Vida e Obra de Eça de Queirós*, Amadora, Livraria Bertrand, 1973.

SODRÉ, Nelson Werneck, *História da Literatura Brasileira*, 6.ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck, *Síntese da História da Cultura Brasileira*, 8.ª edição, Rio de Janeiro, civilização brasileira, 1980.

SOUSA, Carolina Lima de, *As primeiras experiências com o trabalho livre imigrante em Campinas no século XIX*, Campinas, Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Orientação do Prof. Dr. Jefferson Cano, 2008.

SUMARES, Manuel, *Sobre Da Certeza de Ludwig Wittgenstein, Um estudo introdutório*, Porto, Edições Contraponto, 1994.

TEIXEIRA, Eliane de Alcântara, “As três visões do Brasil: da utopia ao brasileiro”, in *Estudos Literários / Estudos Culturais*, Atas do IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada, vol. I, Associação Portuguesa de Literatura Comparada / Universidade de Évora, CD-ROM, 2004.

Textos de Imprensa I (da *Gazeta de Portugal*), Edição Crítica da Obras de Eça de Queirós, Edição de Carlos Reis e Ana Teresa Peixinho, Lisboa, INCM, 2004.

Textos de Imprensa IV (da *Gazeta de Notícias*), Edição Crítica da Obras de Eça de Queirós, Edição de Elza Miné e Neuma Cavalcante, Lisboa, INCM, 2002.

Textos de Imprensa V (da *Revista Moderna*), Edição Crítica da Obras de Eça de Queirós, Edição de Elena Losada Soler, Lisboa, INCM, 2005.

Textos de Imprensa VI (da *Revista de Portugal*), Edição Crítica da Obras de Eça de Queirós, Edição de Maria Helena Santana, Lisboa, INCM, 1995.

TODOROV, Tzevetan, 1996, *L' homme dépaycé* (1999, *O homem desenraizado*, Rio de Janeiro – São Paulo, Editora Record, trad. de Cristina Cabo).

TRIGUEIROS, Luís Forjaz, *Opúsculos, Gênese de Casa Grande e Senzala*, Lisboa, Guimarães Editores, 1984.

Um Negociante Logrado, *A Emigração para Nova Orleães e o Sr. Charles Nathan*, Lisboa, Typographia de Francisco Xaxier de Sousa & Filho, 1872.

VAINFAS, Ronaldo (direção), *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*, Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2002.

VALLS, Álvaro L. M., “Apresentação”, in S. A. Kierkegaard, s/d., *Om Begrebet Ironi med stadigt Hensyn til Socrates*, 3ª ed., (1991, *O conceito de ironia constantemente referido a Sócrates*, Apresentação e Tradução de Álvaro Luiz Montenegro Valls, Petrópolis, Editora Vozes).

VAQUINHAS, Irene, “A Época contemporânea - Introdução”, in *História da Vida Privada em Portugal. A época contemporânea*, José Mattoso (dir.), Irene Vaquinhas, (coord.), 3.ª ed., Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2011.

VÁSQUEZ, Pilar, “Eça e a Espanha”, in *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, A. Campos Matos, (organização e coordenação), Lisboa, Editorial Caminho, 2000.

VEIGA, J. P. Xavier da, (direção e redação), “Palavras Preliminares”, *Revista do Archivo Publico Mineiro*, Fascículo I.º, Janeiro a Março de 1896, Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1896.

VIEIRA, Nelson, *Brasil e Portugal – A Imagem Recíproca (O Mito e a Realidade na Expressão Literária)*, 1ª ed., Lisboa, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, 1991.

VILHENA, Vasco Magalhães, *Socrate et la légende platonicienne*, Paris, P.U.F., 1952.

Publicações Eletrónicas

ALVES, Jorge Fernandes, “Ler, escrever e contar na emigração oitocentista”, in *Separata da Revista de História das Ideias*, Universidade de Coimbra, 1999.

Disponível em <URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo11141.pdf>>. (Acesso a 11 de agosto de 2012).

CALAFATE, Pedro “O Pensamento Político e Geoestratégico de João de Andrade Corvo” *Revista Estudos Filosóficos* n.º 3 /2009 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967.

Disponível em <URL: www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/.../art6-rev3.pdf>. (Consultado a 2 de fevereiro de 2012).

FEITOSA, Rosane, “Espaços Públicos Emblemáticos na Ficção Queirosiana”, *Revista Anpoll*, Vol. 1, N.º 26 (2009).

Disponível em <URL: <http://www.anpoll.org.br/revista>>. (Consultado 7 de agosto de 2012).

MENEZES, Pedro Ribeiro de, “As relações entre Portugal e o Brasil – uma perspetiva pessoal”. *Via atlântica* n. 1 mar. 1997.

Disponível em <URL: http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via01/via01_03.pdf>. (Consultado a 9 de setembro de 2012).

MÓNICA, Maria Filomena, *O Concurso Público que Eça de Queirós não ganhou (1871)*.

Disponível em <URL: http://www.ics.ul.pt/ahsocial/list_mfm.htm>. (Consultado a 29 de setembro de 2012).

TEIXEIRA, Anísio, «Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras». *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, Vol. 37, N.º 86, abr./jun, 1962.

Disponível em <URL: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/valores.html>>. (Consultado a 6 de outubro de 2010).

Dicionários e Enciclopédias

CASTELEIRO, João Malaca (coordenador), *Dicionário da Língua Portuguesa da Academia de Ciências de Lisboa*, 2 vol., Lisboa, Editorial Verbo, 2001.

SERRÃO, Joel (coordenação), *Dicionário da História de Portugal*, 6 vol., Livraria Figueirinhas, 2002.

COELHO, Jacinto do Prado (direção), *Dicionário de Literatura*, literatura portuguesa, literatura brasileira, literatura galega, estilística literária, 3ª ed., 5 vol., Coelho, Porto, Editora Figueirinhas, 1984.

BUESCU, Helena Carvalhão (coordenação), *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Lisboa, Editorial Caminho, 1997.

MATTOSO, José (direção), VAQUINHAS, Irene, (coordenação), *História da Vida Privada em Portugal. A época Contemporânea*, 3ª ed., Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2011.

ALENCASTRO, Luis Filipe (organização do volume), *História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*, 2, 1ª reimpressão, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

ROQUE CARAL, *et alli*, (direção), *LOGOS*, Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia, 5 vol., Lisboa - São Paulo, Editorial Verbo, 1989-1992.

MATOS, A. Campos (organização e coordenação), *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*, Lisboa, Editorial Caminho.